



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
DOUTORADO EM SOCIOLOGIA**

JANICE C. CAVALCANTI GENDRON

PARA ONDE VAMOS?

A crise climática e a transição societal em debate na França



João Pessoa

2018

JANICE C. CAVALCANTI GENDRON

PARA ONDE VAMOS?

A crise climática e a transição societal em debate na França

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (PPGS/UFPB), como requisito parcial para obtenção do Título de Doutora em Sociologia, sob a orientação do Professor Doutor Roberto Veras de Oliveira.

João Pessoa

2018

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

G325p Gendron, Janice Clécida Cavalcanti.

Para onde vamos? A crise climática e a transição
societal em debate na França / Janice Clécida
Cavalcanti Gendron. - João Pessoa, 2018.

355 f. : il.

Orientação: Roberto Vêras de Oliveira.

Tese (Doutorado) - UFPB/CCHLA.

1. transição social e ecológica. 2. transição societal.
3. mudança climática. 4. iniciativas cidadãos e
democracia. 5. alternativas ao desenvolvimento. I.
Vêras de Oliveira, Roberto. II. Título.

UFPB/BC

JANICE C. CAVALCANTI GENDRON

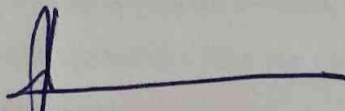
TESE DE DOUTORADO

Orientador: Prof. Dr. Roberto Vêras de Oliveira

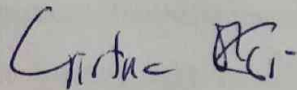
PARA ONDE VAMOS?

A crise climática e a transição societal em debate na França

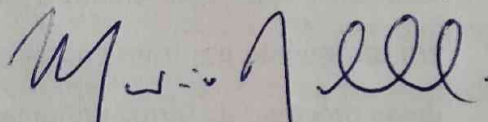
Banca examinadora:



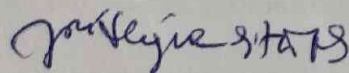
Prof^o. Dr. Roberto Vêras de Oliveira (UFPB)
(Orientador)



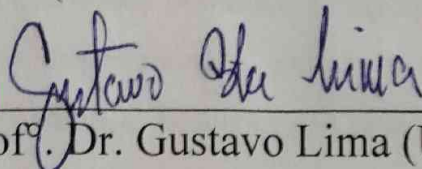
Prof^a. Dra. Teresa Cristina Furtado Matos (UFPB)
(Examinadora interna)



Prof^o. Dr. Maurício Rombaldi (UFPB)
(Examinador interno)



Prof^o. Dr. José Sergio Leite Lopes (UFRJ)
(Examinador externo)



Prof^o. Dr. Gustavo Lima (UFPB)

À Mélodie e à todas as minhas sobrinhas e sobrinhos, que representam a geração que terá que viver em um mundo em transição climática e social e participar desse processo de forma voluntária ou involuntária.

In memoiriam de meus pais.

AGRADECIMENTOS

A realização e a conclusão desta tese não teria sido possível sem a participação direta e indireta de muitas pessoas, das diferentes esferas da minha vida (acadêmica, familiar, amizades) e de instituições. Listarei, de forma não exaustiva, algumas dessas pessoas e instituições que fizeram parte mais diretamente do processo de construção deste trabalho.

Agradeço ao meu orientador, professor Doutor Roberto Vêras de Oliveira, pelo empenho, pela dedicação, pelo profissionalismo, pelo rigor nas leituras, pela condução gentil, motivadora e humana que foi mostrado ao longo desses anos de orientação. Agradeço pela perseverança em continuar a orientar um trabalho que acabou saindo de suas linhas de pesquisas habituais. Agradeço pela confiança e pela liberdade que me transmitiu. Agradeço pela gentileza e pela leveza em nossas trocas de e-mails, conversas e reuniões de orientação. Esses elementos foram mais do que essenciais para me motivar (ou re-motivar) em momentos difíceis de motivação e de crises existenciais que acompanharam esse longo percurso de pesquisa e de escrita.

Agradeço à Capes pelo financiamento desta pesquisa, sem o qual ela não teria sido realizável. Agradeço pelo importante financiamento dos doze meses de doutorado sanduíche na França (na universidade de Nantes), através do programa PDSE-Capes, que determinou não somente a possibilidade financeira de realizar uma pesquisa de campo no exterior, mas de influenciar os rumos conceituais e o foco da própria pesquisa.

Agradeço à professora Annie Dussuet, que me acolheu na universidade de Nantes e que com sua gentileza e seriedade profissional se mostrou disponível e aberta ao diálogo. Agradeço pelos apontamentos críticos e pelo apoio demonstrado.

Agradeço ao núcleo de pesquisa em sociologia da Universidade de Nantes (*Centre Nantais de Sociologie/CENS*) por ter me acolhido como pesquisadora convidada durante um ano.

Agradeço aos militantes do movimento *AlternatibaNantes*, que me acolheram prontamente no seio do grupo e que nunca hesitaram a responder minhas questões, dúvidas, curiosidades, etc. Agradeço pela disponibilidade para as entrevistas e pelas informações complementares. Agradeço pela confiança, pela amizade, pela consideração e pelas inúmeras contribuições para este trabalho.

Agradeço aos professores membros da banca examinadora que aceitaram o desafio de ler e comentar esta tese. Agradeço pela disposição.

Agradeço ao meu marido, companheiro, parceiro, amigo, meu porto seguro, Pascal Gendron, por ter me incentivado, me estimulado e me encorajado sempre que necessário. Obrigada por sempre ter acreditado em mim e ter me dado tanto apoio nessa longa empreitada que nem sempre foi *un long fleuve tranquille*. Agradeço pela compreensão, pelo amor e carinho, que foram essenciais para me proporcionar um ambiente emocional estável e sereno, tão importante nesse processo de escrita de uma tese.

Agradeço à minha filha, Mélodie, por existir e por ter chacoalhado minha vida (e mesmo minha tese).

Agradeço à toda minha família próxima: pais (*in memoriam*), irmãs, irmãos, sobrinhos e sobrinhas pela confiança que sempre depositaram em mim. Essa confiança sempre foi um elemento motivador no meu percurso acadêmico, profissional e pessoal. Esse sentimento sempre me desafiou a estar à altura da expectativa.

Agradeço à minha sobrinha Débora, que nesses últimos anos de tese me ajudou se mostrou disponível, sempre que possível, a cuidar da minha filha para que eu pudesse escrever, realizar pesquisas de campo, etc.

Agradeço à minha sogra e sogro pela prontidão em cuidar da minha filha sempre que foi necessário para que eu pudesse realizar minha pesquisa de campo e/ou escrita.

Agradeço aos meus amigos de longa data e aos novos amigos que sempre me transmitiram confiança, apoio e motivação para continuar na caminhada acadêmica.

RESUMO

Esta tese apresenta uma análise sobre as iniciativas cidadãs e políticas diante da crise climática que estamos vivendo e suas consequências ecológicas e sociais. Ela se focaliza na compreensão do emergente movimento de “transição social e ecológica” que vem se configurando no seio da sociedade civil organizada - e mesmo na esfera político-governamental francesa - de forma incontornável. Esse movimento ancora suas lutas nos dados científicos e nos alertas dos especialistas do clima e das ciências da terra, assim como nas constatações empíricas sobre as transformações climáticas causadas pelas ações antrópicas dos últimos dois séculos (principalmente). A pesquisa empírica buscou mapear e aprofundar o conhecimento nas ações, no perfil e nos discursos dos militantes da “transição” através de uma imersão no movimento “Alternatiba” (através do grupo da cidade de Nantes/FR). Através de uma abordagem qualitativa e compreensiva, optamos por instrumentos metodológicos que combinaram principalmente observação participante, entrevistas semiestruturadas, pesquisa bibliográfica e documental (análise de documentos internos, e-mails e publicações em redes sociais como subsídios de pesquisa). Alguns questionamentos nortearam essa reflexão: quais são as condições de emergência de tais iniciativas, como elas se caracterizam e se organizam, o que reivindicam, qual o perfil dos atores sociais envolvidos, que impasses e desafios enfrentam? A construção do arcabouço teórico desta tese passa em um primeiro momento por uma breve revisão das teorias do desenvolvimento (e das críticas ao projeto desenvolvimentista), da noção de desenvolvimento sustentável (e de suas promessas não sustentadas). Esses primeiros elementos se configuraram como o pano de fundo conceitual do movimento da Transição. Em seguida, analisamos a emergência do termo “transição” dentro do contexto da problemática ambiental e social. Analisamos o movimento da transição sob o prisma de conceitos defendidos por Boaventura de Sousa Santos, como “sociologia das emergências” e “epistemologias do sul”, levantando a hipótese de que o movimento da transição é fortemente influenciado por epistemologias centrais nos movimentos altermundialistas, marcados por bandeiras de luta contra-hegemônicas. Como resultado, identificamos que o movimento de “transição social e ecológica” visa apresentar soluções concretas de enfrentamento da crise climática, com objetivo de atenuar os impactos ambientais e sociais, mas também sensibilizar sobre a necessidade de transformações do modo de vida hegemônico. Eles ambicionam contribuir para uma transição rumo a uma sociedade ecologicamente e socialmente mais sustentável, harmônica, solidária e mais desejável. Uma das principais bandeiras levantadas é a luta por justiça social e climática. Apresentamos as principais estratégias de lutas e argumentos, seu modo de organização, seus desafios e limites.

Palavras-chave: transição social e ecológica, transição societal, mudança climática, iniciativas cidadãs, participação cidadã, alternativa ao desenvolvimento, desenvolvimento sustentável, democracia.

ABSTRACT

The present thesis provides an analysis related to the civil and political initiatives facing the current climate crisis and the ecological and social consequences. The study focuses on understanding the emerging movement known as “social and ecological transition” that has been under development within the civil society as well as within the French political governmental context. This movement relies on scientific data and opinions of environmental experts as well as on empirical data for analysis of climate change due to anthropogenic impacts in the last two centuries. The empirical research aimed to record and improve the knowledge regarding the actions, profile and speech of activists of the “transition” through an immersion in a local French movement known as “Alternatiba” that has its headquarters in Nantes, France. Methodological instruments that combined on-site observations, semi-structured interviews, literature overview and documental research (e.g. internal documents, emails and social media) were employed for a qualitative and comprehensive approach. Some questions were raised during this process, including: What are the emerging conditions of these initiatives? How these initiatives are characterized and organized? What is claimed by them? What are the profiles of the activists? What are the challenges and dilemma involved? This study provides a brief overview of the theories and critics of the development as well as the idea of sustainable development and its unsupportive promises that are observed in the “transition” movement. The study later present an analysis of the emerging application of the “transition” terminology within the context of social and environmental problems. The “transition” movement was examined under the concepts of Boaventura de Sousa Santos such as the “emerging sociology” and the “south epistemology”. The hypothesis that this movement is supported by repetitive epistemology which are evident in the alter-globalist movements and thus in the contra-hegemonic actions is raised. The results of this study shows that the “social and ecological transition” movement provides robust solutions for facing the environmental crisis and decreasing the social and environmental impacts. It also engages on the transformation of the hegemonic lifestyle in order to contribute to the social and ecological transition for a more sustainable, harmonic, united and desirable society. One of the main goals of this movement is public engagement for social and environmental justice. It is also showed herein the main strategies for environmental engagement, influences, challenges and restrictions.

Keywords: social and ecological transition; climate change; community initiatives; community participation; alternative to development; sustainable development; democracy.

RESUMÉ

Cette thèse présente une analyse sur les initiatives citoyennes et politiques devant la crise climatique dans laquelle nous vivons et ses conséquences écologiques et sociales. Elle se focalise sur la compréhension de l'émergent mouvement de la "transition sociale et écologique" qui est en train de se constituer dans la société civile organisée – même dans la sphère politique gouvernementale française - de façon incontournable. Ce mouvement a comme fondement de ses luttes les données scientifiques et les alertes lancées par les spécialistes du climat et des sciences de la terre, ainsi que dans les constats empiriques sur les transformations climatiques causées par les actions anthropiques des deux dernières décennies (principalement). La recherche empirique a cherché à cartographier et à approfondir la connaissance dans les actions, le profil et les discours de militants de la "transition", cela au travers d'une immersion dans le mouvement "Alternatiba" (dans le groupe de la ville de Nantes/FR). À partir d'un abordage qualitatif et compréhensif, nous avons opté pour des instruments méthodologiques qui combinent principalement observation participante, entretiens semi-structurés, recherche bibliographique et documentaire (analyse de documents internes, e-mails et publications dans les réseaux sociaux comme subsides de recherche). Quelques questionnements ont alimenté cette réflexion: quelles sont les conditions d'émergence de telles initiatives, comment elles se caractérisent et s'organisent, que revendiquent-elles, quel est le profil des acteurs impliqués, quels sont les impasses, limites et les défis? La construction du cadre théorique de cette thèse passe dans un premier temps par une brève révision des théories du développement (et des critiques au projet de sociétés de développement), de la notion de développement durable (et de ses promesses non soutenues). Ces premiers éléments se sont configurés comme l'arrière-plan conceptuel du mouvement de la Transition. Ensuite nous avons analysé l'émergence du terme "transition" dans le contexte de la problématique environnementale et sociale. Nous avons analysé le mouvement de la transition principalement sous le prisme de concepts soutenus par le sociologue portugais Boaventura de Sousa Santos, tels que "sociologie des émergences" et "épistémologies du Sud", soulevant l'hypothèse que le mouvement de la transition est fortement influencé par des épistémologies centrales dans les mouvements altermondialistes, marquées par les luttes contre-hégémoniques. Comme résultats, nous avons identifié que le mouvement de la "transition sociale et écologique" vise à présenter des solutions concrètes pour la lutte contre la crise climatique, avec l'objectif d'atténuer les impacts environnementaux et sociaux, mais aussi sensibiliser sur la nécessité de transformations du mode de vie hégémonique. Ils ambitionnent contribuer pour une transition vers une société écologiquement et socialement plus soutenable, harmonique, solidaire et plus désirable. Une des principales bannières de luttes soulevée est celle de la justice sociale et climatique.

Mots-clés: transition sociale et écologique, transition sociétale, changement climatique, initiatives citoyennes, participation citoyenne, alternative au développement, développement soutenable, démocratie.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Dados de base da “Grande Aceleração” – Desenvolvimento socioeconômico.....	114
Quadro 2 – Dados de base da “Grande Aceleração” – Evolução do sistema Terra.....	115
Quadro 3: Tabela sintética de setores e quantidade de empregos climáticos estimados.....	197
Quadro 4: Tabela da História da Humanidade (Auguste Comte).....	241
Quadro 5 : Contribuições individuais para a transição social e ecológica.....	276
Quadro 6: Dados gerais obtidos através das entrevistas, relativos ao momento da realização das entrevistas (2016/2017).....	277

LISTA DE SIGLAS

ANV COP21 – Ação Não-Violenta (dentro do contexto da 21ª Conferência das Partes/Paris)

ATTAC – Associação para a taxação das transações financeiras

COP – Conferência das Partes (Conference of Parties)

GEE – Gases de efeito estufa

IPCC - Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PIB – Produto Interior Bruto

SUMÁRIO

Problema de pesquisa e objetivos	20
Procedimentos metodológicos e o campo da pesquisa	26
Enunciação de capítulos.....	33
PARTE I – ELEMENTOS CONTEXTUAIS: POR TRÁS DA CORTINA DO PALCO DA TRANSIÇÃO	43
1 - UM MUNDO EM TRANSIÇÃO: PROJETOS, ATORES E OBJETIVOS DAS INICIATIVAS DE TRANSIÇÃO.....	44
1.1 - A Questão Climática e a Influência Antrópica.....	45
1.2 - Os Movimentos Cidadãos de Transição Social e Ecológica	47
1.3 - ‘Transição’: de Onde para Onde?	50
1.4 - Alternatiba e o movimento de transição: a nova face da militância ecologista?	53
2- ELEMENTOS TEÓRICOS ESTRUTURANTES DESTE ESTUDO: EPISTEMOLOGIAS DO SUL, CRÍTICA DO DESENVOLVIMENTO E TRANSIÇÃO	60
2.1 - Altermundialismo, Gênese dos Movimentos de Transição e Epistemologias do Sul.....	60
2.2 - A Crítica do Desenvolvimento e a Questão do "Bem Viver": Perspectivas de Construção de um Novo Modelo Societal.....	66
2.3 - Movimentos de Transição Social e Ecológica e a Ruptura com o Ideal de Modernidade: Alguns Elementos de Reflexão	73
2.4 - Como Pensar a Questão de Gênero em um Modelo de Sociedade que Faz uma Certa Apologia da Tradição?.....	76
3 –A CRITICA DO DESENVOLVIMENTO COMO O PANO DE FUNDO DA TRANSIÇÃO	79
3.1 - O conceito de Desenvolvimento nas Ciências Sociais	80
3.2 - O Desenvolvimento como Ideal de Modo de Vida: Rudimentos de uma Epopeia	83
3.3 - Impactos do Desenvolvimento: um balanço contestado	85
3.4 - Desenvolvimento Sustentável: um Outro Mito?	90
3.5 - A Crítica do Desenvolvimento e a Questão Climática.....	104
3.6 - Antropoceno: uma Mudança de Era Geológica Causada pela Ação Humana?	111
4 – GÊNERO, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE: ATUALIZAR O DEBATE PARA COMPREENDER A TRANSIÇÃO	124
4.1 - Uma Relação Marcada por Ausências, “Esquecimentos” e Desigualdades Persistentes.....	124
4.2 - A Inclusão das Mulheres no Processo de Desenvolvimento: Alguns Elementos Históricos	126
4.3 - Desenvolvimento Sustentável e Gênero: A Governança Internacional em Torno da Luta pela Igualdade entre Homens e Mulheres.....	131
4.4 - Gênero, Meio Ambiente, Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Sustentável	142
PARTE II- O PALCO DA TRANSIÇÃO: CENÁRIOS, ATORES, REALIZADORES	147
5 - A TRANSIÇÃO SOCIAL E ECOLÓGICA: CONCEITOS E PRÁXIS.....	148
5.1 - Para Situar o Debate (Teórico) sobre a Noção de Transição	148

5.2 - Transição e Sociologia: Alguns Elementos da Sociologia da Transição.....	164
6 - TRANSIÇÃO ECOLÓGICA: A QUESTÃO ENERGÉTICA NO CENTRO DO DEBATE	
.....	169
6.1 - Da Necessidade de Rever o Modelo Energético.....	169
6.2 - Sobriedade e Eficiência Energética: o Caminho para um Mundo Pós-Carbono?.....	176
7- TRANSIÇÃO COMO CONSTRUÇÃO DE UM NOVO MODELO SOCIETAL	181
7.1 - As Várias Facetas da Transição.....	183
7.1.1 - <i>Transição e Humanismo</i>	183
7.1.2 - <i>Transição Pessoal e Emocional, Transição Educacional</i>	184
7.1.3 - <i>Transição e Educação</i>	191
7.1.4 - <i>Transição, Economia e Trabalho</i>	193
7.1.5 - <i>A Engrenagem das Transições: Transição Agrícola, Transição Política e Democrática, Transição e Saúde Pública</i>	199
7.1.6 - <i>Transição e Gênero: As Mulheres na Mesa de Negociações</i>	204
PARTE III - ANÁLISE DE UM ELENCO DE TRANSIÇÃO EM AÇÃO	210
8 – <i>ALTERNATIBA</i> E O MOVIMENTO DA TRANSIÇÃO: CONSTRUÇÃO E FORMAÇÃO DE UMA GERAÇÃO DE MILITANTES CLIMÁTICOS	211
8.1 - A Transição Enquanto Movimento Social: Alguns Elementos Históricos.....	211
8.2 - Um Novo Modelo de Militância Ecológica	214
8.2.1 - <i>O Movimento Cidades em Transição</i>	214
8.2.2 - <i>Alternatiba e o Movimento de Transição na França</i>	222
8.3 - Movimento Alternatiba: Contexto, Ambições, Objetivos e Ações Nacionais e Locais	227
8.3.1 - <i>Mudar o Sistema, Não o Clima: A Luta da “Geração Clima”</i>	232
8.3.2 - <i>Governança Sociocrática: Uma Busca de Radicalização da Democracia</i>	236
8.3.3 - <i>A benevolência (bienveillance) e a não-violência no centro das ações</i>	246
8.3.4 - <i>Desobediência civil, ações não-violentas: as armas de luta pela justiça climática e social</i>	250
8.3.5 - <i>Os paraísos fiscais na mira dos militantes climáticos: a luta contra a evasão fiscal</i>	252
8.3.6 - <i>Ação não-violenta: a “segunda perna” do movimento Alternatiba</i>	257
8.3.7 - <i>Justiça climática: uma convergência de lutas</i>	259
9 – ENTRE TRANSIÇÃO INDIVIDUAL E PROJETO POLÍTICO GLOBAL.....	267
9.1 - Militância e Transição Individual: Tomada de Consciência da Problemática Climática e Transformação Pessoal	267
9.2 - O Processo de Transição na Prática e o Perfil dos Militantes: Gestos e Comportamentos Individuais e/ou Coletivos	274
9.2.1 - <i>Breve Perfil dos Entrevistados</i>	277
9.3 - Observações Gerais Sobre o Grupo de Militantes do Coletivo Alternatiba Local: Características Principais, Limites e Perspectivas.....	284
9.3.1 - <i>Características principais: em busca de um estilo de vida ecologicamente compatível</i>	284
9.3.2 - <i>Gênero, paridade e participação política: pontos fortes e impasses</i>	289
9.3.3 - <i>Escolhas individuais, impactos globais: gestos cotidianos como atos políticos</i>	291
9.3.4 - <i>A mobilidade no centro das transformações do estilo de vida</i>	293
9.3.5 - <i>Sobriedade e pegada ecológica</i>	296
9.4 - Um Movimento com Modo de Funcionamento e de Militância Singular: Dinâmica Interna do Coletivo, Principais Características, Limites e Perspectivas	298
9.4.1 - <i>Limites</i>	304
9.4.2 - <i>Intergeracionalidade e diversidade social</i>	305
9.4.3 - <i>Entre radicalismo e pragmatismo: frente às contradições do uso intensivo da internet</i>	308

9.4.4 - Positivismo diante de um quadro incerto e imprevisível.....	311
9.4.5 - Elementos diversos: conflitos, perenidade do coletivo, carga de trabalho voluntário.....	312
9.4.6 - Perspectivas do movimento	316
CONSIDERAÇÕES FINAIS	322
REFERÊNCIAS	336
ANEXOS	345

INTRODUÇÃO

Pour éviter une misère généralisée et une perte catastrophique de biodiversité, l'humanité doit adopter une alternative plus durable écologiquement que la pratique qui est la sienne aujourd'hui. Bien que cette recommandation ait été déjà clairement formulée il y a vingt-cinq ans par les plus grands scientifiques du monde, nous n'avons, dans la plupart des domaines, pas entendu leur mise en garde. Il sera bientôt trop tard pour dévier de notre trajectoire vouée à l'échec, car le temps presse. Nous devons prendre conscience, aussi bien dans nos vies quotidiennes que dans nos institutions gouvernementales, que la Terre, avec toute la vie qu'elle recèle, est notre seul foyer.

(extraído do artigo publicado no jornal lemonde.fr por um grupo de cientistas especializados na questão climática, onde se lançou um alerta sobre a situação do planeta¹ e teve a assinatura de mais de quinze mil cientistas).²

A citação acima foi extraída de um recente alerta lançado por mais de quinze mil cientistas, especializados na questão climática e ecológica, os quais enfatizam os problemas (ecológicos e sociais) causados pela aceleração do aquecimento global devido às transformações climáticas engendradas por esse fenômeno. Para os cientistas, o cenário atual já é grave, mas as perspectivas para o futuro são ainda mais graves, se não houver mudanças substanciais no modo de vida da sociedade ocidental, de forma urgente. Apesar do fato de essa realidade ter suscitado uma tomada de consciência crescente sobre a finitude dos recursos naturais e sobre a degradação do meio ambiente e a relação do homem com a natureza de forma geral, ela não tem sido acompanhada de ações concretas, em uma ampla escala, ou seja, não há um sinal realmente forte por parte das instituições políticas frente à urgência e à importância dessa questão.

Face a essa realidade, as constatações evidenciadas pelos especialistas do clima têm levado atores sociais a se mobilizarem para protestar contra os rumos do modelo de sociedade que se desenvolveu nos últimos séculos e propor novos caminhos para se viver junto, não somente entre humanos, mas envolvendo toda a natureza. Diversos movimentos, com reivindicações diversas e complementares, podem ser identificados nessa perspectiva:

²LE MONDE. “Le cri d’alarme de quinze mille scientifiques sur l’état de la planète” (13/11/2017). Disponível em: http://www.lemonde.fr/planete/article/2017/11/13/le-cri-d-alarme-de-quinze-mille-scientifiques-sur-l-etat-de-la-planete_5214185_3244.html#hQjwL5k3IbvG3CXT.99 consultado em 13 novembro 2017. Acesso em : 13 de novembro de 2017.

movimentos propondo o *decrescimento (da economia)*, movimentos urbanos recentes como *Occupy* e os *Indignados*, movimentos de resistências culturais indígenas ou africanas, algumas correntes de movimentos feministas, movimentos de transição ecológica e social, etc.

Essa problemática revela igualmente debates e ações sobre o futuro do planeta (e da vida nesse planeta, inclusive a humana), sobre a questão dos bens comuns e a gestão deles. Com a centralidade da questão ecológica e climática atual, outras questões emergem ou se ressignificam, como é o caso da noção de justiça, que começa a ser abordada em termos climáticos, ultrapassando sua utilização em termos jurídicos e sociais (ou socioeconômicos). A justiça climática e ecológica entra em cena como um elemento de questionamento sobre a utilização dos recursos naturais em países do Norte e do Sul, sobre sua conservação, assim como a responsabilidade dos países historicamente industriais de assumirem as consequências da sociedade industrial, que inclui a degradação do meio ambiente de povos e comunidades que antes utilizavam os recursos de forma sustentável.

Nesse contexto, um conjunto de movimentos sociais e iniciativas cidadãs atuais se designam como de transição ecológica e social, pois julgam essencial passar de uma sociedade que estabeleceu uma relação utilitarista com a natureza (que está levando à sua destruição), para uma sociedade mais respeitosa do meio ambiente e consciente dos seus limites. Tais movimentos buscam conciliar as questões ecológicas e societais de forma consubstancial. Essas lutas aparecem de forma complementar e aspiram avançar coletivamente, ao contrário do que ocorre no modelo social vigente. Eles se apresentam como uma rede dinâmica de pensamento e de ações alternativas, criativas e inovadoras, visando uma transformação social em curto, médio e longo prazos.

Todos esses movimentos e iniciativas convergem em direção a uma transformação (mais ou menos radical) da sociedade e à busca por alternativas mais humanas, equitativas e inclusivas, seja do ponto de vista social ou econômico. Nessa perspectiva de convergência, a ideia de ser ator de uma transição ecológica e social parece se estabelecer como ponto de união de projetos distintos e de diferentes atores (movimentos da sociedade civil, iniciativas cidadãs, organismos públicos). A ideia de transição ecológica e social parte da constatação, dada pelos especialistas do clima, de que o modelo de sociedade atual é insustentável ecologicamente e de que se continuarmos no mesmo ritmo de degradação do meio ambiente haverá um colapso ecológico sem possibilidade de remediação. Dada essa realidade, não há como imaginar um colapso ambiental sem consequências na vida social e, portanto, um colapso social.

É nessa perspectiva que esta pesquisa se debruça e se dispõe em contribuir para a reflexão de um fenômeno social atual, que por sua atualidade representa um grande desafio de compreensão, de explicação e de crítica que um trabalho acadêmico exige. Espera-se evidenciar como a questão ambiental e climática tem se tornado essencial na compreensão de novas dinâmicas sociais, pois as questões levantadas pela crise ecológica e climática são indissociáveis do mundo social.

Da economia solidária à transição societal: a redefinição do tema de pesquisa como um caminho apontado pela pesquisa de campo

A questão da transição social e climática como sujeito de pesquisa e como questão central desta tese não apareceu desde o início da pesquisa. Na verdade, o projeto de pesquisa inicial tinha como foco as iniciativas femininas de economia solidária e o objetivo era realizar uma análise comparativa entre experiências no Brasil e na França. No decorrer da pesquisa e de acordo com o desenho que se construiu, chegamos à conclusão que seria mais interessante (por questão de tempo e de recorte metodológico) que a pesquisa fosse focalizada em um dos dois países em questão. Decidimos focar a pesquisa nas experiências francesas, sem deixar de lado a possibilidade de sempre deixar em perspectiva (mesmo sem aprofundar) as iniciativas no Brasil.

Para realizar a pesquisa de campo na França obtivemos um doutorado sanduíche (12 meses) que foi realizado na cidade de Nantes, em parceria com a Universidade de Nantes, onde foi realizado um estágio doutoral com o laboratório de pesquisa em sociologia, *Centre Nantais de Sociologie* (CENS). A codireção da tese, durante o estágio doutoral, foi estabelecida com a professora doutora Annie Dussuet.

Foi durante a fase de preparação para a chegada à França que o objeto de pesquisa começou a se transformar. Ao fazer o levantamento (pela internet) das iniciativas de economia solidária que poderiam ser interessantes para a análise e com o objetivo de preparar o terreno de contatos que deveria fazer ao chegar à França, deparamo-nos com coletivos de associações e iniciativas diversas que, ao mesmo tempo em que reivindicam no campo da economia solidária, inscrevem-se em um campo ainda mais largo chamado: “movimento de transição”. Ao chegar à França, o primeiro contato feito para a realização da pesquisa de campo foi com um organismo de economia solidária, chamado *Les Ecosolies*³, que funciona

³Disponível em: <<http://www.ecosolies.fr/>>. Acesso em 10 junho 2017.

como um centro de cooperação de associações, empresas e iniciativas das mais diversas, todas na área da economia solidária. Nesse centro, as associações ou empresas solidárias podem ser incubadas, acompanhadas (em diferentes fases do projeto), podem alugar salas de reunião ou de eventos, podem alugar escritórios, anualmente ou por tempo limitado, assim como podem simplesmente ter somente uma caixa de correios para ser utilizada como endereço profissional.

Com o objetivo de criar redes entre portadores de projetos econômicos e sociais, de ser um espaço de inovação social e de promover uma economia mais social, solidária e equitativa na região, esse projeto tem se tornado uma instituição incontornável na área da economia solidária do território determinado para a pesquisa. De fato, *Les Ecosolies* é um espaço de projetos e de práticas alternativas que colocam em ação os princípios da economia solidária: trabalhar, consumir e empreender de forma alternativa a lógica capitalista.

Através dos primeiros contatos com os interlocutores do polo de economia solidária, da visita física ao local e através da documentação consultada, tornou-se necessário afinar a pesquisa e escolher quais iniciativas seriam analisadas dentro desse vasto painel de escolhas e dos diversos campos de intervenção no qual as iniciativas estão inseridas (cultura, lazer, formação, pesquisa, mídias digitais, bem-estar, comércio justo, solidariedade internacional, etc.)⁴. Foi a partir de então que a pesquisa começou a ter como foco a questão da transição social e ecológica, pois uma das iniciativas que fazia parte do polo *Les ecosolies* era a associação “Nantes em transition” (Nantes em transição). Ao entrar em contato (por e-mail) com a associação para ter um pouco mais de informação sobre suas ações e modo de funcionamento (deixando claros meus objetivos de pesquisa e minha posição de doutoranda), obtive uma resposta da associação me convidando para sua próxima reunião e para conversarmos pessoalmente, bem como, para que eu pudesse conhecer o projeto em andamento. O contato foi satisfatório e a associação se apresentou como um objeto de pesquisa por inteiro, pois se trata de uma associação que trabalha com projetos participativos e coletivos.

Ao pesquisar sobre o movimento de transição e à medida em que os projetos e ações da associação “Nantes em transição” (bem como do coletivo de associações e cidadãos envolvidos) se tornavam mais claros, aos poucos o centro de interesse foi se deslocando e o foco da pesquisa pareceu ser mais coerente e interessante se a análise se posicionasse do

⁴ De acordo com as informações da página do *Les ecosolies*, em 2016, o coletivo conta com o seguinte número de aderentes: 193 estruturas jurídicas (associação, pequenos empreendimentos, etc.) e 268 pessoas físicas.

ponto de vista da transição social e ecológica para se compreender os demais movimentos e iniciativas que se associam àquele, tal qual a economia solidária.

A economia solidária passou inclusive a ter mais sentido inserida em um contexto de projeto de sociedade transicional do que uma iniciativa social e econômica separada ou em paralelo (ou às margens) da economia capitalista. Da mesma forma que as outras esferas da vida em sociedade (política, relações sociais, relação com a natureza, cultura, lazer, etc.), a economia faz parte de um todo e deve ser pensada em associação e complementaridade, dentro de um contexto de mudanças desejáveis, para uma sociedade mais justa e igualitária. Não que o movimento de economia solidária não tenha esses objetivos. Eles são, de fato, inerentes ao movimento da economia solidária, mas o projeto de transição societal do movimento de transição parece ser mais global e, por razões que essa pesquisa visa compreender, parece ser igualmente mais mobilizador e mais agregador em suas ações e mobilizações. Talvez essa força mobilizadora do movimento da transição se dê pelo fato de ter como foco central do discurso e das ações a questão climática e como essa questão está associada a todas as esferas da vida.

Nesse sentido, a percepção da economia solidária enquanto dinâmica social e econômica foi resignificada nesta análise e é o processo global na qual ela está inserida que passa a ser o foco da pesquisa: a transição social e ecológica (em todas as suas esferas) reivindicada pelos movimentos sociais e cidadãos envolvidos nos movimentos ditos de transição. Percebemos empiricamente que a economia solidária é, de fato, um dos aspectos da transição, no sentido de que os princípios dessa economia visam uma transformação sistêmica através da mudança das práticas de consumo, de produção, de transformação, de distribuição, etc. Embora eles se apresentem como dois movimentos distintos, esses movimentos se completam e tendem a se aproximar (pelo menos na França), no sentido de que o movimento de transição tem como ambição reagrupar iniciativas diversas que se mobilizam por uma sociedade mais justa, mais solidária e mais respeitosa do meio ambiente. Na prática, a economia solidária configura experiências de transição social e ecológica que estão sempre presentes nos eventos organizados pelo movimento Alternatiba e outros movimentos de transição. Sendo assim, a dinâmica do movimento da transição se apresenta de forma mais ampla e federativa.

Problema de pesquisa e objetivos

De acordo com os elementos já apontados sucintamente, podemos perceber a importância da questão climática em uma discussão atualizada sobre o tema natureza e sociedade. As questões em torno da mudança climática têm proporcionado uma ampla discussão sobre o sistema ambiental como um todo, inclusive sobre os indivíduos nesse ecossistema e o modelo de sociedade no qual estamos inseridos. Aos poucos, as modificações e transformações sofridas pelos ecossistemas e pelo clima foram associadas ao aquecimento global – sendo esta última resultado da ação do homem e de seu modo de vida –, como uma evidência. As autoridades políticas internacionais e os especialistas na questão climática entraram em um quase consenso sobre a necessidade de agir contra o aquecimento global (mesmo se os métodos e o ritmo são questionados pelas associações militantes e especialistas ligados às questões climáticas e ambientais); diversos movimentos da sociedade civil se mobilizam pela construção de uma sociedade mais harmoniosa social e ecologicamente.

Nesse contexto, uma nova perspectiva de sociedade parece se abrir e é possível visualizar pequenas – porém importantes – transformações sociais, quer tenham sido realizadas por agentes políticos ou por iniciativas cidadãs. A sociedade capitalista e seu modelo de desenvolvimento, apesar de continuar hegemônica, parece não satisfazer a massa de indivíduos sensibilizados pela questão ambiental e climática que se formou e que continua a se formar nesses últimos anos. Desse modo, as questões que envolvem as iniciativas em torno da transição ecológica e social implicam um processo dinâmico de mudanças sociais que já são visíveis, que se organizam e que merecem ser estudadas.

Assim, esse estudo se justifica pela importância de se dirigir um olhar sociológico sobre essas novas iniciativas cidadãs, inseridas em novos movimentos sociais⁵, tentando perceber o contexto social no qual estão inseridos e levando em consideração a dinâmica das ações coletivas em sua globalidade: a diversidade dos atores coletivos, individuais, instituições e organismos envolvidos. Objetivamente, procuraremos contribuir na compreensão das transformações sociais, motivadas pelas questões ambientais e climáticas, que vêm ocorrendo no mundo, de forma bastante recente, particularmente na França.

⁵ A utilização do termo ‘novos movimentos sociais’ tem como base a definição de Santos (2008, p.20-21), onde ele caracteriza como tais movimentos do tipo: feministas, ecológicos, indígenas, afrodescendentes, camponês, teologia da libertação, movimentos urbanos e LGBT. De acordo com a concepção do autor, esses movimentos, além de ampliarem o âmbito das lutas sociais, trouxeram consigo novas concepções de vida e de dignidade humana, novos universos simbólicos, novas cosmologias, gnoseologias e até ontologias. Trouxeram também novas emoções e afetividades, novos sentimentos e paixões. Para o autor, foram esses novos movimentos que permitiram as condições de reflexão para a construção do que ele chama de sociologia das ausências e das emergências.

A questão ambiental durante muito tempo ficou restrita aos especialistas da área ambiental, como se a natureza pudesse ser estudada e analisada de forma isolada do meio social. Os estudos que cruzam meio ambiente e sociedade ainda se fazem raros nas teses de sociologia (mesmo que haja uma tendência atual para se tratar essa questão), enquanto o impacto dos fenômenos naturais na vida social não cessa de se apresentar como uma realidade cada vez mais presente nos diversos fenômenos e fatos sociais (enchentes, poluição, secas, etc.), que impactam no cotidiano das populações mais carentes, deixando-as ainda mais vulneráveis. Através do olhar sociológico sobre essas questões, podemos contribuir para a compreensão e análise da dinâmica das transformações sociais em curso, em termos de ações cidadãs e políticas, lutas e resistências existentes.

O presente estudo visa propiciar uma contribuição para a compreensão de um mundo em mutação – social e/ou ecológica – e quanto ao surgimento de movimentos que, sob condições adversas, procuram encontrar saídas positivas e humanistas. Colocar em evidência a emergência e os objetivos de um movimento tal qual o movimento da transição, que tem se espalhado em países ditos ricos (ou de capitalismo central), é apontar as contradições e os limites do modelo social hegemônico e ainda tido como referência, a saber, um desenvolvimento baseado no consumo e na espoliação de recursos naturais. Do nosso ponto de vista, é importante trazer para o debate acadêmico elementos de reflexão sobre um movimento social anti-hegemônico (não que seja o primeiro) que nasce e se estrutura nas entranhas da sociedade dita desenvolvida e que coloca em questão diversos aspectos do desenvolvimento.

Em paralelo, espera-se que os elementos autorreflexivos sobre os rumos e os impactos do desenvolvimento que o movimento da transição faz desde a sociedade europeia e que mostraremos neste estudo contribuam para uma reflexão sobre o debate acerca do desenvolvimento do tema no Brasil e que caminhos possam ser trilhados para evitar os desacertos, falhas e incongruências que vêm sendo criticados na França e nos países centrais. Ambiciona-se, assim, contribuir para um processo reflexivo sobre nosso desenvolvimento e nossa necessidade de pensar, por nós mesmos, sobre as possibilidades (ou não) de participarmos de um movimento global de transição social e ecológica, para a construção de um mundo com bases mais saudáveis e solidárias.

Diante do cenário e da problemática acima expostos, onde a contestação do modo de vida hegemônico e da necessidade de se construir um modo de vida mais respeitoso dos homens e do meio ambiente (reivindicada por diversos movimentos sociais e cidadãos, nas diferentes partes do mundo), algumas questões se impõem e dão contorno a essa pesquisa:

Quem são os atores sociais que compõem as iniciativas de transição ecológica e social? Como eles se organizam? O que reivindicam? Quais suas motivações e aspirações? Quais são as raízes dessa aspiração de transição em uma sociedade dita desenvolvida e que continua a ser um modelo social e econômico para os países ditos em desenvolvimento ou pobres? Que ações e políticas públicas têm sido instauradas nessa perspectiva de transição? À luz desses movimentos e iniciativas, para onde caminhamos? As respostas exatas para essas questões não se encontram neste estudo, apenas reflexões e constatações sobre as possibilidades de caminhos que estão se construindo (ou se desconstruindo) em vias de uma sociedade que leve em consideração a questão climática e a crise ambiental como um todo.

Dadas as questões norteadoras anteriormente expostas, que refletem caminhos de reflexão a partir do amplo universo que esse tema de pesquisa suscita e da problemática abrangente que a questão da transição envolve, o problema específico que formulamos para essa pesquisa - na busca de focalizar a pesquisa e trazer elementos esclarecedores -, pode ser resumido nas seguintes questões: quais são as condições sociais de emergência de iniciativas de transição ecológica e social? Como elas se organizam? Com que atores sociais e que impasses e desafios enfrentam?

Para esta análise, a pesquisa teve como foco a experiência francesa de movimento da transição ecológica e social, onde germinam experiências e experimentações sociais em prol de um modelo de vida mais compatível ecologicamente, menos energívoro e menos baseado na pilhagem dos recursos naturais. Mais especificamente, será abordado o caso do movimento “*Alternatiba*”, que vem colocando em cena os atores de uma transição já em marcha, mais ainda não muito bem identificados e tampouco valorizados no campo de ação e de luta contra a desregulação do clima e de transformação social. Evidentemente, as experiências francesas de transição estão inseridas em um contexto europeu e internacional, motivo pelo qual citaremos algumas iniciativas alternativas, em termos de transição social, ecológica e cidadã, espalhadas pelo mundo.

Apresentamos nesta análise as iniciativas de ações cidadãs do movimento da transição ecológica e social, através do coletivo “*Alternatiba Nantes*”, tendo sido este o *locus* da pesquisa que ocorreu na cidade de Nantes, na França. Para realizar esta análise, levamos em consideração os diversos aspectos que norteiam as iniciativas, em especial o contexto social, histórico e econômico no qual emerge esse movimento. Procuramos identificar as principais razões e motivações que mobilizam os cidadãos e organizações envolvidas nessa dinâmica. Procuramos identificar, igualmente, as principais razões pelas quais a sociedade atual, de

acordo com o movimento, necessita de uma transformação profunda (a transição sendo o começo desse processo).

Do ponto de vista teórico, em um primeiro momento, diversas noções do sociólogo português Boaventura de Sousa Santos são importantes para dar os contornos acadêmicos deste estudo: epistemologias do Sul, contra-hegemonia, sociologia das ausências e das emergências. Essas noções nos pareceram importantes no sentido de que, por um lado, a abordagem na perspectiva das epistemologias do Sul se enquadra em nossas observações empíricas, pois o movimento da transição que analisamos está intrinsecamente ligado à ideia de uma mudança de paradigma societal e que uma parte importante das reflexões que norteiam essas mudanças é oriunda de movimentos altermundialista e, portanto, com forte influência de teorias, epistemologias e perspectivas de transformações sociais vindas dos países ditos do Sul global (porém construídas em um contexto de diálogo internacional, com influências recíprocas). Ou, pelo menos, com concepções de mundo que buscam romper com a lógica hegemônica ocidental e eurocêntrica, marcada pelas injustiças inerentes ao modelo capitalista (no caso do movimento que estudamos, bastante centrado em torno das injustiças climáticas).

Por outro lado, a perspectiva da contra-hegemonia nos permite uma chave de leitura interessante sobre a dinâmica de um movimento marcado por lutas, propostas de ruptura e ressignificação de práticas e sentidos do sistema socioeconômico vigente, apresentando, assim como faz Santos (2002, p.16) em sua análise sobre a “crítica da razão indolente”, uma “crítica forte do paradigma dominante”. E, por fim, a noção de sociologia das ausências e das emergências nos ajuda a pensar as transformações sociais atuais através do prisma de realidades socioculturais emergentes e integrá-las em um amplo leque de análises de experiências sociais e cidadãs alternativas emergentes e pouco visíveis tanto do ponto de vista científico, como midiáticos, mas também político.

Para além dessas noções, outros conceitos e concepções do sociólogo português nos ajudaram (explicitamente e implicitamente) a delinear o contexto teórico-empírico dentro do qual as experiências de transição social e ecológica se inserem. Outras noções, de outros autores se acrescentam a esta análise para tentar dar conta da complexidade e da relativa novidade do assunto. Entre fontes teóricas “clássicas” e “contemporâneas” tentamos costurar uma argumentação teórica que dê conta da realidade empírica do objeto de pesquisa e dos temas conexos que incontornavelmente tivemos que trazer para a discussão: debate sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento, teoria do antropoceno, o debate sobre a crise civilizacional de Edgar Morin, assim como, a noção de metamorfose abordada em seu livro “La voie” (2011).

É importante salientar que grande parte do debate teórico que trazemos neste estudo emergiu na própria pesquisa de campo, pois o movimento tem em sua órbita diversos intelectuais francófonos que apoiam o movimento da transição (quer seja através do movimento Alternatiba, Cidades em transição, ou outro movimento ecológico de transição). Para além do aspecto militante, tentamos estabelecer a coerência entre o pensamento desses intelectuais envolvidos nesse processo de transição (empiricamente e/ou intelectualmente) e as ações de transição promovidas pelo movimento Alternatiba. A definição de transição será estabelecida através da contribuição de sociólogos e filósofos recentes que começam a forjar definições que se completam e são inspiradas nas experiências empíricas do movimento emergente de transição social, ecológica e climática.

Dessa forma, os autores mobilizados para esta análise são essencialmente contemporâneos, presentes no debate atual sobre as questões que transpassam a análise aqui proposta (transição social, decrescimento, ecologia, mudanças climáticas, alternativas cidadãos). A crítica ao capitalismo e à sociedade de consumo é uma constante nas teorias mobilizadas, assim como, via de regra, a crítica à acumulação do capital como objetivo central da lógica capitalista-desenvolvimentista.

Para citar alguns autores de obras recentes, dentro dessa problemática e aqui mobilizados, podemos listar: Boaventura de Sousa Santos, Meda, Pascal Chabot, Serge Latouche, Alberto Acosta, Patrick Viveret, René Audet. Mas também, quando necessário, serão mobilizadas ideias, teorias e análises de autores clássicos da sociologia brasileira ou da sociologia geral e/ou outros já considerados clássicos, como Karl Marx, Max Weber, Émile Durkheim, Celso Furtado, Becker, entre outros clássicos que se encontram, geralmente, de forma implícita nas outras obras recentes citadas, pois se trata de autores fundamentais e incontornáveis, presentes mesmo sem serem citados diretamente.

Essa pesquisa busca compreender a emergência de novos movimentos que visam uma transição para uma sociedade mais respeitosa do meio ambiente e mais justa socialmente, porém, apesar de a análise ser centrada na França, não quer dizer que esses movimentos são exclusivamente originários da França e da Europa, de uma forma geral. De outra parte, não se trata (ou pelo menos se pretende não dar a entender) de uma análise eurocêntrica, com o objetivo de mostrar experiências europeias como inovadoras e exemplares para o resto do mundo, como um novo colonialismo ideológico. É evidente que, no mundo globalizado em que vivemos, os movimentos sociais se inventam e se reinventam de forma interconectada e se autoinfluenciam entre os diferentes países e continentes.

A ideia é de obter um olhar compreensivo e ao mesmo tempo crítico sobre o que se passa na Europa em termos de iniciativas alternativas ligadas à ideia de transição ecológica e social (tendo como foco as iniciativas observadas na França), visando contribuir, mesmo que de forma modesta, a outros estudos (quer seja na França ou no Brasil) que se interessem pela questão ambiental e social, enquanto campo de pesquisa para as ciências sociais, em especial a sociologia, através do debate das transformações sociais que a problemática da crise ecológica e climática tem feito emergir. Procurar-se-á entender os fundamentos, a organização e os objetivos dessas iniciativas, com o propósito de servir de base para outras análises comparativas entre as similitudes ou assimetrias das iniciativas que ocorrem na América Latina e no mundo em termos de mobilizações (de ações concretas e utopias) e iniciativas contra-hegemônicas.

De forma mais frequente, temos o olhar dos intelectuais dos países desenvolvidos analisando os países não desenvolvidos e/ou emergentes. A nossa proposta visa uma análise inversa e ao mesmo tempo cruzada das iniciativas alternativas de transição social e climática, de forma a buscar entender esse processo de questionamento do modelo de desenvolvimento social e econômico, no interior de um país considerado desenvolvido. Importa compreender e analisar o que leva os cidadãos de um país dito “desenvolvido” ou de “primeiro mundo” a criticar certos aspectos da sociedade “desenvolvida”, enquanto que países que ainda não atingiram tal nível de desenvolvimento ainda os aspiram (nível de consumo, tecnologias de ponta, democratização de transporte individual, etc.). De fato, uma questão que se impôs como um dos pilares centrais dessa análise, no decorrer da pesquisa, foi a problemática do desenvolvimento. Da mesma forma que a economia solidária, o movimento da transição é bastante marcado pela crítica da sociedade capitalista – ou os resultados da sua expansão e do seu *modus operandi*.

Interessa-nos saber quais são as motivações e as razões das aspirações e mobilizações que levam cidadãos europeus a se investirem na busca de “um outro mundo”, mais justo, mais equitativo e solidário, mais respeitoso da natureza e dos homens, como defendem os movimentos de transição na Europa (reivindicações que podemos identificar nos movimentos similares, em outros continentes).

O contexto social no qual os movimentos de transição social estão inseridos é de crises múltiplas, as quais caracterizam a sociedade ocidental nas últimas décadas: social, ecológica, econômica, e, até mesmo, crise de civilização, como defende Morin (2011). Diante dessa constatação, observa-se um aumento de movimentos sociais em busca de mudanças sociais estruturais (como já foi evocado mais acima). No centro dessa discussão sobre a necessidade

de transição para um novo modelo de sociedade, o modelo capitalista é colocado em questão em todas as suas esferas (financeirização da economia, agravação das injustiças sociais, concentração de renda, insustentabilidade ecológica, pilhagem dos recursos naturais, etc.). Procura-se construir um modelo social e econômico que conjugue respeito ao meio ambiente (ecologicamente sustentável) e justiça social, tanto em escalas locais, nacionais, como mundial. O desafio desses movimentos é de conseguir “reencastar a economia na ecologia e na antropologia”, para utilizar os termos do filósofo e economista francês Patrick Viveret (bastante inspirando na análise de Karl Polanyi), em seu livro “Reconsiderar a riqueza”⁶ (VIVERET, 2013, p. 7). Nesse mesmo sentido, Amartya Sen também defende a ideia de que é necessário repensar a economia como uma “ciência moral” (citado por VIVERET, em entrevista na rádio *France culture*⁷).

Assim, transição social e ecológica, apesar de englobar um conjunto de transições, se configura como uma via única, porém, bastante larga para abarcar os múltiplos aspectos e transições envolvidas nesse processo. A transição socioecológica é, portanto, sistêmica e envolve uma série de elementos imbricados e indissociáveis para a transformação social desejada. Quanto à transição social, se quisermos defini-la isoladamente, trata-se de uma transição de modo de vida⁸, no sentido de uma transição estrutural e estruturante, como defende Maresca (2017), que toca todos os aspectos da vida social e é impulsionado pelas diferentes estruturas políticas nacionais e internacionais. Essa transição opera em direção a uma sociedade que leve em consideração a luta contra o aquecimento global e a atenuação das consequências das mudanças climáticas (acidificação dos oceanos, perda da biodiversidade, aumento do nível do mar, agravação e aumento de catástrofes naturais). Dessa forma, a noção de transição social é indissociável da problemática das transformações ecológicas ou do que consideramos aqui como transição ecológica. Por essas razões, nos referimos, neste estudo, sistematicamente à "transição social e ecológica", embora haja movimentos que se designam de forma separada "transição ecológica", "transição social", "transição energética".

Procedimentos metodológicos e o campo da pesquisa

⁶ Título original: Reconsidérer la richesse

⁷ Entrevista (áudio) realizada em 24/06/2015, disponível em: <<http://www.franceculture.fr/player/reecouter?play=4607976>>. Acesso em : 10 nov 2015.

⁸ A noção de modo de vida aqui utilizada é do sociólogo francês Bruno Maresca (2017), que mobiliza esta noção em suas análises sobre a transição ecológica. Para o autor, trata-se de uma noção estrutural e estruturante da vida social, ou seja, um amplo ‘quadro da vida social’. Ele diferencia da noção de ‘estilo de vida’, que para ele se situa nas práticas sociais de esferas mais individuais ou de grupos identitários.

Em um primeiro momento, este estudo se propôs a realizar uma análise teórica, através de um levantamento bibliográfico em língua francesa e portuguesa, principalmente em torno dos temas e noções que permeiam o movimento da transição social e ecológica, visto que se trata de um movimento que ao mesmo tempo visa ações concretas e pragmáticas, e mantém uma proximidade com o mundo teórico - pois trata-se de um movimento que é rodeado e impulsionado por diversos intelectuais de esquerda e, de forma geral, os militantes exercem certa reflexividade sobre suas próprias implicações, sobre as ações coletivas e sobre o modelo de sociedade que se pretende construir. Desse modo, trata-se de um movimento que apresenta características críticas e reflexivas. Esse estudo visa apreender as entrelinhas dessa realidade a partir de observações diretas, participantes e regulares, assim como através da construção de uma relação empática, sem perder de vista o olhar sociológico e a posição enquanto pesquisadora.

É importante ressaltar que, para além da observação participante, da análise de documentos oficiais internos e da pesquisa bibliográfica, muitos dados e recursos utilizados que alimentaram esta pesquisa são provenientes de fontes diversas oriundas do mundo virtual. E, dada a profusão de informações e conteúdos a que somos expostos através das redes sociais, essa massa de informações se torna dificilmente valorizável em um trabalho científico, tal qual uma tese. Assim, contribuíram para esta reflexão elementos como: vídeos e postagens diversas nas redes sociais (assim como seus comentários), publicadas por membros militantes ou diretamente nas páginas oficiais do movimento *Alternatiba* e dos movimentos similares; comentários de artigos *online*; entrevistas, conversas informais. Foram realizadas 12 entrevistas semi-estruturadas, com duração média de uma hora e meia. Os doze entrevistados faziam parte da equipe de coordenação do coletivo em 2015, no momento de organização da ‘vila das Alternativas 2015’. Eles faziam parte dos membros mais ativos do coletivo neste momento. As entrevistas foram realizadas entre setembro de 2016 e dezembro de 2017.

Os dados quantitativos aparecem de forma marginal nesse trabalho, mas são importantes para complementar a análise qualitativa e ilustrar as constatações e impressões observadas na pesquisa empírica.

As principais etapas da pesquisa foram as seguintes:

- ⇒ Levantamento bibliográfico dos conceitos de desenvolvimento, progresso, crescimento, desenvolvimento sustentável, decrescimento, em perspectiva com a questão ecológica e ambiental, assim como suas correlações com o debate sobre a crise social e ambiental atual;

- ⇒ Definição e análise do conceito e das iniciativas de *transição social e ecológica*, na França, e suas conexões com a dinâmica internacional do movimento ecologista;
- ⇒ Identificação das iniciativas de transição social e ecológica em Nantes/FR;
- ⇒ Inserção no campo de pesquisa de uma “participadora observante” (participação nos eventos, reuniões, que permitiram interações privilegiadas com os membros do grupo, etc.);
- ⇒ Entrevistas semi-diretivas e conversas informais;
- ⇒ Análise de dados (teóricos e empíricos) e realização de estudo de caso do coletivo *Alternatiba*: seus objetivos, seus campos de ação, suas mobilizações, seu funcionamento, perfil dos membros, relações de gênero, seus impasses e desafios;
- ⇒ Observação da existência de um comportamento específico ao grupo (modo de vida) que poderia ser identificado como um comportamento ou ações individuais e coletivas de transição, devido à consciência ecológica.

Para além do fato de que se trata de iniciativas cidadãs que estão inseridas em um movimento social emergente, o movimento aqui estudado apresenta características bastante particulares (e mesmo inovadoras) na sua forma de organização e mobilização. Por essa razão, os procedimentos metodológicos privilegiados para essa pesquisa estão baseados principalmente em uma abordagem qualitativa. A observação participante foi um instrumento de pesquisa fundamental para a compreensão do grupo e do movimento aqui analisado. A postura metodológica adotada foi a de realizar uma imersão no campo de pesquisa tanto como pesquisadora, quanto como cidadã engajada. Foi dessa forma que foi proposta para o grupo a inserção nele. Desde o início ficou bastante claro para o coletivo *Alternatiba* pesquisado (Nantes), a dupla posição de minha presença, uma forma de observadora engajada. A posição enquanto pesquisadora e membro do coletivo teve uma aceitação unânime no grupo e em nenhum momento da pesquisa essa postura foi questionada ou criticada.

O campo de pesquisa se apresentou como um universo relativamente de fácil acesso (aos militantes e às informações) pelo fato de se tratar de um grupo recentemente formado e bastante aberto. A integração no grupo se faz de forma bastante natural e sem nenhum ‘ritual de passagem’. Basta entrar em contato com o grupo, participar das reuniões (de coordenação ou grupos de trabalho temáticos), indicar sua disponibilidade, comissão de interesse e se implicar voluntariamente no trabalho da comissão escolhida. Todas as pessoas que se interessam podem rapidamente integrar o grupo e participar de acordo com sua

vontade/possibilidade de implicação em uma comissão ou subcomissão. Trata-se de um grupo que procura aglutinar (*fédérer*) e criar alianças com um máximo de pessoas interessadas, de associações e de coletivos cidadãos na causa ecológica e climática, independente do nível de consciência ecológica que expressem. Essa abertura a novos participantes e o caráter pragmático do funcionamento do grupo (procura de pessoas que se disponham a realizar as tarefas, voluntariamente) fez com que a minha condição de pesquisadora não parecesse ser um problema para nenhum dos membros do grupo ou que pudesse ser um fator de modificação do comportamento do grupo, ao serem expostos à nossa observação. A dupla postura – de um lado como doutoranda, que estava ali para observar, alimentar uma reflexão e colher dados; de outro lado, como uma cidadã, como outra pessoa qualquer que participa do grupo, que destina uma parte do seu tempo para contribuir voluntariamente nas atividades e no projeto do coletivo - até suscitou interesse de vários membros.

Concretamente, eu integrei a comissão de logística, e mais precisamente a subcomissão ‘altercantine’, que consistia em organizar um espaço de alimentação durante o festival Alternatiba Nantes, 2015. Sendo assim, pude participar ativamente das reuniões da subcomissão altercantine, como da comissão ‘logística’ e das reuniões de coordenação geral que aconteciam de quinze em quinze dias, com o objetivo de fazer um balanço geral da organização do evento, através do relato dos representantes de cada comissão. Era na coordenação geral onde se compartilhavam os entraves e os problemas que cada comissão enfrentava e tentava-se encontrar soluções coletivamente. As decisões finais de cada comissão eram apresentadas à coordenação geral e se não houvesse objeções elas eram deliberadas.

Podemos falar, talvez, de uma observação engajada, pois a observação se fez a partir de um engajamento real no projeto do coletivo. Esse engajamento foi uma forma de imersão no grupo e permitiu uma observação intensa do modo de funcionamento do grupo, das relações sociais nas quais eles estão envolvidos, na compreensão das motivações dos participantes, assim como na compreensão das características intrínsecas ao coletivo. Obviamente, a questão da neutralidade axiológica que se almeja em uma pesquisa sociológica não é fácil de ser gerenciada nesse tipo de escolha de pesquisa de campo. O envolvimento com o grupo foi forte e as fronteiras entre o meu lugar de pesquisadora e cidadã engajada ficaram muitas vezes tênues.

Apesar de ter tentado manter certa distância e não me envolver em decisões do grupo, as circunstâncias fizeram com que em um momento do projeto, com a aproximação do evento e a urgência de finalizar a organização do espaço de restauração, eu tive que assumir o papel de correferente da subcomissão e acabei exercendo um papel central na realização do espaço

de alimentação. Essa tomada de responsabilidade se deu principalmente pelo fato de os dois referentes da subcomissão terem tido problemas pessoais e não terem podido continuar na comissão até o final. E, como eu era uma das pessoas que tinha muita informação sobre o andamento da organização, acabei assumindo, juntamente com outro referente, a responsabilidade de encabeçar a organização do espaço de alimentação do evento (espaço de venda de sanduíches compostos de produtos locais, orgânicos e vegetarianos). Esse espaço era muito importante, pois ele representava uma importante fonte de autofinanciamento do evento.

A participação em uma comissão e ao mesmo tempo nas reuniões de coordenação geral foram importantes para observar o nível de autonomia de cada comissão e subcomissão, os debates de fundo na dinâmica interna (que não havia necessariamente em reuniões de coordenação, pela necessidade de ter pouco tempo para deliberar muitas decisões), a verificação da prática democrática nas diversas instâncias, assim como o modelo de representatividade experimentado pelo coletivo.

Como pesquisadora/observadora eu poderia ter escolhido participar unicamente das reuniões de coordenação geral, onde cada comissão expõe o andamento das atividades e submete ao grupo impasses e dificuldades (quando há). Porém, sem participar de uma comissão específica eu teria perdido a riqueza dos detalhes e teria sido complicado entender o real funcionamento e as particularidades de um grupo que, desde a primeira reunião na qual participei, apresentou características bastante diferentes de reuniões de outros grupos associativos e que me levou a querer entender com mais profundidade a forma de organização específica ao grupo.

De fato, ao participar das primeiras reuniões de coordenação geral não foi possível identificar o que geralmente encontramos em coletivos ou associações militantes: o líder do grupo, ou o coordenador, os principais líderes. Percebi então que não havia um líder. A coordenação geral funciona como uma forma de assembleia geral. Cada participante tem direito à voz e voto de forma igualitária, mesmo as pessoas que acabam de integrar o grupo e que participam pela primeira (ou por uma única vez). O coletivo denomina essa forma de organização como uma ‘sociocracia’.

As reuniões nas diferentes instâncias confirmaram a característica de vontade de radicalização da democracia que o grupo apresenta em seus discursos. Há um esforço claro no sentido de eliminar as diversas formas de hierarquia, pelo menos da forma clássica como a entendemos. Observou-se que certa forma de hierarquia se apresenta quase que naturalmente, mas ela não é ligada ao tempo de participar ao grupo, mas principalmente pelo nível de

envolvimento e de engajamento. Isso quer dizer que uma pessoa que acaba de chegar no coletivo e que se dispõe a ser correferente de um grupo (que precisa de um correferente) pode assumir essa responsabilidade, mesmo se ela não conhece ainda muito bem o funcionamento do grupo. De alguma forma, é o tempo disponível que a pessoa tem para dedicar ao coletivo (para efetuar as tarefas necessárias para a organização do evento/projeto) que define o nível de responsabilidade e de centralidade que ela terá no coletivo ou na comissão. Porém, apesar de ser interessante e valorizante para os recém chegados, essa abertura e ausência de critérios na tomada de responsabilidade de qualquer pessoa que integra o coletivo encontra alguns limites organizacionais, pois nem sempre as pessoas que se disponibilizam para exercer certas tarefas têm a capacidade (técnica ou relacional) para executá-las e o trabalho acaba recaindo sobre o grupo e outras pessoas já engajadas com outras tarefas.

A postura metodológica aqui adotada foi inspirada na metodologia utilizada por Wacquant (2001), discípulo de Pierre Bourdieu, através de sua pesquisa que resultou na obra “Corpo e alma: notas etnográficas de um aprendiz de boxe”, na qual o sociólogo francês optou por uma pesquisa de imersão no mundo dos boxeadores, de um bairro pobre e negro dos Estados Unidos (Chicago, no final dos anos 1980), para melhor entender a realidade. O autor se refere a uma pesquisa de “participação observante”, fazendo um jogo de palavras com a metodologia clássica da etnografia, a observação participante. Essa inversão dos termos mostra o nível de envolvimento com a pesquisa e com os atores da pesquisa, pois ele se tornou um aprendiz de boxeador para vivenciar a experiência corporal e social do grupo estudado.

Assim, a presença regular no campo de pesquisa (através da participação de reuniões, debates, formações, jornadas de trabalho, eventos festivos, eventos diversos) e o acesso às informações internas do grupo (pelo fato de ser dele integrante), facilitou a coleta de dados e de materiais diversos, importantes para a análise. Pelo fato de ter me tornado um membro de uma das comissões do coletivo (comissão de organização do restaurante, do evento “Village des Alternatives 2015, em Nantes”), pude ter acesso às informações internas da coordenação local e nacional, podendo ter informações privilegiadas e detalhadas sobre as questões políticas do movimento, sobre toda a lógica interna do grupo, assim como a dinâmica das tomadas de decisão.

A pesquisa de campo foi dividida em duas fases principais: uma primeira fase de aproximação do grupo, que constituiu uma intensa imersão no cotidiano do coletivo, onde se optou por se tornar um membro do coletivo. Essa primeira fase durou dez meses (de março a dezembro de 2015), tendo como ritmo, ao menos uma reunião por semana, em média. Uma

segunda fase, a partir do início de 2016, a partir da qual foi mantida uma proximidade com o grupo (que continua até o momento atual), através de participação em eventos e reuniões de forma ocasional e leitura de textos, *e-mails*, documentos internos diversos, assim como realizando contatos com membros do grupo.

Foi nessa segunda fase que foram realizadas as entrevistas semidiretivas (finalizadas em 2017). De acordo com os objetivos da pesquisa, optou-se por realizar as entrevistas com as pessoas identificadas como membros mais ativos do coletivo. Trata-se dos membros que aparecem, através da observação empírica (pois não há relação hierárquica explícita no grupo), como principais “referentes”⁹ da estrutura. Nesse contexto, identificou-se um grupo de, mais ou menos, vinte pessoas como principais mobilizadoras do coletivo local *Alternatiba* (dez comissões principais, sendo cada uma com dois correferentes)¹⁰.

A escolha dos membros a serem entrevistados foi feita a partir do nível de implicação no grupo, de acordo com as observações realizadas no período de pesquisa. Tendo em vista que alguns membros ativos do coletivo tinham previsto de se afastar do grupo após a realização do “Village *Alternatiba*” (principal evento do ano e que demandou muito investimento dos voluntários), as entrevistas foram realizadas com membros ativos que continuaram a acompanhar o movimento, após o evento. Quatorze propostas de entrevistas foram enviadas (sete mulheres e sete homens - respeitando a preocupação de paridade e de igualdade de gêneros presente no coletivo -, obtivemos doze respostas positivas e duas propostas não teve resposta). Assim, doze entrevistas foram realizadas, com seis entrevistados homens e seis mulheres.

Sem uma imersão empírica consequente não seria possível identificar os principais atores do movimento local, nem mesmo a forma como eles/elas se tornam correferentes¹¹ das comissões temáticas ou transversais existentes. Na ausência de um modelo hierárquico clássico e facilmente identificável (através de um organograma ou da simples indicação pelos membros internos), foi a observação empírica que nos permitiu identificar os membros mais ativos do grupo e perceber que é pelo fato de serem mais ativos e presentes nas reuniões de coordenação que eles se tornam correferentes das comissões das quais participam.

⁹ O termo ‘referente’ é utilizado para designar as pessoas que assumem a responsabilidade de uma dada comissão. Cada comissão é composta de dois correferentes e os demais membros. Os correferentes são responsáveis por representar as comissões em reuniões de coordenação, mesmo se na ausência dos correferentes, qualquer membro possa representar a comissão.

¹⁰ As comissões podem ser subdivididas em subcomissões, de acordo com a necessidade avaliada pelos membros de cada comissão e da carga de tarefas, e em função do projeto em curso.

¹¹ Todas as comissões são representadas por dois correferentes e, de preferência, é aconselhado que seja um homem e uma mulher.

As entrevistas respeitaram a heterogeneidade do grupo e as características principais observadas na observação participante: busca de uma paridade entre homens e mulheres, intergeracionalidade, diversidade de categorias sócio-profissionais, níveis de diploma variados. As observações diretas e participativas foram importantes para identificar os principais comportamentos sociais dos membros do grupo, entender as motivações coletivas de implicação na causa climática e ecológica, observar a coerência entre as práticas e os discursos, em termos de ações consideradas como de transição, entre outras características. Com esses dados coletados, as entrevistas individuais tiveram a pretensão de confirmar (ou refutar) as características identificadas, de forma global, nas ações individuais e compreender o percurso individual de engajamento cidadão, assim como as motivações por trás das práticas. Da mesma forma, conhecer um pouco da história de vida dos militantes entrevistados permitiu perceber a heterogeneidade sociológica do grupo. Através das entrevistas foram identificados comportamentos que podemos classificar como típicos do grupo e traçar uma tipologia dos militantes da transição social e ecológica. As entrevistas permitiram perceber com mais precisão as escolhas e estratégias realizadas pelos militantes para se tornar um cidadão com um comportamento mais “climato-compatível” e como eles encaram – de acordo com suas próprias apreciações –, essas mudanças e adaptações no estilo de vida.

Enunciação de capítulos

O presente trabalho está estruturado em nove capítulos, além da introdução e das considerações finais. Na introdução, apresenta-se um breve panorama teórico e contextual da questão ecológica como um novo fenômeno social, assim como a importância sociológica da pesquisa. Procura-se proporcionar uma visão global do sujeito estudado e suas correlações com outros domínios de estudo, que apresentam características comuns e que são complementares nessa reflexão. Desde a introdução, percebemos que as críticas do desenvolvimento e, portanto, da sociedade capitalista são elementos importantes (e mesmo centrais) para a compreensão da emergência de um movimento tal qual o movimento estudado - transição social e ecológica -, em uma sociedade ocidental. Portanto, consideramos importante contextualizar e situar o movimento em questão a partir deste prisma analítico, que apesar de não ser explicitamente reivindicado pelo movimento *Alternatiba*, pudemos identificar empiricamente através dos discursos dos militantes, da linha ideológica de movimentos associados e das entrelinhas das falas e publicações do movimento.

Dessa forma, trataremos nos primeiros capítulos, de forma mais teórica, do processo de desenvolvimento e suas consequências, que seria o pano de fundo do movimento *Alternatiba*, no sentido de que ele está inserido em um movimento mais global de contestação do modelo de sociedade desenvolvimentista, baseada na crença do crescimento exponencial e na espoliação dos recursos naturais, assim como na valorização do capital em detrimento do humano. Nos capítulos subsequentes, continuaremos a identificar os laços entre a crítica do desenvolvimento e as ações concretas dos membros do coletivo, na perspectiva da ótica do coletivo, que defende a construção de uma sociedade de transição para um modo de vida socialmente (e a esfera econômica fazendo parte do social) e ecologicamente mais harmônico e mais justo, em oposição ao sistema vigente.

No primeiro capítulo, abordamos de forma panorâmica algumas evidências de um mundo em busca de transição, através da emergência e do protagonismo de movimentos alternativos e projetos de alternativa à lógica social e econômica dominante. Apresentamos as discussões sobre a influência antrópica sobre as novas questões climáticas que se transformaram em questões sociais maiores e estão sendo incorporadas como bandeiras de luta nos movimentos sociais e novos movimentos ambientais. Através dos dados do grupo de *experts* sobre o Clima (IPCC), colocamos em evidência as transformações ambientais e climáticas que vêm impondo a necessidade de reconhecer o impacto negativo que o modo de vida ocidental (capitalista) tem exercido sobre a natureza e como esses fatores impactam na vida em sociedade. Dentro desse contexto, introduzimos os primeiros elementos para a compreensão de uma série de movimentos cidadãos que emergem tendo como preocupação as questões ambientais e climáticas e que buscam uma transição para um modo de vida mais harmonioso com o meio ambiente natural e social.

O segundo capítulo levanta alguns elementos históricos estruturantes para a compreensão deste estudo. Ele propõe uma análise teórica das “epistemologias do Sul” como pano de fundo da visão do processo de “transição social e ecológica” que pretendemos apresentar neste estudo. Apresentamos igualmente o movimento altermundialista como o berço dos movimentos de “transição” que tem se desenvolvido na Europa e defendemos que as lutas e bandeiras levantadas por esse emergente movimento (da transição) têm fortes vínculos e raízes com epistemologias vindas do Sul e, sobretudo, da América Latina, dado a forte correlação entre movimentos altermundialistas e a institucionalização do Fórum Social Mundial enquanto instância de convergência de lutas locais e internacionais. Esses novos movimentos são marcados por fortes influências mútuas (entre Norte e Sul) e demonstram a tendência de internacionalização das lutas climáticas, que cada vez mais se veem associadas

às lutas sociais clássicas. Eles se estruturam em torno de uma crítica do modelo de sociedade hegemônico, procuram construir alternativas contra-hegemônicas e buscam um novo modelo societal que de alguma forma rompa com o ideal de modernidade que foi exaltado durante os últimos séculos.

No terceiro capítulo apresenta-se uma discussão sobre a questão do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, seus impactos sociais e econômicos e suas relações com a degradação do meio ambiente. Nesse capítulo, além de elencarmos alguns elementos históricos sobre a relação entre desenvolvimento e meio ambiente, resgatamos algumas referências clássicas do debate sobre desenvolvimento/subdesenvolvimento como Celso Furtado e Serge Latouche. Em seguida, confrontamos com autores recentes, na tentativa de cruzar o debate entre desenvolvimento social e econômico e a crescente questão climática, no âmbito das ciências sociais. Levantamos questionamentos sobre o desenvolvimento como modelo de sociedade, suas críticas e seu caráter mítico (que não são novos, mas que se mostram reatualizados e bastantes pertinentes nesse novo debate ambiental, centrado na questão climática). Da mesma forma, trazemos reflexões sobre o conceito de desenvolvimento sustentável e sua ineficácia frente à necessidade de transformação profunda do modo de vida ocidental para fazer face às mudanças climáticas, às transformações no ecossistema e à persistente desigualdade social e econômica no mundo.

Trazemos igualmente para o debate entre desenvolvimento e questões ambientais/sociais a atual e midiática noção de “antropoceno”, reivindicada pelos cientistas das áreas de geologia, climatologia e outras ciências da terra, e bastante adotada pelas ciências sociais. A era do antropoceno, enquanto era geológica recente, teria surgido devido às atividades humanas na terra, sobretudo a partir do advento da industrialização. A era do antropoceno é vista como um fenômeno inédito na história do planeta terra, pois se trata da primeira vez que a atividade humana exerce um poder geológico a ponto de modificar o ecossistema. Trata-se, dessa forma, de consequências e impactos desastrosos do modelo de desenvolvimento econômico capitalista, desta vez não só para as sociedades, mas para o meio ambiente - o que impacta naturalmente a economia e as sociedades como um todo.

No quarto capítulo, discute-se, de forma sucinta, a questão de gênero no interior do debate sobre o desenvolvimento e subdesenvolvimento, em perspectiva histórica. A intenção é de enfatizar a questão de gênero como uma das falhas do projeto de sociedade de desenvolvimento e que, apesar dos avanços inegáveis, o quadro da situação das mulheres, em âmbito internacional (sobretudo em países pobres) permanece muito aquém do desejável. Assim, relevamos a ausência dessa questão na literatura clássica sobre o tema do

desenvolvimento e áreas afins e, ao mesmo tempo, resgatamos estudos clássicos, porém, pouco repercutidos, feitos por mulheres e sobre mulheres, como é o caso do importante estudo da economista dinamarquesa Ester Boserup (1983), que estudou o papel e a importância das mulheres no processo de desenvolvimento econômico, sobretudo em países subdesenvolvidos.

Trazendo a discussão para um debate mais atual, abordamos a importância da criação de uma agenda internacional de políticas públicas visando não somente o desenvolvimento econômico, mas o desenvolvimento social e o meio ambiente, que se configurou como uma nova fase do desenvolvimento, denominada “desenvolvimento sustentável”. Defendemos aqui que foi através do debate sobre o desenvolvimento sustentável que foi possível introduzir de forma mais sistemática a questão das mulheres, e em seguida a questão de gênero, em uma agenda internacional, projetos e leis em âmbito internacional antes do debate sobre desenvolvimento sustentável, na década de 1980. Essa realidade se constata, não sem as devidas críticas das incoerências do projeto de desenvolvimento sustentável, pois ele não rompe totalmente com a lógica desenvolvimentista e não pode haver sustentabilidade em um projeto de sociedade baseado no crescimento infinito, em um mundo de recursos naturais finitos.

Foi a partir da década de 1990 que se estabeleceu uma agenda internacional mais sistematizada em instituições globais como a ONU (mas, não somente), impulsionada pelas demandas dos movimentos de mulheres e movimentos feministas, que se estruturaram ao mesmo tempo em que a questão das mulheres se tornava uma pauta incontornável nas grandes conferências de governança internacional, quer sejam elas ligadas ao desenvolvimento, ao clima, à ecologia, etc. Nesse processo histórico, instaurou-se uma série de prioridades de políticas públicas internacionais (com o objetivo de impulsionar políticas locais e regionais) no que diz respeito ao papel da mulher na sociedade e na economia: luta por igualdade de gênero, inserção das mulheres no mercado de trabalho, luta contra as discriminações de gênero, etc. Por fim, discutimos as relações que se tecem atualmente entre as esferas de gênero, de meio ambiente, de mudanças climáticas, de desenvolvimento sustentável ou desenvolvimento alternativo (ou mesmo de alternativa ao desenvolvimento, como preferem falar alguns movimentos sociais).

O quinto capítulo introduz a segunda parte desta tese e traz elementos de compreensão sobre “o palco” da transição social e ecológica: seus atores, cenários, realizadores. Nesse capítulo entramos mais profundamente na questão teórica da noção de transição, citando os principais autores nas ciências sociais e na sociologia que têm trabalhado com esse termo ou

com noções próximas do que vem se definindo como transição dentro do debate que integra questões ecológicas, climáticas e sociais, como é o caso da noção de “metamorfose” de Edgar Morin (2011). Destacamos igualmente as recentes pesquisas sociológicas que vêm sendo feitas, sobretudo no Canadá, sobre a temática da transição social e ecológica e que têm configurado uma nova linha de pesquisa denominada “sociologia da transição” (que começou a ser estudada dentro do contexto da sociologia ambiental, mas que vem se emancipando enquanto disciplina), onde vêm sendo estudadas tanto as experiências cidadãs emergentes de transição ecológica e social, como as transformações sociais mais estruturais e políticas públicas dentro desse novo debate sobre a questão climática e ambiental (como é o caso da transição da matriz energética, que tem sido uma problemática presente em diversas políticas públicas em diversos países).

O sexto capítulo se interessa pela questão energética e situa sua centralidade no debate social e ecológico que vem sendo levantado pela desregulação climática e do ecossistema. A transição energética visa à saída das energias fósseis e à passagem para a construção massiva de novas matrizes energéticas limpas e sustentáveis. A importância e a urgência de “descabornar” a produção energética aparece, nos debates climáticos, como uma evidência e tem se beneficiado de certo consenso internacional, porém, apesar dos grandes discursos proferidos nas grandes reuniões e eventos internacionais, as principais indústrias de energias fósseis se convertem timidamente em energias renováveis e os Estados nacionais tardam a efetuar essa transição de forma efetiva.

De acordo com engagements assumidos na COP21, onde se pactuou intenções de medidas para a atenuação do aquecimento global através do objetivo de reduzir as emissões de gases de efeito estufa mundiais, para que se consiga reter a taxa do aquecimento global em 1,5°C no horizonte de 2100, somente uma redução drástica da produção e do consumo de energias fósseis (juntamente com outras medidas de redução de emissões de gases poluentes) pode assegurar tal objetivo. Nesse sentido, as discussões e a problemática energética passam de uma questão tecnocrática a uma questão societal, onde será necessária uma mudança de modo de vida (e mesmo de paradigma) para se construir uma sociedade pós-carbono ou pós-energia fóssil. Todavia, essa transição para uma sociedade com matrizes energéticas realmente sustentáveis e uma consciência social e ambiental que garanta tal caminho, de forma urgente, parece não estar presente na maioria dos governos atuais (mesmo se a França adotou, em 2015, uma Lei de “transição energética”). Em face dessa constatação da lentidão institucional e de grandes empresas do campo energético, os movimentos sociais ambientalistas, organizações sociais diversas e cidadãos engajados na “transição” tentam se

mobilizar, conscientizar a população e fazer pressão às instituições políticas e organismos internacionais sobre a urgência dessa virada energética.

Para além das emissões de carbono e outros gases poluentes que representam hoje as energias fósseis, a questão da energia nuclear é igualmente denunciada como uma energia “do passado”, pois além das questões de segurança que ela apresenta, são levantados os problemas de estocagem e gestão dos seus resíduos, que podem causar poluição (radiativa) do meio ambiente. Dessa forma, diante dessas incertezas, questionamentos e alerta sobre as fontes de energia atual, a solução que promove os movimentos de transição é a sobriedade e eficácia energética, juntamente com a produção de energias limpas e renováveis para garantir ao mesmo tempo uma demanda de energia menos importante e um impacto nas emissões de gases de efeito estufa.

O sétimo capítulo visa mostrar a diversidade e a complexidade de temas, questões e problemáticas que há por trás da noção de transição ou da ideia de construção de um novo modelo societal. Elencaremos diversos aspectos que, apesar de não serem exaustivos, representam os principais campos que emergiram de forma evidente na pesquisa de campo. Essas diferentes facetas da transição demonstram a característica estrutural e abrangente do projeto de transição societal que tentamos colocar em evidência através deste estudo. Abordaremos questões como o aspecto humanista da perspectiva de transição, assim como a transição como um processo de transformação pessoal e emocional, indissociável de um projeto de transformação coletiva. Apontaremos alguns elementos de debate sobre a questão da educação na perspectiva dos atores da transição, assim como a visão econômica e das relações de trabalho em uma sociedade em transição, onde o fantasma do desemprego é algo presente e assustador, pois pensar em uma sociedade pós-petróleo é imediatamente associado a perdas de trabalho e empregos. Sobre esse aspecto apresentaremos dados de organismos não-governamentais e iniciativas cidadãos que defendem que a criação de empregos ligados à transição social, ecológica e energética pode superar as estimativas de perda de empregos ligados às energias fósseis e áreas associadas.

As transições se complementam e só podem ser vistas se forem interconectadas. Elas funcionam como uma engrenagem que precisa avançar de forma coordenada e com cooperação. Nesse sentido, alguns aspectos da transição se revelam complexos e difíceis de dissociá-los, porém, intelectualmente, tentamos mostrar suas particularidades e ao mesmo tempo suas interdependências, como é caso de elementos transicionais ligados à transição política e transição democrática, transição agrícola, transição de saúde pública. Outra vertente incontornável da análise da proposta de transição é a questão de gênero. A observação da

estruturação das relações de gênero são fundamentais para a compreensão de um projeto de sociedade que almeja uma mudança de paradigma. Nos discursos e nas práticas dos movimentos de transição social e ecológica constatamos, portanto, visivelmente, uma forte consciência sobre a importância da questão de gênero, um forte protagonismo das mulheres envolvidas, assim como uma forte representatividade nas instâncias decisivas e representativas dos movimentos e organizações da sociedade civil. No âmbito mais institucional, observamos um movimento de fortes reivindicações, de grupos de mulheres, por mais representatividade em instâncias decisivas e nas negociações internacionais (nas COP's, por exemplo). Há uma luta pelo reconhecimento (de grandes instituições) do papel das mulheres na luta pela preservação ambiental e, portanto, os impactos de suas ações na batalha contra a desregulação climática e o desequilíbrio ambiental.

O oitavo capítulo introduz a terceira parte desta tese e centra sua análise, de forma mais empírica, na compreensão dos contornos (históricos e contextuais) do movimento emergente no qual focalizamos esta análise, dito de “transição social e ecológica”. Abordaremos suas origens históricas e suas influências, seus principais atores sociais e precursores. Destacaremos alguns aspectos que parecem inerentes a esse movimento como a questão da radicalização democrática como seu *modus operandi*, assim como a centralidade da questão climática na emergência desse movimento. A questão política é igualmente um elemento fundamental, pois apesar de funcionar com certo distanciamento com a política institucional (ou partidária), o movimento apresenta um forte discurso de engajamento político, no sentido de que ele defende e luta por uma transformação societal.

A noção de “justiça climática” aparece de forma central nos discursos do movimento, trazendo consigo, de forma consubstancial, outras formas de luta por justiça: social, econômica, cultural, etc. Assim, a justiça climática, tal qual defende o movimento da transição, engloba um conjunto de lutas por justiça e reconhecimento em face dos desdobramentos do aquecimento global, que causam impactos negativos consideráveis às sociedades que historicamente não participaram (ou participam de forma muito reduzida) da emissão de gases de efeito estufa, que é responsável pela desregulação do clima. Introduziremos as características principais das formas de mobilização e de engajamento do movimento da transição, algumas ferramentas centrais (não-violência, *bienveillance*, desobediência civil, governança sociocrática), suas particularidades, sua *práxis*.

O nono capítulo focaliza sua análise nos dados empíricos do movimento *Altenatiba* em si e explora o conteúdo das entrevistas realizadas, cruzando-as com os dados colhidos através de leituras, de observações diretas, de conversas informais e diversos outros recursos

empíricos e teóricos. Neste capítulo colocaremos em evidência a lógica das iniciativas de transição social e ecológica, principalmente sob a ótica dos seus protagonistas. Procura-se ilustrar os aspectos inerentes ao grupo local *Alternatiba Nantes* e colocá-los em perspectiva com as características preconizadas pelo movimento global.¹² Observamos e relatamos a coerência das ações coletivas e individuais em relação aos discursos explícitos e implícitos do movimento, tal qual as transformações do modo de vida - em coerência com uma perspectiva de sociedade mais ecológica -, mais harmoniosa socialmente, mais solidária, entre outros valores promovidos pelo movimento. Traçaremos um perfil sociológico do grupo local para estabelecer uma tipologia dos militantes por uma sociedade de transição.

Apresentamos as principais motivações, dos membros do coletivo, para se engajar e defender a necessidade de uma sociedade de transição social e ecológica e ao mesmo tempo evocaremos os principais elementos de tomada de consciência ecológica e climática no percurso de vida dos militantes entrevistados. Trataremos da questão política interna, do modo de funcionamento, do modelo democrático praticado pelo grupo e das relações com a política institucional, seja em nível local ou nacional. Abordaremos igualmente a questão de gênero no interior do movimento e do coletivo local e faremos algumas considerações sobre o papel das mulheres no movimento, de um lado a partir de observações empíricas, de outro lado através do olhar dos próprios membros. Traremos igualmente elementos de reflexão sobre algumas contradições e limites do movimento, assim como as perspectivas dele no cenário de crescente mobilização climática atual.

Nas considerações finais, apresentamos alguns apontamentos à guisa de conclusão, de forma preliminar, visto que a pesquisa realizada tende a abrir mais questões do que fechar, diante da atualidade e da efervescência do tema. Apontamos alguns eventos recentes no cenário político e social francês que nos faz confirmar a hipótese de uma presença crescente sobre as problemáticas apresentadas pelo movimento da transição, bem como o crescente debate público sobre a ideia de transição socioecológica. Esses eventos são marcados principalmente pela demissão recente do ministro da transição ecológica e solidária e o impacto midiático que ele provocou; as crescentes mobilizações em torno da luta contra o aquecimento global e a desregulação do meio ambiente, assim como a emergência de políticas públicas em coerência com a temática da transição. Percebemos igualmente uma centralidade da questão ecológica e climática nos discursos políticos e nas mídias (clássicas e sociais),

¹² O termo ‘movimento global’ em detrimento do termo ‘movimento nacional’ é evocado pelo fato de ser dessa forma que o movimento se autodenomina, tendo em vista que, enquanto movimento, ele já nasceu sendo europeu e atualmente as iniciativas existentes ultrapassam as fronteiras da Europa.

sobretudo devido ao impacto dos diagnósticos, dados, pesquisas e preconizações dos cientistas das ciências da terra que alertam sobre as evidências das correlações entre as mudanças climáticas e ação do homem na terra (modo de vida), configurando assim bases sólidas para a hipótese do antropoceno.

De forma sucinta, abrimos uma questão não evocada no *corpus* da tese, mas que merece ser levantada ao menos nas considerações finais para ilustrar a diversidade de possibilidades de abordagens do tema da transição: a posição da igreja católica, enquanto instituição religiosa influente no debate social, sobre a crise climática, ecológica e social e a necessidade de mudança do modo de vida, através de uma rápida análise da carta encíclica do Papa Francisco, intitulada “*Laudato Si*: sobre a preservação da casa comum”, publicada em 2015.

Enfatizamos a reflexão sobre um processo de transição reivindicado em um país do norte, epicentro do modelo social desenvolvimentista, onde a população, beneficiando-se de certo nível de conforto econômico e social, inicia um processo de contestação e negação dos desdobramentos (sociais, econômicos, culturais e de saúde pública, entre outros) da sociedade capitalista. Preconizamos um tratamento de questões sociais urgentes concomitantemente com as questões climáticas e ambientais, compreendendo que diversos fatores contribuem para concluirmos que essas questões são indissociáveis e que a não tomada de consciência dessa dissociabilidade trará ainda mais problemas sociais e econômicos em um futuro não distante.

Reforçamos a ideia e salientamos que apesar de se tratar de uma análise baseada em um movimento social que se estrutura em países do hemisfério norte, dito desenvolvido, as ideias de base são produtos de debates sem fronteiras, pois engloba atores sociais dos diferentes continentes e regiões e reflexões nutridas em contextos globais. Inclusive, alguns elementos nos levam a crer que uma grande influência desse movimento da transição social e ecológica - em busca de uma sociedade mais justa, igualitária e sóbria -, venha das epistemologias construídas no Sul global, para usar a expressão de Boaventura de Sousa Santos.

Questiona-se sobre os impactos planetário da crise climática e como esta questão, que se apresenta com tanta urgência e centralidade, vem sendo tratada pela comunidade internacional, visto que se trata com evidência de um problema internacional e, portanto, que exige um tratamento com tal abrangência. Apresentamos algumas perspectivas de reflexão sobre o movimento da transição – como abertura de novas possibilidades de análise -, através de uma rápida e introdutória discussão sobre uma corrente do movimento da transição denominado “colapsologia”, que se posiciona dentro de uma perspectiva mais radical da

necessidade de transição e de suas estratégias, mostrando, assim, a existência de um campo de lutas, conflitos e, portanto, uma heterogeneidade dentro de um movimento que aparentemente se vê com certa homogeneidade de discursos.

PARTE I – ELEMENTOS CONTEXTUAIS: POR TRÁS DA CORTINA DO PALCO DA TRANSIÇÃO

Nesta primeira parte apresentaremos um quadro contextual para compreendermos o debate de fundo no qual está inserida a questão da transição social e ecológica e sob que bases vêm sendo contruídos os discursos e as práticas do movimento da transição. Buscamos assinalar as principais reflexões que levam os atores da “transição” a denunciar o modo de vida hegemônico da sociedade vigente e aspirar à construção de outro modo de vida com uma consciência ambiental, justiça, solidariedade e com laços sociais mais fortes. Assim, abordaremos questões em torno da crise ecológica e climática que se apresenta como um fenômeno social atual englobando os múltiplos aspectos da vida: econômico, social, político, cultural. Para tanto, resgataremos de forma sucinta o debate sobre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento e apresentaremos as principais críticas da sociedade desenvolvimentista e seu aspecto antropocêntrico, que servirá de ponte para se chegar à análise compreensiva do movimento da “transição” nas partes e capítulos subsequentes.

Procuramos situar essa discussão teórica nos estudos de Boaventura de Sousa Santos sobre as epistemologias do Sul, a sociologia das ausências e das emergências, assim como nos estudos de outros autores que se inscrevem na crítica do modo de vida hegemônico trazido pelo sistema capitalista e que se interrogam sobre seus desdobramentos e sobre as perspectivas de futuro da sociedade atual. Nesse processo de reflexão, abordaremos movimentos sociais existentes na Europa e na América Latina - como *Buen Vivir* e Decrescimento – que apresentam debates conexos e discursos similares com o do movimento da “transição”. Evocaremos igualmente o debate sobre a questão de gênero e suas relações com o desenvolvimento e a questão ambiental.

1 - UM MUNDO EM TRANSIÇÃO: PROJETOS, ATORES E OBJETIVOS DAS INICIATIVAS DE TRANSIÇÃO

O sistema capitalista continua sendo, sem dúvida, hegemônico na maior parte do mundo, nas sociedades ditas desenvolvidas e dominantes, e um objetivo a se alcançar para muitos governos de sociedades ditas do “Sul”, sejam elas “subdesenvolvidas” ou “em desenvolvimento” – assim consideradas de acordo com sua realidade socioeconômica e seu IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). Porém, em paralelo, uma onda de projetos de sociedades contra-hegemônicas persiste em existir, se organizar, resistir e propor alternativas à lógica dominante nas mais diversas regiões do mundo. Essa onda contra-hegemônica coloca em questão, denuncia e critica o sistema capitalista, com suas ideologias e resultados ao longo das últimas décadas. Associado à crítica e contestação do capitalismo, verifica-se em movimentos emergentes uma crítica intrínseca da noção de desenvolvimento, tal qual se estabeleceu de forma predominante no mundo.

Uma série de ações e mobilizações tem sido construída – ainda que de forma marginal – nos diversos continentes, como alternativas à sociedade capitalista e ao modelo desenvolvimentista capitalista. Apesar das realidades sócio-políticas, econômicas e culturais de cada continente e de cada país, é possível encontrar diversos pontos convergentes nessas lutas e mobilizações em busca de outro modelo de sociedade, mais justo e melhor para se viver. Movimentos transnacionais e mesmo transcontinentais surgiram nesses últimos anos e se estruturam. Um dos símbolos desses espaços de discussão e de construção de alternativas à sociedade capitalista é o Fórum Social Mundial (FSM). O FSM teve sua primeira edição em 2001, no Brasil. Proposto como um Fórum de cunho mais social, com o objetivo de interpelar e criticar o Fórum Econômico Mundial – que acontece anualmente em Davos/Suíça –, em pouco tempo se transformou em um espaço de debate, de lutas, de compartilhamento de ideias (utópicas e concretas) e de práticas, assim como de resistências internacionais. Ele tem se configurado quase como uma instituição, porém alternativa, onde se reúnem os principais movimentos mundiais da sociedade civil organizada, conhecidos comumente como “altermundialistas”.

Com seu slogan bastante difundido – “Um outro mundo é possível” –, o FSM tem sido um importante espaço de convergência internacional de lutas, resistências e de ideias em torno do objetivo de um mundo melhor, mais justo e mais equitativo entre os homens e para com a natureza. O FSM tem sido igualmente um espaço onde se levantam e circulam

“questões teóricas, mas também questões epistemológicas”, de acordo com o sociólogo e militante do FSM, Boaventura de Sousa Santos (2004, p. 8). Para além dessas questões, o sociólogo acrescenta que se trata de um movimento que suscita uma importante (nova) questão política: a utopia. Para ele, esse movimento tem a pretensão de “realizar a utopia em um mundo desprovido de utopias”, onde o que está em jogo não é tanto um “mundo utópico, mas um mundo que permita as utopias” (SANTOS, 2004, p. 8).

Entre os diversos exemplos de movimentos internacionais que fazem parte do FSM e que apresentam uma convergência de lutas, podemos enumerar: movimentos pela economia solidária e o comércio justo, movimentos pela justiça climática, a marcha mundial das mulheres, movimentos ecológicos, movimentos em favor de formas de democracia direta, entre tantos outros. Algumas lutas e bandeiras são reivindicações transversais de diversos movimentos e correspondem à realidade de várias regiões do mundo: igualdade entre homens e mulheres, soberania alimentar, preservação de culturas locais, preservação da natureza, defesa da democracia e das liberdades individuais, supressão de paraísos fiscais, liberdade de imprensa. De forma recente, podemos acrescentar os movimentos de transição social e ecológica, que começam a compor o FSM e até mesmo a criação de um Coletivo de transição, no interior do movimento.¹³

A crítica da mundialização hegemônica e a busca de outros modelos de mundialização (por isso se designam “altermundialistas”) é uma crítica do neoliberalismo e, portanto, da corrida pelo desenvolvimento em seu aspecto puramente econômico, que o sistema capitalista apresenta como única opção. Dessa forma, o que se pode interpretar como questão central nesses movimentos é o próprio projeto de civilização. Busca-se uma civilização mais humanista, pois a civilização atual, hegemonicamente capitalista, tem como centro a economia, as mercadorias e o lucro, não o ser humano.

1.1 - A Questão Climática e a Influência Antrópica

Nessa dinâmica de construção de lutas e resistências locais e globais – em busca de um mundo melhor –, uma questão parece estar se sobressaindo e se transformando em um

¹³ Após a organização do FSM de 2016 (que ocorreu no Canadá), o coletivo que tinha sido criado para a organização deste evento se transformou em um coletivo de transição mundial. Assim, em junho de 2017, no Canadá, foi criado o "Coletivo para uma transição social mundial". O objetivo do coletivo é de construir uma rede mundial de experiências baseadas na problemática da transição social e ecológica e de consolidar redes entre os atores da sociedade civil organizada afim de construir ‘um mundo justo, solidário e sustentável’. Ata de fundação disponível em: <<https://fsm2016.org/compte-rendu-de-lassemblee-de-fondation-du-collectif-pour-une-transition-sociale-mondiale/>>. Acesso em : 20 de junho de 2018.

elemento articulador de diversas iniciativas cidadãs e movimentos sociais: a questão climática e ambiental. Os diversos estudos e relatórios de especialistas do clima, sobretudo publicados pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC)¹⁴, revelam um cenário alarmante do estado da biosfera. Eles afirmam que as mudanças climáticas estão colocando em risco, em longo prazo, o futuro da existência humana na terra e, em médio prazo, a existência de forma equilibrada em alguns lugares do globo.

Diante desse cenário, o IPCC afirma que a origem da mudança climática que estamos vivendo é antrópica. Ou seja, foi (e está sendo) o modo de vida que o homem estabeleceu nos últimos séculos que desequilibrou (e continua desequilibrando) os ecossistemas. O homem seria, assim, de acordo com os *experts*, responsável pela degradação do meio ambiente, através do modelo de sociedade e modo de vida ocidental, baseado fortemente no consumo e na acumulação capitalista, que se tornou um modelo para o mundo e que desembocou no que os cientistas estão chamando de “era do antropoceno” (tema desenvolvido no capítulo 3).

Assim, a tese que o aquecimento global seria antrópico, ou seja, uma consequência direta do modo de vida da humanidade nos últimos séculos tem sido cada vez mais aceita. Observa-se um quase consenso no mundo acadêmico, científico e político, assim como na sociedade civil, no que diz respeito ao aquecimento global (causada pela emissão exagerada de gases que causam o efeito estufa) e sua origem antrópica. Os exemplos utilizados pelos especialistas para ilustrar essa tese são diversos e tangíveis: queima de combustíveis fósseis, degradação dos solos através da monocultura, desmatamento, acumulação de resíduos sólidos, para citar os principais.

Nessa perspectiva de influências da atividade humana nas mudanças dos ecossistemas – causadas pelo aquecimento global, que, por sua vez, é causado pelas emissões de GEE¹⁵, resultantes da ação humana –, alguns cientistas defendem a tese da entrada em uma nova era geológica, o *antropoceno*.¹⁶ Sendo assim, os especialistas apontam para a necessidade de rever o modo de vida vigente (de consumo, produção e distribuição, sobretudo), para uma tentativa de reparação parcial das alterações climáticas e de impedimento de uma aceleração dessas alterações que podem ser catastróficas para a vida na terra. Desse ponto de vista, faz-se necessário uma nova relação entre sociedade e natureza, de ordem mais equilibrada, mais respeitosa e menos dominadora. Assim, o equilíbrio na utilização dos recursos naturais está

¹⁴ Termo original em inglês: *Intergovernmental Panel on Climate Change* (IPCC). Na França, a nomenclatura usada é *Groupe d'experts intergouvernemental sur l'évolution du climat* (Grupo Intergovernamental sobre Evolução Climática/GIEC).

¹⁵ Gases de efeito estufa.

¹⁶ A popularização do termo ‘antropoceno’ é bastante associada ao cientista Paul Crutzen, vencedor do prêmio Nobel de Química de 1995.

no centro desse debate e, na linha de frente encontra-se a problemática dos combustíveis fósseis, pilar da sociedade capitalista.

Apesar de certo consenso em torno dessa realidade e de uma visível tomada de consciência sobre a questão climática que se pode observar no mundo (através de políticas públicas ligadas ao clima, de acordos internacionais e de ações de grandes empresas multinacionais, indo nesse sentido), não se tem chegado a um consenso em termos de métodos e ações concretas, em âmbito local e/ou mundial para se chegar a uma sociedade menos emissora de GEE. Uma diversidade de noções e conceitos tem surgido: desenvolvimento sustentável (o primeiro termo desse debate), economia verde, responsabilidade social das empresas, etc. Há uma série de programas e projetos nacionais e internacionais, institucionais ou vindos da sociedade civil.

No que concerne a este estudo, como explicitado mais adiante, o objetivo não é analisar a globalidade das ações para o enfrentamento do aquecimento global e das mudanças climáticas, mas focalizar sobre as ações cidadãs e a tomada de consciência em torno dessa temática. A pesquisa terá seu foco na realidade francesa e, mais precisamente, nas ações do movimento de transição ecológica e social, através das iniciativas do coletivo “*Alternatiba*”, que desde sua criação, no ano de 2013, tem organizado eventos diversos em torno da transição ecológica e social, bastante focalizado na questão climática. Esse coletivo chamou nossa atenção, como caso de estudo, pelo fato de ter se tornado, em poucos anos, uma organização incontornável no campo da militância ecologista na França e, nesse novo movimento que tem se desenhado, chamado movimento da transição.

1.2 - Os Movimentos Cidadãos de Transição Social e Ecológica

Diante da urgência da crise climática e da evidente degradação do meio ambiente e até da fragilidade do futuro da humanidade (consequências de um modelo de desenvolvimento que negligenciou a importância da natureza), diversos movimentos chamam a atenção para a necessidade de uma mudança (não necessariamente radical) de modo de vida. Essa tomada de consciência tem tomado proporções amplas e cruzado lutas sociais das mais diversas: justiça social e climática, crítica da mundialização econômica, crítica do desenvolvimento, crítica do PIB, luta por igualdade de gênero, lutas pelas desigualdades sociais e econômicas no mundo, entre tantas outras. Diversos movimentos sociais passaram a militar de forma transversal, levantando a necessidade de uma mudança societal que leve em conta as questões sociais, econômicas e ecológicas.

Nessa linha, os movimentos altermundialistas, nascidos na década de oitenta, bastante centrados na questão da justiça econômica e social entre países ricos e pobres, têm integrado a questão ecológica de forma consubstancial às outras prioridades. Como foi explicitado mais acima, o FSM é um dos principais espaços de debate desses movimentos. Nesse sentido, fazendo uma análise sobre os movimentos e iniciativas em torno da produção não capitalista, em diversos países, Santos (2005, p. 37) evoca a existência e crescimento de diversos movimentos que lutam por afirmações culturais locais ou proteção do meio ambiente “a partir de uma perspectiva anti-desenvolvimentista”, que, segundo o autor, é impulsionada “por uma combinação de ativismo local e redes de ativismos global”. Ele ainda afirma que:

As propostas que advogam a superação do paradigma do desenvolvimento são hoje uma das mais dinâmicas e prometedoras fontes de alternativas de produção não capitalista. Nelas participa um caleidoscópio de organizações e movimentos de todo o mundo, envolvidos em lutas muito diversas (SANTOS, 2005, p. 37).

Além das lutas coletivas, as ações individuais em prol do meio ambiente (comportamento menos emissor de GEE) são propostas e praticadas por cidadãos e cidadãs conscientes das mudanças climáticas e incentivados por organizações que militam por esta causa. A focalização nas ações individuais promovidas pelos diversos movimentos sociais é alvo de diversas críticas¹⁷, mas, de forma geral, quando aprofundamos o conhecimento sobre o movimento, há uma consciência de que essas ações devem ser acompanhadas de políticas públicas territoriais, nacionais e internacionais para ter um verdadeiro impacto no meio ambiente.

Dessa forma, as mudanças climáticas, causadas pela ação do homem e que têm provocado o aquecimento global e suas consequências catastróficas, têm sido discutidas sob diversos ângulos e têm se tornado indissociáveis e mesmo consubstanciais às várias outras lutas no campo social e ecológico. Para os militantes e organizações ecológicas, trata-se de uma evidência da perversidade da lógica capitalista para com a natureza. Assim, a questão da mudança do clima, embora não seja nova, tem se tornado uma questão social e política central nos últimos anos. A urgência na qual a questão climática coloca a sociedade atual incita à construção de um novo modo de vida, uma nova relação com a natureza, um novo modelo de relações sociais, enfim, essa questão nos coloca diante de uma visível mudança de paradigma social.

¹⁷ Vindo da parte de outros movimentos sociais, de intelectuais ou de simples cidadãos.

A tomada de consciência sobre a crise ecológica e a desregulação climática a qual o mundo está vivendo é, visivelmente, cada dia mais crescente. Esse assunto não é mais, de uma forma geral, um sujeito de dissenso, tanto para os cidadãos como para a comunidade científica mundial (com raras exceções), também para a maioria dos representantes políticos mundiais (visto que o “Acordo de Paris¹⁸” foi aceito por consenso). Essa visível tomada de consciência tem criado mudanças no comportamento de diversos grupos de indivíduos, seja de forma voluntária ou involuntária. As questões colocadas pelas alterações climáticas têm incitado uma reconsideração do tipo de sociedade que foi desenvolvida até agora e sobre qual modelo de sociedade se pode e se deve continuar. Diversas ações individuais e da sociedade civil organizada, assim como políticas públicas têm se construído nessa direção.

Podemos observar a centralidade das questões climáticas e/ou ambientais e do questionamento sobre o modo de vida da sociedade atual através de um olhar atento sobre os diversos fenômenos sociais que têm emergido nos diferentes continentes e países. Esses fenômenos podem ser observados em várias esferas: através dos diversos movimentos sociais que emergiram nas últimas décadas; dos discursos, em torno do ecologicamente correto, que empresas, serviços públicos e a sociedade civil empregam cada vez mais (mesmo que nem sempre os gestos acompanhem os discursos); da onipresença do discurso sobre desenvolvimento sustentável nos diversos âmbitos da sociedade (empresas, poder público, sociedade civil, etc). Podemos observar, igualmente, na imprensa, um grande número de artigos sobre os temas: mudanças climáticas, aquecimento global, efeito estufa, redução de CO₂, tanto na França como no Brasil, realidades onde tenho mais acesso e, sobretudo, na França, realidade social onde debruço meu olhar sociológico.

Uma das questões centrais nesse debate sobre o aquecimento global são as fontes de energia. A questão energética tem sido debatida em instâncias de governança internacional (ONU, G7, G20, Conferências sobre o clima), nacional e regional. De acordo com os estudos, o setor energético é um dos principais responsáveis pelas emissões de gases de efeito estufa. Fala-se de uma “transição energética” como ponto chave para a regularização do “efeito estufa”. A título de exemplo, em 2015, a França adotou uma importante lei chamada “Lei de transição energética para o crescimento verde¹⁹”, a partir da qual se tem como objetivo lutar contra o aquecimento global, desenvolvendo fontes de energia renováveis, ao mesmo tempo contribuindo para o crescimento econômico do país. De fato, a utilização de energias fósseis

¹⁸ O Acordo de Paris é o nome dado ao tratado que foi concluído e aprovado no dia 12 de dezembro de 2015, em Paris, na 21ª reunião da ONU sobre as mudanças climáticas (conhecida como COP21).

¹⁹ Essa lei tem como objetivo lutar contra as desregulações climáticas.

(petróleo e carvão, principalmente) – que se configuraram como os pilares da sociedade de crescimento e de consumo, desde a era industrial –, tem sido colocada em cheque e outras fontes de energia devem ser encontradas para substituí-las.

Sendo assim, a construção de um novo modelo social e econômico se impõe, exigindo levar-se em conta a relação do homem com a natureza e repensar a relação predatória e de dominação que o modelo de sociedade capitalista estabeleceu com a natureza, tendo, como um dos maiores exemplos, a forma predatória da extração de matérias-primas para a produção de energia. Certamente, essa tomada de consciência não é um fenômeno homogêneo. Ela se apresenta de forma distinta nos diferentes países e nos diferentes meios sociais e culturais, no interior de cada país.

1.3 – ‘Transição’: de Onde para Onde?

Os movimentos sociais ecológicos têm enfatizado a necessidade de uma fase de “transição”, necessária para a construção de uma sociedade que seja consciente da limitação dos recursos naturais e que seja mais respeitosa do meio ambiente de forma geral e que realize ações concretas e plausíveis contra o aquecimento global. Certamente, a instauração de um novo projeto de sociedade não se dá de um dia para o outro, trata-se de um processo de transição multidimensional e que envolve os diferentes aspectos da vida social: ambiental, social, econômico, energético.

A terminologia “transição” é utilizada em diversas áreas de estudo para designar o processo de mudança de um regime para outro (estuda-se comumente a transição política, a transição demográfica). Apesar de ser uma terminologia nova (no campo ecológico), o termo transição vem sendo cada vez mais utilizado nos discursos e ações (políticos e militantes) ligados à questão ecológica. Para o sociólogo canadense René Audet (2015b, p.74), que tem se debruçado sobre a questão da transição ecológica e social enquanto objeto de pesquisa da sociologia, “a ‘transição’ se coloca hoje como um objeto de discursos reagrupando uma grande diversidade de atores e de práticas associadas em matéria de luta contra a crise ecológica”.²⁰

Nesses termos, a transição ecológica e social designa a vontade de transformação de uma organização social baseada em torno das energias fósseis e da utilização dos recursos naturais de forma ilimitada, para uma sociedade mais integrada ao meio ambiente, com mais

²⁰ Tradução própria de ‘la ‘transition’ se pose aujourd’hui comme un objet de discours ralliant une multitude d’acteurs et de pratiques associées en matière de lutte contre la crise écologique’.

respeito à natureza e aos seus limites e com a organização social baseada em energias renováveis. De acordo com a definição do Dicionário do pensamento ecológico (BOURG; PAPAUX, 2015), a transição ecológica é um processo atualmente em curso, que envolve uma multiplicidade de atores, em várias escalas. Essa transição objetiva a passagem da sociedade atual para um modelo de sociedade mais sóbrio (em diversos aspectos) e com “bom senso ecológico”. Nessa perspectiva, a transição ecológica se definiria, de acordo com um dos pontos de vista sobre o termo, ainda no dicionário citado, dado por Grandjean; Le Teno (2015, p. 1007) como:

Le processus conduisant du système économique et productif actuel – qui demande de très grandes quantités de ressources pour fonctionner et qui a de forts impacts sur les écosystèmes et les êtres vivants, humains compris – vers un système beaucoup plus sobre et, de ce fait, vraisemblablement plus durable, plus équitable et plus stable dans un monde où les ressources sont limitées et à partager entre un monde croissant d’individus.

A transição ecológica e social, tal como vem se desenhando enquanto campo de pesquisa e de ações é derivada da preocupação sobre a questão ambiental²¹, que se tornou visível, sobretudo, a partir da década de 1970. Ela parece estar se posicionando (e se substituindo) no campo do debate sobre o desenvolvimento sustentável, que apesar de ter se tornado um termo incontornável e um objetivo prioritário nos discursos de diversas agências internacionais, organismos públicos diversos, programas políticos nas diversas partes do globo, não se tornou uma realidade palpável. A degradação do meio ambiente e a crise climática não conheceram melhorias, apesar dos discursos dos últimos quarenta anos. Nesse sentido, diante do desgaste do termo “desenvolvimento sustentável”, a transição ecológica e social propõe sair do discurso do desenvolvimento sustentável para a realização de ações concretas em prol de uma transição para uma sociedade efetivamente sustentável, realmente posicionada em um projeto de tomada de consciência sobre a questão ecológica, ambiental e climática. Uma sociedade onde se considere a questão dos recursos naturais como uma variável econômica essencial, tal qual os fatores capital e trabalho.

O movimento social que se desenha na França (e na Europa), autodesignado “transição social e ecológica”, assemelha-se a outros movimentos sociais existentes em outros continentes. Na América Latina, um dos movimentos que podemos identificar com pontos em comum é o movimento do “buen vivir” (bastante forte no Equador e na Bolívia, principalmente). Ainda na Europa, podemos identificar o movimento pelo “decrescimento”

²¹ Desde a década de 1970 desenvolveu-se diversas áreas de estudo sobre a questão ecológica e/ou ambiental, incluindo a sociologia ambiental, disciplina na qual a sociologia da transição ecológica se insere atualmente.

(que começa a fazer eco em outros continentes). Esses movimentos têm em comum, entre outros aspectos, uma crítica inerente ao modelo de sociedade capitalista e desenvolvimentista (como desenvolveremos no capítulo I). O paradigma do desenvolvimento, como modelo universal, é colocado em questão (devido aos exemplos de insucesso) e buscam-se alternativas ao desenvolvimento (o anti-economicismo como ponto fulcral). Alguns autores falam, inclusive, da necessidade de uma sociedade de pós-desenvolvimento (LATOUCHE, 1991, 2004, 2014). O conceito de desenvolvimento sustentável também é questionado e negado, por suas características economicistas e desenvolvimentistas, baseadas no crescimento ilimitado.

Um dos movimentos de transição que tem alcançado certo sucesso internacional é o movimento que, originalmente, foi chamado “Cidades em Transição” (*Transition Towns*) e que, em seguida, devido à sua expansão e à diversidade de territórios envolvidos (cidades, bairros, ruas, vilarejos), mudou o nome para “Territórios em Transição”. Atualmente, o movimento é denominado “*Transition Network*”²² (que inclusive tem filial no Brasil, ainda com a nomenclatura “Cidades em Transição”²³). O movimento “Cidades em transição” foi criado oficialmente em 2006, na cidade de Totnes, na Inglaterra, pelo professor e pesquisador em permacultura²⁴ Rob Hopkins.

A ideia de base do projeto “Cidades em transição” é bastante inspirada na teoria da permacultura e visa levar em consideração o pique do petróleo e a mudança climática (causada pelo aquecimento global). O objetivo é criar cidades sustentáveis e resilientes²⁵, estruturadas em um primeiro momento por um plano de “descida energética”²⁶, até chegar ao ponto de se construir um modo de vida com sobriedade energética de forma planejada, com baixa utilização de energias fósseis e baixa emissão de GEE. O projeto parte da constatação de que uma mudança significativa do modelo de sociedade ocidental será necessária dentro de

²²De acordo com as informações do site, o movimento internacional conta, atualmente, com mais de 2000 iniciativas, distribuídas em 50 países. Disponível em : <<https://transitionnetwork.or>>.

²³O que podemos encontrar, através da internet, é um blog do movimento, com informações básicas sobre o movimento da Transição e algumas publicações sobre o movimento no Brasil. No entanto, desde 2012 não houve novas publicações. Disponível em : <<http://transitionbr.blogspot.fi>>. Acesso em : jun 2017.

²⁴O termo permacultura vem do inglês ‘cultura permanente’, ou, ainda, ‘agricultura permanente’. Enquanto disciplina, a permacultura visa construir um modelo de agricultura e de sociedade humana baseado nos princípios observáveis da natureza, bem como no equilíbrio do ecossistema, com o objetivo de construir uma relação harmônica com a natureza.

²⁵Para o movimento da transição, a resiliência é a capacidade de lidar, absorver, adaptar-se e resistir aos choques futuros (catástrofes naturais, escassezes diversas, etc.), assim como construir uma autonomia (individual e coletiva), através de ações concretas: realocização (alimentação, energia); moedas locais; produção e consumo local; aprender profissões manuais; reciclar e aprender a consertar diversos objetos e aparelhos domésticos; estabelecer laços com a comunidade local através de festas, conferências; favorecer a sinergia entre iniciativas cidadãs e o poder político.

²⁶Ou seja, aprender a viver consumindo menos energia (seja ela fóssil ou não).

algumas décadas, devido à diminuição das reservas de petróleo (“pique do petróleo”, que designa o final da era do petróleo abundante e barato) e o aquecimento global (em parte provocado pela sociedade baseada, principalmente, em energias fósseis), então, é preferível se preparar para essa escassez (de forma consciente e voluntária) do que se confrontar com a obrigação de mudar de modo de vida sem uma fase de transição. Ele parte do princípio de que as sociedades atuais se tornaram ultradependentes do petróleo e que uma transição em direção a uma sociedade mais sóbria é essencial, visto que esse recurso natural é finito. Esse processo de transição é preconizado de forma voluntária, alegre e coletiva.

Em 2008²⁷, Rob Hopkins publicou um livro intitulado “Manual da Transição”, que serviu de base para a criação de um movimento internacional. O livro fornece as bases teóricas sobre o pique do petróleo e o aquecimento global e coloca à disposição dos leitores um guia de como criar suas próprias ações locais. O livro traz exemplos concretos e uma metodologia clara e acessível, oferecendo instrumentos concretos de como se organizar e como construir concretamente uma sociedade mais ecológica e resiliente.

1.4 - Alternatiba e o movimento de transição: a nova face da militância ecologista?

O coletivo *Alternatiba* está inserido em um novo contexto social de militância ecologista (ou ambientalista, como se diz comumente no Brasil), que tem se desenvolvido, nas últimas décadas, em diversas partes do mundo. Esses novos movimentos ambientalistas têm como bandeira de luta central o combate contra o aquecimento global e a justiça climática. Um dos movimentos ditos de transição mais conhecidos (no meio ecologista) é o movimento *Alternatiba*, o qual teve sua origem no sul da França, recentemente (2013), e, inicialmente, foi estruturado em um evento do tipo “festival de iniciativas alternativas”. Ele se tornou rapidamente um movimento amplo, aglutinador (*fédérateur*) e articulador, devido à dinâmica que propõe: festivo, positivo, popular, democrático, aberto a movimentos similares e militantes (individuais e coletivos) da causa ecológica, conectado às redes sociais, com objetivo claro de propor alternativas (já existentes) às mudanças climáticas, no intuito de valorizá-las e torná-las exemplares. O coletivo tem como objetivo estabelecer alianças amplas em torno da causa climática e criar um movimento cidadão forte para pressionar a ação política.

²⁷ A edição que foi consultada para esse trabalho foi a edição francesa, publicada em 2010. Ver Hopkins (2010).

O movimento de transição social e ecológica *Alternatiba* nasceu em um contexto de mobilização internacional de lutas e reivindicações (altermundialistas) para a construção de um plano internacional de luta contra o aquecimento global e pela justiça climática. Esse movimento tem se estruturado, nos últimos anos, sobretudo em cima da crítica da ineficácia dos grandes eventos “onusianos” (COP’s) sobre o clima. Para os movimentos ambientalistas e altermundialistas, as decisões e medidas tomadas, nos últimos vinte anos de debate sobre a questão climática, não têm se realizado em ações concretas e em verdadeiros engajamentos políticos dos países envolvidos. De acordo com esses movimentos sociais, apesar dos grandes discursos e das boas intenções proferidas nas conferências internacionais sobre o clima, a falta de medidas concretas e coercitivas e de objetivos mensuráveis tem tornado ineficaz uma possibilidade de governança internacional da questão climática. Dentro desse contexto, a situação ambiental no mundo tem se degradado e as consequências sociais e humanitárias que acompanham essa degradação têm sido cada vez mais visíveis.

Esses novos movimentos testemunham a emergência de um processo de busca de transformações sociais no qual podemos identificar como pano de fundo uma crítica ao modelo de sociedade capitalista, sobretudo ao modelo econômico desenvolvimentista e de crescimento ilimitado. Essa crítica vem sendo orquestrada principalmente por movimentos como o do decrescimento, o movimento da transição ecológica e social (principalmente o movimento inglês ‘Iniciativas de transição’), entre outros movimentos e iniciativas emergentes e ligados à causa climática e social. Essas transformações sociais estão sendo realizadas (principalmente) por cidadãos de diversas partes do mundo e elas se materializam em projetos locais concretos (sociais, econômicos, culturais, ecológicos). Ao mesmo tempo, estão associados a projetos mais globais (redução de emissão de gases de efeito estufa, lutas pelo desenvolvimento de energias renováveis, lutas contra projetos climaticamente e socialmente perigosos, luta pelo fim da energia nuclear).

Um momento determinante para esses novos movimentos ecologistas, mais focalizados na questão climática, foi a Conferência Internacional sobre o Clima, em 2009, na cidade de Copenhague/Dinamarca (COP15). Um dos grandes objetivos dessa conferência foi assinar um novo acordo internacional para substituir o Protocolo de Kyoto (assinado em 1997, na ocasião da COP03). Paralelamente à Conferência, diversas associações, representações sindicais e organizações não governamentais altermundialistas das mais diferentes bandeiras de luta (inclusive ambientalistas) se reuniram com o objetivo de fazer pressão sobre os dirigentes internacionais presentes na Conferência – incumbidos de negociar e assinar um acordo sobre a mudança do clima e a redução dos GEE. Para os movimentos sociais, o

objetivo de estar presente nessas conferências, mesmo que de forma marginal (pois eles não fazem parte das negociações oficiais), é fazer pressão e defender pontos cruciais que devem ser inseridos nas negociações e tentar influenciar, de alguma forma, no resultado final. No caso de Copenhague, os movimentos sociais reivindicavam o reconhecimento de dois fatores que não poderiam ser ignorados nas negociações do novo acordo internacional sobre o clima: a urgência climática e a necessidade de justiça climática e social (em face dos efeitos da mudança climática nos países não desenvolvidos).

Apesar da grande expectativa, o resultado da COP15 foi considerado um fracasso. As negociações ficaram muito aquém do esperado. De um lado, os 190 países representados não chegaram a um acordo em termos de redução de gases de efeito estufa (limitação em +2°C, em relação à era pré-industrial), o que implicaria uma redução de, em média, 75% de emissões de GEE até 2050 para se atingir esse objetivo. Por outro lado, o financiamento para a adaptação aos efeitos da mudança climática, assim como para ajudar na instalação de políticas e ações que reduzam as emissões de GEE nos países em desenvolvimento – aspecto da negociação em que havia muita expectativa –, foi considerado insuficiente pelos militantes altermundialistas. E, por fim, não foram estabelecidas medidas de caráter obrigatório e coercitivo na implementação das medidas. Dessa forma, o objetivo de redução de 25% de emissão de gases de efeito estufa, preconizado pelo IPCC, não tem nenhuma chance de ser atingido com o acordo assinado. Além do mais, a Conferência mostrou os limites de se estabelecer uma governança internacional cooperativa e baseada no interesse geral. Sem contar que o posicionamento de países como os Estados Unidos e a China (maiores poluidores do mundo) tornam impossível uma política climática global coerente, tendo em vista que para defender seus próprios interesses econômicos, eles se mostraram intransigentes e pouco colaborativos quanto à problemática mundial do aquecimento global.

Foi dentro desse contexto de mobilização internacional pelo clima e pela justiça social, e em vista da Conferência Internacional pelo Clima (COP21) que estava prevista, em Paris, no ano de 2015, que diversos movimentos sociais decidiram se mobilizar de forma diferente e com novas estratégias do que tinha sido realizado em Copenhague²⁸ (que teve pouco impacto sobre as negociações da conferência) e criar ações e mobilizações cidadãs de massa. O objetivo era mostrar, aos organizadores do evento e aos chefes de Estado participantes, que as soluções para o aquecimento global existem e que a população já começou a aplicá-las, que a

²⁸ Onde o objetivo foi fazer pressão através da presença dos movimentos sociais mundiais, trazendo reivindicações e representando a sociedade civil mundial, com a esperança de que essa presença pudesse pesar nas negociações e nas decisões.

sociedade civil está consciente da urgência climática e que espera que as decisões em escala internacional sejam adaptadas aos desafios planetários. A COP21 tinha como grande objetivo assinar um acordo internacional ambicioso – em substituição do Protocolo de Kyoto, visto que não foi possível realizar em 2009 – para estabilizar as emissões de GEE.²⁹

Assim, um coletivo de organizações da sociedade civil foi criado em 2014, em vista da COP21, para mutualizar ações, mobilizações, informações e estratégias. Ele se chamou “*Coalition Clima 21*”³⁰ e reuniu mais de 130 organizações da sociedade civil, sindicatos, associações religiosas, associações de solidariedade internacional, de defesa dos direitos humanos e ambientalistas. Aproveitando da midiatização da questão climática, devido à aproximação da COP de Paris e as expectativas de sucesso desse evento (por parte dos dirigentes franceses, enquanto país acolhedor da conferência), os movimentos sociais ecologistas esperavam se beneficiar dessa visibilidade para passar a mensagem da necessidade de justiça climática e das soluções existentes para uma sociedade mais sustentável.

Dentre as associações da “coligação para o clima”, encontra-se a associação altermundialista *Bizi!* (“viver!”, em língua basca), que é responsável pela origem do movimento *Alternatiba*. *Bizi!* é uma associação localizada no país basco francês (no Sul da França), que tem como foco de suas ações a promoção da justiça ambiental e social. Ela foi criada, em 2009, na perspectiva de efetuar mobilizações sobre a importância da conferência de Copenhague. Em 2013, os membros da associação decidiram criar um evento reagrupando o máximo de iniciativas locais alternativas que contribuem para um mundo mais respeitoso do meio ambiente e para uma sociedade mais solidária, convivial e justa. Esse evento se chamou *Alternatiba* (alternativa, em língua basca) e foi apadrinhado por intelectuais como Stéphane Hessel (que morreu antes do evento ser realizado, mas foi representado por sua esposa Christiane Hessel, também fortemente engajada na militância contra as injustiças sociais e ambientais) e Edgar Morin. O evento “*Village Alternatiba*” conseguiu mobilizar um grande número de organizações associativas e outras organizações da sociedade civil, tanto para participar com estandes (mostrando suas iniciativas), como com suporte na organização do evento. O evento durou dois dias e foi composto de conferências, debates, espetáculos artísticos e musicais, estandes. Ele contou com a participação de mais ou menos doze mil pessoas vindas de toda a França, de acordo com os organizadores.

²⁹ As COP's, entre 2009 e 2015, tiveram como objetivo preparar o texto do novo acordo internacional, assim como realizar as negociações necessárias com os países envolvidos.

³⁰ Disponível em : <<http://coalitionclimat21.org>>.

O sucesso do “*Village Alternatiba*” foi de tal modo que diversas organizações da sociedade civil e cidadãos presentes decidiram criar um evento *Alternatiba* em suas cidades e regiões (seguindo a chamada que foi lida no encerramento do evento por Stéphane Hessel de criar “dez, cem, mil *alternatibas*” em toda a França). *Alternatiba* se tornou um movimento, na medida em que tomou uma amplitude europeia desde o segundo ano de existência. Ele tem se disseminado além do território europeu nos últimos dois anos, através de coletivos locais espalhados por algumas ilhas Francesas e em Dakar (Senegal). Apesar de utilizar a metodologia disponibilizada pelo movimento *Alternatiba* e, ao fazer parte do coletivo, ter a denominação “*Alternatiba*”³¹ (acrescido do nome da cidade do coletivo criado), os grupos locais têm a liberdade de se estruturarem de acordo com sua própria realidade (estabelecimento de parcerias locais; estruturar-se como associação ou grupo informal ou, ainda, ser acolhido por uma associação ou organização já existente; estabelecer suas próprias regras internas). O movimento se posiciona em um campo de lutas e resistências pela tomada de consciência da urgência climática por parte da população, de forma massiva. Através de suas ações e mobilizações, os participantes apelam igualmente para que tomem consciência grandes empresas e corporações, assim como os dirigentes políticos nos âmbitos local, nacional e internacional.

O movimento *Alternatiba*, desde sua fundação, encarnou a missão de participar e militar pela transição social e ecológica e pela justiça climática. Tendo como principal *slogan* de suas primeiras ações “*changeons le système, pas le climat*” (mudemos o sistema, não o clima), o movimento nasceu em um contexto de mobilização internacional de lutas e reivindicações para a construção de um plano internacional de combate ao aquecimento global e de ação para reduzir as emissões de GEE, para garantir um futuro melhor para a humanidade e para a natureza. A força desse movimento pode ser percebida pela capacidade de impacto, em termos de mobilização cidadã e também midiática, que eles conseguiram realizar através de suas primeiras ações, resultando, assim, em uma forte repercussão e ampla disseminação.

Para o movimento *Alternatiba*, a noção de transição social e ecológica parte do princípio (e da constatação) de que é necessário repensar e transformar diversos aspectos da vida cotidiana para se aproximar de um projeto de sociedade desejável, com mais justiça social e climática, mais sintonia com o meio ambiente, mais solidariedade e mais humanismo.

³¹ Os coletivos criados nas difentes cidades ou países se denominam sempre começando por ‘Altenatiba’ e, em seguida, o nome da cidade. Exemplos: ‘*Alternatiba* Nantes’, ‘Altenatiba Bruxelles’, ‘*Alternatiba* Dakar’, seguindo a lógica do primeiro *Alternatiba*, que foi ‘*Alternatiba* Bayonne’ (Sul da França, situado na região do País Basco Francês).

Essa transição se apresenta concretamente nos diferentes âmbitos da vida cotidiana. Sem a pretensão de apresentar uma lista exaustiva, podemos elencar alguns aspectos que caracterizam as mudanças almejadas em larga escala e como eles se concretizam no cotidiano dos adeptos do movimento da transição, seja nos discursos ou nas ações:

- Consumo: mudança no modo de consumo (para um consumo mais responsável, social e ecologicamente; redução do consumo);
- Serviços essenciais: a adesão a serviços que sejam voltados para os cidadãos e não para o capital (bancos mais éticos, energia proveniente de fontes renováveis);
- Gestão de resíduos: gestão inteligente do lixo (redução, reutilização e reciclagem);
- Energia: sobriedade energética para limitar o impacto no meio ambiente, dado o fato de que a maior parte da energia produzida atualmente vem de energias fósseis (redução do consumo de energia doméstico, redução da utilização de transporte individual);
- Economia: lutar por uma economia mais democrática e solidária (favorecer o consumo proveniente de formas econômicas responsáveis, apoiar empresas cooperativistas e associativistas, moedas locais, finanças solidárias); valorização da economia local e luta pela realocação das atividades econômicas possíveis, no objetivo de valorizar os saberes locais e exercer menos impacto para o meio ambiente;
- Habitação: valorização de construções mais ecológicas, apoio à criação de habitações cooperativas e participativas;
- Agricultura e alimentação: valorização e promoção da agricultura orgânica; consumo de produtos locais e de acordo com a estação; redução do consumo de carne (pelo fato da produção ser altamente emissora de gases de efeito estufa); relação direta entre produtores e consumidores para garantir uma renda mais justa aos produtores;
- Educação: luta pela construção de um modelo educativo mais cooperativo e menos competitivo, mais humanista e em sintonia com a natureza;
- Democracia: colocar em evidência os limites da democracia representativa e defender uma democracia mais participativa e direta, com verdadeira participação dos cidadãos em todas as escalas (local, nacional e internacional);
- Mídias sociais: utilização das mídias sociais como uma aliada no processo de sensibilização de massa sobre as questões climáticas, sociais e ecológicas. Todos os eventos são pensados para ter uma visibilidade ampla nas redes sociais. As mídias sociais são visivelmente aliadas desse movimento.

Através dos elementos acima expostos, percebemos a centralidade que a questão climática tem tido na construção de novos movimentos e de novas lutas sociais. Ao mesmo tempo, constatamos que por trás do cenário emergente onde começam a se apresentar novos atores sociais - com um roteiro que apresenta elementos novos - identifica-se um conjunto de questões e de problemáticas que historicamente estruturaram e continuam a estruturar diversos movimentos sociais progressistas pelo mundo: a crítica do sistema capitalista, do neoliberalismo, da destruição da natureza. A novidade é que, mais do que nunca, há indícios científicos³² que colocam em evidência a influência antrópica na degradação do meio ambiente e nas transformações do clima. De um lado, os especialistas alertam para um quadro de degradação já existente e para o risco de agravamento ainda mais forte se não houver mudanças de políticas e de comportamentos. De outro lado, tendo como pano de fundo essas informações um tanto quanto catastróficas, novos movimentos, lutas e resistências surgem e se organizam em torno de uma consciência ambiental necessária para as gerações presentes e futuras, buscando manter a esperança de se alcançar um equilíbrio ambiental e construir uma sociedade mais consciente do seu impacto na natureza e da sua responsabilidade na atual crise ambiental.

A urgência de se tratar a questão climática como uma questão societal tem levado movimentos da sociedade civil e pesquisadores a modelar novos conceitos e novas formas de ação e de militância para transformar o modo de vida atual e se chegar a um modelo social compatível com o desafio de equilíbrio ambiental. As transformações societárias necessárias para se alcançar esse equilíbrio são profundas e exigem uma mudança de paradigma. E, para mudança de paradigma, é necessária uma fase de “transição”. Por essa razão, os movimentos emergentes têm se configurado e se autodenominado de movimentos de “transição social e ecológica”.

Dados esses elementos empírico-contextuais da emergência dos movimentos de transição, entraremos, a partir do próximo capítulo, nos elementos de cunho teórico estruturantes deste estudo.

³² Mesmo que haja um pequeno número de especialistas da área climática e geológica, que se designam climatocéticos e que contestam os dados do IPCC, negando assim a influência antrópica nas mudanças climáticas vivenciadas nos dias atuais.

2- ELEMENTOS TEÓRICOS ESTRUTURANTES DESTE ESTUDO: EPISTEMOLOGIAS DO SUL, CRÍTICA DO DESENVOLVIMENTO E TRANSIÇÃO

A economia capitalista está fundada no princípio de que viver economicamente é produzir riqueza, quando a questão realmente crítica é redistribuir a riqueza existente.

(Viveiro de Castro, em entrevista dada ao jornal El País³³).

Através deste capítulo, pretendemos mostrar o contexto teórico e social no qual as iniciativas de transição estão inseridas, assim como outros movimentos sociais ou correntes de pensamento que elas dialogam (de forma explícita ou implícita). Abordaremos algumas questões sobre a crítica do desenvolvimento e da sociedade capitalista como um elemento que permeia os movimentos alternativos de transição e movimentos conexos. Mostraremos as influências internacionais (ou globais) que dão contorno ao movimento da transição e faremos uma aproximação entre a teoria das “Epistemologias do Sul” de Boaventura de Sousa Santos e o movimento da transição. Questionamos sobre as influências recíprocas das epistemologias do Sul no Norte e vice-versa e como os movimentos alternativos se caracterizam dentro de um contexto de internacionalização de lutas. Levantamos alguns apontamentos sobre a construção de um novo modelo societal e como os movimentos de transição rompem com o ideal de modernidade, trazendo elementos tradicionais e refletindo sobre uma nova forma de viver juntos. Por fim, dentro da perspectiva de transformação social entre moderno e tradicional que esses movimentos apresentam, levantamos a discussão sobre como a questão de gênero é abordada e como é pensada a tradição nesse aspecto.

2.1 - Altermundialismo, Gênese dos Movimentos de Transição e Epistemologias do Sul

No que diz respeito à origem do movimento, a hipótese aqui defendida é de que os movimentos de transição que se destacam atualmente (*Alternatiba*, cidades em transição) seriam o resultado de uma convergência de lutas e de bandeiras que se constituíram

³³Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2014/09/29/opinion/1412000283_365191.html>. Acesso em 10 fev 2018.

internacionalmente através do movimento altermundialista.³⁴ De fato, o movimento altermundialista (do qual *Alternatiba* e vários movimentos ecológicos são originários ou significativamente influenciados) tem suas origens históricas na América Latina (o FSM é um *haut lieu*, como evocado mais acima). Porém, é difícil falar em “origem” já que se trata de um processo de criação coletiva, em um contexto de movimentos sociais “mundializados”. As influências ideológicas presentes nesses movimentos são de diversas origens e fazem parte de um processo de acumulação de conhecimentos e compartilhamentos de experiências nos diversos movimentos espalhados pelo planeta. Inclui a própria associação *Bizi!* – que deu origem ao movimento *Alternatiba* – reivindica se inscrever “plenamente no movimento altermundialista”.³⁵ O termo “transição”, ligado à questão ecológica e social, ficou bastante popularizado pelo movimento “cidades em transição”, e, possivelmente, a utilização desse termo pelo movimento *Alternatiba* tem influência desse primeiro movimento.³⁶

Dessa forma, o movimento da transição social e ecológica (ou os movimentos, pois existem vários), são movimentos recentes, originários da Europa (em termos de práticas concretas), porém muito influenciados pelos movimentos altermundialistas (da América Latina e do mundo), que promovem valores de solidariedade e lutam por um mundo mais justo e mais equitativo. Sobre os valores e ideais de lutas dos movimentos altermundialistas, podemos ousar uma aproximação com a noção de “epistemologias do Sul”, como sugere o termo de Boaventura de Sousa Santos, forjado pelo sociólogo desde 1995 e que vem questionar a hegemonia das epistemologias do Norte e ao mesmo tempo trazer para o debate global a legitimidade dos saberes, do conhecimento científico e das práticas sociais do Sul e dos povos originários.

Nesse sentido, podemos sintetizar que o movimento da transição – tal qual observamos nos diferentes discursos das organizações sociais envolvidas³⁷ – se apresenta como um movimento do Norte que incorpora lutas que, apesar de serem globais, são consideradas frequentemente como lutas do Sul: questionamento dos benefícios do desenvolvimento e do crescimento econômico, justiça social e justiça climática e ambiental, entre outras lutas

³⁴ O movimento de transição, talvez mais conhecido em termos europeus, seja o movimento ‘cidades em transição’ que tem origem em uma experimentação de ‘descida energética’ em uma cidade Irlandesa (Kinsale), realizada pelo professor de permacultura Rob Hopkins. O movimento ‘cidades em transição’, que se transformou em ‘iniciativas de transição’ não se reivindica ‘altermundialista’. Apesar de ser posterior ao movimento ‘cidades em transição’, o movimento *Alternatiba* não faz alusão a tal movimento quando se refere às origens do movimento, nem nos textos do site, na internet, nem nas entrevistas realizadas com os principais fundadores.

³⁵ Disponível em: <<https://bizimugi.eu/qui-sommes-nous>>. Acesso em 12 abr 2017.

³⁶ Essa questão será aprofundada na análise de dados empíricos (entrevistas).

³⁷ *Alternatiba*, Collectif pour une transition citoyenne, Réseau Action Climat, ATTAC, etc.

transnacionais que os movimentos altermundialistas têm defendido desde algumas décadas e que o movimento da transição tem se apropriado.³⁸

A propósito da teoria de “epistemologias do Sul” e de sua relação com práticas e contestações sociais - dentro da qual as iniciativas aqui estudadas estão inseridas diante da heterogeneidade de influências desse movimento e do seu caráter abrangente (pois trata de questões ao mesmo tempo locais e globais) -, a aproximação não pode se fazer sem alguns questionamentos ponderadores: como pensar as epistemologias do Sul, atualmente, em um mundo globalizado? Quais são os impactos (atuais) das epistemologias do Sul no Norte? As epistemologias do Sul podem ser consideradas genuinamente do Sul? Não sofreram elas influências do Norte? São elas realmente isentas das epistemologias ditas do Norte? Como pensar as influências recíprocas das epistemologias do Norte e do Sul em um contexto mundial de globalização, com epistemologias do Norte tão arraigadas e ao mesmo tempo novas (e velhas) epistemologias alternativas sendo construídas, reconstruídas e ressignificadas em um debate internacional (através dos movimentos altermundialistas). Como analisar os impactos dos atores (indivíduos) que, em nível pessoal, cada vez mais conectados com diferentes realidades sociais e representando modos de vida e filosofias de vida diferentes, influenciam as tomadas de decisão e as orientações de movimentos sociais, tanto no Sul, como no Norte (geográfico ou global, para utilizar a expressão de Boaventura Santos, “Sul Global”).

Boaventura de Sousa Santos deixa claro, em diversas falas (vídeo aulas) e escritos (SANTOS, 1995, 2008), que o que ele entende por epistemologias do Sul ou do Norte não está ligado à questão geográfica, mas a uma noção de saberes hegemônicos, presentes tanto no sul como no norte geográfico, porém estabelecidos inicialmente pela lógica saber-poder instituída pelo processo de colonização, que por sua vez fez e continua fazendo parte do Norte geográfico. Ele afirma que as epistemologias do Norte encontram-se arraigadas na lógica dominante do Sul e que, inversamente, há epistemologias do Sul presentes no Norte. Porém, sua definição de “epistemologia do Sul global”, baseada em três pilares analíticos (as lutas contra as dominações capitalistas, colonial e patriarcal), deixa entender que se trata de uma realidade (epistemológica ou empírica) dos países do sul, dos países onde houve processo de colonização. Ora, as lutas e movimentos globais que se observam nos dias atuais (principalmente o que chamamos de movimentos altermundialista) estão presentes no norte e no sul (geográficos) e, apesar das suas especificidades locais, regionais e nacionais, tentam,

³⁸ Algumas abordagens e análises mais teóricas têm se aproximado dessa visão do movimento da transição entre eles: Semal (2012); Viveret (2014); Chabot (2015); Audet (2015).

cada vez mais, inventar formas de ação comuns e lógicas de funcionamento próximas. Alguns exemplos desses movimentos globais são: Fórum Social Mundial, movimentos ligados à questão ecológica e climática, Indignados, Occupy, etc.

Talvez possamos, a partir da teoria de Santos (2012), analisar esses movimentos emergentes, ditos de transição, como movimentos do Norte movidos por epistemologias do Sul. Ou ir um pouco mais além e sugerir que se trata da emergência de novas epistemologias globais ou epistemologias alternativas, baseadas em valores sociais que não são novos, mas que ressurgem no cenário alternativo global. Essas reivindicações são de ordem ao mesmo tempo local e internacional. Elas reagrupam as questões ecológicas e climáticas, a revalorização dos laços sociais (sobretudo nas sociedades industrializadas), o desenvolvimento social e econômico local (relocalização da economia e melhorias sociais), a valorização de uma economia de proximidade.

Como já foi evocado mais acima, o estudo aqui proposto não procura retratar experiências sociais existentes na Europa que, mais uma vez, serviriam de lição para o resto do mundo, mas sim de pensar as interconexões que existem nessas ações entre movimentos sociais, sistemas de saberes, aspirações de um novo modo de vida entre o sul e o norte (geográficos). Trata-se de analisar uma tomada de consciência sobre um modo de vida que se tornou nefasto tanto do ponto de vista social, como econômico, ecológico e de saúde pública, para as populações de todos os continentes. Trata-se, aqui, de analisar pensamentos, perspectivas e ações contra-hegemônicas e não eurocêtricas, no interior da própria Europa e nos interstícios de um modelo hegemônico.

Trata-se de pensar as dinâmicas de mudanças societais em curso, em uma perspectiva global, pois as lutas e militâncias ecológicas e questão climática, em um mundo globalizado, tendem a acontecer simultaneamente, com formas mais ou menos similares, em todo o mundo. Partindo da evidência de que não há fronteiras para os impactos climáticos, a dinâmica do tratamento e da busca de soluções é, necessariamente, mundial. Por essas razões, é interessante pensar em como estão ocorrendo as mobilizações nas diferentes partes do planeta e como estão se conectando e se autoinfluenciando.

Há, visivelmente, a emergência de uma consciência global sobre a urgência de repensar o desenvolvimento, repensar o sistema econômico, repensar o modo de vida, que foi bastante influenciado pela lógica capitalista. Mesmo que essa tomada de consciência não seja hegemônica, ela se apresenta de forma cada vez mais visível ao observador atento. Entre os diversos fatos observáveis, podemos elencar alguns fenômenos recentes na França: aumento

da demanda por produtos orgânicos e da agricultura local³⁹; redução do consumo em grandes supermercados (os especialistas franceses têm nomeado esse fenômeno como “deconsumo”⁴⁰ – *déconsommation*); aumento de supermercados especializados em produtos orgânicos e locais; recente aparecimento (e expansão) de projetos de supermercados cooperativos e participativos, propondo produtos orgânicos e locais; etc.⁴¹ Esses elementos mostram uma tendência cidadã que coloca em questão a sociedade de consumo, colocando em evidência certa sobriedade e reflexividade nas práticas de consumo. Diante dessa nova onda de consumo, alguns especialistas começam a falar de “econologia” (economia da ecologia).

Dessa forma, considero importante relativizar a crítica que faz Santos em suas diversas conferências, textos e entrevistas sobre “Epistemologias do Sul”⁴² afirmando, categoricamente, uma incapacidade da Europa de aprender com as experiências do Sul.

Em um vídeo-aula disponível na internet⁴³, Boaventura afirma que:

³⁹ De acordo com os dados da Agência Bio (*Agence Française pour le développement et la Promotion de l'Agriculture Biologique*), em 2016, 69% dos Franceses declararam consumir produtos orgânicos regularmente (pelo menos uma vez por mês) e 15% declararam consumir cotidianamente. Essa taxa de consumo mostra uma mudança de comportamento alimentar importante nos últimos anos, pois, de acordo com a mesma agência, em 2003, 49% dos franceses declaravam nunca consumir produtos orgânicos. De acordo com a agência: ‘Essa evolução acontece dentro de um contexto onde os franceses concedem cada vez mais importância à preservação do meio ambiente através de suas compras (92% vs 89%, em 2015 vs 67%, em 2007). Eles encontram nos [produtos] orgânicos uma resposta às suas expectativas com uma agricultura promissora, baseada no respeito ao meio ambiente, ao bem-estar animal, favorecendo o emprego e o desenvolvimento territorial’. Disponível em: <<http://www.agencebio.org/comprendre-le-consommateur-bio>>. Acesso em : em 30 jan 2017.

⁴⁰ Algumas análises têm mostrado que essa baixa do consumo em grandes redes de supermercado não tem se dado devido a uma baixa do poder aquisitivo, mas devido a uma tomada de consciência dos consumidores, que consomem de forma mais respeitosa do meio ambiente e dos produtores. Esse fenômeno se explica por um consumo mais responsável (em relação à natureza, aos trabalhadores, assim como aos impactos na própria saúde). Os produtos apontados pelos estudos que sofrem com a diminuição do consumo são, principalmente: ‘carne vermelha, leite, refrigerantes, congelados, alguns produtos de higiene pessoal e de beleza’. [Tradução própria]. Ver Pouget (2016); Bertrand (12/01/2017).

⁴¹ Inspirados no supermercado cooperativo e participativo emblemático dos Estados Unidos, *Park Slope Food Coop*, que existe desde 1973 em New York, diversos projetos de construção têm surgido, nesses últimos anos, na França: em Paris, depois de mais cinco anos de reflexão e de trabalho de montagem do projeto, o primeiro supermercado cooperativo e participativo, nomeado ‘La Louve’, foi inaugurado, no início de 2017 (<https://public.cooplalouve.fr/>). Outros projetos estão em andamento nas principais capitais francesas. Esses supermercados funcionam pelo princípio da autogestão e da gestão democrática do supermercado. O objetivo é oferecer produtos de boa qualidade (o máximo possível orgânico e local) com preços entre 20% e 40% mais baratos que um supermercado clássico. Qualquer pessoa pode ter acesso ao supermercado, na condição de aderir à cooperativa e portanto se tornar coproprietário do supermercado. A maior parte do trabalho é feita de forma voluntária pelos cooperados e uma equipe reduzida de assalariados (em torno de dez) garante a gestão mais cotidiana (contabilidade, organização das planilhas de participação, etc.). Cada membro da cooperativa deve participar do funcionamento do supermercado trabalhando, voluntariamente, durante três horas por mês em uma das atividades necessárias ao funcionamento do supermercado: caixa, limpeza, embalar produtos, organizar prateleiras, etc.

⁴² Vários vídeos sobre essa temática, em espanhol e em português, são consultáveis na página do projeto de pesquisa dedicado à questão das epistemologias do sul: <http://alice.ces.uc.pt>, na página da web do autor: <http://www.boaventuradesousasantos.pt>, assim como no Youtube.

⁴³ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ErVGilUQHjM>>. Acesso em : 18 nov 2015.

Depois de cinco séculos a ensinar o mundo o que é civilização, o que é democracia, o que é Direitos Humanos, a ideia é que a Europa não tem nada o que ensinar ao mundo. Ela não consegue resolver seus próprios problemas. E o mais trágico é que essa Europa, que não tem mais nada o que ensinar ao mundo, está incapaz de aprender com a experiência do mundo. Porque o colonialismo criou uma arrogância dentro do Norte global que a torna incapaz de aprender com as outras experiências do mundo (2012, vídeo-aula).

O autor tem, sem dúvida, razão em sua crítica se pensarmos somente em termos hegemônicos. Porém, acredito que o processo de mundialização tem influenciado de forma bastante forte as sinergias de saberes entre países do Sul e do Norte (para o bem e para o mal), assim como tem criado um ambiente propício para militâncias e perspectivas teóricas que levam em consideração temáticas globais (questão ambiental, justiça climática, desenvolvimento que leve em conta uma justiça social global). Esse processo de interação entre movimentos sociais e intelectuais contra-hegemônicos, de forma global, está trilhando um caminho alternativo e cada vez mais visível nos espaços hegemônicos. Talvez todo o debate sobre a questão climática – que se transformou em uma verdadeira questão social, nos últimos anos, e que continua a se intensificar – esteja acelerando a tomada de consciência dessa necessidade de se rever o modo de vida e de consumo que se desenvolveu nas últimas décadas.

O caminho a ser percorrido é certamente longo, mas há um começo de inserção de epistemologias não-hegemônicas, em espaços hegemônicos, na França e na Europa. Ao tomarmos como exemplo a França, desde 2013 foi criado um curso intitulado “Collège des transitions sociétales⁴⁴” (Colégio de transições sociais) dentro da *École de Mines de Nantes* (*Escola de Minas*), que é uma universidade de engenharia, bastante reputada, e que em seu projeto de base é totalmente fiel à linha ideológica hegemônica e dominante.

Diversos intelectuais das ciências sociais e econômicas têm resistido à ordem de saberes hegemônica desenvolvendo pesquisas, estudos, reflexões e debates no meio universitário Francês (onde conhecimentos e saberes hegemônicos dominam) e na Europa. Na França, podemos citar intelectuais contemporâneos, como Edgar Morin, Stéphane Hessel, Serge Latouche, Paul Ariès, Dominique Méda, Florence Jany-Catrice, Patrick Viveret, Jean Louis-Laville, Madeleine Hersant; na Inglaterra, Tom Jackson; na Bélgica, Pascal Chabot; em Portugal, o próprio Boaventura de Sousa Santos; para citar somente alguns. Esses intelectuais promovem ideias e teorias contra-hegemônicas como: decrescimento, transição societal em direção a uma sociedade com mais equilíbrio ambiental, mais justiça social, mais solidariedade e convivialidade, questionamentos da sociedade de consumo, questionamentos e

⁴⁴ Página oficial : <<http://web.imt-atlantique.fr/x-de/cts-pdl/>>. Acesso em : 01 nov 2017.

críticas dos rumos do desenvolvimento e do capitalismo, busca de novos indicadores de riqueza, reflexão e crítica sobre o progresso (e sua indissociação com um tipo de desenvolvimento capitalista), teorização do *Buen vivir* (ou viver bem) como uma noção essencial a ser integrada nas políticas públicas no ocidente, entre outros temas.

2.2 - A Crítica do Desenvolvimento e a Questão do "Bem Viver": Perspectivas de Construção de um Novo Modelo Societal

Uma epistemologia popular do Sul – se quisermos utilizar os termos de Santos (2015) – que tem tido um impacto muito forte nos movimentos alternativos na Europa – e nosso olhar se debruça mais precisamente para a França – é a noção de *buen vivir* (tradução, em espanhol, da expressão Quechua, *Sumak Kawsay*). Essa noção é bastante utilizada nos movimentos sociais da América Latina, originária dos povos andinos e, atualmente, presente em duas constituições: a do Equador (2008) e a da Bolívia (2009). O *Buen vivir* tem se apresentado como uma proposta política e ideológica de alternativa ao desenvolvimento e à sociedade capitalista. Ela se baseia no convívio harmonioso entre os humanos e a natureza, onde o ser humano se posiciona como parte integrante da natureza e não simplesmente como dominador desta, como foi fortemente incitado pela sociedade ocidental.

Vários princípios e valores convergem entre os projetos de transição societal presentes atualmente na Europa e o projeto de *Buen vivir*: questionamento da sociedade capitalista baseada na acumulação e no crescimento infinito, denúncia da degradação da natureza devido ao sistema econômico hegemônico, reivindicação de um modo de vida mais harmonioso entre humanos e com a natureza. Em seu livro intitulado *Buen Vivir*, Acosta (2014, p. 20) apresenta características e objetivos do projeto de *Buen vivir* bastante similares ao que se propõe o movimento da transição aqui estudado. Dessa forma, o autor afirma que:

O *Buen Vivir*, enquanto filosofia de vida, permite forjar um projeto liberador e tolerante, sem dogmas nem preconceitos. Um projeto que, reunindo proposições de mudanças e de histórias de lutas e de resistências, mas também se inspirando de experiências locais, nacionais e internacionais, se propõe como um ponto de partida para construir democraticamente sociedades democráticas.⁴⁵

Ainda na perspectiva de comparar os pontos em comum entre o movimento de transição e o *Buen Vivir*, encontramos, na obra de Acosta (2014), a definição de um projeto de sociedade que ultrapassa a ideologia do desenvolvimento, do crescimento e do progresso, tal

⁴⁵ Tradução própria da versão francesa do livro.

qual ela foi disseminada e implementada pelo ocidente. Ele inclusive utiliza o termo “transição” para a construção desse novo modelo de sociedade, baseado em “novas utopias”. Nessa perspectiva, o autor defende que, “pensar um outro mundo é organizar a partir dos Direitos Humanos – direitos políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais dos indivíduos, das famílias e das populações – e a partir dos Direitos da Natureza” (ACOSTA, 2014, p. 20).

A necessidade de mudanças face às constatações de disfuncionamento social e econômico se faz sentir por toda parte, mesmo que de forma (ainda) quase marginal e a questão de uma transição societal se coloca de diversas formas e nas diversas partes do mundo. Nessa perspectiva, em um artigo publicado na revista “Les Zindigné(e)s!”⁴⁶, Patrick Chamoiseau, escritor Francês (martiniquês)⁴⁷ e diretor do programa “Missão Martinica 2020” (no âmbito do Plano de ações para o desenvolvimento da Martinica – PADM), fazendo uma análise da situação econômica e social da Martinica, assolada pelo desemprego e pela pobreza estrutural, da miséria urbana e da violência a qual eles se confrontam, associa esses aspectos a uma sociedade hiperconsumista e pouco resiliente. Ele faz um apelo a uma mudança de paradigma, através de uma reflexão totalmente de acordo com os movimentos altermundialistas:

Nós devemos mudar de Martinique. Nós devemos mudar de modelo. Nós devemos mesmo abandonar a ideia de modelo, para instalar configurações bastante abertas, ágeis, adaptáveis e fluidas, que relevam mais do ecossistema favorecedor do que de pensamentos de sistemas ou de sistemas de pensamento. Devemos encontrar, primeiro em nós mesmos, em seguida nas experiências que nos vêm do mundo, as vias e os meios de uma outra economia, quer dizer, um conjunto de experimentações mais culturais, mais sociais, mais circulares, mais inovantes e sobretudo mais humanas (CHAMOISEAU, 2013, p.16).⁴⁸

A Martinica é considerada, para Paul Ariès (2013, p. 2), como “um território de experimentação para o *Bem viver* e para o *belo viver*”. Em 2013, uma edição inteira da revista “Les Z’indigné(e)s!”, foi dedicada ao caminho político que vem assumindo a Martinica, em busca do “bem viver” (o redator chefe foi Paul Ariès). Em seu editorial – desse número intitulado “Martinica, laboratório político do bem viver” –, o redator chefe da revista em questão, Paul Ariès, sublinha que os caminhos do desenvolvimento, que tem tomado esse território, são particularmente interessantes para se dirigir o olhar, nesse contexto de

⁴⁶ *Les Zindigné(e)s!* (Os Indignados), revista alternativa, inspirada no movimento dos ‘Indignados’ que surgiu em várias partes do mundo. Ela tem como um dos fundadores Paul Ariès e é dirigida por ele.

⁴⁷ A ilha da Martinica é um departamento francês de ultramar. Trata-se de um território que é regido como qualquer outra região da França metropolitana.

⁴⁸ Tradução própria.

mudanças sociais necessárias à construção de um novo mundo, pois eles estão buscando inventar “novos caminhos de emancipação”. E esse caminho está sendo buscado através de escolhas políticas locais, através do “Plano de ações para o desenvolvimento da Martinica – PADM”, lançado, pela região da Martinica, em 2013. Para Paul Ariès, esse plano seduz especialmente pelo seu aspecto de planificação e de rompimento com a lógica mercadológica predominante, que ele caracteriza como “ditadura do mercado”. Para o autor, esse plano é importante e sedutor pelas seguintes questões:

[...] ele cruza muitos caminhos que nós tentamos traçar desde vários anos, com tantos outros, o caminho da responsabilidade, da autonomia (alimentar, energética, etc.), da restauração da biodiversidade natural e cultural, da reapropriação de si do nós, da reapropriação de formas créoles [nativas] de nascer, de viver, de se cuidar, mas também de morrer, longe da ditadura do economismo, essa ideia que, mais se é necessário igual melhor, longe do “sempre mais”, longe da arrogância ocidental (ARIÈS, 2013, p. 2).

Ainda nessa edição especial da revista acima citada, Patrick Chamoiseau clarifica sua concepção de bem viver (*bien vivre, buen vivir, viver bem*) – central no projeto político de transformação social da Martinica – em uma entrevista dada a Paul Ariès. Ele explica igualmente a concepção de “beau vivre” (belo viver), introduzida pelo próprio escritor e poeta (que assume funções políticas em sua região). As duas noções são resumidas por Chamoiseau, artesão do “belo viver”, como o designa Paul Ariès, da seguinte forma:

O “bem viver” tal qual nós queremos desenvolver deve ser entendido de duas maneiras. A primeira dimensão é a organização da sua existência em relação ao horizonte do vivo, o que supõe combater toda concepção vertical... Inclui um certo humanismo vertical, o do fraternalismo. A segunda dimensão é a relação com o outro, com o comércio justo, a solidariedade, o movimento cooperativo, as mutualistas, etc. O “belo viver” é a segunda maior noção de nosso projeto. O belo viver corresponde a uma ideia de que é necessário reintroduzir na vida cotidiana essa preocupação da beleza. [...] Essa introdução do belo na vida cotidiana se baseia nos valores como o respeito da diferença, o respeito do outro [...]. O belo viver necessita de se investir: a mudança do mundo começa por si mesmo, que cada um desenvolva seu bem viver e seu belo viver. (CHAMOISEAU entrevista concedida a ARIÈS, 2013, p. 15).

Dessa forma, o *bem viver* ou os outros movimentos de transição (consideraremos, nesta análise, o movimento do *buen vivir* ou do bem viver como um movimento de transição), ou ainda outros movimentos conexos (decrescimento, simplicidade voluntária), evidenciam a negação de uma parte considerável do modo de vida atrelado à sociedade capitalista e seus valores ainda bastante vigentes e hegemônicos (industrialização, urbanização, financeirização, acumulação). O movimento parte da constatação de que esse modo de vida se tornou

insustentável e irreprodutível (dos pontos de vista ecológico, social e econômico) para o resto do mundo. Porém, ele continua sendo desejado por uma grande parte da população de países que ainda não alcançaram patamares de consumo de produtos industrializados e mundializados (símbolos de certo bem-estar social).

Os movimentos de transição social e ecológica colocam em questão a própria ideia (ou ideal) de modernidade em vários aspectos, mesmo não havendo uma negação simplista e radical dela. Tendo como centro a questão climática e ecológica, o que os movimentos de transição visam, na realidade, é uma mudança de modo de vida integral: consumo, produção, distribuição, trabalho, relação com a natureza e com os pares. As questões de consumo e de produção são centrais nessa problemática, pois elas concentram em si várias outras questões sociais negligenciadas pelo modelo social vigente e hegemônico.

Dessa forma, um dos aspectos centrais de mobilização dos movimentos de transição é a dinamização da economia local. Incita-se prioritariamente ao consumo local para incentivar os produtores locais. A dinamização da economia local tem impactos importantes – de acordo com os princípios dos movimentos –, nas esferas social, econômica e ecológica. Essa lógica tende a criar um ciclo virtuoso de geração de trabalho e renda na esfera local: de ser menos energívoro em energias fósseis (pois evita o transporte de longa distância de mercadorias e a produção industrial), portanto, mais ecológico – tendo como objetivo uma produção mais respeitosa do meio ambiente possível; de proporcionar relações mais próximas entre produtores e consumidores (o grande exemplo é a agricultura), tendo como benefício não somente permitir aos produtores escoar seus estoques com preços mais justos, mas também de favorecer e reforçar as relações e os laços sociais (entre produtores e consumidores, entre consumidores entre si, entre produtores entre si).

Nesses movimentos, prima-se por um modelo de sociedade mais sóbrio em consumo e por consequência em produção, que, via de regra, pode transformar as relações sociais, pois a prioridade deixaria de ser a economia e passa a ser os indivíduos e o respeito à natureza. Nesse sentido, Acosta (2014, p. 13) é claro quanto à necessidade de construção de um novo modelo societal, quando ele se refere ao projeto de *Buen Vivir*:

O mundo precisa de mudanças profundas e radicais. Faz-se urgente ultrapassar essas visões simplistas que fizeram da economia o eixo de nossas sociedades. Faz-se urgente construir outra forma de organização social, com novas práticas políticas. Mas, antes de tudo, é indispensável despertar a criatividade e consolidar o engajamento ao serviço da vida, afim de não nos contentarmos de aplicar procedimentos e receitas caducas.⁴⁹

⁴⁹ Tradução própria da versão francesa do livro.

Não obstante, a questão que tem se colocado, e de forma pertinente, em torno desses movimentos é: como explicar para os cidadãos de países não desenvolvidos (e que aspiram ao desenvolvimento, nos moldes do hemisfério norte, como uma esperança/chance e como uma via de melhoria material para suas vidas), que esse caminho não é ecologicamente viável e que não será possível reproduzirem o modo de vida dos países desenvolvidos e, no entanto, certos sonhos de consumo (o carro é um exemplo emblemático) não podem ser realizados e não podem ser mais desejável? Como convencer os países emergentes que alguns dos seus importantes vetores de desenvolvimento econômico se tornaram nocivos para o meio ambiente (como é caso do petróleo ou do carvão) e que eles devem encontrar outros meios de desenvolvimento mais ecológicos e que, ainda por cima, eles devem desenvolver um modo de consumo mais sóbrio, pois o consumismo exacerbado que se produziu nos países industrializados se mostrou catastrófico para o meio ambiente? As questões são certamente complexas e vastas. De forma não exaustiva elas serão evocadas no capítulo 3.

O problema se coloca não somente do ponto de vista econômico, mas social e também moral. Como os países em desenvolvimento (ou pobres) podem abrir mão de certo ideal de bem-estar em nome da proteção do meio ambiente quando eles são os menos poluidores? De fato, de acordo com os especialistas, os maiores responsáveis pela crise climática e ambiental são os países desenvolvidos. A industrialização é apontada como um dos fatores de deterioração do meio ambiente e, portanto, das mudanças climáticas. Porém, as consequências dessa desregulação do clima não têm fronteiras e têm afetado fortemente as populações mais precárias (secas, tsunamis, enchentes, terremotos, etc.).

Sendo assim, os países ditos ricos conseguiram atingir certo grau de bem-estar (mas não de “bem viver”, diria Acosta (2014)), e isso, em detrimento do meio ambiente, e tendo como consequência a agravação da precariedade em vários países pobres (através das catástrofes naturais provocadas pelas mudanças climáticas) – além das disparidades econômicas entre países ricos e pobres que as perspectivas de políticas de desenvolvimento e de industrialização não conseguiram resolver. Assim, os desdobramentos desse desenvolvimento predatório dificultam ainda mais as perspectivas de melhoria de vida de diversos países. Dessa forma, a crise ecológica internacional que se constata atualmente está intrinsecamente ligada às diversas crises sociais e econômicas, em diversos países e regiões do mundo.

Um dos exemplos emblemáticos desse debate sobre as mudanças necessárias (ou a reorganização) do modo de vida – com o objetivo de preservar o meio ambiente e reduzir a

pressão sobre o clima – é o transporte individual, o famoso e desejado “automóvel”. Nos países em desenvolvimento (como o Brasil, por exemplo), a aquisição de um carro é sinônimo de êxito social e econômico. Junta-se a essa questão o fato de que não há políticas públicas prioritárias e massivas para o desenvolvimento de transporte público de qualidade. No estado atual das coisas, se observarmos a realidade brasileira, estamos longe de resolver essa questão do transporte individual para que nos tornemos menos poluidores. De um lado, porque uma mudança de mentalidade visando abrir mão desse “bem maior” de consumo parece difícil para uma grande parte da população. De outro lado, porque o déficit de transporte público é tão grande e a falta de projetos em um horizonte próximo é tão precário, ou inexistente, que é difícil ter uma visão a médio prazo de como se resolver essa situação.

Tanto na Europa como no Brasil, os movimentos reivindicando o desenvolvimento de transportes coletivos e da bicicleta são, majoritariamente, suscitados por pessoas de classes mais favorecidas e, frequentemente, com o foco em uma utilização de lazer. Por outro lado, a utilização de bicicletas como meio de transporte – que dobrou no espaço de dez anos (entre 2003 e 2014), de acordo com uma pesquisa realizada pelo Sistema de Informação da Mobilidade Urbana/SIMU⁵⁰ – faz-se, em grande parte, por classes populares.⁵¹

A título de exemplo, na Europa, o uso de bicicletas tem aumentado e muitos países começam a constituir políticas públicas de mobilidade levando em consideração esse meio de transporte individual e ecológico. A cidade de Paris/FR (assim como outras grandes cidades francesas) realizou uma política pública de mobilidade urbana, através de bicicletas que são colocadas à disposição dos cidadãos (em livre serviço), por um preço anual módico. O resultado dessa política foi um aumento significativo da utilização de bicicletas como meio de locomoção em zonas urbanas.

De acordo com os dados do Clube de Cidades e territórios cicláveis⁵², a utilização de bicicleta, na França, triplicou nos últimos dez anos (entre 2001 e 2010). De acordo com os

⁵⁰Ver em : <<http://www.antp.org.br/sistema-de-informacoes-da-mobilidade/apresentacao.html>>

⁵¹Apesar dos poucos dados estatísticos e pesquisas de perfil de usuários existentes, podemos encontrar alguns dados que confirmam essa hipótese: em Brasília, de acordo com os dados da pesquisa “perfil do ciclista brasileiro” (TRANSPORTE ATIVO, 2015), 52,2 % dos usuários de bicicleta como transporte urbano têm renda entre 0 e 3 salários mínimos (16,6 % declaram não ter renda, 13,3% declaram ter renda até 1 salário mínimo, 22% declaram ter uma renda entre 1 e 2 salários). Pode-se, ainda, acrescentar a essas estatísticas de salários não muito elevados o percentual de 14,9% de usuários de bicicleta que declaram ter uma renda entre 2 e 3 salários. Chegamos, então, a um percentual, na cidade de Brasília, de 67,1% de usuários de bicicleta como transporte cotidiano. A mesma tendência se aplica para a cidade do Rio de Janeiro, de acordo com o estudo, onde 37,5% dos usuários de bicicleta como meio de transporte têm renda até 2 salários mínimos. A esse perfil se associam outros dados sociológicos: homens, jovens, vivendo em zonas periféricas.

⁵² Divulgado na reportagem do programa ‘futurmag’, do canal Arte. Disponível em :<<https://www.youtube.com/watch?v=Yv8ZspTB--8>>. Acesso em: 10 nov 2015.

dados da reportagem divulgada pelo programa “Futurmag”⁵³, cidades como Estrasburgo (França), Copenhague (Dinamarca) ou Tóquio (Japão) têm inovado bastante em termos de políticas públicas ligadas à mobilidade através de bicicletas: Estrasburgo desenvolveu um grande perímetro de ciclovias e até criou uma via, que faz contorno da cidade, exclusiva para bicicletas (no mesmo perímetro que a via para carros). Todos os lugares estratégicos da capital europeia são acessíveis por ciclovias. Em Copenhague, mais da metade do tráfego do centro da cidade é realizado de bicicleta. Para além da questão ecológica, os dinamarqueses consideram o deslocamento através de bicicleta mais rápido, mais agradável e mais eficaz (visto que eles usufruem de boas ciclovias e de uma infraestrutura exemplar para o mundo: sinais de trânsito adaptado ao ritmo de ciclistas e não de automóveis, pontes e estradas específicas para ciclistas, pontos com bombas de ar para encher pneus, estacionamentos adaptados).

Em Tóquio, uma inovação de estacionamento se desenvolveu para resolver o problema de bicicletas nas calçadas: uma espécie de lugar de estocagem automatizado que permite estacionar um número considerável de bicicletas. O documentário também evoca outro projeto arquitetural inovador, dessa vez na cidade de Londres, onde se pretende construir uma via aérea de 220 km, em cima da via férrea (o que permitiria um percurso menos exposto à poluição dos carros, para os ciclistas, e uma vista privilegiada, sem contar com a rapidez do deslocamento).

Essas experiências ilustram a crescente tomada de consciência em várias partes do mundo sobre o impacto do transporte individual na agravação do efeito estufa. Elas mostram alternativas que se estruturam em torno da questão climática e que um novo modelo social está se desenhando, com novos modos de vida: menos emissor de gases de efeito estufa, mais humanizado, mais democrático, mais propício ao desenvolvimento de laços sociais e mais convivial.

Assim, a busca por alternativas mais ecológicas e por mais qualidade de vida (para além do aspecto material) parece ser uma aspiração nas diversas partes do mundo, através de movimentos sociais diversos e mesmo através de atos individuais. O ideal de “viver bem” ou do *buen vivir* ultrapassa os movimentos altermundialistas. Dessa forma, se considerarmos que originalmente a filosofia do *buen vivir* é uma epistemologia do Sul, podemos afirmar então que atualmente uma parte do Norte global está impregnada dessa epistemologia, mas que as reflexões e estratégias em busca de ações concretas de transformação social se

⁵³ Idem.

autoalimentam, se completam e se redefinem, de acordo com cada realidade sociocultural e econômica.

Como enfatiza o filósofo Patrick Viveret⁵⁴, em uma entrevista dada para o jornal l'Humanité, a noção de *buen vivir* não pode ser mais considerada uma noção unicamente latinoamericana, visto a amplitude que essa noção abarca, podendo ser observada em várias partes do mundo:

Il est essentiel de préciser que cette notion de Buen vivir n'est plus simplement latino-américaine. En effet, celle-ci a été reprise lors du Forum Social Mondial de Belém en tant que perspective mondiale par de nombreux mouvements de citoyenneté, de l'économie sociale est solidaire. Sous le terme de transition vers des sociétés du bien-vivre, elle vise à articuler les éléments d'une alternative à la fois à des mesures du système financier, des mesures du creusement des inégalités sociales, dans le rapport à la nature avec des problèmes écologiques qui en résultent.⁵⁵

Essa realidade se observa, de acordo com o filósofo, devido ao aumento das desigualdades e da concentração de riquezas nas mãos de poucos, que engendra “mal-viver”. A procura de novos indicadores de riqueza (para além do PIB), tema que o autor se debruça exclusivamente em um livro⁵⁶ (VIVERET, 2013), é um indicativo que há uma inquietação no que diz respeito ao modo de vida atual e do modelo econômico.

2.3 - Movimentos de Transição Social e Ecológica e a Ruptura com o Ideal de Modernidade: Alguns Elementos de Reflexão

O modelo de sociedade que busca os movimentos de transição social e ecológica, e que se desenha nas margens da sociedade capitalista, seria um exemplo de ruptura com a modernidade e a chegada da tão debatida “pós-modernidade”? Talvez a crise climática que se evidencia, e que está levando a um processo de transformação das relações sociais e da relação com a natureza, seja, de fato, um momento de ruptura com os ideais e símbolos da modernidade. Como se vê, no discurso do movimento de transição podemos identificar uma certa vontade de mudança de paradigma, uma mudança social, que vai ao encontro do que se

⁵⁴ Entrevista dada em 29 de janeiro de 2015. Disponível em: <<https://www.humanite.fr/patrick-viveret-derriere-les-systemes-de-captation-des-richesses-il-y-le-mal-vivre-564129>>. Acesso em : 10 dez 2017.

⁵⁵É essencial enfatizar que essa noção de Bem Viver não é mais simplesmente latino-americana. De fato, ela foi usada no Fórum Social Mundial de Belém enquanto perspectiva mundial por numerosos movimentos de cidadania, de economia social e solidária. Sob o termo de transição em busca de sociedades do bem-viver, ela visa articular os elementos de uma alternativa ao mesmo tempo à medida do sistema financeiro, medidas do aumento das desigualdades sociais, da relação com a Natureza com os problemas ecológicos que decorrem. (Tradução própria)

⁵⁶ Livro que resultou de um relatório sobre os novos indicadores de riqueza, encomendado pelo governo francês e apresentado em 2002.

constituiu como ideal desde o início do processo de modernização. Abrindo um longo parêntese, o que se pretende colocar em evidência é o seguinte: de alguma forma, os movimentos de transição e similares têm colocado em questão um modo de vida que podemos chamá-lo de moderno, pois foi esse que se estabeleceu com o advento da modernidade e se tornou modelo (sociedade de consumo como resumo de modo de vida). Eles questionam e denunciam a modernidade no sentido de modelo civilizatório e por consequência as relações sociais que, com o passar do tempo, foram se construindo e se consolidando em oposição às culturas tradicionais e essencialmente baseadas na sociedade ocidental.

Ao pensarmos nos símbolos da sociedade moderna - do ponto de vista econômico e social -, temos como pontos fortes: a industrialização (como um processo de “modernização” da produção), a máquina a vapor (simbolizando a velocidade e a superação da natureza), a razão (enquanto elemento de construção dos indivíduos baseada na liberdade, no individualismo, no contrato social ou no direito), o desenvolvimento econômico como meta final (como desdobramento da industrialização).

Tendo em vista esses elementos simbólicos e ao mesmo tempo pilares da modernidade, a proposta de transição social e ecológica parece querer romper com a lógica hegemônica, ou ultrapassá-la. A postura de ruptura fica clara quando identificamos que o movimento visa sair da lógica do crescimento econômico e do desenvolvimento, tal qual se desenvolveu nas sociedades ditas modernas/desenvolvidas e que se transformou em ideal das sociedades ditas não desenvolvidas ou em desenvolvimento. Dessa forma, defendemos o pressuposto que romper com o modelo de crescimento econômico capitalista é romper com o modelo de sociedade moderna. Portanto, a transição social e ecológica seria um projeto de transição para um modelo pós-moderno (no sentido literal do termo) ou pós-desenvolvimentista.

A sociedade de transição que os “transicionadores” (*transitionneurs*⁵⁷), tal qual designa Hopkins (2010), reivindicam é baseada em certo retorno à tradição, ao local, à lentidão, às relações sociais e econômicas mais humanizadas, a um consumo mais refletido e com sentido, a uma produção mais socialmente necessária, enfim, a uma importância mais centrada no homem e sua relação com a natureza em detrimento da busca de um crescimento econômico ilimitado. Nesse sentido, há uma real ruptura com a modernidade.

⁵⁷ Termo utilizado nas diferentes publicações de diferentes atores do movimento. A expressão é sobretudo utilizada pelo movimento de ‘villes en transitions’ e evocado no livro de Hopkins (2010), um dos fundadores do movimento da Transição. O termo designa os defensores ou adeptos do movimento de transição.

Na mesma linha de pensamento, o movimento do Decrescimento se baseia na crítica do desenvolvimento e do crescimento. Para os “objetores de crescimento” (*objecteurs de croissance*⁵⁸), de toda forma a sociedade atual, que tem como objetivo principal o crescimento, não consegue mais cumprir com os objetivos de crescimento. Sendo assim, alguns intelectuais se referem ao momento atual (sobretudo nas sociedades ditas do Norte, Ocidental) como um período de “pós-crescimento” (ACOSTA, 2011; LATOUCHE, 1991, 2004). Tendo em vista que a modernidade é baseada na ideia de crescimento econômico, como condição de desenvolvimento, então, a partir do ângulo da crítica do desenvolvimento, tal qual nos referimos aqui, podemos pensar, de fato, em uma ruptura com a modernidade e a construção de outro paradigma, seja ela pós-moderna, pós-crescimento, pós-desenvolvimento, uma nova dinâmica social parece se esboçar, pouco a pouco, na sociedade ainda impregnada das ideologias e dos ideais modernos.

O termo pós-modernidade toma sentido na sua acepção literal. O que se pretende é uma transição para outra sociedade, a construção de outro paradigma, a construção de um novo modo de vida que rompe em vários aspectos com o atual (moderno, ou para muitos já pós-moderno). Do ponto de vista sociológico, o ideal de dinâmica social, de relações sociais e modo de vida que o movimento da transição defende, rompe, efetivamente, com a modernidade. Não que seja a primeira vez na história da modernidade que haja movimentos alternativos, contestadores e anti-sistêmicos, mas, com a crescente tomada de consciência da questão ecológica, esse movimento toma proporções bastante visíveis na sociedade atual, abrangendo diversas classes e categorias sociais e mostrando certo impacto no modo de vida. Podemos exemplificar essas mudanças através da crescente demanda por produtos orgânicos, o debate sobre a preservação do meio ambiente e o impacto das ações individuais.

A sociedade de transição, que se desenha pouco a pouco pelo mundo, é a busca de elementos de tradição, associando-os a uma nova utilização e adaptando-os ao modo de vida em construção. A propósito da construção de uma nova civilização⁵⁹ e o papel da transição, Serge Latouche enfatiza essa questão com bastante pertinência e clareza, em uma entrevista dada a Daniele Pepino, publicada no livro “Renverser nos manière de penser” (LATOUCHE 2014, p. 73). A questão está sendo tratada sob o ângulo do movimento do “decrescimento”, mas a análise se adapta perfeitamente aos objetivos do movimento da transição:

⁵⁸ Termo bastante utilizado pelos adeptos do decrescimento, na França.

⁵⁹ O termo é forte, mas ele aparece de forma recorrente nas diferentes publicações na área, por exemplo, nas obras de Meda (2011) e Latouche (2014).

Il est fondamental de renouer le lien avec la tradition, mais pour moderniser, parce qu'il s'agit de construire une autre civilisation. L'objectif n'est pas de revenir à des coutumes pré-modernes mais bien de construire un futur postmoderne en retissant le lien nécessaire avec les traditions perdus.⁶⁰

Ainda a respeito da questão entre o tradicional e o moderno, e dessa vez o ponto de vista do movimento do “Buen Vivir”, o intelectual equatoriano Alberto Acosta, em uma entrevista dada ao jornalista ambientalista Felipe Milanez (2016)⁶¹, fala da necessidade de estabelecer pontes de conhecimento entre essas duas esferas, através do diálogo social. Para o autor do livro “El buen Vivir”, o movimento proporciona a possibilidade de diálogos, que para ele, é um elemento importante para se “subverter a ordem conceitual que impera”. Para o autor,

Una de sus mayores contribuciones [do Buen Vivir] podría estar en la construcción colectiva de puentes entre los conocimientos ancestrales y los modernos; eso sí, sin transformar a los elementos ancestrales en instrumentos del capital. Hay que asumir, en todo instante, que la construcción de conocimiento es fruto de un proceso social. Para lograrlo nada mejor que un debate franco y respetuoso; debate que aún está pendiente. La descolonización, sobre todo cultural, es una de las mayores tareas.

Esse debate entre o tradicional e o moderno pode encontrar alguns impasses e críticas quando pensamos na dificuldade de avanços sociais que certas categorias sociais e minorias étnicas e sociais esperam alcançar. Podemos levantar a questão de gênero, homossexualidade, inserção social e igualdade de chances para negros e povos autóctones. Todas essas questões mereceriam ser aprofundadas e discutidas para problematizar essa perspectiva de transformação social que nos traz esses novos movimentos sociais, porém, optamos por nos deter sucintamente somente sobre uma das questões – a de gênero – e faremos uma breve reflexão sobre como ela tem sido abordada através de publicações e posições de alguns defensores dos movimentos evocados acima, sobretudo o do ‘Buen Vivir’ e o ‘Decrecimiento’.

2.4 - Como Pensar a Questão de Gênero em um Modelo de Sociedade que Faz uma Certa Apologia da Tradição?

⁶⁰É fundamental reestabelecer os laços com a tradição, mas para modernizar, porque se trata de construir outra civilização. O objetivo não é voltar para tradições pré-modernas mas construir um futuro pós-moderno reatando o liame necessário com as tradições perdidas. (Tradução própria).

⁶¹ Disponível em : <<https://entitleblog.org/2016/03/18/el-buen-vivir-es-para-todos-y-todas-o-no-lo-es/>> .Acesso em : 11 abr 2016.

Sobre a questão da tradição e as eventuais atualizações que elas devem ser submetidas, Latouche evoca a questão do papel da mulher na sociedade como um exemplo de mudança necessária em relação à tradição (historicamente patriarcal), defendendo que no projeto de decrescimento, a dimensão feminina tem um lugar central. Para ele,

Un projet de décroissance conviviale n'est pas pensable sans réintroduire pleinement la composante féminine de l'humanité, reprimée par la civilisation économique. C'est aussi parce qu'elle est marquée par des siècles de patriarcat que la tradition ne doit pas seulement être récupérée mais revisitée (LATOUCHE, 2014, p. 73).⁶²

É verdade que a questão de gênero é um elemento fundamental nessa discussão. É impossível não se questionar sobre as relações de gênero quando se fala na construção de um novo modelo societal. De fato, tanto nas sociedades ditas tradicionais como nas sociedades ditas modernas (ocidentais e desenvolvidas), as mulheres se encontram, geralmente, em condições sociais e econômicas menos favorecidas do que os homens. No entanto, o modelo de sociedade que se reivindica nesses movimentos que criticam o desenvolvimento (e que aspiram a uma sociedade de pós-desenvolvimento?) demonstram uma preocupação com a construção de um modo de vida mais equitativo e integrador, que seja do ponto de visto do gênero, da origem, de espécies.

Ao mesmo tempo em que alguns valores tradicionais são evocados como positivos, percebe-se, no interior desses movimentos, uma perspectiva crítica quanto ao que se pode resgatar, adaptar ou reconhecer seu caráter obsoleto. Enfim, busca-se um novo modelo de sociedade onde o tradicional é revisitado e um novo paradigma se constrói com mais justiça social, equidade social e de gênero e relações sociais mais respeitadas entre homens e com a natureza.

A vontade de construir uma sociedade onde o lugar e o papel da mulher têm por base a igualdade com os homens, apresenta (através da observação dos movimentos estudados) ser um elemento bastante central igualmente no movimento da transição e do *Buen Vivir*. Em uma palestra dada na Universidade de Barcelona⁶³, Alberto Acosta defende que uma das grandes tarefas do *Buen Vivir* é de “despatriarcalizar o Estado”, da mesma forma que é necessário “descolonizar o Estado e excluir os vestígios capitalistas” (comunicação oral).

⁶²Um projeto de decrescimento convivial não é pensável sem reintroduzir plenamente o componente feminino da humanidade, reprimido pela civilização econômica. É igualmente porque ela é marcada por séculos de patriarcado que a tradição não deve somente ser recuperado, mas revisado. (Tradução própria).

⁶³Organizada por Icaria Editorial, Entrepobles, el Observatorio de la Deuda en la Globalización y la Plataforma por la Auditoría Ciudadana de la fúda.. Ocorrida em 13 de novembro 2013. Disponível em :<<https://www.youtube.com/watch?v=5g4OwmDljOE>>. Acesso em : 13 abr 2016.

De tudo que reconstituímos neste capítulo, podemos constatar alguns importantes pontos em comum entre os três movimentos (buen vivir, transição e decrescimento):

- Busca de justiça ecológica e social;
- Busca de relações sociais mais humanas;
- Defende o desenvolvimento local (relocalização da economia);
- Mais respeito da natureza (convívio harmonioso);
- Busca de mais democracia (radicalização da democracia);
- Menos uso de energias Fósseis (matéria prima Fóssil) – sociedade pós-petróleo;
- Defende relações de gênero igualitárias, com reconhecimento das diferenças;
- Anti-capitalismo;

3 –A CRITICA DO DESENVOLVIMENTO COMO O PANO DE FUNDO DA TRANSIÇÃO

A sociedade capitalista é uma sociedade que corre para o abismo, em todos os pontos de vista, pois ela não sabe se autolimitar. E uma sociedade realmente livre, uma sociedade autônoma, deve saber se autolimitar, saber que há coisas que não se pode fazer ou que não se pode nem mesmo tentar de fazer ou que não se pode desejar.

Nós vivemos nesse planeta que nós estamos destruindo, e quando eu pronuncio essa frase eu penso nas maravilhas, eu penso no mar Egeu, eu penso nas montanhas cobertas de neve, eu penso na vista do Pacífico vista da Austrália, eu penso em Bali, nas Índias, no interior da França que estamos desertificando. Tantas maravilhas em vias de demolição. É preciso cultivá-la. Cultivar como ela é e para ela mesma. E encontrar nossa vida, nosso lugar em relação a isso. Isso seria uma grande tarefa. E isso poderia absorver uma grande parte do lazer das pessoas, liberdades de um trabalho estúpido, produtivo repetitivo, etc. Ora, isto está muito longe não somente do sistema atual, mas do imaginário dominante atual. O imaginário da nossa época é o da expansão ilimitada, é a acumulação de bens não necessários – uma televisão em cada quarto, um micro computador em cada quarto -, é isso que é necessário destruir. O sistema se apoia nesse imaginário.⁶⁴

(Cornelius CASTORIADIS – extraído de entrevista dada a Daniel Mermet em novembro de 1996 (para a radio France Inter), publicado na revista ‘Le monde diplomatique’, em agosto de 1998.

O presente capítulo tem como objetivo contextualizar o debate em torno do tema da “transição ecológica e social”, apresentando uma reflexão crítica do desenvolvimento e da sociedade capitalista de forma ampla (focalizando na relação entre meio ambiente e economia), levantando questionamentos sobre o modo de vida hegemônico. Esses elementos se configuram enquanto pano de fundo da crise climática e também das críticas e contestações que norteiam os movimentos de transição. Assim, para subsidiar essa discussão abordaremos o conceito de desenvolvimento e de subdesenvolvimento, trazendo elementos de suas origens conceituais, sua utilização nas Ciências Sociais, assim como seus impactos sociais ou socioeconômicos ao longo das últimas décadas. Por fim, faremos um breve debate sobre o caráter (igualmente) mítico do desenvolvimetro sustentável e terminamos a sessão fazendo as

⁶⁴ Tradução própria.

correlações entre os elementos levantados pela crítica do desenvolvimento e a questão climática, onde evocaremos relações de causa-efeito entre o modo de vida promovido pela ideologia desenvolvimentista e a degradação do meio ambiente, em especial as mudanças climáticas, que, de acordo com especialistas das ciências da terra (climatólogos, geógrafos, oceanógrafos), têm engendrado uma mudança de era geológica (o Antropoceno), que pela primeira vez na história da terra pode ser atribuída às influências das ações e atividades humanas.

3.1 - O conceito de Desenvolvimento nas Ciências Sociais

A sociologia nasce em um contexto de necessidade de explicação da complexidade das sociedades modernas, essencialmente capitalistas. No século XIX, os pensadores considerados “pais fundadores” da sociologia - Marx, Weber e Durkheim – apresentam em suas teorias explicações, compreensões ou críticas da sociedade capitalista/moderna em relação à sociedade tradicional. De um lado, Marx critica as relações de produção entre capital e trabalho, inerente ao modelo capitalista. De outro lado, Weber traça uma análise compreensiva e histórica das condições sociais e morais da formação do capitalismo através de sua relação intrínseca, para ele, com a lógica da ética protestante. E por fim, Durkheim, de forma metódica, irá explicar as diferenças na dinâmica de integração social nas sociedades tradicionais e capitalistas: as primeiras apresentam uma forma de “solidariedade mecânica”, por apresentarem uma forte consciência coletiva e valores comuns; já as segundas desenvolvem uma solidariedade de tipo “orgânica”, fundada pela interdependência que as relações de trabalho capitalista instauram (divisão social do trabalho).

Entre suas diversas correntes, a Sociologia do desenvolvimento nasce, a partir dos anos 60 do século XX, em um contexto de transformações políticas e sociais nos países ditos de “terceiro mundo”. De acordo com a definição de André Guichaoa, no Dicionário do pensamento sociológico (2005, p.171),

Les sociologues du développement proposaient une observation des réalités de ces pays qui serait dégagé des poncifs de l'apologétique coloniale (A. Memmi, E. Hagen, J. Ziegler). La sociologie introduisit plusieurs ruptures: ruptures avec les lecteurs empiriques par la prise en compte de l'histoire réelle des populations (J. Berque, M. Rodinson), rupture théorique avec la négation des réalités coloniales à laquelle était substituée une analyse en termes de système articulé (G. Balandier), rupture enfin au niveau de l'objet. Plus que les moeurs et coutumes de la société traditionnelle, elle s'intéressa aux dynamismes porteurs d'avenir. La problématique du sous-développement se transformait ainsi en problematique de la modernisation.

Le succès de la notion même de développement tint au fait qu'elle reconnût des facteurs d'émancipation en lieu et place des "systèmes traditionnels" (...).⁶⁵

Nessa definição, o autor acrescenta que o processo de desenvolvimento se apresentava contra um "evolucionismo unilateral" e com a promessa de que poderia ser uma realidade de qualquer sociedade "aberta à industrialização e aos progressos técnicos". A noção de modernização passa a ser central nesse debate.

Assim, duas principais correntes teóricas representam a sociologia do desenvolvimento: teoria da modernização e a teoria do desenvolvimento. A primeira estuda o processo de modernização dos países desenvolvidos ocidentais, a partir do advento da modernidade, enquanto modelo (ou modelos) de sociedade a ser seguido. A segunda se concentra na observação do desenvolvimento econômico e social dos países subdesenvolvidos, ou do terceiro mundo (países da América Latina, África e Ásia). De acordo com Guichaoa (2005, p.171), a teoria do desenvolvimento surgiu e se desenvolveu a partir do contexto sócio-político e histórico da América Latina, em meados dos anos 1950/1960 e em ligação com sociólogos europeus e norte-americanos como Alain Touraine e C. W. Mills. As teorias que ficaram mais conhecidas são as da "dependência" e "capitalismo periférico" que criticavam a visão desenvolvimentista da instituição onusiana "Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe" (CEPAL, criada em 1948).

De fato, na América Latina se desenvolveu um cenário intelectual e político propício e fértil no que diz respeito às análises do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, pois esta região foi um terreno de investimentos e de instalações econômicas (portanto, de expansão capitalista) no período pós segunda guerra mundial. Neste contexto de pós-guerra, o mundo se dividia entre países economicamente centrais (ditos ricos) e países ditos pobres ou periféricos. A noção de progresso, que precede a de desenvolvimento - como sublinha Mattedi (2002) em seu artigo sobre a teoria da dependência - situa os países em uma linha hierárquica e evolucionista onde o caminho do progresso é o único a seguir para se alcançar melhorias sociais ou transformações sociais necessárias para assegurar um equilíbrio mundial.

⁶⁵Os sociólogos do desenvolvimento propõem uma observação das realidades desses países que seriam livres de estereótipos da apologética colonial (A. Memmi, E. Hagen, J. Ziegler). A sociologia introduziu diversas rupturas: rupturas com os leitores empíricos por levar em conta a história real das populações (J. Berque, M. Rodinson), ruptura teórica com a negação das realidades coloniais a qual estava substituída uma análise em termos de sistema articulado (G. Balandier), ruptura enfim no nível do objeto. Mais que os usos e costumes da sociedade tradicional, ela se interessa pelas dinâmicas portadoras de futuro. A problemática do subdesenvolvimento se transforma assim em problemática da modernização. O sucesso da noção de desenvolvimento deveu-se ao fato de que ela reconheceu fatores de emancipação no lugar de "sistemas tradicionais" (...). (Tradução própria).

Nesse sentido, acrescenta Mattedi (2002, p. 96), a noção de desenvolvimento surge como um meio de assegurar a paz mundial (no processo de descolonização), tendo como perspectiva criar condições de base para construir uma segurança socioeconômica nas nações.

A CEPAL tem um papel fundamental na teorização e na crítica do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, assim como na teoria da dependência e da modernização, pois o contexto histórico e sociopolítico da América Latina era um laboratório a céu aberto para essas questões. Assim, apesar do otimismo na ideologia desenvolvimentista que se propagou nas décadas de 50 e 60, as teorias da modernização foram rapidamente colocadas em questão. De um lado pela constatação de que a pobreza e as desigualdades não haviam diminuído como esperado durante as primeiras décadas de políticas de desenvolvimento; por outro lado, pelo seu aspecto evolucionista e simplista (baseados principalmente nas teorias de Adam Smith e na sociologia evolucionista do séc. XIX, de acordo com Mattedi (2002)), onde bastaria aos países pobres seguir os passos dos países ricos para saírem do “atraso” e entrarem no *ranking* de países modernos, prósperos e portanto “desenvolvidos”.

O aspecto heterodoxo do pensamento cepalino da época – porém bastante marcado pelo estruturalismo e pelo marxismo – faz emergir uma série de críticas à visão desenvolvimentista linear e aborda as especificidades regionais como chaves de compreensão do dito “suddesenvolvimento” da América Latina. Eles enfatizam a importância de se levar em consideração os traços estruturais específicos (históricos, sociais, econômicos) da região que os diferenciam do processo histórico dos países ditos ricos e que os impede de seguir o mesmo esquema de desenvolvimento e se chegar a resultados similares. Esse pensamento defendia a necessidade de “uma política nacional mais voluntarista, da industrialização por substituição da importação” (MATTEDI, 2002, p. 97).

Na sequência dessa análise estruturalista, a corrente de pensamento “estruturalista marxista” se posicionou de forma mais enfática e radicalizou essa crítica, mostrando a centralidade do determinismo estrutural da economia latino-americana e aprofunda a crítica da relação “centro-periferia” no processo de desenvolvimento. Eles interpretam “o sistema mundial como uma pirâmide de países satélites explorando-se uns aos outros a partir de um centro imperialista” (MATTEDI, 2002, p. 97). Nessa perspectiva, preconiza-se uma saída do mercado mundial para garantir a autonomia dos países da região, assim como a revolução armada como parte de um processo de construção do socialismo.

Outra importante corrente de pensamento que emergiu na CEPAL foi a “teoria da dependência” (desenvolvida principalmente por Cardoso e Faletto). Essa teoria se posiciona como uma terceira via de pensamento e faz a crítica das teorias até então centrais no

pensamento cepalino: de um lado a teoria da modernização, por se tratar de uma ideologia liberal e evolucionista, classificando as sociedades em tradicionais ou modernas; por outro lado, o determinismo do estruturalismo (e do estruturalismo marxista), afirmando que a revolução socialista e a desconexão do mercado mundial não podem ser consideradas as únicas vias de saída do subdesenvolvimento. Como sublinha Mattedi (2002, p. 98), nessa corrente de pensamento defende-se a possibilidade de um desenvolvimento que seja ao mesmo tempo dependente e associado, onde os atores sociais são livres para reagir “às pressões estruturais”.

Como podemos observar, o conceito de desenvolvimento toma proporções empíricas e teóricas importantes na América Latina e tem um papel determinante nas ciências sociais tanto dessa região como no resto do mundo. O processo de desenvolvimento, que visava estabilização política e paz mundial, tendo a economia como vetor central desse objetivo, foi confrontado a realidades regionais específicas e a contextos sócio-históricos que impediram um desdobramento tranquilo e um balanço de décadas um tanto quanto criticável em diversos aspectos: econômico, social, ambiental. É o que pretendemos mostrar nos tópicos subsequentes.

3.2 - O Desenvolvimento como Ideal de Modo de Vida: Rudimentos de uma Epopeia

O ideal e o conceito de desenvolvimento surgem no período pós-guerra, diante de uma necessidade de reestruturação econômica dos países ricos ou ditos desenvolvidos. Esse mesmo período é marcado pelo processo de descolonização de diversos territórios (que se transformarão em novos países independentes) até então ligados às antigas colônias (sobretudo nos países da África e Ásia). O marco fundador do conceito de desenvolvimento e de subdesenvolvimento⁶⁶ é atribuído ao discurso de Harry Truman, então presidente dos Estados Unidos, pronunciado na Filadélfia, em 20 de janeiro de 1949. Nesse famoso discurso de posse do seu segundo mandato, no bastante conhecido e difundido ponto quatro, conhecido por ter introduzido o termo “subdesenvolvimento, Truman declara:

Faz-se necessário lançar um novo programa que seja audacioso e que ponha as vantagens de nosso avanço científico e de nosso progresso industrial a serviço da melhoria e do crescimento das regiões subdesenvolvidas. Mais da metade das

⁶⁶Sobretudo o conceito de subdesenvolvimento, pois foi a primeira vez que foi pronunciado esse termo oficialmente para se referir aos países não industrializados.

peças em todo o mundo vive em condições vizinhas à [condição] da miséria. Não têm muito o que comer. São vítimas de enfermidades. Sua pobreza constitui uma desvantagem e uma ameaça, tanto para elas quanto para as regiões mais prósperas⁶⁷ (tradução nossa).

Para Latouche (2004, p.15-16), esse é o momento fundador não só do conceito de subdesenvolvimento (como é frequentemente atribuído), mas também, pela mesma ocasião, do conceito de desenvolvimento, como ideal de modo de vida aplicável em toda e qualquer sociedade. Segundo Latouche (2004, p.16), ao qualificar “a maior parte do mundo de regiões subdesenvolvidas”, o então presidente americano ignora a enorme diversidade de modos de vida dos países do Sul e os reduzem a uma única categoria: subdesenvolvidos.

O desenvolvimento surge então como uma promessa de prosperidade e progresso para os países considerados subdesenvolvidos e de paz para os países desenvolvidos. Nessa perspectiva, o ideal de progresso convém muito mais aos interesses dos países ricos/desenvolvidos (sobretudo os Estados Unidos da América, através da inserção de suas empresas em países pobres, considerados a partir de então como subdesenvolvidos). Latouche (2004, p. 16) frisa que: “travestindo seus próprios interesses em generosidade, Truman não hesita em anunciar um programa de ajuda técnica que iria suprimir *o sofrimento dessas populações graças à atividade industrial e ao aumento do nível de vida*”. Nessa perspectiva, o desenvolvimento se apresenta como uma nova forma de colonização ocidental, mas dessa vez, uma “colonização do imaginário”, para utilizar os termos do autor.

Vale salientar que por trás do discurso de progresso, desenvolvimento, modernização, combate às condições de subdesenvolvimento e paz, encontrava-se implícito, nessa época, um combate ao comunismo, por parte dos EUA. Era preciso seduzir os novos Estados independentes ao ideal desenvolvimentista para que eles não fossem seduzidos pela ideologia soviética (comunista). No mesmo discurso acima citado, Truman enfatiza a diferença entre democracia e comunismo e deixa claro a vontade de combater toda influência e possibilidades de uma “revolução vermelha”, através da expansão da industrialização e, portanto, do desenvolvimento e do progresso dos quais os países “subdesenvolvidos” iriam se beneficiar. Na ideologia de desenvolvimento de Truman, “uma maior produção é a chave da prosperidade e da paz” (LATOUCHE, 2004). Esse discurso será igualmente a base ideológica da construção do “Plano Marshall”, destinado à reconstrução da Europa e à construção da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte).

⁶⁷ Texto em Francês e vídeo do discurso original disponível em: <https://www.herodote.net/20_janvier_1949-evenement-19490120.php>. Acesso em : 23 maio 2016.

Nesse contexto, Brunel enfatiza que o conceito de desenvolvimento é indissociável do contexto de guerra fria. Ela afirma inclusive que se trata de um “produto da guerra fria” (BRUNEL, 2011, p. 10). A autora sublinha que o objetivo do desenvolvimento, na perspectiva de Truman, está baseado em um esquema linear onde o processo de desenvolvimento permitirá, necessariamente, aos países pobres percorrerem um caminho similar aos países ricos, quer dizer, “da pobreza à sociedade de consumo”. Para alcançar esses objetivos, o economista americano Rostow publica um livro intitulado “As etapas do crescimento econômico, um manifesto não comunista” (ROSTOW, 1960 apud BRUNEL, 2011, p. 10), onde ele elabora uma teoria que serviria de roteiro para o processo de transição da passagem da situação de pobreza de um país até o seu desenvolvimento, que consistiria em se tornar uma sociedade de consumo. As etapas dessa teoria são cinco e correspondem aos seguintes estados de avanço: em primeiro lugar, a sociedade é identificada como “sociedade tradicional” (portanto, subdesenvolvida); em segundo lugar, instalam-se as condições prévias de decolagem; em terceiro lugar, o processo de decolagem se instaura (*take off*); em quarto lugar, é a vez do “progresso em direção à maturidade”; e para fechar o ciclo, a sociedade alcançaria seu *graal*, entrando enfim na “era do consumo de massa” (BRUNEL, 2011, p.10).

3.3 - Impactos do Desenvolvimento: um balanço contestado

Poucas décadas depois do discurso de Truman e, portanto, do início da corrida para o desenvolvimento e industrialização do mundo considerado subdesenvolvido, surgem muitas críticas e balanços negativos dos resultados do desenvolvimento nos países ditos do Sul. Como afirmou Georges Corm (1978) em um artigo crítico sobre os rumos do desenvolvimento, intitulado *Saper l'idéologie du développement*, publicado no jornal mensal “Le monde diplomatique”:

Nous sommes loin de l'optimisme dégaé au cours des années 50 par les études de Rostow ou de Lewis, optimisme qui devait déboucher sur une “première Décennie du développement” lancé par les Nations unies em 1961, et vainement prolongé par une “seconde Décennie du développement” em 1971.⁶⁸

O que se observa nas décadas que sucederam à era desenvolvimentista é uma agravação da concentração de riquezas, tanto em termos de países como entre grupos sociais e

⁶⁸Nós estamos longe do otimismo identificado nos anos 50 pelos estudos de Rostow ou de Lewis, otimismo que deveria ter conduzido uma « primeira década do desenvolvimento » lançado pelas Nações unidas em 1961, e inutilmente prolongado para uma « segunda Década do desenvolvimento » em 1971. (Tradução própria).

indivíduos. Como sublinha Latouche (2004, p. 19): “de acordo com o relatório do PNUD de 1998⁶⁹, se a riqueza do planeta foi multiplicada por seis desde 1950, a renda média dos habitantes de 100 dos 174 países recenseados está em plena regressão, assim como a esperança de vida”. O quadro de desigualdades sociais e do enriquecimento de pequenos grupos de indivíduos só se amplificou e a prometida melhoria das condições de vida dos mais pobres não necessariamente acompanhou esse processo. Vários relatórios feitos por organismos internacionais e ONG’s humanitárias alertam sobre os dados da concentração de riqueza e aumento das desigualdades sociais no mundo e no interior dos países. Além do mais, vários países pobres se endividaram na esperança de um “desenvolvimento”.

Nessas condições, não é mais o desenvolvimento, enquanto tal, que se tem como questão no Sul, mas somente de ajustes estruturais, ou seja, de planos de austeridade imposto pelo FMI para restabelecer a solvabilidade dos países endividados por projetos de desenvolvimento ilusórios. No que concerne o aspecto social, apóia-se largamente no que Bernard HOURS⁷⁰ chama singelamente “um Samu social” onde as ONG humanitárias, os urgentistas, são uma ferramenta capital (LATOUCHE, 2004, p. 20).

Na mesma linha de análise de Furtado (1974) e, baseado na obra dele, Latouche (1986) denuncia os efeitos negativos que o “desenvolvimento”, através da industrialização, trouxe para os países do Terceiro Mundo. Ele afirma que apesar de ter havido alguns casos isolados de experiências positivas, o fato de serem justamente casos isolados reforça a hipótese de impossibilidade de “erradicação do subdesenvolvimento como realidade planetária”. O autor faz um resumo da situação do processo de industrialização da seguinte forma:

Falou-se justamente de “mito do desenvolvimento”.⁷¹ Para muitos países do Terceiro Mundo, a “dezena” do desenvolvimento se traduziu por uma industrialização artificial e por uma modernização da agricultura que provocou concretamente: êxodo rural e desenvolvimento de favelas, sub-emprego nas cidades do interior e mendicância de agricultores, destruição dos empregos urbanos e artesanais. Imensos investimentos de fundos públicos (quer dizer financiados pela renda do petróleo ou pela renda da terra arrancada do suor dos camponeses) permitiram a construção de enormes complexos industriais que estão enferrujando ou funcionando a baixa porcentagem de suas capacidades de produção; essas “catedrais do deserto” só funcionam com a ajuda de subvenções, criando poucos empregos (1986, p. 8).

⁶⁹ O autor se refere ao relatório: PNUD. Rapport mondial sur le développement humain. Paris: Economica. 1998.

⁷⁰ Latouche se refere à obra: Bernard Hours. L’idéologie humanitaire ou le spectacle de l’altérité perdue. Paris: L’harmattan. 1998.

⁷¹ Nota de rodapé no texto original com a referência da obra ‘mito do desenvolvimento econômico’ de Celso Furtado.

Ao questionar e criticar o desenvolvimento (devido ao fracasso que se constata nas primeiras décadas), assim como seu caráter mítico para os países subdesenvolvidos, Latouche - em sua obra de 1986, *Faut-il refuser le développement?* (É preciso recusar o desenvolvimento?) – deixa claro sua análise e posição crítica em relação à situação dos países pobres (ditos subdesenvolvidos) e que aspiram a um desenvolvimento similar ao dos países ditos desenvolvidos:

Não se trata de aceitar a fome e a miséria, pelo contrário. Não se trata de rejeitar de imediato o desenvolvimento e seus mitos fundadores: o progresso, a ciência e a tecnologia, a racionalidade, o humanismo e o universalismo. Trata-se de ver hoje questões, onde ontem se via evidências. O desenvolvimento talvez não seja o que ele parece (1986, p. 10).

Mesmo assim, apesar dos efeitos globalmente contestáveis, o ideal de desenvolvimento continuou a se propagar e “colonizar o imaginário” dos países subdesenvolvidos. E nesse contexto, para uma maioria de economistas e de dirigentes mundiais, o desenvolvimento não foi questionado (sobretudo nas duas primeiras décadas). A miragem dos países industrializados continuava (e continua de forma global) a encantar os países não desenvolvidos, na esperança de alcançar o mesmo nível de vida (ou ter acesso aos mesmos objetos de consumo). Corm (1978), ainda no artigo publicado no “Le monde diplomatique”, analisa essa realidade como similar ao processo de colonização europeu. Para ele, a origem da noção de desenvolvimento tem suas raízes nesse contexto histórico. De acordo com o autor, seria desde essa época que se forjou a crença (na sociedade ocidental) em que o *progresso* e o *crescimento* não têm limites. Com o processo de descolonização, as noções de desenvolvimento e subdesenvolvimento se acentuaram, trazendo consigo os sentimentos de superioridade e de inferioridade reciprocamente. O modelo de sociedade dos países ditos desenvolvidos continua sendo o modelo de civilização a ser alcançado. Os países centrais são considerados como “modernos” e os demais como “atrasados”, tendo como consequência a desvalorização das culturas locais. O objetivo passa a ser alcançar o modo de vida (e de consumo) dos países ocidentais (centrais) e superar o “atraso”.

Não parece mais ter dúvida que, cada vez mais, as sociedades ou segmentos da sociedade que, no terceiro mundo, se sentem excluídos dos “bem feitos” da grande indústria se considerem como “inferiores” ou “abandonados”; enfim, eles se sentem “fora” da civilização ou, “estrangeira” a ela. (CORM, 1978, p.1).

Assim, os países subdesenvolvidos são definidos (por si mesmos e pelos outros países) como ausência de desenvolvimento, como atraso, como inferior. Dentro da lógica

desenvolvimentista, “os povos dos países subdesenvolvidos são praticamente, com fatalidade da natureza, os únicos responsáveis da sua situação” (LATOUCHE, 1986, p.73). Como se não houvesse nenhuma ligação entre a realidade de pobreza dos países periféricos e a riqueza e prosperidade dos países centrais. Como se a riqueza desses últimos não tivesse nenhuma ligação com uma história de colonização e de espoliação das regiões “periféricas”.

As análises das décadas de setenta e oitenta sobre a crítica do desenvolvimento e do subdesenvolvimento como produto do mesmo, continuam tendo validade quando observamos o quadro geral de desenvolvimento e subdesenvolvimento no mundo de hoje. Recentes relatórios de organismos internacionais⁷² reconhecem e acentuam o agravamento das desigualdades sociais e econômicas e de certa forma confirmam o fracasso das “missões” de desenvolvimento. De acordo com um recente relatório da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), a desigualdade salarial (que engendra desigualdades sociais diversas) nos países desenvolvidos ou emergentes aumentou nos últimos trinta anos e se agravou ainda mais com a última crise econômica, atingindo “níveis históricos” (OCDE, 2015, p. 22). O relatório aponta a desigualdade como uma constante, afirmando a permanência das desigualdades mesmo em períodos de crescimento econômico em países ricos ou emergentes. Embora instituições como a OCDE ou FMI relevem as contradições e os limites dos resultados das políticas de desenvolvimento, assim como a falta de redistribuição equitativa dos benefícios do crescimento econômico (nos momentos oportunos), elas continuam acreditando que esse continua sendo o único caminho para a melhoria de vida das populações de países ricos ou pobres. Que eles devem buscar cada vez mais “desenvolvimento/crescimento”.

Desde a década de cinquenta, Furtado bate na tecla das desigualdades sociais entre países periféricos e centrais e no interior dos países periféricos. Há uma evidente extravagante acumulação de riqueza (mais acentuada nos países periféricos) onde quem aproveita dos efeitos do desenvolvimento é uma pequena parcela de indivíduos. Sua análise continua atual:

Com efeito, se observamos o sistema capitalista em seu conjunto, vemos que a tendência evolutiva predominante é no sentido de excluir nove pessoas em dez dos principais benefícios do desenvolvimento; e, se observamos em particular o conjunto dos países periféricos, constatamos que aí a tendência é no sentido de excluir dezenove pessoas em vinte (FURTADO, 1974, p. 87).

No que diz respeito às desigualdades sociais e à concentração de rendas e de riquezas dos países ditos ricos em um período de expansão de políticas de desenvolvimento

⁷² Relatório OCDE (2015) ; FMI (2015); OXFAM (2015).

econômico, o economista Thomas Piketty (2008, p. 19) afirma essa tendência. Em seu livro “L’économie des inégalités”, o autor evoca – através de uma perspectiva mais histórica - estudos e pesquisas (DAVIS, 1992; WOLFF, 1992; GOLDIN; MARGO, 1992 *apud* PIKETT, 2008, p. 19-20) que constata a tendência da persistência das desigualdades no mundo e até mesmo do aumento delas (que em alguns casos apresentaram forte crescimento, como foi o caso dos Estados Unidos), entre as décadas de 1970 e 1990. O autor evoca claramente, nesse período, uma tendência de concentração de riquezas que associa “inexoravelmente desenvolvimento e desigualdade” (PIKETTY, 2008, p.19).

Em um mais recente estudo mundial da repartição das riquezas mais abrangente, envolvendo mais ou menos vinte países (e sintetizando resultados de pesquisas de mais de trinta pesquisadores no mundo), Piketty (2013) analisa com profundidade a dinâmica histórica da evolução das desigualdades, da renda, do capital e do patrimônio. Ele constata uma tendência, nos últimos dois séculos, que mantém a desigualdade como uma constante na maioria dos países (com variações de intensidade, de acordo com as políticas públicas adotadas no interior de cada país). Para o autor, contrariamente a algumas teorias otimistas do processo de desenvolvimento e crescimento econômico (notadamente a teoria de Kuznets 1901-1985), não “existe nenhum processo natural e espontâneo permitindo evitar que as tendências desestabilizadoras e desiguais prevaleçam duravelmente” (PIKETTY, 2013, p. 47-376). Piketty chama à atenção para a importância da democratização do saber, enquanto um “bem público”, e destaca a necessidade de um processo de “difusão de conhecimentos e de investimento nas qualificações em formação” (PIKETTY, 2013, p.47-49) como um elemento essencial que pode impactar positivamente na redução das desigualdades, porém pouco aplicada enquanto política pública nos diferentes países, evidenciando que a história das desigualdades de renda e de patrimônio não é somente uma história econômica, mas uma história política, social, cultural e que faz parte de uma conjuntura institucional nacional e internacional.

De forma mais incisiva e ilustrativa, dados recentes publicados no relatório da OIT (Organização Internacional do Trabalho) mostram uma degradação nas condições de vida de trabalhadores do mundo todo. De acordo com o relatório de 2016 da OIT⁷³, “mais de 80% dos trabalhadores pobres têm um trabalho salariado” e “mais de um trabalhador sobre dois, não é salariado”. A OIT alerta, nesse relatório, sobre a precariedade de acesso aos direitos sociais de base (previdência social, seguro desemprego, seguro de saúde) por parte de trabalhadores

⁷³Relatório apresentado na Conferência Internacional do Trabalho, 105ª sessão, 2016, Genebra/Suíça.

salariados (ou não). Nesse relatório, as perspectivas de melhorias sociais e econômicas nos próximos anos são bastante negativas e coloca em questão o objetivo estabelecido pela ONU de erradicação da pobreza até 2030⁷⁴ estabelecido em 2015, no término do prazo do programa anterior. O relatório dá como perspectiva, para os anos que estão por vir, um aumento do desemprego no mundo e uma agravação da precariedade. De um lado, a erradicação da pobreza continua sendo um objetivo dificilmente realizável da sociedade de desenvolvimento. De outro lado, a acumulação de riqueza de poucos (indivíduos ou grandes empresas) continua sendo uma face (e crescendo cada vez mais) dessa mesma sociedade.

3.4 - Desenvolvimento Sustentável: um Outro Mito?

Em um contexto de descrédito do conceito de desenvolvimento devido à recorrência das críticas e à ineficácia do projeto que ele abarcava - no que diz respeito a um aumento substancial da qualidade de vida nos países periféricos -, juntamente com a tomada de consciência cada vez mais forte da questão ecológica, foi forjado o conceito de “desenvolvimento sustentável”⁷⁵. Esse termo foi utilizado oficialmente pela primeira vez no relatório intitulado *Our Common Future* (Nosso futuro comum ou *Notre avenir à tous*, 1988, versão francesa, utilizada para esta análise), publicado em 1987 e comumente mais conhecido como relatório Brundtland. Esse relatório foi encomendado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMED), comissão criada em 1983 pela Organização das Nações Unidas (ONU), e presidida pela ex-primeira ministra (e ex-ministra do meio ambiente) da Noruega Gro Harlem Brundtland.

O relatório foi o resultado de uma série de trabalhos, entrevistas e pesquisas realizadas nos cinco continentes, sobre a questão do meio ambiente e sua relação com o desenvolvimento. Mais precisamente, tratou sobre como as atividades humanas (através do objetivo de desenvolvimento) vêm interferindo no equilíbrio do meio ambiente. Ele tinha como um de seus objetivos principais “propor estratégias em longo prazo em matéria de meio ambiente para assegurar um desenvolvimento sustentável daqui ao ano 2000 e além” (CMDE, 1988, s. p.). Visava estabelecer recomendações em escala internacional para se encarar os desafios que a humanidade enfrenta diante das mudanças climáticas e problemas de ordem

⁷⁴ Trata-se do programa « Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável », adotado pela ONU em 2015, com o objetivo de dar sequência ao programa ‘Agenda 21’ (adotado na conferência Rio 92), que será denominada a partir do ano de 2000 « objetivos de desenvolvimento do Milênio », devido às modificações adotadas pela ONU. Vale salientar que os oito objetivos do milênio adotados nesse último programa não conseguiram ser realizados integralmente.

⁷⁵ Na França, o termo utilizado é ‘développement durable’ (desenvolvimento durável).

social e econômica. Um dos objetivos esperados pela ONU, através desse relatório, era de encontrar métodos que facilitassem a cooperação internacional, entre os países com diferentes níveis de desenvolvimento econômico e social, em torno da questão do meio ambiente, visando um acordo de objetivos comuns “se apoiando mutuamente e levando em consideração as relações recíprocas entre a população, os recursos, o meio ambiente e o desenvolvimento” (CMDE, 1988, s. p.).

O relatório Brundtland instaurou a definição de “desenvolvimento sustentável”, que é até hoje utilizada de forma consensual (apesar das discussões e críticas do conceito) por instituições internacionais, pesquisadores, militantes. Assim, para os autores do relatório, o desenvolvimento sustentável permite “satisfazer as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades” (CMDE, 1988, p.11). Foi através desse relatório que a noção de desenvolvimento sustentável entrou nas agendas políticas internacionais.

Esse importante relatório sucedeu outro não menos importante sobre a relação entre meio ambiente e desenvolvimento, publicado em 1972, pelo Clube de Roma⁷⁶, intitulado “Os Limites do Crescimento” (*The Limits to Growth*). Este relatório foi confiado a um grupo de cientistas do Instituto de Tecnologia de Massachusetts. O relatório ficou conhecido internacionalmente como “Relatório Meadows”, sobrenome de dois dos principais redatores: Donella Meadows, Dennis Meadows⁷⁷ (MEADOWS et al., 1978). Esse foi o primeiro relatório do Clube de Roma que ficou mundialmente conhecido, sendo responsável pelo pontapé inicial de um tratamento internacional sobre as questões de meio ambiente e desenvolvimento econômico. Trata-se do primeiro grande estudo sobre as condições climáticas da nossa era e sobre a pressão que exerce o modelo de desenvolvimento (baseado no crescimento ilimitado) sobre os recursos naturais (limitados), ameaçando assim a vida na terra.

Além da apresentação de dados científicos baseados na teoria da “dinâmica dos sistemas”, onde foram elencados doze possíveis cenários para as décadas seguintes, em

⁷⁶O Clube de Roma é um grupo de reflexão internacional, composto de cientistas de várias disciplinas, economistas, empresários, altos funcionários de instituições internacionais, sociedade civil. Tem sua primeira reunião em Roma, em abril de 1968. De acordo com as informações do site do Club (<http://www.clubofrome.org/index.php/o-clube-de-roma/>), essa primeira reunião teve como objetivo discutir as ‘preocupações com relação ao crescimento econômico e o consumo dos recursos ilimitados num mundo a cada vez mais interdependente’. Ela foi presidida por dois membros fundadores do clube, o italiano industrialista (membro do conselho de administração da Fiat), Aurelio Peccei e o cientista e alto funcionário escocês Alexander King (antigo diretor científico da sessão Educação e Ciência da OCDE - Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico).

⁷⁷O relatório, que será em seguida publicado como livro, foi escrito pelos seguintes autores: Donella Meadows, Dennis Meadows, Jorgen Randers e William W. Behrens III. Ele terá duas versões revisadas posteriormente, pelos três primeiros autores.

termos econômico, social e ambiental (entre o colapso total e o equilíbrio planetário, de acordo com o caminho que escolheria a sociedade, em termos ecológicos e demográficos), o relatório reconhece plenamente que o desenvolvimento não cumpriu suas promessas de melhoria do nível de vida dos países considerados subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, no que diz respeito aos aspectos econômicos e sociais. Ele acrescenta a questão ambiental como um agravante das desigualdades entre países do Norte (considerados como desenvolvidos) e do Sul (considerados não desenvolvidos). Os estudiosos constatam que o desenvolvimento industrial acarretou problemas ambientais que afetam todo o planeta e as populações mais pobres são as principais vítimas. Dessa forma, o relatório estabelece uma relação direta entre modelo econômico e modo de vida com a degradação do meio ambiente. Ele lança um alerta sobre a ameaça ecológica que representa o modelo econômico de crescimento ilimitado, em um planeta de recursos limitados.

O relatório do Clube de Roma preconiza assim reduzir consideravelmente o ritmo de crescimento, como condição necessária para a proteção do meio ambiente. Ele teve uma ampla repercussão internacional (mais de 16 milhões de exemplares vendidos e traduzido em 30 idiomas⁷⁸), porém, foi recebido com fortes críticas da comunidade internacional – sobretudo de economistas - acusado de pregar certo catastrofismo ecológico (nesse momento havia muito ceticismo sobre o fato de que as mudanças climáticas fossem de origem antropológicas) e de criticar o crescimento econômico, preconizando um certo “crescimento zero”. Para os autores, o modelo econômico de crescimento que se desenvolveu nas últimas décadas é categoricamente incompatível com a preservação do meio ambiente.

Em seu discurso pronunciado na ocasião da comemoração dos vinte anos de publicação do livro “Os Limites do Crescimento”, divulgado no documentário *Dernière alerte*, 40 ans après “Les limites de la croissance”⁷⁹ (Último alerta, 40 anos depois “Os limites do crescimento”), uma das autoras, Donella Meadows, se pronuncia sobre o aspecto concreto dos resultados do relatório e sobre a visão de mundo de sociedade que existe implícita nessa abordagem:

Eu não sou melhor que outro ser humano, mas eu pesquiso sobre esses modelos planetários há vinte anos, e eu entendo instintivamente as consequências globais dos meus atos. Eu sei em que mundo eu quero viver. Eu não quero viver em um mundo que entra em colapso, um mundo, como diz Jorgen [Randers], cada vez mais cinza, onde será necessário consumir cada vez mais para continuar a viver decentemente. Eu quero um mundo sustentável que não conhece nem pobreza nem fome, nem esgotamento dos recursos naturais. (extraído do documentário “*Dernière alerte*, 40 ans après *Les limites de la croissance*”. min. 37:14 – tradução nossa).

⁷⁸ Informações disponíveis em <<http://www.clubofrome.org/about-us/history/>>. Consultado em 10 de junho de 2016.

⁷⁹ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=uTrP3escs0s&t=202s>>. Acesso em: 22 dez 2015.

O impacto do relatório Meadows teve um papel fundamental no debate nascente entre desenvolvimento/crescimento econômico e meio ambiente e serviu de base para os estudos posteriores (como o relatório de Brundtland), assim como para a busca de um novo modelo de desenvolvimento. Trata-se de um texto que inseriu, em nível internacional, o debate sobre o que vem a ser denominado desenvolvimento sustentável. Nesse contexto de críticas e de crise do modelo de sociedade de desenvolvimento, de evidências de degradação da natureza e tendo como consequência o aparecimento de catástrofes naturais e poluição industrial (de rios, do mar, ar), várias noções foram criadas para tentar dar uma “nova cara” para o desenvolvimento, para mostrar que as críticas foram integradas e que uma nova forma de desenvolvimento se desenha, levando em consideração as populações que ficaram às margens do processo e o meio ambiente (que foi e continua sendo degradado). Surge assim a noção de “ecodesenvolvimento”.

O conceito de “desenvolvimento sustentável”, utilizado como noção central nos organismos internacionais e nos grandes eventos organizados pela ONU (depois relatório Brundtland, 1987, e, sobretudo, o evento Rio 92), teve como precursor outra noção que obteve menos sucesso, mas que estabeleceu as bases do debate sobre a sustentabilidade econômica, social e ecológica: a noção de “ecodesenvolvimento”. Esta foi estabelecida, de acordo com Sachs (2012, p. 22), em 1971, no seminário de Founex/Suíça (seminário de preparação para a conferência de Stockholm, na Suécia) e utilizada oficialmente por Maurice Strong, na Conferência de Estocolmo (1972). Ignacy Sachs, um dos defensores e fundadores do conceito de “ecodesenvolvimento”, sublinha a importância das questões levantadas pelo Clube de Roma na inserção da questão ambiental no debate da economia mundial. Ele afirma que, apesar de não haver uma ligação orgânica com o Clube de Roma, as reflexões que são levantadas pelo grupo de pesquisadores são bastantes presentes nas reuniões de preparação da conferência de Stockholm e nas reflexões gerais sobre as dimensões ecológicas do desenvolvimento econômico (SACHS, 2012, p. 24). Para esse autor, foi na década de 70 que ele percebeu que a questão do desenvolvimento e do meio ambiente são duas “noções que não se pode absolutamente separar” (SACHS, 2012, p. 22). O conceito de ecodesenvolvimento leva em consideração as potencialidades de cada ecossistema, incluído as populações locais, a ideia de reciclagem e a luta contra os desperdícios.

A conferência de Estocolmo, em 1972, é um momento importante na reflexão entre meio ambiente e desenvolvimento. Ela representa um momento de tensão entre os países do Sul e do Norte, no sentido de que a tomada de consciência da esfera ambiental no debate sobre o desenvolvimento produz a sensação de que os países do Sul, ainda não desenvolvidos,

não poderiam alcançar o desenvolvimento dos países do Norte, devido à questão climática. As ameaças sobre os ecossistemas mundiais começavam a se sentir e preocupar os países do Norte. Os países da OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico) começam a colocar em discussão a questão climática nessa conferência, como um ponto importante a se levar em consideração em nível internacional, enquanto os países do Sul batem na tecla do desenvolvimento como questão central. A junção dessas duas noções trará para esse debate uma dimensão mais humanista e qualitativa do desenvolvimento (até então bastante centrado na ideia de crescimento econômico). Como lembra Marechal (2006, p.156, tradução nossa), a respeito das origens da noção de desenvolvimento (que posteriormente, e como consequência desse debate, se denominará desenvolvimento sustentável), “a noção de desenvolvimento vai terminar por designar uma situação de melhoria não somente do nível de vida (que é próprio do crescimento [econômico]), mas igualmente das condições de vida”.

Não obstante, a inserção da problemática do meio ambiente na governança internacional e nacional não se deu de forma consensual e simples entre países do Norte e do Sul. A questão da poluição das grandes cidades industriais foi um problema presente nas discussões em Estocolmo. Tendo como pano de fundo o debate e os relatórios de especialistas sobre o aquecimento global (efeito estufa) e suas consequências ambientais e sociais em várias partes do mundo (sobretudo nos países mais pobres, diga-se de passagem), os países desenvolvidos preconizam um desenvolvimento menos poluente e aconselha os países em desenvolvimento de não adotarem o mesmo modelo de desenvolvimento dos países do Norte. A ideia propagada é que os países em desenvolvimento adotem estratégias de desenvolvimento com menos degradação do meio ambiente, mesmo que isso seja em detrimento de certo grau de crescimento econômico. A questão é delicada e polêmica. Ela suscita reações vivas dos países emergentes, entre eles o Brasil, que foi um dos vetores da contestação dessa preconização dos países do Norte.

Frente a esse discurso, os países do terceiro mundo reivindicavam o direito de poluir, pois mesmo se a consequência da industrialização for a poluição, vários representantes reivindicavam esse direito (se poluir era o único caminho para o desenvolvimento desejado pelos países do Sul). Para esses, os países do Norte não tinham o direito de impedi-los de se desenvolver em nome da deterioração do meio ambiente, visto que são os países do Norte, já desenvolvidos, os principais responsáveis pela deterioração do meio ambiente.

Dentro desse debate sobre o modelo de desenvolvimento, um dos pontos centrais das negociações em Estocolmo foi a questão da compensação financeira para os países em desenvolvimento que decidem preservar o meio ambiente e os recursos naturais em

detrimento do desenvolvimento industrial. Para poder respeitar os objetivos de redução de emissão de gases de efeito estufa e, portanto, de se buscar um modelo de desenvolvimento menos poluente, os países em desenvolvimento reivindicam uma compensação financeira da parte dos países industrializados (tanto para compensar o fato de abrir mão dos recursos naturais, como para investir em novas tecnologias menos poluentes). Em resposta ao discurso dos países desenvolvidos de frear a poluição, a então primeira ministra da Índia, Indira Gandhi, pronunciou um discurso que ficou famoso e incontornável ao se falar dessa conferência, pelo vigor na defesa do desenvolvimento de países do Sul e pela denúncia da estreita relação entre pobreza e meio ambiente nos países em desenvolvimento. Ela enfatiza nesse discurso que “o pior tipo de poluição é a pobreza”, ela sublinha igualmente as questões da falta de condições mínimas de alimentação, saneamento e educação. Esse discurso marca uma virada do centro de atenção da conferência de Estocolmo, que passa a ter um viés histórico não somente sobre a questão ambiental, mas social, pois o discurso sobre a necessidade de erradicação da pobreza se tornou um ponto central no debate.

Essas questões foram aprofundadas no relatório Brundtland⁸⁰, de 1987, que serviu de base para a conferência Rio 92 (ocorrida no Rio de Janeiro em 1992, conhecida como Eco-92 ou Cúpula da Terra), onde foi consagrado o termo “desenvolvimento sustentável”. A noção de desenvolvimento sustentável pretende levar em consideração a relação estreita que existe entre o desenvolvimento (econômico) e a questão ambiental, sem deixar de lado a questão social. Esses três fatores são considerados como o tripé do desenvolvimento sustentável. O relatório Brundtland releva o problema das desigualdades sociais entre países ricos e pobres e a extrema pobreza nos países do Sul. Ele preconiza um modelo de desenvolvimento que não leve essas questões como uma fatalidade, mas que procure resolvê-las. De acordo com esse relatório, “o desenvolvimento sustentável significa a satisfação das necessidades elementares de todos e, para cada um, a possibilidade de aspirar a uma vida melhor” (CMED, 1988, p.10 apud MARECHAL, 2006, p.160, tradução nossa). Foi no relatório Brundtland que se estabeleceu a famosa noção do desenvolvimento sustentável, definido como um modelo de desenvolvimento que procura “satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades” (CMED, 1988, s. p.).

Para a comissão que redigiu o relatório, o desenvolvimento sustentável vem a ser um objetivo tanto para os países em desenvolvimento como para os países industrializados.

⁸⁰Ou, oficialmente relatório da Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o desenvolvimento/CMED – ONU.

Apesar de contatos negativos e pessimistas evocados no relatório, os redatores afirmam certo otimismo “condicionado a uma tomada imediata de medidas políticas decisivas para começar a gerenciar os recursos do meio ambiente de forma que garanta um progresso sustentável e a sobrevivência da humanidade” (CMED, 1988, p. 7). A comissão alerta que “muitas das tendências do desenvolvimento tal qual ele é praticado hoje empobrecem um número crescente de pessoas e os tornam vulneráveis, ao mesmo tempo em que deterioram o meio ambiente” (CMED, 1988, p. 10) e que o desenvolvimento não atingiu o progresso esperado no mundo. Do ponto de vista ambiental, a comissão faz previsões catastróficas de degradação do meio ambiente, se forem tomadas as devidas medidas, mas ela afirma acreditar na possibilidade de que a humanidade pode criar “um futuro mais próspero, mais justo e mais seguro” e acreditam que a tomada de consciência desses fatores (ambientais e sociais) levarão à entrada em uma “nova era de crescimento econômico” (CMED, 1988, p. 7), baseado em políticas públicas internacionais de proteção dos recursos naturais e mais preocupado com os impactos sociais.

Apesar das críticas elencadas nesse relatório, não podemos dizer que se trata de um texto contra-hegemônico ou anticapitalista. Baseado nos contatos e estudos científicos, eles criticam os caminhos percorridos pelo modelo de desenvolvimento vigente, mas não coloca em questão nem o desenvolvimento, nem o crescimento econômico em si. O que se pretende é torná-lo menos predatório. Eles estimam que o crescimento (sobretudo nessa “nova era” de crescimento) seria indispensável para diminuir a miséria, que segundo os dados da época, não cessava de se intensificar em diversas partes do mundo (CMED, 1988, p.7).

Muitas das previsões e preconizações desse relatório não tiveram o impacto necessário em termos de realizações políticas, mas ele continua atual trinta anos depois. E somente agora esse debate parece estar preocupando (ou começando a preocupar) muitos dirigentes do mundo. Na época da publicação do relatório, entre as grandes questões concretas sobre os efeitos do aquecimento global, elencadas por esse relatório, havia: as chuvas ácidas, o desmatamento e a desertificação das terras aráveis. O relatório traça um cenário alarmante que exigia transformações imediatas no *modus operandi* da economia mundial, mas que não foram levadas em consideração como se devia. Alguns fenômenos desse diagnóstico estão sendo constatados nos últimos anos e têm entrado no debate público, pois a relação de causa-efeito entre aquecimento global e catástrofes naturais, assim como os efeitos perversos sobre a saúde dos homens e da biosfera tem sido apontado por diversos especialistas como uma evidência. O diagnóstico do relatório é enfático e direto:

A utilização de combustíveis fósseis libera gás carbônico que aquece pouco a pouco a Terra. Esse “efeito estufa” pode daqui para o início do próximo século provocar um aumento das temperaturas médias de tal forma que ele modificaria as grandes regiões de produção agrícola, elevaria o nível do mar suficientemente para inundar as cidades costeiras e perturbar a economia. Outros gases de origem industrial ameaçam empobrecer a camada de ozônio que protege o planeta, a tal ponto que eles poderiam multiplicar o número de cânceres nos homens e nos animais e perturbar a cadeia alimentar dos oceanos. A indústria e a agricultura lançam substâncias tóxicas que afetam a cadeia alimentar do homem que contaminam os lençóis freáticos, para além de toda esperança de recuperação (CMED, 1988, p. 9, tradução nossa).

Diversas conferências e relatórios se sucederam nessa perspectiva de tomada de consciência da indissociabilidade entre o desenvolvimento e seus impactos sobre o meio ambiente e sobre a sociedade, depois da conferência de Estocolmo e do relatório Brundtland, ou melhor, depois do relatório do Clube de Roma. A noção de “desenvolvimento sustentável” se tornou uma noção hegemônica depois da conferência “Rio 92” e passou a ser utilizada (não necessariamente de forma coerente) por atores políticos, empresas, ONG’s, enfim, ela entrou nos discursos de todos esses agentes sociais como se, por si só, a adoção do discurso fosse resolver as questões inerentes aos problemas identificados e a serem resolvidos, através da simples adoção desta noção. Muito além de uma mera noção teórica, o desenvolvimento sustentável é apresentado (originalmente) como uma espécie de carta de princípios, a ser adotada e aplicada através de políticas públicas nacionais e internacionais, para se tentar resolver os problemas relacionados ao modelo de desenvolvimento: injustiças sociais e econômicas, degradação do meio ambiente, aquecimento global, etc.

Em 2002, na conferência de Joanesburgo (também conhecida como Rio + 10) - que tinha como objetivo fazer um balanço dos avanços dos engagements pactuados na Rio 92 -, a questão do desenvolvimento sustentável continuou central, porém sem um balanço positivo dos avanços previstos pela Agenda 21 e de outros acordos (tratados) adotados durante a Cúpula da Terra de 92, que lançou uma série de negociações sobre as questões de desenvolvimento, meio ambiente e sociedade, de erosão da biodiversidade e das mudanças climáticas. De fato, a cúpula do Rio de Janeiro tinha sido considerada um sucesso, pois os países presentes se engajaram em uma melhor proteção do planeta e da biodiversidade de forma abrangente, assim como dos seres humanos, através de um desenvolvimento mais respeitoso desses sujeitos (natureza e homens). Esses compromissos foram confirmados através da assinatura de documentos importantes culminantes da Conferência, tais quais: a declaração final da conferência, conhecida como “Declaração do Rio”, da adoção da Agenda 21, da Convenção sobre a diversidade Biológica e da Convenção de Combate à

Desertificação, assim como da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (sigla em inglês, CCNUCC).

Através desses documentos, uma série de negociações internacionais foram iniciadas e outros acordos foram estabelecidos, entre os mais conhecidos, o “protocolo de Kyoto”, que visava estabelecer ações concretas e metas quantitativas para a redução de gases de efeito estufa, em nível internacional. Através da criação da CCNUCC, que entrou em vigor em 1994, projetaram-se a realização de conferências anuais (Conferência das Partes/COP) para se debater questões específicas ligadas à mudança climática, com o objetivo de compreendê-las, imaginar soluções e buscar uma cooperação internacional para enfrentar os desafios postos pelo aquecimento global. De acordo com a ONU, essa convenção estabelece “um quadro global de esforços intergovernamental para fazer face ao desafio colocado pelas mudanças climáticas”.⁸¹

A Agenda 21, que era composta de um conjunto de propostas de melhorias da situação no mundo (econômica, social, ambiental, política, cultural), pretendia tratar de forma urgente os problemas de desigualdades sociais e econômicas, assim como dos desequilíbrios ambientais do século XX, no intuito de construir um século XXI mais justo e mais equitativo. O objetivo era de colocar ações concretas de desenvolvimento sustentável na agenda do século XXI. Podemos constatar os objetivos ambiciosos da Agenda 21 através do preâmbulo do documento adotado pela ONU⁸², onde se estabelece a necessidade de uma “parceria mundial para o desenvolvimento sustentável” e a posiciona como um instrumento incontornável para um mundo melhor. De acordo com o preâmbulo do texto da Agenda 21, votado pela ONU:

A agenda 21 aborda os problemas urgentes de hoje e procura também preparar o mundo às tarefas que lhe esperam no próximo século. É um programa que reflete um consenso mundial e um engajamento político ao nível mais elevado sobre a cooperação em termos de desenvolvimento e meio ambiente. A boa aplicação da Agenda 21 é a primeira e a mais importante das responsabilidades dos governos. As estratégias, planos, políticas e processos nacionais são vitais para a realização. A cooperação internacional deve vir apoiar e completar os esforços nacionais.

No entanto, dez anos depois, poucos Estados puderam apresentar dados qualitativos sobre a aplicação dos objetivos da Agenda 21 e os avanços do desenvolvimento sustentável de forma geral. Certamente foi uma época em que o debate internacional se intensificou e uma

⁸¹ Disponível em : <http://unfccc.int/portal_francophone/essential_background/convention/items/3270.php>. Acesso em: 30 mar. 2017. Tradução nossa.

⁸² Disponível em: <<http://www.un.org/french/ga/special/sids/agenda21/action1.htm>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

agenda internacional começou a se esboçar em torno dessa problemática. Todavia, em termos sociais e econômicos não houve melhorias consideráveis, dado um contexto econômico de baixo crescimento em várias regiões do mundo. Na América Latina, Guimarães (2001, p. 4) evoca um contexto de “volatilidade de crescimento econômico” e financeiro, marcado pelos efeitos da crise da dívida externa. Ainda na América Latina, o balanço social dessa década foi marcado por fatores que dificultaram a priorização das medidas de desenvolvimento sustentável, tal qual foi estabelecido na Rio-92, entre eles, “o progressivo envelhecimento da população, o insuficiente dinamismo de geração de emprego, a relativa redução da pobreza e o aumento da desigualdade [social] em vários países” (GUIMARÃES, 2001, p. 5).

Em termos de proteção do meio ambiente, o balanço mundial é ainda pior. Os desastres naturais se intensificaram, a poluição das águas e dos solos persiste, os efeitos do aquecimento global se tornaram mais visíveis. Para Guimarães (2001), os efeitos da deterioração do meio ambiente dificultam e fragilizam ainda mais os países da região do ponto de vista econômico. Essa deterioração ambiental é apontada pelo autor como um efeito direto do modelo de desenvolvimento até então vigente, que não se preocupava com o meio ambiente, e que ao mesmo tempo dificultava a tomada de decisão para medidas em prol do desenvolvimento sustentável que foram pactuadas em 1992. Essa realidade cria um círculo vicioso onde os efeitos do modelo de desenvolvimento (como exemplo a poluição do ar e da água, devido à indústria, urbanização, etc.) torna ainda mais precárias as regiões que precisam se desenvolver economicamente e, por consequência, dificulta a realização de medidas em prol do desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, na falta de um balanço positivo em termos de desenvolvimento sustentável, dos dez anos que se passaram, a conferência de Joanesburgo marca uma estagnação em termos de ações concretas internacionais (apesar dos avanços na esfera da reflexão e dos acordos internacionais) e continua a bater na mesma tecla em que foi debatido, aceitado e pactuado na Eco-92. No site oficial da ONU dedicado à conferência de Joanesburgo, podemos ler que o propósito dessa conferência foi o de “permitir ao mundo inteiro de se debruçar sobre as medidas próprias para assegurar o desenvolvimento sustentável”⁸³. Porém, fica a questão: como garantir que essas medidas serão implementadas se elas já tinham sido esboçadas desde a Rio-92 e que não houve uma real aplicação, nem implicação dos países que se comprometeram? A ONU continua insistindo no discurso da real necessidade de se estabelecer um desenvolvimento sustentável e fazer preconizações, porém

⁸³ Consultado em: <<http://www.un.org/french/events/wssd/>>. Acesso em 20 jan 2017.

sem reais pistas de aplicabilidade e sem engajamentos coercitivos. Vale salientar que o clima internacional, em 2002, estava bastante marcado pelo debate sobre o terrorismo e segurança dos países desenvolvidos, devido ao atentado de 11 de setembro de 2001, nos EUA. A conferência teve a missão de recolocar a questão climática e ambiental na cena internacional e lembrar que o terrorismo não era a única ameaça mundial. Dessa forma, o discurso que podemos identificar nos textos da ONU sobre os objetivos de Joanesburgo não difere muito dos compromissos já assumidos no Rio de Janeiro:

Pour assurer le développement durable, il faut améliorer la qualité de vie de l'ensemble de la population mondiale sans accroître l'utilisation des ressources naturelles au-delà de ce que peut supporter la planète. Si des mesures différentes s'imposent probablement dans chaque région du monde, il n'en reste pas moins que pour instaurer un mode de vie véritablement durable, il nous faut agir de façon intégrée sur trois fronts principaux: croissance économique et équité; préservation des ressources naturelles et de l'environnement; et développement social.⁸⁴

Vinte anos após a conferência Rio-92, foi organizada a quarta cúpula da terra (sendo a primeira em Estocolmo/72), também denominada Rio+20 (mas que poderia se chamar também Estocolmo+40, se levarmos em consideração que o debate sobre meio ambiente e desenvolvimento iniciado pela ONU teve início na conferência de Estocolmo). Essa conferência foi marcada por uma forte mobilização da sociedade civil (internacional), que organizou, em paralelo, no Rio de Janeiro, a Cúpula dos Povos, com o intuito de fazer pressão aos governos em face de um agravamento da situação climática e ambiental e a dificuldade de aplicação das decisões tomadas nas diferentes conferências internacionais nos últimos quarenta anos. Quinze mil pessoas participaram desse evento paralelo e alternativo, representando a sociedade civil de várias partes do planeta, em que se discutiu a pauta do evento oficial, as soluções concretas através das experiências e saberes das comunidades que são impactadas pela crise ambiental. De acordo com os organizadores, o evento teve como objetivo “dar voz às comunidades diretamente ligadas às regiões mais afetadas pelos problemas socioambientais da atualidade”.⁸⁵ Os movimentos envolvidos no evento pautam a necessidade de se levar em consideração uma justiça não somente ambiental, mas também

⁸⁴Para assegurar o desenvolvimento sustentável, é preciso melhorar a qualidade de vida do conjunto da população mundial sem aumentar a utilização dos recursos naturais para além do que pode suportar o planeta. Se medidas diferentes se impõem provavelmente em cada região do mundo, é importante sublinhar que, para instaurar um modo de vida verdadeiramente sustentável, é preciso agir de forma integrada em três frentes principais: crescimento econômico e equidade; preservação dos recursos naturais e do meio ambiente; e desenvolvimento social (Tradução própria).

⁸⁵Disponível em : <http://www.rio20.gov.br/sobre_a_rio_mais_20/o-que-e-cupula-dos-povos.html>. Acesso em: 04 abril 2017.

social, visto que o desregulamento climático e ambiental traz consequências sociais globais drásticas e que afetam de forma inquietante as populações mais vulneráveis.

A cúpula do Rio+20 trouxe o debate bastante criticado pelos movimentos sociais da “economia verde” – que se propõe como uma via para se alcançar o desenvolvimento sustentável (concretamente) através de um crescimento econômico que concilie “ecoeficiência e redução de pobreza”. De acordo com o sociólogo brasileiro Ricardo Abramovay (2012, p. 31), trata-se de uma proposta que visa dar continuidade ao modelo social que degrada a natureza e não coloca em questão o modo de produção capitalista. Em seu texto sobre o documento de base do Rio+20 (*Zero-draft*), Abramovay (2012, p. 28-29) enfatiza o aspecto ilusório – presente no *zero-draft* – baseado na fé de que o desenvolvimento tecnológico por si só é capaz de resolver o problema do uso excessivo dos recursos naturais (nos países desenvolvidos), assim como proporcionar acesso às populações ainda carentes em energia (40% da população mundial), sem colocar em questão a “disponibilidade de que hoje desfrutam os que se encontram nos andares mais altos do edifício social”. O autor critica a posição explícita nesse documento em que é possível manter o crescimento econômico nos parâmetros atuais e reduzir a pobreza e as desigualdades sociais em escala mundial.

Rio+20 apresenta algumas particularidades que ilustram que o debate e os engajamentos em termos de desenvolvimento sustentável não conseguem se transformar em práticas concretas, de forma significativa, em escala mundial:

- A conferência não buscou fazer um balanço dos acordos feitos em conferências anteriores;
- Diferentemente das conferências passadas, a duração foi extremamente curta (três dias de presença oficial dos chefes de Estado, contra quinze dias em média para as cúpulas anteriores); um documento final curto e pouco ambicioso (que inclusive foi pré-aprovado pelos negociadores antes da chegada dos chefes de Estado, que aprovaram de forma consensual e sem debate);
- Um contexto de questionamento sobre a eficácia do Programa da ONU para o Meio Ambiente (PNUMA), em que foi proposto (pela União Europeia, apoiada pelo grupo de países da África) a criação de uma nova instituição internacional dedicada exclusivamente à questão (uma espécie de “organização mundial” para o meio ambiente, que permitiria passar de um programa para instituição integral). Não obstante, decidiu-se pela continuidade do Programa, dentro da ONU, porém com mais peso institucional e entrou-se em um acordo sobre o fortalecimento do programa a partir de então;

- Ainda do ponto de vista institucional e do questionamento das instituições existentes, foi criado o “Fórum Político de Alto Nível”, para substituir a “Comissão para o Desenvolvimento sustentável” (criada na ocasião do RIO-92, para acompanhar o processo de aplicação da “Agenda 21”, mas que parece não apresentar resultados satisfatórios no âmbito internacional);
- Uma declaração final com objetivos muito próximos dos objetivos já estabelecidos em outras conferências, de reafirmação de intenções que não se concretizaram em ações (redução da pobreza e da miséria, luta contra o aquecimento global, luta pelos direitos à saúde, à educação, ao acesso à água de populações isoladas, enfim, luta pela redução das desigualdades sociais e o acúmulo de riquezas). O próprio site oficial do evento, no Brasil, deixa transparecer, em seu texto, o caráter repetitivo dos compromissos, ao utilizar o termo “renovação do compromisso político”, apresentando a conferência como um momento (a mais) de tentar passar do discurso para os atos:

O objetivo da Conferência foi a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável, por meio da avaliação do progresso e das lacunas na implementação das decisões adotadas pelas principais cúpulas sobre o assunto e do tratamento de temas novos e emergentes.⁸⁶

A declaração final da conferência, intitulada “O futuro que queremos” (*The future we want*) e os resultados da conferência mostram certo *déjà vu*, se levarmos em consideração a aproximação do título do relatório Brundtland (1987), “O Nosso futuro comum” (*Our Common Future*) e das metas que o Itamaraty⁸⁷ diz terem sido realizadas, pois de acordo com esse organismo, o documento final alcançou um “resultado equilibrado, atendendo às aspirações de países desenvolvidos e em desenvolvimento” - discussão recorrente desde o primeiro evento, em Estocolmo. O Itamaraty também se felicita pelo “compromisso assumido pelos Estados pela erradicação da pobreza extrema”, como se fosse a primeira vez que os mesmos estados se engajam nesse sentido, nesse tipo de conferência. Nessa perspectiva, outros aspectos repetidos (e sem nenhum balanço dos avanços entre uma conferência e outra) podem ser destacados na conferência Rio + 20: adoção de uma nova agenda de desenvolvimento sustentável chamada “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”⁸⁸ (ODS), para substituir o documento “objetivos do milênio” (que por sua vez não era muito diferente dos objetivos da “Agenda 21”, adotada na Rio92); reafirmação do objetivo de erradicação da pobreza extrema e redução das desigualdades; vontade de fortalecimento de instituições

⁸⁶ Disponível em : <http://www.rio20.gov.br/sobre_a_rio_mais_20.html>. Acesso em : 05 abr 2017.

⁸⁷ Disponível em : <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/desenvolvimento-sustentavel-e-meio-ambiente/131-a-rio-20-e-seus-resultados>>. Acesso em : 05 abr 2017.

⁸⁸ O programa na íntegra, no site da ONU : <<http://www.un.org/sustainabledevelopment/fr/objectifs-de-developpement-durable/>>. Acesso em : 02 abr 2017.

internacionais para a governança sobre o meio ambiente e o desenvolvimento; compromisso com o meio ambiente e a diversidade, entre outros.

Feita essa breve contextualização histórico-analítica sobre marcos importantes introdutórios da perspectiva entre desenvolvimento, sociedade e meio ambiente, assim como das principais conferências internacionais, na tentativa de instaurar uma governança mundial sobre o tema, percebemos a dificuldade de enumerar avanços reais (para além dos discursos) dos objetivos que foram elencados desde o relatório Brundtland. Evidentemente há aspectos positivos e pequenos avanços ao longo dos anos e dos eventos, principalmente em termos legislativos e de tomada de consciência, em nível internacional. Porém, podemos constatar que um dos princípios centrais do Relatório Brundtland, que consistia em garantir as necessidades das gerações atuais “sem comprometer as gerações futuras” não foi realmente levado em consideração, pois apesar do sucesso da noção em questão e da onipresença dela nos discursos proferidos e escritos, nas mais diversas esferas sociais, políticas e econômicas, o que se constata após mais de quarenta anos de debate⁸⁹ é um agravamento da questão climática e ambiental, assim como da esfera social. As “gerações presentes” (da época do relatório) não conheceram realmente uma sociedade fundada no “desenvolvimento sustentável” e as gerações futuras (atuais) sofrem (ainda mais) dos impactos do aquecimento global (catástrofes naturais, secas, furacões, excesso de chuvas) e convivem com um mundo cada vez mais desigual.

Nesse sentido, o que se coloca em questão nos dias atuais não é mais a noção de “desenvolvimento”, mas sim a própria noção de “desenvolvimento sustentável”. Depois de tantos anos de tentativa de construção de um modelo mais justo, ela continua completamente indissociável do “desenvolvimento” clássico e predatório. A sustentabilidade social ou ambiental parece não combinar com o desenvolvimento nos moldes capitalistas, pois no fundo se trata de uma sustentabilidade que não questiona a essência do modelo capitalista de desenvolvimento. O desenvolvimento sustentável já não seria uma noção ultrapassada? Existe ainda um sentido para essa noção tão utilizada, em contextos tão diferentes (e muitas vezes contraditórios) e marcado historicamente pelo impasse economicista de desenvolvimento? A noção de “economia verde” (ou “crescimento verde”), proposta no Rio+20, seria uma forma de reconhecimento do fracasso e da obsolescência da noção de desenvolvimento sustentável.⁹⁰

⁸⁹Tendo como referência o relatório do Clube de Roma, em 1972, ou a conferência de Escolmo, também em 1972.

⁹⁰Mas que ao mesmo tempo tem dificuldade de se impor pelo fato de não propor nada de novo: continuar na lógica econômica capitalista e acumulativa, quer dizer, de crescimento ilimitado, utilizando recursos limitados. A proposta continua a mesma, simplesmente pintar a economia de verde, sem mexer nas estruturas. A economia

Nessa perspectiva de obsolescência da noção de desenvolvimento sustentável, o termo “transição ecológica” parece emergir enquanto substituto, tentando se impor como um projeto mais contundente ecologicamente e mais independente da esfera econômica. Ele tem, de alguma forma, o mesmo objetivo de base, ou seja, de reformar o modelo de desenvolvimento econômico, dando mais ênfase ao desenvolvimento humano e social, e ao meio ambiente, visando transformar economia em algo mais humano. Não obstante, através desse termo, pretende-se transmitir mais credibilidade e endossar um processo de transformação que não foi possível alcançar nos programas e projetos de desenvolvimento sustentável, apesar das mais de quatro décadas de discussão de agendas. Nesses termos, poderíamos sustentar a ideia de que a transição ecológica e social se posiciona como um “pós-desenvolvimento sustentável”.

3.5 - A Crítica do Desenvolvimento e a Questão Climática

*Quando a última árvore será derrubada, o
último rio secado, o último peixe pescado, o
homem perceberá que o dinheiro não é comestível.*

Provérbio Indiano.

Como vimos mais acima, através do debate sobre o desenvolvimento sustentável, a crítica do desenvolvimento e da sociedade de crescimento não é algo novo. Da mesma forma, as críticas desse modelo de sociedade como destruidor na natureza também não é recente, embora tenha sido nos últimos anos que essa crítica e a denúncia dos impactos nefastos na natureza começaram a tomar proporções mais importantes e a ser pautada nas políticas públicas de várias cidades e países. De fato, a dominação da natureza foi um dos valores fundamentais na ideologia do desenvolvimento. Associado às ideias de progresso e racionalidade negligenciou-se durante décadas o aspecto da preservação do meio ambiente e da finitude dos recursos naturais. O projeto de desenvolvimento capitalista (de acumulação do capital) foi traçado e colocado em prática como se os recursos naturais fossem infinitos.

As questões de desenvolvimento (como crescimento econômico ilimitado) e degradação da natureza têm se tornado uma questão política internacional e vêm colocando

verde se ancora na esperança que o desenvolvimento tecnológico trará as soluções necessárias para continuar crescendo de forma ilimitada sem causar danos à natureza.

desafios de governabilidade em escala mundial, pois, as consequências das questões climáticas ultrapassam as fronteiras geográficas. As decisões que dizem respeito ao meio ambiente não podem ser tomadas de forma isoladas, se elas pretendem ser eficazes. O desafio de contornar, frear ou se adaptar aos efeitos ligados às mudanças climáticas - os já perceptíveis e os previstos pelos pesquisadores e cientistas especializados – tem mobilizado a comunidade internacional, mesmo que um consenso em termos de ações concretas não tem sido à altura da problemática.

Com a tomada de consciência da questão ambiental e da desregulação climática (que se deu através da introdução desses sujeitos nas grandes conferências internacionais sobre o desenvolvimento – principalmente Estocolmo e Rio 92), o debate sobre o desenvolvimento econômico passou a ser indissociável das questões ecológicas, mas também sociais. O desenvolvimento passou então a ser designado “desenvolvimento sustentável”, como exposto mais acima, e passou a assumir (pelo menos no discurso) os três famosos pilares que o sustenta: econômico, social e ambiental. A introdução da questão ambiental na problemática do desenvolvimento coloca em evidência a questão do modo de vida, sobretudo para os países desenvolvidos. A evidência dos fatos como a limitação dos recursos naturais, a poluição, o aquecimento global, a degradação da biosfera, mostram o lado perverso e irreversível do modelo de desenvolvimento industrial, baseados na produção acumulativa e no consumo excessivo, sem levar em consideração as reais necessidades e a limitação dos recursos.

Sobre esse ponto, em umas das entrevistas (de uma série de seis) dada ao programa “Arquivos audiovisuais da Pesquisa”⁹¹, em 2008 (intitulada: pensar o desenvolvimento no século XXI), Ignacy Sachs se refere à entrada da questão ambiental no debate do desenvolvimento como uma “revolução” (no final dos anos 1960), trazendo à tona a destruição do meio ambiente como uma consequência do desenvolvimento, que nesse momento (de pós-guerra) está no seu auge e não se preocupa nem com a limitação dos recursos nem com a poluição (e suas consequências). Sachs fala da emergência de um “debate fundamental entre estilo de vida de meio ambiente”, que para o intelectual - especialista da questão do desenvolvimento e meio ambiente – esse debate coloca uma das “questões centrais de nosso tempo”, que é: “como se liberar do consumo excessivo de energias fósseis, a principal razão das mudanças climáticas que nos ameaça”.

⁹¹ O programa *Archives audiovisuels de la Recherche*, é um programa da instituição Francesa *Fondation Maison des Sciences de l'Homme*. Disponível em : <https://www.canal-u.tv/video/fmsh/penser_le_developpement_au_xxie_siecle_chapitre_2_1_economie_du_developpement_au_cours_de_la_seconde_moitie_du_xxe_siecle.30011>. Acesso em: 11 abr 2017.

Mudar de estilo de vida, para Sachs, implica necessariamente mudar o estilo de consumo igualmente e se colocar questões do tipo: como se tornar mais sóbrios, como substituir os recursos utilizados por recursos mais sustentáveis (substituir energias fósseis por energias renováveis, por exemplo), gerenciar os recursos naturais de forma mais eficaz (através de soluções tecnológicas mais performáticas no consumo de energias, fósseis ou não), etc. Esses elementos preconizam uma mudança estrutural da sociedade, no sentido de que é possível repensar o funcionamento econômico em seus aspectos de oferta e demanda: uma oferta de produtos e serviços mais compatíveis com o meio ambiente, consumidores mais sóbrios e conscientes do seu papel social, no que diz respeito a uma demanda de produtos e serviços mais ecológicos. Com cidadãos cientes da pressão ecológica que implica seus estilos de vida e de consumo (evidentemente que essa questão se coloca principalmente para os países desenvolvidos, com alto grau de consumo).

São por esses fatores que, para além da questão ecológica e climática, outra crítica que se faz ao modelo de crescimento econômico capitalista é que ele é extremamente vinculado ao consumo (ou ao superconsumo), que por sua vez está associado à ideia de ser responsável por certo “bem estar” dos indivíduos. Assim, o ideal de desenvolvimento (atrelado ao crescimento econômico) traz em si a ideologia de um modo de vida que é associado ao acesso aos bens de consumo como vetor de bem estar (social e individual). O que implica na crença do esquema cíclico (e simplista) de que: o crescimento econômico gera trabalho, que gera renda, que dá acesso aos bens de consumo, que gera qualidade de vida para todo(a)s. Portanto, acredita-se que a qualidade de vida depende do grau de desenvolvimento do país ou da região. De fato, alguns países (os ditos de capitalismo central) conseguiram conjugar crescimento econômico e aumento do nível de vida (também considerado como qualidade de vida), mas essa não é a realidade histórica do processo de desenvolvimento nas diferentes regiões do mundo. Nessa perspectiva, a questão que se coloca por vários estudiosos é: será que o crescimento aumentou e aumenta realmente nosso bem estar? E mais: historicamente ele tem servido para o bem estar da maioria da população mundial ou somente para uma minoria?

Já no início da década de setenta, o economista Celso Furtado chamou a atenção, em sua obra “O Mito do desenvolvimento Econômico”⁹², para o caráter mítico do desenvolvimento econômico em uma escala mundial e nos parâmetros dos países ditos desenvolvidos (economicamente e do ponto de vista capitalista). Nessa obra, o autor trata tanto de questões ecológicas, como de questões de modo de vida, ligados ao modelo de

⁹² Obra publicada em 1974.

desenvolvimento. Para Furtado (1974), a impossibilidade de uma generalização do modelo de desenvolvimento econômico, tal qual se propagou com a industrialização e principalmente nos países industrializados, dá-se por várias razões: de um lado pela inviabilização do padrão de consumo das elites das sociedades industriais em escala mundial, - mesmo que essa hipótese seja defendida por uma grande parte de economistas contemporâneos a Furtado. O autor não somente revela o aspecto mítico do desenvolvimento econômico, como a ideia de progresso para todos, veiculada pela revolução industrial. Ele denuncia, de forma enfática, o “caráter predatório do processo de civilização”, principalmente através da revolução industrial (FURTADO, 1974, p. 12).

Para Furtado, os economistas têm uma visão limitada, centrada unicamente no aspecto econômico, bastante focalizada na criação de “valor econômico”, o que provoca “processos irreversíveis de degradação do mundo físico” (1974, p. 12). Furtado fará uma crítica bastante enfática sobre a crença na tecnologia para a resolução dos problemas ambientais provocados por nossa civilização:

A atitude ingênua consiste em imaginar que problemas dessa ordem serão solucionados necessariamente pelo progresso tecnológico, como se a atual aceleração do progresso tecnológico não estivesse contribuindo para agravá-los. Não se trata de especular se *teoricamente* a ciência e a técnica capacitam o homem para solucionar este ou aquele problema criado por nossa civilização. Trata-se apenas de reconhecer que o que chamamos de criação de valor econômico tem como contrapartida processos irreversíveis no mundo físico, cujas consequências tratamos de ignorar (1974, p. 12-13).

No que diz respeito ao caráter mítico do desenvolvimento, o economista francês Serge Latouche compartilha a análise feita por Furtado e parte igualmente de um diagnóstico da sociedade de desenvolvimento como ideal dificilmente atingível (e não necessariamente desejável).⁹³ Na sua obra de 1991, intitulada “La planète des naufragés: essai sur l’après développement” (O planeta dos naufragos: ensaio sobre o pós-desenvolvimento), o autor utiliza termos muito próximos da obra de Furtado, como: “o mito do mundo dos ganhadores”, “o mito da harmonia dos interesses”, “o mito da grande sociedade”. Igualmente em uma obra mais recente, intitulada “Survivre au développement: de la décolonisation de l’imaginaire économique à la construction d’une société alternative” (Sobreviver ao desenvolvimento: da descolonização do imaginário econômico à construção de uma sociedade alternativa), um dos

⁹³ Latouche cita a obra de Furtado (O mito do desenvolvimento econômico, publicado em língua francesa em 1976) no livro ‘Faut-il refuser le développement’, de 1986, porém não cita diretamente nos demais livros aqui utilizados (de 1991 e 2004), que também tocam nessa questão. Ele também cita a obra de Cornelius Castoriadis, de título muito próximo da obra de Furtado, ‘Le mythe du développement’, de 1997.

capítulos tem como título: “Le développement comme mythe et comme réalité” (O desenvolvimento como mito e como realidade). Nessa última obra citada, o autor utiliza várias vezes a expressão “mito desenvolvimentista”, denunciando um desenvolvimentismo reivindicado tanto nos países do Sul como nos do Norte e até mesmo por organizações altermundialistas, assim como por governos de direita ou esquerda, de ideologia liberal ou socialista. Ele define o desenvolvimentismo como “o complexo das crenças escatológicas em uma prosperidade material possível para todos”. Latouche chama atenção para a necessidade de desmitificação do desenvolvimentismo. Para ele:

Ao desmistificar o desenvolvimentismo, são também a ocidentalização e a mundialização que se encontram desmistificadas profundamente. Contribui-se, assim, para lutar seriamente contra o império e o domínio do pensamento único e contra a mercantilização do mundo” (2004, p.24, tradução própria).

Latouche chama a atenção para o fato de que apesar de uma real tendência de críticas ao desenvolvimento e ao reconhecimento (por parte de organismos internacionais de renome) de um projeto que não conseguiu alcançar seus objetivos em escala mundial, o desenvolvimento ou desenvolvimentismo continua presente tanto no “pensamento dominante como no pensamento altermundialista” (2004, p. 21). Sob o termo de “desenvolvimento sustentável”, o desenvolvimento como mito renasce e recria força e espaço na cena mundial. Para Latouche (2004, p. 22), “o desenvolvimento sustentável é certamente o maior sucesso nessa arte de rejuvenescimento de velhas luas”. A mundialização é, para o autor, a continuidade do projeto de desenvolvimento que, por sua vez, foi a continuidade do projeto de colonização, produtos da lógica imperialista ocidental histórica.

Para Latouche, o desenvolvimento se apresenta com duas características simultâneas: mito e realidade. Como mito, ele remete às definições teóricas e oficiais dos adeptos dessa via, que para o autor é definido como “a realização dos desejos e das aspirações dos desejos de todos e de cada um, fora de todo contexto histórico, econômico, social e cultural” (LATOUCHE, 2004, p. 26). O autor enfatiza que “o desenvolvimento foi, é, e será primeiramente um desenraizamento. Em todos os lugares, ele provocou um aumento da heteronomia em detrimento da autonomia das sociedades. Tal é o mito do desenvolvimento” (LATOUCHE, 2004, p. 27). Como realidade, o desenvolvimento se apresenta como “uma empresa visando transformar as relações dos homens entre eles e como a natureza em mercadorias” (LATOUCHE, 2004, p. 29). Ainda se trata de explorar o máximo possível homem e natureza, assim como implementar a lógica de ocidentalização em todas as partes do

mundo. Esse desenvolvimento, real, tem causado, nos últimos três séculos, diversos problemas sociais, exclusão, superpopulação, pobreza (LATOUCHE, 2004).

As análises de Furtado (1974) e Latouche (1986, 2004), sobre o caráter mítico e predatório do desenvolvimento, continuam mais atuais do que nunca, apresentam uma lucidez intelectual importante para a época e são fundamentais para a compreensão da crise social e ecológica atual. E, de forma mais abrangente, continuam atuais e mesmo necessários de serem retomados nesse debate, os precursores da teoria da “ecologia política”, que obtiveram certa notoriedade no meio acadêmico nos anos 1970, através dos estudos sobre desenvolvimento e meio ambiente, tais quais: Jacques Ellul, Ivan Illich ou André Gorz, Nicholas Georgescu-Roegen, Arne Naess, ou autores do relatório do Clube de Roma. Sem esquecer outros intelectuais incontornáveis da crítica do crescimento econômico como Karl Polanyi ou Cornelius Castoriadis.

Nesse sentido, ainda na década de 70, referindo-se ao processo de desenvolvimento, suas desigualdades inerentes e a pressão sobre os recursos naturais não renováveis (sobretudo nos países periféricos), Furtado preconiza:

Quaisquer que sejam as novas relações que se constituam entre os Estados dos países periféricos e as grandes empresas, a nova orientação do desenvolvimento teria de ser num sentido muito mais igualitário, favorecendo as formas coletivas de consumo e reduzindo o desperdício provocado pela extrema diversificação dos atuais padrões de consumo privado dos grupos privilegiados. Nesta hipótese, a pressão sobre os recursos muito provavelmente se reduziria (FURTADO, 1974, p. 87).

É importante enfatizar que a incorporação da questão ambiental na análise de Furtado, sobre o desenvolvimento (e o subdesenvolvimento), não se deu por acaso. É igualmente importante ressaltar o contexto sócio-histórico em que essa problemática começa a ser discutida. Como o próprio autor deixa claro em sua obra (o mito do desenvolvimento), trata-se de um momento de repercussão internacional sobre um relatório encomendado pelo “Clube de Roma” (Os limites do crescimento). Esse relatório foi criticado por muitos economistas liberais e não liberais e por diversas outras categorias profissionais por ser considerado extremamente alarmista e catastrófico (até mesmo apocalíptico).

Assim, na linha do relatório do Clube de Roma - publicado dois anos antes da sua obra “o mito do desenvolvimento” e tendo um forte impacto no meio intelectual de forma geral e especificamente no meio dos economistas -, Furtado discorre, em sua análise do desenvolvimento enquanto mito, sobre a impossibilidade de generalização do modelo de sociedade “desenvolvida”, tanto pelo fato de que há evidências, de acordo com o autor, que “o

estilo de vida criado pelo capitalismo industrial sempre será privilégio de uma minoria” (1974, p. 88), como pelo fato de que esse modo de vida não é viável ecologicamente e que entraria em colapso antes de se generalizar. Ele segue sua análise, que continua totalmente válida no contexto da crise ecológica que se agravou nos últimos anos, afirmando que:

O custo, em termos de depredação do mundo físico, desse estilo de vida é de tal forma elevado que toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda uma civilização, pondo em risco a sobrevivência da espécie humana (FURTADO, 1974, p. 88).

O autor afirma categoricamente o caráter irrealizável do projeto de desenvolvimento econômico, apesar de que esse objetivo tenha sido central nos países subdesenvolvidos e tenha levado os povos a fazerem sacrifícios em termos de destruição de suas culturas ancestrais e destruição do meio físico e natural.

Temos assim a prova cabal de que o desenvolvimento econômico – a ideia de que os *povos pobres* podem algum dia desfrutar das formas dos atuais *povos ricos* – é simplesmente irrealizável. Sabemos agora de forma irrefutável que as economias da periferia nunca serão desenvolvidas, no sentido de similares às economias que formam o atual centro do sistema capitalista” (FURTADO, 1974, p. 88).

Além do relatório do Clube de Roma, outros eventos (científicos e governamentais), assim como a ocorrência de fenômenos naturais (chuva ácida, poluição, além da crise do petróleo) - que começam a ser discutidos como derivados da ação humana -, marcam um clima de preocupação com as questões ambientais na década de setenta. Em uma entrevista dada a Roberto D’Avila (D’AVILA, 1997), Celso Furtado fala sobre a pressão exercida sobre os recursos naturais se os países em desenvolvimento seguirem o modo de vida (de consumo) das sociedades ocidentais. Furtado afirma nessa entrevista que foi essa problemática de questão ambiental, do crescimento demográfico e do desenvolvimento que o levou a escrever o livro “O mito do desenvolvimento econômico”. Ele enfatiza uma grande preocupação com a pressão que essa demografia exerce sobre os recursos naturais, mesmo se, com a urbanização, há uma tendência a baixar. Respondendo a uma questão do entrevistador sobre a superpopulação da humanidade, ele responde:

Em países da Ásia, mesmo baixando [a taxa de crescimento demográfico], a pressão sobre os recursos naturais é muito grande. Não grande para sobreviver, mas grande para imitar a vida ocidental. Para viver como no ocidente. Foi por isso que eu escrevi um livro com o título de “o mito do desenvolvimento”, para mostrar que o desenvolvimento não pode jamais ser universalizado. Que é demasiado caro em recursos naturais (D’AVILA, 1997).

Apesar de sua adesão ao diagnóstico feito pelo Clube de Roma em termos de limitação de recursos naturais e a pressão que o modo de vida - atrelado ao desenvolvimento econômico veiculado pelas sociedades ocidentais - exerce sobre a natureza (que para ele ilustra o caráter mítico e irrealizável do desenvolvimento em grande escala e contribui para destruí-lo, mesmo sem que tenha sido sua intenção), Furtado faz algumas críticas e se mostra reticente quanto ao caráter “cataclísmico” do relatório. O autor não acredita na previsão catastrófica tal qual prevista pelo relatório do Clube de Roma por duas razões principais: de um lado, como já foi dito, a generalização do modo de vida dos países em desenvolvimento é impossível. As razões dessa impossibilidade são descritas e argumentadas em sua teoria do “mito do desenvolvimento”, no sentido que está na própria essência do projeto de desenvolvimento ser excludente, desigual e destinado a uma minoria.

De outro lado, ele acredita que não se pode excluir a possibilidade de emergência de uma sociedade que busque “modificações políticas de fundo, sob a pressão das crescentes massas excluídas dos frutos do desenvolvimento” (FURTADO, 1974, p. 88), que daria outro rumo ao processo de desenvolvimento, pois se basearia em valores mais igualitários, com uma lógica de consumo e produção menos poluente e possivelmente menos frenética. Para o economista crítico do desenvolvimento econômico hegemônico, dentro desse cenário positivo, imaginável e desejável, haveria consideravelmente menos pressão sobre os recursos naturais, assim como menos desigualdades sociais e, portanto, menos concentração de riqueza.

3.6 - Antropoceno: uma Mudança de Era Geológica Causada pela Ação Humana?

Face aos dados, análises e constatações acima elencados em termos de desenvolvimento e meio ambiente e, igualmente, diante de toda essa discussão em torno dos efeitos e impactos negativos que esse modelo de sociedade (capitalista) tem exercido sobre a natureza - instaurada através da expansão do desenvolvimento (e da industrialização, por via de regra) -, tem surgido a hipótese de surgimento de uma nova era geológica: a era do antropoceno, do grego “*anthropo*” (ser humano) + *ceno* (recente ou novo) – era que sucederia o Holoceno⁹⁴. De fato, há um visível impacto na natureza causado pela ação humana e que tem acarretado mudanças estruturais que têm sido observadas em nível planetário. De acordo

⁹⁴ Todas as épocas geológicas terminam com o sufixo ‘ceno’, que indica a última época estabelecida.

com alguns cientistas, especialistas de questões climáticas, a era “Antropoceno” indica uma nova era geológica, engendrada pela ação do homem no meio ambiente, alterando o funcionamento dos ecossistemas (mudança climática, extinção de espécies, redução da biodiversidade em geral). Um dos defensores dessa mudança de era é o prêmio Nobel de Química (1995), Paul Crutzen, responsável pela popularização do termo “antropoceno”.⁹⁵

A tese do antropoceno se baseia no fato de que há um visível impacto na natureza depois do advento da industrialização, que tem causado transformações no clima, na biosfera e nos ecossistemas de forma geral. A ação humana dos últimos decênios tem transformado o planeta de forma inédita, de acordo com especialistas. Porém, essas transformações implicam em uma destruição do ecossistema e em uma desregulação ou desequilíbrio que pode comprometer a vida humana na terra dentro de poucas gerações. A mudança climática é uma das questões atuais mais debatidas ultimamente e os especialistas alertam para o perigo do aquecimento global (efeito estufa) na conservação das espécies, inclusive da espécie humana, em poucos decênios.

Para se tentar chegar a um acordo sobre a questão do antropoceno e especialmente para analisar a viabilidade de mudança de era geológica, foi criado, em 2009, um Grupo de Trabalho do Antropoceno, dentro da Comissão Internacional de Estratigrafia (responsável pela análise e validação das escalas dos tempos geológicos, através do estudo das camadas geológicas). Em 2016 (de 27 de agosto a 4 de setembro, na Cidade do Cabo/África do Sul), no Congresso Internacional de Geologia, o Grupo de Trabalho do Antropoceno publicou os resultados de mais de seis anos de trabalho e reconheceu o impacto do homem na terra (do ponto de vista geológico). Os pesquisadores do grupo de estudo recomendaram, em sua grande maioria⁹⁶, a declaração de uma nova era geológica, o antropoceno. A recomendação dos pesquisadores foi adotada, porém, isso não implica a passagem imediata para a era do antropoceno. Para se tornar uma era efetiva, a comunidade de geógrafos (e suas especialidades) terá que submeter provas cabais e passar pelo crivo de várias comissões de

⁹⁵ A criação do termo ‘antropoceno’ é geralmente atribuída a Paul Crutzen, porém há divergências. O biólogo Eugene F. Stoemer diz ter utilizado o termo desde a década de 80, o geólogo Italiano Antonio Stoppani forjou um termo muito próximo ainda na década de 70, denominado ‘era antropozoica’. Outros registros de termos semelhantes podem ser encontrados ainda antes da década de 70.

⁹⁶ Durante o Congresso Internacional de Geologia, os pesquisadores do grupo de trabalho do antropoceno não somente apresentaram os resultados da pesquisa, mas votaram publicamente para decidir duas questões centrais: se o antropoceno já poderia ser considerado como uma realidade estratigráfica e se a era do antropoceno deveria ser formalizada. De acordo com as informações do jornal *Le Télégramme* (de 30 de agosto de 2016), fornecidas pelo coordenador do grupo de trabalho, o Inglês Jan Zalasiewicz, foram 34 votos a favor e 1 abstenção, no que diz respeito à primeira questão e 30 votos a favor, 3 votos contra e 2 abstenções, no que diz respeito à segunda questão. Disponível em: <<http://www.letelegramme.fr/monde/anthropocene-l-homme-a-fait-entrer-la-planete-dans-une-nouvelle-ere-30-08-2016-11198662.php>>. Acesso em: 10 abr 2017.

especialistas. De acordo com a análise feita pelo jornal *Le Telegramme*⁹⁷, esse processo pode durar até dois anos (a partir da recomendação em 2016).

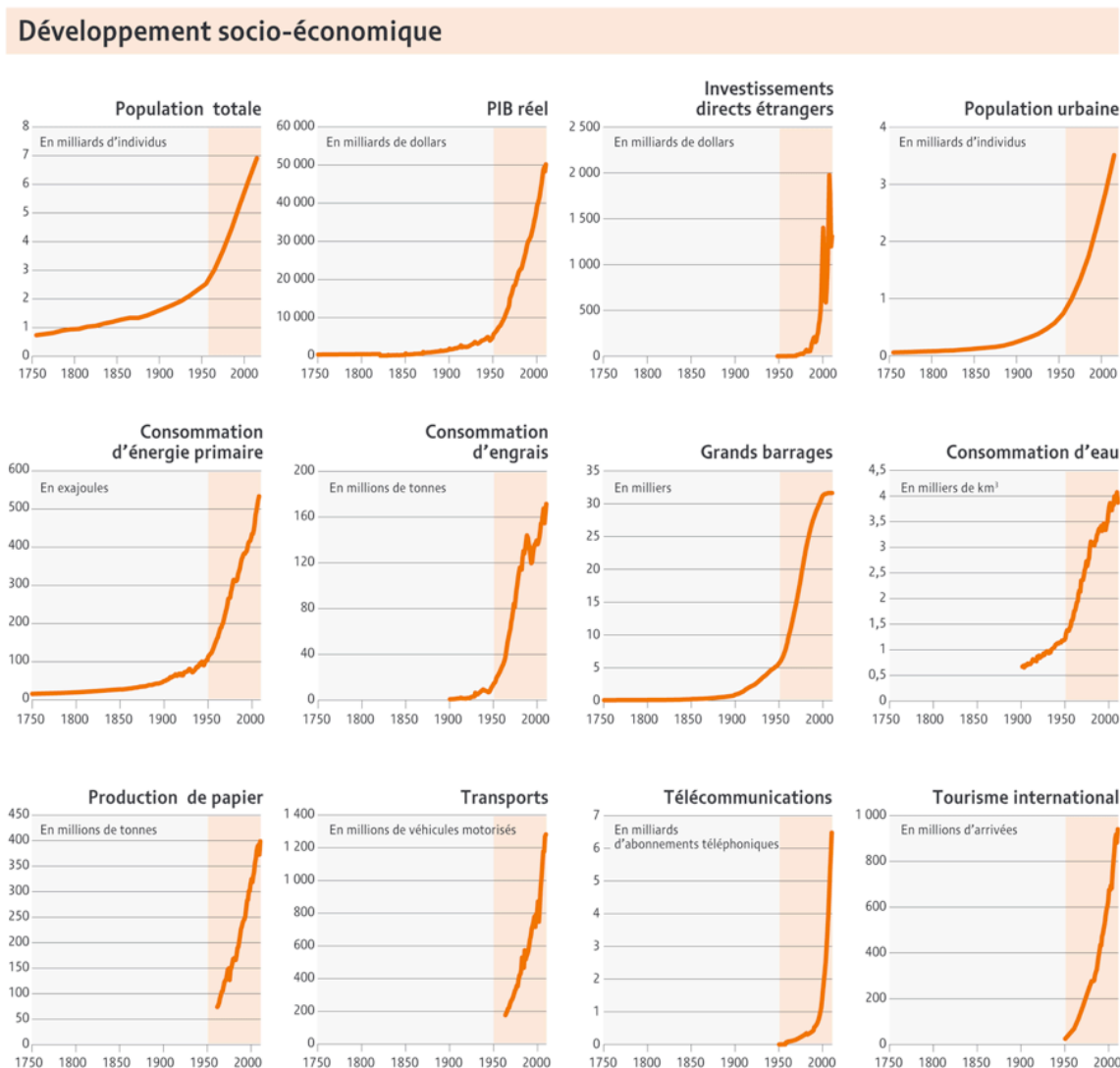
Três correntes foram defendidas pelos especialistas presentes ao Congresso Internacional de Geologia (em 2016) como marco da era antropoceno: a primeira, o advento da agricultura (e a pecuária), que corresponde à época neolítica, em torno de 9000 anos atrás; a segunda, a instauração da industrialização, no século XIX (posição defendida pelo mentor da noção de antropoceno, Paul Crutzen); a terceira baseia-se no período pós-segunda guerra mundial (1945) que, para os especialistas, marca uma época de “Grande Aceleração”⁹⁸ (ver abaixo quadros I e II, ilustrando a aceleração em termos de desenvolvimento socioeconômico, demográfico e transformações físicas, progressivamente desde 1750 e exponencialmente a partir da década de 1950), no que diz respeito ao impacto do homem sobre a natureza: aumento de emissões de gases de efeito estufa, aumento do uso da água e da energia, dado o crescimento demográfico exponencial, diminuição de espécies naturais e da área de florestas, acidificação dos oceanos e as demais consequências que se sucedem (ilustrados nos quadros I e II⁹⁹, abaixo).

⁹⁷Disponível em: <<http://www.letelegramme.fr/monde/anthropocene-l-homme-a-fait-entrer-la-planete-dans-une-nouvelle-ere-30-08-2016-11198662.php>>. Acesso em: 10 abr 2017.

⁹⁸Para defender a hipótese do início do antropoceno na época industrial, os climatólogos Will Steffen, Paul Crutzen, juntamente com o historiador John McNeill, lançaram o termo ‘A Grande Aceleração’⁹⁸, em 2005, para designar esse período da história recente (a partir da década de 1970) que causou grandes mudanças sociais e ambientais.

⁹⁹Os gráficos apresentados nas tabelas I e II foram publicados na revista Francesa “*Manières de Voir*”, n° 144, dezembro 2015 – Janeiro 2016.

Quadro 1 – Dados de base da “Grande Aceleração” – Desenvolvimento socioeconômico

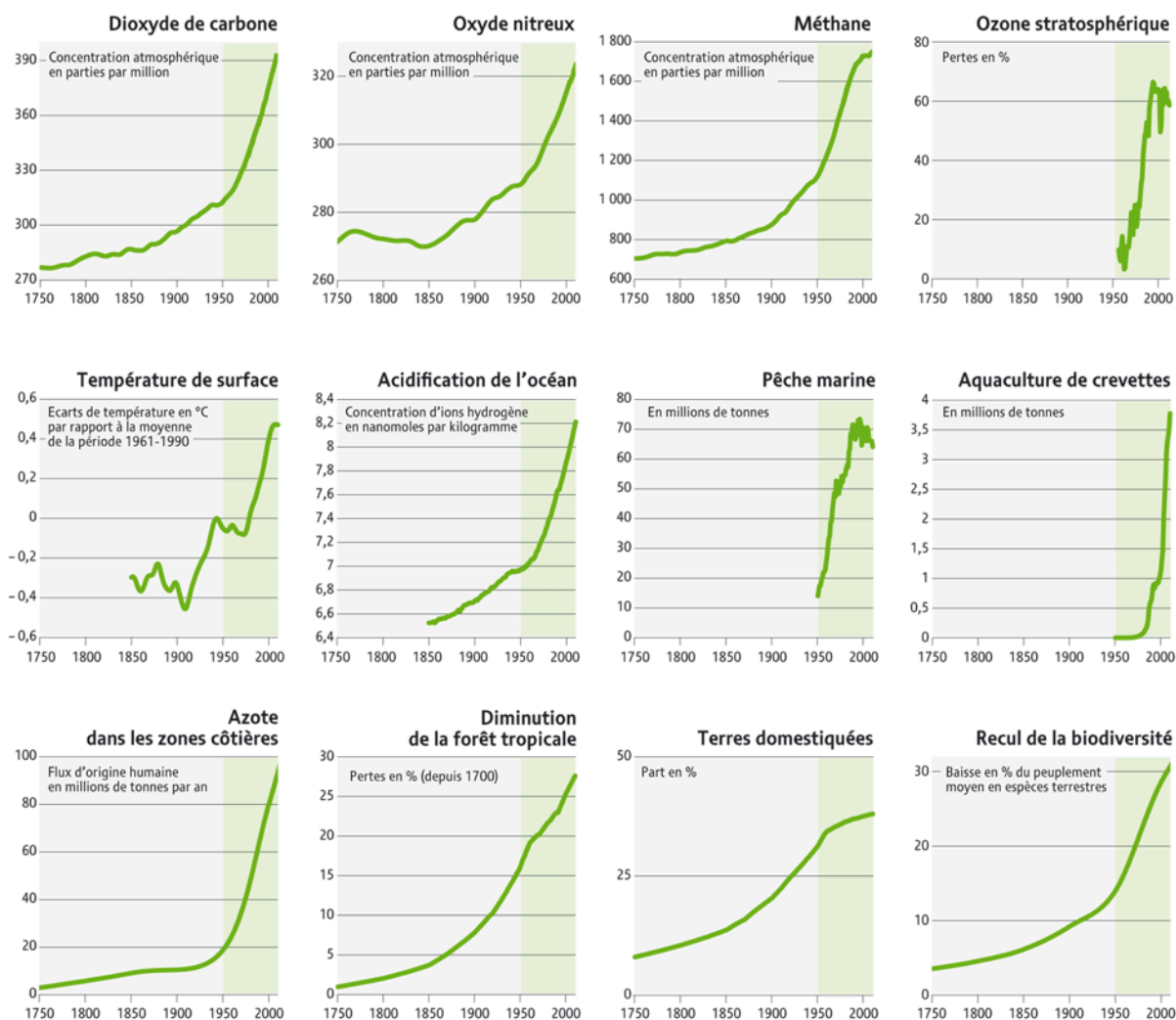


Source : Will Steffen, Wendy Broadgate, Lisa Deutsch, Owen Gaffney et Cornelia Ludwig, « The trajectory of the Anthropocene : the Great Acceleration », *The Anthropocene Review*, 2015 (données : International Geosphere-Biosphere Programme et Stockholm Resilience Centre).

Fonte: “*Manières de Voir*”, n° 144, dezembro 2015 – Janeiro 2016

Quadro 2 – Dados de base da “Grande Aceleração” – Evolução do sistema Terra

Evolution du système Terre



Fonte: “*Manières de Voir*”, n° 144, dezembro 2015 – Janeiro 2016

Se o uso do termo ‘antropoceno’ se tornou unânime no meio midiático e no meio dos ambientalistas (das mais diversas áreas de estudo) - e mesmo apesar da evidência da entrada em uma nova era geológica de ter sido uma posição quase unânime (por parte dos membros do grupo de trabalho sobre o antropoceno) -, ele não é consensual em seu meio científico específico (geológico) de forma mais abrangente. Os especialistas em geologia debatem sobre a pertinência de uma mudança de era geológica. Ainda não há um consenso sobre várias

questões, entre elas, a definição da data (ou período) de início dessa nova era e provas suficientes nas camadas geológicas.

Do lado dos céticos ao antropoceno, os geólogos francês e americano Patrick De Wever e Stanley Finney, em um artigo intitulado *Anthropocène: sujet géologique ou sociétal?*, publicado no jornal *lemonde.fr* (em setembro de 2016), se questionam se esse termo não teria mais validade do ponto de vista da história humana, pois há de fato, para eles, as atividades antrópicas que exercem uma influência humana sobre as transformações da natureza, em escala global, mas não necessariamente geológica. Em um artigo publicado no jornal “Le Monde¹⁰⁰”, eles defendem que:

O período antropoceno é definido como vindo do homem, ele se inscreve na história da humanidade, ele tem seu lugar no calendário da história da humanidade. Porque querer fazer uma era geológica? Isso seria ao mesmo tempo inútil e desapropriado, pois ele não possui as características (Tradução própria).

Do lado dos defensores do antropoceno enquanto era geológica, o paleobiologista inglês, Jan Zalasiewicz, em uma entrevista dada ao jornal *The Guardian* e citada no jornal francês *Le Monde*¹⁰¹, diz haver uma larga escolha de evidências geológicas do impacto da atividade humana nos estratos geológicos, que servirão de provas cabais para a transformação da terra pela ação humana (exemplo: resíduo de poluição originada por plástico, alumínio, cimento, radioatividade). O pesquisador, coordenador do grupo de trabalho sobre o antropoceno, defende que apesar da hesitação de vários especialistas pelo fato de ser considerado prematuro e de não haver tempo necessário para estabelecer provas irrefutáveis, “o sinal é muito claro e certas mudanças são efetivamente irreversíveis”.

Na mesma linha de análise, a oceanógrafa francesa Catherine Jeandel (membro do grupo de trabalho do antropoceno) também defende a passagem para a era do antropoceno e afirma já haver provas geológicas. Ela afirmou para o jornal francês *Le Télégramme*¹⁰², pouco depois do Congresso Internacional de Geologia (em 30 de agosto de 2016), que os membros do grupo de trabalho identificaram sinais nas camadas geológicas que marcam o novo período geológico (condição para mudar de era geológica). A pesquisadora elenca algumas pistas de provas presentes nas camadas geológicas, discutidas no grupo de trabalho e apresentada para

¹⁰⁰ Disponível em: <https://abonnes.lemonde.fr/sciences/article/2016/09/12/anthropocene-sujet-geologique-ou-societal_4996574_1650684.html?>. Acesso em 13 junho 2017.

¹⁰¹ Disponível em : <http://www.lemonde.fr/planete/article/2016/01/02/allons-nous-entrer-dans-l-anthropocene_4840896_3244.html>. Acesso em: 9 abr 2017.

¹⁰² Disponível em : <<http://www.letelegramme.fr/monde/anthropocene-l-homme-a-fait-entrer-la-planete-dans-une-nouvelle-ere-30-08-2016-11198662.php>>. Acesso em: 10 abr 2017.

a comunidade internacional: “poluições radioativas artificiais, ligadas aos testes nucleares que tiveram um pico nos anos 60”, além de materiais como o plástico e o alumínio, que de acordo com a oceanógrafa pode encontrar em diversos lugares. Esses materiais são tipicamente representantes da sociedade industrializada que conhecemos. A presença dos elementos radioativos parecem ser o argumento/prova mais contundente para a validação da era do antropoceno, para o grupo de trabalho.

Sobre o tema do antropoceno e já afirmando a mudança de era, em 2014, Gaia Vince¹⁰³, escritora e jornalista britânica, especializada em questões científicas e ambientais, publicou uma obra intitulada *Adventures in the Anthropocene: A Journey to the Heart of the Planet We Made*¹⁰⁴ (traduzida em 2015 em francês, com o título *Planète en marche Construisons ensemble le monde de demain*). Nessa obra, a autora relata exemplos concretos de problemas causados pela ação do homem nas diversas partes do mundo (por onde ela viajou para coletar dados, testemunhar as transformações e compreender os desafios da humanidade) e coloca em evidência as soluções locais (eficazes e inspiradoras) de enfrentamento a esses problemas, tendo como foco questões como: aquecimento global, perda da biodiversidade e também das migrações forçadas. A edição francesa da obra (Buchet/Chastel) traz desde sua contracapa a questão que permeia a obra: que planeta queremos transmitir para as futuras gerações? (VINCE, 2015).

Em uma entrevista dada à BBC News (AMOS, 08/01/2016), em 2016, Vince comenta o trabalho (então em elaboração) dos cientistas sobre o antropoceno (a ser apresentado no Congresso internacional de Geólogos, em 2016) e diz entender a “dificuldade conceitual” de compreender as transformações que ocorreram no mundo em tão pouco tempo (se considerada a presença humana na história da terra). Ela analisa o contexto afirmando que:

As provas estão cada vez mais óbvias para todos nós, desde imagens de transformações globais feitas por satélites passando por extinções locais de borboletas até nossas experiências com eventos climáticos extremos. No entanto, essa é uma tarefa difícil e nova para os geologistas. Eles têm que determinar o início de uma época cuja paleontologia e geologia ainda estão sendo criadas. Ainda não há uma 'listra' nas camadas de rochas que simboliza o “Antropoceno”.

Nesse sentido, Furtado continua atual em sua análise e preocupações ao levantar a questão da ação humana (através do modelo de desenvolvimento) e dos limites físicos da natureza. Fazendo parte de uma corrente de intelectuais engajados dos anos 1970, ele traz

¹⁰³ *Adventures in the Anthropocene: A Journey to the Heart of the Planet We Made*. Chatto & Windus, 2014.

¹⁰⁴ Em 2015, o livro recebeu o prêmio de melhor obra científica, da reconhecida instituição britânica *Royal Society*.

para o Brasil o debate sobre as questões em torno do desenvolvimento (e subdesenvolvimento) e meio ambiente, colocando no centro da problemática o modelo de civilização como fator de degradação da natureza e a própria viabilidade da vida humana na terra. Ao ressaltar a inviabilidade (tanto econômica como ambiental) do modelo de sociedade idealizada como desenvolvida (com alto padrão de consumo acessível a todas as categorias sociais) e ao denunciar as transformações pelas quais tem passado o ecossistema e o risco de agravamento dele, Furtado (1974) nos apresenta um problema essencialmente antropocêntrico e faz parte, assim, dos precursores que inspiram hoje a teoria do antropoceno.

Uma questão ética se apresenta no debate sobre o antropoceno que também podemos resgatar a análise de Furtado, no sentido de que as transformações do meio ambiente advindas de origem antrópica (geralmente com impactos negativos) atingem toda a humanidade e mais precisamente as populações mais vulneráveis (por viverem em zonas mais precárias e terem menos recursos para se recuperar em casos de catástrofes naturais, por exemplo), porém elas não foram causadas pela maioria da população mundial, mas sim por uma minoria privilegiada (dos países ditos desenvolvidos) que se beneficiou do lado positivo do desenvolvimento econômico, do crescimento e da industrialização.

Se a industrialização é apontada pelos especialistas como um dos marcos centrais da entrada da era do antropoceno, são os países industrializados os maiores responsáveis pelo estado de degradação que a natureza se encontra atualmente. De acordo com a análise de Furtado (1974), somente uma minoria da população mundial aproveita verdadeiramente dos efeitos “positivos” do desenvolvimento, enquanto que a maioria se ilude com a ideia, mítica, de universalização do modo de vida ocidental. Essa minoria, que vive com salários de subsistência e que sustenta o consumo de uma minoria privilegiada, não é responsável pela degradação do meio ambiente e ainda são os mais atingidos pelas catástrofes naturais que resultam dessa degradação (enchentes, seca, poluição).

Do ponto de vista teórico, na reflexão feita por Karl Polanyi, em 1944, em sua obra “A grande transformação”, ele analisou que o advento do mercado autorregulado, dentro do contexto do liberalismo econômico, transforma os fenômenos econômicos em esferas desconectadas da vida social e lhe dá uma vida própria, transformando a economia em uma espécie de sistema não somente autônomo, mas também superior às outras esferas sociais, pois é a economia que passa a ditar as regras sociais. Para Polanyi (1944), o sistema de mercado instaurado a partir de 1834 estabelece uma relação de mercadoria com tudo que o rodeia: natureza, terras, moedas, etc. Dessa forma, podemos fazer uma ligação entre a sociedade de mercado analisada por Polanyi como “a grande transformação” e a entrada no

antropoceno, através do período que se segue algumas décadas depois de “grande aceleração”, no sentido de que os interesses econômicos primaram pelos interesses sociais e econômicos e causaram impactos sociais e ecológicos importantes.

O reconhecimento da entrada na era do antropoceno marca uma mudança não somente geológica, mas (e, sobretudo) societal. Trata-se de um desafio para as gerações presentes e futuras sobre que modelo de sociedade se deve defender, pois o modelo social atual destruiu e destrói a natureza conscientemente, voluntariamente, sob a luz de um projeto (filosófico) de “dominação da natureza”, baseado na “razão”, pois de acordo com uma das grandes máximas de um dos grandes e influentes filósofos ocidental - Descartes - o “homem é senhor e possuidor da natureza”. Ainda em 1972, nesse momento de efervescência sobre a questão ecológica no meio acadêmico e intelectual, Edgar Morin, em um artigo publicado na Revista “*Nouvel Observateur*” (e republicado em 2007, em um livro sobre a questão ecológica) denunciou a lógica ocidental que extraiu o homem do ecossistema em nome de certa autonomia, independência e uma capacidade de dominação inerente, e isso seja nas ideologias socialistas ou capitalistas. Morin (2007, p.15) defende a necessidade de uma consciência ecológica que, para ele, se define como “a consciência que o meio ambiente é um ecossistema, quer dizer uma totalidade viva auto-organizada por ela mesma (espontânea)”. Ele ainda acrescenta a essa definição que a consciência ecológica passa pelo fato de ter a “consciência da dependência da nossa interdependência, quer dizer da relação fundamental com o ecossistema”. O autor considera que:

É assim toda a ideologia ocidental desde Descartes, que fazia o homem sujeito em um mundo de objetos, que se deve derrubar. É a ideologia ocidental do homem unidade insular, mônada fechada no universo, contra o que o romantismo só pôde reagir poeticamente, contra o que o cientificismo só pôde reagir mecanicamente transformando o homem em uma coisa, ele também. O capitalismo e o marxismo continuaram a exaltar “a vitória do homem sobre a natureza” como se destruir a natureza fosse o feito mais épico. Essa ideologia dos Cortés e dos Pizzaro do *ecosystème* conduz na verdade ao suicídio; a natureza vencida, é a autodestruição do homem (tradução própria).

Assim, a era do antropoceno é a prova de que a sociedade vigente não é capaz de cuidar da natureza nem de si mesma. Ela prova que o modelo social que começou há pouco mais de duzentos anos (com o advento da industrialização) foi capaz de causar danos com uma rapidez nunca vista na história da humanidade e da Terra. Algumas questões merecem ser colocadas: o reconhecimento da mudança de era geológica, como sendo de origem humana, trará mais consciência da relação homem-natureza e se concretizará em ações político-globais mais respeitosas da natureza? O homem sobreviverá aos efeitos do

antropoceno? A humanidade reconhecerá que ela também faz parte do “meio ambiente” como os outros elementos da natureza e que sem um equilíbrio com o todo não é possível sua permanência no planeta? Daremo-nos conta da importância da interdependência entre as espécies da terra e que sem essa interdependência não há resiliência? Os acordos internacionais conseguirão alcançar os objetivos de redução de emissões de CO2 mundiais e controlar o aquecimento global e evitar a provável extinção de várias espécies (não ultrapassando de 2°C até o final do século, como previsto no Acordo de Paris¹⁰⁵, em 2015)?

Em outro artigo intitulado “Planète en danger”, publicado na revista *Le nouvel Observateur*, em outubro de 1990 (e publicado no livro *L’an I de l’ère écologique...*), mas sem evocar a questão do antropoceno (pois o termo ainda não tinha se tornado um tema em questão), Morin (2007, p. 52) evoca a questão da relação do homem com a natureza de forma bastante apropriada ao debate atual sobre o antropoceno: “se trata hoje de controlar o desenvolvimento incontrolado de nossa era planetária. A Terra-pátria está em perigo. Nós estamos em perigo, e o inimigo, nós podemos enfim compreender nos dias atuais, não é outro que nós mesmos”. Nesse artigo, Morin se refere a uma “idade de ferro planetária” (2007, p. 47) para designar a era planetária que estamos vivendo, e para sair dela é necessário desenvolver uma consciência planetária, que para ele passa pela “convergência de várias tomadas de consciência: a consciência antropológica, a consciência ecológica, a consciência telúrica, a consciência cósmica”.

Nessa perspectiva do antropoceno como uma nova era que nos obriga a repensar nosso modo de vida e nossa relação com a natureza, abre-se uma larga porta de possibilidades de (re)invenção de modelos de sociedade e de estilos de vida que sejam menos predatórios, ou, ao contrário, a humanidade caminhará em direção ao muro - em conhecimento de causa - e continuará seguindo essa via hegemônica de sociedade capitalista, centrada no crescimento econômico ilimitado, que já mostrou seus limites em ser capaz de construir sociedades justas, igualitárias, solidárias e com indivíduos felizes e autônomos. Assim, os desafios de sobrevivência apresentados pela era do antropoceno (frente à limitação de recursos naturais e às perturbações climáticas) podem ser uma oportunidade para se construir uma humanidade melhor.

No intuito de continuar a reflexão aqui aberta sobre o debate em torno do processo de desenvolvimento, desenvolvimento sustentável, o desregulação climática (o aquecimento global e as questões ecológicas e climáticas de forma geral), assim como as lutas por justiça

¹⁰⁵ Acordo realizado da 21ª Conferência das Nações Unidas sobre o Clima, a COP21, em Paris.

social no mundo, culminando na questão do antropoceno, o discurso proferido pelo presidente do Uruguay, Pepe Mujica, durante o evento RIO + 20, em 2012, faz uma síntese interessante e ajuda a alimentar o debate de forma holística, resumindo bem a ideia de que o que está em questão, no final das contas, é o modelo de sociedade que se estabeleceu como “ideal” nos últimos séculos. Vale à pena citar a íntegra desse discurso cheio de realismo e de humanismo¹⁰⁶:

Autoridades presentes de todas las latitudes y organismos, muchas gracias. Muchas gracias al pueblo de Brasil y a su Sra. Presidenta, Dilma Rousseff. Muchas gracias a la buena fe que, seguramente, han manifestado todos los oradores que me precedieron. Expresamos la íntima voluntad como gobernantes de acompañar todos los acuerdos que, esta, nuestra pobre humanidad, pueda suscribir.

Sin embargo, permítasenos hacer algunas preguntas en voz alta. Toda la tarde se ha hablado del desarrollo sustentable. De sacar las inmensas masas de la pobreza.

¿Qué es lo que aletea en nuestras cabezas? ¿El modelo de desarrollo y de consumo, que es el actual de las sociedades ricas? Me hago esta pregunta: ¿qué le pasaría a este planeta si los hindúes tuvieran la misma proporción de autos por familia que tienen los alemanes?

¿Cuánto oxígeno nos quedaría para poder respirar? Más claro: ¿Tiene el mundo hoy los elementos materiales como para hacer posible que 7 mil u 8 mil millones de personas puedan tener el mismo grado de consumo y de despilfarro que tienen las más opulentas sociedades occidentales? ¿Será eso posible? ¿O tendremos que darnos algún día, otro tipo de discusión? Porque hemos creado esta civilización en la que estamos: hija del mercado, hija de la competencia y que ha deparado un progreso material portentoso y explosivo. Pero la economía de mercado ha creado sociedades de mercado. Y nos ha deparado esta globalización, que significa mirar por todo el planeta.

¿Estamos gobernando la globalización o la globalización nos gobierna a nosotros? ¿Es posible hablar de solidaridad y de que “estamos todos juntos” en una economía basada en la competencia despiadada? ¿Hasta dónde llega nuestra fraternidad?

No digo nada de esto para negar la importancia de este evento. Por el contrario: el desafío que tenemos por delante es de una magnitud de carácter colosal y la gran crisis no es ecológica, es política.

El hombre no gobierna hoy a las fuerzas que ha desatado, sino que las fuerzas que ha desatado gobiernan al hombre. Y a la vida. Porque no venimos al planeta para desarrollarnos solamente, así, en general.

¹⁰⁶ Íntegra do discurso disponível no blog <<https://umhistoriador.wordpress.com/2013/01/10/texto-do-discurso-proferido-por-jose-pepe-mujica-na-rio20/>>. Acesso em 02 abr 2017.

Venimos al planeta para ser felices. Porque la vida es corta y se nos va. Y ningún bien vale como la vida y esto es lo elemental. Pero si la vida se me va a escapar, trabajando y trabajando para consumir un “plus” y la sociedad de consumo es el motor, -porque, en definitiva, si se paraliza el consumo, se detiene la economía, y si se detiene la economía, aparece el fantasma del estancamiento para cada uno de nosotros- pero ese hiper consumo es el que está agrediendo al planeta. Y tienen que generar ese hiper consumo, cosa de que las cosas duren poco, porque hay que vender mucho. Y una lamparita eléctrica, entonces, no puede durar más de 1000 horas encendida. ¡Pero hay lamparitas que pueden durar 100 mil horas encendidas! Pero esas no se pueden hacer porque el problema es el mercado, porque tenemos que trabajar y tenemos que sostener una civilización del “úselo y tírelo”, y así estamos en un círculo vicioso.

Estos son problemas de carácter político que nos están indicando que es hora de empezar a luchar por otra cultura.

No se trata de plantearnos el volver a la época del hombre de las cavernas, ni de tener un “monumento al atraso”. Pero no podemos seguir, indefinidamente, gobernados por el mercado, sino que tenemos que gobernar al mercado.

Por ello digo, en mi humilde manera de pensar, que el problema que tenemos es de carácter político. Los viejos pensadores –Epicúreo, Séneca o incluso los Aymaras- definían: “pobre no es el que tiene poco sino el que necesita infinitamente mucho, y desea más y más”. Esta es una clave de carácter cultural.

Entonces, voy a saludar el esfuerzo y los acuerdos que se hacen. Y los voy acompañar, como gobernante. Sé que algunas cosas de las que estoy diciendo, “rechinan”. Pero tenemos que darnos cuenta que la crisis del agua y de la agresión al medio ambiente no es la causa.

La causa es el modelo de civilización que hemos montado. Y lo que tenemos que revisar es nuestra forma de vivir.

Pertenezco a un pequeño país muy bien dotado de recursos naturales para vivir. En mi país hay poco más de 3 millones de habitantes. Pero hay unos 13 millones de vacas, de las mejores del mundo. Y unos 8 o 10 millones de estupendas ovejas. Mi país es exportador de comida, de lácteos, de carne. Es una penillanura y casi el 90% de su territorio es aprovechable.

Mis compañeros trabajadores, lucharon mucho por las 8 horas de trabajo. Y ahora están consiguiendo las 6 horas. Pero el que tiene 6 horas, se consigue dos trabajos; por lo tanto, trabaja más que antes. ¿Por qué? Porque tiene que pagar una cantidad de cuotas: la moto, el auto, y pague cuotas y cuotas y cuando se quiere acordar, es un viejo reumático –como yo- al que se le fue la vida.

Y uno se hace esta pregunta: ¿ese es el destino de la vida humana? Estas cosas que digo son muy elementales: el desarrollo no puede ser en contra de la felicidad. Tiene que ser

a favor de la felicidad humana; del amor arriba de la Tierra, de las relaciones humanas, del cuidado a los hijos, de tener amigos, de tener lo elemental.

Precisamente, porque ese es el tesoro más importante que tenemos, la felicidad. Cuando luchamos por el medio ambiente, tenemos que recordar que el primer elemento del medio ambiente se llama felicidad humana.

O sóbrio discurso do então presidente uruguaio nesse recente evento mundial, onde se discutiu os rumos do mundo em termos de desenvolvimento social e humano e a relação com a natureza dentro desse dito desenvolvimeto sustentável, nos leva a uma análise crítica da sociedade de desenvolvimento, dos seus limites e dos rumos da sociedade atual, baseada em um ideal civilizatório centrado na produção, no acúmulo e no consumo exacerbado. Sem evocar o termo ‘antropoceno’, Mujica denuncia uma cultura mercadológica que destroi o meio ambiente e defende a luta por uma outra cultura, onde se governa o mercado e a globalização e não se deixa governar por eles, como é o caso atualmente, de acordo com sua análise. Ele desenha rapidamente o retrato de uma sociedade mergulhada em uma crise política, social e ambiental, causada por um modelo de sociedade onde o mercado se tornou mais importante que as necessidades básicas e a felicidade dos homens e o superconsumo mais importante que o equilíbrio do planeta.

Nesse sentido, a crítica do modelo civilizacional ‘antropoceno’, baseada em uma forma de mercado destruidora do meio ambiente e de um modo de vida destruidor de laços sociais, de solidariedade e de equidade entre os seres humanos serve de pano de fundo para se chegar ao contato que é necessário ‘revisar nossa forma de viver’ - como enfatiza mais acima o ex-presidente uruguaio Mujica – e começar a traçar uma transição societal para um modelo civilizatório mais equilibrado e, portanto, menos dominado pela lógica mercadológica hegemônica.

4 – GÊNERO, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE: ATUALIZAR O DEBATE PARA COMPREENDER A TRANSIÇÃO

Toute transition commence par un vacillement des convictions ordinaires. L'ordre dominant balbutie, les critiques deviennent diserts, d'autres formules sont examinées. (Pascal CHABOT, 2015, p. 28-29)

Através do presente capítulo, procuramos contextualizar o debate sobre desenvolvimento e gênero e ao mesmo tempo trazer reflexões sobre a inserção dessa questão no debate sobre a crise climática na luta contra o aquecimento global. Esses elementos contextuais são importantes para compreender a questão de gênero como um dos processos importantes na dinâmica de transformação societal na qual a transição ecológica e social se propõe e que focalizamos nessa pesquisa.

4.1 - Uma Relação Marcada por Ausências, “Esquecimentos” e Desigualdades Persistentes

A revolução industrial, marco do processo do modelo de desenvolvimento econômico hegemônico, foi sem dúvida um momento importante na inserção das mulheres no mundo do trabalho (para além do trabalho na esfera doméstica). Não porque tenha sido um período onde as mulheres passaram a ser valorizadas profissionalmente, mas por uma necessidade puramente econômica, de mão de obra - nas usinas e nos campos, principalmente -, nos países industrializados. Porém, apesar da necessidade de mão de obra, mesmo em tarefas similares, as mulheres tiveram, historicamente, salários mais baixos e ocupações menos valorizadas socialmente e economicamente. Mesmo com todas as desigualdades e discriminações que são inerentes aos contextos social, econômico e histórico, essa foi também uma época considerada por várias estudiosas do gênero (DEGAVRE, 2011; BOSERUP, 1983) como responsável pelo início de um processo de emancipação das mulheres (principalmente nos países industrializados centrais, seguindo como tendência a ser copiada nos países periféricos).

O lugar da mulher no processo de desenvolvimento econômico foi importante e, inclusive, essencial para garantir a acumulação capitalista e sua expansão. Seja pelo fato de representarem uma mão de obra mais barata (mais rentável economicamente), seja pelo fato de serem as mulheres que garantiam (e garantem) o trabalho doméstico e a educação das crianças (como reivindicam algumas correntes do feminismo). Visto desse ponto de vista, as mulheres foram a âncora do capitalismo industrial, pois, sem esse suporte da esfera doméstica os homens (frequentemente operários) não poderiam assegurar um nível de vida aceitável. De fato, como enfatiza Oliveira (2003), analisando o processo de desenvolvimento (ou industrialização) do Brasil, a classe operária recebe salários de subsistência que visam apenas garantir o mínimo para assegurar a alimentação e a reprodução (estabelecido pelo Estado, mas atendendo aos interesses dos industriais, prioritariamente).

Nessa mesma linha de análise, podemos trazer para a reflexão o papel das mulheres na complementaridade do salário dos homens das usinas de cana de açúcar no Nordeste, diante das condições de trabalho e salários precários, em que as mulheres (esposas/companheiras) asseguravam a manutenção de hortas e roçados, que serviam de complemento salarial, como descreve Lopes (1978) em sua obra “O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar”. Para ilustrar essa situação, imaginemos um contexto em que a maioria dos operários (com salários de sobrevivência) não pudesse contar nem com a mãe nem com uma esposa/companheira para assegurar a prestação de serviços do cotidiano (preparação de comida, organização da casa, lavar, passar e organizar as roupas, cuidar dos filhos, fazer compras) e tivessem que pagar por esses serviços a empresas e/ou pessoas qualificadas. Os operários aceitariam os salários que aceitaram e aceitam? Seria possível manter um salário mínimo baseado em uma subsistência baseada no trabalho invisível das mulheres?

Assim, apesar de sua centralidade na dinâmica do processo de desenvolvimento, as mulheres foram mais uma vez marginalizadas (no trabalho em si e no papel que elas ocupavam fora do trabalho formal) e esquecidas nos anais da história [dessa vez] do desenvolvimento econômico. Ester Boserup (1983), autora da obra clássica *Woman's role in economic development* (publicado em 1970 e traduzido em francês em 1983 com o título *La femme face au développement économique*), inicia seu livro sobre as mulheres no processo de desenvolvimento com a seguinte frase: “na vasta e crescente literatura que trata do desenvolvimento econômico, as considerações relativas aos problemas particularmente

ligados às mulheres são ao mesmo tempo restritos e alusivos”.¹⁰⁷ A autora diz ter como objetivo, nesse estudo, mostrar a gravidade desse “esquecimento”.

Quase cinquenta anos após a publicação dessa obra, o diagnóstico que se pode fazer não é muito diferente. Certamente houve evoluções. Os estudos de gênero e as pesquisas feministas - através das três principais correntes que estruturaram essas pesquisas: o feminismo liberal igualitário, o feminismo de tradição marxista e socialista, o feminismo radical, assim como as novas correntes que se desdobraram dessas perspectivas, como a corrente de feministas ambientalistas, negras, entre outras - são atualmente consequentes e compõem um vasto campo teórico ligado à inserção das mulheres na economia (mundial ou local). No entanto, no que diz respeito a uma análise realmente centrada sobre a questão do desenvolvimento econômico mundial, suas especificidades e realidades socioeconômicas nos diferentes continentes, a perspectiva de gênero é pouco evocada. As obras generalistas sobre o desenvolvimento não abordam a situação das mulheres quando tratam das questões de pobreza e desigualdades. Eles não reconhecem a estreita relação entre esses dois aspectos e a condição das mulheres, sobretudo nos países subdesenvolvidos. Os livros considerados clássicos da sociologia do desenvolvimento (as diferentes correntes dos estudos sobre desenvolvimento da CEPAL, entre eles Celso Furtado, F.H. Cardoso e E. Faletto, mas também obras como A. G. Franck, M. Olson) tratam da questão como se os dados apresentados representassem uma realidade (social, econômica e cultural) homogênea entre mulheres e homens.

4.2 - A Inclusão das Mulheres no Processo de Desenvolvimento: Alguns Elementos Históricos

Incluir as mulheres no processo de desenvolvimento (e de modernização) nos países do Sul (ou periféricos) foi uma preocupação central nas pesquisas, militâncias e literatura feminista da década de 1970, como podemos identificar através da importante corrente de estudos que nasceu na década de setenta, nos Estados Unidos, conhecida como *Women's studies* (com forte influência dos movimentos sociais pós-68, e do impacto do livro de Simone de Beauvoir, *O segundo Sexo*). Esses estudos visavam denunciar as desigualdades que sofriam as mulheres nas diferentes esferas da vida social: família, trabalho, estudos.

¹⁰⁷ Tradução própria.

Durante a década de setenta do século passado, apesar das críticas emergentes e localizadas (desde a década de sessenta começam a surgir teorias e críticas sobre o processo de desenvolvimento na América Latina, notadamente através da CEPAL), o enfoque das correntes de lutas pela igualdade econômica entre homens e mulheres se produz no âmbito da ideologia do desenvolvimentismo e da sociedade de crescimento. Acreditou-se que a solução para os problemas da pobreza e das desigualdades (em específico das mulheres) seriam resolvidos com reformas no processo de desenvolvimento, especialmente com a emergência da noção de desenvolvimento sustentável, onde questões sociais e ambientais seriam inseridas no processo de desenvolvimento, até então bastante centrado no aspecto econômico. Há, nesse sentido, uma adesão à lógica liberal da parte dos primeiros movimentos feministas representados principalmente pelo entusiasmo que se criou em torno da obra de E. Boserup (publicado em 1970, que evocaremos mais abaixo, onde o desenvolvimento e a modernização seriam uma via plausível para reparar os problemas de desigualdade social, econômica e de gênero. Havia a ideia de que a inserção das mulheres no processo de desenvolvimento econômico dos países periféricos seria necessariamente benéfica para elas).

Na contramão dessa perspectiva, a socióloga brasileira e marxista Heleieth Saffioti, ainda na década de sessenta, publicou a obra *A mulher na sociedade de classes*, onde fez a crítica da inserção econômica das mulheres na sociedade capitalista e denuncia a dupla desvantagem que as mulheres são expostas no sistema capitalista, nos planos superestrutural e estrutural. O primeiro plano diz respeito à subvalorização das capacidades das mulheres; o segundo plano se refere ao caráter marginal e periférico da inserção das mulheres no sistema de produção capitalista (SAFFIOTI, 2013). Para a autora, a emancipação feminina não poderia ocorrer no capitalismo, pois esse sistema utiliza a mão de obra das mulheres de acordo com suas necessidades de reprodução, alijando ou inserindo precariamente as mulheres no sistema de produção. Nessa perspectiva, a crítica feita por Saffioti - que dizia respeito à marginalização das mulheres no processo de produção capitalista e no processo de desenvolvimento - vai reiterar as análises mais abrangentes da incapacidade de redução das desigualdades, de mulheres e de toda a população marginalizada, que as políticas de desenvolvimento já começavam a deixar evidente.

A inserção das mulheres no processo de desenvolvimento nos países do Norte capitalista se deu especialmente através do trabalho industrial (fabril) e foi considerado por diversas teorias sobre a questão emergente das mulheres no processo de desenvolvimento (da época) de forma positiva (como é o caso da perspectiva da corrente de pesquisa *Woman in Development/WID*, que abordaremos mais abaixo), pois foi o fator responsável por certa

autonomização e emancipação econômica das mulheres. Essa realidade foi considerada como modelo a ser seguido pelas sociedades em via de desenvolvimento. Porém, as condições de integração das mulheres ao “desenvolvimento” nos países subdesenvolvidos não foram as mesmas encontradas nos países industrializados centrais.

Nos países periféricos, a inserção das mulheres no trabalho fabril foi menos impactante que nos países centrais, o que acarretou uma persistência e até mesmo uma agravamento das desigualdades entre homens e mulheres, fazendo com que as mulheres fossem as principais vítimas da exclusão social e da pobreza. Os estudos da economista dinamarquesa Ester Boserup (1919-1999) foram fundamentais para a compreensão da situação das mulheres no processo de desenvolvimento dos países periféricos. Boserup (1983) foi uma das primeiras a se interessar sobre as consequências do desenvolvimento para as mulheres dos países do terceiro mundo ou de capitalismo periférico, assim como o papel (produtivo) das mulheres no processo de desenvolvimento.

Em 1970, a autora publicou a obra *Women's role in economic development* (traduzido para o francês *La femme face au développement économique*, 1983), obra que foi importante para os estudos de gênero da época e que inspirou a abordagem *Woman in Development* (WID). O WID, inicialmente um movimento teórico, foi apropriado pelas agências internacionais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional), visando criar programas, políticas públicas e ações para dar mais visibilidade às mulheres no processo de desenvolvimento, assim como promover a igualdade de homens e mulheres no mercado de trabalho e na sociedade. Assim, muitas ações de redução da pobreza e da miséria de agências internacionais e ONG's passaram a destinar projetos específicos com foco nas mulheres (educação, políticas familiares), com o objetivo de combater a marginalização delas na esfera econômica.

Um dos temas privilegiados nesse estudo pioneiro de Boserup (1983) foi a situação das mulheres no processo de modernização agrícola dos países em desenvolvimento. Os principais países analisados por ela foram Senegal e Índia. Ela defendia que a mulher tinha um papel fundamental no trabalho da agricultura familiar e se interessa ao “impacto do processo de modernização agrícola sobre a população feminina” (DEGAVRE, 2011, p. 65), ela considerava que a mão de obra feminina representava a principal fonte de mão de obra nesse tipo de agricultura. Sobre o impacto da modernização sobre as mulheres, Degavre (2011) sublinha os seguintes aspectos:

Boserup constata que vários fatores contribuíram para a degradação do status das mulheres desde a implantação das políticas de modernização no Sul: introdução de certos procedimentos agrícolas modernos que levaram a mudanças na divisão do trabalho entre homens e mulheres ao detrimento dessas últimas; reprodução da lógica cultural dominante através da administração colonial europeia que só se dirige aos homens; ausência de preocupação no que diz respeito ao acesso das mulheres nos empregos industriais (BOSERUP, 1983 apud DEGAVRE, 2011, p. 65, tradução própria).

Nessa perspectiva, o desenvolvimento era visto como positivo e desejável para a emancipação das mulheres. Apesar dos avanços em relação aos estudos de gênero trazidos pela obra de Boserup, a autora compartilha as ideias desenvolvimentistas e acredita em um processo de transformação linear. Para ela, as sociedades subdesenvolvidas alcançariam necessariamente o desenvolvimento desejado e exemplificado pelo Norte, se seguissem a via desenvolvimentista/industrial, tendo como princípios a modernização, o progresso, o crescimento econômico. Por outro lado, a inserção das mulheres na economia seria um instrumento para alcançar mais crescimento econômico.

Assim, Degavre (2011, p. 66) critica a análise de Boserup por apresentar um caráter de igualdade de sexo “funcional em relação ao objetivo mais global de crescimento [econômico]”. Vale salientar que esse argumento foi essencial para a inclusão da questão das mulheres nas instituições internacionais responsáveis pelas “cruzadas” desenvolvimentistas.¹⁰⁸ Para Degavre (2011), Boserup não levou em consideração, em suas análises, as reflexões críticas sobre o processo de desenvolvimento e modernização dos países do Sul, como, por exemplo, a teoria da dependência e a crítica sobre o aspecto mítico do desenvolvimento econômico como modelo reprodutível em escala mundial (FURTADO; CARDOSO; FALETO *apud* DEGRAVE, 2011). Além do mais, as análises que derivaram dos estudos de Boserup, como a corrente do WID, representaram preocupações de certo feminismo dos anos 70, de acordo com Degavre, que não corresponde exatamente ao feminismo reivindicado por outros movimentos sociais de mulheres:

De fato, WID e suas correntes herdeiras foram animadas por intelectuais e técnico(a)s do desenvolvimento no qual o pensamento, que pode encontrar um eco particularmente favorável junto às organizações internacionais, encaixam muito imperfeitamente os contornos dos movimentos de mulheres (DEGAVRE, 2011, p.67, tradução própria).

¹⁰⁸ Outros argumentos eram também importantes na questão da inserção das mulheres no processo de desenvolvimento, que são complementares à questão econômica: suprimento de necessidades básicas de populações pobres, luta contra o crescimento demográfico, ações contra a fome e garantia de alimentação básica.

As políticas e ações direcionadas à temática “mulheres no desenvolvimento” (WID), dos organismos internacionais, foram objetos de outros estudos e análises (DEGAVRE 2011; JACKSON; PEARSON, 1998; PEARSON, 1998; PIEL, 2003;) e revelam uma realidade de persistência das desigualdades entre homens e mulheres nas esferas do trabalho, da economia e social. Ao contrário das teses que consideram que a modernização e a inserção das mulheres no mundo do trabalho tiveram impactos positivos sobre as condições de vida das mulheres, através do emprego salariado (as correntes do WID e teorias neoclássicas ou marxistas, de acordo com Degavre (2011), a realidade das mulheres no mercado de trabalho industrial revela uma inserção parcial de mulheres “jovens e sem crianças originárias de regiões rurais e empregadas por um curto período da vida” (DEGAVRE, 2011, p. 67-68). Nesse contexto, é difícil manter a tese da autonomização e da emancipação das mulheres, pois na realidade as mulheres continuaram a exercer as funções de reprodutoras após um curto período de assalariamento que só beneficiou as elites industriais e seguem a lógica das relações de subordinação entre sexos. Para Piel (2003 *apud* DEGAVRE, 2011, p. 68), “um exame crítico desse período releva assim uma instrumentalização, da parte da elite industrial, das relações de gênero desiguais nos países do Sul”.

Após os questionamentos e críticas da corrente de pensamento WID - que se preocupou em inserir as mulheres no processo de desenvolvimento, na perspectiva de reduzir as discriminações de gênero -, surge uma nova abordagem sobre a problemática da mulher no processo de desenvolvimento, que será intitulada *Gender and Development* (GAD). A questão de gênero é então introduzida no debate internacional. A corrente GAD é abraçada por feministas ditas radicais ou feministas marxistas e feministas dos países do Sul (que começam a entrar em cena no cenário das lutas feministas internacionais).

A abordagem da corrente GAD se distingue da corrente WID no sentido de que ela aprofunda a crítica do papel e do lugar da mulher no desenvolvimento, tendo como foco o questionamento das relações de desigualdade entre homens e mulheres em todas as esferas da vida social (família, economia, política, cultura) e pensar as relações sociais de sexos construídas historicamente, desfavorecendo as mulheres. A perspectiva analítica e crítica da GAD abre espaço para a crítica do desenvolvimento como um todo (e não só no que diz respeito à inserção das questões femininas ou de gênero).

A partir dessa crítica abre-se espaço para questionar sobre o modelo de desenvolvimento. Os estudos de gênero e desenvolvimento se aproximam de movimentos sociais (e teorias) que denunciam o impasse do desenvolvimento na melhoria do quadro de vida de populações marginais. Assim, dentro da perspectiva atual de gênero e

desenvolvimento, podemos encontrar correntes que, juntamente com movimentos altermundialistas, levantam a bandeira da necessidade de construção de outro modelo de desenvolvimento. Busca-se uma alternativa para o desenvolvimento e/ou um pós-desenvolvimento, em que as mulheres possam, de fato, ser reconhecidas pelo papel que elas desempenham na economia e em todas as esferas sociais. Aspira-se a emergência de uma sociedade efetivamente paritária e igualitária.

4.3 - Desenvolvimento Sustentável e Gênero: A Governança Internacional em Torno da Luta pela Igualdade entre Homens e Mulheres.

Como vimos mais acima, o desenvolvimento sustentável é baseado em três pilares fundamentais e, *a priori*, com prioridades equivalentes: econômico, social e ambiental. Porém, ao analisarmos – historicamente - o debate e as representações em torno dessa temática, observamos que há dois pilares que prevalecem e parecem ser mais centrais: o econômico e o ambiental. Enquanto o terceiro pilar, o social, demonstra ser secundário e mobiliza menos a atenção da comunidade internacional. As problemáticas ligadas ao pilar social dizem respeito a: justiça social, eliminação da miséria e redução da pobreza, igualdade homem-mulher, redução da exclusão social, combate às discriminações, solidariedade, paz. Na prática, elas sempre foram relegadas a um tratamento menos importante nas grandes conferências internacionais (mesmo estando sempre presente), frente ao debate (nem sempre consensual) de como conciliar crescimento econômico (ilimitado ou produção/acumulação de riqueza ilimitada) e preservação do meio ambiente.

É então dentro das temáticas inerentes ao aspecto social do desenvolvimento sustentável – em especial o terceiro pilar - que podemos identificar as preocupações voltadas para a questão da mulher na sociedade, que mais tarde será denominada como questões de gênero: inclusão das mulheres no processo econômico, constatação que são as mulheres (e as meninas) as maiores vítimas da miséria e da pobreza no mundo, igualdade de gênero. Apesar de serem questões que começaram a ser inseridas no debate e nos relatórios fundadores do desenvolvimento sustentável e de criações de agendas internacionais em prol dessa questão (e de outros aspectos sociais complementares e fundamentais), os resultados das políticas públicas de paridade e redução da pobreza das mulheres – que representam metade da população mundial, diga-se de passagem – continua muito abaixo das expectativas de avanços esperados, depois de trinta anos de negociações (tomando como referência o relatório Brundtland, 1987).

Não obstante, apesar dos poucos avanços realmente significativos ao longo desse processo (ainda em curso), é preciso reconhecer que foi através do levantamento da questão da mulher na sociedade, dentro do “pilar social” do desenvolvimento sustentável, que a questão da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, assim como da situação de exclusão e de submissão social e econômica das mulheres, começou a ser discutida no âmbito do desenvolvimento econômico mundial e se tornou uma questão audível e incontornável nas instâncias de governança internacional (ONU, UNESCO, Banco Mundial). Será somente a partir desse momento que a questão da situação das mulheres será incorporada no debate como um elemento para além da paridade homem-mulher, mas sim como um fator de desenvolvimento (pelo menos nos discursos e relatórios oficiais). A condição social e econômica das mulheres passou a ser vista e tratada como um objetivo socialmente e economicamente relevante, como uma das condições de redução das desigualdades sociais e econômicas no mundo, como uma questão de justiça social e de igualdade de oportunidades, assim como parte do processo de paz. Começa-se então a se pensar em políticas públicas globais e locais visando especificamente o público feminino e cruzando com temas sociais, econômicos, culturais, ambientais.

Reconhecendo a importância da inserção do debate sobre a questão feminina no âmbito do desenvolvimento sustentável e criticando a lentidão dos avanços, chegamos a um ponto dialético da questão em que realidades antagônicas se apresentam e nos mostram a complexidade da dinâmica social e política em torno das questões de gênero, desenvolvimento e economia. Ela nos revela as dificuldades de avançar para uma sociedade com justiça de gênero, econômica e social. Outros elementos se anexam a essa análise entre avanços e impasses da questão de gênero, dessa vez, no que diz respeito ao aspecto cultural da questão: assim como foi evocado em relação aos estudos sobre o processo de desenvolvimento, as mulheres continuam ausentes e/ou pouco abordadas nos estudos, análises, pesquisas e manuais sobre desenvolvimento sustentável.

A questão da ausência é algo interessante de se observar nesse processo. De acordo com a teoria do sociólogo português Boaventura Santos (2002), a ausência seria uma forma voluntária de desqualificação de um dado problema social. Para compreender essas ausências, o autor nos propõe de forma oportuna a necessidade de uma “sociologia das ausências”, onde ele defende que existe uma produção voluntária das coisas que não existem cientificamente. A sociologia das ausências seria, para ele, “uma investigação que visa mostrar que o que não existe é, na verdade, activamente produzido como tal, isto é, como uma alternativa não-credível ao que existe” (SANTOS 2002, p. 244-245). Desse modo, a luta pelo reconhecimento

do papel das mulheres no processo de desenvolvimento (e de desenvolvimento sustentável) é uma forma de transformar “ausência em presenças” e lutar contra a “lógica de classificação social”, de acordo com os termos de Santos (2002, p. 244), baseada no sexo e em uma hierarquia que perpetua a relação de dominação e de inferioridade da mulher nas diferentes esferas da sociedade.

Ao mesmo tempo, como poderia o desenvolvimento sustentável – que apesar da mudança de nomenclatura, no intuito de se fazer uma imagem mais verde e mais social, continuar centrado principalmente no crescimento econômico ilimitado e, portanto, ancorado, por via de regra, na manutenção de desigualdades econômicas – se mobilizar efetivamente para resolver os problemas de desigualdades de gênero (ou mais amplamente, desigualdades sociais)? De fato, o termo “desenvolvimento sustentável” nunca foi uma noção consensual, tanto do ponto de vista terminológico, como do ponto de vista do projeto de sociedade que ele representa. Desde o surgimento da noção, diversos aspectos são suscetíveis a inúmeras críticas acerca do questionamento sobre a manutenção da utilização do termo.

A terminologia “desenvolvimento” não consegue se dissociar de “desenvolvimento econômico”, ou seja, acumulação capitalista, que por sua vez é incompatível com a proteção do meio ambiente e, todavia, por natureza, insustentável socialmente e ecologicamente. Em outros termos, desenvolvimento econômico (diga-se, capitalismo) e sustentabilidade não mostraram, historicamente, um bom casamento. Para utilizar o sentido e os termos do professor Luiz Marques (2015), em entrevista¹⁰⁹ dada ao jornal da Unicamp sobre seu livro *Capitalismo e Colapso Ambiental* (publicado em 2016), é impossível “educar” o capitalismo para a sustentabilidade.”

É nesse universo de contradições que o desenvolvimento sustentável fez emergir uma efervescência de novas questões que se tornaram consubstanciais à problemática do desenvolvimento econômico, antes tidas como elementos paralelos. Assim, o debate em torno dessa noção (ou conceito) trouxe contribuições importantes, em âmbito internacional, em termos de democratização do tratamento de assuntos que concernem à comunidade global, como a questão do meio ambiente, clima, desigualdades sociais e econômicas. A esse respeito, Brunel (2011, p.7) enfatiza que, apesar de todos os seus limites:

O conceito de desenvolvimento sustentável mudou o modo de funcionamento das relações internacionais dando voz a novos atores [sociais], como as associações e as empresas, privilegiando um funcionamento [mais] participativo. Ele encarna hoje uma das faces positivas da mundialização, a tomada de consciência de que existem

¹⁰⁹[http://www.unicamp.br/unicamp/sites/default/files/jornal/paginas/ju_636_paginacor_06e07_web_0.pdf]

problemas comuns ao conjunto da humanidade, que transcendem as fronteiras e [que] devem ser tratados ao mesmo tempo globalmente e localmente¹¹⁰ (Tradução própria).

Dentre esses problemas “comuns ao conjunto da humanidade”, certamente podemos acrescentar a introdução da problemática da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres - pelo menos como conceito -, que passou a ser tratada igualmente como uma questão global e local, através da sua menção em tratados, convenções e acordos internacionais. Como consequência, a questão dos direitos das mulheres passou a ser um ponto essencial a ser considerado igualmente dentro do debate sobre os Direitos Humanos. Não que as questões em torno do lugar e do papel da mulher na sociedade tenham começado a ser tratadas internacionalmente a partir do debate sobre desenvolvimento sustentável, mas foi através desse debate que foram criadas políticas públicas específicas e um começo de governança internacional em torno da questão da mulher e as discriminações que elas enfrentam.

Assim, a luta pela igualdade entre homens e mulheres se inscreve, inicialmente, dentro de uma visão de desenvolvimento mais social, porém, de forma marginal, e passa a fazer parte, pouco a pouco, dos objetivos de grandes programas internacionais de forma sistemática, a partir dos anos 1990. Como sublinha Prévost (2011, p. 31), em uma análise sobre a ‘questão do gênero nas novas estratégias de luta contra a pobreza’, a questão de gênero “se tornou uma chave de entrada incontornável e consensual das novas estratégias de luta contra a pobreza”, nas instituições internacionais e teve seu ápice na elaboração dos Objetivos do Milênio para o Desenvolvimento (OMD), aprovado no ano 2000 e orquestrado pela ONU. Ainda de acordo com Prévost (2011, p. 52), nesse contexto de tomada de consciência generalizada sobre as questões de gênero, “mais do que um problema específico, o gênero é assim integrado aos problemas de desenvolvimento em geral”.

Para fazer uma breve contextualização histórica, uma das primeiras mobilizações internacionais visando criar dispositivos de combate às discriminações e violências feitas às mulheres (e proporcionar uma visão global sobre a questão das mulheres de forma abrangente) foi a criação da “Comissão da condição da mulher”, em 1946, através do Conselho Econômico e Social da ONU.¹¹¹ Essa comissão tinha como funções, de acordo com

¹¹⁰ Tradução nossa.

¹¹¹ Resolução adotada em 21 de junho de 1946 (documentos E/90 e E/84, parágrafo 6. Antes da adoção dessa comissão, existia uma sub-comissão com o mesmo nome, dentro da Comissão dos Direitos Humanos da ONU. Disponível em: <http://www.un.org/womenwatch/daw/csw/pdf/CSW_founding_resolution_1946.pdf>. Acesso em : 02 maio 2017.

a resolução em questão: “apresentar recomendações e relatórios ao conselho econômico e social sobre o desenvolvimento dos direitos da mulher nos âmbitos político, econômico, social e de instrução”. Ela foi incumbida igualmente de formular recomendações sobre problemas com caráter de urgência, que fossem ligados aos direitos das mulheres, e tinha como objetivo acompanhar a evolução dessas conquistas sobre os direitos das mulheres no mundo.

No embalo desse contexto de emergência da questão das mulheres no mundo (a partir de 1945), em 1958 foi adotada a Convenção nº 111 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que estabelece que as discriminações em termos de emprego e profissão consistem em uma violação dos direitos humanos, baseados na Declaração de Filadélfia (texto fundamental de criação da OIT, em 1944, e que serviu de base para a Declaração dos Direitos Humanos) que tem como princípio que “todo ser humano, qualquer que seja sua raça, sua crença ou seu sexo, tem o direito de buscar seu progresso material e seu desenvolvimento espiritual na liberdade e dignidade, na segurança econômica e com oportunidades iguais”.¹¹² Não se trata aqui de um texto específico para mulheres, de combate às discriminações ligadas ao trabalho e profissões, mas foi um passo importante para a tomada de consciência internacional sobre as discriminações de trabalho em termos de gênero e um impulso para a adoção de políticas nacionais e internacionais nesse âmbito.¹¹³

Em 1979, após mais de trinta anos da criação da comissão da mulher, foi adotada uma convenção internacional específica sobre as discriminações direcionada às mulheres, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, a CEDAW (em inglês, *Convention on the Elimination of all Forms of Discrimination Against Women*).¹¹⁴ Trata-se de um dos acordos internacionais mais importantes e completos sobre os direitos fundamentais das mulheres. Ele entrou em vigor, em nível internacional, em 1981, após a assinatura do vigésimo país e se tornou um importante instrumento de luta pela igualdade de gênero no mundo. A “discriminação contra a mulher” é definida, no artigo 1º da Convenção, como:

Toda a distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da

¹¹² Disponível em: <<https://www.admin.ch/opc/fr/classified-compilation/19580104/201303210000/0.822.721.1.pdf>>. Acesso em : 15 maio 2017.

¹¹³ No Brasil, o texto foi ratificado em 1968.

¹¹⁴ No Brasil, a convenção foi adotada em 1983, através do Decreto Legislativo no 93, de 14 de novembro de 1983. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4377.htm>. Acesso em 10 junho 2017.

mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo.¹¹⁵

Em 1975, ocorreu a primeira conferência intergovernamental sobre as mulheres, realizada no México (Cidade do México). Essa conferência aconteceu, não por acaso, no ano declarado pela ONU como o “Ano internacional da mulher, do desenvolvimento e da paz”. Através dessa conferência, centenas de países, por meio de seus e suas representantes, decidiram estabelecer objetivos comuns para trabalhar em torno da questão dos direitos das mulheres e lutar pelo acesso aos direitos sociais, políticos e econômicos. Os temas que compuseram os eixos principais da conferência foram: promoção da igualdade entre homens e mulheres, luta por acesso a direitos essenciais e luta pelas discriminações ligadas ao gênero; favorecer o papel da mulher no processo de desenvolvimento; implicar as mulheres no processo de paz internacional. De acordo com as informações do site da ONU¹¹⁶, 133 países participaram dessa primeira conferência e 113 desses representantes eram mulheres. Houve igualmente a realização de um Fórum paralelo, onde se reuniram 4000 participantes da sociedade civil (ou 6000 participantes da sociedade civil, de acordo com outras fontes).

Na ocasião dessa conferência, foi declarado, igualmente pela ONU, a “década da mulher” (1975-1985) que visava uma mobilização internacional sobre o papel da mulher na sociedade e na economia e de promoção da igualdade entre homens e mulheres. Nesse contexto, foi adotado, nessa conferência, um programa de ação para os dez anos seguintes, com objetivos concretos a serem alcançados em termos de igualdade entre os sexos, de acesso aos direitos, planejamento familiar, saúde, participação política. A aplicação e andamento desses objetivos deveriam ser avaliados em outra conferência, em 1980.

Na sequência dessa conferência e, dentro do contexto da “década da mulher”, foi criado, em 1976, a Unifem¹¹⁷ – ou Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher - uma agência especializada da ONU, dentro do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), tendo como objetivo promover a participação das mulheres nas esferas econômicas e políticas, nos países desenvolvidos, e de lutar pela melhoria da condição das mulheres no mundo. No mesmo ano foi criado também o Instituto das Nações Unidas para promoção da pesquisa e da formação para a autonomização das mulheres e a igualdade de sexos no mundo, o INSTRAW.¹¹⁸

¹¹⁵ Idem.

¹¹⁶ [<http://www.un.org/french/womenwatch/followup/beijing5/session/fond.html>]

¹¹⁷ Atualmente esse programa foi inserido em política mais global da agência da ONU 3ONU MULHERES : [<http://www.unwomen.org/fr>].

¹¹⁸ Training Institut for the Advancement of Women; [<http://www.un-instraw.org/fr>]

Durante a década da mulher, foram realizadas duas outras importantes conferências internacionais para se fazer o balanço das medidas, decisões e compromissos afirmados em 1975: a Conferência de Copenhague (Dinamarca), em 1980 e a conferência de Nairóbi (Quênia), em 1985, que encerrou a década da mulher. Em 1980, o tema da conferência foi “igualdade, desenvolvimento e paz” e teve como objetivo avaliar a implementação dos avanços alcançados depois da conferência de 1975. Nessa conferência foram estabelecidos novos objetivos para se alcançar os objetivos do México: reforçar a luta pela igualdade no acesso à educação, ao trabalho e aos cuidados. Os 145 Estados membros da ONU que participaram do evento foram convidados a implementar medidas efetivas para a melhoria da qualidade de vida das mulheres e para a aceleração da igualdade entre homens e mulheres. Um dos pontos positivos do balanço desses primeiros cinco anos da década da mulher (e dos objetivos estabelecidos no México) foi a criação e adoção pela ONU (em 1979) da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW). Apesar dos avanços apontados, a conferência preconiza uma urgência no tratamento de três questões prioritárias: acesso igualitário à educação, ao trabalho e à saúde. Outros pontos foram levantados no que diz respeito à situação cotidiana das mulheres nas diversas partes do mundo e que exigem medidas nacionais urgentes, baseadas no diagnóstico das seguintes necessidades:

- De um real engajamento, da parte dos homens, para melhorar a situação das mulheres na sociedade;
- De um engajamento político mais efetivo;
- De reconhecimento do valor e das contribuições das mulheres na sociedade;
- De dar importância às necessidades particulares das mulheres em termos de planificação;
- Da tomada de consciência da ausência das mulheres nos cargos de decisão;
- Do reconhecimento da baixa oferta de serviços que melhore a vida das mulheres em nível nacional (cooperativas, centros de saúde, empréstimos);
- Da importância de se generalizar o acesso aos recursos financeiros para as mulheres.

Em 1985, para o encerramento da década da mulher, foi realizada a conferência de Nairóbi com o objetivo de fazer um balanço dos progressos e do impacto da década da mulher. A conferência contou com a participação de mais de dois mil delegados (representantes de 157 Estados representados). Em paralelo à conferência, um fórum organizado pela sociedade civil contou com a participação de algo como doze mil

representantes de diversos países (ou dezesseis mil , dependendo da fonte de informação). As medidas adotadas ao final da conferência tiveram como foco os temas da promoção das mulheres na sociedade, baseado na luta pela igualdade de sexos, mas também na valorização do papel da mulher no processo de paz e no desenvolvimento. Para incrementar esse balanço, a conferência de Nairóbi trouxe uma questão simbólica importante na luta pela igualdade entre homens e mulheres e na redução das desigualdades sociais entre os sexos por ter sido realizada em um país africano, onde as questões reivindicadas são ainda mais latentes.

Em 1995, foi realizada uma quarta conferência mundial sobre as mulheres, em Beijing (China). Considerada como a mais importante das quatro conferências pelo fato de ter sido um ponto de culminância das discussões e acordos estabelecidos nas conferências anteriores e ter produzido um programa de ação satisfatório, baseado nas negociações e objetivos das três conferências precedentes. A Declaração e o programa de ação que foi adotado (por unanimidade) pelos 189 Estados representados (tendo dezessete mil participantes), são considerados até hoje como um marco na política internacional relacionada aos direitos das mulheres. Avanços significativos ocorreram na ocasião desse evento, tais quais: o reconhecimento do conceito de gênero como uma possibilidade de ampliar o campo de ação e repensar de forma mais abrangente o papel do homem e da mulher na sociedade; a reafirmação do direito da mulher como um direito humano e universal; o reconhecimento de que a igualdade entre homens e mulheres é um fator essencial para o desenvolvimento sustentável, para a paz e para a democracia; o engajamento dos Estados presentes e da ONU em suas diversas comissões e organismos, de incluir em seus projetos uma dimensão “sexo-específica”, que consiste em levar em consideração os impactos das ações e das políticas para os homens e para as mulheres de forma específica. Mas, também, dada a realidade desfavorável em que vivem as mulheres no mundo, deve-se criar políticas específicas dirigidas para mulheres; mudança na terminologia da temática “mulheres e desenvolvimento” (iniciado a partir da década da mulher), para a denominação “gênero e desenvolvimento”, que integra a necessidade de se encontrar um equilíbrio entre homens e mulheres (nas relações de poder e em todas as esferas da vida social) e não somente encontrar soluções para os problemas específicos de mulheres, de forma isolada (as mulheres passam de beneficiárias de programas e ações sociais para agentes do próprio desenvolvimento).

Em termos de participação, essa conferência bateu seu recorde não somente na conferência oficial, mas também no fórum paralelo, que contou com a presença de cerca de trinta e cinco mil representantes da sociedade civil dos diversos países do mundo. Pela primeira vez, as organizações não governamentais tiveram um importante papel nas

negociações sobre as prioridades a serem tratadas na declaração final e no programa de ação. O programa de ação definiu doze temas de ação prioritários, considerados como os principais pontos que dificultam a emancipação das mulheres, a igualdade de sexo e a erradicação das discriminações: mulheres e pobreza; educação e formação das mulheres; mulheres e saúde; violência contra as mulheres; mulheres e conflitos armados; mulheres e economia; mulheres e tomadas de decisão; mecanismos institucionais específicos para a promoção das mulheres; direitos fundamentais da mulher; mulheres e mídias; mulheres e desenvolvimento; meninas.

Para além dos aspectos legais e oficiais discutidos ao longo da década das mulheres, e para além dos resultados obtidos (ou não), podemos observar que um importante processo de mobilização internacional de mulheres se revela através dessas conferências. Tanto do ponto de vista da representação oficial dos Estados, como da representação da sociedade civil, que aumentou e criou força a cada edição desses encontros internacionais. Os fóruns das organizações não governamentais se estruturaram e representam atualmente um peso importante nas negociações das instâncias internacionais e nas negociações nacionais. Os fóruns paralelos foram o berço para a forte mobilização das redes de mulheres que se formaram nas últimas décadas e que se organizam para serem elas mesmas as protagonistas do processo de emancipação e de reconhecimento do papel da mulher, que está em andamento.

De acordo com uma análise da própria ONU¹¹⁹ sobre a dinâmica dessas conferências, algumas diferenças de prioridades de lutas se observam entre os/as representantes, conforme suas regiões de origem. De forma mais presente nas discussões dos fóruns paralelos, a ONU observa que existe a seguinte tipologia (baseado, sobretudo, na conferência de Nairóbi): de um lado, as mulheres originárias do “bloco leste” que “se mostram mais interessadas pela questão da paz”; de outro lado, as mulheres do Oeste, que reivindicam o tema da igualdade de sexos; e, por outro lado, as mulheres dos países em desenvolvimento que focalizam a luta na questão do desenvolvimento. Porém, através das diferenças no olhar sobre os enfoques prioritários presentes nas discussões dos fóruns:

O Fórum estabelece um papel importante, na medida em que ele reúne homens e mulheres de culturas e origens diferentes que foram trocar informações e começar um processo que ajudaria a unificar o movimento feminino, transformando-se verdadeiramente em internacional no final da Década da Mulher (Tradução própria).

¹¹⁹<http://www.un.org/french/womenwatch/followup/beijing5/session/fond.html>

Em paralelo das conferências mundiais sobre as mulheres, a partir da década de 70, diversas outras conferências internacionais (também promovidas pela ONU) aconteceram e puderam integrar, pouco a pouco, as questões de igualdade de sexo e de promoção do papel da mulher na sociedade, na economia e no meio ambiente. A partir da adoção do termo desenvolvimento sustentável, como bússola de um novo modelo de desenvolvimento econômico - associado dessa vez aos aspectos sociais e ambientais -, uma série de programas e ações foram criados visando acelerar o processo de redução das desigualdades de gênero em escala mundial. Alguns exemplos:

- ➔ Em 1992, na conferência sobre o meio ambiente e o desenvolvimento, conhecida também como Rio 92 (ou ainda “Cúpula da Terra”), foi lançado para a comunidade internacional o conceito de desenvolvimento sustentável (e começou-se a se desenhar os caminhos e as práticas necessárias para se alcançar esse novo modelo de desenvolvimento estabelecido como alvo). Nessa dinâmica, as questões relativas às mulheres ganharam uma importante visibilidade através do caráter internacional e transversal que lhe foi atribuído. De fato, o programa de ação aprovado no final da conferência, conhecido como “Agenda 21”¹²⁰, anuncia claramente, através das suas recomendações e princípios de base, que o desenvolvimento sustentável não se fará sem o devido reconhecimento do papel das mulheres, nem a participação efetiva delas. Tanto na declaração de princípios (composta por 27 princípios), quanto no plano de ação, as mulheres são consideradas como elemento central desse processo. O princípio 20, da declaração¹²¹, estabelece que “as mulheres têm um papel vital no gerenciamento do meio ambiente e no desenvolvimento. Sua participação plena é, portanto, essencial para se alcançar o desenvolvimento sustentável”. Dentro da “Agenda 21”, o capítulo 24 é dedicado à questão da mulher no processo de desenvolvimento sustentável. Ele propõe uma série de ações concretas e de medidas a serem implementadas pelos Estados que adotaram a “Agenda 21”, com o intuito de “acabar com a discriminação baseada no sexo e assegurar à mulher o acesso aos recursos de terras e outros recursos, à participação política, à educação e ao emprego seguro e em condições de igualdade”.
- ➔ Em 1993, na conferência mundial sobre os Direitos Humanos, em Viena/Áustria, foram aprovados uma declaração e um programa de ação que servem de referência e de base para os programas internacionais que trabalham com defesa, proteção e promoção dos direitos humanos. Essa conferência também marcou um importante avanço no reconhecimento sobre os direitos das mulheres (e das meninas) como direitos humanos e recomendando aos Estados membros da

¹²⁰ Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global>>. Acesso em: 02 jun 2017.

¹²¹ Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf>>. Acesso em 02 jun 2017.

ONU a implementarem políticas de combate às discriminações, violências e participação política. A conferência reconhece desde sua introdução estar “profundamente preocupada com as várias formas de discriminação e violência a que as mulheres continuam expostas em todo o mundo”.¹²² A conferência estabelece como prioritária a luta pela igualdade de sexos e o acesso aos direitos fundamentais para as mulheres como para toda pessoa humana, que são integralmente e de forma inalienável dignas de direitos.

- ➔ Em 1994, a conferência internacional sobre população e desenvolvimento, ocorrida no Cairo/Egito, marcou um passo importante no reconhecimento de direitos essenciais das mulheres, como sexualidade, saúde e procriação. O plano de ação aprovado marca uma nova visão sobre a questão da reprodução, no sentido de que ele abandona a visão até então dominante de controle demográfico (como forma de redução da pobreza e de caminho para o desenvolvimento) e passa a liberdade de escolha das mulheres em termos de fecundidade e de reprodução, de acordo com seu contexto cultural, social e mental. Apoiar-se o planejamento familiar e a igualdade de acesso à educação para mulheres e meninas.¹²³ A questão da emancipação das mulheres estava no centro da conferência.
- ➔ Em 1995, no mesmo ano da Conferência de Beijing, foi realizada a primeira Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Social, em Copenhague (Dinamarca). As autoridades de diversos países do mundo, impulsionados pela ONU, questionam-se e procuram soluções internacionais para os problemas ligados ao trabalho (eliminação do trabalho escravo, do trabalho infantil, das discriminações) e tentam encontrar um equilíbrio entre “justiça social e crescimento econômico”. Foram aprovados uma declaração e um plano de ação¹²⁴ em que se estabeleceu entre as lutas prioritárias a necessidade de se lutar por “equidade e igualdade entre homens e mulheres”, através de programas nacionais em países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Foi estabelecida a necessidade de apoio financeiro (cooperação e solidariedade internacional) por parte dos países desenvolvidos, para que os países em desenvolvimento pudessem ter os meios necessários para implementar e acompanhar as ações em prol das mulheres.
- ➔ Em 2000, a ONU organizou um evento internacional (em sua sede, Nova York) para se discutir os principais problemas do novo milênio, denominado Cúpula do Milênio. Nesse evento, 189 países se reuniram para definir prioridades e modos de ação em escala internacional e se tornou

¹²² Declaração e programa de ação integral Disponível em :<<http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/viena/viena.html>>. Acesso em: 02 jun 2017.

¹²³ Versão não oficial do plano de ação em português : <<http://unfpa.org.br/Arquivos/relatorio-cairo.pdf>>. Acesso em 03 jun 2017.

¹²⁴ Versão integral: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Conferencias-de-Cupula-das-Nacoes-Unidas-sobre-Direitos-Humanos/declaracao-e-programa-de-acao-da-cupula-mundial-sobre-desenvolvimento-social.html>>. Acesso em 06 jun 2017.

o quadro de referência para o mundo em termos de desenvolvimento sustentável. Além dos grandes princípios como a redução da fome, da pobreza e das doenças no mundo, o combate ao analfabetismo e o acesso à escolaridade para as crianças, a questão sobre a igualdade de sexo foi central. A igualdade entre homens e mulheres apareceu na declaração final como um valor fundamental e um objetivo central. Entre os oito objetivos prioritários, vários dizem respeito às mulheres: objetivo 2, “assegurar uma educação primária para todos”; objetivo 3, “promover a igualdade de sexos e a autonomização das mulheres”; objetivo 4, “melhorar a saúde materna”. Cada objetivo contém metas concretas e mensuráveis, com datas de realização fixadas, por exemplo, a meta 4 do objetivo 3 estabelece que: “eliminar as disparidades entre os sexos nos ensinos primários e secundário daqui para 2005 se possível, e em todos os níveis de ensino 2015 no mais tardar. Até 2015 esse documento serviu de referência para a realização de políticas nacionais e internacionais e para a cooperação internacional.

4.4 - Gênero, Meio Ambiente, Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Sustentável

Mais recentemente, nos contornos do debate entre desenvolvimento sustentável, meio ambiente e gênero, uma questão tem emergido de forma recorrente, ela diz respeito à relação existente entre mudanças climáticas e as mulheres. Diversas ONG's internacionais e organismos que trabalham com a questão de gênero, defendem que população feminina é a mais impactada negativamente com as catástrofes naturais (impulsionadas pelo aquecimento global). De fato, são as populações mais pobres as mais vulneráveis às mudanças climáticas e são as mulheres as maiores vítimas da pobreza, do subdesenvolvimento e da precariedade no mundo. Por outro lado, há uma série de programas de ONG's humanitárias, assim como programas de instituições internacionais, que começam a colocar em evidência o papel central das mulheres na preservação do meio ambiente e na busca de soluções inovadoras para o enfrentamento das mudanças climáticas.

O relatório publicado em 2015 pela Fundação RAJA-Danièle Marcovici¹²⁵ - instituição que luta pelos direitos humanos das mulheres no mundo e que tem levantado a bandeira do papel das mulheres diante das mudanças climáticas -, mostra, através de dados de estudos e relatórios de organismos internacionais, a relação entre as mulheres e o meio ambiente e o seu papel na luta pela preservação daquele. O relatório intitulado “mulheres e

¹²⁵ Disponível em : <http://www.fondation-raja-marcovici.com/documents/site/etudef_e_bd.pdf>. Acesso em : 02 jun 2017.

meio ambiente: uma questão chave para o desenvolvimento sustentável”¹²⁶, enfatiza que desde seu prefácio que “a batalha do clima só será ganha com as mulheres”. Ele coloca em evidência a ligação entre as desigualdades persistentes entre homens e mulheres e os efeitos das desregulações climáticas sobre as mulheres, assim como sobre a degradação do meio ambiente.

Esse estudo coloca em evidência que são as mulheres “as primeiras vítimas das desregulações climáticas e ambientais”. De acordo com os dados levantados e publicados no relatório, 70% da população mais pobre do mundo é representada por mulheres (de acordo com o relatório do Banco Mundial, 2015, que estima ser essa a porcentagem da população humana vivendo com menos de 1 dólar por dia, e que essa porcentagem é representada essencialmente por mulheres). Para a Fundação RAJA-Danièle Marcovici, dentro desse contexto de mudanças climáticas é importante reconhecer o papel fundamental das mulheres na proteção do meio ambiente, de adaptação às mudanças causadas pelo efeito estufa, assim como, sua “contribuição à sobrevivência das populações”.

Como enfatiza o relatório, as mulheres são responsáveis pela maior parte da gestão doméstica, do consumo de materiais básicos como alimentação e tarefas domésticas. De forma concreta, esse estudo afirma que as mudanças climáticas vêm trazendo mudanças significativas (desfavoráveis) na vida das mulheres - sobretudo as que vivem em zonas rurais – pois são elas as responsáveis pelo abastecimento de água e de lenha (para cozinhar) e as condições de garantia desses elementos essenciais para a vida cotidiana têm se tornado cada vez mais difícil, dado a realidade de secas e de desflorestamento, causadas pelas mudanças climáticas. Por outro lado, o relatório mostra que, apesar das discriminações as quais elas são submetidas e da falta de reconhecimento do seu papel, as mulheres participam cotidianamente da preservação do meio ambiente, pois:

As mulheres detêm saberes específicos sobre a preservação dos recursos naturais, a proteção da biodiversidade, ou a gestão de uma agricultura sustentável. Graças a esses saberes, elas podem realizar estratégias alternativas e sustentáveis que permitem remediar a redução da produção agrícola, de prevenir os riscos de desnutrição, ou ainda de propor a utilização de energias sustentáveis tal qual o biogás (p. 4, tradução própria).

A preocupação sobre a questão das mulheres e meio ambiente vem sendo tratada nos documentos de acordos internacionais desde o início dos anos 2000. Em um documento

¹²⁶Título original: femmes et environnement: un enjeu clé du développement durable.

publicado pela ONU¹²⁷, em 2000, que analisa e avalia o programa de ação da Conferência de Beijing (1995), a instituição reconhece que a participação efetiva das mulheres na planificação e na execução de políticas ligadas ao meio ambiente ainda é bastante baixa no mundo. Para a ONU, apesar de alguns avanços¹²⁸, os governos não implementaram, como deveriam, as preconizações da Conferência Mundial sobre as Mulheres (Beijing), que previa “a participação ativa das mulheres em todos os níveis de tomada de decisões que dizem respeito ao meio ambiente e de integrar uma perspectiva “sexo-específica” em todas as estratégias em favor do desenvolvimento sustentável”. Para a ONU:

As mulheres têm um papel importante a desempenhar na preservação do meio ambiente e dos recursos naturais e na promoção do desenvolvimento sustentável. Por exemplo, a responsabilidade principal de suprir as necessidades da casa pesa sobre as mulheres e essas determinam em grande parte as tendências de consumo. Assim, as mulheres têm um papel fundamental a exercer na adoção de modos de consumo, de gestão de recursos naturais e de produção duráveis e ecologicamente racionais (tradução própria).

Diversos relatórios e estudos internacionais (PNUD, Banco Mundial, FAO, ONG's) têm tratado essa questão em seus documentos oficiais e uma agenda de ação internacional tem se desenhado pouco a pouco. Em 2014, na Conferência das Partes sobre o Clima, em Lima/Peru, foi introduzido um programa de ação específico na temática gênero e a questão climática. Durante a COP21, em 2015, em Paris/França, um grupo de associações feministas francesas (denominado “gênero e justiça climática) reivindicou a inserção efetiva da questão de gênero nas discussões climáticas. Essa discussão também vem sendo encabeçada pela plataforma “Global Gender Climate Alliance¹²⁹” e o organismo “Women and Gender Constituency¹³⁰”, que têm como objetivo acompanhar as discussões internacionais em torno dos objetivos do desenvolvimento sustentável e assegurar a tomada de consciência e a inserção de ações específicas de gênero, bem como militar pela justiça climática em uma perspectiva de gênero.¹³¹

Ainda no âmbito das COP's (Conferência das Partes sobre o Clima), em 2016, na COP22, em Marrakech/Marrocos, foi adotado um programa de trabalho intitulado: “questão

¹²⁷ Disponível em : <<http://www.un.org/french/womenwatch/followup/beijing5/session/fiche11.html>>. Acesso em : 03 maio 2017.

¹²⁸ Sobretudo com a nomeação de mulheres em cargos de ministras do meio ambiente ou cargos importantes dentro de ministérios ligados ao meio ambiente, em alguns países como Portugal, Canadá, Jamaica, vale notar que nos últimos anos essa tendência tem aumentado. O Brasil também nomeou uma ministra do meio ambiente em 2003.

¹²⁹ Disponível em : <<http://gender-climate.org/>>. Acesso em: 04 jun 2017.

¹³⁰ Disponível em : <<http://www.gendercc.net/home.html>>. 04 junho 2017.

¹³¹ Integra do programa disponível em : <<http://www.adequations.org/spip.php?article2476>>. Acesso em : 03 jun 2017.

de gênero e mudanças climáticas”. Esse programa visa integrar efetivamente a questão de gênero nas discussões sobre o clima e seguir as recomendações do grupo de trabalho sobre a perspectiva de gênero, que é em parte composto e bastante influenciado por organismos específicos de luta pelas discriminações e pelos direitos das mulheres. Para se chegar a um acordo e um programa ajustado entre os representantes estatais e as ONG’s que militam pela integração da questão do gênero no debate sobre o clima, ocorreu um atelier-debate durante a COP22, que, de acordo com as organizações implicadas¹³², apresentavam os seguintes objetivos:

O atelier-debate visa à concertação e às trocas entre [as] organizações [governamentais] e a sociedade civil sobre os desafios climáticos e de transição ecológica com uma visão feminista e integrando o enfoque de gênero. Os documentos pedagógicos, as defesas [plaidoyer], os testemunhos e as práticas servirão de base para uma discussão em vista de recomendações para a integração do enfoque de gênero e das organizações de mulheres nas políticas climáticas, do nível internacional ao nível da implementação local. Trata-se igualmente de restituir a abordagem da transição ecológica no contexto mais global das ODD [Objetivos do Desenvolvimento Sustentável] e especialmente o objetivo n° 5 “Igualdade de sexos e autonomização de todas as mulheres e meninas” (tradução própria).

Assim, à luz dos enunciados e narrativas das organizações femininas que se mobilizam em âmbito internacional (citadas acima), as políticas públicas internacionais, bem como, os movimentos de mulheres, se organizam e se estruturam pouco a pouco e unem as lutas climáticas com as lutas de gênero, trançando os caminhos de uma batalha que - mesmo que apesar de apresentarem dificuldades e problemas de reconhecimento – parecem avançar em direção de uma perspectiva de fortalecimento de lutas sociais e ambientais com caráter consubstancial, frente às urgências de transformações sociais que têm sido colocadas em cena nas últimas décadas.

Em suma, como pudemos perceber através dessa breve narrativa, as relações entre desenvolvimento, gênero e meio ambiente se cruzam e se completam, sobretudo a partir das discussões sobre o desenvolvimento sustentável. A problemática do papel e do lugar das mulheres no processo de desenvolvimento – e de forma mais abrangente, a igualdade e a equidade entre homens e mulheres, assim como populações fragilizadas e/ou marginalizadas – coloca em evidência os limites da lógica desenvolvimentista. Em paralelo, as questões climáticas, que se evidenciaram e se agravaram nos últimos quarenta anos, reforçam os limites desse modelo de sociedade e leva cada vez mais cidadãos e grupos sociais organizados a não somente elaborarem críticas, mas também formular proposições e investirem em

¹³² Íntegra do relatório do atelier-debate ‘femnistes pour la justice climatique’: <<http://www.adequations.org/spip.php?article2471>>. Acesso em : 05 jun 2017.

perspectivas alternativas, no sentido de promover transformações sociais que impliquem em mudanças estruturais do modo de vida.

Assim, dados esses elementos introdutórios e contextuais, passaremos à análise do processo de transição societal enquanto uma dinâmica que entra na perspectiva de radicalização da crítica do modelo de desenvolvimento (e de desenvolvimento sustentável) que se operou nos últimos decênios - principalmente na sociedade ocidental -, mas que se tornou modelo para as maiorias das sociedades não ocidentais. As iniciativas e movimentos sociais de “transição social e ecológica” surgem, portanto, dentro de um contexto de desejo de mudança de paradigma e estão bastante ancoradas nas constatações científicas sobre a crise climática e ambiental que foi causada pelo modo de vida ocidental, desenvolvimentista e centrado em uma lógica de produção e de consumo capitalista. Elas começam a se reagrupar e se denominar de “transição” para marcar a vontade de ruptura com o modelo vigente e colocam em evidência como objetivo a construção de bases sociais mais ancoradas nas problemáticas locais (sem perder de vista o impacto global de iniciativas locais) e militam por uma sociedade com outros parâmetros de desenvolvimento, de relação com a natureza, de consumo, de produção, de coabitação.

A partir dos capítulos seguintes, procuraremos apresentar uma visão global desse movimento emergente, contextualizar o debate teórico e situar os atores envolvidos, tanto no panorama intelectual como no âmbito da sociedade civil organizada. Apresentaremos dados empíricos sobre seus modos de ação e de funcionamento, seus objetivos, assim como, elementos de compreensão sobre as motivações e o perfil dos cidadãos envolvidos nessa dinâmica.

PARTE II- O PALCO DA TRANSIÇÃO: CENÁRIOS, ATORES, REALIZADORES

Tout est à réformer et transformer. Mais tout a déjà commencé sans qu'on le sache encore... Des myriades d'initiatives fleurissent partout sur la planète. Certes, elles sont souvent ignorées, mais chacune, sur sa voie, apporte reliance et conscience. Travaillons à diagnostiquer, à transformer. Travaillons à relier, toujours relier.

Edgar Morin.

A Partir da Parte II temos o objetivo de enfatizar a emergência da noção de Transição social e ecológica como uma consequência das críticas de um modelo social capitalista, e em particular do desenvolvimento sustentável que ficou muito atrelado à ideia de desenvolvimento clássico (capitalista). Tendo em vista as análises apresentadas nos capítulos precedentes, que nos levou à conclusão que esse modelo de desenvolvimento levou a sociedade atual a uma série de crises (ecológica, ambiental, social, civilizacional), visa-se aqui apresentar a noção de transição tal qual ela vem sendo utilizada pelos movimentos ecologistas e intelectuais que analisam a crise climática e ecológica atual e mostrar como essa transição vem sendo construída pelos diferentes atores sociais, locais e internacionais.

Através dos diferentes pontos levantados nesta parte do estudo, poderemos constatar que na verdade o movimento da transição deveria se chamar movimento 'das transições', pois, por trás da ideia de transição, inicialmente ecológica, se desdobra uma pluralidade de transições e de ações. Trata-se igualmente de um movimento holístico, pois as transições só podem ser pensadas de forma global (mesmo sendo essencialmente locais), geograficamente interdependente e intelectualmente pluridisciplinar.

5 - A TRANSIÇÃO SOCIAL E ECOLÓGICA: CONCEITOS E PRÁXIS

5.1 - Para Situar o Debate (Teórico) sobre a Noção de Transição

A noção de transição foi e continua sendo utilizada em contextos políticos e sócio-históricos diversos, em diferentes sociedades. Ele também é utilizado em situações não políticas, como sentido de mudança. De acordo com o dicionário Aurélio (2016), transição é a “passagem de um lugar, assunto, tom ou estado para outro”. Etimologicamente, a palavra “transição” vem do latim *transitio*, que significa “ação de passar”. Nesse sentido, ela representa de forma ampla toda passagem de um estado para outro. Essa passagem pode ser voluntária ou não. As transições sociais que conhecemos no curso da história política nem sempre foram pacíficas ou consensuais. Por essa razão, um dos grandes desafios das sociedades democráticas é tentar assegurar que as transições representem realmente o desejo da maioria e que se execute da forma mais pacífica possível.

Apesar de existir atualmente uma repercussão particularmente forte no meio ecologista e uma crescente utilização no meio político, o termo “transição”, em seu sentido de mudanças ecológicas, tem sido utilizado desde textos fundadores da problemática do aquecimento global às mudanças climáticas, como o relatório do Clube de Roma, em 1972. Nesse sentido, Audet (2015b, p. 75) ressalta em seu artigo sobre a corrente de estudos em *sustainability transitions*¹³³ que já nesse relatório (Relatório Meadows) os autores evocavam a necessidade de uma “transição em direção a um equilíbrio global”, sublinhando a pressão nos ecossistemas causados por questões como a superpopulação, a poluição e a limitação dos recursos naturais.

Mais recentemente, em uma obra intitulada “A idade das transições” (*L’âge des transitions*), o filósofo belga Pascal Chabot (2015) começa seu ensaio sobre os processos de transição que estamos vivendo, com a afirmação de que “a transição é a mudança desejada”. Chabot (2015) faz a diferença entre mudança e transição. Para ele, as mudanças podem ser situações ordinárias, impostas pelas circunstâncias da vida (que sejam positivas ou negativas) e as transições seriam situações onde se teria a possibilidade de escolha e de reflexão sobre a

¹³³ Corrente de estudos que existe desde o início dos anos 2000, porém bastante restritos a publicações em inglês e em países europeus (Inglaterra, Holanda, Alemanha). A rede internacional existe desde 2010: *Sustainability Transitions Research Network*. Eles realizam uma conferência anual *International Sustainability Transitions Conference* e publicam a revista *Environmental Innovation and Societal Transitions*. Mais detalhes no site da rede. Disponível em: <<https://transitionsnetwork.org>>. Acesso em : 3 nov 2017.

mudança. O autor faz a reflexão etimológica do termo resgatando seu sentido em latim clássico ‘*Trans-ire*’, que quer dizer “ir além”. Dessa forma, a transição é um processo que se pensa para além do presente. De acordo com o autor, a transição teria uma característica intrínseca de desejo por ser caracterizada por um “investimento mental e afetivo” (CHABOT, 2015, p. 11).

Para o filósofo, a palavra transição parece captar o “espírito da época”, que para ele se situa em um momento em que a sociedade passa por diversas transformações (sociais, econômicas, ecológicas, tecnológicas) e mostra uma necessidade imperativa de mudanças, porém, mudanças desejadas e, portanto, de uma transição. Para Chabot, apesar da dificuldade do exercício, é importante nomear o processo em que vivemos. Ele defende a importância que têm as palavras para dar sentido às ações e para se dar conta da própria realidade. Para o autor de “Idade das transições”,

O paradoxo de nossa época é que ela experimenta transformações radicais, mas não tem termos para designá-las. A aceleração do tempo, a afluência das inovações, a ruptura com hábitos seculares constituem a parte habitual. Mas, como tomada pela vertigem diante de tantas reviravoltas que afetam a própria biosfera, o período atual ignora como nomear esse turbilhão (CHABOT, 2015, p. 12, tradução própria).

Analisando os movimentos ditos de transição atuais, Pascal Chabot nos convida a pensar filosoficamente e pragmaticamente o termo “transição” e o que ele representa na sociedade atual. O autor identifica os movimentos de transição emergentes como fenômeno nebuloso, onde se apresenta, de forma positiva, “uma mistura de esperança e de pragmatismo, como se os utopistas contemporâneos tivessem compreendido que é no concreto que é necessário desenhar o futuro” (CHABOT, 2015, p. 19). Esses novos movimentos sociais, diferentemente dos movimentos sociais dos séculos XIX e XX, que tinham como palavra de ordem a revolução, procuram pensar o além do presente (o *trans-ire*) através da transição. Construir o futuro com mudanças desejadas, sem rupturas radicais como se espera de uma revolução. De forma concreta, sublinha Chabot (2015, p.27) em sua análise, os adeptos da transição emergente não rompem radicalmente com o sistema, mesmo porque eles vivem no interior desse sistema, mas “a adesão aos mantras que insistem em uma sociedade fundada no consumo, na concorrência e na eficiência não é algo evidente”.

Os atores da transição que se organizam são caracterizados, para Chabot, por uma nova geração de cidadãos que tendo acesso a um conforto social e econômico, um acesso desde criança a objetos eletrônicos conectados. Chabot ilustra essa geração através do personagem “Petite Poucette” (que também é o título do livro) do filósofo Michel Serres

(2013), onde ele desenvolve o conceito de uma nova geração com uma relação inédita com o mundo, pois eles cresceram com uma relação familiar com o universo das novas tecnologias, sobretudo informática e as novas formas de comunicação. Para comunicar e se conectar com o mundo eles utilizam o dedo (por isso o termo “*petite poucette*”, que literalmente poderia ser traduzido por “pequeno dedinho”).

Utilizando a imaginação, Chabot descreve o possível percurso individual que leva a um processo de tomada de consciência do mundo real da geração atual. Ele utiliza a personagem fictícia “*Petite Poucette*” para desenhar o retrato dessa geração, que usufrui do conforto do progresso (sobretudo na Europa e nas classes favorecidas dos países desenvolvidos ou em desenvolvimento) e que, ao mesmo tempo, é uma geração desejosa de transição. A forma como *Petite Poucette* toma consciência do que está por trás de todo esse progresso e conforto no qual ela está inserida é um processo de abertura ao mundo, de dúvida e de questionamentos e, assim, de descobertas das contradições latentes do mundo atual. Elementos propícios para entrar em um processo de transição. Transição que, para Chabot (2015, p. 29), se define como um processo que:

Sem colocar tudo em questão nem querer deixar esse mundo complexo, se pode formular outros pensamentos, mais reflexivos e prospectivos. A realidade se mostra equívoca, quando as achávamos clara. A situação se torna ambígua, quando se acreditava dominá-la. Toda transição começa por uma oscilação das convicções ordinárias. A ordem dominante balbucia, as críticas se tornam eloquentes, outras fórmulas são examinadas (Tradução própria).

Assim, a revelação do mundo de *Petite Poucette* (para além do mundo que ela conhece e experimenta) - e portanto seu processo de transição -, segue o seguinte esquema, de acordo com Chabot (2015, p. 29-32): *Petite Poucette* cresce em um mundo confortável (Europa), leva uma vida decente, com acesso ao consumo, sem se questionar sobre a origem de todos esses produtos, de seu modo de produção e os impactos que eles podem exercer sobre a natureza e na vida das pessoas que produzem. *Petite Poucette* se torna adulta e mora sozinha. Certo dia, ela contemplava seu novo Iphone, encomendado pela Amazon, ela come uma salada de milho de frente a televisão, no seu sofá Ikea. “Ela se sente feliz, e tudo parece maravilhoso no melhor dos mundos. O progresso cumpriu suas promessas”.

Mas imaginemos que um Malandro Gênio [da lâmpada] vem perturbar sua noite instalando a dúvida no seu espírito sereno. Com o apoio de dados [concretos] ele ataca primeiro o mito Ikea, descrevendo as condições de trabalho nesses templos da vida em kit. Em seguida, ele evoca as antigas florestas substituídas por monoculturas de árvores de bordos frágeis que faz o bosque parecer com corredores de supermercado. *Petite Poucette* ignora seu ceticismo, pois ela decidiu passar uma

boa noite. Mas o Gênio Malandro ataca o telefone que ela tem entre as mãos. Depois de ironizar sobre a inventividade e os sorrisos de Steve Jobs, ele invoca o milhão de operárias que, na China, em Shenzhen, onze horas por dia e seis horas por semana, montam aparelhos Apple em galpões ensurdecedores por pouco dinheiro por mês, sem proteção sindical. *Petite Poucette* o escuta (Tradução própria).

O Gênio continua dando dados das condições de trabalho em várias usinas e chama a sua atenção, convidando-a a imaginar o trabalho nos galpões de *Amazon*, onde homens trabalham como robôs (e comandados por máquinas) para atingir metas insanas, sem as quais seus contratos não poderão ser renovados.¹³⁴ O Gênio continua seu trabalho de revelação da “caixa preta” do mundo, se referindo ao milho que ela estava comendo. Ele abre seus olhos para a realidade dos produtos Monsanto, que tem como objetivo a utilização de OGM¹³⁵ e com isso destrói economicamente os pequenos produtores agrícolas. Para completar, o Gênio fala sobre casos de jornalistas presos por denunciar o que tem por trás do gás que vem da Rússia (e que ela usa para esquentar seu apartamento). Enfim, o Gênio termina por explicar algumas noções de base sobre climatologia e aquecimento do planeta, mostrando que com esse fenômeno o mundo de amanhã será muito mais duro.

Todas essas informações não deixam *Petite Poucette* indiferente. A partir de então ela não será a mesma. “A dúvida será doravante sistêmica. *Petite Poucette* sabe que ela também é uma ogra, participando da deterioração do mundo” (CHABOT, 2015, p. 31). Ela começa a perceber o que existe por trás do seu conforto e a enxergar as contradições do mundo. Diante dessa realidade, apesar de continuar a utilizar os instrumentos numéricos conectados e de usufruir do mesmo conforto que antes, ela terá consciência do mundo que a rodeia e passará a viver uma vida inquieta e dividida “entre adesão e rejeição, desejo e repulsa”. Um processo de transição nasce da vontade de imaginar um futuro melhor. E,

É por isso que ela irá aumentar as fileiras, já numerosas, dos que, na periferia do sistema, tratam suas ambiguidades desenhando futuros menos difíceis a portar. Aí está ela em transição. Ela conserva os instrumentos numéricos pelos quais ela deve sua reputação de *Petite Poucette*, mas acha também que é indecente que esse conforto seja pago com exploração. A postura não é fácil. A transição é, sobretudo, a contradição assumida, na qual se junta a vontade de atenuar a violência (CHABOT, 2015, p. 32, Tradução própria).

Na perspectiva de Pascal Chabot, centrada em uma análise filosófica, a transição é um movimento que parte de um processo reflexivo sobre a sociedade atual e os rumos que ela potencialmente pode enveredar, com menos injustiças sociais e ambientais, mais equilíbrio.

¹³⁴ O autor evoca o livro sobre as condições de trabalho na empresa Amanson : J.-B. Malet, *En Amazonie. Infiltré dans le « meilleur des mondes »*. Ed. Fayadr, Paris, 2013.

¹³⁵ Organismos geneticamente modificados.

Porém, sem uma real ruptura com o modelo vigente, que ele chama de tecnocapitalismo, que se define como um sistema baseado na maximização, ou seja, no desejo desenfreado de maximização do crescimento, da diversão, de necessidades, de rendimento. Para Chabot, a transição seria uma nova forma de pensar o progresso, como um progresso sutil, mais humano, em oposição ao progresso utilitarista que se desenvolveu no capitalismo.

A concretização da transição de *Petite Poucette* será os pequenos engajamentos progressivos que ela começará a realizar para transformar o mundo em um lugar menos violento e, de acordo com seus meios e em sua pequena escala, mais harmônico, mais respeitoso da natureza e mais igualitário. Ela começará a ter mais cuidado com os produtos que ela compra (origem, condições de trabalho da empresa, impacto ambiental), passará a se interessar por movimentos sociais e/ou ecológicos localmente, enfim, entra em um processo de transição do seu modo de vida.

Outra perspectiva da transição, mais sociológica, encontra-se na obra *Pour en finir avec ce vieux monde: les chemins de la transition* (Para acabar com esse velho mundo: os caminhos da transição), coordenada por Thomas Coutrot, David Flacher e Dominique Meda (2011), onde, através de diversas contribuições de diferentes disciplinas, discute-se a transição como uma ruptura com o modelo de sociedade de desenvolvimento e, como consequência, ruptura com o capitalismo. Desde a introdução (escrita pelos três organizadores), os autores sinalizam uma tríplice crise na qual vivem as sociedades ocidentais atuais: crise econômica, causada pelo capitalismo financeiro; crise ecológica, agravada pela sociedade de consumo; e, por fim, uma crise de sentido, tendo como fator central a expansão das ideologias liberais e economicistas como modelo de sociedade “pretendendo reduzir os comportamentos humanos à maximização do interesse pessoal e a sociedade a uma coleção de indivíduos” (COUTROT; FLACHER; MEDA, 2011, p. 7). Essa crise tríplice estaria intrinsecamente ligada ao modelo de desenvolvimento. Para os autores, as chaves da transição estão na construção de um mundo mais sustentável.

Eles analisam o trabalho como uma questão central nesse processo de transição, pois é esse um meio de emancipação humana. Nesta obra, através de reflexões políticas, sociológicas e econômicas, os autores propõem caminhos e perspectivas para construir outro modelo social, em total ruptura com o modelo de “capitalismo predador”. Assumindo certa dose de utopismo e criticando as vias reformistas do capitalismo que visam moralizá-lo ou regulá-lo, os autores defendem a necessidade de acreditar em uma sociedade mais humana e mais sustentável, a partir de novas bases. A obra aponta questões como: a crítica do crescimento ilimitado como única via de resolver os problemas sociais, propondo uma

sociedade sem crescimento; a necessidade de se construir novos indicadores de riqueza e de bem estar social; crítica à lógica produtivista.

Utopistas, todavia, nós pretendemos possível uma sociedade onde prevalecem os seres humanos, a qualidade dos seus laços e das suas vidas, a coesão das sociedades na qual eles vivem e a igualdade de suas condições, e não de fetiches como a taxa de lucro e a taxa de crescimento. Mas não utopistas ao ponto de negligenciar a questão chave das transições: nós desejamos também desenhar os caminhos que podem nos aproximar de um mundo sustentável (COUTROT; FLACHER; MEDA, 2011, p. 8, Tradução própria).

Na perspectiva das contribuições da obra acima citada, a transição para uma sociedade mais sustentável é necessariamente a construção de um novo modelo de desenvolvimento. “Para acabar com esse velho mundo”, é necessário virar a página do capitalismo e do mito do crescimento infinito (e mesmo do ideal de “crescimento verde”). As linhas gerais da obra preconizam caminhos para um pós-capitalismo onde as bases da sociedade devem ser recriadas e a natureza reconectada à esfera social.

Em uma das contribuições do livro acima citado, o economista Inglês Tim Jackson (p. 84-92) preconiza uma “prosperidade sem crescimento”¹³⁶, mesmo se essa ideia soa, segundo ele, como uma heresia para a maioria dos economistas. Ele critica a visão economicista que reina na sociedade capitalista e coloca em questão o PIB (Produto Interno Bruto) como indicador de riqueza e de prosperidade de um país. Para ele esse indicador só aumenta a busca pelo crescimento econômico cada vez maior e pouco se preocupa com a melhoria das condições sociais no mundo, não levando em consideração a limitação dos recursos naturais e a depredação do meio ambiente (JACKSON, 2011, p. 86). Referindo-se à sede de crescimento infinito e ao consumo excessivo das sociedades ricas ocidentais, ele levanta os seguintes questionamentos, críticos e pertinentes para o pensamento da transição: “como é possível que nós ainda queremos mais se nós já temos tanto? Não seria melhor parar a procura permanente de crescimento nas economias mais avançadas e se concentrar, isso sim, em uma partilha mais equitativa dos recursos disponíveis?” (JACKSON, 2011, p. 86).

Sem se pronunciar explicitamente por um modelo de decrescimento, Tim Jackson se posiciona claramente contra o modelo de economia baseada no crescimento e dependente do crescimento para ter um equilíbrio, porém sempre ameaçados pela possibilidade de recessão, como houve vários exemplos na história recente. Ele aponta a necessidade de se questionar sobre o crescimento econômico e enfatiza que “o mito do crescimento nos enganou” e

¹³⁶ O artigo apresenta trechos da obra ‘Prosperidade sem crescimento’, publicada em 2010 (Ed. De Boeck/Etopia, Bruxelas/Belgica).

continua enganando populações inteiras que vivem precariamente nas periferias do mundo. O mito do crescimento também enganou e degradou o meio ambiente. Apesar das evidências, “a ideia de uma economia que não cresce seja talvez uma heresia para um economista” (JACKSON, 2011, p. 90). Por outro lado, sublinha o autor, “a ideia de uma economia em crescimento contínuo é uma heresia para um ecologista” (JACKSON, 2011, p. 90). Ele ainda acrescenta que:

Em termos físicos, nenhum subsistema de um sistema finito não pode crescer indefinidamente. Os economistas devem ser capazes de responder à questão de saber como um sistema econômico em crescimento permanente pode ter lugar dentro de um sistema ecológico finito (JACKSON, 2011, p. 90, Tradução própria).

Em total sintonia com as ideias e com o diagnóstico do movimento da transição (mesmo sem se reivindicar do mesmo), o autor traça um painel da sociedade atual onde a necessidade de mudança é urgente, advogando uma governança voltada para uma “prosperidade sustentável” (JACKSON, 2011, p. 92). Para ele, a prosperidade tem que ser pensada como algo que ultrapassa as questões econômicas e materiais, devendo ser associada à qualidade de vida, à saúde, à felicidade, a uma vida em sociedade plena e participativa. Com um discurso muito próximo do que identifica os novos movimentos ambientalistas de transição, Jackson (2011, p.91) identifica os problemas e as possíveis pistas de caminho a seguir:

A incomfortável realidade é que nós estamos confrontados ao fim iminente da era do petróleo barato, à perspectiva de um aumento regular dos preços das matérias primas, à degradação do ar, da água e dos solos, a conflitos em torno da atribuição de terras, dos recursos e da água, das florestas e dos estoques de peixe, assim como ao desafio considerável de estabilizar o clima mundial. E nós estamos confrontados a essas tarefas enquanto que nossa economia está fundamentalmente despedaçada e que ela precisa desesperadamente de renovação.[...] A prosperidade para um pequeno número, fundada na destruição ecológica e na injustiça social persistente, não pode constituir o fundamento de uma sociedade civilizada. A retomada econômica é vital. A proteção dos empregos existentes – e criação de novos empregos – é absolutamente essencial. Mas é também urgentemente necessário de encontrar um sentido renovado: um engajamento mais profundo para a justiça em um mundo finito (Tradução própria).

Outra importante análise que pode alimentar a reflexão sobre a transição é a obra *La Voie: pour l'avenir de l'humanité* (A via: para o futuro da humanidade), de Edgar Morin (2011), que nos convida a pensar o mundo a partir de suas complexidades, complementaridades e interdependências. Sem se referir ao termo transição em si, ele faz um diagnóstico realista e profundo da sociedade planetária e esmiúça uma realidade de “crises

múltiplas” (política, econômica, social, demográfica, urbana, religiosa) e de uma crise civilizacional (da sociedade ocidental), que de acordo com o autor se desenvolveu a partir do advento da globalização¹³⁷ e da sua consequência que é a “unificação tecno-econômica do planeta” (p. 18). Para o autor, essa multiplicidade de crises (que são interdependentes entre elas) foi provocada pelo caráter ao mesmo tempo “*uno* e triplo” da mundialização, que é: “globalização, ocidentalização e desenvolvimento”.

Da mesma forma que os autores e as obras acima evocados (sobre a sociedade de transição), Edgar Morin parte das mesmas constatações e críticas para elaborar seus argumentos sobre a necessidade de um novo caminho a seguir, uma nova via: mito de um progresso infinito, crise ambiental (e climática) causada por um modo de vida que tem como centro a economia e o crescimento, ascensão de um capitalismo financeiro excessivo e devastador da economia real, ocidentalização do mundo. As vias propostas para uma reforma e transformação do mundo passam - como para os outros autores acima citados -, por uma transformação do modo de vida e a construção de novas bases sociais mais conectadas com a natureza e com a vida local, mas ao mesmo tempo construindo uma “sociedade-mundo” e fundando as bases para criar uma “consciência de uma comunidade e destino indispensável para que essa sociedade venha a ser Terra-Pátria” (MORIN, 2015, p. 19).

As críticas da sociedade de desenvolvimento e o crescimento infinito estão presentes desde o início da obra de Morin¹³⁸ e elas servem de bússola para abrir as vias de um futuro mais humanista e mais solidário. Entre as pistas de reflexão sobre a perspectiva de um futuro mais desejável, o autor sublinha a necessidade de paralelamente se desenvolver uma “consciência planetária” e uma consciência local. Morin preconiza que é preciso continuar com o que há de melhor no processo de mundialização (direitos humanos, direitos femininos, democracia) e ao mesmo tempo “desmundializar” o que retira a autonomia dos países. A “desmundialização” é importante para estabilizar as economias locais, relocando o consumo, o trabalho, a agricultura. Esse processo reforçaria a democracia, a soberania alimentar, enfim, a resiliência dos países em caso de catástrofes maiores.

Diante da crise sistêmica, “a via”, ou as vias a serem percorridas para se construir uma nova via para a humanidade, de acordo com Morin, passa por um conjunto de reformas do modo de vida e da forma de organização da vida em todas as suas esferas, colocando em

¹³⁷ Definida por Morin como o estado atual da mundialização (que começou no século XV, com a conquista das Américas pelos europeus) e que é caracterizada pela queda do socialismo, da expansão do capitalismo e do liberalismo, juntamente com a expansão das tecnologias de comunicação.

¹³⁸ O diagnóstico feito por Morin das consequências do desenvolvimento se aproxima das análises já evocadas e dos principais pontos que foram enunciados no capítulo I desta tese.

questão o que se estabeleceu nos últimos séculos nas sociedades ocidentais. Nessa perspectiva de transformação social, o autor prefere falar de um processo de “metamorfose”, em vez da ideia de revolução (ou de transição). A metáfora da metamorfose da lagarta que se transforma em borboleta é para Morin um exemplo de que, apesar das adversidades, o improvável é possível. Entre a vida de lagarta e a transformação em borboleta há um processo de “que é ao mesmo tempo autodestruição e autoreconstrução em uma organização e uma forma diferente” (MORIN, 2011, p. 31). Assim, esse processo que Morin chama de metamorfose, se analisado com fineza, se aproxima da definição que Chabot (2015) faz do processo de transição de *Petite Poucette*, em sua dinâmica de tomada de consciência do mundo em que vive.

No caso do exemplo da lagarta, analisado metaforicamente por Morin (2011, p.32), “quando a crisálide se rompe, ela se transforma em borboleta que, continuando a ser o mesmo ser, se transformou em outro. A identidade é mantida e transformada na alteridade”. Na análise de Chabot, esse processo de metamorfose (ou de transição, como o autor prefere) é explicitado pela metáfora do gênio da lâmpada, trazendo da mesma forma que para a lagarta um processo de transição onde a identidade é mantida, mas nasce uma nova consciência a partir de novas percepções da vida.

Morin (2011, p. 32-33) acredita que é no processo de metamorfose que se “regeneram as capacidades criativas”. Para ele,

A noção de metamorfose é mais rica que a de revolução. Ela conserva a radicalidade inovadora, mas a liga à conservação (da vida, das culturas, dos legados de pensamentos e da sabedoria da humanidade). Não se pode prever nem as modalidades nem as formas: toda mudança de escala leva a um surgimento criativo. Da mesma forma que a sociedade histórica, criadora da cidade, do Estado, das classes sociais, da escritura, da divindade cósmica, de monumentos grandiosos, das artes, era inconcebível para os humanos das sociedades arcaicas de caçadores-colhedores, igualmente nós não podemos conceber ainda a aparência da sociedade-mundo que se geraria da metamorfose (Tradução própria).

Assim, para Morin, mudar de via é ir em direção a um processo de metamorfose. Esse processo já está em andamento, mesmo que de forma embrionária, invisível e marginal, defende o autor. Da mesma forma que os autores da obra acima citada “os caminhos da transição” (COUTROT; FLACHER; MEDA, 2011), Morin sublinha que é possível identificar diversas iniciativas alternativas, nas diferentes partes do mundo, que caminham para um mundo diferente do existente e resistem ao modelo hegemônico, elas só precisam ser conhecidas e conectadas entre si. Nessa perspectiva, o autor enfatiza que,

Já existe, em todos os continentes, em todas as nações, efervescências criativas, uma miríade de iniciativas locais no sentido da regeneração econômica, ou social, ou

política, ou cognitiva, ou educacional, ou ética, ou existencial. Mas tudo isso que deveria estar ligado está disperso, separado, compartimentado. Essas iniciativas não se conhecem entre si, as administrações não as contabilizam, nenhum partido busca conhecê-las. Mas elas são os viveiros do futuro. Trata-se de reconhecê-las, de recensê-las, de as agregá-las, catalogá-las afim de abrir uma pluralidade de caminhos reformadores. São essas múltiplas vias que poderão, se desenvolvendo conjuntamente, se conjugar para formar a nova Via, a qual desagregará a via que nós vivemos e nos dirigirá para a ainda invisível e inconcebível Metamorfose (MORIN, 2011, p. 34, Tradução própria).

A propósito da ideia/conceito de metamorfose de Morin e do conceito de Transição (tal qual vem se afirmando e se estabelecendo nos discursos dos movimentos sociais ecológicos e mesmo nos discursos políticos, na França), em uma entrevista dada ao jornal “Le figaro”, em agosto de 2014, o filósofo francês Patrick Viveret (2014) fez uma comparação entre os dois termos e critica o aspecto “insuficiente e impreciso” do termo “transição”, apesar do dinamismo que o termo suscita etimologicamente (*transire*, ir além). Nessa entrevista, ao responder ao jornalista sobre se o termo “transição” seria “um conceito ao mesmo tempo reformista e não suficientemente revolucionário”, Viveret traz para o debate sobre a transição o termo “metamorfose” e defende a força deste último para dar conta das transformações atuais, pelo seu caráter explícito de transformação radical. Para Viveret:

Le mot «transition» est en effet moins fort que d’autres, c’est un concept intermédiaire. Le terme le plus en accord avec l’ampleur des transformations actuelles est celui de «métamorphose» utilisé par Edgar Morin. Il sous-tend une mutation radicale qu’il faut absolument intégrer dans le processus de transition.¹³⁹

Ainda nessa mesma perspectiva de evidenciação de mudanças estruturais em curso na sociedade e na sinalização de alerta sobre a necessidade de se intensificar essas mudanças o mais rápido possível (devido à urgência climática que se impõe), na busca por adentrar em uma nova era societal, o filósofo e antropólogo francês Bruno Latour (2015) traz uma análise rica e profunda do que ele chama de “novo regime climático”. Em um livro que reagrupa uma série de oito conferências sobre a crise ecológica, dedicado à questão de “Gaia” (intitulado: “Face à Gaia: oito conferências sobre o novo regime climático”), o autor destaca a necessidade de se abandonar a distinção entre cultura e natureza. De acordo com o autor, a diferenciação entre natureza e cultura foi uma forma de despolitizar a natureza e utilizá-la de forma instrumental. O conceito de natureza (e a ruptura do homem com ela, assim como a superioridade do homem) seria uma invenção histórica, criada entre os séculos XVI e XVII,

¹³⁹A palavra « transição » é de fato menos forte que outras, é um conceito intermediário. O termo com mais consonância com a amplitude das transformações atuais é o de « metamorfose » utilizado por Edgar Morin. Ele inspira uma mutação radical que é preciso integrar absolutamente no processo de transição (Tradução própria).

com uma ligação direta com a descoberta das Américas. Latour afirma, em uma entrevista dada para a revista online Reporterre¹⁴⁰, que a noção de natureza “foi inventada para despolitizar as relações entre humanos e os objetos a serem utilizados como recursos”.

Diante da realidade de politização da questão ecológica (tendo a terra como sujeito das ações políticas), uma nova relação entre cultura e natureza deve ser estabelecida, e de forma politizada. Somente repolitizando a terra se pode mobilizar uma ação política forte diante do desafio do aquecimento global. Essa repolitização passa por uma reconsideração do próprio sentimento de pertença do mundo e de relação com ele, onde os homens não se consideram mais mestres e dominadores do mundo, mas um elemento a mais que o compõe. Para definir essa nova realidade, mais politizada e integradora, Latour faz apelo ao termo Gaia. Gaia seria a natureza politizada e englobante de seus habitantes, o sistema Terra. Gaia, porém, tal qual a Deusa Mãe da mitologia grega, tem vida própria e constitui uma forma de poder soberano, ela modifica o político, para o autor. De acordo com Latour, ainda na entrevista dada à revista Reporterre¹⁴¹, “a política está agora sob a coerção de uma forma de poder que eu, eu a chamo Gaia, e que dá outra ocasião de definir a política. Não é uma política de seres humanos entre eles. É outra política.”

A figura de Gaia é um personagem da mitologia grega, reinterpretado cientificamente pelo cientista James Lovelock¹⁴², no qual Latour se inspira e desenvolve uma reflexão política, sociológica e antropológica. Assim, para Lovelock, Gaia seria um dos nomes que podemos dar ao sistema terra, esse sistema composto por organismos vivos interdependentes e responsáveis pela manutenção da vida de todos os habitantes da terra. Gaia, entre as várias formas e possibilidades de definição, seria o equilíbrio frágil que permite a vida no planeta terra, através do papel que exerce cada “Terrestre”¹⁴³ na estabilidade desse espaço comum. Não obstante, Gaia não é um sistema unificado e homogêneo, mas um “conjunto de agentes articulados” (LATOURE, 2015, p. 339). O autor recusa o termo de Totalidade, da mesma forma que a distinção Natureza/Cultura. Gaia é um sujeito plural, por suas diversas possibilidades de definição e seus numerosos adjetivos possíveis e seu caráter múltiplo.

Apesar da vontade de considerar o que Latour (2015) chama de Gaia como uma nova forma de denominar a natureza, em sua nova forma, dentro de um contexto que ele identifica como um novo regime climático, que se insere dentro de uma nova era geológica, o

¹⁴⁰ Disponível em : <<https://reporterre.net/Bruno-Latour-Defendre-la-nature-on-baille-Defendre-les-territoires-on-se-bouge>>. Acesso em : 25 de novembro 2017.

¹⁴¹ Citado acima.

¹⁴² Lovelock é um cientista inglês (inicialmente químico), ecólogo e ambientalista. Ele desenvolveu o conceito de Gaia nos anos 1970.

¹⁴³ Latour prefere nomear os habitantes de Gaia, sendo eles todos os organismos vivos e entre eles os humanos.

antropoceno, o autor enfatiza que não se trata da natureza. A natureza envolveria tudo que não é humano, nem subjetivo, em todas as partes do universo. Enquanto Gaia se situa no planeta terra e em um momento histórico preciso: o atual.

A une époque antérieure, quando nous mentionnions la présence d'un "phénomène naturel", dès que l'on franchissait le seuil invisible de la société, de la culture et de la subjectivité, c'est comme si tout le reste, des entrailles de notre corps au Big Bang, du sol sous nos pieds aux étendues infinies des galaxies, était fait de la *même matière*, appartenait au même domaine et obéissait aux mêmes lois intangibles. Mais Gaïa n'est pas la Nature. Gaïa ce sont les avatars localisés, historiques et profanes de la Nature¹⁴⁴; ou plutôt, la Nature apparaît rétrospectivement comme l'extension épistémologique, politisée, (contre-)religieuse et légendaire de Gaïa. De là cette surprenante inversion qui débouche sur le désarroi complet des Modernes. Si la Nature avait pu nous procurer l'espérance d'unifier et de pacifier la politique, ou, du moins, d'offrir un arrière-plan solide aux aléas de l'histoire humaine, ce n'est pas le cas avec Gaïa. Elles ne promettent pas la paix et n'assurent aucun décor stable (2015, p.358-359).¹⁴⁵

Assim, para Latour, a hipótese de Gaia¹⁴⁶ se situa na época atual em que vivemos, do Antropoceno ou, como o autor identifica em sua obra, como a época do "Novo Regime Climático", que sucede "em termos geológicos o Holoceno e em termo histórico, a Modernidade. A noção de Antropoceno¹⁴⁷ é central nas obras recentes de Latour. Ele segue a linha de análise que acredita nos dados científicos divulgados pelo IPCC em que as transformações geográficas ocorridas nos dois últimos séculos - causadas pela atividade humana - levou a humanidade para uma nova era geológica, de caráter irreversível. A propósito do Antropoceno, os historiadores franceses Bonneuil; Fressoz (2013, p. 10) enfatizam (em uma obra que apareceu pouco antes da publicação de Latour sobre Gaia e o Antropoceno e que Latour compartilha o diagnóstico e análise) que "o que está acontecendo não é uma crise ambiental, é uma revolução geológica de origem humana". Tanto para

¹⁴⁴ O autor insere uma nota nesse momento, justificando que ele utiliza 'o plural para sublinhar o caráter múltiplo desse ator'. De fato, durante todo o texto o autor usa em momentos o singular e em outros o plural para se referir à Gaia.

¹⁴⁵ Em uma época anterior, quando mencionávamos a presença de um « fenômeno natural », desde que nós de passávamos o limite invisível da sociedade, da cultura e da subjetividade, é como se todo resto, das entralhas de nosso corpo ao Big Bang, do chão sob nossos pés ao infinito das galáxias, fosse feito da *mesma matéria*, pertencia ao mesmo setor e obedecesse às mesmas leis intangíveis. Mas Gaïa não é a Natureza. Gaia são avatares localizados, históricos e profanos da Natureza; ou melhor, a Natureza retrospectivamente como epistemológica, politizada, (contra-) religiosa e legendária de Gaia. Daí essa surpreendente inversão que gera o desespero completo de Modernos. Se a Natureza pôde nos dar a esperança de unificar e pacificar a política, ou, pelo menos, de oferecer uma base sólida às variações da história humana, não é caso com Gaia. Elas não prometem a paz e não asseguram nenhum cenário estável (Tradução própria).

¹⁴⁶ Sobre essa temática, várias conferências do autor se encontram disponível na internet. Em 2015, o autor proferiu uma interessante palestra no Museu do Quai Branly, em Paris, intitulada « L'anthropocène : nouvelle époque géologique marquée par l'action humaine » onde ele aprofunda a noção de antropoceno e articula com suas pesquisas sobre Gaia. Conferência disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=ctP6kYHKPU4>>, consultada em 02 dezembro 2017>.

¹⁴⁷ Mais detalhes sobre a teoria do antropoceno no capítulo I desta tese.

Latour (2015), assim como para Bonneuil; Fressoz (2013), diante da nova situação que nos remete “o evento Antropoceno”, é preciso criar novas formas de viver, de agir, de pensar.

Para Latour, a situação deve ser vista com a gravidade que ela se apresenta. Ele sublinha que nós estamos vivendo um momento trágico de colapso (ou apocalíptico¹⁴⁸, como o autor prefere falar) ecológico e social. Trata-se de um momento de fim de um modo de vida. O autor é categórico sobre a necessidade de tomada de consciência sobre a gravidade da situação e da urgência de agir em direção de uma construção de um novo modo de vida e de reconsiderar a ideia de progresso.

Latour chama atenção para o imobilismo e inércia diante da gravidade dos eventos e do estado do planeta. Ele utiliza uma frase do presidente francês Jacques Chirac, em uma das conferências das partes (COP) que comparava o estado do planeta a uma casa em chamas e que os moradores da casa não reagem. O autor questiona sobre a insensibilidade que reina sobre as questões ecológicas, apesar dos diversos alertas e estudos divulgados nos últimos quarenta anos (minimamente). A propósito desta inércia e insensibilidade, Latour (2015, p. 248) levanta algumas questões fundamentais para a análise do momento em que vivemos:

Pourquoi les questions écologiques ne paraissent pas concerner *directement* notre identité, notre sécurité et nos propriétés? Pourquoi ne sommes-nous pas dans une situation normale, banale, mondiale, ordinaire? Ne venez pas me dire que c’est l’importance de la menace ou la distance d’avec nos préoccupations quotidiennes qui font la différence. Nous réagissons en bloc au moindre attentat terroriste, mais qui nous soyons l’agent de la sixième extinction des espèces terrestre n’évoque qu’un bûillement désabusé.[...]à d’autres époques, nous avons été capables de partager les souffrances de parfaits étrangers infiniment éloignés de nous, que ce soit par “solidarité prolétarienne”, au nom de la “communion des saints” ou, tout simplement, par humanisme. [...]tout se passe comme si nous avions *décidé de rester insensibles* aux réactions d’un certain type d’être – ceux qui sont liés, en gros, à l’étrange figure de la matière. Autrement dit, ce qu’il faut comprendre, c’est pourquoi nous ne sommes pas de vrais matérialiste.¹⁴⁹

¹⁴⁸Para Latour, o apocalipse é o sentimento de um colapso que se pronuncia. Trata-se do fim, não do mundo, mas de um modo de vida e de um modo de desenvolvimento. Para o autor, para agir é preciso primeiramente ter consciência da gravidade do problema.

¹⁴⁹Porque as questões ecológicas não parecem afetar *diretamente* nossa identidade, nossa segurança e nossas propriedades? Porque não estamos em uma situação normal, banal, mundana, ordinária? Não venha me dizer que é a importância da ameaça ou a distância com nossas preocupações cotidianas que fazem a diferença. Nós reagimos em bloco ao mínimo atentado terrorista, mas que nós sejamos o agente da sexta extinção das espécies terrestres só evoca um bocejo desabusado. [...]em outras épocas, nós fomos capazes de compartilhar os sofrimentos de perfeitos estrangeiros infinitamente distantes de nós, que seja através da “solidariedade proletariana”, em nome da “comunhão dos santos” ou, simplesmente, por humanismo. [...]tudo se passa como se nós tivéssemos *décido ficar insensíveis* às reações de um certo tipo de ser – os que são ligados, *grosso modo*, a estranha figura da matéria. Dito de outra forma, o que é preciso compreender, é porque nós não somos verdadeiros materialistas (Tradução própria).

Latour não utiliza precisamente o termo “transição” em suas análises sobre as transformações ecológicas, sociais e climáticas, porém, o termo que ele utiliza “mutação ecológica” (2015, p. 241-356), pode ser considerado como sinônimo. De fato, fazendo referência ao momento em que vivemos, sua concepção de “mutação ecológica” se aproxima da noção que aqui apresentamos como “transição ecológica e social” (através de diversos autores e igualmente dos discursos do movimento estudado). Ela trata da mesma problemática de fundo: as mudanças climáticas, suas origens, seus desafios e as transformações sociais que estão sendo engendradas a partir dessa nova realidade ecológica, política e social.

Seguindo a mesma linha de análise de Bruno Latour, o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro e a filósofa Déborah Danowski trabalham as questões do Antropoceno, mudanças climáticas e de Gaia em uma perspectiva um pouco mais apocalíptica de fim de mundo, na obra “Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins” (DANOWSKI; CASTRO, 2014). Os autores enfatizam a urgência da questão climática e os riscos para a humanidade, se não houver uma mudança no modo de vida e uma tomada de consciência sobre a fatalidade que nos levou ao modo de vida capitalista, destruindo a natureza e se afastando dela. Neste ensaio, a realidade é tratada de forma crua e os autores alertam para a importância do que os especialistas têm dado como diagnóstico do planeta e ao mesmo tempo a inércia que essas questões têm suscitado, apesar da gravidade. Seria uma espécie de “paralisia cognitiva”,

Uma coisa é saber que a Terra e mesmo todo o Universo vão desaparecer daqui a bilhões de anos, ou que, bem antes disso mas em um futuro ainda indeterminado, a espécie humana vai se extinguir (...); outra coisa, bem diferente, é imaginar a situação que o conhecimento científico atual coloca no campo das possibilidades iminentes: a de que as próximas gerações (as gerações próximas) tenham de sobreviver em um meio empobrecido e sórdido, um deserto ecológico e um inferno sociológico. Uma coisa, em outras palavras, é saber teoricamente que vamos morrer; outra é receber de nosso médico a notícia de que estamos com uma doença gravíssima, com provas radiológicas e outras à mão” (DANOWSKI; CASTRO, 2014, p. 29).

Ainda na perspectiva crítica do evento do Antropoceno, o sociólogo e historiador da arte, brasileiro, Luiz Marques, tem se dedicado nos últimos anos ao estudo das questões ambientais e publicou um livro, em 2015, intitulado “Capitalismo e colapso ambiental”. Nesta obra, o autor faz uma ligação explícita dos impactos da sociedade capitalista com a crise ambiental. Ele alerta para o fato de que diversas crises ambientais mostram que já atingimos um ponto de não retorno e que é preciso agir de forma urgente no sentido de “minorar os impactos destrutivos das convergentes crises ambientais em curso” (MARQUES, 2015, p.

48). Mesmo se, de acordo com Marques, o que define o momento presente “é a corrida contra o relógio, uma corrida que, indubitavelmente, estamos perdendo” (2015, p. 48).

O autor é categórico em sua crítica do capitalismo e assume como tese central na sua obra o postulado de que: “o capitalismo é insustentável em termos ambientais e a esperança de torná-lo sustentável pode ser considerada como a mais extraviadora ilusão do pensamento político, social e econômico contemporâneo” (MARQUES, 2015, p. 50). Ele vai ainda mais longe ao afirmar que diante de um modelo social tão destrutivo ambientalmente, o homem acabará por não ter mais condições de vida na biosfera e dessa forma, “a sociedade futura será pós-capitalista ou não será uma sociedade complexa, e mesmo talvez, deve-se temer, sociedade alguma” (MARQUES, 2015, p. 51).

Apesar do tom inicialmente pessimista, pois o panorama que ele explicita é de um colapso ambiental iminente, Marques (2015) coloca em evidência a necessidade de agir (e de forma urgente) para se ter a esperança de continuar em um mundo minimamente habitável. Apesar do inevitável desaparecimento de diversas espécies (processo que já começou) e das transformações dos ecossistemas que têm causado um aumento das catástrofes naturais, ainda é possível “salvar o planeta”, se houver uma real tomada de consciência e políticas públicas eficazes que levem em consideração a urgência da situação. Para evitar o “colapso ambiental”, de acordo com o autor, é imprescindível superar o capitalismo, que por sua vez só poderá ser superado se eliminadas as ilusões que o rodeiam e o fortificam: crescimento e antropocentrismo.

Não é possível evitar o colapso ambiental se não formos capazes de superar o capitalismo, mas este não será superado se não se superarem as duas ilusões que o nutrem, naturalizam-no e mesmo o sacralizam: a ilusão de que o crescimento do excedente é ainda um bem para nossas sociedades e a ilusão antropocêntrica (MARQUES, 2015, p. 51).

O autor deixa claro em sua obra que não se trata somente de uma crise ambiental, mas de um “problema central e impreterível da humanidade” (MARQUES, 2015, p. 49), atingindo as diversas esferas da vida social. Problema que, para o autor, tem como primeiro passo, a necessidade de ser reconhecido enquanto tal para que possa articular formas de resolvê-lo. A ambição que o autor explicita através dessa obra é:

Contribuir para o reconhecimento do fato de que as crises ambientais contemporâneas, por sua envergadura, ubiquidade e aceleração, redefinem os temas e as prioridades na pauta dos debates socioeconômicos e políticos que polarizam hoje nossas sociedades (MARQUES, 2015, p. 49).

Marques não fala explicitamente em termos de “transição social e ecológica”, mas sua análise converge igualmente para uma aproximação da teoria e das práticas de transição social e ecológica, tal qual o movimento da transição, na Europa, vem construindo. Os diagnósticos e as fontes de informações são os mesmos, as constatações, similares. Vemos claramente na obra de Marques (2015) uma preocupação em ultrapassar o capitalismo e construir um novo modelo de sociedade. Nesse sentido, sua obra nos leva a perceber a importância de uma transição social e ecológica, na perspectiva de construção de uma sociedade pós-capitalista e ambientalmente sustentável, sem entrar na análise de como se construir essa sociedade, porém dando algumas pistas de reflexão na conclusão.¹⁵⁰ Vale salientar que, para o autor, uma sociedade ambientalmente responsável não é somente pós-capitalista, mas também pós-socialista, tendo em vista que as experiências de socialismo foram tão nefastas para o meio ambiente como as capitalistas (MARQUES, 2015, p. 53).

Sem fazer alusões a nenhum movimento ou teoria de transição social e ecológica, em uma palestra dada no Fórum “Capitalismo e Meio Ambiente, Crescimento Zero e Desenvolvimento sustentável¹⁵¹, realizado em 2017, na Unicamp/SP, o professor Luiz Marques apresenta dados científicos sobre os indicadores de “grandes acelerações” e o aumento preocupante de catástrofes naturais e de degradação do meio ambiente, tais quais: “recorde de intensidade do El niño”, “recorde da taxa de aquecimento do oceano desde 1990”, “recorde das taxas de elevação do nível do mar”, “aceleração da acidificação ocenânica”, “declínio abrupto dos recursos hídricos e aumento das secas” (comunicação oral). Através desses dados o autor mostra os limites da sociedade capitalista e ao mesmo tempo a evidência de “componentes que nos impulsionariam a uma transição brusca” da natureza. Essa transição ecológica brusca que o autor evoca nos leva a imaginar a necessidade de uma transição social e econômica, sem saber que formas essas transições poderão tomar.

Nessa perspectiva, os objetivos e as ambições dos movimentos da sociedade civil e dos teóricos da transição social e ecológica, assim como os demais autores que trabalham sobre a questão ambiental atual (seja na Europa, na América Latina, ou alhures), se cruzam e parecem convergir para a mesma questão: como construir uma sociedade baseada em parâmetros não capitalistas e, portanto, baseados no respeito dos limites da natureza e sem o objetivo de crescimento ilimitado e de acumulação exponencial? É nesse sentido de negação

¹⁵⁰ Digo isto sem cirtica, pois não era o objetivo do livro.

¹⁵¹ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=05UP-M6etmA>>. Acesso em : 10 jan 2018. Diversos vídeos com palestras, entrevistas, seminários em torno dessa obra do autor se encontra disponível na internet. Para mais informações sobre o livro: <<https://www.youtube.com/watch?v=Tj1TGICIGjLsou> <https://www.youtube.com/watch?v=P9opJcw2CtA>>. Acesso em : 10 jan 2018.

de um modelo atual que já mostrou seus limites e falhas (e mesmo sua periculosidade) que se desenha o movimento da transição, ou seja, da busca de passagem de um modelo social para outro. Porém, quais são as etapas necessárias para se alcançar esses objetivos, em outras palavras, como construir essa transição?

5.2 - Transição e Sociologia: Alguns Elementos da Sociologia da Transição

Apesar de ser uma área incipiente, a transição tem sido um objeto de análise sociológica, mais precisamente dentro da vertente da “sociologia ambiental”. Em 2015, a revista *Cahiers de Recherche Sociologique (CRS)*, da Universidade de Montréal (Canadá), dedicou um número da revista à questão da sociologia da transição ecológica. Intitulada “Pour une sociologie de la transition sociologique”, a revista reúne pesquisadores canadenses e franceses com o objetivo de refletir sobre essa questão emergente, que, de acordo com o organizador da obra, René Audet¹⁵² (2015a, p. 7), representa um desafio e uma oportunidade para a sociologia ambiental. Para Audet (2015a, p. 9-10), a problemática das mudanças climáticas traz novas questões para a sociologia ambiental e até um “paradigma ecológico”, tendo em vista que novas noções e realidades emergem, exigindo novos conceitos e análises, entre eles: adaptação, resiliência e vulnerabilidade.

Definindo o que seria a sociologia da transição ecológica e dando uma indicação dos caminhos percorridos pelos autores dos artigos reunidos nessa obra, Audet (2015a, p. 11) resume em seu capítulo introdutório que essa sociologia deve ser compreendida:

[...] comme l’occasion de réaffirmer la diversité du champ théorique de la sociologie de l’environnement, de relancer la recherche d’une réconciliation illusoire entre nature et culture et d’explorer les multiples phénomènes sociaux qui présagent de manière contradictoire et désordonnée de la société à venir. C’est l’occasion aussi de penser encore le rôle du sociologue dans le changement social et écologique.¹⁵³

O conjunto das análises é marcado por uma grande diversidade de influências teóricas e de campos sociológicos distintos e complementares, que o organizador da obra enumera como principais (p. 11): “o pensamento de Niklas Luhmann, a sociologia pragmática, a teoria

¹⁵² René Audet é professor de sociologia do meio ambiente e titular da cátedra « transição ecológica » da Universidade du Québec à Montréal (UQAM/Canadá).

¹⁵³[...] como uma ocasião de reafirmar a diversidade do campo teórico da sociologia do meio ambiente, de relançar a procura de uma reconciliação ilusória entre natureza e cultura e de explorar os múltiplos fenômenos sociais que pressageiam de maneira contraditória e desordenada a sociedade que está por vir. É também a ocasião de pensar o papel do sociólogo nas mudanças sociais e ecológicas.

da complexidade, as teorias dos movimentos sociais, a economia ecológica, a teoria da estruturação, etc.”.

As contribuições analisam teórica e empiricamente a dinâmica da transição ecológica, principalmente no Canadá e na França, mas trazem igualmente reflexões sobre o setor agroalimentar brasileiro (LAMINE, C.; BUI, S.; OLLIVIER, G., 2015) através da análise da implementação de mudanças de prática agrícola em direção a uma “ecologização” do processo de produção, em uma perspectiva de abordagem da transição “sóciotécnica” (inspirada na corrente de estudo *sustainability transitions*).

Em sua contribuição sobre o conceito de transição e o pensamento transicional na sociologia clássica e nas ciências sociais (não necessariamente transição ecológica, mas a noção de transição como transformação social), Mattern (2015, p. 15) evoca um “conceito central nos discursos prospectivistas e das políticas públicas desde mais ou menos quarenta anos”. Em sua análise, Mattern lança um olhar crítico sobre a noção de transição ecológica e uma visão que se veicula de forma “simplista” (sobretudo nos discursos institucionais) em que transparece a “possibilidade de um domínio técnico-científico do mundo”. Para ele, a palavra transição, tal qual ela vem sendo utilizada, principalmente nos discursos sobre ecologia (tecnocêntricos), trata-se de uma noção:

Même s’il est utilisé dans des perspectives parfois divergentes, le mot ‘transition’ renvoie presque toujours à l’idée que nous serions d’ores et déjà engagés dans un processus serein et consciemment assumé nous menant d’un stade de développement à un autre, en general vers une société qui serait tout à la fois de masse, technicienne et en harmonie avec la nature (MATTERN, 2015, p. 15).¹⁵⁴

Já para a socióloga canadense Corinne Gendron, em sua reflexão sobre a transição enquanto a perspectiva de uma “sociedade pós-ecológica”, para além dos discursos tecnicistas em torno da transição ecológica (transição energética, economia verde), existe um conjunto de outros discursos, movimentos e práticas que compõem igualmente a noção de transição ecológica, mas que se situam em uma perspectiva mais radical de transformação social, econômica e de modo de vida. Gendron (2015, p. 56) defende uma sociologia da transição ecológica (ancorada na sociologia do meio ambiente), que se interessa pelos “movimentos sociais que carregam a causa ecológica e agem como fatores de transformação”.

¹⁵⁴ Mesmo se ele é utilizado dentro de perspectivas as vezes divergentes, a palavra ‘transição’ remete quase sempre a ideia que nós estaríamos desde já engajados em um processo sereno e conscientemente assumido nos levando de um estágio de desenvolvimento a um outro, em geral em direção de uma sociedade que seria ao mesmo tempo de massa, técnica e em harmonia com a natureza (Tradução própria).

Outro importante artigo dessa obra, relativo à transição enquanto objeto de estudo da sociologia e seus fundamentos teóricos foi escrito pelo organizador da obra, onde ele se propõe a apresentar a corrente de estudos intitulada *sustainability transitions*, pouco difundida em outras línguas além da língua inglesa.¹⁵⁵ Audet (2015b), tendo como objetivo introduzir e apresentar essa corrente de pensamento em língua francesa, faz um resumo das principais linhas de pesquisa dessa rede internacional. Ele sublinha a importância dos estudos realizados e lamenta a limitação dos estudos em língua inglesa, a falta de interesse para a tradução e difusão de tais estudos, assim como o problema terminológico nas poucas traduções em língua francesa (frequentemente traduzido como estudos de desenvolvimento sustentável).

Para Audet, os estudos sobre a transição ecológica, assim como os estudos de *sustainability transitions* se inscrevem no campo da “modernização ecológica”, que se desenvolveu bastante entre as décadas de 1980 e os anos 2000. Os estudos e as políticas de modernização ecológica se baseavam na constatação de uma crise ecológica mundial e buscava respostas técnicas para solucioná-la, tentando aliar desenvolvimento econômico e desafios ambientais. Nessa perspectiva, “a modernização ecológica introduz conceitos que, antes de tudo, tornam as degradações ambientais calculáveis” (AUDET, 2015 *apud* HAJER 1995, p. 25-26).¹⁵⁶ Do ponto de vista operacional, a modernização ecológica se traduziu através de políticas ambientais e sociais que visavam promover tecnologias menos poluentes, mais participação cidadã nas questões ecológicas, criações de certificações e normas técnicas. A ideia de modernização ecológica se encontra bastante presente, mesmo que implicitamente, nas grandes conferências e grandes reuniões de governança internacional sobre a questão climática, desenvolvimento sustentável (principalmente os eventos da ONU).

As principais influências teóricas que serviram de base para a emergência da corrente *sustainability transitions* são as teorias da reflexividade e da complexidade. A noção de reflexividade tem como base a obra de Ulrich Beck – principalmente no que diz respeito à análise da modernidade enquanto “sociedade do risco” e seu caráter reflexivo (que também serviu de base para as análises e políticas em torno da modernização ecológica). A “teoria da estruturação de Giddens exerce igualmente uma forte influência nesse campo de pesquisa. Para Audet (2015, p. 76),

Les analyses de Beck sur la société du risque ont largement contribué à mettre en cause la prétention rationaliste de la modernisation écologique et à inspirer

¹⁵⁵ Como evocado mais acima, na primeira página deste capítulo.

¹⁵⁶ Marteen A. Hajer, *The Politics of Environmental Discourse. Ecological Modernization and the Policy Process*, Oxford, Oxford University Press, 1995, p. 25-26.

l'émergence du champ des *sus-tainability transitions*, notamment en introduisant l'idée d'une gouvernance «réflexive» intrinsèquement non linéaire.¹⁵⁷

Quanto à teoria da complexidade, ela se desenvolveu principalmente nas ciências ambientais e ecológicas, enquanto um paradigma que “interrogava a pertinência das relações lineares de causa-efeito nas dinâmicas ecossistêmicas” (AUDET, 2015, p. 76). Atualmente, a teoria da complexidade se aplica aos estudos sobre as mudanças climáticas, sobre a resiliência e o poder de adaptação dos ecossistemas. A partir da base da teoria da complexidade, os autores da *sustainability transitions* aplicam a análise aos “sistemas socioecológicos” e às sociedades humanas, no sentido de que, tanto do ponto de vista ecológico quanto social, trata-se de um movimento que expressa a passagem de uma dinâmica de sistema de equilíbrio a outro sistema. Em outras palavras, trata-se de um movimento dinâmico de transição.

Dessa forma, os conceitos de complexidade e de reflexividade são centrais e estruturantes nas teorias da transição (ecológica e social) e nos estudos de *sustainability transitions*. Audet enumera as três principais perspectivas analíticas que permeiam esses estudos e que têm como objetivo estabelecer um método de pilotagem (*management*) da transição: “a governança reflexiva [das transições], a perspectiva multi-níveis das transições sóciotécnicas e a gestão das transições” (2015, p. 77).

No que diz respeito à governança reflexiva, ela é baseada na gestão das transformações sociais e no desenvolvimento social, tendo como objetivo a reflexividade no centro das preocupações (discursos e práticas) sobre a crise ecológica e as medidas de transição que emergem dessa crise. A perspectiva multi-níveis se interessa pelos aspectos dinâmicos e de transformações múltiplas do processo de transição, que, como seu título designa, opera-se em diversos níveis, quer sejam social (micro ou macrosociológicos), estrutural, “sociotécnico” ou relativo à inovação social. Por último, a gestão das transições é uma abordagem mais aplicada direcionada às políticas públicas na área ambiental, mais precisamente, gestão de projetos de inovação ecológica com importante impacto societal. No que se refere à aplicação efetiva desses projetos de transição ecológica, Audet (2015, p. 85) enfatiza que se trata de gestão de projetos de transição realizados em escala local, em colaboração com a Holanda e alguns países europeus. Para o autor, esses projetos de políticas públicas visam “chegar em uma ‘adaptação reflexiva’ das instituições e dos regimes, em uma

¹⁵⁷As análises de Beck sobre a sociedade do risco contribuíram amplamente para colocar em causa a pretensão racionalista da modernização ecológica e a inspirar a emergência do campo das *sus-tainability*, notadamente introduzindo a ideia de uma governança « reflexiva » intrinsecamente não linear (Tradução própria).

perspectiva de sustentabilidade e bem comum”. Essas ações são concebidas para funcionar de forma complexa, envolvendo governos, pesquisadores, experts, cidadãos, usuários.

Os estudos de caso, análises teóricas sobre a sociologia da transição ecológica ilustrados no número da revista acima citada, mostra a diversidade de abordagens possíveis nesse campo analítico e a importância da pluridisciplinaridade que deve ser associada à análise da questão da transição social e ecológica. Trata-se de uma disciplina (emergente) que para ser compreendida precisa apreender aspectos técnicos sobre a questão ambiental, aspectos econômicos, dados científicos sobre o clima, a geografia, a biosfera, etc. Precisa igualmente estar atento às questões políticas locais, nacionais e internacionais relativas à governança da crise ambiental e da questão climática, mas também perceber as ações e reações cidadãs, os movimentos sociais e a sociedade civil como um todo, com suas reivindicações sociais. Esses elementos pluridisciplinares e complexos se completam e dão as bases para uma compreensão das transformações sociais em curso, impulsionadas pela crise ecológica e reforçadas pelas crises anexas (econômica, financeira, cultural, civilizacional). São essas transformações sociais que mostram que uma transição social e ecológica se opera e que ela já é perceptível.

6 - TRANSIÇÃO ECOLÓGICA: A QUESTÃO ENERGÉTICA NO CENTRO DO DEBATE

Neste curto capítulo dedicamos a análise à questão energética que aparece como elemento central no debate da transição social e ecológica, tanto na França como nas diferentes instâncias internacionais que começam a debater sobre a questão climática, os recursos energéticos e as perspectivas de um mundo menos dependente de energias fósseis: de um lado porque esses recursos se rareficam, de outro porque eles são tidos como responsáveis, em grande parte, pelo aquecimento global e pela desregulação ambiental. De fato, a questão da ‘descarbonização’ da energia aparece como um consenso no meio científico - sobretudo através das preconizações do IPCC – e para além da necessidade de renovação da matriz energética (com bases mais renováveis e respeitosa do meio ambiente e dos indivíduos) surge a questão da ‘sobriedade’ que releva não somente a problemática da produção energética, mas também do consumo energético. Veremos que os diferentes elementos e análises apresentados indicam a sobriedade como o caminho da sustentabilidade.

6.1 - Da Necessidade de Rever o Modelo Energético

O debate sobre a transição social e ecológica que estamos analisando nesta pesquisa engloba um conjunto de transições que se desenham e operam de forma independente, mesmo que elas sejam, na prática, consubstanciais. Dentro desse painel de transições, destaca-se a “transição ecológica”, que vem sendo o centro de um importante debate no interior dos países (sobretudo em países ditos desenvolvidos) e em âmbito internacional e tem levado a uma série de políticas públicas (mais ou menos ambiciosas). De forma resumida, a transição ecológica se focaliza nas transformações necessárias para enfrentar, sobretudo, a crise climática em que estamos vivendo e que tem levado a uma série de problemas sociais e ecológicos (aquecimento global, acidificação dos oceanos, desaparecimento de espécies naturais, perturbações dos ecossistemas). Ela visa criar ações e políticas públicas de reparação, de atenuação e de prevenção dos efeitos das perturbações climáticas.

Empenhada na elaboração de políticas públicas que respondam aos desafios climáticos¹⁵⁸, o governo francês atual tem desenvolvido uma série de projetos e programas em torno da transição ecológica - criou-se inclusive um “Ministério da Transição Ecológica e Solidária”, liderado por um militante ecologista bastante popular na França, Nicolas

¹⁵⁸Pelo menos no discurso, pois para os movimentos ecologistas franceses ainda não se observa atos realmente ambiciosos nesse sentido.

Hulot.¹⁵⁹ Um relatório recente intitulado “transição social e ecológica na escala local” (*transition écologique et solidaire à l'échelon local*) foi apresentado pelo Conselho Econômico Social e Ambiental francês (*Conseil économique, social et environnemental/CESE*) ao Ministro da transição ecológica e solidária. Tendo como objetivo ajudar na reflexão de futuras políticas públicas de transição ecológica, o relatório define a transição ecológica como uma mudança de sociedade. De acordo com o autor do relatório, Bruno Duchemin (2017, p.10):

Définir la transition écologique et solidaire, c'est réfléchir à la société que nous voulons bâtir et aux moyens pour y parvenir. Il s'agit en effet d'une transformation systémique, d'une évolution majeure de modèle économique, social et environnemental qui oriente vers un développement durable. Parce qu'elle s'appuie sur l'adhésion et le changement des habitudes et comportements des acteurs, citoyens, elle est aussi un changement de société.¹⁶⁰

Assim, a transição ecológica tem como um dos objetivos principais a redução de gases de efeito estufa (principalmente dióxido de carbono e metano), emitidos principalmente pela produção e consumo de energia para manter o funcionamento da sociedade que Morin (2011) chama de “termo-industrial” e que Bonneuil; Fressoz (2013, p. 115) preferem chamar de “thermocène” (térmicoceno) para parafrasear o termo “antropoceno” e designar a responsabilidade da situação identificada pela dependência energética (sobretudo fóssil) na teoria do antropoceno. Para Bonneuil; Fressoz, em sua obra “L'événement anthropocène” (O evento antropoceno), a história da utilização das energias fósseis mostra o papel central que tem as escolhas em termos de políticas energéticas, dos países industrializados, na situação ecológica e climática atual.

Portanto, a questão energética está no centro do debate sobre a questão da crise climática e ecológica e, conseqüentemente, do debate sobre a transição ecológica. O termo “Transição Energética” passa a ser utilizado por um grande número de responsáveis políticos

¹⁵⁹ Nicolas Hulot, jornalista e repórter. Ele ficou bastante conhecido na França através da sua emissora de televisão « Ushuaia », que tinha como objetivo a sensibilização da questão ecológica. Ele criou uma fundação de proteção do meio ambiente que leva seu nome: *Fondation Nicolas-Hulot pour la Nature et l'Homme*. Ele é autor de várias obras sobre a questão ambiental. Diversos presidentes franceses já haviam convidado Hulot para fazer parte do governo, porém ele nunca havia aceitado. Ele também já foi cotado para ser candidato à Presidência pelo Partido Verde, em 2011, mas não foi eleito nas ‘primárias’ do partido. A aceitação do cargo de Ministro revelou reações divergentes no meio ecologista francês, pois muitos consideram que o presidente atual, Emmanuel Macron, não tem verdadeiras intenções de levar adiante uma política ecológica e que prioriza os interesses do grande capital.

¹⁶⁰ Definir a transição ecológica e solidária é refletir na sociedade que nós queremos construir e sobre os meios para conseguir. Trata-se de fato de uma transformação sistêmica, de uma evolução maior do modelo econômico, social e ambiental que orienta em direção a um desenvolvimento sustentável. Porque ela se apoia na adesão e mudança de hábitos dos atores/as, cidadãos/ãs, ela é também uma mudança de sociedade (Tradução própria).

(locais e globais) e pelas instâncias internacionais que enfocam a questão climática (ONU, COP). A transição energética passa então a constituir o ponto fulcral do debate sobre a transição ecológica e mesmo sobre a transição social e ecológica de forma abrangente. As mudanças de matrizes energéticas e a utilização da energia vêm se apresentando de forma central nos discursos ecológicos e nas discussões sobre o modelo de sociedade atual e futuro. Podemos observar certo consenso internacional sobre a necessidade de desenvolver energias renováveis e limpas.

Assim, tendo como um dos principais objetivos a transformação de uma sociedade neutra em emissões de GEE, o projeto de transição ecológica passa necessariamente por uma transição energética. Não se trata de parar com as emissões (pois os GEE são gases importantes para o equilíbrio da vida na terra), mas de emitir de forma equilibrada e respeitosa aos limites de absorção da atmosfera. Para os especialistas do IPCC, é urgente que os Estados estabeleçam medidas para reduzir as emissões de GEE, que emitidas de forma exagerada nas últimas décadas, causaram o aquecimento global, que já apresentam efeitos graves e irreversíveis para o meio ambiente e para diversas sociedades. De acordo com o quinto relatório do IPCC¹⁶¹, a ligação entre aumento da temperatura do globo e as atividades humanas são prováveis a altura de 95%, de acordo com os dados analisados nos últimos anos e divulgados em cinco grandes relatórios. Nesse último relatório (o quinto), eles enfatizam que:

Le réchauffement du système climatique est sans équivoque et, depuis les années 1950, beaucoup de changements observés sont sans précédent depuis des décennies voire des millénaires. L'atmosphère et l'océan se sont réchauffés, la couverture de neige et de glace a diminué, le niveau des mers s'est élevé et les concentrations des gaz à effet de serre ont augmenté.¹⁶²

Para alcançar os objetivos de retenção do aquecimento a 2°C em 2010 (em relação à era pré-industrial), os cientistas preconizam que será necessário um grande esforço de reorganização da produção de energia e do modo de vida. Segundo o relatório, para se obter êxito na redução (que deverá ser drástica) de GEE e construir uma sociedade neutra em carbono, será necessário renunciar às energias fósseis e investir massivamente em energias renováveis. De acordo com os cenários modelizados pelos especialistas do clima e baseado

¹⁶¹ No documento resumido, destinado aos decisores políticos, realtico ao 5^e rapport du GIEC, novembre 2014. Disponível em : <http://www.climatechange2013.org/images/report/WG1AR5_SPM_brochure_fr.pdf>

¹⁶² O aquecimento do sistema climático é uma evidência e, desde os anos 1950, muitas das mudanças observadas são sem precedentes desde décadas ou até mesmo de milênios. A atmosfera e o oceano esquentaram, a cobertura de neve e de gelo diminuiu, o nível dos mares se elevou e as concentrações de gases de efeito estufa aumentaram (Tradução própria).

nos dados expostos pelo GIEC, a Agência Internacional de Energia (AIE) estima que a partir de agora 80% dos recursos fósseis (principalmente petróleo, gás e carvão) devem ser deixados embaixo do solo.

De qualquer forma, os efeitos do aquecimento global já são considerados como irreversíveis em várias áreas e os gases emitidos até agora terão impactos nefastos nos próximos trinta anos, de acordo com os especialistas do clima. O que se pretende, reduzindo desde já as emissões de GEE é de atenuar as consequências e não ultrapassar o limite de 2° em 2100. O IPCC define dois cenários principais, um otimista, outro pessimista. No cenário otimista, o aquecimento pode ficar entre +1°C e +2,4°C, se as medidas políticas necessárias forem tomadas. No cenário pessimista, onde não há uma tomada de consciência e mudanças radicais nas emissões de GEE, a temperatura ficará entre 3,3°C e 5,5°C. É importante ressaltar que se os especialistas preconizam conter o aumento da temperatura em 2°C é que para além desse marco os cientistas temem um efeito de desestabilidade difícil de prever. Para os especialistas, não dá para definir com precisão a intensidade dos desastres sociais e ecológicos e em que condições a vida na terra poderá continuar.

Diante dessas informações e do ritmo das políticas públicas (em termos de luta contra o aquecimento global) que vêm sendo construídas em nível global, a hipótese do cenário otimista dado pelo IPCC – que consiste na possibilidade de elevação máxima de 2,4°C da temperatura em 2100 – se apresenta como pouco provável, dado o quadro político internacional cujas medidas ainda são tímidas e pouco articuladas. Corroboram a essa visão mais pessimista (ou pelo menos dubitativa) das análises das contribuições voluntárias (e, portanto, incertas) dos países participantes da COP 21, em 2015, em Paris, que já estimam esse aumento em 3,5°C em 2100.

Uma série de riscos sociais e ambientais elencada pelo IPCC. Esses riscos já representam em parte uma realidade atual, mas eles podem ser intensificados de acordo com a variação do aquecimento global. Quanto mais se conseguir frear as emissões de GEE, os efeitos catastróficos dos riscos em questão serão atenuados. Porém, independente da variação da temperatura nos próximos decênios, os especialistas preconizam uma necessidade de adaptação e uma resiliência frente aos efeitos da desregulação do clima nos anos que estão por vir.

Os principais riscos apresentados pelo IPCC¹⁶³ são: 1/ mortes, doenças, acidentes ou exposição a riscos em zonas baixas do litoral (por causa da elevação do nível do mar, das

¹⁶³ Síntese do 5º relatório apresentado pela associação Réseau Action Climat. Disponível em: <<http://leclimatchange.fr/impact-adaptation-vulnerabilite/>>. Acesso em : 20 de jan de 2018.

inundações e tempestades); 2/ degradação da saúde pública e dos meios de subsistência das populações urbanas; 3/ eventos meteorológicos extremos (causando degradação da infraestrutura de base: água, eletricidade); 4/ondas de calor extremo (mortes, impossibilidade de trabalho externo); 5/ insegurança alimentar para as populações vulneráveis socialmente, devido às secas, inundações; 6/ deterioração dos meios de subsistência e de fontes de renda em regiões agrícolas, devido à dificuldade do acesso de água potável e de irrigação; 7/ diminuição dos ecossistemas marinhos e costeiros, da biodiversidade em geral e dos benefícios que eles representam para as comunidades de pescadores; 8/ diminuição dos ecossistemas terrestres e de meios húmidos, da biodiversidade que contribui aos meios de subsistência de diversas populações.

Destarte, a questão das mudanças climáticas e em especial a luta contra o aquecimento global evidencia uma mudança de paradigma importante. Durante muito tempo as energias fósseis (petróleo, gás e carvão) foram consideradas como modernas e portadoras de esperança de melhoria de vida através dos desenvolvimentos econômicos e social. Atualmente, elas são consideradas como energias do passado e acusadas de participar, em grande parte, da degradação ambiental na qual vivemos, mas também de guerras, de desigualdades sociais, de destruição e territórios e das culturas a eles associadas. Cada vez mais, instituições políticas¹⁶⁴, organizações privadas, sociedade civil e indivíduos se associam à luta contra o aquecimento global e aderem à (trans)formação de políticas públicas nos diversos âmbitos da vida em coletividade, todos indissociáveis da questão da produção e consumo de energia: meios de transporte, tratamento de lixo, planejamento urbano.

Na Europa, as políticas públicas de investimento em energias renováveis, ou energias verdes, têm crescido consideravelmente (mas não de forma homogênea entre os diferentes países). A título de exemplo, de acordo com os recentes dados publicados (em janeiro de

¹⁶⁴ Na França, diversas políticas públicas têm sido criadas e implementadas nesse sentido. Em âmbito nacional, foi aprovada uma lei relativa à transição ecológica e o crescimento verde (LOI n° 2015-992 du 17 août 2015 relative à la transition énergétique pour la croissance verte). Em âmbito local, a cidade de Nantes, onde a pesquisa de campo desta tese foi realizada, é uma das metrópoles mais engajadas na transição ecológica e energética, dentro do território francês. No sítio internet da cidade podemos ver o slogan « Nantes, une métropole en transition » fazendo referência a um grande projeto de concertação popular sobre a questão energética e a questão climática. Através dessa concertação intitulada « Le grand débat », a metrópole de Nantes afirma ter como objetivo ser uma « metrópole de referência engajada na transição ecológica e energética ». A metrópole de Nantes constituiu um programa « Plano Energia Climat » há mais de dez anos, para refletir e agir no sentido de associar esse dois aspectos. Em 2013, a metrópole de Nantes foi designada como « Capital verde Européia » e em 2015 obteve o selo de « Cit'ergie ». Disponível em: <<https://www.nantestransitionenergetique.fr/je-comprends/nantes-une-metropole-en-transition>>. Acesso em: 28 jan 2018.

2018) pela instituição *Eurostat* (organização estatística da União europeia)¹⁶⁵, a média da parte de energias renováveis provenientes de fontes renováveis, na Europa inteira, se situa em torno de 17%, tendo como referência o ano de 2016. Analisando-se os países individualmente, essa taxa se distribui da seguinte forma: em primeiro lugar está a Suécia, que tem 53,8% de sua energia proveniente de energias renováveis, em segundo lugar está a Finlândia, com uma parte de 38,7% do consumo proveniente de energias verdes, em terceiro lugar fica a Letônia (38,7%), seguidos pela Áustria (33,5%) e Dinamarca (32,2%), sendo esses os países mais exemplares. Com taxas intermediárias, temos Portugal, com 28,5%, a França, com uma taxa de 16%, a Alemanha, com 14,8% e o Reino Unido com 9,3%.

No Brasil, o debate sobre as energias renováveis requer um pouco de atenção e de cuidado. De acordo com o Ministério do Meio Ambiente¹⁶⁶, a parte de energia renovável no Brasil se eleva a 42,5% (em 2015). A energia eólica representa 8,3% da oferta de energia, a energia solar ainda está se desenvolvendo e ainda não há estatística para a parte desse tipo de energia na estatística global. Porém, o governo anuncia uma estimativa de produção de 13% de energia eólica no Brasil, em 2050. Assim, a principal fonte de energia renovável no Brasil é principalmente proveniente de energia hídrica (barragens hidroelétricas) e biodiesel, que são por sua vez frequentemente contestadas pelos movimentos ecologistas. Dessa forma, o balanço “sustentável” das energias provenientes de fontes hidroelétricas e do biodiesel é parcialmente positivo, pois se esse tipo de energia pode, por um lado, ser considerado como energia menos emissora de GEE, por outro lado é inegável os impactos negativos ambientais e sociais importantes que eles causam (monocultura, deslocamento de comunidades, perda de biodiversidade). No balanço final, trata-se incontestavelmente de uma energia renovável, porém há divergências sobre o caráter “limpo” e realmente sustentável desse tipo de energia. Sem contar que a condução pouco democrática, desses megaprojetos, coloca igualmente em questão a sustentabilidade do projeto.

No âmbito desse debate que se constitui tanto da esfera pública como privada, os economistas Thomas Piketty e Tim Jackson (respectivamente, francês e inglês¹⁶⁷) publicaram

¹⁶⁵ Disponível em: <http://abonnes.lemonde.fr/planete/article/2018/02/08/la-france-peut-elle-rattraper-son-retard-dans-les-renouvelables_5253487_3244.html> Acesso em : 08 fev 2018.

¹⁶⁶ Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2015/11/energia-renovavel-representa-mais-de-42-da-matriz-energetica-brasileira>>. Acesso em : 08 fev 2018.

¹⁶⁷ Thomas PIKETTY é diretor de estudos na Ecole de Hauts Etudes en Sciences Sociales, e professor na Ecole d’Economie de Paris. Ele é autor do livro « Le capital au XXIème siècle », publicado em 2013. Tim JACKSON é professor de Desenvolvimento Sustentável na Universidade de Surrey, na Inglaterra. Ele é autor do livro « Prosperity Without Growth: economics for a finite planet », publicado em 2009 (traduzido em língua francesa com o título « Prospérité sans croissance: la transition vers une économie durable » e em português (2013) com o título « Prosperidade sem crescimento: vida boa em um planeta finito »).

um artigo no jornal francês “Le monde” (um mês antes da COP 21, em Paris), intitulado “Cessons de d’investir dans les energies fossiles!”¹⁶⁸ para alertar sobre a gravidade da ameaça climática que representa as energias fósseis. Eles fazem um apelo aos grandes investidores mundiais de energias fósseis a se engajarem em um processo de desinvestimento dessas fontes energéticas e a investirem em energias renováveis que são mais compatíveis com a realidade ambiental. O artigo sublinha a importância fundamental da “comunidade financeira para com o objetivo de “transição para uma nova economia, que deixe os combustíveis fósseis no solo”. De acordo com os autores, “as decisões de investimentos de longo prazo devem levar em consideração as externalidades de um modelo econômico em conflito com as realidades físicas”. Os economistas fazem igualmente um apelo aos dirigentes dos países dos G20¹⁶⁹ para que eles tomem medidas “eficazes para cessar todo subsídio às energias fósseis”.

Outra discussão delicada no debate sobre as fontes de energias é a produção das centrais nucleares. A energia nuclear, apesar de ser considerada pouco emissora de GEE, também é condenada pelas organizações ambientalistas como uma energia do passado e, portanto, deve ser substituída por energias renováveis, sustentáveis e limpas (socialmente e ecologicamente). A energia nuclear representa uma série de riscos, em termos de saúde pública e ambiental, riscos ligados às minas de urânio e outros riscos que são geralmente negligenciados pelos defensores do nuclear (em especial o *lobbying* em torno dessa indústria). As evidências desses riscos já foram comprovadas por diversos desastres, sendo o mais recente o acidente de Fukushima/Japão, mas as evidências não parecem levar os governos a levarem em consideração a gravidade dos riscos e a tratarem com urgência o desinvestimento nesse tipo de energia.

Outra questão que pesa contra a energia nuclear é o problema da gestão do lixo nuclear - gerado principalmente no final de vida de uma usina nuclear -, acusado de degradar o meio ambiente e colocar em risco populações inteiras, por meio da radiação nuclear. Além disso, a desativação de uma usina nuclear pode levar meses para ocorrer (alguns especialistas falam de 6 meses, em média). Esse longo prazo necessário para a desativação, além de custar extremamente caro para os Estados (pagamentos de engenheiros, manutenção dos reatores,

¹⁶⁸ Artigo disponível em: <https://abonnes.lemonde.fr/idees/article/2015/11/13/thomas-piketty-et-tim-jackson-cessons-d-investir-dans-les-energies-fossiles_4809304_3232.html?xtmc=cessons_d_investir_dans_les_energies_fossiles&xtr=2>. Acesso em: 21 jun 2018.

¹⁶⁹ Abreviação de « Grupo dos vinte » que é fórum internacional constituído por 19 países mais a União Européia. Ele tem como objetivo reunir representantes dos Estados membros e representantes dos respectivos bancos centrais para discutir, principalmente, questões econômicas. O G20 foi criado em 1999.

etc.), em caso de catástrofe natural ou mesmo em caso de colapso econômico muito rápido, não se poderá assegurar um desmantelamento dentro das normas de segurança.

Sobre essa questão, a posição expressa pela associação *Réseau Action Climat* resume bem o ponto de vista das ONG's ambientalistas e dos diversos movimentos anti-nuclear da sociedade civil:

Le nucléaire a également montré ses limites, avec les risques d'accident qui augmentent avec le vieillissement des réacteurs, la question des déchets nucléaires qui reste sans solution et les coûts astronomiques de cette filière (y compris le démantèlement des réacteurs qui n'est pas pris en compte à sa juste valeur dans les comptes des exploitants).¹⁷⁰

A questão energética é complexa e envolve tanto elementos técnicos como políticos, mas também societal. O debate sobre a data que define o pique do petróleo (momento definido pelo declínio da produção mundial de petróleo convencional¹⁷¹) é rodeada por dissensos: entre as datas em debate, encontramos informações que esse pique já teria sido atingido desde 2006 (teoria reconhecida pela Agência Internacional de Energia). Outros grupos de especialistas indicam o ano de 2010 e ainda grupos mais otimistas indicam que esse pique será efetivo entre 2020 e 2030. Porém, não é esse debate tecnicista que nos interessa aqui. O fato é que o petróleo é um elemento estruturante da sociedade atual e ele se rarefica. Essa rareficação nos leva para o debate da transição da sociedade pós-petróleo (ou do petróleo acessível a todos¹⁷² - ou quase todos), onde terão que ser inventadas e desenvolvidas novas fontes energéticas, mas também novos modos de vida, menos poluentes e mais sóbrios em consumo de energia e mais eficazes em termos produtivos. É o que abordaremos no capítulo que segue.

6.2 - Sobriedade e Eficiência Energética: o Caminho para um Mundo Pós-Carbono?

O desafio da transição energética é se separar das energias fósseis e produzir energias renováveis suficientes para suprir as necessidades de consumo de energia. Mas também se

¹⁷⁰O nuclear mostrou seus limites igualmente, com os riscos de acidente que aumentam com o envelhecimento dos reatores, a questão dos lixos nucleares que permanecem sem solução e os custos astronômicos deste setor (inclusive o desmonte dos reatores que não é levado em consideração em seu justo valor nas contas das empresas operadoras). Disponível em : <<https://reseauactionclimat.org/thematiques/energie/>> Acesso em: 20 nov 2017.

¹⁷¹O termo se utiliza em oposição às novas fontes de petróleo ditas não convencionais, como é o caso do petróleo proveniente de areias petrolíferas (ou xisto betuminoso) e ainda em nascentes de petróleo *offshore*.

¹⁷²Com a rareficação do petróleo de fácil acesso à extração, as fontes de petróleo são cada vez mais profundas e com condições complicadas de extração e de refinação (como é o caso do pré-sal, no Brasil). Ao se complexificar as condições de extração e refinamento do petróleo, necessariamente haverá menos quantidade disponível e o preço tenderá a aumentar, o que tornará consequentemente um recurso limitado.

questionar sobre sua utilização, seus modos de estocagem, seu transporte. É pensar uma utilização de forma mais racional, sem desperdícios e sem utilização supérflua. Portanto, além do investimento em energias menos emissoras de GEE, a construção de um mundo “descarbonado” (ou sem emissões exageradas de Carbono) passa também pela sobriedade energética, ou seja, mudar as matrizes energéticas e reduzir o consumo de energia através de um consumo mais sóbrio e mais consciente.

A sobriedade energética é, para diversos movimentos ecologistas e organizações da sociedade civil especializadas na questão da transição energética, um caminho imprescindível para se chegar a certo equilíbrio ecológico e climático. De acordo com a associação francesa Négawatt¹⁷³ - que promove as energias renováveis e ao mesmo tempo a otimização e a sobriedade no consumo de energia em sua utilização coletiva e individual -, não basta mudar de fonte de energia e continuar no mesmo ritmo de produção e consumo de energia, é preciso repensar o modelo energético como um todo e pensar um modo de produção e consumo que seja ecologicamente compatível.

Para a associação, é possível substituir progressivamente (até 2050, de acordo com o cenário que eles realizaram para a França) as energias fósseis e nucleares por energias renováveis e limpas se houver investimento no desenvolvimento de energias renováveis e se os princípios da metodologia Négawatt¹⁷⁴ for aplicado. Assim, além do desenvolvimento da produção de energias renováveis, de acordo com a associação, a chave para enfrentar os desafios climáticos, os riscos da energia nuclear e a dependência das energias fósseis é uma reorganização da produção e consumo de energia. Essa reorganização energética passa por uma abordagem que segundo a associação é baseada no “bom senso”, no sentido que é possível reduzir a demanda de energia a partir de práticas simples de sobriedade e de eficiência.

A sobriedade visa priorizar as necessidades energéticas essenciais, quer seja no uso individual ou coletivo da energia. Alguns exemplos de sobriedade seria: apagar as luzes de prédios destinados a escritórios, à noite; apagar as vitrines de lojas à noite; reduzir embalagens, reciclar, reutilizar, etc. Quanto à eficiência energética, ela se baseia no princípio de que existe um grande número de possibilidades para reduzir a quantidade de energia consumida, sobretudo com a ajuda da tecnologia e de políticas públicas de incentivo:

¹⁷³ Disponível em : <<https://www.negawatt.org>>. Acesso em : 06 fev 2018.

¹⁷⁴ A metodologia Negawatt foi criada pelo americano Amory Lovins, especialista de estratégias energéticas. Essa metodologia parte do princípio que quanto menos energia é consumida, menos energia é produzida, sendo a economia de energia a forma menos poluente de lidar com a energia, evitando desperdício e superprodução. Ela se apoia em três abordagens: sobriedade, eficiência e desenvolvimento de energias renováveis.

construções com isolamento mais performáticas, isolamento de casas, melhorar os rendimentos dos aparelhos elétricos e dos automóveis, desenvolvimento da rede de transporte público.

As questões de sobriedade e eficiência revelam, portanto, tanto o bom senso individual, como político, sendo que evidentemente o impacto das iniciativas políticas podem ser mais consequentes, pois podem alcançar patamares maiores de redução de GEE mais rapidamente. Porém, a parte individual não é negligenciável, sobretudo porque ela pode influenciar e acelerar a realização de políticas públicas. Portanto, trata-se de fatores interdependentes.

Essas questões são importantes porque elas respondem às inquietações do IPCC para manter o limite de aquecimento global em 2°C, pois, de acordo com os especialistas climáticos, a redução do consumo de energia é um fator central para se atingir tal objetivo. Faz parte dos objetivos de atenuação das consequências das desregulações climáticas a mudanças de matrizes energéticas e uma demanda de produção energética mais baixa. De acordo com o relatório do IPCC, na terceira parte, dedicada à questão da atenuação das consequências do aquecimento global, considera-se que a redução da demanda de energia é a estratégia mais rentável, em termos de atenuação.

Concretamente, essa baixa de demanda de energia pode ser alcançada modificando-se alguns aspectos do modo de vida atual, em particular os “hábitos de consumo” ou “regimes alimentares ou ainda diminuindo o desperdício alimentar”, de acordo com os especialistas.¹⁷⁵ Como mudanças de hábito alimentar, podemos deduzir que os membros do IPCC fazem referência ao que os movimentos ecologistas denunciam, que é o autoconsumo de proteínas animais (sendo a pecuária um dos grandes vilões das emissões de GEE, tanto pelas emissões diretas de metano, como pelo desmatamento, entre outros aspectos). De acordo com o relatório, “essas mudanças de comportamento podem ser largamente ajudados através de incitações financeiras e não financeiras (com medidas informativas, por exemplo)”.

Em paralelo às ações e políticas mais “macros” e estruturantes em termos de sobriedade energética, a sociedade civil (organizada ou não) tem um papel importante na transição energética e societal, no sentido que as pequenas mudanças do cotidiano, se elas se tornam uma tendência no comportamento de um grande número de cidadãos, podem influenciar mudanças mais amplas. Quer sejam mudanças advindas da parte de empresas privadas (dados pelas mudanças de comportamento e, portanto, de consumo), sejam pelas instituições públicas, através de comportamentos que indicam as aspirações cidadãs e que

¹⁷⁵Disponível em : <<http://leclimatchange.fr/attenuations-des-changements/>>. Acesso em: 06 fev 2018.

podem servir de pressão (indireta) sobre os dirigentes políticos (seja por questões puramente eleitorais ou verdadeiras tomadas de consciência). Assim, as ações cidadãs podem ser um elemento importante na dinâmica de transformação social, nesse processo de transição.

Nessa perspectiva de transição societal, um exemplo de transformações sociais em termos de modo de consumo que podemos identificar em várias partes do mundo é o interesse por produtos alimentares (e em menor escala, vestimentares e outros) orgânicos. Ao observarmos em torno de nós, tanto no Brasil como na França, houve, nos últimos anos, um aumento importante pela demanda de produtos orgânicos, que pode ser analisado tanto pelo viés da necessidade de produzir sem degradar o meio ambiente, como por uma busca de produtos mais saudáveis, mas também pela preocupação de valorizar o trabalho dos produtores rurais (circuito curto, compra direta ao produtor).¹⁷⁶ Baseado nessa demanda, muitos supermercados e hipermercados passaram a propor produtos ecológicos, em alguns casos, vindo de produtores locais, atendendo assim uma demanda de respeito com a natureza e com os trabalhadores e, cuidado com a saúde.

Porém, para Pierre Rabhi, filósofo e agricultor (um dos pioneiros em produção agroflorestal e de orgânicos na França) francês, o problema vai muito além de atos e gestos virtuosos. Precisa-se de uma tomada de consciência mais global sobre nosso modo de vida atual e sobre as perspectivas de modelo de sociedade que se pretende construir (ou perpetuar). Para Rabhi, em uma entrevista ao jornal *Le monde*¹⁷⁷, a alternativa é a sobriedade em todos os aspectos da vida:

Le bio, c'est très bien, mais on peut manger bio et... exploiter son prochain, ce n'est malheureusement pas incompatible. Ce que je veux dire, c'est que tous les beaux mots, bio, COP21... tout cela ne sert à rien si nous ne travaillons pas à une alternative, si l'humain n'entreprend pas un travail d'introspection, car le problème est en nous. Il faut évoluer, quitter le culte d'une croissance indéfinie, du toujours plus, de cette accumulation de biens, qui ferait prétendument notre bonheur. La consommation d'anxiolytiques et les inégalités sans cesse croissantes démontrent le contraire. Il faut s'engager dans la puissance de la modération, de la sobriété.¹⁷⁸

¹⁷⁶ Os três fatores podem ser identificados separadamente ou em conjunto.

¹⁷⁷ Entrevista com Pierre Rabhi ao jornal *Le monde*, 28/10/2015. Disponível em : <http://www.lemonde.fr/cop21/article/2015/10/28/pierre-rabhi-la-cop21-ne-s-attaque-pas-aux-sources-des-desequilibres_4798622_4527432.html>. Acesso em : 29 out 2015.

¹⁷⁸ O orgânico, é muito bom, mas não podemos comer orgânico e... explorar o próximo, infelizmente não é compatível. O que eu quero dizer é que todos os belos nomes, orgânico, COP21... tudo isso não serve para nada se não se trabalha sobre uma alternativa, se o humano não realiza um trabalho de introspecção, pois o problema está em nós. É preciso evoluir, abandonar o culto de um crescimento infinito, do cada vez mais, dessa acumulação de bens, que faria supostamente nossa felicidade. O consumo de ansiolíticos e as desigualdades sempre crescentes demonstram o contrário. É preciso se engajar no poder da moderação, da sobriedade. (Tradução própria).

Desse ponto de vista, a transição ecológica é necessariamente societal e deve ser pensada de forma articulada com as diversas esferas da vida: social, econômica, ambiental. Para se alcançar a sobriedade energética necessária para conciliar uma produção de energia menos poluente é importante levar em conta fatores técnicos e fatores sociais, assim como, uma tomada de consciência da população sobre a realidade ambiental e climática (assim como da rareficação dos recursos e dos impactos ambientais caso continue a exploração de recursos fósseis cada vez mais complicados de se extrair). É necessária uma mudança de modo de vida e, portanto, uma transição societal que vise estilos de vida mais sóbrios.

A questão da sobriedade é delicada e releva a questão do modo de vida dos países ditos ricos, pois implica em colocar em questão certo nível de consumo elevado (assim como, certos hábitos de consumo, como é o caso das viagens de avião, por exemplo) para garantir a elevação do nível de vida de países que ainda não atingiram certo nível de dignidade e de conforto. Diante da crise climática e ambiental que tomou um lugar central nas outras crises (social, cultural, econômica, etc.), a necessidade de sobriedade levantada por Pierre Rabhi (2010), em sua obra *Vers une sobriété heurieuse* - e por outros pensadores da transição, assim como os movimentos sociais -, nos faz questionar sobre a necessidade de se negociar os modos de vida, em escala global: de um lado para garantir medidas que atenuem os efeitos do aquecimento global e do desequilíbrio dos ecossistemas e, por outro lado garantir condições de desenvolvimento em países onde os impactos climáticos já são presentes e devastadores (sobretudo em países do Sul) e que necessitam ter acesso a certo desenvolvimento socioeconômico (que seja alternativo à lógica desenvolvimentista capitalista) compatível com um mundo em transição climática e ambiental.

7- TRANSIÇÃO COMO CONSTRUÇÃO DE UM NOVO MODELO SOCIETAL

De acordo com os argumentos que foram explicitados até agora, podemos ver que a transição social e ecológica engloba todos os aspectos da vida social e do meio ambiente natural. De forma clara, os eventos naturais causados pelo aquecimento global impactam intensamente no equilíbrio social, na saúde e no modo de vida do conjunto da população mundial e, portanto, exige lutas globais (que também são necessariamente regionais e locais). Os efeitos das transformações do clima não conhecem fronteiras e todos os habitantes do planeta terra são afetados, mesmo que de forma desigual e injusta. De um lado, uns são afetados por catástrofes naturais (diretamente ou indiretamente); por outro lado, outros o são pelo agravamento da fome e da necessidade de migração, em regiões pobres que sofrem com enchentes ou secas; ainda por outro lado, outros sofrem com o aumento de doenças causadas pela poluição do ar (em grandes metrópoles, de países pobres ou ricos).

A questão climática se apresenta como um problema global e exige reflexões sobre um novo modelo societal mundial. Os problemas são de fato globais: a humanidade inteira sofre com a acidificação dos oceanos que causa a escassez de espécies necessárias para a alimentação (nesse aspecto os pobres sofrem mais, pois, quem diz escassez diz preços altos e, portanto, acesso reduzido às classes mais privilegiadas). Os efeitos do desmatamento, das chuvas ácidas impactam igualmente toda a humanidade. Alguns pesquisadores defendem igualmente a ligação entre aquecimento global e a recrudescência de guerras, conflitos étnicos e conflitos diversos ligados aos efeitos do aquecimento global (secas, aumento de temperatura e repercussão em terras aráveis, migrações), como é o caso de autores americanos que publicaram em 2009 uma obra propondo uma “avaliação do conjunto de impactos potenciais da mudança climática nas guerras da África subsaariana” (BURKE et al. 2009 *apud* SINAI, 2015)¹⁷⁹, assim como a jornalista ambiental francesa Agnès Sinai (2015). A guerra na Síria (que inclusive tem sido um dos principais vetores dos últimos ataques terroristas na França) seria um exemplo¹⁸⁰ que tem levantado vivos debates sobre essa correlação entre mudanças climáticas e conflitos internacionais.

¹⁷⁹ O livro ao qual Agnès SINAI faz referência é: Marshall B. BURKE et al. « Warming increases the risk of civil war in Africa », PNAS, vol. 106, n° 49, 23 novembre 2009.

¹⁸⁰ De acordo com Sinai (2015) é possível estabelecer relações entre mudanças climáticas e o conflito civil na Síria, juntamente com outros elementos estruturais, como a fragilidade e instabilidade política da região. A questão ambiental aparece não como o fator determinante, mas como uma agravante. De fato, questões que estão na origem dos conflitos como as secas (desertificação, que geraram migrações massivas) e as tensões ligadas ao petróleo (rareficação e conflitos regionais de luta pelo domínio de reservas) são intimamente ligadas à questão climática. Na mesma linha analítica, a comissão europeia publicou um relatório em 2009 intitulado *Changements climatiques et sécurité internationale* (Mudanças climáticas e segurança internacional), onde se estabelece de

Sendo assim, a problemática do aquecimento global, das mudanças climáticas e da crise ecológica passa de uma questão puramente ecológica a uma questão de sociedade e mesmo “societal”¹⁸¹, no sentido que não se trata apenas de um fenômeno de um dado aspecto da esfera social ou de grupos sociais específicos, mas de todo o conjunto da vida social. Ou seja, trata-se de uma questão que não se resume a um grupo específico ou uma sociedade (ou um conjunto de sociedades) de forma isolada, mas concerne a toda a população de uma nação e mesmo de todas as nações.

Não obstante, apesar de os efeitos e impactos da desregulação do clima não respeitarem fronteiras, é possível identificar as fronteiras dos principais responsáveis pela maior parte dos ditos gases de efeito estufa (os GEE, dióxido de carbono/CO₂ e o metano/CH₄). Da mesma forma podemos identificar as fronteiras da população que mais sofre com os efeitos colaterais do aquecimento global. Os países ditos ricos ou desenvolvidos (ou industrializados) são incontestavelmente os principais emissores de GEE (inicialmente pela industrialização, em seguida pelo seu modo de vida). As populações que mais sofrem são as populações pobres, vivendo em subúrbios, em margens de rios, em moradias precárias e vulneráveis às catástrofes, e além do mais, vivem em países onde o Estado não garante um suporte (financeiro, técnico, social) para o enfrentamento das catástrofes e a reestruturação da vida econômica, social, cultural e familiar. Essa realidade é constatada pelos diversos relatórios de ONG's humanitárias e ecologistas, assim como relatórios de organizações internacionais como o Banco Mundial, O PNUD, entre outros.

Para construir esse novo modelo societal, uma série de transições devem ser realizadas, sistematizadas e interconectadas. Elas cobrem os diferentes aspectos da vida social e ecológica. Essas transições, que definem a complexidade da transição societal tal qual é almejada pelos movimentos de transição, constituem o caminho para uma transição articulada em seus diferentes aspectos: humano, pessoal, emocional, econômico, social, agrícola,

forma clara os riscos de conflitos internacionais e as mudanças climáticas nas décadas que estão por vir. O relatório enfatiza o caráter multiplicador de «ameaças que reforça as tendências, as tensões e instabilidades existentes» em regiões frágeis ou já ameaçada por conflitos (p. 3). Relatório disponível em: <http://portal.uc3m.es/portal/page/portal/inst_pascual_madoz/Actividad_Investigadora/Lineas_generales_de_investigacion_y_proyectos/noticia_actas_seminarios/El%20CC%20y%20la%20Seguridad%20internacional.pdf> Acesso em 10 jul 2018.

¹⁸¹ Apesar de o vocábulo ‘societal’ não existir oficialmente na língua portuguesa, ele vem sendo utilizado nos últimos anos, em diversas áreas de conhecimento, inspirado pela utilização do termo originalmente em inglês. Na França, o vocábulo já existe oficialmente (também inspirado originalmente da língua inglesa) e tem uma utilização bem mais frequente que no Brasil, mesmo se a utilidade dele ainda não é uma unanimidade. Na língua francesa, os termos ‘social’ e ‘societal’ se diferenciam de forma sutil e é essa nuance que propomos aqui: o primeiro designa grupos sociais específicos e/ou relações sociais entre indivíduos; o segundo designa ‘os diversos aspectos da vida social dos indivíduos, que constitui uma sociedade organizada’ (definição do Larrousse, 2017).

transição e economia, transição agrícola, de saúde pública, assim como de gênero. É o que abordaremos através deste capítulo.

7.1 - As Várias Facetas da Transição

7.1.1 - Transição e Humanismo

O movimento da transição busca um novo modelo societal, com transformações profundas em todas as áreas, inclusive na esfera pessoal, na forma de viver enquanto humano em uma sociedade não somente de humanos e profundamente desequilibrada pelos impactos humanos. Como podemos ver mais acima, essa transição humana pode ser ilustrada através de múltiplos aspectos e atitudes que levam em consideração o impacto ecológico, social, econômico e humano: repensar o consumo, viver mais sobriamente, buscar uma resiliência humana (como indica o movimento “Iniciativas de transição”, através do aprendizado e da valorização de trabalhos manuais, jardinagem, eventos comunitários). Essa transição humana encontra eco em movimentos anexos como: “simplicidade voluntária”, onde indivíduos ou pequenos grupos sociais decidem viver da forma mais simples e sóbria possível, preocupados com a “pegada ambiental” individual e coletiva; ou, “Comunicação não-Violenta”(CNV), que se baseia no desenvolvimento de práticas de “*bienveillance*”¹⁸² para consigo mesmo e para com o próximo, tendo como objetivo relações sociais menos conflituosas e mais harmônicas.

No que diz respeito a essa transição humana, o politólogo Paul Ariès repete sempre em suas conferências um slogan bem emblemático que pode representar uma grande parte dos adeptos dos movimentos da transição social e ecológica (mesmo se ele fala no contexto de sua militância pelo movimento do decrescimento): *plus de lien, moins de bien*¹⁸³ (mais laços/liame, menos bens), tendo em vista uma sociedade mais sóbria, mais conectada com o vivo e mais feliz. Além do movimento do decrescimento, outros movimentos conexos ao movimento da transição fazem apologia a certa necessidade de desacelerar (*ralentir*), de viver mais lentamente, de resistir à tentação da rapidez e da aceleração da modernidade. Em outras palavras, desconstruir as bases da sociedade vigente, onde se prioriza a busca pelo acúmulo de riquezas e bens materiais, da aceleração do trabalho para mais consumo.

¹⁸² Palavra que designa ‘benevolência’ em tradução literal, mas que engloba muito mais aspectos em sua utilização (ver mais detralhes sobre esta noção no cap. 8 desta tese.)

¹⁸³ Em francês, o slogan tem uma rima e um jogo de palavras interessante. Com a tradução, essa falta de rima faz perder um pouco do efeito que se espera da frase.

Por sua vez, o filósofo Patrick Viveret, em uma entrevista dada ao jornal *Le figaro*, em 26/08/2014, defende que a transição social ecológica deve considerar a questão humana prioritariamente e buscar uma “sociedade do bem-viver” (fazendo referência ao movimento latino americano do “*Buen vivir*”). Para Viveret¹⁸⁴:

L'enjeu est de mettre en place une transition sociétale et pas simplement énergétique ou même écologique, même si cela reste déterminant, notamment dans le cadre du sommet de Paris sur le climat [à l'automne 2015, ndlr]. Aujourd'hui la fracture est tant écologique que sociale et économique, ce qui provoque un profond mal-être. On doit donc s'attaquer prioritairement à la question humaine pour que la transition s'opère plus généralement vers une “société du bien-vivre”.¹⁸⁵

Dessa forma, a transição aparece como uma nova forma de viver e mesmo de pensar o humano e o humanismo na sociedade atual e na sociedade que será construída. Podemos ver sinais de um humanismo que não se concentra mais exclusivamente no homem, um humanismo antropocêntrico, mas um humanismo integrador de todos os seres vivos e que leva em consideração a dependência do homem dos outros seres vivos e espécies que compõem o *oikos*¹⁸⁶ comum.

7.1.2 - Transição Pessoal e Emocional, Transição Educacional

A transição social e ecológica implica um processo de tomada de consciência individual e, portanto, de transição do próprio modo de vida, como a forma de consumir, de se alimentar, de se deslocar, de utilizar energia. Dentro dessa transição individual, que pode ser vista como uma transição do indivíduo em interação com a esfera social, pode-se observar igualmente uma transição da esfera emocional do indivíduo. A importância de se evocar a transição pessoal e emocional vivida pelos indivíduos em uma sociedade em transição - sobretudo no que diz respeito aos adeptos da necessidade dessa transição - se dá pelo fato que, comumente, a esfera emocional é deixada de fora das análises sociais e sociológicas¹⁸⁷ e são consideradas como pertencentes a um universo estritamente individual e íntimo, como se

¹⁸⁴ Disponível em : <http://www.liberation.fr/france/2014/08/26/le-mot-transition-est-un-terme-imprescis-et-insuffisant_1087459>. Acesso em : 02 dez 2017.

¹⁸⁵ O desafio é realizar uma transição societal e não simplesmente energética ou mesmo ecológica, mesmo se isso seja determinante, particularmente dentro do âmbito da cúpula de Paris sobre o clima [no outono de 2015, ndlr]. Hoje a fratura é tanto ecológica que social e econômica, o que provoca um profundo mal estar. Devemos então se atacar prioritariamente à questão humana para que a transição se opere mais amplamente em direção a uma « sociedade do bem-viver ». (Tradução própria).

¹⁸⁶ Do grego antigo *οἶκος*, que quer dizer casa, patrimônio.

¹⁸⁷ Com excessão de algumas análises específicas, que têm como sujeito de estudo o tema das emoções, como é o caso da sociologia das emoções e outras disciplinas similares.

as emoções não influenciasses as ações coletivas e como se as interações sociais não suscitassem emoções e sentimentos, ou ainda como se a forma como se vive socialmente as emoções não influenciasses na vida social (por exemplo, os sentimentos de revolta, de ira, de ódio podem levar indivíduos a cometer atos com impacto social importante: violências diversas, não cooperação com as regras sociais).

As emoções são tiradas de cena como se o processo de socialização não fosse um processo repleto de emoções, de trocas emocionais, de aprendizados e assimilações de comportamentos sociais que para se instaurarem como *habitus*, de acordo com Pierre Bourdieu - ou como “disposições sociais”, como prefere Bernard Lahire – o indivíduo passa necessariamente por reações emocionais mais ou menos difíceis, de acordo com a situação ou a sociedade (ou ainda comunidade) ao qual ele está inserido. Sobre essa relação entre emoções e vida social, a psicóloga e psicoterapeuta francesa Isabelle Filliozat (1997), em seu livro de desenvolvimento emocional e pessoal, *L'intelligence du coeur* (A inteligência do coração), defende que a gestão das emoções deveriam ser aprendidas na escola, ao mesmo tempo que outras disciplinas escolares clássicas, que visam formar as crianças e jovens para serem profissionais, tendo como centro a preocupação de “fazer entrar conhecimentos na cabeça” dos alunos e “a pensar como todo mundo” (FILLIOZAT, 1997, p. 312).

As competências emocionais para enfrentar a complexidade da realidade social não são ensinadas. A autora deplora o fato que (fora alguns projetos pedagógicos inovantes e esporádicos), no ensino clássico não se mede “a falta de autonomia, de criatividade, de responsabilidade, de motivação, de capacidades de cooperação e de gestão de conflitos” (FILLIOZAT, 1997, p. 314), pelo fato de não serem critérios dos exames de seleção de universidades. É verdade que as disciplinas estudadas nas escolas são consideradas importantes para construir um futuro profissional, sem levar em conta a importância da gestão das emoções nas relações pessoais e profissionais que se apresentam de forma bastante recorrente: relações de poder, relações de dominação, jogos de ego, problema de autoconfiança). Os conhecimentos técnicos podem ser ineficazes diante da dificuldade em gerenciar emoções que as situações de trabalho – e de relações humanas – podem suscitar. Uma boa gestão das emoções permite mais equilíbrio nos desafios da vida, na tomada de responsabilidades, no enfrentamento das dificuldades.

Filliozat (1997) enfatiza que a gestão das emoções, a “inteligência emocional” tem uma importância central na gestão das relações sociais, que ela designa como “inteligência das relações sociais” ou “inteligência relacional”. De acordo com a psicóloga, “a vida emocional é estreitamente ligada à vida relacional” (FILLIOZAT, 1997, p. 31). E essa forma de

inteligência relacional é determinante para se construir uma sociedade mais equilibrada, menos violenta, com indivíduos mais empáticos. Ela se refere à falta de inteligência emocional e relacional como um “analfabetismo emocional” que não só tem consequências individuais como consequências sociais graves, que para a autora se caracteriza concretamente através de um fardo financeiro para os Estados (devido às doenças psicossomáticas, depressões, ansiedades), mas, também, conduzindo a sociedade para um impasse, devido ao nível importante de insensibilidade nas relações sociais.

De acordo com a especialista das emoções (FILLIOZAT, 1997, p. 330), “quando os homens estão sob o efeito do medo, do desejo ou do ódio, eles têm dificuldade em se falar; a democracia é ameaçada. A “estupidez” do coração, a imaturidade afetiva pode nos levar à nossa perda”. Inclusive, de acordo com a autora, esse é o terreno ideal para se desenvolver situações de racismo e de fascismo, pois estes são desdobramentos dos medos e dos sofrimentos não resolvidos. Essa fragilidade emocional favorece a existência de seitas e partidos ou movimentos extremistas, que “aproveitam da insegurança e do analfabetismo emocional” (FILLIOZAT, 1997, p. 14). Por outro lado, ela sublinha que o indivíduo maduro emocionalmente é caracterizado pela “inteligência do coração” e sendo assim, “ele não pode mais ser indiferente ao destino do outro, ele não pode mais tolerar a injustiça, o cinismo ou o sofrimento, nem sobretudo participar” (FILLIOZAT, 1997, p. 332) de ações e de situações que relevem esses aspectos.

Assim, levar em consideração a esfera emocional dos indivíduos, no contexto de uma sociedade em transição social e ecológica, é importante para a compreensão da globalidade que representa esse processo de transição, pois ele perpassa inevitavelmente a dimensão individual. O projeto de uma sociedade mais justa, mais solidária e mais equilibrada entre homens e a natureza só é possível com a integração de um projeto de transformação da relação dos indivíduos consigo mesmos. Dentro dessa perspectiva analítica, Morin (2014), em seu livro intitulado *Enseigner à vivre: manifeste pour changer l'éducation* (Ensinar a viver: manifesto para mudar a educação), faz uma análise sociológica e filosófica da situação do sistema de educação que se aproxima em vários pontos da análise psicológica, em termos de inteligência emocional, trazidos por Filliozat (1997) e explicitado mais acima. A noção de “ensinar a viver” evocada por Morin (2014) – e que intitula sua obra – tem como base de inspiração a formulação feita por Jean-Jacques Rousseau em sua obra *Émile ou De l'éducation*, que constitui um verdadeiro tratado de educação sobre a “arte de formar os homens”. Na obra de Rousseau, a expressão “ensinar a viver” foi proferida pelo personagem

do educador e que se destina ao seu jovem aluno Émile: “viver é a profissão que eu quero lhe ensinar” (ROUSSEAU *apud* MORIN, 2014, p. 15).¹⁸⁸

Assim como Rousseau, Morin revela a necessidade de se ensinar a viver. Para ele, ensinar a viver deveria ser um elemento essencial do ensino, desde os primeiros anos da vida escolar, de forma que cada ser humano aprenda ferramentas para enfrentar os problemas fundamentais da existência, tanto individual como em sociedade. Para Morin, o conhecimento do conhecimento é um instrumento importante - na arte de ensinar a viver - a ser inserido nos programas escolares, pois permitiria um conhecimento aprofundado e contextualizado do ser humano em toda sua complexidade, assim como suas relações com a natureza. O conhecimento do conhecimento favorece uma compreensão dos problemas de forma global e ajuda a perceber com mais coerência “os conhecimentos parciais e locais”, que são ensinados comumente de forma fragmentada e descontextualizada. Para Morin (2014, p. 71), o aprendizado do conhecimento do conhecimento é importante para preparar os indivíduos aos riscos permanentes de ilusão e de erros pelos quais eles se deparam de forma permanente. Nessa perspectiva, o autor sublinha que:

Il est nécessaire d'introduire dans l'enseignement l'étude des caractères cérébraux, mentaux, culturels des connaissances humaines, de ses processus et de ses modalités, des dispositions tant psychiques que culturelles qui lui font risquer l'erreur ou l'illusion (MORIN, 2014, p. 71).¹⁸⁹

Morin (2014) acredita que o estudo do conhecimento do conhecimento é o estudo da condição humana, importante para reduzir as incompreensões humanas que se operam nas relações sociais. A compreensão humana, para ele, oferece condições intelectuais e sociais para construir uma sociedade de um *vivre ensemble* (viver junto) mais harmonioso, com seres humanos mais empáticos, pois, de acordo com sua percepção, “a compreensão humana, sempre intersubjetiva, necessita abertura para o outro, empatia, simpatia” (p. 52). O autor enfatiza que a “compreensão mútua entre os humanos, tanto [se tratando de] próximos que [de] estrangeiros, é vital para que as relações humanas saiam de seu estado de barbárie” (MORIN, 2014, p. 52). Além da generalização e da sistematização do estudo da compreensão humana, Morin (2014) defende, da mesma forma, o ensino da incompreensão humana, no sentido de dissecar suas “raízes, suas modalidades e seus efeitos”, na perspectiva de elucidar

¹⁸⁸ MORIN se refere ao livro de Jean-Jacques Rousseau *Émile ou De l'éducation*, publicado em 1762.

¹⁸⁹ Se faz necessário introduzir na escolarização o estudo de caracteres cerebrais, mentais, culturais dos conhecimentos humanos, de seus processos e de suas modalidades, das disposições tanto físicas que culturais que os fazem ter o risco do erro ou da ilusão. (Tradução própria).

“as causas dos desrezos, racismos, xenofobia”. Morin (2014, p. 53) destaca que a instauração de tais modalidades de ensino constituiriam “as bases mais seguras da educação para a paz interior de cada um e da paz geral entre os humanos.

Dentro da perspectiva do ensino e do aprendizado do conhecimento do conhecimento, da compreensão e da incompreensão humana – que se daria através da disciplina de filosofia, um aspecto importante destacado pelo autor é o conhecimento de si mesmo como base estruturante desse caminho de conhecimento. Assim, o autor enfatiza que “se compreender é necessário para compreender os outros [...]. Isso é vital, mas não ensinado” (2014, p. 29). Ele salienta a importância de valorizar atos existenciais de reflexão e introspecção. Para ele é importante valorizar a introspecção e, portanto, a reflexividade de si mesmo e do outro. Nesse sentido é preciso praticar consigo mesmo (essas ferramentas de autoconhecimento), para em seguida ter a capacidade de ensinar a “saber se distanciar, saber se objetivar, saber se aceitar, saber meditar, refletir” (2014, p. 29). É através desses instrumentos de autoconhecimento e de transformação pessoal que pode haver transformação social, de acordo com o raciocínio do autor, pois esse seria o caminho em direção a mais sabedoria e permitiria “evitar a baixeza” de ceder aos impulsos de vinganças e de punição, que para o filósofo “é nesta ética que, que estão implicadas virtudes antigas, as quais nos retornam pela via oriental: saber se distanciar em relação a si mesmo, saber se objetivar” (MORIN, 2014, p.29).

Aprender a viver é então, na perspectiva de Morin (2014) – e que encontra consonância com a transição social e ecológica - uma reforma das mentalidades para construir um mundo melhor. É se dar conta que viver é uma aventura tanto individual como coletiva, que envolve razões e emoções com impactos pessoais e sociais. Para Morin (2014), ensinar a viver é ensinar “à afontrar as incertezas e riscos” (p. 21), no sentido que evoca Ulrich Beck em sua análise sobre a “sociedade do risco”, mas também incertezas e riscos pessoais, ligados a emoções e sentimentos, como incertezas diante da certeza da morte (sabe-se que vai morrer, mas não a data) e riscos de saúde. Sobre a noção de viver, Morin (2014, p.21-22) lembra com pertinência e simplicidade que,

Vivre nous confronte sans cesse à autrui, familial, inconnu, étranger. Et nous avons dans toutes nos rencontres et nos relations besoin de comprendre autrui et d’être compris par autrui. Vivre c’est avoir sans cesse besoin de comprendre et d’être compris. Notre époque de communications n’est pour autant une époque de compréhension. Nous risquons toute notre vie l’incompréhension de soi à autrui et d’autrui à soi. Il y a incompréhension dans les familles entre enfants et parentes, parentes et enfants, incompréhension dans les ateliers ou bureaux, incompréhension des étrangers dont on ignore les moeurs et coutumes. La compréhension humaine

n'est nulle part enseignée. Or le mal des incompréhensions ronge nos vies, détermine des comportements aberrants, des ruptures, des insultes, des chagrins.¹⁹⁰

No mesmo sentido que Morin, o filósofo Patrick Viveret enfatiza a indissociabilidade de transformações pessoais e transformações sociais, em um mundo que se metamorfoseia. Em uma entrevista para o jornal francês *Libération.fr*, ele faz um diagnóstico do momento histórico, através da análise da utilização do termo “transição”, tal qual os movimentos ecologistas atuais têm feito alusão, afirmando que:

On assiste actuellement à une métamorphose historique, et l'aspect comportemental doit évidemment être associé à l'aspect structurel. Pour reprendre la conclusion du forum social de Porto Alegre, les transformations personnelles et les transformations sociétales doivent aller de pair.¹⁹¹

Pablo Servigne, engenheiro agrônomo que introduziu os estudos de “colapsologia” na França¹⁹² e militante do movimento de transição “cidades em transição”, insiste enfaticamente no caráter emocional da transição societal na qual estamos vivendo. Para ele, o movimento da transição propõe uma adaptação à realidade de desmoronamento do modelo de sociedade que se conhece atualmente. Dentro desse processo de transição, a tomada de consciência da degradação do meio ambiente e da rarefação de recursos leva a uma nova percepção do presente e do futuro e a partir de então são mobilizados sentimentos e emoções, às vezes contraditórios, como: incertezas do futuro, esperança na possibilidade de mobilização social e tomada de consciência massiva para a construção de uma nova sociedade. Nessa perspectiva de transição, Pablo Servigne afirma, em uma entrevista ao jornal *Reporterre.fr*, onde ele fala sobre o livro “*Tout peut s'effondrer*” que milhões de indivíduos já entraram em transição e já estão construindo o mundo depois, o mundo pós-petróleo, pós-colapso. De acordo com o escritor, para ver esse movimento, basta colocar os “óculos da transição”, onde a transição “é

¹⁹⁰Viver nos confronta permanentemente ao outro, familiar, desconhecido, estrangeiro. E nós temos em todos nossos encontros e nossas relações necessidade de compreender o outro e de ser compreendido pelo outro. Viver é ter constantemente necessidade de compreender e de ser compreendido. Nossa época de comunicações não é portanto uma época de compreensão. Toda nossa vida, nós corremos o risco da incompreensão de si ao outro e do outro para consigo. Existe incompreensão nas famílias entre filhos e pais, pais e filhos, incompreensão nas oficinas ou escritórios, incompreensão dos estrangeiros ao qual ignoramos os usos e costumes. A incompreensão humana não é ensinada em nenhum lugar. Portanto, o mal das incompreensões corroe nossas vidas, determina os comportamentos aberrantes, rupturas, insultos, sofrimento. (Tradução própria).

¹⁹¹Atualmente observamos uma metamorfose histórica, e o aspecto comportamental deve evidentemente estar associado ao aspecto estrutural. Para retomar [*o que foi dito no*] fórum social de Porto Alegre, as transformações pessoais e as transformações sociais devem andar juntas. Disponíveis em <http://www.liberation.fr/france/2014/08/26/le-mot-transition-est-un-terme-imprecis-et-insuffisant_1087459>. Acesso em 10 novembro 2017.

¹⁹²Juntamente com Raphaël STEVENS, que publicaram, em 2015, o livro *Comment tout peut s'effondrer: petit manuel de colapsologie à l'usage des générations présentes*.

uma oportunidade de mudar o mundo”, que na sua concepção implica em “construir redes em tempos difíceis. Ele acrescenta que a transição é “reencontrar o liame com os outros, com a natureza, com nós-mesmos. É aceitar a interdependência de todos os seres. Quando uma civilização entra em colapso, as construções podem cair, resta os laços humanos”.¹⁹³

Em uma entrevista para a web série Next, sobre “resiliência interior”¹⁹⁴, Servigne fala de um processo de transição e de resiliência no interior de si mesmo para enfrentar o luto de um modo de vida que tem como perspectiva desmoronar. Em seu livro sobre colapsologia Servigne; Stevens (2015) falam da necessidade de luto da sociedade industrial, como uma emoção a aprender a se viver com ela. Para os autores, o futuro será necessariamente catastrófico (ou apocalíptico) e será necessário encontrar novas formas de viver.

O indivíduo é, nesse sentido, um indivíduo em transição que enfrenta medos, esperanças, tristezas, angústias, mas que luta por um mundo melhor, mais agradável para se viver, mesmo tendo consciência que será necessário viver com menos bens e com mais sentindo. O indivíduo em transição não tem a ilusão que vai deixar um mundo com a mesma biodiversidade e o mesmo modo de vida para as gerações futuras – como foi o objetivo do desenvolvimentno sustentável – mas criar um modo de vida desde já que seja mais resiliente e que propicie às gerações futuras a possibilidade de viver, da melhor forma possível, com todas as transformações sociais, ecológicas, econômicas e culturais que o mundo atual vê emergir.

Assim, no movimento de transição a questão emocional aparece de forma explícita e conectada com as transformações sociais em curso. A preparação do emocional para as transformações que estão por vir é uma etapa fundamental.¹⁹⁵ De forma mais concreta, voltaremos a abordar esse tema na parte desta tese dedicada à análise de campo. Mostraremos como se apresentam essas transformações ou transição pessoal e emocional na vida dos militantes do movimento Alternatiba, através de dados observados em campo e de depoimentos extraído das entrevistas.

¹⁹³ Disponível em: <<https://reporterre.net/Tout-va-s-effondrer-Alors-preparons-la-suite>>. Acesso em : 03 de abr 2018.

¹⁹⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iJ_NBs_huBs&feature=youtu.be>. Acesso em : 03 de abr 2018.

¹⁹⁵ Algumas associações propõem formações curtas em ‘transição’, onde entre outros temas centrais, se aborda ‘laços consigo mesmo: para ousar fazer sua transição interior e ter confiança na vida’, como é o caso do projeto social belga ‘Terre e conscience’ (ao qual participa Pablo Servigne), que oferece formações, encontros e eventos diversos nas áreas de permacultura, agroecologia, biodinamia e transição. Disponível em: <<http://www.terreetconscience.be/>>. Acesso em : 10 abr 2018.

7.1.3 - *Transição e Educação*

A educação é um instrumento fundamental na transição, em todas as suas esferas, tanto na transição social, como na ecológica ou individual. Como vimos no tópico acima, psicólogos, filósofos e sociólogos defendem uma espécie de ‘alfabetização das emoções’ nas instituições escolares, desde os primeiros ciclos de ensino, para preparar o indivíduo a ser mais consciente de si mesmo, do outro e do seu papel na sociedade. Esse ensinamento transformaria a educação em um verdadeiro instrumento de transformação individual e social e como consequência, transformaria a educação em uma verdadeira ferramenta de transição para uma sociedade mais equilibrada, entre humanos e em sua relação com seu ambiente natural.

Os projetos educativos que se inserem na dinâmica da transição social e ecológica são projetos pedagógicos mais centrados na formação humana e no respeito de um desenvolvimento mais sustentável e durável para os homens e para o meio ambiente. Algumas pedagogias se destacam atualmente, dentro das estruturas que se dizem de transição, como: Montessori, Freinet, Steiner-Waldorf, Decroly ou ainda pedagogias mais livres de aprendizado por experiência. Além dessas pedagogias que emergem, existe também a não escolarização como uma escolha educacional, ou a escolarização feita pelos pais ou por grupos de pais (realizada em casa, para crianças não escolarizadas nas escolas formais, por opção dos pais).

Dessa forma, no processo de transição que apresentamos neste estudo, a educação é um aspecto importante (mesmo que só evoquemos de forma pontual) e é frequentemente associado a outros aspectos da transição. Frequentemente os projetos educativos mais voltados para uma formação humana e em sintonia com a natureza são associados a projetos de habitação coletiva e/ou cooperativa (que se desenvolvem cada vez mais na França).

Para além do aspecto de transformação profunda que a educação de base pode ter na transformação de uma sociedade, em paralelo outras formas de educação, mais informal e transversal podem ser realizadas no processo de transição. A sensibilização e as diversas formações às problemáticas ecológicas e climáticas, através de projetos não necessariamente educativos, são igualmente importantes para educar aos desafios relevados pela dinâmica da transição. Dessa forma, estruturas cidadãs (associações, cooperativas, grupos informais) têm um papel importante nesse processo educativo de adultos que não tiveram uma educação de base compatível com a transição social e ecológica (que se configura o caso da maioria das pessoas atualmente). Nesse sentido, o ‘Coletivo por uma transição cidadã’, que reagrupa os

principais atores atuais da transição social e ecológica na França, através de uma declaração cumum sobre a transição, se posicionam sobre a educação e as novas pedagogias como um instrumento de realização pessoal e de base para enfrentar os desafios do futuro. Para o coletivo¹⁹⁶,

Des démarches pédagogiques nouvelles se montent, proposant à nos enfants une éducation basée sur la coopération, la complémentarité, la connaissance de soi, des autres et de la nature. Une éducation leur prodiguant les savoirs, savoir-être et connaissances dont ils auront besoin pour s'épanouir et relever les défis du XXIème siècle.¹⁹⁷

Para fechar esse tópico e abrir ainda mais nossa reflexão sobre a transição societal, em seu aspecto educacional e mesmo civilizacional, a conclusão de um pequeno artigo publicado no blog de Edgar Morin¹⁹⁸ (2015), intitulado “uma civilização quer nascer” (*une civilisation veut naître*), se encaixa como uma luva nessa busca de compreensão de iniciativas sociais emergentes que lutam por transformações nas relações sociais, econômicas, culturais e por outra relação com a natureza, consigo mesmo e com todo o ecossistema (social ou natural). De forma ainda mais profunda, Morin fala de uma necessidade de uma “reforma existencial” e de elaboração de uma nova via, que leve a uma nova civilização (se quisermos evitar a barbárie):

Aujourd'hui, il s'agit de changer de voie, d'élaborer une nouvelle voie et cela dans et par le développement de la nouvelle civilisation, qu'incarnent déjà tant de bonnes volontés de tous âges de femmes d'hommes, et qui dessine des nouvelles formes dans les oasis de vie. Mais les forces obscures et obscurantistes énormes de la barbarie froide et glacée du profit illimité qui dominent la civilisation actuelle progressent encore plus vite que les forces de salut, et nous ne savons pas encore si celles ci pourrons accélérer et amplifier leur développement. Socialisme ou barbarie disait-on autrefois ; aujourd'hui il faut comprendre l'alternative : nouvelle civilisation ou barbarie.¹⁹⁹

¹⁹⁶ Disponível em: <<http://www.transitioncitoyenne.org/declaration-commune/>>. Acesso em : 10 abril 2018.

¹⁹⁷ Novas pedagogias emergem, pro propondo a nossos filhos uma educação baseada na cooperação, complementaridade, conhecimento de si, dos outros e da natureza. Uma educação que proporciona saber, saber-ser e conhecimentos necessários para se realizarem e relevar os desafios do século XXI. (Tradução própria).

¹⁹⁸ Disponível em: <<https://blogs.mediapart.fr/edgar-morin/blog/180615/une-civilisation-veut-naître>>. Acesso em : 20 set 2017.

¹⁹⁹ Hoje, trata-se de mudar de via, de elaborar uma nova via e isso através do desenvolvimento da nova civilização, que já encarna tantas boas vontades de todas idades de mulheres e de homens, e que desenha novas formas no oásis da vida. Mas as enormes forças obscuras e obscurantistas da barbárie fria e gelada do perfil ilimitado que domina a civilização atual progressa ainda mais rápido que as forças da salvação, e nós não sabemos ainda se essas últimas poderão acelerar e amplificar seu desenvolvimento. Socialismo ou barbárie se dizia em algum momento; hoje é preciso compreender a alternativa: nova civilização ou barbárie (Tradução própria).

7.1.4 - Transição, Economia e Trabalho

A economia perpassa todas as áreas e facetas do processo de transição, de forma que não há como pensar a passagem para um novo modelo societal sem pensar na construção de outro modelo econômico. Abordar a questão da economia e do trabalho na perspectiva da transição social e ecológica é necessariamente uma tarefa difícil e delicada. O modelo de sociedade que se aspira na transição implica em uma transformação do modelo econômico vigente, pois ela se ataca ao modelo de crescimento ilimitado onde se prioriza o lucro e a acumulação, que gerou e continua a gerar desigualdades e acúmulos excessivos. Ao contrário, a economia em uma sociedade de transição social e ecológica visa ir em direção a valores mais humanistas e mais repetosos com a natureza. Ela busca um modelo econômico que seja útil para todos e não para pequenos grupos. Espera-se das empresas um comportamento que busque o bem comum e não somente o crescimento e o lucro. Procura-se uma mudança de paradigma.

Um dos medos e argumentos de quem não adere ao processo de transição social e ecológica, tal qual defende os adeptos da transição, é o problema da perda de trabalho de milhões de pessoas, devido ao fechamento de empresas tidas como poluentes ou não compatíveis com os objetivos da transição ecológica. Inegavelmente, empresas em setores climaticamente não compatíveis são fontes de trabalho e de renda de um grande número de famílias pelo mundo. Além do mais, a ideia de transição ecológica é frequentemente associada a um ritmo de consumo mais sóbrio e, como o crescimento econômico é diretamente associado ao consumo da sociedade, consumir menos quer dizer menos crescimento econômico (nos parâmetros atuais, medido pelo PIB, baseado na crença que só o crescimento econômico pode gerar empregos) e conseqüentemente menos geração de trabalho.

Assim, o debate sobre a transição ecológica suscita medo, logo que reações fortes e contraditórias frente à perspectiva da perda de empregos operar-se-ão. Mudar de modelo energético provoca uma mudança estrutural na sociedade e levanta o debate sobre o desemprego atual, que longe de ser solucionado, se adiciona à problemática da reconversão profissional das pessoas que perderão os empregos nas áreas de trabalhos poluentes e que pouco a pouco diminuirão (ou encerrarão) suas atividades (empresas ligadas ao petróleo ou seus derivados, indústria automobilística, transporte rodoviário, agricultura intensiva).

A questão trabalho é assim uma questão central na análise da transição societal e ela mereceria, certamente, ser tratada com mais profundidade neste trabalho. Porém, dada a amplitude e a complexidade dos aspectos que podem ser tratados nesse tema, optamos por uma abordagem rápida e elucidativa da problemática, tratando somente como os movimentos de transição encaram a questão do trabalho e quais são as principais soluções evocadas. Neste tópico, abordaremos mais precisamente a campanha que vem sendo feita desde 2017 por um conjunto de organizações da sociedade civil francesa, que tem como objetivo sensibilizar a sociedade e o poder público sobre o potencial de criação de empregos que a transição ecológica pode proporcionar.

Dessa forma, diversas associações, sindicatos, coletivos cidadãos e organismos da sociedade civil (ambientais e sociais, entre eles o movimento Alternatiba), reunidos através da plataforma ‘emprego-clima’ (*emploi-climat*) e portadores da campanha ‘Um milhão de empregos para o clima’ (*Um million d’emploi pour le climat*)²⁰⁰, consideram que a transição social e ecológica pode ser um verdadeiro vetor de criação de trabalho e emprego. Eles evocam a existência de uma ‘mina’ de empregos ligada à transição ecológica.²⁰¹ Trata-se de uma grande quantidade de novos empregos ligados ao clima e à ecologia, que são possíveis e previsíveis - de acordo com os defensores dessa campanha -, se houver uma vontade política forte para implementar políticas públicas de apoio à criação de empregos mais compatíveis com a questão climática, de desenvolvimento de energias renováveis, de setores de produção associados às energias renováveis, de uma localização da produção e do consumo. Dessa forma, a problemática do trabalho se encontra no centro do debate sobre a transição social e ecológica através de duas problemáticas principais: de um lado a diminuição de trabalhos poluentes, de outro lado a criação de trabalhos ecologicamente compatíveis.

Para os adeptos da transição societal e os atores envolvidos na campanha de empregos para o clima, essa transição ecológica pode ser, inclusive, uma oportunidade para repensar a qualidade do trabalho, a intensidade do mesmo e até uma ocasião de reduzir as taxas de desemprego. A quantidade de empregos climáticos que podem ser criados, de acordo com o relatório ‘um milhão de emprego para o clima’²⁰², superam a perda de empregos dos setores poluentes (e propensos a desaparecerem), de forma que o balanço é positivo entre os

²⁰⁰ Disponível em: <<http://emplois-climat.fr/menu-campagne/qui-sommes-nous/>>. Acesso em 20 abr 2018.

²⁰¹ Essa campanha foi inspirada do movimento de sindicatos e associações na Inglaterra, intitulada ‘um milhão de empregos climáticos’. Na Inglaterra, os movimentos sociais envolvidos propõem a criação de um serviço nacional do clima, com objetivo de acolher toda pessoa que perde o emprego no contexto da transição ecológica e redirecionar para os setores de empregos climáticos (renovação térmica, transporte público, energias renováveis, reciclagem, concertos).

²⁰² Disponível em: <<http://emplois-climat.fr/2017/09/26/projet-de-loi-de-finances-plan-dinvestissement-doivent-garantir-creation-demplois-climat/>>. Acesso em 20 abr 2018.

empregos que se perderão e os que se criarão. De acordo com estudo feito pela plataforma, os novos setores geradores de empregos - necessários para se efetivar a transição social, ecológica e energética - se concentram principalmente nas seguintes áreas: agroecologia, transporte coletivo, renovação do parque de transportes privados (carros elétricos, por exemplo), criação de empregos ligados a concertos, reciclagem, energias renováveis, renovação e adaptação térmica do setor da construção (no caso da França que é um país que precisa de construções adaptadas para o frio).²⁰³

Esses setores poderão absorver os trabalhadores vindos de empresas poluentes e fortemente emissoras de GEE, através da implementação de políticas públicas de formação para a reconversão e a adaptação dos trabalhadores. Para financiar esse conjunto de políticas públicas necessárias para efetivar a transição, os atores envolvidos na campanha pela criação de empregos climáticos revelam diversos setores econômicos que poderiam ser reorganizados para gerar renda para realizar a transição. Eles defendem que existe uma 'jazida de financiamentos a serem explorados' para financiar a criação desses novos empregos e a formação dos trabalhadores, entre os principais 'a supressão das subvenções às energias fósseis, a taxa sobre as transações financeiras e a luta contra a evasão fiscal' que, para eles, reuniria os 'recursos necessários para o financiamento da transição energética'.²⁰⁴

De acordo com o relatório 'um milhão de empregos para o clima', dentro do cálculo desse milhão de empregos criados²⁰⁵, já foi levado em consideração a supressão de quase 450 mil empregos nos setores poluentes. Ou seja, o cálculo comporta uma criação de um milhão de empregos disponíveis e mais de quatrocentos mil empregos destinados a substituir os que foram suprimidos (destinados à reconversão). A estimativa foi feita para o horizonte próximo de 2020. No quadro abaixo - disponibilizado na plataforma 'emplois-climat', podemos observar uma tabela sintética com os cálculos dos empregos gerados (+1.446.000) e os empregos destituídos (-446.000), por setor econômico. O quadro abaixo apresentado traz a informação do custo (em milhões de euros), por setor econômico e a totalidade estimada para a criação dos empregos (104,7 milhões de euros).

O quadro abaixo é dividido em duas partes: as três primeiras colunas correspondem às informações de criação de empregos climáticos, as duas outras colunas informam sobre os setores econômicos e a estimativa de empregos que serão suprimidos. Assim, lê-se: na

²⁰³ A plataforma 'emprego clima' se apoia bastante no cenário da associação *Negawatt*, para a estimativa das áreas geradoras de empregos ligados ao clima.

²⁰⁴ Disponível em: <<http://emplois-climat.fr/2017/09/26/projet-de-loi-de-finances-plan-dinvestissement-doivent-garantir-creation-demplois-climat/>>. Acesso em 20 abr 2018.

²⁰⁵ Um milhão é um número aproximativo e simbólico, mas que representa uma quantidade estimada provável, de acordo com a análise de diversos parceiros e cenários.

primeira coluna encontramos os principais setores econômicos geradores de empregos climáticos, na segunda coluna temos a estimativa do número de empregos que serão criados (por setor e no final a soma total), na terceira coluna temos a estimativa do custo de financiamento dos empregos a serem criados (por setor e no final a soma total). A quarta coluna enumera os principais setores econômicos que sofrerão com a perda de empregos e a quinta coluna especifica o número estimado de empregos que serão suprimidos (por setor e no final a soma total).

Quadro 3: Tabela sintética de setores e quantidade de empregos climáticos estimados

	2020			
	nombre d'emplois créés	M d'€		nombre d'emplois détruits
Secteur du bâtiment et rénovation	350 000	21,9	Energies non renouvelables, réseaux gaz et électricité	-23 000
Energies renouvelables	330 000	26,4	EPR et prolongation des centrales nucléaires	-76 000
Action sociale	230 000	8,2	Produits pétroliers	-25 000
Réparation de biens domestiques, recyclage	130 000	13,4	Bâtiments neufs	-124 000
Fabrication industrielle dans des secteurs compatibles avec la transition	110 000	15,7	Infrastructures routes	-25 000
Administration publique (enseignement, administration territoriale, etc.)	100 000	6,3	Transport aérien	-27 000
Activités des organisations associatives	80 000	3,5	Secteur automobile	-85 000
Agriculture paysanne bio / intégrée	50 000	4,3	Fret routier	-31 000
Transport ferroviaire, transport en commun	20 000	1,4	Agriculture traditionnelle	-30 000
Recherche-développement scientifique	20 000	1,8		
Activités créatives, artistiques et de spectacle, bibliothèques, archives, musées et autres activités culturelles	20 000	1,2		
Matériel ferroviaire	6 000	0,5		
Total	1 446 000	104,7		- 446 000
	1 000 000			

Légende

Branches traditionnelles de la transition écologique

Branches fondamentales pour l'accompagnement de la transition écologique juste

Branches non compatibles avec les principes de la transition écologique

Fonte: <http://emplois-climat.fr>

Para se realizar essa transição econômica depende-se de uma tomada de consciência importante da parte dos governantes políticos. Trata-se de um aspecto altamente técnico da transição social e ecológica e representa uma verdadeira virada societal, pois implica em uma reestruturação de setores de trabalho centrais. Dificilmente esse cenário pode ser realizado no curto espaço de tempo em que ele se propõe (2020) e com a conjuntura política francesa atual, onde o *lobbying* industrial tem uma forte influência e a questão ecológica, apesar de começar a ter certo espaço na criação de políticas públicas, ainda não é uma verdadeira prioridade do governo.

Para além das decisões técnico-políticas em termos de escolha de investimentos econômicos, trata-se igualmente de uma transformação societal maior onde os interesses ambientais e de qualidade de vida passam a ser uma prioridade política, em detrimento da lógica econômica hegemônica atual. A realização de tais políticas estruturais e estruturantes em termos econômicos tem uma repercussão social inegável e visa construir um novo modelo hegemônico, baseado em uma economia climaticamente compatível.

Porém, associado a essa virada econômica (desejada pelas estruturas ecologistas), a transição societal só será possível com uma série de transformações do *modus operandi* do mundo do trabalho, de modo que haja uma mudança na lógica produtiva onde as relações sociais e ambientais de trabalho sejam levadas em consideração e não somente a busca do lucro e da acumulação. Quanto à necessidade dessas transformações sociais ligadas ao mundo do trabalho, Edgar Morin, em um artigo publicado no jornal *Médiapart.fr*²⁰⁶, em junho de 2015, evoca uma série de pequenas transformações sociais que o leva a fazer a constatação de que uma ‘nova civilização quer nascer’ para romper com a lógica pedratória da natureza e do não respeito ao trabalhador. Para o filósofo é possível haver um retorno do cooperativismo, do desenvolvimento da economia solidária, dos sistemas mutualistas, a busca de uma economia local e circular, entre outros aspectos, que para ele é a via de uma reforma necessária para se construir uma sociedade do ‘bem viver’. Morin defende nesse mesmo artigo a necessidade de uma ‘reforma das condições de trabalho’ que fuja da norma de rentabilidade que produz ‘mecanização de comportamento, ou até robotização, *burn out*, desemprego que diminuiriam na realidade a rentabilidade prometida’.

Dentro desse contexto de transição societal, ou de ‘nova civilização’, onde o trabalho continuará certamente a ter um lugar central, para além das transformações no mundo do

²⁰⁶ Disponível em: <<https://blogs.mediapart.fr/edgar-morin/blog/180615/une-civilisation-veut-naitre>>. Acesso em : 20 nov 2017.

trabalho convencional (indústria, empregos públicos, grandes produções), percebemos através dos projetos e ações desenvolvidos em torno dessa busca de transição, que os indivíduos (já envolvidos) tendem a buscar relações de trabalho mais prazerosas e mais ajustadas às suas convicções éticas, sociais e ambientais. Percebe-se uma busca de sentido e de coerência no trabalho, em detrimento de uma busca de maiores salários ou de trabalhos com *status* social elevado.

Observa-se no meio dos atores da transição social e ecológica uma certa tendência de pessoas que passaram por uma reconversão de trabalho tendo como objetivo mais qualidade de vida, mais tempo para si, mais conexão com a natureza. Nesse sentido, são criadas novas estruturas econômicas que começam a ser designadas como ‘*start-up* cidadãs’, pois se trata de pequenas empresas inovadoras socialmente e ecologicamente, que visam não somente a geração de um trabalho socialmente e ecologicamente mais respeitoso, mas também outra relação com o trabalho e com a produção: relações de trabalho menos hierárquicas, distribuição de renda mais equitativa (no seio da empresa), relações de trabalho mais humanas. Essas micro empresas sociais, ou *start-up* cidadãs, geralmente inseridas no campo da economia social e solidária atua concretamente em áreas como: economia circular, em torno da temática do ‘zero lixo’ (*zéro déchet*)²⁰⁷, construção ecológica, energias renováveis. Essas iniciativas econômicas, sociais e ambientais procuram geralmente um modelo econômico mais social (cooperativo, associativo) e tendem a experimentar modos de governança mais horizontais e mais democráticos.

7.1.5 - A Engrenagem das Transições: Transição Agrícola, Transição Política e Democrática, Transição e Saúde Pública

A lista das transições pode ser longa, pois o processo de construção de uma transição societal envolve todas as esferas da vida: individual, política, econômica, cultural. Esse processo envolve necessariamente uma transformação dos setores centrais da organização da sociedade, como os setores agrícola, de saúde, a organização política, entre outros. O processo de transição social e ecológica conduz assim a um movimento de engrenagem onde

²⁰⁷ Trata-se de empresas em torno da produção de novos produtos tendo como base materiais que seriam destinados ao lixo e que por sua vez, idealmente, não gera lixo, uma vez utilizado. Um exemplo desse tipo de *start-up* cidadã é a empresa recentemente criada (2017) de bolachas feitas com os resíduos (malte e cevada) da produção de cerveja (orgânica). A empresa Résurrection, criada por duas mulheres Marie Kérouedan e Nathalie Golliet (uma originalmente mestre em ciências políticas e outra mestre em comércio internacional, todas duas já tendo exercido várias anos nas suas áreas de trabalho respectivos, decidiram criar uma empresa em coerência com seus valores sociais, éticos e ambientais). Mais informações no site: <<http://crackers-resurrection.com>>.

uma transição aciona outra transição e necessita de um funcionamento coordenado e de esforço mútuo, envolvendo assim todas as esferas sociais.

O setor agrícola é um dos setores centrais do processo de transição. A agricultura comporta em si vários outros setores centrais no sistema social, que vai da alimentação cotidiana à produção de energia, passando pela questão de saúde pública, sem esquecer que se trata de um setor importante de geração de trabalho e renda. O setor agrícola também é uma área estratégica em termos econômicos e financeiros dos países e regiões. Dado esta centralidade, muitos movimentos de transição social e ecológica se situam em torno da problemática agrícola (incluindo a agricultura urbana) e seus contornos. Para além da centralidade social e econômica, o setor agrícola é também considerado um alvo central da transição por seu caráter poluidor (trata-se do segundo setor econômico mais poluente, depois do setor energético, representando 24% das emissões mundiais de GEE, de acordo com o relatório do IPCC de 2014²⁰⁸) e seu potencial de impacto positivo sobre o clima, se houver uma real transição ecológica.

É importante ressaltar que o caráter poluidor do setor agrícola é dado pelo modelo agrícola que se expandiu pelo mundo com a revolução industrial e é esse modelo (que se tornou hegemônico) que é tido como um dos principais responsáveis pelas emissões de GEE. De acordo com os dados divulgados pela associação *Réseau Action Climat* (Rede Ação Clima)²⁰⁹, aproximadamente 1/3 das emissões mundiais de GEE são provenientes do nosso sistema alimentar. Para a associação, o modelo de agricultura industrial é baseado na exportação, na utilização de pesticidas e, portanto, grande responsável pela desregulação do clima. Por outro lado, o que resta de uma agricultura local (camponesa) e respeitosa do meio ambiente, pouco emissora de GEE, sofre as consequências do aquecimento global e tem dificuldades de sobreviver diante da concorrência com os preços baixos da agricultura industrial e os subsídios dados pelo governo e pela União Europeia (no caso da agricultura industrial francesa).

A agricultura industrial se desenvolveu e se expandiu baseada na promessa que, através de uma produção em grande escala, seria possível acabar a fome no mundo. Porém, diferentes estudos relatórios (inclusive relatórios recentes da ONU²¹⁰) mostram que esse

²⁰⁸ Disponível em: <http://ipcc.ch/pdf/assessment-report/ar5/syr/SYR_AR5_FINAL_full.pdf> . Acesso 30 abr 2018.

²⁰⁹ Dossiê especial sobre o balanço de dois anos depois da COP21 : « deux ans après la COP21, quels défis à l'échelle internationale. Disponível em: <https://reseauactionclimat.org/cop23-quels-defis-echelle-internationale/>. Consultado em 02 novembro 2017.

²¹⁰ Destacamos os resultados do recente relatório (2017) das Nações Unidas sobre a segurança alimentar mundial e a nutrição, intitulado « O estado da segurança alimentar no mundo mundo: reforçar a resiliência para favorecer

modelo não foi capaz de garantir segurança alimentar em varias regiões do mundo. Na realidade, o modelo de produção agrícola industrial (ou intensivo) se mostrou bastante útil para o enriquecimento de empresas multinacionais, que se mostraram pouco preocupadas com a condição de insegurança alimentar em diversas regiões do mundo. A produção em grande escala produz um desperdício em grande escala e uma especulação de matérias primas de base, causando um efeito perverso de produzir, de fato, uma quantidade de alimentos suficiente para resolver o problema da fome no mundo, mas não ser capaz de encontrar um sistema para garantir o acesso (de forma estável) às populações mais vulneráveis.

Diante desse quadro, o desafio de um mundo em transição societal é de construir um modelo de agricultura ancorado em uma produção local e regional capaz de atender às necessidades alimentares das populações, quer seja nos âmbitos locais, nacionais ou internacionais. Construir uma agricultura respeitosa do meio ambiente e dos seres humanos, alimentada energeticamente através de fontes de energias renováveis e livre de produtos químicos (agrotóxicos). Mas também, uma agricultura que respeite a diversidade de variações que a natureza oferece e que garanta liberdade dos pequenos agricultores de reproduzirem variedades às quais eles têm acesso, sem blocagem e detenção exclusiva da reprodução de variedades por empresas privadas (detentoras de sementes e espécies que pertencem à natureza e que deveria ser um bem comum)²¹¹.

Assim, a transição agrícola tem como desafio propiciar uma alimentação saudável, que vise nutrir os humanos e garantir soberania alimentar, se distinguindo de uma visão mercadológica e capitalista do setor agrícola onde o que se prima é o aumento do capital econômico de um pequeno grupo de empresas. Procura-se proporcionar a autonomia alimentar dos territórios para aumentar (ou construir) sua resiliência. Busca-se igualmente construir uma agricultura baseada em uma diversificação de cultivos (ao contrário da monocultura praticada pela agricultura intensiva), próxima do modelo da permacultura, onde o equilíbrio dos ecossistemas é respeitado.

a paz e a segurança », que enfatiza que a fome toca 11% da população mundial (além dos problemas de má alimentação) e que essa estatística representa um aumento (de 38 milhões de pessoas) em relação ao ano precedente. Para as agências relatoras do estudo, esse aumento da fome se dá, em grande parte, pela diversas situações de guerras e problemas climáticos. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-I7695f.pdf>>. Acesso em :02 nov 2017.

²¹¹Referimo-nos aqui ao problema de blocagem de cultivo de certas variedades de sementes, por certas empresas multinacionais, para manter o monopólio da venda e a dependência dos produtores por uma só variedade, geralmente mais rentável economicamente, mais fácil de ser produzida.

Transição Agrícola: Quando Comer se Torna um Ato Político

Frente às problemáticas e desafios em torno da transição agrícola – ou, o enfrentamento dos problemas trazidos pela agricultura intensiva – o ato de se alimentar, que consiste em um gesto trivial e ao mesmo tempo vital, torna-se um ato político em si. Comer, esse ato comum a todos e cotidiano e frequentemente pensado como algo neutro e despidido de qualquer engajamento político, passa a ter uma dimensão política forte a partir do prisma da crise climática e do movimento de transição ecológica e social.

De fato, o debate sobre a transição societal faz ressaltar a evidência de que escolher o tipo de alimentação que se consome é optar por um modelo de produção agrícola. É financiá-lo e apoiá-lo. Da mesma forma, escolher o local onde fazer suas compras de alimentos diários também consiste em optar por um sistema econômico de distribuição. Assim, os movimentos sociais e ecológicos em torno da ideia de transição social e ecológica enfatizam a centralidade dessas escolhas cotidianas nas transformações sociais, econômicas e ecológicas que se aspira. Os gestos cotidianos se tornam instrumentos de luta de transformação societal. Esses movimentos promovem a agricultura local de forma politizada e enfatizam a complexidade do simples ato de optar por um tipo de alimentação ou outro. Nesse mesmo sentido, o modo de se alimentar segue o mesmo raciocínio que o de consumir alimentos: o regime alimentar carnívoro, vegetariano, vegano ou “flexitariano” passa a ser visto como uma escolha política.

Esses elementos políticos em torno da alimentação envolvem em si diversas outras dimensões (igualmente políticas): econômica, social, climática, ecológica, assim como, escolhas éticas. Os regimes alimentares ultrapassam a questão cultural e começam a integrar questões políticas, éticas e climáticas. Optar por um regime vegetariano ou vegano, por exemplo, frequentemente é acompanhado por sensibilidades a causas políticas e éticas: a questão animal (maus tratos e/ou recusa de utilizar outros animais como fonte de alimentação), a questão da pegada ecológica (visto que o regime carnívoro representa uma emissão de CO₂ importante). Optar por um regime flexitariano é demonstrar uma consciência ambiental e social, geralmente em torno de uma preocupação com a pegada ecológica individual, mas também ligado à qualidade da carne produzida e consumida (por questões éticas e de saúde).

Seguindo essa lógica de transformações do modo de se alimentar e de consumir os alimentos, desenvolveu-se nos últimos anos, na França, um grande número de projetos de vendas de produtos orgânicos provenientes de territórios de proximidade e distribuídos diretamente pelos produtores (em feiras livres, em locais associativos ou outros). Um dos

projetos emblemáticos são as AMAP's (Association pour le maintien d'une agriculture paysanne/associação para a manutenção de uma agricultura camponesa). As AMAP's visam o desenvolvimento da agricultura de pequenos produtores, orgânica (ou agricultura com o mínimo possível de produtos químicos) e de proximidade. Ela prioriza o contato/venda direto com os produtores e pretende assegurar uma renda justa para eles, propondo um preço igualmente justo para os consumidores. Essa equidade é possível pelo fato de se ter menos atravessadores no processo de produção e consumo.

A busca por produtos locais, orgânicos e comprados diretamente ao produtor tem se tornado um símbolo de tomada de consciência da ligação da questão alimentar com a questão climática, mas também de uma sensibilização sobre os impactos econômicos da agricultura intensiva nos territórios. Soma-se a esta conscientização a preocupação crescente do impacto dos alimentos na saúde.

Além dos impactos diretos da agricultura intensiva que operam diretamente na mudança climática (pela emissão de GEE e pelo desequilíbrio dos ecossistemas), há igualmente os impactos na saúde pública que são cada vez mais evidentes. A saúde pública é um setor afetado pelo modelo agrícola intensivo e pela produção intensiva de alimentos industrializados, para o qual os Estados devem fazer face e construir novas políticas públicas de saúde. Os impactos na saúde pública se produzem por dois principais fatores: por um lado pela oferta de alimentos de má qualidade e pelo consumo desequilibrado de certos produtos (sobretudo os com excesso de açúcar e gorduras), que têm causado doenças que vêm sendo consideradas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como “doenças de civilização” (diabetes, obesidade, entre outras). Por outro lado, pelas doenças e problemas de saúde causados pelos diversos tipos de poluição (do ar, dos solos, dos rios). Sobre essa questão, Achim Steiner²¹², diretor executivo do PNUMA²¹³ e subsecretário geral da ONU - reagindo aos resultados do relatório da Fundação Rockefeller, publicado em 2015, sobre a “saúde humana na era do antropoceno”, onde se estabeleceu relações claras entre a saúde do planeta e a saúde humana – enfatiza que:

Nós atingimos um ponto onde a degradação ambiental apresenta sérias ameaças à saúde humana. Através da exploração da sustentabilidade ambiental, estamos comprometendo a saúde do nosso planeta e das futuras gerações. Uma abordagem sustentável ao desenvolvimento econômico, ao consumo e à produção pode promover um planeta e uma população mais saudáveis.

²¹² Disponível em: <<http://web.unep.org/novo-relatório-sugere-reformas-para-o-alcance-da-saúde-humana-e-do-planeta>>. Acesso em 25 abr 2018.

²¹³ Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

Nesse prisma, a alimentação representa vários campos de luta: desenvolvimento da economia local, melhores condições de remuneração para os produtores locais (através da diminuição de intermediários), ética animal, saúde individual e pública.

Transição Política e Democrática

Esse processo de transição societal, em suas múltiplas facetas e aspectos, não pode ser levado adiante sem uma transição política e democrática. A dinâmica da transição vindo majoritariamente de iniciativas cidadãs e engendrando um processo de demandas de políticas públicas necessita de um contexto democrático mais participativo. As políticas públicas preconizadas devem ser construídas em cooperação com os movimentos sociais e os cidadãos. O coletivo francês por uma transição cidadã enfatiza, em sua declaração comum, que os atores da transição social e cidadã – entre os vários aspectos de transformações sociais em andamento - têm buscado um aprofundamento da democracia. De acordo com o coletivo²¹⁴,

Des processus d’approfondissement de la démocratie sont conduits, facilitant la participation directe des citoyens aux décisions qui les concernent, dans la cité et dans l’entreprise, instaurant une véritable coopération entre les élu-e-s et les autres citoyen(ne)s. Inventant les institutions nouvelles qui permettent à chacun-e de peser dans le sens de la transition à laquelle nous aspirons.²¹⁵

7.1.6 - Transição e Gênero: As Mulheres na Mesa de Negociações

A construção de um novo modelo societal não pode se dá sem transformações nas relações sociais de gênero. Quer seja nas relações mais clássicas, como entre homens e mulheres ou nas diversas outras relações de gênero, através da diversidade sexual (transexuais, bissexuais, etc.). Apesar de não observarmos um debate enfático no que diz respeito às relações sociais de gênero de forma realmente abrangente, tal qual acabamos de ressaltar, as relações sociais de gênero entre homens e mulheres têm sido um aspecto de transformações visíveis nesse processo de transição.

²¹⁴ Disponível em: <<http://www.transitioncitoyenne.org/declaration-commune/>>. Acesso em 02 maio 2018.

²¹⁵ Processos de aprofundamento da democracia são realizados, facilitando a participação direta dos cidadãos às decisões que lhes dizem respeito, na vida política e na empresa, instaurando uma verdadeira cooperação entre os eleitores (as) e outros cidadãos (ãs). Inventando as novas instituições que permitem a cada um e cada uma de pesar na direção da transição a qual nós aspiramos. (Tradução própria). Disponível em: <<http://www.transitioncitoyenne.org/declaration-commune/>>. Acesso em 02 de maio de 2018.

Conscientes da importância desse aspecto e ao mesmo tempo se situando em uma época onde a presença feminina nas esferas sociais, econômicas e políticas já é uma realidade e onde as mulheres, dessa nova geração, encaram com naturalidade a participação no debate público (em relação há poucas décadas atrás, mesmo que ainda estejamos longe de uma sociedade realmente paritária e igualitária), os movimentos sociais que lutam pela transição social e ecológica se caracterizam por uma forte presença feminina. Observa-se nos projetos, ações e programas ligados à transição ecológica e social um forte protagonismo feminino.

Tomando como exemplo a coligação de organismos da sociedade civil francesa que foi criada para a ocasião da COP21, percebemos que a maioria dos/as representantes dessas estruturas são mulheres e majoritariamente jovens. Dessa forma, percebemos que há dois elementos que aparecem como uma forma de transição do modo de funcionamento das instâncias políticas cidadãs clássicas: por um lado há o aspecto de gênero, com uma forte presença feminina em instâncias simbolicamente importantes no campo da militância ecologista; por outro lado a questão da intergeracionalidade que emerge igualmente como uma quebra de paradigmas, pois, comumente, as instâncias representativas de questões de importância societal central (considerando aqui a questão climática como tal) estão nas mãos de homens, brancos e com certa idade. Obviamente essa análise se restringe às observações no meio associativo francês e não nega as incoerências que podem ser observadas em instâncias decisivas, principalmente no âmbito político institucional, onde a maioria dos decisórios continuam sendo homens (por exemplo, o ministro da ecologia é um homem, mesmo se historicamente e em várias partes do mundo podemos identificar tal ministério com uma presença feminina importante – questão que mereceria ser analisada com mais profundidade em outro trabalho).

A propósito da questão étnica, evocada a pouco, os movimentos militantes ecologistas na França continuam sendo majoritariamente compostos por pessoas brancas e geralmente de classe média. Porém, vale a pena salientar que essa realidade, apesar de ser majoritária, não é exclusiva e percebemos cada vez mais uma certa diversidade social e cultural nos movimentos sociais ecologistas, tanto do ponto de vista de classes sociais como de grupos étnicos. Analisando-se a foto abaixo, podemos ter uma pequena amostra desses elementos sociológicos acima levantados. Trata-se de uma coletiva de imprensa²¹⁶ dada por diversas

²¹⁶ Coletiva de imprensa dada pelos representantes da *Coalition 21* (Coligação 21), seguida dos atentados terroristas do 13 de novembro, em Paris, que levou o governo a cancelar as manifestações públicas que estavam previstas, inclusive a das organizações climáticas que se preparavam no âmbito da COP 21 (notadamente, a marcha mundial pelo clima, prevista para o dia 29 de novembro de 2015 e uma manifestação cidadã prevista dia 12 de dezembro, na ocasião do encerramento da COP21).

associações e organismos da *Coalition 21*²¹⁷, onde podemos perceber a presença feminina majoritária (6 mulheres e dois homens) e a presença de dois homens negros, o que simbolicamente não é negligenciável.



Coletiva de imprensa da *Coalition Clima 21* (Fonte: *Twitter, @climat21*, 20 novembro de 2015)

A ‘coligação 21’ tinha como porta voz uma jovem mulher, Juliette Rousseau (com o microfone na foto acima), que assumiu o papel de coordenação e de representação das mais de 130 organizações da sociedade civil, reunidas em torno da questão climática com o objetivo de fazer pressão nas negociações da COP21. Assim, podemos constatar que os novos movimentos ecologistas têm se construído com uma forte presença feminina na mesa das negociações, principalmente nas instâncias da sociedade civil.

Um dos mais importantes momentos de negociações internacionais sobre as questões climáticas são incontestavelmente as COP’s. Na ocasião dessa significativa conferência, apesar de não fazer parte das negociações oficiais (e finais, feita pelos chefes de Estado ou seus representantes), há sempre representações de associações de mulheres e associações femininas do mundo todo. Durante as COP’s, em paralelo à delegação dos Estados, uma série de organizações da sociedade civil, representadas por diferentes grupos, participam das negociações (enquanto observadores, tendo direito à voz em sessões abertas e podendo participar de pequenas reuniões chamadas “grupos de contato”): empresas, sindicatos, diferentes ONG’s, organizações sociais de jovens, organizações religiosas, povos nativos de territórios ameaçados e grupos de mulheres (representantes de ONG’s de mulheres e

²¹⁷ Site oficial da coligação: <<http://coalitionclimat21.org/fr/contenu/documentation-0>>. Acesso em : 25 abr 2017.

feministas). Nesse sentido, as mulheres representam um grupo de interesse em si e buscam inserir a questão de gênero nas negociações climáticas. A importância de participar oficialmente da COP (mesmo sem direito a voto) consiste em ter a possibilidade de fazer pressão aos dirigentes e/ou seus representantes para incluir nas negociações reivindicações mais ambicionadas, levantadas pela sociedade civil.

Os grupos de mulheres presentes nas COP's reivindicam a inclusão da questão de gêneros nas discussões climáticas de forma mais enfática e demandam aos chefes de Estado de reconhecer de um lado a vulnerabilidade das mulheres face à mudança climática e ao mesmo tempo o papel das mulheres na proteção do meio ambiente e no combate à desregulação do clima²¹⁸. Fruto de anos de combate para a inclusão dessa temática nas COP's, as mulheres obtiveram um resultado (mesmo que ainda simbólico) de sua luta por reconhecimento na COP 23 (que aconteceu em Bonn/Alemanha, 2017): a adoção de um plano de ação em favor da igualdade de sexo (*Gender Action Plan/GAP*²¹⁹). Esse plano visa intensificar a luta pela igualdade de gênero (nas instâncias representativas das COP's) e integrar a questão de gênero em toda a discussão sobre a criação de políticas públicas em torno da questão climática, nos territórios nacionais ou internacionais. O plano tem como objetivo igualmente favorecer a participação das mulheres (e sua influência) nas negociações de luta contra a mudança climática, reconhecendo o papel que elas têm nessa temática. Resta esperar a aplicação desse plano para avaliar sua real aplicabilidade e eficácia nos anos que estão por vir.

Além da adoção do plano de ação pela igualdade de gênero, durante a COP 23 também foi dedicado um dia especialmente para a questão da igualdade de gênero, o “Gender Day”. De acordo com Cecília Attias, presidente e criadora de fundação que leva seu nome (Fundação Cecília Attias), que luta pela igualdade homens-mulheres, trata-se de um sinal importante e forte que a comunidade internacional lança para os governos nacionais, no sentido que esse momento simbólico representa “o sinal que a luta pelo clima anda junto com a luta pela igualdade”.²²⁰

Pouco apouco, a questão de gênero é reconhecida como um elemento central nas discussões climáticas e, portanto, na transição societal que essas mudanças desencadeiam. As mulheres ocupam cada vez mais os espaços nas mesas de negociações internacionais sobre o clima, mas também sobre a sociedade que se pretende construir amanhã. Nas diferentes partes

²¹⁸ Ver mais detalhes sobre essa argumentação no capítulo 4 desta tese.

²¹⁹ Disponível em: <http://www.adequations.org/IMG/pdf/GAP_COP23-2.pdf>. Acesso em : 15 abr 2018.

²²⁰ Disponível em: <https://www.huffingtonpost.fr/cecilia-attias/le-changement-climatique-met-les-femmes-en-premiere-ligne_a_23368552/>. Acesso em : 15 abr 2018.

do mundo, as mulheres têm mostrado interesse e dedicação aos problemas climáticos e ecológicos e têm sido uma força motora para lutar contra o aquecimento global. Constatamos essa realidade através da forte presença em movimentos da sociedade civil ecologistas (e afins), dos relatos que ONG's²²¹ que trabalham com mulheres em situação de precariedade e que testemunham a capacidade inovadora na luta climática, no lugar das mulheres em publicações de estudos, livros e relatórios importantes na compreensão dessa problemática.

De fato, diversas mulheres estão historicamente implicadas na teorização e na popularização da temática da mudança climática e na preservação do meio ambiente de forma geral, assim como na tomada de consciência dessa problemática para um mundo mais harmônico entre seus habitantes e a natureza. Podemos destacar as escritoras de relatórios clássicos na temática ambiental, como o relatório do Clube de Roma (1972), que tinha como co-autora Donella Meadows e o relatório Brundtland (1987), que introduziu internacionalmente o termo “desenvolvimento sustentável” e que foi presidido por Gro Harlem Brundtland.

Outro nome de destaque nessa temática é o da bióloga, escritora e militante ecologista Rachel Carson, que publicou em 1962 o livro *Silence Spring* (Primavera silenciosa), que denunciava o perigo de certos pesticidas na saúde dos animais e dos homens. A obra teve um impacto importante na sociedade americana – em termos de proteção do meio ambiente – e conduziu a um debate público, a ponto de ter sido o vetor para a criação de leis de interdição de diversos pesticidas, em nível nacional. Como consequência do debate nacional sobre a questão ambiental que o livro proporcionou, foi criada a Agência de proteção ambiental (*Environmental Protection Agency*), nos Estados Unidos. Atribui-se igualmente ao impacto dessa obra o nascimento do movimento ecologista no mundo.

Nesse sentido, as relações entre mulheres e meio ambiente são evidentes e merecem reconhecimento. Incluir as mulheres de forma efetiva nas negociações internacionais climáticas é uma necessidade urgente para se construir uma sociedade com justiça social e climática e com equidade.

Para fechar o tópico com uma imagem de uma mesa de negociações onde as mulheres são subrepresentadas, apresentamos uma charge que resume bem as críticas das negociações das COP's: suas contradições, suas boas intenções, mas com uma operacionalidade vacilante (que vai muito além das questões de gênero). O texto da charge diz : ‘Bom, é preciso salvar o planeta mas sem contrariar o sistema que a destruiu. Alguém tem uma ideia ?’. Apesar de se

²²¹ Através de diversas fundações, entre elas a Fundação Cecilia Attias, Fundação Bazzaville, a associação CCFD terres solidaires, etc.

tratar de uma charge feita para a COP 21, essa crítica pode se estender para o conjunto das COP's já realizadas, com muitos indícios para pensar que se repetirão nas que ainda virão.



Fonte : Compartilhado na rede social facebook por um dos membros do grupo Alternatiba Nantes, dezembro de 2015.

PARTE III - ANÁLISE DE UM ELENCO DE TRANSIÇÃO EM AÇÃO

Le motif de base de la Résistance était l'indignation. Nous, vétérans des mouvements de résistance et des forces combattantes de la France libre, nous appelons les forces jeunes générations à faire vivre, transmettre, l'héritage de la Résistance et ses idéaux. Nous leur disons: prenez le relais, indignez-vous!

(Stéphane Hessel (2011, p. 11))

Nesta parte centraremos a análise nos elementos que formam e que estruturam o movimento da transição tal qual é praticado pelo movimento *Alternatiba* e entraremos mais concretamente no campo empírico da pesquisa, abordando dados e informações sobre a formação do movimento, seus militantes, suas bandeiras de luta, suas dinâmicas e ações concretas. Começaremos por apresentar alguns aspectos históricos do movimento da transição na prática, destacando a importância do movimento *Cidades em Transição* como um precursor do movimento de transição e o responsável por popularizar o termo transição, na perspectiva de uma transformação social que leve em consideração as mudanças climáticas e as perturbações nos ecossistemas. Na sequência, identificaremos o contexto, as ambições, os objetivos e algumas ações realizadas pelo coletivo local nantês, assim como campanhas e ações nacionais, nas quais as ações locais estão inseridas. Explicitaremos as relações entre a militância climática - que se insere dentro de um projeto político global -, o processo de transição societal e a transição pessoal que os militantes exercem na prática. Por fim, apontaremos algumas observações gerais sobre o grupo de militantes do coletivo local nantês elencando as principais características observadas no grupo, seus limites e suas perspectivas.

8 –ALTERNATIBA E O MOVIMENTO DA TRANSIÇÃO: CONSTRUÇÃO E FORMAÇÃO DE UMA GERAÇÃO DE MILITANTES CLIMÁTICOS

8.1 - A Transição Enquanto Movimento Social: Alguns Elementos Históricos

A utilização do termo transição ligada à questão ecológica, assim como os movimentos sociais ambientalistas utilizam atualmente, tem sua origem histórica a partir do Relatório do Clube de Roma, como já foi evocado mais acima, de acordo com a afirmação de René Audet (2015b, p. 75). Pablo Servigne (2011)²²² faz a mesma análise que Audet (quanto à origem da utilização do termo) e defende que podemos identificar as bases da ideia de Transição a partir da publicação do Relatório Meadows (ou relatório do Clube de Roma²²³), em 1972. De fato, foi através desse relatório que uma consciência internacional sobre a situação do meio ambiente começou a se formar e que foi feita a ligação entre modelo econômico e degradação do meio ambiente. Destacando a questão dos limites físicos do planeta e da utilização ilimitada dos recursos naturais dos quais faz uso o modelo econômico capitalista (industrial), o relatório alerta para a necessidade de uma mudança de modo de vida, com o objetivo de preservar o meio ambiente e garantir uma vida decente. Sem uma mudança de modo de vida e, sobretudo, sem desacelerar o ritmo de crescimento econômico, os pesquisadores anunciam um cenário de declínio inevitável (social, econômico, populacional, de recursos naturais).

Em paralelo, ainda na década de 1970, de acordo com Servigne (2011), um segundo fator importante nesse percurso de tomada de consciência sobre a necessidade de mudança foi a questão dos primeiros choques do petróleo. Esse fator torna evidente a necessidade de transição para um modelo de sociedade que leve em consideração os limites físicos do planeta. Não obstante, essa questão foi subestimada e em nome do crescimento econômico as grandes potências mundiais (políticas e industriais) conseguiram desviar a atenção sobre esse problema, através da ideia de mundialização e a crença que os recursos em petróleo do Oriente Médio seriam eternos (não levando em consideração as implicações conflituosas dessa nova realidade geopolítica). O incremento das políticas neoliberais na década de 1980 será, para o autor, um grande momento de retrocesso sobre a questão climática e sobre a crítica do modelo de sociedade de crescimento ilimitado. Nesse contexto, a noção de

²²³ Para mais detalhes sobre o relatório do Clube de Roma, ver capítulo 3 desta tese.

desenvolvimento sustentável é, para o autor, uma forma de maquiagem a realidade e deixar de lado o debate sobre a essência do problema ambiental. Durante esse período nada foi feito e prevaleceu a negligência da crítica do modelo de crescimento e dos impactos que ela provoca.

A partir de 2005 a questão do pique do petróleo volta a entrar no debate político e social e diversos especialistas alertam sobre os impactos da inevitável baixa de reservas de petróleo com fácil extração.²²⁴ Em 2009, a Agência Internacional da Energia (Relatório de 2009 apud SERVIGE, 2011) anuncia que o ano de 2006 pode ser considerado como o ano em que a produção de petróleo alcançou o seu pique e a partir de então a tendência é que a curva do gráfico baixe continuamente.

Em paralelo à questão do pique do petróleo, a discussão sobre o aquecimento global se impõe nessa primeira década dos anos 2000. Como lembra oportunamente Servigne (2011), a atribuição do prêmio Nobel da Paz a Al Gore (ex-vice presidente dos EUA) e ao IPCC mostra uma preocupação do mundo científico sobre a questão climática. Juntamente com a difusão do filme sobre a campanha de sensibilização de Al Gore a respeito da questão do aquecimento global²²⁵, haverá uma grande repercussão midiática sobre o tema. Sobre a midiática e a politização da questão climática nos anos 2000, o sociólogo francês Jean-Baptiste Comby (2015) faz uma interessante análise sobre os discursos e as incoerências que o debate público, sobre a questão climática, mobiliza no seio da sociedade capitalista. Analisando a realidade francesa, ele nos dirá na introdução do seu livro²²⁶ que:

A apropriação da questão climática pelos defensores da ordem estabelecida não tem, portanto, nada de evidente, na medida em que ela é suscetível de colocar em causa profundamente as bases sociais do capitalismo. Dito de outra forma, fazendo do clima um sujeito importante, as elites correm o risco de serrar o galho sobre o qual elas estão bem sentadas. Entretanto, para que as questões climáticas desestabilizem as lógicas sociais que asseguram sua dominação, seria necessário colocar no centro do debate a questão da compatibilidade das dinâmicas capitalistas com a preservação dos ecossistemas naturais e sociais (COMBY, 2015, p. 7, tradução própria).

Apesar das contradições, da individualização da responsabilidade e da falta de reais políticas públicas sobre a questão climática, apontadas por Comby (2015), na França o debate sobre o aquecimento global e suas consequências se torna cada vez mais presente e vem tomando proporções importantes na vida cotidiana dos franceses, o que tem influenciado,

²²⁴ O pique do petróleo representa o fim de uma era de petróleo barato, pois a extração se torna cada vez mais complicada e custosa para ser considerado como rentável.

²²⁵ Um documentário de Davis Guggenheim, “uma verdade inconveniente”, 2006.

²²⁶ Livro que foi originalmente sua tese de doutorado, defendida em 2008, ‘A questão climática: gênese e despolitização de um problema público’ (*La question climatique: genèse et dépolitisation d’un problème public*).

cada vez mais, políticas públicas locais e nacionais. A questão climática se impôs como uma questão política incontornável nos últimos anos, não somente na França, mas também em todo o mundo, o que Bruno Latour caracterizou, em uma entrevista²²⁷ para a revista *Reporterre*, em novembro de 2017, como “politização do clima”.

De fato, a luta pela redução do aquecimento global exige profundas mudanças do modo de vida das sociedades ocidentais e uma mudança no imaginário dos países em desenvolvimento. Ela exige inexoravelmente e de forma urgente uma governança internacional eficaz e equitativa. Para utilizar uma expressão muito comum para definir o processo de mundialização, a luta contra o aquecimento global é uma luta “local e global” ao mesmo tempo.

É nesse terreno entre o local e o global, a construção de uma sociedade menos emissora de gases de efeito estufa (sociedade pós-carbono, pós-petróleo ou pós-energia fóssil) que o debate sobre a transição social e ecológica se insere e se propaga. O movimento da transição consiste em um processo de transformação do modo de vida da sociedade térmico-industrial (ou capitalismo térmico-industrial)²²⁸, em um modo de vida (ou modos de vida) menos dependente de energias fósseis e, portanto, mais vinculado na vida local, mais resiliente. Ele não consiste em uma transição única, mais em um conjunto de transições que tocam os diversos aspectos da dinâmica social: transição energética, transição ecológica, transição societal, transição agrícola, transição de mentalidades e emocional. Elas são todas interligadas e complementares.

Assim, o movimento da transição que emerge não se apresenta somente como um movimento alternativo, mas como um movimento de alternativas ao modelo de sociedade vigente. Um conjunto de alternativas convivendo e transformando, pouco a pouco, a sociedade hegemônica. A transição é ao mesmo tempo mudança, metamorfose, transformação, ou tudo que evoca uma forma de não conformismo com os resultados e os rumos da sociedade e do meio ambiente como um todo.

Concretamente, o movimento da transição social e ecológica se baseia na constatação de que a degradação do meio ambiente se acelera e que ela é inelutável. Como primeiro movimento social que se reivindica enquanto movimento de transição baseado na problemática ecológica e que tenta articular proteção do meio ambiente e questionamentos sobre o modo de vida, temos o movimento “Cidades em Transição”. Assim, foi o movimento

²²⁷Disponível em : <<https://reporterre.net/Bruno-Latour-Defendre-la-nature-on-baille-Defendre-les-territoires-on-se-bouge>>. Acesso em : 24 nov 2017.

²²⁸ Termo bastante utilizado pelos adeptos do movimento Decrescimento, para designar as transformações sociais e econômicas a partir do advento da utilização de energias fósseis e da industrialização.

Cidades em Transição que popularizou a terminologia “transição” para designar ações cidadãs e políticas públicas com vertente ecológica e social, simultaneamente.

8. 2 - Um Novo Modelo de Militância Ecológica

8. 2.1 - O Movimento Cidades em Transição

Historicamente, os movimentos ecologistas tinham como centro de suas lutas a proteção de animais, de espécies da fauna e da flora. Entre os principais movimentos ambientalistas (ou ecologistas, como se diz comumente na França) conhecido mundialmente, temos o Greenpeace e o WWF.²²⁹ O primeiro ficou conhecido inicialmente por sua luta pela proteção das baleias, das focas e dos oceanos, nos anos 1970.²³⁰ O segundo atua desde os anos 1960 e ganhou notoriedade com a luta pela proteção dos animais em extinção.

Atualmente, esses movimentos ecologistas/ambientalistas históricos, juntamente com outros mais recentes, centralizam suas lutas e ações na questão do aquecimento global e das mudanças climáticas. De acordo com Luc Semal, politólogo Francês, em sua tese de doutorado (defendida em 2012), sobre as novas modalidades do militantismo ecologista, essa mudança no centro de interesse dos movimentos ecologistas se deu no início dos anos 2000, com o advento da tomada de consciência sobre a crise ecológica e climática mundial, assim como sobre a rarefação do petróleo. Para Semal (2012, p. 23), se trata de uma nova forma de militância baseada em uma dimensão catastrófica (ou da inelutabilidade da crise ecológica), até então não considerada como questão central desses movimentos.

Os movimentos analisados por Semal (2012), a partir desse prisma “ecologista catastrofista”, foram o movimento Francês do decrescimento (*décroissance*) e o movimento da transição inglês *Transition Towns*²³¹. Para o autor, esses movimentos se baseiam e norteiam suas ações e mobilizações na “convicção de que uma virada ecológica global se

²²⁹ Para mais informações sobre suas ações ver site em Francês : <<http://www.wwf.fr>> ou português : <<http://www.wwf.org.br>>.

²³⁰ A organização não governamental « Greenpeace » foi criada em 1971 por um grupo de militantes norte americanos (Canadenses). Sua primeira ação (antes de se formalizar enquanto associação e se chamar « greenpeace) foi organizar um protesto contra os testes nucleares atmosféricos.

²³¹ O movimento teve a nomenclatura mudada e atualmente se chama « transition network ». Esse teve um sucesso relativamente importante e se internacionalizou rapidamente, sobretudo em países anglófonos. No Brasil, o movimento é conhecido como ‘Cidades em Transição’. Atualmente o movimento está presente em mais de 50 países e conta com mais 2000 iniciativas. Mais informações no site : <<https://transitionnetwork.org/transition-near-me/initiatives/>>. Acesso em : 6 jun 2017.

anuncia a curto ou a médio prazo” (SEMAL, 2012, p. 23). Ainda para Semal (2012, p. 26), esses movimentos surgem nas margens das democracias representativas e as colocam em cheque, no sentido de que eles questionam a sustentabilidade do próprio projeto democrático moderno, “fundados na expansão perpétua do crescimento, progresso técnico, desenvolvimento, etc.”, sem levar em consideração os limites e a centralidade da natureza na vida humana.

O movimento Cidades em Transição (*Transition Towns*, Iniciativas de Transição ou *Transition Network*)²³² é um exemplo de transformação do movimento ecologista tal qual vem se operando nos últimos anos, tanto em movimentos locais como globais. Esse movimento que se expandiu para diversas partes do mundo em poucos anos (desde sua criação em 2006), tornando-se uma espécie de símbolo de *renouveau* dos movimentos ambientalistas. Apesar de ter nascido a partir de uma constatação da realidade (ecologicamente) negativa (ou catastrófica), o movimento prefere colocar em evidência os aspectos positivos dessa “transição ecológica”, mostrando que é possível lutar contra o aquecimento global, o pique do petróleo e a destruição dos ecossistemas e ao mesmo tempo melhorar a qualidade de vida. Assim, o movimento coloca em evidência uma visão otimista do futuro e vê a crise ecológica e energética como uma oportunidade para transformar a sociedade, tornando-a mais humana, mais solidária, com laços sociais mais fortes.

A mensagem que passa o movimento de transição *Transition Network* (como se denomina oficialmente atualmente)²³³ é o da necessidade de uma transição consciente, com adesão voluntária, apontando para o prazer de transformar o mundo em um lugar melhor para se viver. Inspirado na ideia de resiliência, o movimento aspira construir uma dinâmica social local a partir de grupos de cidadãos (com apoio institucional ou não, porém sem vínculos partidários explícitos) que inventam (ou reinventam) soluções locais para enfrentar os problemas ecológicos, climáticos e sociais. O objetivo desses grupos é imaginar o mundo de amanhã, sem petróleo (e outras energias fósseis) e iniciar uma transição local para o mundo pós-petróleo. Enfim, se trata de um projeto de realocação da produção de tudo que pode ser produzido localmente, assim como do consumo e da distribuição. Em outras palavras, o

²³² O movimento começou com a denominação Cidades em Transição (*Transition Towns*), passando depois para a denominação Iniciativas de Transição, pois as iniciativas de transição não se configuravam somente em níveis de cidades, mas também vilarejos, de bairros, ruas, condomínios, etc. Em seguida, com a expansão dos projetos e as diversas formas que eles passaram a apresentar, mudou-se novamente a denominação para *Transition Network*. O site oficial do movimento internacional é: <<https://transitionnetwork.org>>. Acesso em: 05 jan 2018.

²³³ Apesar da mudança oficial de nomenclatura, o movimento continua sendo conhecido e denominado informalmente pelos militantes ecologistas como “Cidades em Transição”.

movimento tenta mobilizar os cidadãos para iniciarem uma reestruturação da organização econômica, sem esperar as instâncias políticas.

Baseado no princípio de que os recursos em petróleo são limitados e de que o pique do petróleo já começou (pelo menos do petróleo com extração de fácil acesso, barato e abundante), o movimento visa criar uma dinâmica de produção, de consumo e de distribuição em nível local, e nas diversas áreas de necessidades de bens de consumo (alimentação, vestimenta, produção de energia). Associado à realidade das mudanças climáticas, essas iniciativas visam preparar os cidadãos (e os territórios onde eles vivem) para enfrentarem mudanças de vida que serão necessárias em um futuro próximo, em uma realidade sem petróleo, com recursos naturais escassos e com a necessidade de cuidar do planeta. De acordo com o movimento, essa realidade é inevitável e urgente, porém, frente à ineficácia das instâncias políticas, os cidadãos devem começar a se mobilizar e tomar o futuro em suas mãos.

A questão energética é, portanto, uma questão central nas iniciativas do movimento Cidades em Transição, seja através de projetos locais (e coletivos) de produção de energia, através da implementação de projetos cidadãos de energia solar ou eólica, para fornecer energia para uma rua, um bairro, ou um grupo de vizinhos; seja através do cultivo de hortas individuais ou coletivas, com a intenção de redução do consumo de alimentos que percorrem quilômetros antes de chegar aos supermercados locais (dependentes do consumo de petróleo, evidentemente). Enfim, as diversas iniciativas de transição são baseadas no objetivo de reduzir a dependência ao petróleo e exercer menos pressão ecológica ao planeta. Ao mesmo tempo, visa começar um caminho de construção de sociedades mais responsáveis ecologicamente e resilientes, capazes de se adaptar às transformações sociais e ecológicas iminentes. Servigne (2011, p. 11) se refere à transição como “uma visão positiva e pragmática do futuro”. Ele define a transição como um processo de mudança progressivo, que ocorre de baixo para cima:

La Transition n'est ni une révolution brutale, ni une révolte, ni un effondrement généralisé, pas plus un changement par «le haut» dirigé depuis des instances lointaines avec un programme précis. C'est plutôt un changement progressif de relocalisation de l'économie, par «le bas», diversifié, lent, constructif, pacifique et radical (car elle prend le problème à la racine). C'est imaginer, programmer et construire localement une descente énergétique qui prendra 30 ou 40 ans et nous conduira à l'ère «post-carbone». Ne pas faire table rase signifie forcément qu'il y aura des compromis utiles à faire et des rapports de force à gérer. Personne ne sait

vraiment quels chemins seront empruntés, puisque les choix se font sur place avec les personnes présentes. Il n'y a pas de programme officiel.²³⁴

Em seu livro/manual sobre o processo de transição, intitulado “Manual de Transição: da dependência ao petróleo à resiliência local”²³⁵ – livro que serve de base para o movimento - Rob HOPKINS (2010, p. 132), fundador do movimento, define quatro premissas de base para fundamentar o movimento *Iniciativas em Transição*:

- A diminuição do consumo de energia será inevitável em um futuro próximo. Sendo assim, é preferível “se preparar do que ser pego de surpresa”;
- As sociedades e comunidades e outros “estabelecimentos humanos” mostram atualmente um déficit de “resiliência necessária pra sobreviver aos importantes choques energéticos que acompanham o pique do petróleo”;
- É necessário agir coletivamente e isso deve ser feito imediatamente;
- É importante estimular a inteligência coletiva das pessoas (localmente) para realizar de forma antecipada e criativa a “descida energética” e “construir modos de vida mais interligados, mais enriquecedores e que reconhecem os limites biológicos de nosso planeta”.

O último ponto acima exposto evoca um elemento central no movimento *Iniciativas de Transição*: a “descida energética”. A descida energética, para seu idealizador, Hopkins (2010), sinaliza um caminho em direção a um cenário otimista de adaptação em um mundo pós-petróleo. Ela constitui o eixo central das iniciativas, pois um dos primeiros passos a ser realizado quando se cria uma *Iniciativa de Transição* (na escala de uma cidade, bairro) é a elaboração de um “Plano local de descida energética”, tendo como perspectiva imaginar a cidade (bairro, rua, vilarejo) vinte anos depois. Essa descida energética tem como objetivo principal criar ações concretas para diminuir a hiperdependência do petróleo²³⁶, pouco a

²³⁴A transição não é nem uma revolução brutal, nem uma revolta, nem um colapso generalizado, também não é uma mudança pelo « alto » dirigido a partir de instâncias longínquas com um programa preciso. É sobretudo uma mudança progressiva de realocação da economia, por « baixo », diversificado, lento, construtivo, pacífico e radical (pois ela toma o problema pela raiz). É imaginar, programar e construir localmente uma descida energética que levará 30 ou 40 anos e nos levará para a era "pós-carbono". Não fazer tábula rasa significa que haverá necessariamente compromissos úteis para se fazer e relações de força a serem gerenciadas. Ninguém sabe realmente que caminhos serão seguidos, pois as escolhas se fazem no momento [devido] com as pessoas presentes. Não há programa oficial. (Tradução própria).

²³⁵ Publicação original em inglês: HOPKINS, Rob. *The Transition Handbook: From Oil Dependency to Local Resilience*, Green Books, 2008.

²³⁶ O movimento visa sensibilizar sobre essa hiperdependência do petróleo, no sentido que uma grande parte da energia utilizada no mundo para produção de mercadorias é baseada no petróleo. De forma direta ou indireta o

pouco, porém, com estratégias locais, concretas e realizáveis, para se chegar, na escala de tempo de vinte anos, a um mínimo de dependência de petróleo (e outras energias fósseis) e criar uma resiliência local (máximo possível de autossuficiência agrícola, de valorização de saberes locais, utilização e valorização de recursos locais, menos dependência de transportes individuais, menos exposição às diversas poluições).

Para o movimento, durante a fase de elaboração do plano de descida energética, é importante ter em mente que a construção desse cenário futuro deve ser necessariamente positiva e com intenção de criar um mundo desejável e harmonioso. A busca pelo bem estar da população local, assim como a criação de laços sociais mais fortes, de solidariedade e de cooperação (com estruturas similares) são aspectos fundamentais nesse processo.

O aspecto positivo do movimento é considerado como um elemento importante para o engajamento e implicação dos cidadãos e outros atores sociais. Esse pressuposto está baseado em estudos da psicologia onde se presume que os problemas ecológicos, vistos de forma negativa, criam sensações de impotência e de isolamento, sendo um dos principais obstáculos para o engajamento nessa área. Para Hopkins (2010, p.140), esses sentimentos impedem indivíduos ou comunidades de agir. Sendo assim, o movimento da Transição tem a possibilidade de atrair adeptos pelo seu caráter realista e otimista ao mesmo tempo. O autor se inspira nessas ideias da psicologia para formular o “modelo de Transição”, onde se pode compartilhar os medos e ao mesmo tempo agir para diminuir os impactos. Hopkins (2010, p. 140) justifica essa perspectiva da seguinte forma:

Le modele de Transition utilise ces idées pour, premièrement créer une vision positive, deuxièmement créer des espaces où les gens peuvent, en toute sécurité, parler, assimiler et ressentir comment ces questions les affectent et troisièmement valider les démarches et les actions que les gens ont entreprises tout en intégrant au processus autant d’occasions de fêter les réussites que possible. Ces rassemblement, où se développe le sentiment de ne pas être la seule personne au monde consciente du pic pétrolier et du changement climatique ni la seule à en être effrayée, sont très puissants. Ils permettent aux gens de sentir qu’ils participent à un effort collectif, qu’ils font partie de quelque chose de plus grand qu’eux.²³⁷

petróleo está onipresente nos produtos, seja através da energia que o fabrica, seja por conter diretamente resíduos (plástico, por exemplo), seja pelo transporte para se chegar em suas destinações finais.

²³⁷O modelo de Transição utiliza essas ideias para, primeiramente, criar uma visão positiva. Segundo, criar espaços onde as pessoas possam, com toda segurança, falar, assimilar e sentir como essas questões os afetam e, terceiro, validar os procedimentos e as ações que as pessoas iniciaram, integrando ao processo todas ocasiões possíveis de festejar as conquistas. Esse agrupamento [*de pessoas e de ideias*], onde se desenvolve o sentimento de não ser a única pessoa no mundo consciente do pique do petróleo e da mudança climática nem a única a estar assustada, são muito potentes. Eles permitem às pessoas de sentir que elas participam de um esforço coletivo, que elas fazem parte de algo maior que elas (Tradução própria).

Politicamente, o movimento de transição idealizado por Rob Hopkins, professor de permacultura²³⁸, tem como intenção uma ampla abertura aos diversos grupos de cidadãos e sociedade civil organizada. Ele preconiza uma dissociação partidária e que as iniciativas sejam pilotadas pelos cidadãos e não pelos representantes políticos locais. Porém, a participação de representantes políticos é importante enquanto apoio, com o objetivo de ampliar e de dar mais visibilidade às ações, tendo o devido cuidado de evitar cooptações. De fato, o projeto das *Iniciativas de Transição* tem a questão da democracia participativa dentro do seu eixo estruturante.

O movimento *Iniciativas de Transição*, diferente de outros movimentos ecologistas clássicos, introduziu na arena militante ecologista a perspectiva de transformação social em uma escala intermediária, entre as ações individuais, que podem ser desmotivadoras pelo seu caráter isolado, e a militância por mudanças estruturais nacionais ou globais, que dependem do poder público e de instâncias onde os cidadãos não têm o poder de ação. Ao articular os cidadãos em torno de problemas concretos e locais (rua, bairro, cidade, vila), o movimento revela nos indivíduos o poder de agir e a possibilidade de contribuir com um processo mais abrangente a partir de uma dinâmica local, intervindo em problemas precisos em relação à sua realidade cotidiana. Como sublinham Semal; Szuba (2010, p. 184), em artigo sobre a influência do movimento da Transição na França e sua especificidade em relação a movimentos similares como o movimento do “decrescimento”, que não conseguiu fazer essa proposta de articular uma dinâmica a partir de problemas coletivos locais: “a escala nacional e a escala mundial parece sempre muito longe, e a escala individual não oferece evidentemente nenhuma perspectiva de dinâmica coletiva”. Nesta perspectiva, os autores reforçam que,

La transition propose donc une approche essentiellement pragmatique, dans laquelle le recensement des ressources et des qualités localement disponibles est un préalable à toute forme de proposition ou d’action. La rédaction des plans locaux de descente énergétique est la conclusion logique de cette approche, puisqu’elle permet de décliner localement les principes généraux de la Transition, après les avoir pragmatiquement confrontés aux forces et faiblesses d’un territoire précis et délimité.²³⁹

²³⁸ Disciplina que estuda a agricultura inspirada no sistema ecológico natural e na tradição, tendo como objetivo valorizar a biodiversidade local e respeitar os ecossistemas. Transposto para a realidade humana, ela visa criar um modo de vida mais sustentável e mais harmonioso com a natureza. A noção de resiliência é central na permacultura. O termo permacultura designa, literalmente, ‘cultura permanente’. Para o movimento, a permacultura é um modo de produção agrícola ideal para a Transição ecológica e social. Ele pode inclusive ser utilizado como fonte de inspiração para a organização social.

²³⁹ A transição propõe então uma abordagem essencialmente pragmática, dentro da qual o recenseamento dos recursos e das qualidades localmente disponíveis é um dado inicial para toda forma de proposição ou de ação. A redação de planos locais de descida energética é a conclusão lógica desta abordagem, pois ela permite declinar localmente os princípios gerais da Transição, depois de tê-los pragmaticamente confrontado às forças e limites de um território preciso e delimitado (Tradução própria).

Para o movimento da transição, esse aspecto pragmático é necessário para enfrentar “os choques” que estão por vir e participar em uma mudança radical do modo de vida. Em uma recente entrevista ao jornal belga Lalibre.be (14 de novembro de 2017)²⁴⁰, Rob Hopkins foi questionado sobre sua percepção global do movimento e dos seus rumos, mais precisamente se ele acreditava que a difusão desse movimento pode proporcionar uma “mudança radical de sistema”, ele respondeu categoricamente que uma mudança radical de sistema é a única forma de “sobreviver nesse planeta”. Ele acrescenta que,

Nous sommes sûrs d'une chose: le statu quo n'est pas une option. On doit stabiliser la hausse de la température moyenne mondiale à 1,5C°. Nous en sommes pourtant loin. Nous avons donc besoin de réflexions radicales et pas seulement de solutions « intelligentes » que les grandes compagnies nous proposent, comme les voitures électriques.²⁴¹

Apesar do discurso advogando uma mudança sistêmica, o movimento *Iniciativas de Transição* é frequentemente criticado (pelos militantes ecologistas mais radicais) pelo fato de não ter um discurso mais incisivo sobre o modelo capitalista. O movimento é visto como muito reformista e pouco engajado em termos de contestação política mais abrangente. Para além dos movimentos ecologistas, o movimento também é criticado por ser considerado com certa resistência às tecnologias, ou seja, teria um discurso tecnofóbico e voltado para o passado. Outra crítica que se faz de forma recorrente é que se trata de um movimento que atrai, geralmente, pessoas de classes sociais mais favorecidas.

Em termos de ações concretas, o movimento se organiza em torno de projetos locais temáticos e interligados entre si, à iniciativa de cidadãos engajados, apoiados por representantes políticos locais ou não.

Algumas ações concretas:

- Alimentação: repensar os hábitos alimentares, proporcionando a valorização e a compra de produtos locais, apoiando os pequenos produtores locais e produzindo, quando possível, seus próprios alimentos (hortas privadas e comunitárias, e plantações diversas). Promoção e criação de projetos locais em torno dos princípios da permacultura;

²⁴⁰ Disponível em : <<http://www.lalibre.be/actu/planete/inspire/rob-hopkins-le-pessimisme-est-un-luxe-qu-on-ne-peut-pas-se-permettre-5a097420cd70fa5a0636ecfd>>. Acesso em : 07 dez 2018.

²⁴¹ Nós estamos certos de uma coisa: o *status quo* não é uma opção. Nós devemos estabilizar o aumento da temperatura média mundial a 1,5C°. Nós estamos portanto longe. Nós precisamos então de reflexões radicais e não somente de soluções “inteligentes” que as grandes companhias nos propõem, como os carros elétricos.(Tradução própria)

- Economia: propiciar a circulação do dinheiro na economia local através de ações como: moedas locais, consumo responsável que favorece os comércios de proximidade. Reciclagem e reutilização são ações bastante valorizadas e centrais nesses projetos;
- Transporte: desenvolvimento de transporte público, deslocamentos em bicicletas, compartilhamento de carros com vizinhos e pessoas próximas que realizam o mesmo trajeto;
- Energia: produção local de energia para consumo individual e coletivo (energia eólica, energia solar, energias provenientes de biomassas e outras fontes renováveis);
- Laços sociais: realização de festas e atividades envolvendo a vizinhança, as diversas instâncias da cidade e toda atividade que possa favorecer os laços sociais locais, a ajuda mútua, a cooperação e a solidariedade no território.

Em resumo, o movimento compartilha uma visão otimista do futuro e opta pela sensibilização de que é preciso se preparar para um futuro próximo que necessitará de outros parâmetros e modos de vida, e que será necessário agir coletivamente e localmente para resistir aos choques. O movimento lançou um filme em 2012, intitulado *In Transition 2.0*²⁴², onde foram reunidas diversas experiências concretas em torno do movimento da Transição, em várias partes do mundo. Através desse documentário, eles divulgam uma visão de mundo, que de acordo com a visão do site do movimento francês²⁴³, não se sabe ao certo se funcionará, mas eles estão convencidos que:

Partout dans le monde, des histoires de gens ordinaires qui font des choses extraordinaires ont été collectées. Des petits territoires et des communautés locales impriment leur propre monnaie, produisent de plus en plus leur nourriture et leur énergie, relocalisent leur économie... Une idée, celle des Transition towns, qui se propage à grande vitesse, une expérimentation sociale optimiste qui propose des réponses et des solutions en ces temps d'incertitude. Dans un monde inondé de tristesse, voici des histoires pleines d'espoir et d'ingéniosité, et de tous ces petits moments qui arrivent quand on plante des légumes à des endroits inattendus.²⁴⁴

²⁴² Disponível integralmente (e com legendas em 16 línguas) em : <<https://www.youtube.com/watch?v=FFQFBmq7X84&feature=youtu.be>>. Acesso em : 18 jan 2018.

²⁴³ Disponível em : <<http://www.transitionfrance.fr/2016/04/20/presentation/#more-10584>>. Acesso em : 20 jan 2018.

²⁴⁴ Em todas as partes do mundo, histórias de pessoas ordinárias que fazem coisas extraordinárias foram coletadas. Pequenos territórios e comunidades locais imprimem suas próprias moedas, produzem cada vez mais sua alimentação e sua energia, relocalizam sua economia... uma ideia, essa de Transition towns, que se propaga em grande velocidade, uma experiência social otimista que propõe respostas e soluções em tempos de incerteza. Em um mundo inundado de tristeza, aqui mostramos histórias plenas de esperança e de engenhosidade, e de todos esses pequenos momentos que surgem quando plantamos legumes em lugares inesperados (Tradução própria).

8.2.2 - *Alternatiba e o Movimento de Transição na França*

Certamente inspirado pelo movimento “Cidades em transição”, mas sem reivindicar um pertencimento a esse movimento²⁴⁵, *Alternatiba* (criado em 2012) se constituiu - primeiro como iniciativa local, em seguida como movimento europeu -, tendo como eixo central de luta a questão das mudanças climáticas. A questão do pique do petróleo não se encontra explicitamente nos discursos e escritos do movimento francês, mas a questão da poluição e dos projetos considerados “climaticidas” que envolvem as empresas de petróleo são frequentemente atacados.

Como já foi evocado na introdução, o movimento *Alternatiba* focaliza suas ações na valorização de iniciativas, já existentes, que lutam (diretamente ou indiretamente) contra o aquecimento global e as mudanças climáticas (se inserindo nessa temática de forma proposital ou não). Dessa forma, o movimento *Alternatiba* se diferencia do movimento *Iniciativas de Transição* em vários aspectos: discurso explícito de vontade de transformação sistêmica; movimento anti-capitalista; posição política mais engajada e de contestação política; apesar de também se basear principalmente nas ações cidadãs, *Alternatiba* tem uma posição mais reivindicativa e crítica frente à timidez e ineficácia do poder público no que diz respeito às problemáticas ecológicas e ambientais; organização e participação em manifestações políticas.

O aspecto otimista e positivo em relação ao futuro é algo que o movimento *Alternatiba* pode ter se inspirado potencialmente do movimento de transição que lhe precedeu. Além do otimismo, *Alternatiba* incluiu o aspecto festivo e “popular” como eixos. De fato, o *Alternatiba* tem a pretensão de se tornar um movimento de massa contra a mudança climática, passando a mensagem de que se a mobilização for suficientemente importante, a batalha contra as mudanças climáticas será ganha. Para o movimento, uma mobilização massiva da população levará necessariamente a um processo de mudanças políticas estruturais. Eles acreditam que a mudança ocorrerá de baixo para cima, visto que os representantes políticos (locais e globais) não se mobilizam como deveriam frente à urgência e a gravidade das mudanças climáticas.

²⁴⁵Podemos afirmar a evidência dessa influência pelas análises dos relatórios (e anais) de reuniões (disponíveis em seu site internet [<https://bizimugi.eu>]) da associação Bizi!, que idealizou e organizou o primeiro evento *Alternatiba*. Confirmando essa hipótese, um dos membros do coletivo nantês, Mathieu, entrevistado no âmbito desta pesquisa, nos afirma ter participado de reuniões de trabalho da associação bizi! onde se estudou o movimento *Cidades em transição*. Mathieu, que tem relações próximas com os membros fundadores do movimento *Alternatiba* e que foi um dos membros fundadores do coletivo *Alternatiba* em Nantes, fez igualmente parte da implementação de uma antena do movimento Cidades em Transição em Nantes (antes da existência de *Alternatiba*).

Quanto ao movimento “Cidades em Transição”, apesar de não ter se desenvolvido de forma espetacular na França²⁴⁶, ele conta atualmente com mais de 150 iniciativas²⁴⁷ e reagrupa uma série de iniciativas que se reconhecem nos princípios do movimento da Transição. Dessa forma, na França, tem se estruturado um movimento da Transição, independente e ao mesmo tempo conectado ao movimento “Iniciativas de Transição”. Eles funcionam de forma distinta e autônoma, mas se associam à ideia global da necessidade de uma transição social e ecológica.

Assim, podemos dizer que um movimento de Transição (social e ecológica) emergiu na França nos últimos dez anos (mais ou menos), de forma independente, formando uma rede em torno de ações ecológicas e sociais e com a intenção de formar um grupo de pressão nas instâncias políticas locais e nacional (vinculado com movimentos europeus e internacional). Diferentemente do movimento “Iniciativas de Transição”, que visa criar ações locais concretas e bastante centradas em uma estratégia de criação de um modo de vida “pós-petróleo”, o movimento da Transição francês parece ser mais amplo e lutar contra uma sociedade pós-capitalista.

No caso específico do movimento *Alternatiba*, é de forma pós-capitalista que seus membros se posicionam. Apesar de ser criticado por grupos mais radicais por ser um movimento reformista²⁴⁸, o movimento promove claramente ações e mobilizações que envolvem modos de produção e estilos de vida alternativos à lógica capitalista vigente: economia solidária e cooperativa, consumo alternativo, boicote de grandes empresas multinacionais, modo de vida mais sóbrio em consumo e energia, redução do consumo de carne, valorização de produtos locais e com baixo impacto ambiental, justiça social e climática.

Para além da questão climática, que é certamente um eixo estruturante do movimento *Alternatiba*, podemos observar claramente nos discursos e nas ações do movimento que o eixo social é um pilar estruturante e indissociável da luta climática. Percebemos uma vontade de resgatar e colocar em prática valores sociais como: solidariedade, convivialidade, justiça social, valorização de saberes locais. Em uma perspectiva situada entre o social e o ecológico, o movimento luta pela ‘justiça climática’.

²⁴⁶ Em outros países francófonos ele parece ter mais sucesso, como por exemplo Bélgica e Canadá (parcialmente francófono).

²⁴⁷ De acordo com o site <<http://www.transitionfrance.fr>>. Acesso em : 20 jan 2018.

²⁴⁸ Como por exemplo pelo grupo de militantes ecologistas da ZAD (Zone à Défendre/Zona para se Defender) de Notre Dame de Landes, nas proximidades de Nantes.



Foto da vila Alternatiba 2015, em Paris. Fonte : <https://alternatiba.eu/2015>

Podemos identificar, portanto, um projeto de transformação social, explicitado, por exemplo, no *slogan* que o movimento usou em seus *flyers*, cartazes, site na internet e documentos diversos de comunicação durante as ações que tinham como alvo a COP 21: *changeons le système, pas le climat!* (mudemos o sistema, não o clima!). Ao afirmar a necessidade de “mudar o sistema”, o movimento mostra de forma enfática a crítica inerente ao sistema capitalista e de seu modelo desenvolvimentista. Trata-se de uma militância por uma sociedade com valores mais humanos e mais ecológicos.

Para o movimento da Transição (no qual Alternativa está inserido), os meios concretos de transição ecológica e social passa pela adesão às soluções concretas existentes nas diversas áreas. As bandeiras levantadas pelo movimento da Transição são, entre outras: agricultura local e orgânica, realocização da economia, urbanização mais humana, sobriedade energética e utilização de energias renováveis, construções ecológicas, finanças solidárias, consumo responsável, compartilhamento do trabalho e das riquezas, solidariedade e ajuda ao próximo, redução e reciclagem do lixo, preservação dos bens comuns (água, ar, terra, florestas).

No que diz respeito à aplicação concreta dos princípios do movimento, as observações participantes mostram um grupo que busca ter certa coerência entre o discurso e a prática. Internamente, percebe-se uma busca de coerência em suas práticas individuais e coletivas. Observa-se uma vontade de participar de um projeto de transformação social e de colocar em prática essa transformação, tanto no plano individual (e familiar), como no plano micro social (o movimento), para em seguida se aplicar de forma mais ampla.

Algumas características principais do funcionamento do movimento *Alternatiba*²⁴⁹ :

- *Coletivo de militantes voluntários* ;

- *Radicalização da democracia*: um movimento que apresenta uma organização radicalmente democrática e horizontal. Busca-se um funcionamento sem líderes designados, funcionando com referentes de grupos temáticos e todas as decisões são submissas ao voto em reuniões de coordenação (aberta a todos) ou por e-mail (ou outros meios virtuais) ;

- *Relações de gênero*: uma preocupação presente nos discursos e nos atos sobre a representatividade das mulheres nas falas e nos momentos de representação. As comissões e grupos de trabalho internos são representadas por dois referentes e a recomendação é que seja, sempre que possível, um homem e uma mulher. Exemplos: quando há demandas de representação pública (radio, tv, reuniões com representantes políticos) a recomendação é de que, na medida do possível, duas pessoas do movimento participem e que sejam, preferencialmente, um homem e uma mulher. Nos eventos internos, busca-se paridade e equilíbrio nas falas, intervenções e representações ;

- *Grupo com grande diversidade de perfil social*: os participantes do movimento vêm de universos sócio-culturais e níveis de educação bastante diversificados: aposentados, jovens de menos de 30 anos, adultos de diversas idades, desempregados, funcionários públicos, assalariados de diversas áreas (associações, empresas). Diferente da imagem que se faz comumente, na França, dos militantes ecologistas, vistos geralmente como oriundos da elite ;

- *Reflexividade no modo de consumo e modo de vida*: observa-se uma aplicação na vida cotidiana dos princípios ecológicos, na busca de causar menos impacto para o meio ambiente (diminuição da pegada ecológica individual). No que diz respeito à alimentação, geralmente vegetarianos, veganos ou “flexitarianos”²⁵⁰ (redução importante do consumo de carnes), consomem de preferência produtos alimentícios orgânicos e locais; redução de consumo de forma geral (roupas, objetos diversos) e valorização de produtos usados; deslocamentos frequentes de bicicleta; redução da utilização de carro (ou utilização compartilhada); redução (ou exclusão) de deslocamentos de avião; preocupação com a “pegada ecológica pessoal” ;

- *Organização interna rigorosa e eficaz*: o movimento tem um modelo de base de organização das reuniões e um sistema de linguagem gesticulada para diversas situações, que

²⁴⁹ Elementos coletados através das observações participantes, na cidade de Nantes/FR.

²⁵⁰ O termo « flexitariano » vem sendo cada vez mais utilizado e reivindicado na França entre militantes ecologistas, simpatizantes e até pessoas fora desse círculo. Ele se refere a um consumo racional e consciente de produtos animais (carnes, leite, queijos) em nome do respeito pelo meio ambiente e/ou ética animal (consumo de carnes locais, de produtores que respeitam os animais e que os nutrem com produtos orgânicos, por exemplo). A redução de produtos animais faz parte igualmente de uma vontade de equilibrar a pegada ecológica individual.

eles consideram como “comunicação não violenta”²⁵¹ (pedido de fala, sinal de estar de acordo ou desacordo com alguma fala, pedido de ordem, explicitação de incompreensão, pedido de resposta direta a uma questão). Concretamente, a cada início de reunião, uma distribuição de papéis é estabelecida com o objetivo de estruturar e garantir o bom andamento da reunião. Para isso, três pessoas se dispõem a exercer as seguintes funções: animador da reunião, distribuidor de falas, mestre do tempo. Ainda no início da reunião a pauta (que já tinha sido divulgada através do *website*) é analisada e para cada tópico é designado um tempo (decidido pela pessoa ou comissão que tratará o ponto). A reunião inicia-se então com a informação precisa de sua duração (que se recomenda que seja em torno de duas horas). Para o movimento, é importante que as reuniões comecem e terminem na hora estipulada;

- *Cultura do compartilhamento de ferramentas e técnicas*: um kit metodológico é colocado à disposição, através do *site* internet, para ajudar a criar uma alternativa, local, animar reuniões e formar um grupo de militantes. Da mesma forma, para cada ação organizada em âmbito nacional, são organizados kits metodológicos e ferramentas para serem usadas pelos grupos locais, para facilitar a realização da ação e ajudar a otimizar o tempo dos voluntários .

²⁵¹ Não se trata de uma técnica de comunicação criada por Marshal Rosenberg, denominada CNV (Comunicação Não-Violente), mas certamente se inspira dessa teoria, pois a teoria da CNV é frequentemente evocada pelos membros do movimento e proposta como formação para os militantes em diversos eventos do movimento.

8.3 -Movimento Alternatiba: Contexto, Ambições, Objetivos e Ações Nacionais e Locais



Mapa da França com suas respectivas regiões e departamentos (cada departamento é identificado por números). Em destaque, a região *Pays de la Loire*, onde está situado o departamento de *Loire Atlantique* (departamento 44), onde se situa a cidade de *Nantes*.

Fonte: <https://www.curiositel.com/cartes-de-France>

O coletivo *Alternatiba* Nantes foi criado em 2014, um ano depois da criação do movimento *Alternatiba* em âmbito nacional e europeu, que se deu em Bayonne, no Sudoeste da França²⁵² (departamento *Pyrénées Atlantique*, de número 64 no mapa acima). A criação do coletivo se deu após a participação de alguns militantes ecologistas da cidade de Nantes no primeiro *Village des alternatives* (*Alternatiba* Bayonne), em 2013, organizado pela associação *Bizi !*. A participação no evento *Alternatiba* Bayonne ocorreu, para os militantes nantenses, em um contexto de representação da associação *Nantes en Transition* (Nantes em Transição/NET), que era uma antena local do movimento « Cidades em Transição ». Esse contexto demonstra a ligação estreita, em nosso ponto de vista, do movimento da transição inglês (que se denomina atualmente ‘Iniciativas de Transição’) com o movimento *Alternatiba*.

²⁵² Mais detalhes sobre a criação do movimento nacional e europeu no cap. I desta tese.

De acordo com Mathieu²⁵³, um dos entrevistados para esta pesquisa (e que faz parte do grupo de militantes que iniciaram o coletivo *Alternatiba* em Nantes), após o evento de Bayonne, os membros da associação Nantes em transição/NET (que estiveram em Bayonne) lançaram a ideia de criar um coletivo *Alternatiba* local e começar a se organizar para realizar um *Village Alternatiba* Nantes, em 2014. A proposição foi então aceita pela associação e formou-se um coletivo composto por diversas associações, atores locais diversos e cidadãos interessados. O evento teve como suporte jurídico a associação NET (para solicitações de autorizações diversas de utilização do espaço público, de subsídios).

Para situar o coletivo *Alternatiba* geográfica e sociologicamente, alguns elementos informativos sobre a cidade de Nantes se faz necessário. Nantes está situada no departamento *Loire Atlantique*, que faz parte da região *Pays de la Loire* (composta por cinco departamentos), situado no Oeste francês. Ela é capital da região e a principal cidade da aglomeração de cidades que leva seu nome: *Nantes Métropole*. A aglomeração nantesa ou Nantes metrópole conta atualmente com 619 240 habitantes e a cidade de Nantes conta com mais de 303.382 (de acordo com o censo de 2014). Nantes é a sexta cidade mais populosa da França e a aglomeração nantesa está entre as mais economicamente dinâmicas do país. Do ponto de vista político, a cidade de Nantes é gerenciada por governos do partido socialista (PS) desde 1989, de forma ininterrupta. A gestão atual é assegurada pela prefeita Johanna Rolland, que também preside a métropole nantesa.



Fonte: <http://reflectim.fr/tag/pays-de-la-loire-carte-detaillee/>

²⁵³ 41 anos, pós-doutor em biologia marítima, um dos fundadores do coletivo local de Nantes.

A região nantesa tem se destacado nos últimos anos e tem sido um pólo atrativo por um conjunto de características: dinamismo econômico, instalação de muitas *start'up*, cidade que apresenta uma vontade de desenvolver políticas ecológicas, de ser modelo de mobilidade menos poluentes (transporte público de qualidade e desenvolve bastante ciclovias). A cidade de Nantes tem sido classificada, nos últimos anos, entre as melhores cidades para se viver na França (ranking de qualidade de vida). Ela tem tido uma explosão imobiliária devido ao aumento da procura de pessoas que tem vindo se instalar na cidade nos últimos anos (uma grande parte vem de Paris). Pela sua facilidade de acesso para Paris (duas horas de trem bala), a cidade tem atraído muitos trabalhadores que mantêm uma ligação com Paris, seja por trabalhar em profissões liberais, seja por conciliar viver entre as duas cidades (possibilidade de se instalar com a família em condições habitacionais mais confortáveis e menos onerosa que Paris).

A questão ambiental tem tomado proporções políticas importantes na aglomeração nantesa, nos últimos anos. Mesmo que, para os movimentos ecologistas (inclusive *Alternatiba*), ainda não há uma real tomada de consciência e políticas concretas de forma transversal em todos as instâncias políticas, algumas iniciativas políticas têm sido inovadoras e têm feito avançar o debate da transição ecológica e societal. Desde 2016, a metrópole lançou uma grande consulta pública sobre a 'transição energética'²⁵⁴, onde se debate sobre as transformações sociais em torno da crise climática e as possíveis soluções regionais (sobretudo energéticas, mas o debate engloba questões sociais) para estabelecer um modo de vida menos poluente e menos dependente de energias fósseis. Nesse sentido, a cidade de Nantes tem mostrado seu engajamento em termos de 'transição ecológica'²⁵⁵ de algumas formas, entre elas: fornecimento de energia renovável para uma parte dos organismos municipais, propondo políticas públicas locais que atendam à urgência ecológica, estando a frente de iniciativas de proposições de eventos e debates nacionais e internacionais sobre governança e questão climática.

De forma mais ampla, a questão climática e ecológica tem suscitado um debate político importante na França. A COP21, realizada na França, foi um grande acelerador nessa discussão no nível político institucional e midiático. As associações ligadas às questões ambientais e ecológicas aproveitaram dessa abertura midiática para realizarem um grande numero de ações de sensibilização. Dentro desse contexto, a campanha eleitoral de 2017 teve

²⁵⁴ Mais informações em: <<https://www.nantestransitionenergetique.fr>>. Acesso em: 05 mar 2018.

²⁵⁵ A cidade de Nantes afirma regularmente em seus diferentes dispositivos de comunicação ser uma cidade em 'transição ecológica'. No site oficial da cidade tem uma janela do navegador específica sobre 'Nantes em transição ecológica'. Disponível em <<http://www.nantes.fr/transitionecologique>>. Acesso em : 05 mar 2018.

a questão climática como um ponto crucial, visto que o debate e a sensibilização suscitados pela COP21 ainda estava muito presente e há uma crescente demanda da população em termos de ação política ambiental. Esse aspecto foi um ponto importante na quantidade de votos que teve o candidato Jean-Luc Melenchon, que representava o programa do partido, La France Insoumise, considerado de extrema esquerda, onde o programa tinha um viés bastante ecológico e que teve apoio dos principais movimentos ecologistas franceses (diretamente ou indiretamente).

Nesse ambiente político e social onde a questão ecológica se impõe no debate, apesar do candidato que ganhou a presidência não ter tido o apoio dos movimentos ecologistas, o presidente eleito convidou para seu governo uma figura política que milita pela questão ecológica, Nicolas Hulot, tendo criado um ministério que simboliza bem a centralidade do debate ecológico como uma questão de transição societal. Ele foi intitulado: *Ministère de la Transition Écologique et Solidaire* (Ministério da Transição Ecológica e Solidária). Os resultados e as reais intenções do governo atual em termos de políticas públicas de transição ecológica é sujeito a debates e críticas. Há certamente muitas incoerências e incompatibilidades dentro do governo para se levar realmente adiante uma política ecológica à altura do que deve ser feito para se transformar em uma sociedade ‘pós-carbono’. Uma avaliação mais apurada só poderá ser feita dentro de alguns anos. Porém, o que nos interessa aqui é o aspecto simbólico, de ter um ministério (classificado entre os quatro mais centrais) específico sobre a questão da ‘transição ecológica’. Isso mostra claramente que o debate sobre a transição está longe de ser uma questão marginal.

Essas informações sobre o debate ecológico e climático, no contexto francês, são importantes para situar o movimento *Alternatiba* na sociedade francesa e como o discurso e as ações que ele coloca em evidência caracterizam uma tendência crescente de questionamento do modo de vida da sociedade vigente. Elas nos ajudam a situar o movimento dentro de uma paisagem social onde a questão climática vem se levantando como uma bandeira de luta de uma geração.

O movimento *Alternatiba* se apoiou em uma brecha midiática sobre a questão climática (na França), graças ao impacto que o evento da COP 21 proporcionou em termos de midiaticização tanto do evento em si, como das ligações entre as previsões do IPCC e as catástrofes naturais recentes. O movimento se beneficiou de um contexto favorável à sensibilização sobre os problemas ecológicos e climáticos e soube criar mobilizações consistentes através das mídias sociais (principalmente) e de um trabalho em cooperação com outros movimentos ecológicos.

Em suma, os imperativos climáticos impõem uma mudança estrutural no modo de vida atual e demanda transformações urgentes que a geração atual deve tomar para si, se quiser alcançar um equilíbrio climático em médio prazo. O movimento Alternatiba propõe mostrar como os comportamentos e engajamentos individuais em termos de consumo, transporte, alimentação, podem contribuir para uma mudança estrutural e pode influenciar na construção de um futuro próximo, onde idealmente se respeite os imperativos climáticos e sociais. Eles visam uma transformação do sistema político-social, com objetivo de preservar o meio ambiente e lutar contra a mutação climática.

8.3.1 - Mudar o Sistema, Não o Clima: A Luta da “Geração Clima”



Folder do evento Alternatiba Paris, em 2015. Fonte : Alternatiba.eu

Alternatiba se posiciona como um movimento que milita para a formação de uma nova geração de militantes ecologistas, centrados na questão da urgência de lutar pelas questões trazidas pela problemática da mudança climática, na qual a sociedade atual está confrontada. As ações do movimento europeu, que vem tomando proporções globais, são estruturadas em torno de uma organização que permita a adesão e a tomada de responsabilidade no seio do movimento de qualquer pessoa que se interesse pelo movimento e que deseje dedicar seu tempo de forma voluntária.

O objetivo não é de recrutar militantes com alto nível de engajamento ecológico²⁵⁶, mas fazer com que, através da participação no movimento os integrantes se tornem mais sensíveis à questão climática e se formem sobre a problemática ambiental e ecológica e a urgência de mudar de modo de vida. E, através do aprendizado trazido pela experiência de militância, cada um se torne um agente de transformações em prol de uma transição ecológica e societal. Nessa lógica, cada agente social individual, ao transformar seu próprio comportamento contribui para uma transformação mais ampla e se torna um agente multiplicador na luta contra o aquecimento global. Com essa multiplicação, o movimento espera ultrapassar o nível individual e criar condições para impactar as decisões públicas.

Uma das características do movimento que o distingue de outros movimentos ecologistas e movimentos sociais clássicos (ligados por exemplo a questões como trabalho,

²⁵⁶ Evidentemente, na prática, a maioria das pessoas que integram os coletivos locais para serem voluntários têm uma certa sensibilidade sobre a questão ambiental, mas nem sempre são realmente sensibilizados sobre a questão climática.

feminismo, discriminações, desigualdades) é sua capacidade de atrair um público jovem para assumir as responsabilidades das diversas comissões do movimento nacional e europeu. Apesar de ser composto igualmente por militantes de idade mais avançada, inclusive pessoas aposentadas, o movimento conta com uma maioria de jovens nos cargos de coordenadores (que seria uma forma de coordenadores de comissões e ações). Para Simon²⁵⁷, militante do coletivo local e bastante implicado na coordenação nacional e europeia do movimento, alguns elementos diferenciam a militância no movimento *Alternatiba*, em relação a outras associações (que sejam ecologistas ou não) e é responsável por ser tão atrativo para jovens militantes ecologistas: o esforço perceptível que visa instaurar um outro modelo de governança (mais democrático e horizontal), o aspecto bastante jovem e dinâmico, o pragmatismo, a vontade de *bienveillance*, assim como, a focalização na inteligência coletiva, como forma de organização social.

O movimento visa principalmente dar visibilidade às iniciativas existentes que lutam (diretamente ou indiretamente) contra o desregulamento do clima, o aquecimento global, a degradação do meio ambiente e ao mesmo tempo participam da construção de uma sociedade melhor para se viver, ou, como enfatizado frequentemente nos escritos do movimento, ‘uma sociedade do bem-viver’, fazendo alusão ao movimento latino americano do *Buen Vivir* (ALTERNATIBA, COLLECTIF POUR UNE TRANSITION CITOYENNE, p. 31). Para o movimento, tendo visibilidade e funcionando em redes, essas iniciativas se tornam mais fortes, passam a ter mais impacto social localmente e contribuem para uma sociedade mais desejável, social e ecologicamente. De acordo com o movimento, trata-se de ‘tecer uma sociedade do *buen vivir*’. Para Alternatiba e o Coletivo para uma Transição Cidadã (ALTERNATIBA, COLLECTIF POUR UNE TRANSITION CITOYENNE, p. 32), o *buen vivir* é um modelo de sociedade ideal, onde se valoriza a ‘satisfação de necessidades essenciais’ e que propicia uma melhoria dos laços sociais, entre humanos e a natureza que os rodeiam. Para eles,

Ce mode de vie est nettement plus désirable que celui fondé sur l’accumulation, la compétition, l’isolement, et la création continue de nouveaux besoins. Les solutions alternatives contribuent à une transition écologique, économique, culturelle et sociale. Elles ont un intérêt profond pour l’individu et a collectivité.²⁵⁸

²⁵⁷ Simon é um dos entrevistados para a realização desta análise. Ele é membro do coletivo Alternatiba de Nantes e participa ativamente das atividades nacionais. Ele faz parte do primeiro grupo que estruturou o coletivo local. Atualmente ele está mais implicado no nível nacional que local, mesmo se ele continua participando pontualmente do coletivo local e apoiando quando necessário.

²⁵⁸ Esse modo de vida é nitidamente mais desejável que o [*modo de vida*] fundado na acumulação, na competição, no isolamento, e na criação contínua de novas necessidades. As soluções alternativas contribuem para uma transição ecológica, econômica, cultural e social. Elas têm um interesse profundo pelo indivíduo e a coletividade (Tradução própria).

Através da visibilização de iniciativas e da criação de um clima social mais favorável para o desenvolvimetro de alternativas locais, o movimento espera contribuir para a construção de um processo de transformações e tomada de consciência massivo e acessível para as diversas esferas da população. A valorização e divulgação de ações locais e regionais concretas ajudam os cidadãos a se identificarem mais facilmente com a luta contra o aquecimento global (pois se trata de ações ligadas ao seu território e impactam na melhoria da sua condição de vida) e torna a transição ecológica e societal mais desejável. As ações locais são identificadas nas diversas áreas, tendo impactos sociais e ecológicos diferenciados e cria as condições de uma dinâmica de mobilização cidadã mais global: criação de cooperativas locais, produção energética local, habitações coletivas e cooperativas, criação de atividades econômicas locais, lutas por melhorias de transportes públicos, comércio justo e local, e outras melhorias na qualidade de vida do território.

Assim, o movimento milita para promover ações, iniciativas, projetos (coletivos e individuais) que favoreça a mudança do sistema societal em que vivemos e não a mudança climática, que vem desestruturando a sociedade e a natureza. Um dos principais motes do movimento é « changeons le système, pas le climat » (mudemos o sistema, não o clima). Esse mote resume a luta do movimento e dá o tom da luta de uma geração que tem a responsabilidade de responder a um desafio climático inédito, urgente e com uma grande responsabilidade para o futuro da humanidade, tendo como base os indicadores e pesquisas apontadas pelos especialistas climáticos. Os membros do movimento se autodenominam como uma ‘geração clima’, para explicitar que a grande causa da geração atual é a questão climática. De acordo com o movimento, a geração clima tem diante de si uma importante batalha contra o aumento do aquecimento global, que deve ser enfrentada agora, para tentar frear consequências desastrosas que já se preparam nos anos que estão por vir. Para o movimento, essa geração tem apenas dez ou quinze anos para obter algum resultado.

Porém, a luta contra a desregulação do clima que essa nova geração de militantes encampa não se resume aos aspectos puramente técnicos de aquecimento global, como já podemos perceber até agora. Podemos resumir que essa luta envolve a construção de um movimento massivo não somente para se transformar em uma sociedade menos poluente, como também para construir uma sociedade mais agradável socialmente para se viver, assim como a luta por um mundo mais justo, mais equitativo e mais solidário. Em termos de justiça social e climática, o movimento se engaja em uma luta mais global por ‘justiça climática’ e social.

Para lutar pela justiça social e climática e construir um movimento de massa de uma geração sensível e engajada na questão climática e na transformação social, o movimento Alternatiba se estrutura em torno de uma organização política interna que visa construir, de maneira coletiva e agregando outros movimentos ecologistas, estratégias para mudar de escala na luta por uma sociedade mais ecológica. Isso significa ampliar a luta, buscando adesão de um número massivo de pessoas que mudem seus comportamentos individuais, mas que não se contentem com gestos individuais, atuando também como apoiadores ou criadores de ações locais coletivas e que pressionem para mudanças estruturais em nível político.

Para alcançar esses resultados, o Alternatiba vem construindo um movimento que se apoia sobre dois tipos de ação, que segundo eles são complementares e necessários para mudar as estruturas. Trata-se de promover, de um lado, as alternativas existentes, e de outro lado, organizar ações de desobediência civil marcantes (porém, não violentas), visando um impacto midiático forte. As mídias sociais são as principais ferramentas de difusão das ações e de recrutamento de novos aderentes do movimento.

Além das características de lutas coletivas e cooperativas para mudar o sistema político e social, a ‘geração clima’ que milita no movimento Alternatiba se caracteriza pela habilidade em manusear e se servir das mídias sociais e alternativas, das redes sociais de forma geral, como instrumento de luta e de sensibilização. Eles se encaixam bem no que o filósofo Michel Serres (2013) define como geração *petite poucette*, que se informa, comunica, age e aspira uma mudança no mundo através, em grande parte, da internet. O que não deixa, evidentemente, de ser uma contradição para um movimento ecologista e o que os torna alvo de críticas, tanto internas como externas.²⁵⁹

Nessa luta pela mudança do sistema e não do clima, o movimento Alternatiba procura experimentar uma nova forma de governança, novas formas de ações e de contestações, se inspirando em movimentos altermundialistas, em movimentos e organizações diversas que visam mais democracia, mais solidariedade, mais respeito à natureza, mais elos sociais. Essa luta se concretiza através de um conjunto de estratégias um tanto quanto experimentais e inovadoras na forma de militar, pois se trata de um funcionamento que reúne uma série de elementos e instrumentos emprestados de organizações de contextos e problemáticas distintas, tais quais: sociocracia, ações não violentas, desobediência civil, *bienveillance* (benevolência e acolhimento), luta pela justiça climática e social, todos esses aspectos acompanhados de eventos festivos, artísticos e alternativos.

²⁵⁹ Esse ponto sobre as críticas e contradições do movimento será tratado em uma parte específica mais adiante, sobre ‘os limites do movimento’.

8.3.2 - Governança Sociocrática: Uma Busca de Radicalização da Democracia

Alternatiba é um movimento que zela por uma organização interna irrepreensível em termos de pontualidade, de organização das reuniões, de respeito mútuo, de eficácia na condução de reuniões e de projetos. O movimento procura se inspirar, construir e utilizar ferramentas e instrumentos que possam ajudar a construir um novo modelo societal, bastante próximo dos valores explicitados através da máxima do fórum social mundial ‘um outro mundo é possível’.

O modelo de organização social e de governança colocado em prática no seio do movimento é o de uma ‘sociocracia’. A sociocracia é uma forma de governança e de tomada de decisões, de uma dada estrutura, por consentimento. Um modelo de governança compartilhada e autogestionária. O modelo sociocrático pode ser utilizado em qualquer tamanho de estrutura ou organização, ele pode ser aplicado desde a escala da família até a escala de um país. A sociocracia representa uma importante mudança de paradigma em termos de governança e se baseia nos princípios da auto-organização, de coparticipação, de autonomia e liberdade e visa favorecer a emergência de uma inteligência coletiva (não piramidal) e a valorização humana e respeito de todos os membros da organização ou estrutura. O objetivo é de preservar a diversidade dos diferentes pontos de vista e criar um clima de cooperação.

Com a intenção de ir além do que propõe o modelo de democracia (mesmo a democracia participativa), a sociocracia se apresenta como um modelo radicalmente democrático, onde cada indivíduo, em cada situação apresentada pela organização na qual ele está inserido, tem a possibilidade de opinar e de votar e de bloquear (fazer objeção com argumentos), se a decisão não o convém. O modelo de governança sociocrático funciona de acordo com quatro regras de base, que asseguram a horizontalidade, a transversalidade, o respeito à diversidade e um modo de governança participativo: o círculo, o consentimento, os elos duplos e a eleição sem candidatos. Estes quatro pilares básicos da sociocracia são aplicados de forma complementar, da seguinte forma:

O primeiro pilar, o círculo, é a forma como se estruturam fisicamente as reuniões, tendo como objetivo facilitar a participação de forma espontânea e sem pressão hierárquica. Ele tem como inspiração o modo de funcionamento de tomada de decisões e reuniões de comunidades ditas primitivas ou primeiras (ou tribais), onde os membros da sociedade se sentavam em círculos e os membros são ouvidos. O sistema de círculos propicia o sentimento

de igualdade e permite uma boa visibilidade entre os participantes. Ele também favorece a visibilidade nos pedidos de fala. Cada círculo tem uma missão precisa (um domínio de autoridade), definida em um círculo mais abrangente. A quantidade de círculos é definida em função das necessidades de cada estrutura, que sempre decidirá em círculo, podendo haver círculos mais amplos e mais restritos (em número de membros e em quantidade de responsabilidades).

Já o segundo pilar, o consentimento, visa garantir a tomada de decisões de forma harmoniosa e equilibrada, com igualdade de valores nas opiniões emitidas no grupo. Para alcançar esse resultado, o princípio do consentimento estabelece que uma decisão só pode ser efetivada se não houver nenhuma objeção ao que foi proposto. Todos os membros do círculo (que pode ser concretamente uma comissão, grupo de trabalho) tem o poder de se opor a uma proposição. Porém, para que decisões sejam tomadas (pois é o objetivo final), toda objeção deve ser argumentada, levando-se em consideração os princípios de base estabelecidos pelo grupo. A(s) pessoa(s) que faz(em) a objeção se engaja(m) (tacitamente) a propor uma alternativa (ou solução) para que a decisão respeite os desejos e anseios de todos. Assim, procura-se soluções alternativas até chegar em uma formulação que seja consentida por todos, ou pelo menos que não suscite objeções fortes.

O terceiro pilar, os elos duplos, tem o objetivo de manter uma ligação entre os círculos. Para realizar essa ligação, estabelece-se que cada círculo deve eleger dois participantes para representar seu círculo em outros círculos. Sendo assim, cada círculo tem em sua composição representantes dos interesses de outros círculos, com o mesmo poder de voto e de objeção, de forma que se garanta tomada de decisões respeitosa das decisões tomadas em outros círculos. O papel dos representantes que asseguram os elos com os outros círculos é também de restituir, em outros círculos, as decisões e principais discussões de seu círculo. A representação em dupla assegura uma melhor restituição do conteúdo dos círculos, de forma que esses dois olhares se completam e garantem uma versão mais precisa das informações a serem transmitidas (tanto quando participam de outro círculo, como quando devem restituir o conteúdo do outro círculo para o próprio círculo).

Ainda sobre o princípio dos elos duplos no interior dos círculos, alguns difusores da teoria da sociocracia²⁶⁰ fala de representação de ‘círculos periféricos e círculos centrais’ ou ainda de ‘círculos inferiores e círculos superiores’, o que mostra a existência de hierarquias de

²⁶⁰ Como é caso do portal brasileiro on line sobre a sociocracia: <<http://www.sociocracia.org.br/content/princ%C3%ADpios-de-sociocracia>>. Acesso em : 02 fev 2018. Ou, a plataforma on line francesa <<http://sociocratie.net/Theorie/index.php>>. Acesso em : 02 fev 2018.

grupos. Essa nomenclatura é mais utilizada em modelos sociocráticos de corporações empresariais. No caso de organizações coletivas mais militantes (associações, cooperativas), como é o caso do movimento Alternatiba, essa noção de hierarquia tende a desaparecer e se transforma em círculos horizontais, entrelaçados de forma circular (se quisermos ter uma imagem precisa). Talvez, no caso da experiência de Alternatiba pudéssemos falar em um grande círculo central (que seria a coordenação geral, composta pelos membros de todos os círculos), composto de um conjunto de pequenos círculos em seu interior (que são as comissões), visto que a coordenação geral é composta de todas as comissões e não somente dos representantes dela (os correferentes).

O quarto pilar sociocrático, a eleição sem candidatos, diz respeito ao modo de representação que cada círculo necessitará para ter representatividade em outros círculos, ou para outros tipos de representação e cargos de responsabilidades no interior do círculo. Concretamente, a cada vez que for necessário eleger uma ou várias pessoas para realizarem tarefas específicas, será realizada uma eleição por nomeação (as características necessárias para exercer a tarefa ou o cargo são especificadas previamente, coletivamente). Cada membro do círculo votará em uma pessoa que ele considera competente para exercer a tarefa e explicitará os argumentos que o levam a votar em tal pessoa. O membro que terá mais nomeações será eleito (tendo a possibilidade de rejeitar, evidentemente). Com esse modo de eleição, o sistema sociocrático tem como objetivo estabelecer um sistema de representação baseado em competência e não em egos. Nessa perspectiva, pessoas que não ousariam se apresentar como candidato (por timidez, baixa auto-estima, falta de confiança em si e outros motivos emocionais), mas que têm competência para a tarefa, podem assumir responsabilidades com afinco e se sentirem valorizadas.

A origem da teoria da sociocracia, enquanto modo de governança ou modo de funcionamento de uma dada estrutura ou organização, é atribuída ao engenheiro holandês Gerard Endenburg (nascido em 1933), que ao assumir a direção da empresa familiar (empresa de eletrotécnica), no final dos anos 1960, observou que o clima social da empresa não convinha às suas aspirações e decidiu criar um modo de funcionamento experimental, incluindo e respeitando os trabalhadores. No início da década de 1970, Endenburg criou um modelo de governança para sua empresa baseado em valores mais humanos²⁶¹ e ao mesmo tempo continuar sendo uma empresa produtiva e competitiva. Esse modo de funcionamento tinha o objetivo de incluir todos os trabalhadores, independente de sua posição hierárquica, no

²⁶¹Mais detalhes nos sites citados na nota acima.

processo de decisão da empresa. Através dessa real participação na dinâmica da empresa, Endenburg pretendia aumentar o nível de satisfação e de bem estar dos trabalhadores, transformando o lugar de trabalho em um espaço agradável.

A aposta do empresário era que, melhorando o clima social e incluindo os trabalhadores nos processos de decisão (repartição do poder), os trabalhadores se sentiriam mais motivados para trabalhar, se identificariam mais com a empresa e assim seriam mais produtivos. A aposta foi ganha. A empresa se tornou mais produtiva e competitiva. Os trabalhadores desenvolveram um sentimento de pertencimento à empresa e as tensões sociais diminuíram, diminuindo também o número de ausências, de doenças.

Para situar o contexto no qual o modelo de governança sociocrática foi modelizado, algumas informações sobre Endenburg se fazem importante. Ele fazia parte da comunidade *Quakers*²⁶² holandesa e nesse contexto realizou seus estudos primários e fundamentais em escolas que adotavam modelos pedagógicos alternativos²⁶³. Inspirado e influenciado pelas pedagogias alternativas onde se valoriza o cooperativismo, o criador do modelo de governança sociocrática utiliza igualmente seus conhecimentos e competências nas áreas de teoria dos sistemas, cibernética, biofeedback, assim como, seu interesse pela inteligência coletiva. De acordo com as informações do site *sociocratie.net*, o termo sociocracia teria sido utilizado pela influência do seu amigo e pedagogo Kees Boeke, que já o utilizava em suas experiências pedagógicas. Esse último teria emprestado o termo da obra de Auguste Comte (1798-1857), filósofo francês – ao qual também se atribui comumente a fundação da sociologia.

A utilização original do termo sociocracia por Comte se encontra em publicações entre 1851 e 1854 (COMTE, 1851-1854), em sua obra intitulada ‘Sistema de política positiva’. Na concepção de Comte, a sociocracia seria uma forma de governo gerido pela sociedade enquanto um conjunto orgânico, onde todos seriam inseridos e teriam a possibilidade de participar, cada um em sua escala. Diferentemente do modelo democrático, autocrático ou teocrático, a sociocracia incluiria as minorias, pois como designa a etimologia grega da palavra, o poder viria do *socios*, ou seja, de pessoas que compartilham os mesmos valores e participam de um mesmo grupo. Cada grupo decidiria de acordo com seus valores. Certamente, o modelo sociocrático de Comte tinha um cunho mais religioso, visto que ele se inseria em seu projeto de ciência positiva enquanto religião.

²⁶² Comunidade discidente do catolicismo, que entre outras características, recusam toda autoridade.

²⁶³ Endenburg se inspira das ideias pedagógicas aplicadas pelo seu compatriota Kees Boeke, que aplica e pesquisa pedagogias alternativas como as de *Maria de Montessori*.

O modelo social sociocrático comtiano não foi desenvolvido, mas podemos constatar em seus escritos que ele tinha um lugar importante. Em seu esquema de pensamento, seria uma forma de objetivo final da história da humanidade, como podemos ver no esquema mental que ele elaborou intitulado 'tabela da história da humanidade' (COMTE, 1851-1854, p. 65), onde o autor identifica três estados da humanidade: o teológico, o metafísico e o estado positivo, que seria o estado final, sendo regido pela sociocracia, conforme registro abaixo :

Quadro 4: Tabela da História da Humanidade (Auguste Comte)

ÉTAT THÉOLOGIQUE		ÉTAT MÉTA-PHYSIQUE	ÉTAT POSITIF
Fétichisme (plus spontané) <i>Première causalité</i>	Théologisme proprement dit (plus fictif) <i>Deuxième causalité</i>	Fétichisme général Astrolâtrie	Fétichisme général
	Polythéisme (Le vrai théologisme)	Polythéisme conservateur ou sacerdotal	
	Polythéisme progressif ou militaire	Polythéisme conservateur ou sacerdotal	
	social	Intellectuel	
	L'incorporation romaine (11 siècles) (VIIe av.-IIIe ap.)	L'élaboration grecque (13 siècles) (XIIe av.-1er ap.)	
	Le IVe siècle après J.-C., siècle « équivoque »	Deuxième transition (active)	Première transition (intellectuelle)
	Mono- thésme	Troisième transition (affective)	
	La révolution occidentale (5 siècles) (XIVe- XVIIIe)	La civilisation catholico- féodale (9 siècles) (Ve-XIIIe)	
		Transitions organiques	
		Préparations spéciales <i>Deuxième série de nos ancêtres :</i> Les Transitions <i>L'Occident militaire</i> (30 siècles) (XIIe av. XVIIIe ap.)	Initiation générale (organique) <i>Première série de nos ancêtres</i> La Théocratie <i>L'Orient théocratique</i>
	Transition critique		État final La Sociocratie

A sociocracia também é conhecida pela nomenclatura ‘governança dinâmica’ (Dynamic Governance), principalmente em estudos e publicações americanas, onde tem havido um interesse crescente por esse modo de governança, mas a palavra ‘sociocracia’ (*sociocracy*) tem uma conotação negativa, pelo fato de se aproximar do termo ‘socialismo’.

O modelo de governança sociocrático é aplicado em diversas empresas e estruturas na Holanda (onde nasceu) e esse modelo começa a ultrapassar os muros holandeses nos últimos dez anos. Atualmente diversas estruturas e organizações, tanto na Europa como nos EUA, aplicam os princípios da sociocracia. De acordo com site francês *sociocratie.net*, atualmente, mais de duzentas estruturas funcionam, na França, de acordo com os princípios sociocráticos (integralmente ou parcialmente). A estrutura jurídica das estruturas que têm aderido a esse modo de governança são bastante diversificadas: empresas, escolas, hospitais, serviços de polícia, associações, partidos políticos.

No caso específico de Alternatiba Nantes, são utilizados, principalmente, dois princípios de base da sociocracia: o sistema de círculos (que se chamavam comissões ou subcomissões) e o modelo de decisões por consentimento. De acordo com um documento interno intitulado ‘funcionamento Alternatiba 2015’²⁶⁴, explicando o modelo de organização do coletivo local, seus objetivos e sua missão, a decisão por consentimento é uma ferramenta de decisão onde se obtém o acordo de todos. O coletivo entende que estar de acordo com uma decisão não significa concordar plenamente com ela, mas não ter uma objeção clara e argumentada. De acordo com as regras do coletivo, uma objeção a uma decisão significa que a pessoa recusa completamente os argumentos (ou uma parte deles) da decisão proposta e que sua aceitação pode provocar a saída do coletivo, pois vai além dos seus princípios morais, ou dos princípios da organização. A tomada de decisão não é possível enquanto houver uma pessoa que faça objeção. Coletivamente se procura uma solução e a decisão pode ser adiada para a próxima reunião. Tem-se como alvo o enriquecimento do debate e não a exclusão de opiniões minoritárias.

O adiamento de uma decisão se insere na terceira²⁶⁵ ferramenta de tomada de decisão interna: o encerramento. Quando o tempo que foi estipulado para tratar a questão se

²⁶⁴ Disponível para todos os membros do coletivo e para o público em geral através de uma plataforma internet dedicada ao coletivo nantês.

²⁶⁵ Existem três ferramentas de tomada de decisão no coletivo Alternatiba de Nantes: a primeira é o consenso, quando a decisão proposta teve argumentos que satisfizeram todos os membros; a segunda é o consentimento, onde a existência de objeções pedem nova formulação da proposição e, por fim, o encerramento.

encerra²⁶⁶ (por causa da objeção), o animador da reunião propõe o procedimento de encerramento do assunto, que consiste em apontar as seguintes soluções:

- Submissão de propostas ao voto da maioria relativa: os membros presentes votam em uma das propostas reformuladas coletivamente, de forma que contemple o máximo possível as opiniões de todos. Ao dar a escolha de votar em propostas (escolha 1, escolha 2, escolha 3, etc.), a ideia é de evitar o voto binário (sim ou não, para uma só proposta);
- Adiar a tomada de decisão para outra reunião, baseado na constatação de que se a decisão não convém a todos é porque ela ainda não está suficientemente madura;
- Aplicar o princípio de subsidiariedade, onde o grupo pode decidir de proceder à tomada de decisão de duas formas: seja pela delegação da decisão a uma comissão; seja encarregando uma comissão de analisar mais profundamente e fazer novas propostas de decisão, a serem discutidas posteriormente, que integrem os anseios de todos.

A forte implicação dos militantes que se observa no movimento Alternatiba pode ser explicada por ser baseada nesse modelo de governança. A maioria dos/as militantes que entrevistamos para essa pesquisa se referem positivamente ao modo de governança do coletivo (mesmo os que não conhecem bem o princípio da sociocracia). Eles/elas evocam serem elementos importantes para a motivação em contribuir com o movimento (para além da motivação pela questão ecológica e climática) características como: responsabilização e confiança (que são atribuídos de forma muito rápida e espontânea). Essas características reforçam o postulado do modo de governança sociocrático em que a participação efetiva de todos, de forma igualitária, favorece o sentimento de pertença ao grupo, estrutura ou organização e assim contribui para o aumento da produtividade (no caso de organizações de tipo empresarial).

Algumas falas durante as entrevistas ilustram essa análise: se referindo às especificidades do movimento Alternatiba, em relação a outras associações e as motivações para militar por esse movimento, Noémie²⁶⁷ sublinha a particularidade de governança e de modo de funcionamento do movimento e como esses aspectos foram impactantes para motivá-la a se mobilizar e que até teve um impacto em sua vida pessoal e profissional, pois ela tenta transferir o máximo possível para essas esferas os princípios colocados em prática

²⁶⁶ Para cada ponto a ser abordado na pauta da reunião é determinado um tempo em minutos. Quando não é possível respeitar o tempo que foi previsto no início da reunião, tolera-se um depassamento de 1,5 do tempo estimado inicialmente. Depois, o animador da reunião deve proceder ao encerramento do assunto.

²⁶⁷ 32 anos, em união estável, mãe de uma filha de um ano, militante do movimento durante o ano de 2015, fazendo parte da equipe de organização da ‘vila de alternativas’ de Nantes em 2015.

através do movimento (tomada de decisões, ferramentas e técnicas utilizadas nas reuniões como os códigos gestuais²⁶⁸, entre outras técnicas de coordenação/animação das reuniões). Ela afirma que ‘em termo de governança associativa é realmente diferente, as tomadas de decisão, etc. e igualmente seu dinamismo (...). Alternatiba é um movimento hiper dinâmico e uma real noção intergeracional’. Outro aspecto que foi frequentemente evocado nas entrevistas como um fator motivador e um diferencial de outros movimentos diz respeito à possibilidade de autonomia e de confiança que os membros do coletivo se deparam desde sua chegada no movimento.

O modo de funcionamento que abre a possibilidade de ocupar funções de responsabilidade e autonomia de forma muito rápida agrada os militantes de forma geral. Essa forma de funcionar cria o sentimento de valorização de cada militante, cria um clima positivo de confiança mútua e ajuda no processo de integração, de acordo com Noémie. Para Margot²⁶⁹, esse modelo de estrutura associativa ‘não tem nada a ver’ com o funcionamento de outras associações. A diferença, para ela, é que nesse jovem movimento (quando ela o integrou) ‘tudo estava para ser feito, testado e experimentado’ e o que interessava para o movimento era a motivação e o tempo disponibilizado pelos militantes, de forma que bastava querer e cada um tinha o direito de assumir responsabilidades. Para ela, esse funcionamento proporciona um sentimento de reconhecimento forte.

Esse modelo de funcionamento e os relatos ilustrados acima colocam em evidência empiricamente uma das características particulares ao modo de governança sociocrático, que é a valorização do indivíduo enquanto um todo. Isso quer dizer que se leva em consideração, mesmo no meio profissional, as emoções e sentimentos do indivíduo. O funcionamento dos círculos tem como um dos objetivos levar em consideração a forma como cada participante se sente no momento da reunião. Eles podem exprimir seus sentimentos da esfera individual, que sejam positivos ou negativos, assim como seus medos, suas apreensões, se está vivendo um luto. Da mesma forma, os participantes podem expressar seus sentimentos em relação a questões profissionais que serão tratadas no círculo, apreensões por decisões importantes. No modelo de governança sociocrático, essa tomada de consciência de emoções e sentimentos coletivamente permite criar um clima de confiança, de respeito mútuo, de empatia e de

²⁶⁸ Nas reuniões do movimento são utilizados um conjunto de gestuais para facilitar a comunicação, sem cortar a fala de quem está intervindo e para garantir o respeito mútuo e a eficácia da reunião. Esse aspecto será abordado no capítulo 9 desta tese.

²⁶⁹ 28 anos, formada em direito e gestão de projetos associativos, militante do movimento Alternatiba de Nantes desde sua formação.

bienveillance (zelo pelo bem estar do outro), que levará a mais cooperação e sentimento de bem estar na estrutura ou organização.

Assim, no modo de funcionamento sociocrático é possível (e aceitável) fazer-se uma objeção por razões pessoais e psicológicas e não somente profissionais. Esses elementos devem estar integrados na reflexão no momento da reformulação da proposição inicial. Para auxiliar na tomada em consideração aos aspectos mais subjetivos e criar um clima propício à escuta de todos, assim como para evitar e gerenciar eventuais situações de conflito, frequentemente, as estruturas que trabalham com o modelo sociocrático associam ao modo de governança os princípios da CNV (Comunicação não-violenta)²⁷⁰. A aplicação dos princípios da CNV permite um clima mais favorável à vida coletiva. Ela propicia uma forma de se relacionar coletivamente mais cautelosa e cuidadosa de todos os membros, ela pede uma forma de comunicação que seja dócil, não-violenta e que evite conflitos e tensões. A CNV é uma ferramenta de inteligência relacional (ou emocional) que pode ser utilizada tanto em âmbito individual, familiar ou em esferas sociais mais amplas.

Para além da inspiração do modelo de governança sociocrático, o movimento Alternatiba inclui outros modos de funcionamento que favorecem a cooperação, inteligência coletiva e a busca por uma ‘democracia real’ (como evocado em um documento interno sobre a organização do coletivo). Outros movimentos sociais alternativos e em busca de construir um novo modelo de sociedade são fontes de inspiração do movimento e nesse sentido, o movimento Alternatiba se apresenta como um modelo misto e agregador de vários instrumentos em prol da construção coletiva.

8.3.2.1 - Outras influências na construção do modelo de governança do movimento Alternatiba

De acordo com Mathieu - um dos fundadores do grupo local de Nantes e bastante próximo do grupo fundador do movimento global (Bayonne) -, o modo de governança do movimento Alternatiba seria bastante inspirado no modo de funcionamento de outros movimentos sociais afinitários, como: o movimento dos ‘Indignados’ espanhóis, com quem os fundadores do Alternatiba tiveram uma grande proximidade; o movimento anarquista, devido à proximidade de alguns membros fundadores de Alternatiba com o movimento anarquista e independentista do País Basco francês; o movimento sindicalista, devido à

²⁷⁰ Ferramenta de comunicação baseada na autoempatia, empatia e na compaixão, fundado no início dos anos 1970 pelo psicólogo americano Marshall Rosenberg.

proximidade de alguns membros fundadores de Alternatiba com a militância sindicalista. Outro movimento que pode ter influenciado nesse aspecto organizacional rigoroso que apresenta Alternatiba, pode vir do antigo movimento armado independentista do País Basco, no qual participou Txetx Etcheverry²⁷¹, um dos principais membros fundadores do movimento Alternatiba. De acordo com Mathieu, o caráter rigoroso do movimento também tem como influência o movimento social de ação contra a AIDS que se formou na França nos anos 80²⁷², através da associação *Act up Paris*, da qual Txetx Etcheverry tinha bastante proximidade. Essa associação já utilizava técnicas de reuniões bastante eficazes (tempo de cada pauta determinado antes da reunião, debate estruturado, gestos facilitadores).

Do ponto de vista da governança, a sociocracia e a influência de movimentos sociais alternativos nos mostram os traços e as características básicas do movimento Alternativa e de sua aplicação concreta no coletivo local de Nantes. Para além desses traços mais estruturantes, podemos observar igualmente aspectos importantes do funcionamento cotidiano como a busca de relações interpessoais no interior do coletivo (e além) mais baseadas na *bienveillance*, na não-violência. Essas noções são igualmente centrais e estruturantes do movimento, elas se apresentam não somente como um importante instrumento de comunicação interna, mas como um aspecto auxiliar na aplicação de um modelo sociocrático e na busca de mais democracia e de mais respeito mútuo.

8.3.3 - A benevolência (*bienveillance*) e a não-violência no centro das ações

8.3.3.1 - *Bienveillance*

A palavra *bienveillance* aparece de forma frequente nos discursos e falas dos militantes do movimento Alternatiba, a qual é traduzida em língua portuguesa, de forma literal, por ‘benevolência’ (muito vinculado ao ato de bondade). Porém, a forma tal qual ela

²⁷¹ Conhecido como Txetx, o verdadeiro nome do militante ecologista é Jean-Noël Etcheverry (nascido em 1964). Durante sua juventude (final dos anos 1970) ele participou da luta armada pela independência basca, que segundo ele, fazia parte de um contexto específico e tinha um apoio da população local. Porém, essa experiência o transformou, na sequência de sua militância, um militante pelas ações não-violentas. Em uma entrevista ao jornal *online* Reporterre <<https://reporterre.net/Txetx-Etcheverry-La-strategie-la-plus-efficace-est-la-non-violence>>. Acesso em: 10 mar 2018), Txetx afirma ‘nunca ter condenado a violência. Mas eu penso que as estratégias violentas são contraproduzidas’. Txetx tem um consistente percurso militante em prol da justiça social, da defesa da cultura basca, inicialmente, e depois da junção entre justiça social e justiça climática. Participou da fundação de diversos movimentos ligados à democracia, à desobediência civil não-violenta, e movimentos ecológicos no País Basco.

²⁷² Inspirado nesse movimento foi realizado o filme francês ‘120 batements par minute’, de Robin Campillo, 2017. Inclusive esse filme teve uma crítica bastante positiva e foi indicado para o Festival de Cannes e recebeu vários prêmios em diversos festivais de cinema.

vem sendo utilizada na França, nos últimos anos, engloba outros aspectos além da benevolência, de forma que a tradução literal não parece corresponder à utilização real que se faz desse termo. O termo *bienveillance* tem sido considerado atualmente como uma palavra « na moda », tanto que ela tem sido utilizada em tantos contextos distintos. Fala-se da necessidade de *bienveillance* no sistema escolar²⁷³, nos trabalhos ligados ao cuidado (pessoas idosas, doentes, bebês) e até o governo francês atual coloca a noção de *bienveillance* como um argumento central de sua política (não sem severas e frequentes críticas²⁷⁴). Da mesma forma, não é raro, atualmente, a utilização desse termo em diversas esferas, para se referir à construção de relações sociais mais empáticas (empatia é outro termo na moda, nesse momento).

Assim, o termo *bienveillance*, apesar de também evocar a benevolência, não se restringe à ela. De acordo com a utilização na prática, diversas dimensões parecem contornar essa noção: compreensão, boa vontade, empatia, afeto, respeito, amor, gentileza, benignidade, compaixão (aspiração genuína de que o outro se livre do sofrimento), cuidado, acolhimento da dor do outro (com empatia). A noção de *bienveillance* também é utilizada na esfera mais subjetiva, em CNV fala-se de *bienveillance* para consigo mesmo. Talvez o termo mais próximo que poderia ser transposto em língua portuguesa (pela forma como ele tem sido utilizado socialmente nos dias atuais) seja o termo « acolhimento ». Mas também poderíamos traduzir, buscando o sentido nas origens etimológicas da palavra, como uma forma de se comportar de « querer o bem » ou, se preferirmos, de « zelar para o bem », já que de acordo com a origem latina da palavra *benevolentia* (de bene, bem + volentia, querer). Esse cuidado com o bem se aplicaria em todas as circunstâncias (mesmo as mais adversas, onde não se teria o cuidado em continuarem uma postura de bondade) para consigo mesmo e com o outro.

8.3.3.2 - A não-violência

Outra noção bastante presente nas falas e discursos dos membros do movimento Alternatiba é a noção de ‘não-violência’. O termo não-violência é claramente inspirado e emprestado dos movimentos não-violentos de grandes líderes como Gandhi, Martin Luther King, Mandela. A não-violência é vista pelo movimento como uma arma de transformação

²⁷³Através de novas propostas educativas mais integradoras, mais democráticas, mais participativas, etc. (a educação baseada na teoria de Montessori é um exemplo).

²⁷⁴Como explicitado no artigo do jornal ‘Le Temps’, publicado no dia 17 de maio de 2017, intitulado « os limites da ‘bienveillance de Macron’. Disponível em <<https://www.letemps.ch/monde/limites-bienveillance-macron>>. Acesso em : 12 fev 2018.

social e um instrumento para a mudança de paradigma social que a questão climática tem colocado em evidência. A noção de não-violência é evocada igualmente pelo filósofo Stéphane Hessel (2011), em seu livreto 'Indignez-vous' - que inspirou movimentos como 'Indignados' (movimento com o qual os fundadores de Alternatiba tiveram muito contato).

Hessel, que acompanhou o nascimento do movimento Alternatiba e que o apadrinhou (mas morreu antes do primeiro evento, o Village des Alternatives de Bayonne) é, igualmente, para os militantes de Alternatiba, um símbolo de não-violência, de resistência e de inspiração para lutar por um mundo melhor. Do alto dos seus 93 anos, tendo como bagagem uma longa história de resistência ao nazismo, de vivência em épocas de guerra, de combate contra a violência feita ao povo palestino, assim como sua luta pelos direitos humanos²⁷⁵, ele afirma em seu pequeno livro que estaria "convencido que o futuro pertence à não-violência" e à "conciliação de culturas diferentes", que, segundo o filósofo, representa a via pela qual a humanidade deverá alcançar sua próxima etapa (HESSEL, 2011, p. 19). O autor associa não-violência e esperança. Para ele,

Il faut comprendre que la violence tourne le dos à l'espoir. Il faut lui préférer l'espérance, l'espérance de la non-violence. C'est le chemin que nous devons apprendre à suivre. Aussi bien du côté des oppresseurs que des opprimés, il faut arriver à une négociation pour faire disparaître l'oppression; c'est ce qui permettra de ne plus avoir de violence terroriste (HESSEL, 2011, p. 20).²⁷⁶

A influência de Hessel no movimento Alternatiba também se observa através da indignação pelas injustiças sociais e climáticas que os militantes tomaram como bandeira de luta e norte do engajamento. Esse engajamento segue o chamado de Hessel (2011, p.11-12) para que as novas gerações se indignem e se engajem por uma causa, tal qual ele se indignou pelo nazismo: "eu desejo a todos, a cada um entre vocês, de ter um motivo de indignação. É preciso. Quando alguma coisa vos indigna como eu fui indignado pelo nazismo, nos tornamos militante, forte e engajado".

A não-violência como um instrumento de luta social e ecológica, se associa a uma crítica social ampla do modelo de sociedade ocidental e de busca por uma sociedade mais justa e mais sustentável, bem como mais equilibrada social e ecologicamente. Sobre essa

²⁷⁵ Hessel participou da redação da Declaração universal dos direitos humanos, adotada pela ONU dia 10 de dezembro de 1948.

²⁷⁶ É necessário compreender que a violência vira as coisas para a esperança. É preciso preferir a esperança, a esperança da não violência. É o caminho que devemos aprender a seguir. Tanto do lado dos opressores que dos oprimidos, é necessário chegar a uma negociação para se eliminar a opressão; é o que permitirá acabar com a violência terrorista. (Tradução própria).

questão, Hessel (2011, p.20-21) nos traz um diagnóstico resumido e claro, que corresponde aos valores e princípios do movimento Alternatiba:

La pensée productiviste, portée par l'Occident, a entraîné le monde dans une crise dont il faut sortir par une rupture radicale avec la fuite en avant du « toujours plus », dans le domaine financier mais aussi dans le domaine des sciences et des techniques. Il est grand temps que le souci d'éthique, de justice, d'équilibre durable devienne prévalent. Car les risques les plus graves nous menacent. Ils peuvent mettre un terme à l'aventure humaine sur une planète qu'elle peut rendre inhabitable pour l'homme.²⁷⁷

A centralidade da não-violência no movimento Alternatiba fez com que emergisse, no interior do movimento, um segundo aspecto de ação pela justiça climática e social chamado ANV-COP 21 (Ação não-violenta, no contexto da COP 21). O movimento ANV-COP 21 nasceu dentro do quadro de ações do movimento Alternatiba, através de alguns militantes que desejavam ações mais impactantes em favor do clima e com repercussões políticas mais fortes que as ações de promoção e valorização das alternativas contra o aquecimento global. Em um primeiro momento, devido às divergências internas sobre o modo de ação proposto por ANV, este último se constituiu como um movimento à parte, tendo como ações concretas a realização de denúncias de projetos que eles classificam como "climaticidas".

Dessa forma, ANV-COP 21 se constitui como um movimento de desobediência civil, baseado na não-violência e com vocação a integrar em suas ações uma grande diversidade de participantes: homens, mulheres, jovens, idosos, pessoas com muito tempo disponível para o voluntariado, pessoas com pouco tempo disponível, pessoas que queiram participar na linha de frente, ou na parte mais organizacional e não se expor. Para alcançar esse objetivo de diversidade de atores envolvidos e abrir espaço para uma participação massiva, as ações de desobediência civil, não-violentas, são estruturadas em torno de estratégias como: ações simbólicas (artísticas ou humorísticas), ações de bloqueios (através de gestos pacíficos, diálogos, negociações e explicação da ação), ações de ocupação, ações de boicote.

A primeira ação não-violenta e de desobediência civil do grupo foi a organização e realização da "requisição cidadã de cadeiras" em bancos franceses que utilizam paraísos fiscais para desfiscalizar seus lucros. Vejamos, a seguir, com mais detalhe, a particularidade, os desafios e os objetivos dessas ações.

²⁷⁷O pensamento produtivista, trazido pelo Ocidente, levou o mundo a uma crise que é necessária sair através de uma ruptura radical com uma fuga para frente do "sempre mais", dentro da área financeira mas também dentro da área das ciências e das técnicas. O momento chegou para que a preocupação com a ética, a justiça, o equilíbrio sustentável se torne predominante. Pois os riscos mais graves nos ameaçam. Eles podem colocar a termo a aventura humana em um planeta que eles podem transformar inabitável para o homem (Tradução própria).

8.3.4 - *Desobediência civil, ações não-violentas: as armas de luta pela justiça climática e social*

O movimento de ação não-violenta (ANV-COP21) iniciou com uma ação um tanto quanto arriscada juridicamente, mas altamente inovadora, ousada e engraçada. Após a divulgação nos jornais do escândalo que ficou conhecido como *SwissLeaks* - que consistiu na revelação de um importante esquema de evasão fiscal de grandes bancos, organizada e ancorada, em parte, pelo banco HSBC -, um pequeno grupo de militantes do movimento Alternatiba (e membros da associação Bizi !) se formou e decidiram realizar uma ação simbólica não-violenta no banco HSBC. Essa primeira ação consistiu na requisição de oito cadeiras de uma agência bancária HSBC, na cidade de Bayonne, no Sul da França. Para realizar essa requisição, os militantes entraram no banco calmamente e, no dia 1º de fevereiro de 2015, pacificamente, com rostos descobertos, explicaram calmamente sua ação aos funcionários do banco e partiram cada um com uma cadeira. Entre os argumentos explicitados aos funcionários, os militantes se expressaram nos seguintes termos: ‘desculpem, mas nós calculamos que o HSBC roubou 2,5 milhares de dólares em seis meses, então esse mobiliário é nosso’, conta Jon Palais, um dos organizadores da ação, em uma entrevista para a revista *Society*.²⁷⁸

O objetivo da ação era fazer um evento midiático e chamar a atenção dos cidadãos sobre os desafios da crise climática, o debate sobre a transição social e ecológica que resulta dessa crise e o financiamento que será necessário para realizar essa transição. De fato, o tema do financiamento das ações ligadas à questão climática (quer sejam reparativas, ou de inovação) representa geralmente um ponto de discordância e de difícil tomada de decisão ambiciosa durante os eventos internacionais destinados à questão climática (sobretudo as COP’s). O problema do financiamento dos impactos das mudanças climáticas é um ponto forte das negociações internacionais, onde os países ditos pobres ou os ditos em desenvolvimento exigem uma contrapartida dos países ricos para que eles possam enfrentar problemas como o aumento das catástrofes naturais, do desmatamento, para que eles possam preservar zonas naturais.

Porém, apesar das decisões tomadas de criação de um ‘Fundo Verde para o Clima’ (de 100 bilhões de Dólares), os países mais ricos têm dificuldade em colocar em ação a totalidade

²⁷⁸ Artigo do jornalista Thomas Pitrel intitulado : ‘La révolution de Palais’. Revista *Society* do 3 au 16 de fevereiro 2017. p. 28-35.

desse fundo e argumentam geralmente não ter o dinheiro necessário. Portanto, uma grande quantidade de dinheiro, de grandes empresas situadas nos países ricos é desviada em paraísos fiscais e os Estados, conscientes da amplitude do problema, não agem para dismantelar esses paraísos fiscais e recuperar o dinheiro em forma de impostos. Os militantes denunciam que, somente em nível europeu, as evasões fiscais representam uma soma avaliada em torno de 100 bilhões de Euros. Enquanto nas negociações sobre o fundo verde para o Clima, os países ricos têm dificuldade em reunir 100 bilhões de Dólares.

Para o movimento Alternatiba, as ações de desobediência civil são uma ferramenta importante de construção de uma democracia mais efetiva, pois ela se situa na luta contra as injustiças sociais operacionalizadas de forma legal, porém ética e moralmente inaceitáveis, como é o caso das evasões fiscais, visto que a ausência desses impostos impactam nos investimentos de serviços de base como educação, saúde, proteção social, segurança, meio ambiente. As mobilizações baseadas na desobediência civil são igualmente um meio eficaz para chamar a atenção das mídias e por consequência interpelar um público amplo, assim como os dirigentes políticos. De acordo com Jon Palais²⁷⁹ :

La désobéissance civile, en révélant une situation d'injustice, relève d'une démarche civique, qui vise à interpeller l'opinion publique et les pouvoirs publics sur l'insuffisance de la loi. Elle place les citoyens dans un rôle actif et constructif pour la démocratie, qui n'est pas un état stable et un ensemble de règles parfaites fixées une fois pour toutes, mais une manière de vivre ensemble et d'organiser la société, qui est en constante évolution. C'est un chantier en cours de construction, qui ne peut avancer qu'avec la participation de chacune et de chacun. En ce sens, la désobéissance civile ne diminue pas la démocratie mais la renforce. A l'inverse, c'est la résignation et l'absence d'implication des citoyens qui affaiblissent la démocratie.²⁸⁰

Nessa perspectiva, desde 2015, diversas ações foram realizadas para denunciar as evasões fiscais dos grandes bancos franceses e para chamar a atenção sobre o fato de que esse dinheiro poderia estar sendo usado para financiar os projetos de transição social e ecológica.

²⁷⁹ Respondendo à questão ao jornal l'humanité.fr, em um artigo intitulado 'Que lugar para a desobediência civil na democracia?'. Disponível em: <<https://www.humanite.fr/quelle-place-pour-la-desobeissance-civile-dans-la-democratie-631351>>. Consultado em: 20 mar 2018.

²⁸⁰ A desobediência civil, revelando uma situação de injustiça, releva de uma iniciativa cívica, que visa chamar a atenção da opinião pública e dos poderes públicos sobre a insuficiência da lei. Ela coloca os cidadãos em um papel ativo e construtivo para a democracia, que não é um estado estável e um conjunto de regras perfeitas fixadas uma vez por todas, mas uma maneira de viver juntos e de organizar a sociedade, que está em constante evolução. É um canteiro de obras em construção, que só pode avançar de cada uma e de cada um. Nesse sentido, a desobediência civil não diminui a democracia mas a reforça. Ao contrário, é a resignação e a ausência de implicação dos cidadãos que enfraquecem a democracia (Tradução própria).

A campanha nacional de requisições de cadeira teve como slogan ‘o dinheiro da transição social e ecológica existe: ela está nos paraísos fiscais’.

8.3.5 - Os paraísos fiscais na mira dos militantes climáticos: a luta contra a evasão fiscal

Como ápice das ações não-violentas, durante todo o ano de 2015, foi realizado um grande movimento de requisições de cadeira em vários bancos franceses envolvidos com grandes quantidades de dinheiro injetado em paraísos fiscais (BNP Paribas, Crédit Agricole, Société Générale, HSBC), de diferentes cidades, para serem usadas em um evento paralelo à COP 21, em Paris. Assim, no contexto das mobilizações cidadãs para a COP21, o movimento dos ‘requisitores de cadeiras’ lançaram o desafio de reunir 196 cadeiras (mesma quantidade de representantes aderentes da COP, no quadro da convenção da ONU sobre o aquecimento global) para realizar uma conferência alternativa, dentro da cúpula cidadã alternativa, prevista ao mesmo tempo que a COP21, em Paris.

Essas 196 cadeiras foram reagrupadas e ocupadas por 196 representantes de ONG’s e de representantes de povos indígenas de quarenta países diferentes. Assim, no dia 6 de dezembro de 2015, na cidade de Montreuil (vizinha à Paris) aconteceu a grande conferência das 196 cadeiras «roubadas» dos bancos para denunciar o escândalo da evasão fiscal e propor uma solução para o financiamento da transição. Essa grande conferência aconteceu à céu aberto, na praça onde ocorreu a cúpula alternativa e teve como tema ‘colocar enfim a finança ao serviço dos homens e da natureza’.²⁸¹



²⁸¹ M. Cúpula das 196 cadeiras na Vila mundial das Alternativas, 2015. Foto extraída do site da associação ATTAC France em 01/10/2019, intitulado «requisitores de cadeiras lutam pelo clima». Disponível em: <http://www.lemonde.fr/cop21/article/2015/10/01/des-faucheurs-de-chaises-agissent-pour-le-climat_4779966_4527432.html>. Acesso em : 10 fev 2018.

As mobilizações de requisições de cadeira teve um certo impacto midiático e os bancos começaram a ter medo da repercussão negativa de suas imagens²⁸², no que diz respeito ao envolvimento de suas finanças em paraísos fiscais. As ações não-violentas tiveram o apoio de personalidades francesas como os filósofos Edgar Morin, Patrick Viveret²⁸³. Do ponto de vista da população geral, as ações eram vistas como leves e simbólicas e, mesmo engraçadas, pois todas as requisições se passaram de forma efetivamente não-violenta, com muito respeito e muita educação para com os funcionários dos bancos, afirma Jon Palais, em sua entrevista para a Revista Society.²⁸⁴ Os membros das ações não-violentas afirmam que todas as ações são anunciadas antecipadamente aos diretores das agências bancárias. Eles avisam como se organizará a ação, quais são os objetivos e quando eles irão requisitar as cadeiras.

Porém, apesar da transparência, da não-violência e da leveza das ações, o banco BNP abriu um processo contra dois militantes e eles foram julgados por roubo em grupo (*vol en réunion*). Entre os acusados, Jon Palais, um dos mentores do movimento de requisições de cadeiras e Florent Compain, presidente da associação ecologista *Les amis de la Terre*. O julgamento de Jon Palais, dia 9 de janeiro, teve uma forte mobilização cidadã (mais de duas mil pessoas se reuniram de frente ao tribunal, durante seu julgamento) e diversas personalidades do mundo intelectual e político francês se deslocaram para apoiar Jon Palais, entre eles um dos favoritos para a eleição presidencial, há menos de cinco meses das eleições presidenciais, Jean-Luc Mélanhan. Sendo assim, a ação jurídica do banco contra os militantes reforçou ainda mais a visibilidade das denúncias de evasão fiscal feita pelos militantes. Para reforçar o impacto midiático do processo, a principal advogada de defesa de Jon Palais foi Eva Jolie, deputada europeia e ecologista francesa, candidata nas eleições presidenciais francesa de 2012 (pelo partido Europe Ecologie les Verts).

O processo ocorreu sem a presença do representante do banco BNP. O resultado do julgamento foi a absolvição de Jon Palais. O procurador da república se mostrou sensível à causa dos militantes, em prol da luta contra a evasão fiscal. Ele amenizou os fatos dizendo

²⁸² Alguns meses depois das ações de requisições (3 de maio de 2016) o banco BNP Paribas comunicou aos seus clientes que eles tinham fechado as últimas agências que eles ainda tinham nas ilhas Cayman, no Caribe. Em outubro de 2017, o banco BNP, que até então era envolvido com vários projetos que os ecologistas denunciaram como « climaticidas », anunciou que não financiará mais projetos de exploração de energia fóssil (gás de xisto, petróleo, carvão). Os militantes ecologistas do movimento Alternatiba e associados (sobretudo a associação Les amis de la Terre) se felicitam por essa vitória. Ver artigo do movimento Alternatiba/ANV <<https://anv-cop21.org/bnp-paribas-arriere-avancer-choses/>>. Acesso em : 02 fev 2018.

²⁸³ Inclusive eles aceitaram guardar em suas respectivas casas, cada um, uma cadeira requisitada para demonstrar o apoio aos ‘requisitores de cadeira’, diante da ameaça jurídica (de serem acusados e condenados por roubo ou formação de quadrilha) que os militantes vinham sofrendo.

²⁸⁴ Artigo intitulado « La révolution de Palais » .*Op. cit* nota 250.

que não se tratava de ‘roubo’ de cadeiras, como enfatizava oficialmente o processo, mas de ‘remoção’ de cadeiras. O juiz acatou o pedido de indulto do acusado. Com essa absolvição, os militantes ecologistas comemoraram o fato de que o processo contra ‘roubos’ de cadeiras se transformou em um processo contra a evasão fiscal.²⁸⁵ Inclusive durante o processo oficial, os militantes organizaram um processo simbólico, contra a evasão fiscal, onde participaram diversos intelectuais, políticos e militantes ecologistas, na mesma cidade onde estava havendo o processo. Dois outros processos ocorreram entre 2016 e 2018, com outros militantes envolvidos em requisições de cadeiras, um deles, Florent Compain, foi condenado a pagar uma multa de 500 Euros, o outro processo, de uma professora aposentada, Nicole Briend, militante da associação Attac, que estava previsto para o dia 6 de fevereiro de 2018, foi adiado para dia 7 de junho.

A cada processo, os militantes ecologistas aproveitavam do momento para organizar mobilizações *in loco* e para, através das mídias sociais, denunciar as evasões fiscais e a falta de recursos para financiar a transição social e ecológica. Eles aproveitavam do ensejo para afirmar que quem deveria estar no banco dos acusados eram os bancos, pois são eles que realizam atos, que para os ecologistas são irresponsáveis e mesmo criminosos. De acordo com os ecologistas, a soma das evasões fiscais representa entre 60 e 80 bilhões de euros por ano que são desviados dos cofres públicos da França.

Em paralelo às ações contra as evasões fiscais, os militantes Alternatiba-ANV realizaram igualmente ações e mobilizações simbólicas (midiáticas e presenciais) de frente a grandes empresas que eles classificam como estando envolvidas com projetos « climaticidas »: bancos que financiam energias fósseis ou projetos que não respeitam o clima, o meio ambiente e as populações locais, empresas de extração de petróleo, de gases e de carvão. Em 2016, os militantes organizaram uma ação não-violenta para bloquear uma cúpula internacional de profissionais que tinha como objetivo a exploração de petróleo e gases em águas profundas (petróleo e gás *offshore*). O congresso não foi completamente bloqueado, mas os militantes conseguiram fazer uma ação de bloqueio parcial (perturbação) e conseguiram uma certa repercussão midiática. Para os militantes ecologistas, esse congresso vai de encontro aos princípios que foram acordados, quatro meses antes, na COP21 e a discussão sobre a exploração de recursos energéticos *offshore* deveriam ser suspensas, dado a crise ecológica em que se vive e os alertas dos especialistas do clima. A respeito da utilização

²⁸⁵ O jornal lemonde.fr publicou um artigo, um dia depois do processo, intitulado: o processo do ‘requisicionador’ de cadeiras se transformou no processo da evasão fiscal. Disponível em: <http://www.lemonde.fr/planete/article/2017/01/10/le-proces-du-fauteur-de-chaises-devient-celui-de-l-evasion-fiscale_5060021_3244.html>. Acesso em : 10 fev 2018.

dos recursos fósseis, a Agência Internacional de Energia alertou²⁸⁶, em 2012, que para se conseguir atingir o objetivo de limitação do aquecimento global em 2°C, no horizonte de 2100, seria necessário deixar embaixo do solo em média três quartos das reservas energéticas fósseis conhecidas atualmente.

O sucesso das ações de ação não-violenta, que inicialmente eram organizadas em nível nacional, começou a tomar proporções mais importantes e os coletivos locais começaram a criar grupos locais, para realizar ações de resistência, em paralelo das ações locais do coletivo Alternatiba. Em Nantes, uma parte dos militantes do coletivo Alternatiba se dedicam às ações mais ligadas à ANV e mantêm relações com a organização nacional. Apesar de ter sido oficialmente fusionado (ANV e Alternatiba), as ações ANV são organizadas em um grupo mais restrito e com informações geralmente secretas, pois se trata frequentemente de ações de desobediência civil. Mesmo que de forma leve, elas têm um risco jurídico.

Em Nantes, as ações realizadas tiveram como alvo bancos (denunciando evasões fiscais), campanhas de sensibilização sobre as energias fósseis, no centro da cidade (de forma lúdica e alegre), uma campanha contra a empresa *Apple*, para denunciar o não pagamento de impostos devidos, manifestações contra os tratados de livre comércio como TAFTA e CETA, entre outras. De forma geral, são organizadas ações de contestações não-violentas em torno de temas como: evasão fiscal, contra grandes projetos considerados inúteis (como foi o caso do aeroporto de Notre Dame de Landes, na região de Nantes), contra projetos considerados ultra neoliberais, contra a publicidade, contra energias fósseis, contra a energia nuclear, contra projetos que destroem o meio ambiente, quer sejam de ordem local, nacional ou internacional.

As ações são organizadas para que sejam radicalmente pacíficas, geralmente lúdicas (e/ou teatral), festivas e têm como objetivo chamar a atenção do público em geral sobre a problemática climática e sobre a transição social e ecológica. O grupo local diz ter geralmente um bom acolhimento do público (nas ruas), pois as mobilizações são geralmente bem humoradas. A célula do coletivo local que se dedica às ações não-violentas insiste no aspecto lúdico das ações, pois, de acordo com o grupo, é possível conciliar a denúncia de questões graves e tratá-las com seriedade, mesmo por meio de ações lúdicas. Trata-se de uma estratégia para ter mais receptividade e simpatia do público em geral (pouco conhecedor das questões climáticas) e sensibilizar com bom humor. Eles se autodesignaram como *Groupement d'Intervention de Grenouilles Non-Violentes/GIGNV* (grupo de intervenção de não-violentos).

²⁸⁶ Relatório publicado em 12 de novembro de 2012, intitulado « World Energy Outlook 2012 ».

Segue algumas ilustrações de ações não-violentas em Nantes :



Falsa manifestação da « federação de fraudadores fiscais » no centro de Nantes, com o objetivo de denunciar a evasão fiscal principalmente das grandes bancos, empresas.
Fonte: página facebook « Alternatiba Nantes ».o evento ocorreu em 10 de dezembro de 2016.

As ações não-violentas se inserem em um contexto de « radicalização » (não-violenta) da luta pela justiça social e climática, que os militantes de Alternatiba julgam necessária. De acordo com os militantes, para se alcançar essa justiça climática e avançar na transição social e ecológica, é preciso levantar bandeiras de lutas como: luta pelo fim dos paraísos fiscais, anulação das dívidas multilaterais dos países do Sul, criação de uma taxa mundial sobre as transações financeiras, interrupção de subvenções às energias fósseis, favorecimento de uma governança democrática dos bancos, entre outros temas que destacam questões sociais e ecológicas.

8.3.6 - Ação não-violenta: a “segunda perna” do movimento Alternatiba

As ações não-violentas tomaram uma proporção tão forte em uma parte dos militantes do movimento Alternatiba, que ela se constituiu em um movimento à parte, que foi denominado ANV-COP 21, mas tendo como base os mesmos militantes Alternatiba. Visto que originalmente o movimento Alternatiba não tinha em seus objetivos ações de contestação e de resistência direta (mesmo sendo não-violenta), o movimento ANV-COP21 se desenvolveu paralelamente, com uma grande cumplicidade e parceria com o movimento-irmão Alternatiba. Em 2016, os dois movimentos decidiram se unir oficialmente - não sem algumas resistências internas - e constituir um movimento baseado em dois pilares: a promoção de alternativas contra a desregulação do clima e a resistência, através das ações não-violentas.

A partir dessa reestruturação, o Alternatiba utiliza frequentemente a metáfora do corpo humano, em sua forma de avançar, para designar o funcionamento do movimento. Para eles, o movimento tem duas pernas que o permite avançar de forma harmônica entre alternativas e resistências: uma perna das alternativas cidadãs, outra perna da ação não-violenta. A perna das alternativas diz respeito às ações de promoção e de valorização das iniciativas cidadãs existentes, que contribuem para a construção de um mundo mais solidário, menos emissor de gases de efeito estufa e, portanto, com um futuro mais desejável para as gerações futuras. A perna da resistência diz respeito às ações diretas e concretas realizadas pelo movimento, em prol da luta contra a desregulação do clima e contra projetos ‘climaticidas’, as quais se inscrevem em uma perspectiva de ação radicalmente não-violenta. As ações não-violentas visam denunciar igualmente o que eles chamam de ‘falsas soluções climáticas’, como os projetos em torno da economia verde ou de geoengenharia.²⁸⁷

Essas ações visam agir como uma forma de pressão aos dirigentes políticos e é nesse sentido que o grupo se esforça para formar o maior número de pessoas possíveis para realizar ações não-violentas cada vez mais massivas. Apesar de se organizar de forma um tanto quanto discreta e secreta, as reuniões dos grupos ANV são abertos a novos membros através de cooptação e de adesões voluntárias de todas as pessoas que se interessam pelas ações. Basta entrarem em contato com o grupo por e-mail para participar de uma reunião e saber as

²⁸⁷ Geoengenharia é o termo utilizado para a ciência que tem se desenvolvido nas últimas décadas para encontrar soluções técnicas e meios para manipular o meio ambiente no intuito de atenuar ou resolver problemas climáticos que se acentuaram com o aquecimento global. Ou seja, é a ciência que tenta fazer as reparações e correções dos impactos antrópicos do planeta, sem colocar em questão o modo de vida que levou a essa desregulação climática e ambiental. As técnicas e práticas da geoengenharia visam intervenções em grande escala (planetária) para atenuar o clima.

datas das próximas formações (a condição para participar de uma ação é ter de fazer a formação oferecida pelo grupo²⁸⁸). As formações são organizadas em dois eixos: um teórico, sobre os princípios de base da não-violência (seus fundadores e principais ações históricas), assim como um debate sobre a violência e a não-violência para cada um. O segundo eixo é centrado na formação prática de gestos, atitudes e posturas não-violentas a serem adotadas durante as ações. Abaixo, algumas técnicas de resistência não-violenta a serem adotadas quando policiais intervêm na manifestação :



Fonte : página facebook do GIGNV

Assim, as ações não-violentas se inscrevem em uma vontade do movimento de afirmar a desobediência civil como uma via de contestação social importante e de busca por justiça social, climática e solidariedade. O movimento Alternatiba (que se transformou em Alternativa/ANV) se associa frequentemente a outros movimentos sociais de lutas locais

²⁸⁸ As formações são oferecidas pelos membros mais experientes, já formados pela equipe nacional. As sessões de formação ocorrem várias vezes por ano (em função da demanda), em dois dias (geralmente fins de semana). O financiamento é feito por cada participante, através de uma participação econômica livre e consciente. Os formadores são voluntários e o dinheiro arrecadado com as formações são destinados à organização de ações.

(sociais e ecológicas) como: movimentos contra a energia nuclear, movimentos de ZAD's (zonas a serem defendidas)²⁸⁹, movimentos de luta contra as energias fósseis.

A propósito da importância da desobediência civil e das ações não-violentas como um instrumento eficaz na construção de uma sociedade mais harmoniosa e mais justa, Txetx, um dos fundadores do movimento, argumenta, em uma entrevista dada ao jornal *reporterre.fr*²⁹⁰, que 'é preciso estar ao mesmo tempo na radicalidade e na resistência, tendo como recurso a desobediência civil e a ação direta não-violenta, assim como um trabalho abrangente, que formule proposições que interpelem a população e os políticos'.

Nessa perspectiva, percebemos que nas entrelinhas do movimento, a *bienveillance*, a empatia, a comunicação não-violenta, a não-violência são vistas como armas de transformação social, na perspectiva de transição para um projeto de sociedade mais harmonioso. Com esses instrumentos de transformação social o movimento Alternatiba visa contribuir na luta por justiça social e climática, que em si acumula um conjunto de lutas, de militâncias e de bandeiras.

8.3.7 - Justiça climática: uma convergência de lutas

A noção de *justiça climática* é reivindicada por instâncias militantes ecologistas, intelectuais, religiosas, filosóficas e há vários pontos de vista sobre a questão. A utilização desse termo de forma sistemática, nos movimentos ecologistas, foi instaurado durante a COP15, em Copenhague, onde militantes ecologistas do mundo inteiro se reuniram para reivindicar resoluções fortes e justiça climática e o termo *climate justice* foi utilizado como um grito de guerra nas manifestações. Para os movimentos ecológicos de transição a questão da justiça ambiental é central no debate sobre justiça social e modo de vida, pois ela coloca em questão um modelo de sociedade que se propagou, através da industrialização, como

²⁸⁹ Os movimentos das Zones à Défendre/ZAD's é um movimento que vem crescendo na França nos últimos anos. Ele é baseado na luta de territórios onde há a intenção de se construir grandes projetos (que o militantes consideram como inúteis), mas que a realização de tal projeto coloca em questão culturas locais ou a degradação do meio ambiente. A ZAD mais conhecida na França é a ZAD de Notre Dame de Landes/NDDL, próximo à cidade de Nantes, onde o Estado Francês tinha um projeto de construção de um grande aeroporto regional, mas o projeto se situava em uma zona úmida, com uma grande biodiversidade. Depois de mais de 50 anos de luta de militantes ecologistas que ocuparam a zona (cultivando e criando uma espécie de sociedade alternativa), o governo francês anunciou o abandono do projeto, em janeiro de 2018. O abandono do projeto de aeroporto foi festejado por todos o militantes ecologistas da França como uma grande vitória para o meio ambiente e como uma esperança pelas lutas e resistências sociais. O termo ZAD, oficialmente é um termo utilizado pelo governo francês para designar Zonas de urbanização diferida (Zones d'aménagement différee), tendo como objetivo a criação ou renovação de setores urbanos, de criação de zonas de atividades ou de reserva fundiária do Estado.

²⁹⁰ Disponível em : <<https://reporterre.net/Txetx-Etcheverry-La-strategie-la-plus-efficace-est-la-non-violence>>. Acesso em : 10 mar 2018.

modelo ideal, levando em conta principalmente os aspectos econômicos. Essa noção resume a luta contra uma realidade que já foi elucidada em capítulos anteriores, ou seja, a constatação de que o modelo de sociedade capitalista mostrou seus limites em termos de proteção do meio ambiente (e mesmo em termos de justiça social) e desembocou no conjunto de crises globais que se vive atualmente (ecológica, social, econômica, civilizacional).

O termo “justiça” insinua necessariamente a presença do seu contrário que é a “injustiça”. Portanto, a “justiça climática” requer reparação de injustiças provocadas pela desregulação do clima – ocasionadas em grande parte pelas emissões de CO₂ emitidas principalmente pelos países desenvolvidos²⁹¹ - que, acelerou e amplificou os efeitos das catástrofes naturais e que afeta principalmente populações fragilizadas (econômica e socialmente). Assim, do ponto de vista dos novos movimentos ambientalistas, justiça climática e justiça social são indissociáveis, no sentido de que foram os países ricos que contribuíram de forma evidente ao processo de aquecimento global e de que eles devem reconhecer e estabelecer uma política de solidariedade e de reparação. Dessa forma, visto que os efeitos são globais, são os países pobres quem mais sofrem com os impactos da desregulação climática, pois a precariedade econômica - que engendra várias outras precariedades (habitacional, alimentar, acesso à água e energia, transporte) -, dificulta a resolução de problemas trazidos pelas catástrofes naturais (provocadas e/ou acentuadas pelo aquecimento global).

Diante das consequências catastróficas do aquecimento global, a noção de justiça climática traz para o debate novos problemas sociais (e sociológicos) como a questão da imigração que tem se configurado como climática. Essa questão é evidenciada pelo fato de que há uma degradação visível e tangível de vários territórios em diferentes países, onde populações inteiras não podem mais viver e produzir em suas terras por diversos fatores: falta de chuva, ou recrudescência de secas, ou por terem sido afetadas por *tsunamis* ou enchentes, etc. Em diversos países (ditos pobres), zonas inteiras são abandonadas porque as famílias não conseguem mais produzir nas terras onde diversas gerações utilizaram para sustentar suas famílias. Essas populações, geralmente de zonas precárias, são obrigadas a migrar para regiões vizinhas (ou distantes, para os que têm a possibilidade) em busca de uma vida digna. Nesse contexto, diversos intelectuais e organizações não governamentais começam a falar de “imigração climática”²⁹² e de refugiados climáticos como estatutos políticos emergentes.

²⁹¹ Por razões já explicitadas em capítulos anteriores (ver principalmente capítulos 1 e 3)

²⁹² Em novembro de 2017, o ministro da ‘mudança climática’ da Nova Zelândia anunciou que o país está estudando a criação de um novo tipo de via, destinado aos migrantes climáticos. Essa via será oferecida

A imigração climática já constitui uma realidade e ela vem sendo objeto de estudos²⁹³, pesquisas e mesmo de políticas públicas (apesar do fato de que o que prevalece é a falta de tomada de consciência mais ampla sobre a importância dessa questão). De acordo com o Relatório do PNUD 2007-2008, intitulado “a luta contra a mudança climática: a solidariedade humana em um mundo dividido”, 332 milhões de pessoas que vivem em países do Sul, essencialmente em zonas expostas, estariam ameaçadas de ter que se deslocarem. Nesse contexto, uma das questões discutidas durante a COP21 foi a questão dos “refugiados climáticos”, que de acordo com a ONU serão em torno de 250 milhões, no horizonte de 2050, se a situação de emissões de gases de efeito estufa não melhorar de forma significativa nos próximos anos (devido às previsões de aumento do nível do mar, das secas, enchentes, aumento da regularidade e da intensidade de ciclones). Porém, frente a essa realidade, os Estados não têm nenhuma preparação para enfrentar essas migrações, nem há planejamentos e antecipações nesse sentido - sejam os Estados que sofrem com a necessidade de ver sua população migrando, sejam os Estados, geralmente mais ricos, que se encontram na situação de ter que gerenciar um fluxo migratório, que gera questões sociais e econômicas complexas.²⁹⁴

Nessa perspectiva, o aquecimento global, juntamente com a noção de justiça climática, revela uma série de novos problemas sociológicos a serem compreendidos e analisados: imigração climática, solidariedade climática, reconhecimento de uma dívida climática (por parte dos países desenvolvidos), refugiados climáticos, conflitos e tensões gerados por questões climáticas (como é o caso da Síria atualmente). Ademais, do ponto de vista antropológico, o aquecimento global tem sido responsável pelo declínio ou extinção de culturas, línguas e modos de vida. Há, nesse sentido, uma evidente consubstancialidade entre as questões sociais, climáticas e econômicas na luta por um mundo mais equitativo.

Nesse contexto, a solidariedade climática passa a ser uma questão maior na luta contra o aquecimento global. Solidariedade e justiça climática são assim bandeiras de luta convergentes e complementares. Entra no cerne desse debate a questão da responsabilidade moral que os países ditos ricos – e, portanto, mais poluentes – têm em relação aos países ditos pobres, no combate aos efeitos da desregulação climática e à adaptação a essas mudanças.

prioritariamente aos habitantes das ilhas do pacífico, mais vulneráveis aos efeitos das mudanças do clima. Disponível em: <<http://www.france24.com/fr/20171101-nouvelle-zelande-visa-refugies-climatiques-iles-pacifique-deplaces-environnement-onu>>. Acesso em: 12 fev 2018.

²⁹³ Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/content/human-development-report-20078>>. Acesso em: 20 mar 2018.

²⁹⁴ Como exemplo, além da Nova Zelândia, o governo do arquipélago de Vanuatu, no Sul do Oceano Pacífico, criou um Ministério da Mudança Climática, para fazer face aos problemas e transformações que as ilhas têm sofrido.

É nesse registro que o Alternatiba se situa enquanto um movimento local e global de luta pela justiça climática, tendo em vista que a crise climática não tem fronteiras e que as lutas locais são indissociáveis das lutas globais. O movimento enfrenta a questão climática como um campo de batalha, onde as armas para se vencer são: a sensibilização massiva, a busca por justiça e solidariedade, a luta por uma sociedade mais integrada com a natureza e repetosa com seus limites. Para além dessas questões, uma noção parece estar inerente nos discursos (apesar de não ser muito evocada): a noção de direitos humanos. A questão da justiça climática nos remete a pensar como as injustiças causadas (ou acentuadas) pelo aquecimento global colocam populações em situações de ruptura com direitos essenciais.

Para além dos direitos que são extraídos no momento de catástrofes naturais - falta de acesso à água (em casos de secas ou de alagamento – no caso, água potável), problema de moradia (em caso de ciclones, *tsunamis*), direito à terra, entre outros -, uma série de direitos também essenciais, porém com menos visibilidade podem ser evocados. Podemos levantar o problema do direito a respirar um ar saudável, que tem se tornado cada vez mais difícil em grandes cidades; o direito a usufruir de rios e praias limpas e despoluídas, que as poluições industriais têm tornado cada vez mais impossível (o exemplo do acidente da cidade de Mariana/MG é notório); o direito de cultivar em terras onde os lençóis freáticos sejam despoluídos, para que o consumo dos alimentos não ameacem a saúde dos consumidores (a China é um grande exemplo de impacto negativo da indústria nos lençóis freáticos), entre tantos exemplos que poderíamos ilustrar.

Todas essas questões estão implícitas no combate e debate sobre a justiça e solidariedade climática e justiça social, enquanto uma convergência de lutas sociais, ecológicas, culturais, econômicas (locais e globais, no Norte ou no Sul). Em um mundo marcado por injustiças de ordens diversas, a justiça social e climática parece querer unificar as lutas através de uma problemática nova, porém abrangente e integradora. De fato, as injustiças climáticas tocam os diversos aspectos da vida e necessitam de uma governança articulada com todas as áreas políticas e sociais e de forma solidária e cooperativa (quer seja cooperação entre atores locais de um determinado território ou uma cooperação internacional Norte/Sul). Os impactos da desregulação do clima atingem economia, saúde, energia, cultura, habitação, deslocamentos (transporte), alimentação, produção, consumo.

No que diz respeito à percepção dos militantes do movimento sobre essa questão, para Margot²⁹⁵, a luta pela justiça climática deve ser uma questão central nos dias atuais pelo fato

²⁹⁵28 anos, formada em direito e gestão de projetos associativos, militante do movimento Alternatiba de Nantes desde sua formação.

de se tratar de uma luta com uma temporalidade diferente de outras lutas (igualmente legítimas), pois se trata de uma questão que inscreve em um tempo de ação relativamente curto (fala-se de dez a quinze anos, no interior do movimento Alternatiba e outros movimentos ecologistas e especialistas). Trata-se de uma questão urgente. Devido à essa urgência, os movimentos sociais mais diversos devem convergir para a questão do clima. Para a militante, o adjetivo climático deveria ser adicionado a todas as lutas, pois elas se tornaram (ou deveriam se tornar) indissociáveis. Deveríamos falar de ‘justiça econômica e climática, justiça social e climática’.

Para Pauline²⁹⁶, a justiça climática é um eixo ‘importante para pensar as desigualdades e as injustiças em nível global’ e uma oportunidade para repensar o modo de vida vigente. Ela enfatiza que a maioria das pessoas que sofrem com a desordem do aquecimento global não são as mesmas que causaram essas mudanças climáticas. Ela considera que os países desenvolvidos têm uma grande responsabilidade no aquecimento global e que são eles que devem realizar os maiores esforços para atenuar a desregulação do clima e seus efeitos globais.

Nous en tant qu’occidentaux, on est très majoritairement responsables du changement climatique. Donc c’est à nous de nous atteler à faire changer notre mode de vie. Nos modes de vie ont un impact pas seulement climatique sur les gens dans le monde, [mais] aussi sur [la situation sociale des] travailleurs chinois qui fabriquent nos iphones, aussi sur les gamins ougandais qui vont dans les mines [...]. Comme le mouvement pour le climat interroge fatalement tous les aspects de nos modes de vie, ça permet d’avoir une pensée assez globale (en tout cas assez englobante) qui permet de repenser [plusieurs injustices]. Pour moi, le climat ce n’est pas un truc en plus, mais la conséquence d’un mode de fonctionnement. Et du coup, c’est l’occasion de repenser notre mode de fonctionnement dans tous les aspects.²⁹⁷

As posições sobre a responsabilidade dos países do Norte (de que eles devem assumir essa responsabilidade) e sobre o fato de que são os países mais pobres que sofrem as maiores consequências são elementos bastante presentes nas falas dos entrevistados e na posição do movimento de forma geral. Simon²⁹⁸ considera que o termo justiça climática abarca em si uma noção de responsabilidade e de penalização. Para ele, existe uma busca por penalizar os países

²⁹⁶30 anos anos, graduada e com mestrado em ciências políticas, militante do movimento Alternatiba de Nantes desde sua formação.

²⁹⁷Nós, enquanto ocidentais, somos majoritariamente responsáveis pela mudança climática. Portanto, somos nós que devemos nos empenhar para mudar nosso modo de vida. Nossos modos de vida não têm só um impacto climático sobre as pessoas no mundo, [mas] também sobre [a situação social dos] trabalhadores chineses que fabricam nossos iphones, também sobre as crianças ugandesas que trabalham nas minas [etc.]. Como o movimento pelo clima interroga fatalmente todos os aspectos de nossos modos de vida, isso permite repensar [várias injustiças]. Para mim, o clima não é algo a mais, mas a consequência de um modo de funcionamento. Assim, é a ocasião de repensar nosso modo de funcionamento em todos os aspectos. (Tradução própria).

²⁹⁸ 35 anos, engenheiro em Informática, militante do movimento Alternatiba de Nantes desde sua formação.

responsáveis pela situação climática e ecológica atual. De acordo com Rémi²⁹⁹, a desregulação do clima é injusto por natureza e é responsável por reforçar todas as outras injustiças. Ele destaca igualmente a questão de uma ‘justiça geracional’, no sentido de que é injusto que as próximas gerações não tenham o direito de usufruir de um mundo com uma diversidade ecológica e recursos naturais acessíveis. É injusto que as gerações futuras vivam em um mundo ‘menos habitável’.

Além de reforçar as questões já levantadas, Maiwenn³⁰⁰ coloca a questão da justiça climática de uma forma um tanto quanto diferente dos outros entrevistados, porém complementar. Ela problematiza a injustiça frente à utilização dos recursos fósseis como um vetor de enriquecimento e desenvolvimento. De fato, foi graças aos recursos fósseis que os países ditos ricos conseguiram construir suas riquezas (notadamente através da industrialização) e atingir um certo grau de bem estar social. Porém, atualmente, a utilização de recursos fósseis é vista de forma negativa (poluente) e aconselha-se diminuir a exploração às fontes existentes e de parar a procura por novas fontes, com o objetivo de emitir menos gases de efeito estufa e ao mesmo tempo respeitar os limites da natureza. Porém, como impedir os países ditos pobres ou os em desenvolvimento de renunciar a esses recursos, que significa uma esperança de um futuro (econômico) melhor? Como explicar para os países em desenvolvimento que eles não devem seguir o exemplo dos países já desenvolvidos?

Para Maiwenn, é necessário estabelecer um sistema de justiça e de solidariedade, juntamente com uma sensibilização (baseada na exemplaridade) de que o desenvolvimento dos países atualmente considerados como ricos não são tão interessantes assim. Mostrar a relatividade da riqueza. Para ela, a imagem dos países ricos deve ser reconsiderada e é essa imagem que deve ser mostrada aos países ditos pobres: desigualdades sociais, super consumo de carne e outros produtos, problemas sociais e ecológicos, crise econômica. A ideia seria mudar de perspectiva de desenvolvimento sem necessariamente entrar na lógica de ‘dar lições’ aos países que não atingiram o patamar de desenvolvimento dos países industrializados.

O que percebemos de forma central no debate sobre a questão da justiça climática é uma luta de reconhecimento de uma dívida histórica dos países do Norte, em relação aos países do Sul. Essa busca por reconhecimento visa estabelecer uma governança internacional reparativa, equitativa, justa e solidária. A noção de justiça climática implica pensar novos

²⁹⁹ 32 anos, engenheiro em informática, militante do movimento Alternatiba. Se inseriu no grupo pouco depois da formação do coletivo nantês.

³⁰⁰ 27 anos, engenheira agrícola, militante do movimento Alternatiba. Se inseriu no grupo pouco depois da formação do coletivo nantês.

caminhos para se construir novos modos de vida, novos parâmetros de riqueza e de desenvolvimento, em âmbito global.

É dessa forma que as noções de justiça e de solidariedade se entrelaçam nessa problemática, pois não seria justo que os países que ainda não alcançaram um nível de conforto social desejável sejam impedidos de aspirar a um futuro melhor. Dado não se poder mais explorar energias fósseis, em nome do equilíbrio ecológico, como os países que aproveitaram dessas energias para se desenvolver podem ajudar os países atualmente em desenvolvimento a entrar em uma dinâmica de construção do seu próprio desenvolvimento baseado em energias renováveis? Evidentemente não há resposta para essa questão. Porém, ela deve ser colocada e aprofundada no debate sobre a justiça climática e social, pois os países que enriqueceram com as energias fósseis são hoje capazes de investir em tecnologias para desenvolver e promover energias renováveis. O que não é o caso dos demais países.

A questão da justiça climática e social ilustra bem a amplidão dos aspectos que são tratados no movimento ecologista Alternatiba, assim como a multiplicidade de problemas sociais que ele abrange. Através do ângulo da justiça climática, o movimento nos mostra que, no campo da ecologia, as questões individuais e sociais estão imbricadas e as questões locais e globais não podem ser dissociadas. A luta pela justiça climática e social consolida a importância de se construir pontes entre iniciativas individuais e iniciativas políticas coletivas (institucionais ou não). Ela evidencia a necessidade de alianças entre as diversas instâncias (locais, regionais, nacionais e internacionais) para realizar a transição social e ecológica que se aspira e para lutar contra as injustiças e desigualdades sociais e climáticas no mundo. Como enfatiza em sua entrevista Mathieu, um dos membros fundadores do coletivo local de Nantes, a luta pela igualdade social é completamente imbricada na luta pelo equilíbrio climático. Para ele, para se alcançar igualdade social será necessário pensarem medidas internacionais onde haja igualdade e equilíbrio nas emissões de CO₂, para que ‘todos tenham o mesmo impacto’ no clima global, pois, de acordo com o militante, ‘riqueza e CO₂ são estreitamente ligados’.

Para realizar a transição social e ecológica, com justiça climática e social, solidariedade, equidade e democracia, é necessário levar em consideração todos os aspectos da vida. Como podemos perceber através dos elementos apresentados, a transição é antes de tudo um processo multidimensional e complexo, que envolve diversas esferas, ecológicas, sociológicas, econômicas, históricas e mesmo psicológicas. Dessa forma, há uma dimensão individual importante na análise e na compreensão do movimento da transição, tal qual pudemos observar no movimento Alternatiba. Essa dimensão é implícita às transformações

sociais, mas ela merece ser colocada em evidência, à parte, e a título analítico, para se compreender os caminhos individuais que podem levar às transformações coletivas maiores, mas também para perceber como os indivíduos vivem essas transformações sociais no âmbito do foro privado. No tópico seguinte, exploraremos essa questão e trataremos alguns elementos de compreensão e de reflexão sobre as transições individuais dos militantes Alternatiba.

9 – ENTRE TRANSIÇÃO INDIVIDUAL E PROJETO POLÍTICO GLOBAL

9.1 - Militância e Transição Individual: Tomada de Consciência da Problemática Climática e Transformação Pessoal

As mudanças de comportamento na dimensão individual é um aspecto não negligenciável nos militantes do movimento Alternatiba. A observação dos atores envolvidos mostra que há uma forte tendência de associar a transformação social a uma mudança no plano individual. Através da pesquisa de campo, pudemos identificar uma série de comportamentos individuais/sociais que se coloca em evidência nos discursos e observamos até que ponto há uma coerência nas práticas cotidianas dos militantes. Nesse tópico, veremos como essa transição individual se concretiza e como ela se insere dentro de um projeto global de transformação do sistema.

As mudanças no plano individual são tidas, para os membros do movimento, como um conjunto de mudanças de mentalidade que tem como objetivo de, em pequenos passos, poder tomar proporções mais amplas e influenciar mudanças mais estruturais (socialmente, economicamente e culturalmente). Essa característica pode ser certamente observada em outros movimentos ecologistas recentes, pois, a maioria dos membros do coletivo Alternatiba está inserida em outros coletivos, associações e movimentos conexos. Percebemos a presença de uma consciência que as mudanças do modo de vida em escala individual devem ser associadas às ações políticas globais (em termos de transição social e ecológica).

Essas ações entram em uma perspectiva de resiliência futura, onde terão que serem feitas concessões quanto ao modo de vida atual, mais ou menos coercitivas, para que se viva em um mundo mais equilibrado. Dessa forma, para que as decisões políticas que venham a ser tomadas sejam encaradas pelos indivíduos como escolha, e não como coerção, as transformações são incorporadas pelos militantes de forma antecipada. Por outro lado, os comportamentos mais sóbrios e ecologicamente compatíveis são tidos como uma forma de sensibilização de pessoas próximas, através da exemplaridade de que se é possível viver (bem) de forma menos poluente. Espera-se que através das mudanças individuais, quando ampliadas, haja impacto para influenciar políticas públicas de transição.

Essa tendência em acreditar no caminho da mudança de mentalidades como uma via para a transição é claramente visível através dos projetos que o coletivo desenvolve, tendo como objetivo a sensibilização massiva de pessoas, através de ações, mobilizações, atos de

resistência (não-violentos), valorização de atores locais (que participam da luta contra o aquecimento global). Através dessas ações, há um trabalho de sensibilização e ao mesmo tempo de crítica sobre o modelo de sociedade atual, das suas incoerências, dos seus impactos ecológicos e dos seus limites. Por trás da sensibilização ecológica, há igualmente uma vontade de despertar as consciências sobre as possibilidades de satisfação pessoal em aderir a um projeto social mais ancorado na esfera local e que tem o potencial de atender às diversas necessidades, quer sejam necessidades pessoais (alimentos e consumos essenciais diversos), necessidades do meio ambiente (levando em consideração os limites da natureza), necessidades de contribuir para uma sociedade mais harmônica (apoiando produtores locais, contribuindo para o desenvolvimento local).

A mensagem veiculada por Alternatiba suscita igualmente, implicitamente, uma reflexão sobre a sociedade francesa (e ocidental, de forma geral), que apesar de se beneficiar de uma certa abundância material, não cessa de buscar cada vez mais a acumulação de bens materiais. Uma sociedade do « sempre mais » (*toujours plus*), que provocou uma crise climática, ecológica e social e que apesar da abundância, não parece ter trazido a sensação de felicidade, diga-se de passagem, pois, a França, considerada entre os países mais prósperos do mundo, é também o país que mais utiliza remédios psicotrópicos do mundo.³⁰¹ A ideia é de difundir valores como sobriedade, respeito à natureza, reestabelecimento de laços sociais em escala local, buscando construir uma sociedade mais humana e mais integrada com a natureza.

Procura-se, através do acúmulo de pequenos e médios atos e gestos, rever a relação com a natureza, com o meio ambiente (que inclui natural e social), com o mundo. A mensagem de fundo é que para realizar as transformações necessárias para viabilizar a estabilização do aquecimento global - como prevê o Acordo de Paris -, deve haver necessariamente transformações individuais e massivas, capazes de responder aos desafios sociais impostos pela crise climática e influenciar o poder político a respeitar os engagements tomados em termos de luta contra a desregulação climática. Esses engagements devem ser realizados em níveis local, nacional e internacional e devem construir os caminhos para a transição social e ecológica.

Dessa forma, é através das transformações individuais do estilo de vida, juntamente com as mudanças estruturais mais globais do modelo de sociedade, que se conseguirá construir, de acordo com os militantes ecologistas, uma sociedade do bem viver. O objetivo é viver melhor e propiciar uma vida mais saudável, mesmo que isso implique possuir menos

³⁰¹ Tema debatido no Senado Francês em 2014: <<https://www.senat.fr/questions/base/2014/qSEQ140210382.html>>. Acesso em : 20fev 2018.

bens materiais. Aliás, de acordo com o movimento, renunciar ao acúmulo de bens e aprender a viver sobriamente é uma necessidade fundamental diante do desafio climático, já que para os militantes, trata-se de uma batalha que deve ser realizada nos próximos dez ou quinze anos, para evitar um aumento de temperatura de mais de 5°C, no horizonte de 2010. De acordo com Jon Palais³⁰², membro da coordenação nacional do movimento, a situação é urgente e continuar com o mesmo estilo de vida é suicidário, no sentido de que ‘se nada for feito, dentro de dez anos a batalha será perdida e, potencialmente, em 50 anos, todo mundo morre’.

Apesar da visão catastrófica que está por traz da mudança climática (baseando-se nos dados do IPCC), o movimento prefere chamar a atenção para o lado positivo, mostrando as soluções possíveis, através de uma mudança do modo de vida. Para Jon Palais, existe possibilidades de viver melhor e mais feliz, com menos e sem voltar à ‘época das velas’, como dizem geralmente os críticos dos movimentos ecologistas. As soluções imediatas para a redução de emissão de gases de efeito estufa passam por medidas simples, de ordem individual e coletiva, que podem ser eficazes se forem realizadas massivamente.

Do ponto de vista das ações coletivas, de acordo com Jon Palais, uma série de medidas poderiam ser tomadas - baseadas em cenários de associações como Negawatt -, como: supressão de publicidades luminosas que invadem as grandes cidades, otimização dos prédios (no caso da França, boa insolação, para se utilizar menos calefação), concepção de máquinas mais performáticas energeticamente, proibição da obsolescência programada (que criaria inclusive empregos ligados a consertos). Para Jon Palais, essas mudanças implicam na construção de ‘um mundo onde iremos mais devagar, com menos frequência e menos longe, mas também não é [a época] da vela’.

Dentro do movimento Alternatiba, essas mudanças individuais e coletivas (em pequena escala) são visíveis através de ações como: formação à CNV (seja por iniciativas pessoais ou proposta pelo coletivo); reflexão sobre a forma de se alimentar e de consumir de forma abrangente (de onde vem, como é produzido, qual o impacto para a natureza e para os humanos envolvidos, impacto ou tratamento dos animais, pegada ecológica do produto); adesão às associações de produtores agrícolas locais; adesão e promoção de moedas locais; interesse por pedagogias alternativas; busca de mais democracia; interesse pela permacultura; habitação coletiva (cooperativa, participativa); criação e apoio de projetos que favoreçam a criação de laços sociais localmente. A ideia é de fazer sua parte, como um colibri.³⁰³

³⁰² *Op cit.* p. 34 . Ver nota 278.

³⁰³ O colibri é bastante utilizado como símbolo nos movimentos sociais ecológicos e climáticos na França. A lenda do colibri foi popularizada nesses movimentos pelo escritor, filósofo e agricultor Pierre Rabhi, que criou

Assim, no que diz respeito a essa esfera individual da transição social e ecológica, a perspectiva do movimento Alternatiba é de uma ação individual ancorada em ações sociais locais (em um primeiro momento), que são por sua vez ancoradas em ações sociais e políticas mais amplas. Nessa perspectiva, todo comportamento é visto como politizado e potencialmente politizador. Por exemplo, ao passar a optar em se alimentar, individualmente, com produtos orgânicos e vindo de produtores locais, o indivíduo está contribuindo para diversos projetos políticos: optando por uma política agrícola sem pesticidas, contribuindo ao desenvolvimento de comércios de proximidade, pagando um preço mais justo aos produtores, consumindo alimento com menos impacto no meio ambiente. Há nesse sentido uma busca de alimentar caminhos alternativos à lógica social dominante e de contribuir para a construção de alternativas. Essas ações convergem portanto para a participação (intencional) sob uma lógica que engendre uma transição social e ecológica.

Dessa forma, as ações individuais e coletivas dos membros do movimento se inscrevem em uma perspectiva que é assumidamente política (tanto em âmbito individual como no discurso do movimento) e visa uma transformação social sistêmica. Nesse sentido, ela vai de encontro ao que defende Comby (2015, p.14-15), quando ele sublinha a tese de que os movimentos ecológicos que promovem as ações individuais, em termos de comportamentos ‘ecocidadãos’, são desconectadas do político, despolitizadas e não combatem o verdadeiro inimigo, que é o capitalismo. De fato, essa pode ser uma parte da realidade de alguns cidadãos (influenciados pela mídia, como ele destaca) ou parte de um projeto político estatal de individualização do problema ecológico, porém essa não é a intenção, nem a postura que apresenta o movimento Alternatiba, nem na prática, nem nos discursos. Em sua análise, Comby (2015) não leva em consideração a emergência de novos movimentos ecológicos que se posicionam deliberadamente como anti-sistêmicos, que defendem uma transformação do modo de vida e que contam pesar nas decisões políticas, através do impacto da sensibilização ecológica que se traduz ao mesmo tempo nas esferas individuais e coletivas, locais e regionais.

Assim, as transformações individuais e coletivas se retroalimentam e constroem as bases da transição social e ecológica. Não há tomada de consciência do problema ecológico

uma associação ecologista, com bastante visibilidade no meio ecologista, com nome « Colibri ». Trata-se da estória de um incêndio na floresta, onde todos os animais correm para se proteger desse terrível incêndio, aterrorizados pela amplitude dele. Mas, durante o incêndio, um pequeno colibri (um tipo de beija-flor) impressionou os animais ao fazer idas e voltas entre um rio próximo ao incêndio e as chamas. O colibri foi questionado pelos outros animais porque ele fazia tal gesto se ele via que era inútil e que ele jamais iria conseguir apagar essas chamas sozinho. O colibri responde que ele tem consciência que não vai apagar o incêndio, mas pelo menos ele faz sua parte.

global sem tomada de consciência do próprio modo de vida e da sua influência no meio ambiente. A esse propósito, Hessel; Morin (2011, p. 56-57), sublinham a indissociabilidade das mudanças individuais e sociais para construir os caminhos do que eles designam por ‘um futuro possível’:

Changement individuel et changement social sont indissociables, chacun seul est insuffisant. La réforme de la politique, la réforme de la pensée, la réforme de la société, la réforme du mode de vie se conjugueront pour produire une métamorphose de la société. Les avenir radieux sont morts, mais nous fraierons la voie à un futur possible.³⁰⁴

No que diz respeito aos militantes do grupo local de Alternatiba Nantes, foi possível observar que, apesar de se tratar de um público com uma consciência ecológica já avançada, a problemática climática nem sempre era vista com a gravidade que ela representa na sociedade atual. A militância no movimento Alternatiba - que tem como bandeira de frente a luta contra a mudança climática - leva os militantes para um patamar de sensibilização ainda maior e os faz entrar em uma lógica de transformações pessoais mais aprofundada. A tomada de consciência das transformações globais – devido ao modo de vida vigente - leva a uma tomada de posição sobre as transformações individuais, o que podemos identificar como um processo de transição individual com fins de transformação social.

Algumas situações trazidas nas entrevistas ilustram bem esse processo de transição pessoal e individual vivido pelos militantes, em relação à tomada de consciência ecológica e climática. A tomada de consciência já existia antes da militância pela questão climática, mas a a experiência de militância aparece como um acelerador e um ampliador dos atos de transição. Esses atos e gestos de transição podem ser classificados como sobriedade ou engajamentos em projetos de transição concretos (ver quadro I). As situações são diversas, porém, a transição individual foi um elemento que surgiu quase que naturalmente nas entrevistas, se tornando um elemento essencial na análise. Dessa forma, apesar de não ter sido um componente explícito dos questionários, à medida que se avançou nas entrevistas, esse ponto pareceu importante de ser levado em consideração e se colocar em uma posição de escuta mais interessada. A esse respeito, posições merecem ser explicitadas.

Simon, militante de Alternatiba, se refere à sua experiência de militância no movimento Alternatiba como um processo de transformação interior, que se tornou evidente à

³⁰⁴Mudança individual e mudança social são indissociáveis, cada um sozinho é insuficiente. A reforma da política, a reforma do pensamento, a reforma da sociedade, a reforma do modo de vida se conjugarão para produzir uma metamorfose da sociedade. Os futuros radiosos estão mortos, mas nós trilharemos caminhos para um futuro possível. (Tradução própria).

partir da experiência de militância. Ele relata ter vivido, em um primeiro momento, uma militância – mesmo que voluntariamente e intencionalmente - un tanto quanto sacrificial (comportamentos restritivos e de forma radical, como não comer carne ou não usar avião, por exemplo). Em um segundo momento, ele tomou consciência que esse modelo de sacrifícios tem seus limites. Essa tomada de consciência o levou igualmente a fazer um outro movimento de transição pessoal onde ele passou a rever certas posturas e atitudes e se permitiu comportamentos menos radicais, porém sempre conscientes, sóbrios e tendo cuidado em ser coerente com a proteção do meio ambiente, assim como a qualidade das relações sociais. Dessa forma, após um período de transição pessoal onde, por exemplo, comer carne e viajar de avião eram inconcebíveis, um outro movimento, inverso, de transição pessoal se instalou permitindo-se tais atos, de forma eventual e quando realmente necessário (no caso do avião). No segundo movimento, trata-se de uma ‘transição interior quase inversa do que se espera’, sublinha Simon, enfatizando que a maioria dos militantes que se envolveram de forma intensa com Alternatiba passaram por transformações interiores importantes.

Para Perrine³⁰⁵, a militância a permitiu colocar em prática seus valores e princípios e tentar ser coerente com eles, através de gestos como ‘consumir menos, utilizar menos o carro, se deslocar mais de bicicleta, comprar mais produtos locais e orgânicos, consumir menos carne’, mas também mais reflexividade, de forma geral, à cada atitude ou comportamento. Para Cyrielle³⁰⁶, as mudanças de comportamento individual, ligadas à consciência ambiental, fazem parte de uma reflexão permanente no cotidiano. Aos poucos, os hábitos mudam e se adaptam à busca de uma vida com menos impacto e pressão sobre o clima e o ecossistema. Progressivamente, ela tem adotado gestos e comportamentos cotidianos que buscam uma coerência com a questão da transição social e ecológica. Seus gestos de transição cotidianos recentes são (além de gestos mais impactantes como redução do consumo de carne, mobilidade): fabricação caseira de produtos de limpeza, atenção a plásticos e embalagens, fabricação de conservas caseiras, busca por medicina alternativa.

Para Noemie³⁰⁷, a militância em Alternatiba fez tomar uma consciência ainda mais ampla da problemática ecológica e climática e permitiu fazer conexões com questões da vida cotidiana que ela não fazia antes: relações da questão ecológica e climática com temas como saúde, educação, consumo de vestimentas, etc. Para ela, um processo de reflexão mais aprofundado entrou em ação cada vez mais pequenos gestos são reconsiderados e pouco a

³⁰⁵ 29 anos, engenheira agro-alimentar, militante do movimento desde a primeira edição do « Village », em 2014.

³⁰⁶ 28 anos, engenheira termica, militante do movimento desde a primeira edição do « Village », em 2014.

³⁰⁷ 32 anos, graduada e mestra em letras,

pouco as transformações pessoais e familiares se concretizaram: repensar o consumo de carne, mobilidade, compra de roupas de segunda mão para a filha (por questões ecológicas e de saúde), consumo de energia, gestão de resíduos.

A esfera individual e pessoal é um elemento importante na análise da transição social e ecológica, dentro da perspectiva de mudança climática, pois as transformações que vem sofrendo o planeta afeta e suscita emoções e sentimentos extremamente íntimos do ser humano: medo, impotência, culpa, luto (no sentido que existe a possibilidade de se abrir mão de um certo modo de vida), entre outros sentimentos e emoções. Além do mais, a longo prazo, essas emoções ocorrem dentro de um contexto onde se coloca em risco a própria continuidade da vida do homem na terra, de acordo com prognósticos dos especialistas (se se continuar com o mesmo nível de emissões de GEE). E, a curto prazo, o que se vem colocando em risco é o modo de vida confortável (mas destruidor da natureza) ao qual uma parte da humanidade está habituado e que outra parte da humanidade aspira alcançar. Assim, os medos, preocupações e as incertezas ligados à questão ecológica (sobretudo para quem milita pela questão climática, pois estão cientes de informações científicas não muito positivas) gera ansiedade e inquietude sobre o futuro próximo que corre o risco de ir em direção a um colapso ecológico, econômico e social, se os prognósticos dos especialistas da questão estiverem certos.

Para além dos sentimentos e emoções com conotações mais negativas, como o medo, a incerteza, a insegurança, há uma série de sentimentos mais positivos que também faz parte desse processo de transição individual. Dentro do movimento da transição, muitos indivíduos veem esse contexto como um momento propício para fazer parte de um projeto coletivo portador de sentido, de prazeres e realizações pessoais e coletivas. Há um lugar para a esperança e para uma perspectiva positiva, no sentido que se pode haver mudanças de mentalidade, associadas a mudanças sociais, importantes para se reduzir os impactos negativos previstos pela mudança climática. Nesse sentido, constrói-se um sentimento compartilhado de participar de uma dinâmica pessoal e coletiva que contribui para a construção de um mundo melhor, mais respeitoso da natureza. Aspira-se a uma vida com mais sentido, mais harmonia com o meio ambiente.

9.2 - O Processo de Transição na Prática e o Perfil dos Militantes: Gestos e Comportamentos Individuais e/ou Coletivos

Com o objetivo de ilustrar ações e comportamentos concretos de transição social e ecológica, no quadro abaixo elencamos alguns comportamentos de transição individual e social frequentes no cotidiano dos militantes Alternatiba³⁰⁸. Trata-se de comportamentos cotidianos individuais e/ou ações que envolvem projetos coletivos, que pudemos observar através das observações participantes e das entrevistas. Essas ações refletem uma tomada de consciência já existente antes da militância no movimento Alternatiba, mas também revelam gestos que se tornaram concretos a partir da experiência de militância no movimento.

Esses comportamentos, que vão do individual ao coletivo, do pessoal ao global, mostram como a questão da mudança climática e a problemática do aquecimento global vem transformado o modo de vida de diversos cidadãos que participam de um processo de mudança de mentalidade.

Assim, observaremos no quadro abaixo uma lista (não exaustiva) de contribuições individuais para a transição social e ecológica e que contribuem para a estruturação de uma dinâmica de mudanças de modo de vida, tanto no âmbito individual como coletivo. Ele é dividido em duas partes: a primeira, composta de comportamentos individuais, que definimos como ‘gestos de sobriedade’, caracterizados por gestos que procuram ser coerentes e compatíveis com um modelo social menos poluente e em harmonia com a natureza. Esses gestos podem ser realizados principalmente na esfera individual, porém, se generalizados, podem causar impactos tanto sociais, econômicos e culturais importantes, como impactos ecológicos. Essa primeira parte demonstra a prática da sobriedade como um caminho para viver melhor (com menos) e alcançar um equilíbrio com a natureza.

A segunda parte elenca alguns gestos e práticas individuais de apoio a iniciativas e projetos coletivos, que definimos como ‘apoio a alternativas concretas’, que podemos caracterizar como uma forma de participar individualmente de projetos coletivos transformadores socialmente. Da mesma forma que os comportamentos individuais enumerados na primeira parte do quadro, os elementos trazidos na sequência procuram estar em coerência com o desejo de transformação social e de construção de uma sociedade mais equilibrada

³⁰⁸ Todos esses comportamentos foram detectados nos membros do movimento que foram entrevistados para esse estudo. Todas essas características não estão presentes em cada membro entrevistado, porém, cada um acumula pelo menos três ou quatro características. De forma geral, essas características são frequentes na maioria dos militantes do coletivo Alternatiba, de acordo com as observações e conversas informais durante a pesquisa de campo.

socialmente e ecologicamente. Eles sinalizam as transformações sociais e culturais em andamento, mesmo que ainda em se tratando de escalas ainda tidas como marginais (no sentido de estar nas margens do modelo social vigente) e incipiente.

Em seguida, o segundo quadro faz um resumo do perfil dos entrevistados para a realização desta pesquisa, que serviu de amostra para estabelecer um perfil dos militantes da transição social e ecológica, dentro do coletivo *Alternatiba* de Nantes.

Quadro5 : Contribuições individuais para a transição social e ecológica

<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">Gestos de sobriedade</p>	<ul style="list-style-type: none"> → Redução do consumo de carne ou adoção de um regime flexitariano, vegetariano ou vegano redução do consumo de forma geral (consumo mais reflexivo); → Redução de viagens de avião ou renúncia total da utilização desse meio de transporte; → Redução de viagens em carro utilização ou proposição de caronas solidárias; → Redução do consumo de eletricidade de uso doméstico (opção por manter uma temperatura mais baixa em casa/apartamento, cuidado no uso de objetos e utensílios energívoros, etc.); → Instalação doméstica de banheiro seco³⁰⁹, em complemento do banheiro tradicional (no caso de alguns que moram em casas e podem ter recipientes de compostagem no jardim e transformar os resíduos orgânicos em adubo); → Gestão do lixo e compostagem doméstica compra de produtos com menos embalagens; → Priorização da mobilidade em transportes públicos e bicicleta (para alguns, até viagens de férias de bicicleta); → Inclusão do cálculo da pegada ecológica nos atos do cotidiano; → Cultivo de hortas em jardins ou balcões de apartamentos, geralmente nos princípios da permacultura;
<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">Apoio a alternativas concretas</p>	<ul style="list-style-type: none"> → Participação na organização do <i>village des Alternatives</i>; → Envolvimento com associações de luta climática ou ecológica (além de Alternatiba); → Ações não-violentas em prol da luta climática; → Compra de frutas e legumes em associações de produtores locais (ou diretamente dos produtores orgânicos em feiras livres); → Valorização de comércios locais, circuito curto e locais de venda de produtos usados; → Realização de compra de feira em supermercados orgânicos; → Mudança de fornecedor de eletricidade, para um fornecedor com projeto cooperativo e que propõe energia de fontes renováveis (Enercoop); → Mudança de banco, para apoiar bancos cooperativos, que investem em projetos locais e ecológicos e que não desviam dinheiro para paraísos fiscais; → Incentivo à utilização de banheiros secos em eventos públicos das estruturas e organizações que fazem parte.

³⁰⁹Os banheiros secos, ou banheiros ecológicos vêm ganhando terreno, nos últimos anos, na França, entre os militantes ecologistas. Trata-se de sanitários feitos de madeira (alguns tem um *design* bem parecido com um vaso sanitário clássico, outros têm uma forma mais simples – quadrado), contendo um balde removível, de inox ou de plástico, no interior, entre a estrutura de madeira e a tampa do sanitário (a mesma utilizada em vasos sanitários clássicos). Esses banheiros ecológicos vêm sendo utilizados de forma quase sistemática nos eventos públicos da maioria das associações e organizações cidadãs ligadas à questão ecológica. Muitas empresas se desenvolveram nesses últimos dez anos propondo serviços de locação de banheiros secos para eventos como festivais, etc. Muitos festivais de música ou eventos municipais têm utilizado serviços de locação de banheiros secos, em detrimento de banheiros químicos, na França.

9.2.1 - Breve Perfil dos Entrevistados

Quadro6:Dados gerais obtidos através das entrevistas, relativos ao momento da realização das entrevistas (2016/2017).

Nome/Sexo/idade/situação familiar.	Nível de estudos / Renda média	Atividade profissional	Contexto de militância ecológica e de inserção no movimento <i>Alternatiba</i>
Simon/M/ 35 anos/Solteiro.	Engenheiro informática (nível equivalente de mestrado). Renda : em torno de um salário mínimo ³¹⁰ (seguro desemprego)	Em processo de de criação de uma empresa (com dois sócios) na área de informática (interconectividade entre softwares e humanos).	1/A tomada de consciência ecológica vem de um processo familiar (cresceu em uma família com bastante sensibilidade à questão ecológica). Começou a participar em associações e entidades políticas ligadas à ecologia desde muito jovem. 2/Integrou o grupo local <i>Alternatiba</i> pouco tempo depois da criação do grupo (2014). 3/Não exercia atividade salarizada em paralelo da militância (no início da militância). 4/Atualmente acompanha o grupo local de forma pontual. 5/Atua na militância nacional do movimento (sobretudo na criação de mapas, programas e mídias de comunicação interna e externa).
Noémie/F/ 32 anos/União estável (uma filha <1 ano).	Mestrado em Letras Renda individual: em torno de 1,5 salário mínimo.	Coordenadora de projetos culturais em um município próximo de Nantes.	1/A tomada de consciência ecológica e climática veio com a idade adulta, pouco antes de se engajar em <i>Alternatiba</i> e tomou consciência da questão climática através da militância nesse movimento. 2/Integrou o grupo local <i>Alternatiba</i> para ajudar no final da organização do « vila de aternativas 2015 (um mês antes).

³¹⁰ O salário mínimo francês é atualmente de 1.498,47 euros bruto (tendo valor líquido de 1.173 euros).

	Marido engenheiro informática.		3/Não exercia atividade salariada em paralelo da militância (no início da militância estava desempregada). 4/Atualmente acompanha as ações do movimento com interesse, porém não participa mais ativamente das ações (ela evoca a dificuldade de tempo e logística depois que teve a filha).
Charles/H/65 anos/Solteiro.	Sem formação universitária (nível de estudos equivalente a uma formação superior técnica de 2 anos). Renda: em torno de 1 salário min.	Aposentado.	1/A tomada de consciência ecológica veio através de leituras (livros, revistas, relatórios internacionais) e interesse em partidos políticos que se interessavam e promoviam a questão ecológica desde os anos 1970. Desde os 18 anos militava em movimentos associativos e políticos locais para a melhoria da qualidade de vida (bicicleta, ecologia, energia, etc). 2/Em 2009, participou da criação da associação <i>Virage Energie Climat</i> , que luta pela transição energética visando uma virada efetiva para a produção de energias renováveis e limpas na região de Nantes. 3/Integrou o grupo local <i>Alternatibapouco</i> pouco tempo depois da criação do coletivo (2014). Participou da organização do evento « vila das alternativas » enquanto representante da associação « Virage Energie Climat ». 4/Atualmente acompanha as ações do movimento com interesse e participa pontualmente das organizações de ações locais.
Cyrielle/F/28a nos/União estável).	Engenheira térmica (nível equivalente de mestrado). Renda individual em torno de dois salários e meio.	Engenheira em uma organização pública da região (funcionária pública). Atua na área de controle/redução de energia em prédios	1/A tomada de consciência ecológica tem como origem um clima familiar sensível à terra e à natureza (mas não necessariamente ecologista) e uma sensibilidade ecológica que se desenvolveu com a idade adulta e com os estudos e influências de amigos. 2/Integrou o grupo local <i>Alternatiba</i> pouco tempo depois da criação do coletivo (2014). Participou ativamente da organização geral das duas primeiras edições da « vila das alternativas » (2014,2015). 3/Exercia sua atividade profissional durante a militância.

	Companheiro arquiteto.	públicos.	4/Atualmente acompanha com interesse as ações do coletivo, mas não participa mais diretamente do coletivo local nem nacional.
Frédéric/H/46 anos/Solteiro.	Duas formações universitária: cimen e urbanismo. Sem renda (benficia de ajudas sociais – RSA).	Desempregado.	1/A tomada de consciência ecológica veio com a idade adulta, através de amigos (durante os estudos secundarista e univertário).Desde os 20 anos se engajou em associações ligadas ao meio ambiente. Desenvolveu primeiro uma sensibilidade ambiental e uma sensibilidade climática mais recentemente. 2/Integrou o grupo local <i>Alternatiba</i> pouco tempo depois da criação do coletivo (2014). Participou ativamente da organização geral das duas primeiras edições da « vila das alternativas » (2014,2015). 3/Atualmente continua bastante engajado no coletivo local. Faz parte da equipe de voluntários que continua a assegurar o funcionamento do grupo local.
Pauline/F/30 /Casada.	Mestrado em Ciências Políticas (especializada em solidariedade internacional). Renda : em torno de meio salário mínimo. Beneficia de ajudas sociais.	Autoempreendedora (criou a própria atividade profissional em forma de cooperativa de trabalho). Atua na formação e na animação para adultos, nas áreas de pedagogia ativa, educação popular, inteligência coletiva, cooperação e metodologias participativas.	1/A tomada de consciência ecológica vem inicialmente de um processo familiar (cresceu em uma família com bastante sensibilidade à questão ambiental). A questão ecológica passou a ser bastante presente na sua vida desde os primeiros anos universitário e com a candidatura à presidência do ecologista Nicolas Hulot. A consciência especificamente da desregulação climática veio a partir de 2007, após ter participado de uma conferência sobre a mudança climática na UNESCO/Paris. 2/Integrou o grupo local <i>Alternatiba</i> pouco tempo depois da criação do coletivo (2014). Participou ativamente da organização geral das duas primeiras edições da « vila das alternativas » (2014,2015). 3/Atualmente continua bastante engajado no coletivo local. Faz parte da equipe de voluntários que continua a assegurar o funcionamento do grupo local.
Rémi/H/32/	Engenheiro informática.	Autoempreendedor	1/A tomada de consciência ecológica vem inicialmente de um processo familiar (cresceu em uma

Casado.	Renda: em torno de meio salário mínimo. Benefecia de ajudas sociais)	(criou uma empresa em forma de cooperativa). Atua como «escrivão público» (propõe serviços de redação de relatórios - e outros documentos escritos - para empresas).	<p>família com uma certa consciência ambiental e um modo de vida sóbrio, sem ser realmente ecologistas). A questão ecológica passou a ser bastante presente na sua vida desde os estudos secundários, onde começou a ler livros sobre o pique do petróleo e o aquecimento global (por indicação de um amigo do colégio, militante ecologista). A partir de então começou a ser crítico da sociedade de consumo e se sensibilizar à questão do «descrescimento».</p> <p>2/Integrou o grupo local <i>Alternatiba</i> pouco tempo depois da criação do coletivo (2014). Participou ativamente da organização geral das duas primeiras edições da «vila das alternativas» (2014,2015).</p> <p>3/Atualmente continua bastante engajado no coletivo local. Faz parte da equipe de voluntários que continua a assegurar o funcionamento do grupo local.</p> <p>4/Participa ativamente no movimento nacional e europeu (faz parte da comissão de comunicação no âmbito do movimento global).</p>
Perrine/F/29 /Solteira.	Engenheira agro-alimentaer. Renda: em torno de um salario mínimo e meio.	Atua na área de informática após uma formação profissional para mudar de área de trabalho.	<p>1/A tomada de consciência ecológica aconteceu progressivamente, pois a militante diz se interessar pela natureza desde a infância (mesmo sem influência familiar). A questão ecológica tomou uma proporção realmente importante e madura na idade adulta através do engajamento em associações locais, no início mais ligada à questão da alimentação (sensibilização sobre a questão local, orgânica, etc.). A militância em associações ligadas à alimentação levou a se engajar em outros movimentos de luta ecológica e ambiental e ampliar a consciência ambiental e climática.</p> <p>2/Integrou o grupo local <i>Alternatiba</i> pouco tempo depois da criação do coletivo (2014). Participou ativamente da organização geral das duas primeiras edições da «vila das alternativas» (2014,2015).</p> <p>3/Atualmente acompanha as ações do movimento com interesse e participa pontualmente da organizações de ações locais.</p>
Nicolas/H/42 /União	Fomação superior (nível mestrado) em	Atua como encarregado de projetos públicos de	1/A tomada de consciência ecológica aconteceu progressivamente, pois o militante diz se interessar pela natureza desde a infância (mesmo sem influência familiar). A tomada de consciência sobre a

<p>estável.</p>	<p>planejamento do território e meio ambiente.</p> <p>Renda: em torno de um salário mínimo e meio.</p> <p>Companheira salariada em uma cooperativa de alimentos orgânicos e locais (Biocoop).</p>	<p>gestão de água/ações de sensibilização destinada a profissionais.</p> <p>Funcionário Público.</p>	<p>questão climática se deu na idade adulta, através do percurso de estudos e experiências de trabalhos. Sendo de origem de uma família que sempre trabalhou na área da produção de vinho (produtores de champagne), o militante viu de forma evidente as transformações climáticas e o impacto na cultura do vinho (mudanças de datas de colheita nos últimos anos, mudanças nas estações do ano, etc.) e isso o fez perceber de forma tangível as transformações climáticas alertadas pelos cientistas do IPCC.</p> <p>2/Integrou o grupo local <i>Alternatibaem</i> 2014, onde participou de forma pontual na organização do evento, ajudando principalmente na parte logística do dia do evento. Participou ativamente da organização geral da segunda edição da « vila das alternativas » (2015).</p> <p>3/Atualmente acompanha as ações do movimento com interesse, mas não participa da equipe de organização.</p>
<p>Maiwen/F/27/União estável.</p>	<p>Engenheira agrícola (especialidade meio ambiente).</p> <p>Renda: em torno de um salário mínimo e meio.</p> <p>Comapanheiro eletricista.</p>	<p>Encarregada de estudos de projetos ambientais (com o público de agricultores).</p> <p>Funcionária pública.</p>	<p>1/A tomada de consciência ecológica se deu progressivamente a partir dos anos de estudo secundarista quando começou a ler livros sobre a ecologia (por iniciativa própria). Dois autores marcaram sua sensibilidade ao clima: Hubert Reeves (astrônomo que descreve a terra com uma perspectiva ecológica) e Nicalas Hulot (livro menos científico, mas bastante engajado). Sofreu forte influência de seu professor de Karatê, que era um militante ecologista. Desde o segundo grau, decidiu se especializar na área do meio ambiente/ecologia. Desde o início dos estudos superiores começou a se engajar como militante em associações ecologistas (Greenpeace, Colibri, antes de <i>Alternatiba</i>).</p> <p>2/Integrou o grupo local <i>Alternatiba</i> pouco tempo depois da criação do coletivo (2014). Participou ativamente da organização geral das duas primeiras edições da « vila das alternativas » (2014,2015).</p> <p>3/Atualmente acompanha as ações do movimento com interesse, mas não participa da equipe de organização.</p>

<p>Mathieu/H/41 anos/União estável.</p>	<p>Engenheiro agrônomo. Pós-doutor em biologia Marinha. Renda: em torno de dois salários mínimos. Companheira economista.</p>	<p>Atua como pesquisador Instituto Francês de pesquisa para a exploração marinhah (IFREMER).</p>	<p>1/A tomada de consciência ecológica se deu bastante tarde, durante os estudos de pós-doutorado onde o militante realizou um ano de estudo nos Estados Unidos. A confrontação com a sociedade de consumo americana e o nível de desigualdades sociais e de desperdício fez tomar consciência da falta de consciência ambiental de um dos países mais importantes do mundo. Foi após a sua temporada nos EUA que, voltando para a França, o pesquisador começou a se engajar na militância ecologista (inicialmente na associação ATTAC, onde conheceu o grupo que fundou o movimento <i>Alternatiba</i> nacional). A questão climática se tornou central para o militantes antes da questão ecológica de forma mais ampla (foi a consciência da realidade do aquecimento global que o levou à militância ecológica).</p> <p>2/No âmbito de sua militância na associação ATTAC, aprofundou seu conhecimento sobre a questão climática e organizou uma conferência « gesticulada » (conferência que mistura ares científicos e saberes práticos/sensíveis) para apresentar na associação. Apresentou sua conferência em vários eventos organizados por associações ecologistas na França (inclusive em Bizi !, antes da criação do movimento <i>Alternatiba</i>)³¹¹.</p> <p>3/É um dos fundadores do grupo local <i>Alternatiba</i> em Nantes, em 2013. Participou ativamente da organização geral das duas primeiras edições da « vila das alternativas.</p> <p>4/Fez parte ativamente da militância nacional e europeia do movimento <i>Alternatiba</i> desde a fundação do movimento.</p> <p>5/Atualmente acompanha as ações do movimento local e global com interesse, mas não participa da equipe de organização (nem local, nem global).</p>
--	---	--	---

³¹¹ Trata-se de conferências que procuram vulgarizar conhecimentos científicos através de uma forma lúdica de transmitir o conhecimento, geralmente de forma um pouco teatral e com a participação do público. As conferências « gesticuladas » de Mathieu Doray organizadas pela associação Bizi ! em novembro de 2009 são acessíveis na internet (dividida em três partes). Disponível em: <<https://www.dailymotion.com/video/xbswtd> /<https://www.dailymotion.com/video/xbsvxk> /<https://www.dailymotion.com/video/xbsu9f>>. Acesso em : 01 set 2018.

<p>Margot/F/28 /União estável.</p>	<p>Licenciada em direito e gestão de associações.</p> <p>Renda: em torno de um salário mínimo.</p> <p>Companheiro trabalha na área associativa.</p>	<p>Desempregada (beneficiada de seguro desemprego).</p> <p>Atualmente prepara seu próprio projeto associativo onde ela será salariada.</p>	<p>1/A tomada de consciência ecológica vem inicialmente de um processo familiar (cresceu em uma família de militantes, com bastante sensibilidade à questão ambiental e ecológica, assim como com a questão social). A consciência climática especificamente veio através de militância no movimento <i>Alternatiba</i>. Para a militante, a questão climática que ela descobriu no movimento <i>Alternatiba</i> veio completar sua sensibilidade e militância com a questão social.</p> <p>2/Integrou o grupo local <i>Alternatiba</i> pouco tempo depois da criação do coletivo (2014). Participou ativamente da organização geral das duas primeiras edições da «vila das alternativas» (2014,2015).</p> <p>3/Atualmente acompanha as ações do movimento com interesse e continua a participar pontualmente da organização de ações locais e nacionais.</p>
---	---	--	--

9.3 - Observações Gerais Sobre o Grupo de Militantes do Coletivo Alternatiba Local: Características Principais, Limites e Perspectivas.

9.3.1 - Características principais: em busca de um estilo de vida ecologicamente compatível

Alguns elementos da análise de campo (entrevistas e observações) merecem ser destacados. Para além dos comportamentos ilustrados no quadro acima, que geralmente tendem a buscar uma coerência com os princípios e valores do movimento da transição social e ecológica, algumas características mais sutis permeiam os militantes do coletivo *Alternatiba*. Elas se agregam para uma compreensão mais aprofundada e definem melhor o perfil sociológico do grupo. Entre tais características podemos elencar: a forma de lidar com o mundo do trabalho, o estilo de vida, a relação com a natureza, integracionalidade, gênero, o perfil socioeconômico, entre outros. Esses elementos analíticos são igualmente permeados por contradições e, por vezes, por contrastes, como veremos através dos elementos de análise que apresentaremos neste tópico.

Ao apresentar o projeto de pesquisa sobre o movimento de transição para a co-orientadora na França (durante o doutorado sanduíche), uma dos primeiros comentários que ela fez foi que seria um movimento com perfil sociológico de classe média e classe média alta, como quem queria dizer no fundo que se trata de um movimento burguês, lutando por causas desconectadas da realidade das classes mais populares. Essa é a imagem clássica dos militantes de movimentos ecologistas na França (e penso que é a realidade de muitos outros países). Essa questão me perseguiu durante toda a pesquisa de campo e me fez ficar atenta à questão.

De fato, historicamente, os movimentos ecologistas na França (e em outros países, supomos) está bastante associado à imagem de um movimento de classes médias e brancas. Essa constatação é sem dúvida verdadeira, mas é mais complexo do que parece quando analisamos de perto o coletivo *Alternatiba*, que apesar de ser composto quase essencialmente de franceses brancos, dotados de certo nível cultural e espírito crítico da sociedade atual, a realidade econômica e social dos membros é bastante diversificada.

Portanto, de acordo com as observações e as entrevistas realizadas, a afirmação de minha co-orientadora e a imagem que reina dos movimentos ecológicos são somente parcialmente verdadeiras. De fato, encontramos um público que tem majoritariamente um nível de diploma elevado. Mas não somente. E a realidade é mais complexa. Pudemos constatar que a maioria dos militantes entrevistados não têm salários elevados (em relação ao

nível de vida francês, evidentemente). Há uma grande diversidade da realidade salarial e de categorias socioprofissionais: aposentadoria modesta; desempregado vivendo de ajudas sociais ou seguro desemprego (mesmo tendo diploma superior); engenheiro (a)s e outro(a)s detentores de diplomas socialmente valorizados que decidem deixar seus empregos estáveis para criar sua própria atividade profissional, com mais coerência com seus valores (decidindo viver com salários bem mais baixo que antes); trabalhadores (modestos) de áreas diversas.

Se tomarmos o grupo que selecionamos como amostra para analisar o perfil dos militantes locais (com quem foram realizadas as entrevistas), há uma diversidade considerável. Dos 12 entrevistados (que faziam parte dos militantes mais ativos), somente 1 tem nível de estudo equivalente a um doutorado (ele também tem pós-doutorado). O mesmo entrevistado é o único que ganha o equivalente a 2 salários mínimos (ele é pesquisador em um laboratório universitário)³¹². Encontramos no grupo local diversas pessoas em situação de desemprego (sejam jovens diplomados que procuram trabalho ou desempregados clássicos, que já estavam inseridos no mercado de trabalho mas se encontram desempregados). Entre os entrevistados, temos o caso de Fred, militante bastante ativo e desempregado a mais de 1 ano. Entre esses dois casos extremos (o do maior salário e o do desempregado), várias situações de realidade de trabalho se verificam no grupo.

A diversidade do grupo se observa tanto em nível salarial (econômico), como social. Se tomarmos como exemplo a questão da moradia, geralmente fator de demarcação social, observamos que a maioria não reside em bairros considerados ‘sensíveis’ (bairros populares onde se concentram populações mais carentes nas grandes cidades da França), porém, eles também não são residentes dos bairros mais cotados como ‘chiques’ da cidade. Eles residem em bairros intermediários, em zonas urbanas, privilegiando a proximidade de transporte público. Nesse aspecto, a proximidade com o transporte público é um critério importante para certos militantes, pois permite viver sem carro, como afirma Pauline, uma das militantes entrevistada. Ao optar pela centralidade do bairro, eles optam igualmente por moradias menores e simples.

No que diz respeito à questão econômica - que configura um dos elementos importantes no sistema de estratificação de classes -, a diversidade é um dado interessante sociologicamente. Por um lado, se analisada a renda isoladamente, nos deparamos com um certo número de militantes que podem fazer parte, estatisticamente, de pessoas consideradas como pobres - de acordo com o que se estabelece como limite para a linha de pobreza na

³¹² Vale salientar que na França, não há uma disparidade salarial como no Brasil, principalmente nas instituições públicas.

França³¹³. Por outro lado, há um nível de salários considerados baixo, mas pessoas com um elevado capital cultural e um nível de diploma igualmente elevado. O que constatamos na pesquisa é que em busca de uma coerência com um modo de vida mais respeitoso do meio ambiente, os militantes estão prontos para renunciar um certo nível de vida e viver mais simplesmente (e, portanto, mais sobriamente).

As realidades de trabalho e emprego são múltiplas (trabalho em associações locais, trabalho independente, funcionário público, criação de pequena empresa), mas enfatizam uma particularidade que parece definir o grupo: a procura de um trabalho portador de sentido, e se possível ecologicamente compatível, é mais importante que um salário alto e um trabalho socialmente valorizado. Privilegia-se um modo de vida sóbrio, um trabalho que permita ter tempo para si mesmo (assim como para a família) e para a militância associativa, em detrimento de um trabalho com alto salário, que consome o tempo, a vida e toda energia, em nome de um poder aquisitivo elevado para se consumir cada vez mais e acumular riquezas materiais (modo de vida criticado por destruir o meio ambiente).

Assim, eles procuram trabalhos com mais sentido, mesmo se isso significa ter menos poder aquisitivo. A organização dos seus estilos de vida é mais simples (voluntariamente) e eles não se consideram como precários. Esse modo de vida se traduz concretamente em ações de sobriedade (tal qual explicitamos no quadro mais acima) como: comer menos carne (ou parar de comer completamente), preparar seus próprios alimentos (considerado mais saudável, mais barato e mais ecológico), plantar sua horta (quando possível), comprar roupas e objetos usados o máximo possível, reutilizar, reciclar e revalorizar objetos, viajar para lugares mais próximos (evitar viagens de avião), não ter carro. Enfim, consumir menos e ao mesmo tempo com mais consciência é um valor bastante presente no movimento, o que reflete necessariamente em uma menor necessidade de dinheiro.

Alguns trajetórias de vida analisadas através das entrevistas ilustram essa realidade. Temos o caso bem emblemático de Rémi, engenheiro em informática. Depois de formado começou a trabalhar na sua área, com salário compatível à função, situado em um dos centros econômicos do país e do mundo (Paris). Depois de alguns anos de trabalho, ele deixou o trabalho e a região parisiense para se instalar em Nantes, uma cidade menos densa e com

³¹³ A linha de pobreza na França pode ser calculada a partir de duas e é atualmente calculada com a base de 60% do salário mediano do país, que equivalia, em 2017, a um valor de 1.015 euros para uma pessoa sozinha (1523 euros para um casal sem filho ou 1.827 para um casal com um filho), de acordo com os dados de 2015 da agência nacional de estatística INSEE (disponível em: <<https://www.insee.fr/fr/accueil>>. Acesso em 10 maio 2018). Outra forma de calcular a linha de pobreza e também utilizado na França, trata-se do cálculo de 50% da renda mediana (mais utilizado até 2008), nesse caso, a linha de pobreza passa a ter o valor de 846 euros para uma pessoa sozinha.

menos perspectivas profissionais que Paris, em busca de uma vida mais compatível com seus princípios ecologistas. Com uma forte consciência ecológica e adepto do decrescimento, ele se questiona sobre o modo de vida da sociedade capitalista na qual ele está inserido e decide viver em conformidade com seus princípios. Decidiu mudar de área, se engajar na militância ecologista, viver com pouco dinheiro e criar sua própria atividade econômica (com estatuto jurídico cooperativo). Hoje ele vive com o equivalente de meio salário mínimo (francês) e considera que não vive em condições de pobreza e de precariedade (mesmo se para a estatística oficial ele é considerado um indivíduo pobre e tem ajudas sociais governamentais, o que completa sua renda e o permite viver dignamente).

Outro caso emblemático é o de Pauline, companheira de Rémi (citado acima) formada em Ciências Políticas em uma prestigiosa universidade de Paris, vive atualmente em Nantes, criou sua própria estrutura cooperativa e ganha atualmente metade de um salário mínimo francês. Ela afirma não se considerar em situação de precariedade graças ao modo de vida (baseado na sobriedade e muito próximo da lógica do decrescimento) que ela e seu companheiro optaram. O casal compartilha as convicções políticas ligadas ao movimento do « decrescimento » e optaram por deixar de lado trabalhos estáveis em Paris para viver uma vida mais sóbria, porém com mais sentido e mais coerência com seus valores. Eles criaram suas próprias atividades (que ainda estão em fase de estruturação), onde cada um busca seguir seus anseios de conciliação entre realização profissional, compatibilidade ecológica e ética social. Suas atividades profissionais estão inseridas na área da economia social e solidária. Para Pauline, mesmo se estatisticamente eles são considerados como um casal com renda precária, eles consideram viver dignamente e em concordância com suas escolhas de estilo de vida.

Por outro lado Charles, aposentado, vive com o equivalente de um salário mínimo francês e tem um modo de vida bastante minimalista (voluntariamente). Só se desloca na cidade de bicicleta (ou transporte público), viaja de férias de bicicleta (podendo pegar ônibus, trens ou barco para longas distâncias, sempre com a bicicleta), cultiva a própria horta, racionaliza o máximo possível o uso individual da água e da eletricidade. A consciência ecológica o levou a se desfazer de seu carro há mais de cinco anos, a tomar a decisão de não pegar mais avião. Ele diz tentar ser atencioso em seus gestos cotidianos, com a preservação do meio ambiente e com a utilização dos recursos fósseis.

Dados esses elementos empíricos, podemos deduzir que a questão ecológica não se reduz ao discurso, mais a uma prática individual e coletiva e que ela influencia o estilo de vida dos militantes de forma tangível, nas diferentes esferas da vida social, cultural e

econômica. Percebemos que apesar de se tratar, efetivamente, de um grupo com nível médio de estudos elevado e com um ‘capital cultural’ significativo³¹⁴, o baixo nível de salários ou de ‘capital econômico’ mostra um estilo de vida marcado por valores ecológicos fortes e um desapego por valores socialmente valorizados (de forma hegemônica), como: ostentação de bens materiais, alto nível de consumo. A análise das entrevistas mostra-nos que, de forma geral, há muito mais ambição por uma vida em coerência com os princípios ecológicos e ambientais - que poderíamos considerar, parafraseando Bourdieu (2007), como uma busca de ‘capital ecológico’ -, do que a busca por trabalhos com alta remuneração (e alta carga de trabalho) que levam a viver uma vida desconectada da problemática da crise ambiental e outras crises adjacentes.

Observamos um discurso (confirmamos através da observação empírica dos estilos de vida) que visa a busca por sobriedade e simplicidade e não uma corrida pela construção de uma carreira econômica financeiramente relevante (a qualquer preço). A noção de pobreza ou precariedade econômica é substituída pela noção de sobriedade como estilo de vida (desde que se mantenha uma vida digna). Há um forte senso crítico presente nos membros do grupo, no que diz respeito à situação do planeta e ao modelo social hegemônico (cortado da natureza). Destaca-se igualmente um visão política claramente de esquerda e de busca de transformação social.

De um ponto de vista mais individual, no que diz respeito às motivações de se inserir nesse tipo de militância e de participar ativamente das ações do coletivo, uma característica bastante presente no coletivo nantês é a presença de militantes que são recém chegados na cidade e que buscam, através da militância, uma formação de redes, de contatos, de integração social. Esse contexto se explica pelo fato de se tratar de uma cidade culturalmente e economicamente dinâmica, de forma que Nantes tem sido uma metrópole que tem atraído muitos novos moradores, de diversas regiões francesas. Diversos entrevistados evocaram como motivo de se engajar no coletivo *Alternatiba* a possibilidade (ou a perspectiva) de fazer redes sociais localmente. Eles são, geralmente, já sensibilizados sobre a questão ecológica e são atraídos pela questão climática e, portanto, da transição ecológica e societal, mas aderem ao movimento *Alternatiba* pela imagem de dinâmica coletiva que o movimento beneficia devido ao sucesso dos ‘Vilas das Alternativas’ (*Villages des alternatives*).

³¹⁴ Para utilizar as categorias analíticas de Bourdieu (2007) de ‘capital cultural’ e ‘capital econômico’, utilizados como ferramentas analíticas em seus estudos sobre o processo de construção do ‘habitus’, notadamente em sua obra ‘A distinção: crítica social do julgamento’.

9.3.2 - Gênero, paridade e participação política: pontos fortes e impasses

A questão da paridade aparece como um elemento estruturante nas atividades do coletivo *Alternatiba* nantês. Há uma presença mais ou menos equilibrada entre mulheres e homens nas reuniões e nas comissões. Geralmente há dois referentes por comissão e aconselha-se que seja um homem e uma mulher. Nem todas as comissões conseguiram essa paridade, pois se trata de engajamentos voluntários, porém há um cuidado implícito para que haja representações dos dois sexos em cada comissão. Ao serem interrogadas sobre a questão de gênero no movimento *Alternatiba*, algumas entrevistadas (em particular duas, Margot e Cyrielle) - que atuaram no coletivo como correferentes de comissões - dizem não terem percebido essa paridade como uma regra interna, mas como algo que se fez (e se faz) naturalmente parte do processo. Para elas, o movimento é majoritariamente composto por pessoas (homens e mulheres) que defendem um projeto de sociedade mais justo e a questão de gênero é naturalmente implícita nessa preocupação. Elas acreditam que a paridade é um elemento que se estabelece no movimento (ou pelo menos no coletivo local) sem a necessidade de se ter regras internas impostas ou formalizadas.

Para Matthieu, um dos fundadores do coletivo local e militante em nível europeu, a questão da paridade entre gêneros é uma questão importante no movimento global, desde sua formação (mesmo que se trate de um movimento criado majoritariamente por homens). Os militantes-fundadores têm essa preocupação forte e esse aspecto é visível atualmente pelo movimento global, que está sendo coordenado por uma maioria de mulheres e que os membros fundadores deixaram voluntariamente seus lugares de referentes para dar lugar às novas gerações de militantes climáticos.³¹⁵

Porém, no coletivo local nantês, apesar de uma presença forte de mulheres no movimento e de um certo ‘sucesso’ na paridade, alguns aspectos inconsistentes persistem: a maioria das reuniões de coordenação geral são animadas por homens (mesmo se o fato de animar não tenha nenhuma influência sobre o poder de decisão); a maioria das mulheres que participam são jovens e não têm filhos (ou aposentadas). Esses dois aspectos mostram que a realidade das mulheres na participação política permanece um desafio cultural. De um lado, pela falta de um efetivo protagonismo político das mulheres mesmo quando elas estão inseridas no processo de representação política (militância); por outro lado, pela dificuldade

³¹⁵ Eles continuam participando do movimento, mas de forma menos central no movimento europeu e global. Se concentram mais nas ações dos coletivos locais, como é o caso dos fundadores Txet

(ou até mesmo impossibilidade) de continuar a exercer uma atuação política militante quando se tem filhos, pois as reuniões acontecem unicamente à noite e em dias de semana.

A análise das observações mostram que, apesar de ocupar um espaço representativo e participativo interessante no seio do coletivo, as mulheres ousam menos a exercerem um papel mais visível politicamente. No caso das reuniões do coletivo Alternatiba, o(a) animador(a) da reunião é definido no início de cada reunião através de uma chamada a quem se disponibiliza a animar a reunião. Constatamos que, apesar de geralmente se ter um número equivalente de homens e de mulheres presentes na reuniões, são geralmente os homens que se propõem ao papel de animador (e, frequentemente, esse papel gira em torno de três ou quatro pessoas³¹⁶ nas diferentes reuniões). As mulheres presentes participam ativamente da reunião, mas se propõem raramente para exercer o papel de animadora da reunião. Observamos igualmente que a maioria das pedidos de falas (intervenções) são masculinas.

Esses elementos nos conduzem a questionarmos sobre o que levam as mulheres a não se afirmarem politicamente no coletivo e como esse quadro pode ser mudado dentro de um contexto de um coletivo de militância que funciona a partir de participações e atuações voluntárias e da forma mais democrática possível? Uma das pistas de reflexões para tentar responder esses questionamentos é que, apesar de se tratar de um grupo que atinge uma participação feminina forte, o peso cultural histórico tendo o homem como principal ator político ainda exerce impacto nas gerações atuais de mulheres, de forma que as mulheres ousam menos se mostrarem no centro da cena política. Somos tentados a levantar a hipótese de que, por resquícios de uma educação (formal e doméstica) machista e sexista - onde os meninos têm mais liberdade, são mais estimulados a estudos com mais importância simbólica, são incentivados a utilizarem jogos e brincadeiras que exigem mais agilidade e desenvoltura, e que, ao contrário, as meninas ainda são estimuladas a serem mais meigas, comportadas, são mais expostas a brincadeiras calmas e dóceis e incentivadas a exercerem trabalhos ligados ao cuidado -, as mulheres continuam a ter mais dificuldade como falar em público e exercerem papéis centrais de participação política.

Por outro lado, a falta de participação de mulheres militantes com filhos mostra que as mulheres continuam no principal papel de cuidadora dos filhos. Que a militância política é algo difícil para ser conciliado com a maternidade, tanto por razões que enaltecem a esfera privada (objetivamente ter que cuidar da criança), como por razões estruturais da organização

³¹⁶ Não que essas pessoas (homens) se imponham, pois frequentemente há uma incitação para que novas pessoas possam animar as reuniões. Se os animadores são frequentemente os mesmos é por falta de pessoas que se apresentem como candidatas a esse papel.

do movimento (horário das reuniões). De fato, por se tratar de um movimento que se situa em uma dinâmica de inovação e de busca por igualdade, que utiliza as tecnologias sociais como uma das principais ferramentas, podemos nos questionar (sem resposta) sobre as razões da ausência de propostas mais ousadas e inovadoras que poderiam favorecer a participação de mulheres com filhos pequenos e impossibilitadas de se deslocar para as reuniões (por exemplo, fazer reuniões com possibilidades de participação *on line*). Na verdade, alguns membros do coletivo já evocaram essas possibilidades, assim como a criação de uma comissão de voluntários que cuidariam das crianças dos participantes durante as reuniões, mas até agora (2018) elas nunca foram efetivadas.

Potanto, a questão da paridade aparece com algumas contradições inerentes, no sentido que a maioria dos militantes (homens e mulheres) consideram que a igualdade entre homens e mulheres é algo « natural » no movimento, que as novas gerações de mulheres (jovens, diplomadas e com vida econômica ativa) participam da mesma forma que os homens e que nessa perspectiva não há necessidade de se estabelecer normas ou regras para favorecer a paridade e a igualdade de sexo. Porém, quando olhamos mais de perto, o fato é que a participação política não se dá da mesma forma. Que os espaços de expressão, de animação, de representação simbólica ainda são majoritariamente masculinos, mas dessa vez não por imposição desses últimos, mas por falta de mais vigor no protagonismo das mulheres.

9.3.3 - Escolhas individuais, impactos globais: gestos cotidianos como atos políticos

A consciência do impacto global nas escolhas individuais aparecem como uma constante na observação do grupo de militantes climáticos. Os gestos cotidianos e fundamentais como consumir produtos de primeira necessidade (ou não), de se deslocar na cidade (ou além), de comer, etc., são colocados no crivo do impacto ambiental e climático que eles podem ter e são estabelecidas microestratégias para conciliar as escolhas de vida social e a relação que ela tem com o meio ambiente de forma global.

O consumo de alimentos, por exemplo, são guiados por opções políticas bem definidas. Muitos militantes optam por evitarem ao máximo (e mesmo para alguns, boicotarem) os grandes supermercados, motivados pela constatação que são essas grandes empresas (muitas vezes internacionais) que sustentam o modelo agrícola que não leva em consideração nem os seres humanos (trabalhadores, consumidores), nem a natureza (seus limites, a poluição, a destruição da biodiversidade). Assim, o ato de consumir e mesmo de comer se torna um ato político. Mesmo que não se observe, no grupo, ações realmente radicais em relação a esses

objetivos e princípios, há uma reflexividade presente nas ações cotidianas dos militantes, de forma que esses princípios guiam suas ações e uma grande parte entre eles procuram, na medida do possível (do ritmo de vida, das circunstâncias), serem coerentes.

As escolhas alimentares são importantes para os militantes climáticos por se tratar de um dos pontos cruciais para a transição social e ecológica. De fato, o setor agrícola é, por ele só, responsável por 24% de emissões de GES, de acordo com o relatório do IPCC de 2014.³¹⁷ Para além da questão da emissão de gases poluentes (pela dependência das energias fósseis, a monocultura, atividade pecuária intensiva) o setor agrícola é principalmente regido por empresas agroindustriais que adotam massivamente o uso de pesticidas e outros produtos tóxicos, sendo responsável por diversos casos de escândalos sanitários nos humanos e nos animais. Além do mais, essa forma de produção agrícola polui os solos e contribui para o desequilíbrio do ecossistema. Portanto, por trás das escolhas de consumo de alimentos, há tanto questões ambientais e climáticas, como questões éticas e de escolha do modelo de sociedade que se pretende apoiar e/ou construir ou denunciar.

Por essas razões, os adeptos da transição agem individualmente (e coletivamente) e militam para o desenvolvimento de uma alimentação localizada, produzida em pequena e média escala, respeitando o meio ambiente. No cotidiano esses princípios se concretizam no consumo de alimentos locais e orgânicos (se possível, direto do produtor), diminuição do consumo de carne e quando comer priorizar o consumo de carnes que não venham de grande produção (por razões éticas - de tratamento dos animais -, ecológicas e de saúde³¹⁸). Prioriza-se uma alimentação de qualidade - que não prejudique a própria saúde nem os ecossistemas - em detrimento da quantidade.

Nesse contexto, percebemos que é bastante presente e recorrente nos discursos dos militantes (em conversas, publicações em redes sociais) o pensamento que ‘comprar é votar em um sistema econômico e social’, ou seja, é financiar certas empresas e, portanto, certas lógicas econômicas e financeiras. Assim, consumir qualquer produto significa compartilhar os valores e a ética (ou ausência de ética) que está por trás do seu modo de produção, de consumo e de distribuição. É baseado nessa premissa e em busca de coerência com os valores defendidos que identificamos os comportamentos cotidianos dos membros do coletivo

³¹⁷ Inclui-se nesse cálculo o impacto da agricultura no desflorestamento. Disponível em: <http://ipcc.ch/pdf/assessment-report/ar5/syr/SYR_AR5_FINAL_full.pdf>. Acesso em: 20 maio 2018.

³¹⁸ O consumo excessivo de carnes (e ainda mais de carnes de baixa qualidade, produzidas com muitos antibióticos e alimentos geneticamente modificados) vem sendo cada vez mais vinculado ao desenvolvimento de certas doenças, entre elas o câncer, como alerta o Centro Internacional de Pesquisa sobre o Câncer, que publicou recentemente resultados de estudos científicos associando o grande consumo de carnes vermelhas ao risco de cânceres. Disponível em: <http://www.iarc.fr/fr/media-centre/pr/2015/pdfs/pr240_F.pdf>. Acesso em : 15 abr 2018.

(explicitados no quando I, acima), que buscam contribuir para um modelo de sociedade que ‘mude o sistema e não o clima’.

Essas ações visam favorecer a lógica de um comércio local, justo e sustentável, a produção e a distribuição de produtos de forma ética, que valorize os seres humanos e respeite os limites da natureza, a reutilização de produtos para evitar a fabricação de produtos inutilmente (na perspectiva de que, se menos fabricar, menos se utiliza energia). Valorizar-se as iniciativas de economia solidária, economia circular e iniciativas ‘zero lixo’.

9.3.4 - A mobilidade no centro das transformações do estilo de vida

Da mesma forma que a alimentação, a mobilidade é uma questão central e norteadora de escolhas cotidianas. A forma de se deslocar no cotidiano (ou para viagens pontuais) é revelador de um estilo de vida particular, ligado a uma sensibilidade climática e ambiental forte. No que diz respeito ao uso do avião, a maioria dos entrevistados tem a tendência a tentar o máximo possível não utilizar esse meio de transporte e os que ainda utilizam e que não excluem a possibilidade de utilizar em ocasiões futuras, os fazem de forma bastante refletida (quando realmente necessário) e de forma esporádica. Há sempre nos discursos a necessidade de respeitar a pegada ecológica individual que é considerada desejável para o equilíbrio climático. Essa escolha, que é motivada por questões de impactos ecológicos globais, tem impacto no estilo de vida dos militantes e impacta fortemente na esfera pessoal. Dessa forma, para alguns militantes climáticos, as viagens de férias passam a serem limitadas a perímetros onde se possa pegar ônibus ou trem, ou de forma mais rara, ir de bicicleta.

É importante salientar que o setor da aviação é um setor particularmente denunciado no meio da militância climática, tanto por seu caráter poluidor (o modo de transporte mais emissor de GEE) como pela falta de política de taxação do setor. Os militantes acusam o setor de beneficiar-se de exonerações fiscais (sobre o querosene, no caso da França) e ter incentivos fiscais que penalizam o meio ambiente e as finanças públicas francesas. Em nível internacional, o setor da aviação está sempre fora das pautas das grandes conferências climáticas e fica isento de taxas e possíveis regularizações sobre seu impacto em termos de poluição.

Não obstante, diversos militantes entrevistados se permitem utilizar, porém somente em situações onde for extremamente necessário e muito esporadicamente. Charles, 65 anos, um dos entrevistados confessou ter pego um avião para o Sul da França há pouco tempo atrás por falta de opção, devido a um falecimento na família e que ele teve que acompanhar seu pai,

que já é bastante idoso, para esse evento familiar. Margot, 28 anos, outra entrevistada, afirma que apesar de já ter feito viagens transatlânticas de avião, ela decidiu não mais utilizar esse meio de transporte (exceto se no futuro uma situação se apresentar como necessária e não houver outro meio de contornar). Ela não exclui a possibilidade de viajar, no futuro, para um país de outro continente, porém ela diz que tentará encontrar alternativas para substituir o avião, mesmo que essa alternativa represente um aumento significativo do tempo que ela terá que prever para a viagem. Ela explicita sua escolha da seguinte forma: se um dia ela tiver uma proposta de trabalho que lhe interessa na América Latina, por exemplo, e ela tiver que passar oito meses trabalhando, ela estudará a possibilidade de incluir o tempo de trajeto de navio, ida e volta, no projeto de viagem. Ou, se ela decidir realizar uma viagem para a Ásia, por exemplo, ela se organizará para fazer uma pausa de trabalho de modo que as semanas de trajeto de trem ou ônibus necessários para chegar no seu destino seja incluso no seu projeto de viagem.

O uso do carro individual está igualmente no centro das reflexões e ações sobre o modelo de sociedade que se pretende construir. Tanto pelo seu aspecto poluidor, como por seu aspecto estético, no sentido que as cidades têm sido invadidas por espaços ocupados para garantir estacionamentos, em detrimento de espaços de sociabilidade, de natureza, de expressões culturais e artísticas. Nesse sentido, milita-se pelo desenvolvimento e estruturação de possibilidades de mobilidade urbana e interurbana por meio de transportes públicos, de boa qualidade e com oferta larga e preço acessível (ou até mesmo gratuito), garantido por políticas públicas de mobilidade.

Nesse sentido, o problema que se atribui ao carro vai além da questão climática. Destaca-se igualmente escolhas de modo de vida e a política urbana das cidades. A transição em termos de mobilidade integra a questão da qualidade de vida de forma ampla e visa conectar políticas de mobilidade com outras políticas estruturais e estruturantes: urbanismo, ações sociais (que favorecem as relações e os laços sociais), democracia participativa (para favorecer a implicação dos cidadãos nos espaços públicos), entre outros setores.

A solução tecnológica que geralmente se propõe para o setor automobilístico, a saber, a substituição da frota de carros poluidores por uma nova geração de carros elétricos, não parece seduzir os militantes da transição social e ecológica, que veem essa solução como interessante do ponto de vista das emissões de GEE, mas não do ponto de vista da transição societal que se espera operar nesse contexto de tomada de consciência do modo de vida atual (hegemônico). Além do mais, o problema climático continua sendo central na proposta de carros ditos ‘mais ecológicos’, pois se o carro individual continua sendo o modelo de

mobilidade principal, haverá uma pressão energética ainda mais forte e o problema da pressão ecológica continuará presente. Lembrando que para os militantes climáticos e especialistas da transição energética, é possível se ter uma transição energética para energias renováveis, mas é preciso utilizar esse recurso de forma mais sóbria (associado ao desenvolvimento de tecnologias menos energívoras), se se espera alcançar um equilíbrio ambiental. Por outro lado, a fabricação de veículos elétricos exige uma grande quantidade de metais raros (risco de desequilíbrio ambiental pela forte utilização de recursos naturais limitados e risco de conflitos nas regiões onde se encontram esses recursos) e uso de baterias (por enquanto não existe modelos ecologicamente compatíveis). Portanto, o balanço ambiental do uso excessivo de carros elétricos ainda não convence os ecologistas.

Em meio urbano, a bicicleta é o meio de transporte que faz unanimidade entre os militantes ecologistas do movimento Alternatiba. Essa é a alternativa utilizada pela maioria dos militantes em seus deslocamentos cotidianos (trabalho, reuniões associativas, lazer). No seio do movimento, procura-se sensibilizar a população sobre o uso da bicicleta como transporte urbano (através de eventos como as ‘vilas de alternativas’ e outras ações ou eventos) e tenta-se influenciar o poder público local para promover mais políticas públicas ligadas à mobilidade em bicicleta, como: ampliação de ciclovias, sinalização, estacionamentos, bônus compra de bicicletas, incentivo salarial para quem vai para o trabalho de bicicleta (em parceria com as empresas).

Percebemos que tanto as práticas de consumo de alimentos, como a questão da mobilidade, traz à tona um aspecto bastante presente no militantismo de transição social e ecológica, que é a questão da sobriedade. Dentro das escolhas individuais (que também são políticas), a sobriedade se apresenta como palavra de ordem e um princípio estruturante das ações individuais e coletivas. No movimento da transição, a noção de sobriedade é um valor que norteia muitos projetos e mobilizações (coletivas e individuais). Ela é utilizada por intelectuais como Patrick Viveret (2009), em seu livro *Vers une sobriété heureuse: du bon usage de la fin des temps modernes* ou por Pierre Rhabi (2010), em uma obra intitulada *Vers la sobriété heureuse* – obra que se tornou referência no movimento da transição social e ecológica – ou ainda a obra de Serge Latouche (2011), que, em outros termos, defende a ideia de sobriedade no movimento do decrescimento, intitulada *Vers une société d’abondance frugale*. Os autores evocam o princípio da sobriedade como uma necessidade e como uma escolha pessoal que pode ser associado à felicidade e não necessariamente a uma restrição forçada e triste. A sobriedade é vista como uma forma de se liberar e se autonomizar do

sistema social dominante, que incita ao acúmulo, à busca desenfreada pelo consumo e propicia o desequilíbrio ambiental.

A noção de sobriedade é central na perspectiva de transição social e ecológica não somente pelo fato de ela chamar a atenção para a necessidade de transformação do modo de produção e da forma que se consome na sociedade atual, mas também pela tomada de consciência de que mesmo se for alcançado um modelo de sociedade mais ecológico, ele deve ser vigilante quanto à pressão que se faz aos recursos naturais e que todo consumo excessivo leva ao desequilíbrio, tanto social quanto ambiental. Assim, a noção de sobriedade remete à questão do equilíbrio e do cuidado, da *bienvveillance* permanente que se deve estabelecer com o meio ambiente social e natural. Nesse sentido, a transição indica uma transformação do modo de vida que vai em direção de uma utilização sóbria e equilibrada dos recursos naturais. Esse ideal de sobriedade aparece como uma evidência diante de uma sociedade que está se dirigindo « direto para o muro », como dizem frequentemente os militantes *Alternatiba*. « Estamos indo em direção a um muro », frase que foi proferida em diversas entrevistas, quando os militantes argumentavam sobre porque eles consideravam importante a militância climática e o porque da necessidade de uma transição social e ecológica que propõe uma transformação importante do modo de vida (baseado em escolhas mais simples, mais saudáveis e mais respeitosas do meio ambiente).

9.3.5 - Sobriedade e pegada ecológica

Esse ideal de sobriedade se concretiza no instrumento (pedagógico) de avaliação do impacto das ações humanas no planeta, que se conhece como ‘pegada ecológica’. A pegada ecológica avalia a quantidade média de recursos naturais (água, energia, terra) que é necessário para cada habitante (ou atividade econômica), levando em consideração a capacidade de regeneração da natureza. Através deste cálculo, estima-se o ideal de consumo dos cidadãos de modo que as gerações atuais e futuras possam beneficiarem-se dos bens e serviços que a natureza oferece. A questão da pegada ecológica coloca em evidência a desigualdade de impactos sobre a natureza que os indivíduos exercem, de acordo com sua origem social. Através dessa ferramenta, é possível calcular a pegada ecológica dos países e como eles influenciam na desregulação ecológica e climática mundial. Assim, fica evidente que a pressão exercida sobre o clima e o meio ambiente de forma geral é mais forte nos países ditos desenvolvidos, de forma que, se todos os seres humanos vivessem, por exemplo, como

um americano (do Norte), seriam necessários cinco planetas terra para a população mundial que temos atualmente, de acordo com a associação ambientalista WWF³¹⁹.

Assim, o cálculo da pegada ecológica ajuda os militantes a se situar de forma mais precisa dentro da problemática do limite dos recursos naturais, de ver claramente sua situação enquanto agente transformador (ou não) das transformações climáticas. Essa atenção à pegada ecológica pessoal (dentro de um sistema de pegada ecológica também global) apareceu de forma recorrente nos discursos dos militantes entrevistados (e nos discursos em conversas informais com os demais militantes), no sentido de que a maioria diz calcular sua própria pegada ecológica, no intuito de respeitar a cota estimada por pessoa, necessário para manter um equilíbrio ecológico. As ações ligadas à pegada ecológica são calculadas em termos de impacto anual e os militantes ecologistas tentam compensar gestos do cotidiano e gestos mais esporádicos, como férias, consumo de produtos novos. Concretamente, Cyrielle, militante ecologista nos confia que ela viajará de férias de avião (em 2017), após alguns anos sem utilizar esse meio de transporte, mas para equilibrar sua pegada ecológica ela compensa esse ‘excesso’ em outros atos do cotidiano em que ela aplica o princípio da sobriedade, como: reciclagem de lixo, redução do consumo de produtos com embalagens, deslocamentos para o trabalho com bicicleta, redução do consumo de carnes, entre outros atos que tenham impacto positivo para o meio ambiente.

Em suma, a transição societal é nesse sentido uma tomada de consciência individual e coletiva, que mobiliza ações individuais conectadas com ações globais que visam impactar positivamente na crise ecológica, climática e social. As ações concretas em termos de sobriedade de vida podem ser medidas e calculadas através de instrumentos como a pegada ecológica, que se configura como norte das ações cotidianas, norteadora de escolhas individuais, com preocupações globais. Certamente, as ações cotidianas de transição societal cidadã (através de ações individuais ou vindo dos movimentos sociais), não será a única solução para resolver os problemas ligados à crise ecológica e ambiental, mas será, possivelmente, um importante instrumento de pressão popular que fará avançar as políticas públicas, como já vem sendo o caso na França (mesmo que de forma ainda tímida e incipiente).

319

Disponível

em:

<http://wwf.panda.org/fr/wwf_action_themes/modes_de_vie_durable/empreinte_ecologique/>. Acesso em : 21 maio 2018.

9.4 - Um Movimento com Modo de Funcionamento e de Militância Singular: Dinâmica Interna do Coletivo, Principais Características, Limites e Perspectivas

Como no funcionamento do movimento global, o coletivo local funciona de forma colegial, tendo como instância máxima a « coordenação geral », que se trata de uma reunião mensal (ou quinzenal) onde todos os membros do coletivo são convidados a participar. Todas as decisões são tomadas pelos membros do coletivo, que têm direito à voz e voto de forma igualitária. Nas reuniões de coordenação geral são tratados todos os assuntos que as comissões desejam que sejam colocados na pauta da reunião. As decisões são tomadas por consentimento, baseado no princípio da sociocracia (como explicado no funcionamento do movimento global, no cap. 8).

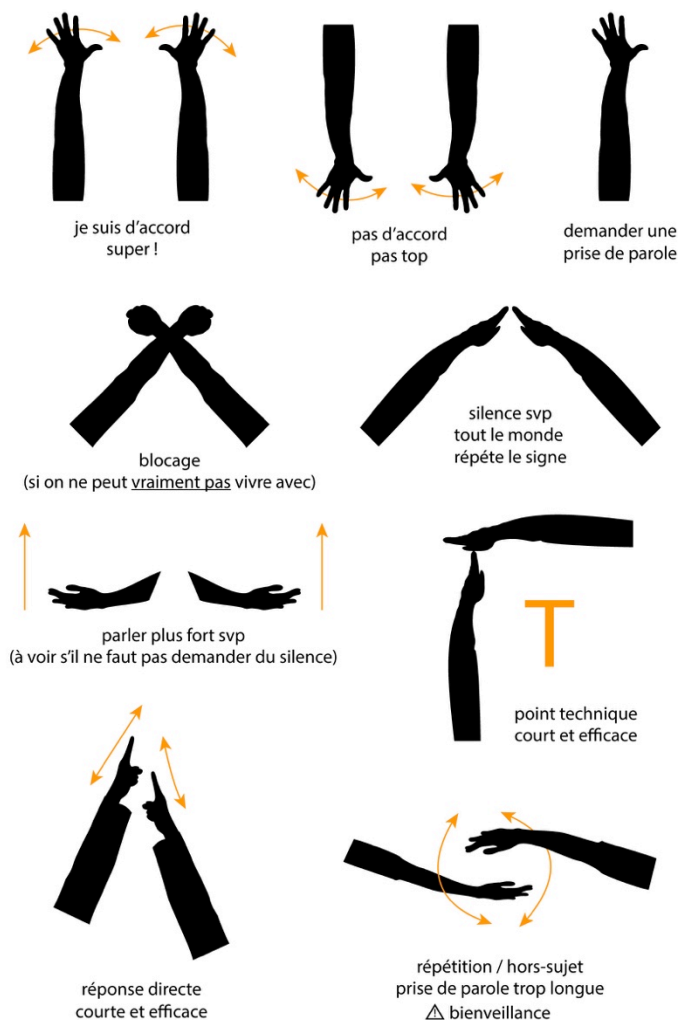
Do ponto de vista operacional, as reuniões são realizadas em formato mesa redonda (ainda de acordo com os princípios da sociocracia) e se utiliza uma forma de comunicação gestual para facilitar o desenvolvimento da reunião (uma espécie de língua de sinais). Os diferentes gestos utilizados têm como funções: respeitar o tempo de palavra de quem está falando sem ser interrompido oralmente, mas podendo concordar ou discordar através de gestos, pedir para falar, sem dizer oralmente, pedir ordem, indicar que tem uma resposta imediata ao que está sendo evocado.

Esses gestos têm como objetivo manter certa ordem nas reuniões, para que a pauta e o tempo determinado para cada questão sejam respeitados, assim como garantir que as falas não sejam interrompidas por intervenções abruptas. Eles representam um condensado de técnicas e métodos de animação de reunião utilizados por diversos movimentos sociais (que os membros do movimento têm proximidade) do qual se inspiraram os membros fundadores do movimento *Alternatiba*, entre eles principalmente: sindicatos, movimento anarquista, movimento independentista basco, movimento indignados (Espanha). Esses elementos mostram a governança do movimento como um processo atípico de distribuição de poderes, de tomada de decisões e de busca por horizontalidade e transparência.

O sistema de comunicação gestual do movimento *Alternatiba* é considerado uma ferramenta de alta importância na condução das reuniões e é considerada como um elemento estruturador da eficácia das ações do movimento. Como vemos na ilustração abaixo, esses gestos são tidos como um elemento que “salva as reuniões”. Vejamos abaixo os principais gestos utilizados durante as reuniões³²⁰:

³²⁰O significado dos gestos de acordo com a ordem de aparecimento no documento acima:

LES GESTES QUI SAUVENT NOS RÉUNIONS



Fonte : site alternatiba.eu

Mãos para cima, movimentando para frente e para trás, para dizer “eu estou de acordo com o que foi dito ou que está sendo dito”. Mãos para baixo, movimentando para frente e para trás, para dizer que “não está de acordo”. Levantar a mão para pedir o direito à fala. Cruzar os braços, quer dizer que tem um ponto de bloqueio no que está sendo dito e que precisa ser rediscutido (se utiliza quando realmente tem uma questão que releva um ponto que o membro do coletivo não pode aceitar). Juntar as duas mãos em um símbolo que parece uma casa, para pedir silêncio e quando alguém faz esse sinal, todos os outros membros devem repetir até que o silêncio se reestabeleça. Balançar as duas mãos para cima, quer dizer solicitar que a pessoa que está falando se expresse mais alto; Fazer o sinal de um “T” com as duas mãos, expressa uma necessidade de explicação técnica curta e eficaz, pode ser que a pessoa que pediu ponto técnico tenha uma informação técnica para dar (que ajuda no que vem sendo debatido) ou a pessoa precise que alguém dê as informações técnicas necessárias. Exercer um gesto com os dois dedos polegares indo para frente e para trás, quer dizer que a pessoa quer intervir de forma rápida e eficaz para responder a algo que está sendo levantado pela pessoa que fala. E por último, fazer um movimento circular com as duas mãos para indicar que está havendo repetição ou que a fala está muito longa ou que o que está sendo dito está fora do assunto (recomenda-se uma utilização desse gesto de forma *bienveillante*).

Ainda para garantir o bom funcionamento das reuniões e da democracia interna, são definidos quatro papéis de facilitação da reunião (qualquer membro pode se apresentar como voluntário para qualquer um dos papéis): um animador (que coordenará a reunião), um distribuidor de falas (que ficará atento às pessoas que levantam a mão para pedir fala e anotar para em seguida distribuir as falas na ordem que foi pedida), um gestor do tempo (que tem como missão ajudar a manter o objetivo de tempo que foi estabelecido para cada ponto da pauta, sem que haja extrapolação. Concretamente o gestor do tempo levanta uma folha de papel a cada cinco ou dez minutos (dependendo do tempo que foi estabelecido para o ponto da pauta em tratamento), para avisar quanto tempo já passou ou quanto tempo falta) e por fim, um relator (que será responsável pela sistematização do que foi falado e decidido para ser divulgado, em seguida, para todos os militantes do coletivo).

Para Mathieu, que conhece bem os fundadores do movimento *Alternatiba* e, portanto, as militâncias paralelas que eles exerceram (ou exercem), o movimento anarquista tem uma grande influência - por mais contraditório que pareça - no aspecto rigoroso da organização e da animação das reuniões do movimento. É de influência anarquista igualmente os aspectos libertários e autogestionários que defendem o movimento e que os aplicam nas reuniões. Já o sistema de comunicação por gestos que ocorre durante as reuniões é originário do movimento 'indignados' (Espanha), do qual fazia parte alguns dos membros fundadores do movimento *Alternatiba* (visto que o movimento nasceu no país basco francês, fronteira com a Espanha, houve aproximações entre militantes de movimentos sociais dos dois países).

Para Simon, que milita no movimento *Alternatiba* em nível europeu, a característica pragmática do movimento *Alternatiba* tem como fonte de inspiração o modo de funcionamento do movimento sindicalista ao qual Txetch, um dos fundadores do movimento, tem muita proximidade e anos de militância sindical. Juntamente a essas ferramentas de organização de reunião, e de forma mais abrangente do movimento, associam-se as técnicas da comunicação não-violenta (CNV) – as quais muitos membros do movimento são sensíveis -, que acrescentam um toque de *bienveillance* e de empatia no modo de funcionamento do movimento e que têm como objetivo criar condições favoráveis para relações sociais harmônicas e cooperativas entre os militantes.

Pragmatismo, rigor, organização, horizontalidade, autogestão, gestuais facilitadores de animação e da comunicação nas reuniões, escuta e empatia fazem parte de um modo de funcionamento atípico e singular na cena do mundo associativo e da sociedade civil francesa. Todos esses aspectos formam um coquetel experimental de organização social coletiva que parece atrair e agradar um grande número de cidadãos que decidem aderir ao movimento.

Durante as entrevistas, a maioria dos militantes evoca o caráter organizacional do movimento Alternatiba como algo, de fato, atípico no meio associativo e como um aspecto positivo do movimento. A maioria dos militantes *Alternatiba* vem de outros movimentos sociais e militam (ou militaram) em outras associações e afirmam que a experiência de militância nesse movimento é algo diferenciado dos demais e reconhecem uma governança diferenciada. Eles evocam o rigor da organização de reuniões como um aspecto positivo e importante (reuniões pontuais, tentar respeitar a hora que foi prevista para terminar) e se dizem adeptos da utilização da comunicação gestual durante as reuniões.

Os esforços do movimento de se instaurar uma nova forma de governança são apreciados pelos militantes do movimento, assim como os aspectos de *bienveillance*, pragmatismo e incentivo à inteligência coletiva, que caracteriza o movimento. Para Pauline, militante no movimento Alternatiba, mas também em associações de solidariedade internacional, essas características inovadoras do movimento Alternatiba, juntamente com o fato de se tratar do tema climático, têm atraído um público jovem e dinâmico que não se reconhece muito no estilo de militância clássica (tal qual ela observa, por exemplo, nas associações de solidariedade internacional). Para ela, a maioria das associações que funcionam com um modo de militância ‘clássico’, quer dizer, baseado na hierarquia, na falta de confiança na capacidade de militantes que acabam de integrar o grupo, na formalidade da tomada de decisões, composto geralmente por uma grande parte de pessoas aposentadas, passam muito tempo se questionando porque eles conseguem atrair militantes jovens e não mudam seus modos de organização. Enquanto o movimento Alternatiba, apesar do pouco tempo de existência, tem atraído uma quantidade impressionante de jovens (sem ser um movimento exclusivamente constituído por jovens) e consegue fidelizá-los ao movimento.

A proposta de militância que Alternatiba propõe corresponde ao que muitos jovens esperam: dinâmica, liberdade de ação, confiança, horizontalidade, abertura à experimentação, reconhecimento, entre outros elementos. Sendo assim, a forma de militantismo que o movimento Alternatiba vem trazendo inova e dá um passo à frente de movimentos sociais ‘clássicos’ que apresentam dificuldades em renovar seus quadros de militantes e principalmente atrair jovens motivados e dinâmicos. Em sua entrevista Pauline enfatiza a diferença do modelo de militantismo entre o movimento Alternatiba e as associações de solidariedade internacional - que ela considera como um modelo de militantismo ‘tradicional’ - e analisa o impacto positivo que exerce o movimento Alternatiba no público jovem, assim como as motivações dele para participar e investir nesse movimento:

Alternatiba c'est énormément de jeunes quoi, et qui restent, et qui s'investissent et qui s'engagent. [...]. La façon dont on essaye de faire rentrer les gens, la façon dont on anime les réunions - en laissant la parole à chacun, à chacune [...], il y a un côté confiance, c'est à dire, y a pas besoin de validation par quinze personnes pour faire un truc. Ce côté très subsidiarité d'Alternatiba, c'est [intéressant]. Tu veux faire un truc, bah, tu fais! T'as pas la réponse à ta question? là tu remontes au niveau supérieur (en posant la question à tous les membres de la coordination générale), mais tant que tu restes dans la charte et qu'ça colle, ok, vas-y quoi! Enfin, cette espèce de confiance *à priori*, pour les gens et pour leurs actions, la façon d'animer, la façon, voilà, d'avoir des ordres du jours ouverts, le côté peu hiérarchique (de fait il y a une hiérarchie informelle qui se fait par le niveau de connaissance [des projets en cours et du fonctionnement général du collectif], ça c'est relativement inévitable). Mais, en tout cas il y a une volonté d'inclusion: des réunions qui sont ouvertes, les personnes qui sont là sont les bonnes personnes pour prendre les décisions. Enfin, ce côté très dégagé d'un espèce de formalisme "à la papa": avec le président qui préside, de façon très hiérarchisée, un peu chiant, un peu plan plan. Ça c'est très fort chez Alternatiba [...]. [Néanmoins pas dans] les autres mouvements (dont celui de solidarité internationale) [qui] n'ont pas encore franchement compris (en tout cas les assos que je fréquente). Je pense qu'on est beaucoup de jeunes à vouloir ça, à espérer ça et à se dire qu'il faut qu'on arrive à le porter.³²¹

Portanto, analisando os argumentos de Pauline (que converge com diversos outros argumentos que pudemos recolher nas entrevistas) esse funcionamento interno responde a uma demanda de um *modus operandi* da organização das estruturas da sociedade civil organizada, fortemente por parte dos jovens (mas não exclusivamente) e participa da criação de uma nova dinâmica de militância e de governança coletiva. De acordo com o depoimento de diversos militantes do movimento e de outros organismos não governamentais, o modelo de reunião do movimento Alternatiba – principalmente os gestuais – começa a ser colocado em prática em outras estruturas associativas e da sociedade civil organizada.

³²¹ Alternatiba é representado por um grande número jovens, e que ficam, e que se investem, e que se engajam. [...] a forma como se conduz as reuniões – deixando um espaço de fala para cada um, para cada uma [...]. Tem um lado confiança, quer dizer, não há necessidade de validação por quinze pessoas para fazer alguma coisa. Esse lado muito subsidiário de Alternatiba, é [interessante]. Você quer fazer uma coisa, humm, tu faz! Você não tem a resposta à sua questão? Nesse momento você se dirige ao nível superior (colocando a questão para todos os membros da coordenação geral), mas enquanto você está dentro da carta [de funcionamento interno] e que corresponde [aos princípios internos], ok. Pode ir em frente! Enfim, essa espécie de confiança *a priori*, pelas pessoas e pelas ações, a forma de coordenar, a forma, então, de ter pautas de reuniões] abertas, o lado pouco hierárquico (na verdade existe uma hierarquia informal que se faz pelo nível de conhecimento [de projetos em andamento do funcionamento geral do coletivo], isso é relativamente inevitável. Mas, de qualquer forma existe uma vontade de inclusão: reuniões que são abertas, as pessoas que estão presentes são as pessoas certas para tomar as decisões. Enfim, esse lado bastante liberado de uma espécie de formalismo *à la papa* [à moda do tempo de papai]: com o presidente que preside, de forma muito hierárquica, meio chato, um pouco tudo certinho. Isso é muito forte em *Alternatiba* [...]. [No entanto não dentro] de outros movimentos (inclusive o da solidariedade internacional) ainda não entenderam muito bem (em todo caso, as associações que eu frequento). Eu acho que nós somos muitos jovens a querer isso, a esperar isso e a se dizer que é necessário que consigamos levar adiante. (Tradução própria).

É fato que a diferença entre militar no movimento *Alternatiba* e em outros movimentos ‘tradicionais’ ou ‘clássicos’ aparece como um elemento importante na análise de campo. Os atores sociais envolvidos evocam unanimemente uma diferença no modo de funcionamento visível e tangível no movimento, que favorece a motivação para se envolver nos projetos e ações, assim como um investimento intenso dos militantes voluntários. A metodologia e as técnicas de animação de reunião e de organização de projetos tornam o trabalho voluntário eficaz. A confiança que é dada aos voluntários (independente do tempo que ele participa do coletivo) é visto como um fator de integração importante (para os recém chegados) e favorece a implicação no movimento, pois ele propicia a responsabilização e o sentimento de igualdade.

Porém, alguns aspectos, que são geralmente vistos e vivenciados de forma positiva, exigem algumas ponderações. A militante Margot evoca em sua entrevista a questão da responsabilização e da confiança como elementos importantes nessa implicação. Para ela, as características do movimento *Alternatiba* dão a possibilidade de experimentar e de ter um papel realmente importante na realização do projeto. De fato, há um reconhecimento mais explícito do trabalho voluntário. O que faz com que os militantes não se engajem da mesma forma que em outras associações ou movimentos sociais. O papel que se assume quando se engaja no movimento é essencial para o funcionamento (como tudo funciona na base do voluntariado), de forma que quando se assume um papel, esse papel só pode ser exercido pela pessoa que se comprometeu. No entanto, essa responsabilidade, de acordo com Margot, tem seu lado positivo (reconhecimento, autonomia, confiança), mas, também, tem seus limites, pois ela exige uma carga de trabalho e de investimento que muitas pessoas não podem e nem desejam assumir. Ela exerce uma pressão que pode ter um viés negativo e representa, ao mesmo tempo que uma característica positiva do movimento, um limite³²².

Em suma, a dinâmica do movimento *Alternatiba* se inscreve em dois registros que a diferencia de outros movimentos atuais da sociedade civil, na França: o modo de funcionamento atípico e a inserção no recente debate da questão climática como um elemento sociopolítico. Por um lado, ele beneficia a adesão de muitos militantes a uma proposta ou modo de funcionamento original e atípico, de uma organização e governança inovadora, mais democrática, mais horizontal, com um processo de integração de militantes mais aberto e mais integrador (apesar dos limites desse modelo), que proporciona aos integrantes do coletivo mais liberdade e mais independência nas ações e na tomada de decisões. Por outro

³²² Abordaremos esta questão com mais detalhes mais abaixo, na parte dedicada aos limites do movimento.

lado, ele se insere no debate extremamente atual sobre a questão climática - cada vez mais presente na sociedade francesa (e mesmo internacionalmente) -, que se estabelece como um novo campo de ação social e política. Dentro desse contexto, o movimento se estrutura como um ator importante da transição social e ecológica e se posiciona nessa arena com a vocação de formar uma geração de um novo tipo de militância: os militantes climáticos, ou militantes pela justiça social e climática. Essa formação é realizada de forma prática, experimental e pragmática, no sentido que os militantes se formam ao mesmo tempo em que agem em prol da questão climática: através da organização de eventos, de ações, de mobilizações e de campanhas em torno da questão climática, ou através de ações de contestação não-violentas.

É importante ressaltar que Alternatiba Nantes tem uma particularidade (enquanto coletivo local) de ter muita proximidade com o coletivo fundador do movimento Alternatiba. O coletivo de Nantes está entre os primeiros a serem criados.³²³ Diversos membros do coletivo local nantês militam em nível global e ultrapassam assim o engajamento a projetos pontuais locais. A lógica de funcionamento do coletivo local tenta se aproximar o mais fielmente possível da lógica global. Essa particularidade é importante de ser explicitada, pois outros coletivos, em outros territórios nacionais, podem ter um modo de funcionamento mais próximo de uma organização não governamental 'tradicional', mesmo se a recomendação do movimento é seguir uma linha mais inovadora e seguir o modo de funcionamento do movimento nacional (existem documentos disponíveis no site do movimento nacional - do tipo manuais ou guias práticos – para ajudar os coletivos locais a se estruturarem nos moldes praticados pelo movimento).

9.4.1 - Limites

Compreendemos aqui como limites do movimento alguns aspectos que se apresentaram incoerentes entre os discursos e/ou objetivos do movimento e sua realidade, mas também as dificuldades que o movimento enfrenta em seu objetivo de construção de um novo modelo de sociedade, a partir de um movimento de transição social e ecológica de massa e popular, em torno da luta climática e social e que rompa com as estruturas hegemônicas. Os elementos apresentados e analisados aqui não são exaustivos e representam uma amostra dos aspectos que se evidenciaram de forma mais ilustrativa durante o período de pesquisa de campo e durante a fase de tratamento de dados.

³²³ A primeira coordenação europeia do movimento aconteceu na cidade de Nantes, em 22 de fevereiro de 2014. Esse foi o evento fundador da coordenação europeia e portanto de oficialização do movimento.

9.4.2 - *Intergeracionalidade e diversidade social*

A intergeracionalidade é uma característica presente e visível, tanto entre os militantes em nível europeu como local. Esse aspecto é inclusive uma das preocupações expressadas no projeto global do movimento, assim como a questão da busca pela igualdade entre homens e mulheres no seio do movimento. Essa preocupação é igualmente bastante presente nas falas dos entrevistados, que identificam a diversidade de idades dos membros do coletivo como um aspecto positivo e salutar. Entretanto, é relevante notar que esse discurso de intergeracionalidade é, sobretudo, celebrado pela presença de um público jovem no movimento, visto que no panorama das organizações não governamentais francesas há uma forte presença de militantes voluntários aposentados. Enquanto o jovem movimento Alternatiba consegue atrair tanto aposentados como jovens das mais diversas idades. No que diz respeito ao coletivo local, apesar do fato das entrevistas terem sido realizadas com uma maioria de militantes de mais de 30 anos (tendo a pessoa mais nova 27 anos), havia diversos militantes, bastante ativos e correferentes de comissões (ou seja, com papel representativo de uma comissão) com idades próximas de 20 a 23 anos. Porém, no período em que foram realizadas as entrevistas, alguns membros não estavam mais morando em Nantes (estudantes que mudaram de cidade para continuar os estudos ou que conseguiram estágios ou trabalhos em outras cidades).

Assim, diversas gerações coabitam para tomar as decisões tanto sobre as ações e projetos pontuais como sobre o futuro do coletivo. Não obstante, esta convivência não acontece sem algumas discordâncias de métodos e ferramentas de trabalho. Um dos pontos difíceis dessa convivência intergeracional, nos confia Charles³²⁴, é a centralidade das novas tecnologias na organização interna do coletivo, na comunicação (interna e externa) e na preparação das ações. Para o militante ecologista e aposentado, Charles, Alternatiba tem essencialmente um «funcionamento jovem» e, de acordo com sua análise, se especializa nesse público. Para o militante, o movimento teria dificuldade em incluir efetivamente pessoas com certa idade, pelo fato de ter um funcionamento baseado em uma comunicação muito intensa por e-mail e/ou redes sociais (facebook, twitter e outros). De acordo com esse membro do coletivo, as pessoas que fazem parte de uma geração (ou de um meio social) que não tem tanta intimidade com as novas tecnologias se ‘sentem perdidos’. Assim, para ele, o movimento favorece um público bastante jovem, em detrimento de outros públicos:

³²⁴ 65 anos, aposentado, solteiro, aderiu ao coletivo local pouco tempo depois de sua formação.

Alternatiba se spécialise sur des gens qui effectivement, bon, vont être efficaces, vont organiser leur truc, connaissent tous les rouages de la comm'. Par rapport à d'autres publics, plus classiques qui auront un autre profil culturel. Les gens vont venir au village, mais ils vont faire une réunion [...] et ils vont sortir perdu, un petit peu.³²⁵

A análise feita por Charles ilustra o limite que o movimento tem em assegurar a intergeracionalidade (no quadro de seus militantes ativos), tal qual é esperado e comunicado pelo movimento. De fato, a hiperconectividade do modo de funcionamento do movimento propicia uma possibilidade de exclusão de certos perfis de (potenciais) militantes. Não somente o público de pessoas mais idosas, como pessoas de classes ou categorias sociais que não tenham o hábito ou a habilidade (ou afinidade) com os espaços virtuais. Para além do aspecto da utilização de instrumentos e ferramentas virtuais como veículos de comunicação interna e externa, o afluxo de mensagens cotidianas ou semanais por e-mail afasta igualmente pessoas que, por motivos profissionais não têm tempo de seguir de perto o movimento (muitas informações por e-mail a serem tratadas, textos de trabalho, solicitação de apreciação antes da tomada de decisões, relatórios de reuniões).

De fato, analisando as trocas e discussões dentro da lista de e-mail da coordenação geral do coletivo nantês (lista de difusão incluindo membros ativos, antigos membros e simpatizantes), observamos que muitas pessoas simpatizantes do movimento, ou militantes pontuais, solicitaram a retirada dos seus e-mails da lista de difusão, tendo como argumento a impossibilidade de acompanhar tal fluxo de e-mails recebidos.³²⁶ Há um sentimento de excesso de informação por parte dos simpatizantes e/ou de antigos militantes que gostariam de continuar tendo informações e acompanhando o movimento (mesmo que de longe), mas não têm tempo para tanta solicitação. Em sua entrevista, Noémie, antiga militante e simpatizante do movimento, confia, com tom de humor, que não consegue dar conta de ler tantas mensagens e que, apesar do interesse, não tem conseguido acompanhar as ações e projetos.

Outro aspecto que mostra a dificuldade de integrar pessoas com certa idade, que possam estar interessados em participar ativamente do movimento, são os aspectos inovadores e alternativos de reuniões, que convêm a um público jovem, que consiste em fazer reuniões

³²⁵ Alternatiba se especializa com pessoas que efetivamente, bom, vão ser eficazes, vão organizar suas coisas, conhecem todos os mecanismos da comunicação. Em contraponto com outros públicos, mais clássicos que terão outro perfil cultural. As pessoas virão para o *Village* (vila das alternativas), mas [em seguida] elas vão participar de uma reunião [...] e vão sair um pouco perdidas.

³²⁶ É importante salientar que se trata de pessoas que se inscreveram voluntariamente e deliberadamente na lista de difusão na ocasião de alguma ação do coletivo.

ou pequenos encontros temáticos em bares ou cafés. Ao fazer esse tipo de escolha, o movimento assume a prioridade de investir preferencialmente em um público jovem. Visto que a estratégia explícita desse tipo de ação é de sensibilizar e “recrutar” novos militantes para o movimento e que não há ações similares para sensibilizar outros públicos de outras faixas etárias.

Assim, com o objetivo de ter mais transparência e democracia no seio do movimento (sendo a internet a ferramenta mais rápida e fácil para se alcançar esse objetivo, de forma mais ampla), criou-se um modo de funcionamento um tanto quanto ‘fechado’ (mesmo se atingindo um grande público) e focalizado em grande parte na militância virtual ou no ‘net ativismo’.³²⁷ Nesse sentido, a comunicação do movimento não consegue alcançar um caráter efetivamente intergeracional, como consta nos objetivos de base e de forma massiva.

Em paralelo ao debate sobre a questão geracional, se coloca igualmente o debate sobre a questão da diversidade social no seio do coletivo e do movimento de forma geral. Esse elemento se apresenta nitidamente como um desafio interno e um impasse que os militantes não conseguem superar, apesar da vontade explícita e das tentativas mais ou menos frutuosas. Há, inegavelmente, a presença de um discurso autocrítico sobre o fato de o movimento não conseguir sair de um círculo de classes sociais médias e de um público já sensibilizado sobre a questão ambiental. Os militantes reconhecem não conseguirem se aproximar das classes mais populares e se constituir como um movimento realmente popular como ele se destina e deseja. O movimento tem dificuldade em sair do “círculo de convencidos”, como nos diz Rémi, militante local e nacional. De fato, trata-se de um grupo que se compõe majoritariamente de pessoas brancas, de classe média, com nível de estudo médio elevado. Há pouca representatividade de pessoas de origem estrangeira, em uma realidade de país com presença migratória importante.

Nessa perspectiva, o objetivo central do movimento de construir um movimento de massa tem dificuldade em se concretizar se o movimento não conseguir atingir efetivamente as classes populares, de se inserir nos bairros populares. Concretamente, o movimento ainda não conseguiu desenvolver instrumentos de ação que consiga atrair as classes populares (enquanto militantes) e parecem não saber como resolver esse impasse. Apesar de se configurar como um elemento central na luta climática, a convergência entre luta social e luta climática (justiça social e climática) tem dificuldade em se concretizar, no sentido que os

³²⁷Para mais informações sobre ‘Netativismo’ ver artigo de Miranda ; Magalhães (2017), intitulado «Democracia e comunicação nas redes sociais digitais: o net-ativismo para além da participação sem partidos», assim como a tese de Magalhães (2018), intitulada « Net-Ativismo e ações colaborativas nas redes sociais digitais ».

movimentos ecologistas (entre eles Alternatiba) e os movimentos sociais ainda não conseguem cruzar suas agendas e sentar em torno de uma mesa para avançar juntos. As lutas ainda se mostram fragmentadas e ilustram, talvez, a dificuldade de se superar as fraturas sociais existentes na sociedade francesa, entre os que são considerados como nativos e os que são considerados como estrangeiros (totalmente ou parcialmente).

É importante frisar que a questão da diversidade social e, sobretudo racial, é uma questão sensível nos movimentos de transição e movimentos ecologistas em geral (franceses). No que diz respeito ao movimento Alternatiba, essa questão é presente e faz objeto de autocrítica no seio do movimento. Jon Palais, um dos fundadores do movimento Alternatiba reconhece esse impasse e afirma, em uma entrevista ao jornal *on line Reporterre.fr*, que efetivamente os militantes do movimento são ‘majoritariamente brancos’.³²⁸ Essa constatação não se reduz ao movimento ecologista, mas à maioria dos movimentos sociais históricos na França, insiste Jon Palais e Hadama Traoré, militante ‘não branca’ de uma associação de um bairro popular na região parisiense (entrevistada no mesmo artigo).

9.4.3 - Entre radicalismo e pragmatismo: frente às contradições do uso intensivo da internet

Como vimos mais acima, a internet é um meio de comunicação privilegiado do movimento *Alternatiba*. Nesse sentido, ele se apresenta como um importante instrumento de difusão do movimento, mas ele pode ser considerado, ao mesmo tempo, como um freio à participação de certas categorias de indivíduos. Acrescente-se a essa questão da centralidade da internet, das redes sociais e de toda a panóplia de instrumentos e ferramentas virtuais - como instrumento de comunicação central - a questão do impacto ecológico que o uso da internet implica, ou seja, a pegada ecológica dessa ferramenta. De modo mais específico, a utilização da internet - e particularmente o uso intensivo - é uma fonte de debates internos e até mesmo de divergências entre posições de militantes ecologistas climáticos mais radicais ou mais pragmáticas da luta contra o aquecimento global e a transição societal. O fato é que, a internet é um instrumento de comunicação e de difusão do projeto de transição importante, mas ela representa uma incoerência, no sentido que se trata de uma ferramenta tecnológica extremamente energívora e, portanto, fortemente emissora de GEE.

³²⁸ Disponível em: <<https://reporterre.net/Le-mouvement-ecolo-ne-reflete-pas-la-diversite-de-la-population>>. Acesso em : 18 maio 2018.

De fato, o desenvolvimento tecnológico e o uso massivo da internet implicam em uma grande quantidade de circulação de informações e, logo, uma grande necessidade de estocagem de dados. A gestão desses dados (quer sejam efêmeros ou duradouros) implica em uma demanda forte de energia para manter os centros de estocagens, conhecidos como “*data center*” (centro de tratamento de dados ou centro de dados). A utilização de energia dos *data centers* espalhados pelo mundo representa uma parte importante do consumo de energia mundial – a associação Greenpeace estima a 2% da energia produzida no mundo³²⁹ – e tem sido um alvo de críticas dos defensores do meio ambiente, pois trata-se de um setor que contribui para o aquecimento global. Sem contar que a perspectiva é de crescimento indefinido (e mesmo ilimitado) da capacidade de estocagem de mensagens, fotos, documentos, sites web, etc., que só aumentam à medida que as tecnologias numéricas se desenvolvem.

Graças ao aumento do debate sobre questão climática atual, da busca para atender aos objetivos do acordo de Paris realizado através da COP21 e uma pressão da sociedade civil por responsabilidade ambiental, muitas empresas de *data centers* estão investindo em novas tecnologias menos energívoras e mais eficazes quanto ao consumo de energia e o impacto ecológico dos *data centers*. Assim, diversas empresas estão optando pelo uso de energias de fontes renováveis, entre outros projetos inovadores (como construir *data centers* em países nórdicos ou mesmo do Polo Norte para reduzir naturalmente a necessidade de energia).

Para além da forte emissão de CO₂ dos *data centers*, devido à forte pressão de dados “virtuais” a serem estocados fisicamente, de forma mais ampla, as tecnologias da informação e da comunicação são consideradas como um setor com forte impacto no aquecimento global. Existem múltiplos fatores que se conjugam para constituir um impacto pesado sobre o meio ambiente. Eles vão da produção dos objetos tecnológicos e de comunicação ao consumo final. Primeiramente, para serem fabricados, computadores, telefones, tablets e outros objetos similares exigem uma grande quantidade de matérias primas raras e de recursos naturais, mais também de energia. O processo de produção de produtos tecnológicos inclui igualmente um lado obscuro (cada vez mais denunciado) de relações de trabalho e de produção pouco respeitadas dos direitos humanos e da natureza (exploração, trabalho infantil, destruição de parques naturais, entre outras condições de trabalho contestáveis).

Ainda no processo de produção, o impacto ecológico e social negativo pode ser caracterizado pela utilização de produtos tóxicos, metais pesados, que poluem os rios, terras e

³²⁹ De acordo com um artigo publicado pelo jornal *lemonde.fr*, em 01 de julho de 2013, sobre o impacto energético dos centros de dados no mundo. Disponível em : <https://www.lemonde.fr/planete/article/2013/07/01/les-centres-de-donnees-informatiques-gros-consommateurs-d-energie_3439768_3244.html>. Acesso em 10 abril 2018.

ar e afetam a saúde dos trabalhadores. Em seguida, a etapa de distribuição inclui aspectos poluentes ligados ao transporte, à publicidade. E por fim, a utilização cotidiana que envolve uma demanda cada vez maior de energia e capacidade de estocagem de dados. Sem esquecer a fase de “pós-uso” também tem um impacto negativo sobre o meio ambiente, pois esse setor é altamente produtor de resíduos sólidos difíceis de reciclar. Além do mais, a obsolescência programada dos produtos das áreas das tecnologias da informação e da comunicação também exerce um impacto não negligenciáveis para o aquecimento global e o desequilíbrio ambiental.

Diante dessa realidade e apesar dos esforços que começam a serem feitos, o fato é que a internet (e todo o conjunto de aparatos necessários para utilizá-la) continua sendo um instrumento criticado e criticável quanto ao seu impacto ambiental. Nesse sentido, o movimento *Alternatiba* se encontra diante de um impasse e de uma contradição inerente, frente aos seus objetivos de transição para uma sociedade com mais equilíbrio, mais sobriedade e menos impacto no meio ambiente. O movimento opera tendo como uma das principais ferramentas de trabalho algo climaticamente incompatível, tal qual é organizado e utilizado nos dias atuais. Podemos dizer que o movimento luta contra as mudanças climáticas com um instrumento que contribui para provocar essas mudanças e desequilíbrios. Acrescentando-se ainda a esse ponto delicado da compatibilidade entre discursos e modo de ação, a questão social e econômica das grandes empresas por trás das tecnologias da informação e da comunicação é outro ponto que entra em choque com o modelo societal que promove o movimento. Apesar dos esforços em termos de utilização de *softwares* livres e alternativos,³³⁰ a utilização massiva dos seguidores do movimento dessas tecnologias alimentam empresas que nem sempre têm compromissos sociais e ambientais e que funcionam em uma lógica econômica capitalista.

De acordo com Mathieu, os membros do movimento estão cientes dessa contradição (ela foi objeto de discussões e debates internos), mas eles optam por um viés pragmático do movimento. Para eles, frente à necessidade de agir e à urgência da questão climática, é preciso ser eficaz com os meios existentes, nos diz Mathieu em sua entrevista. De acordo com este militante, a escolha de assumir essa contradição é apoiada pela ideologia do movimento, que se diz “radical-pragmática”, no sentido que é preciso ter posições radicais sobre o sistema, pois nos encontramos diante de uma ameaça radical, mas ao mesmo tempo, insiste ele, se quer avançar, é preciso ser pragmático e agir. Entre o impacto de carbono da utilização de internet

³³⁰ É importante frisar que o movimento tenta utilizar o máximo possível de *softwares* livres na organização interna do movimento. Eles promovem e sensibilizam os coletivos locais a fazerem, mesmo se não há nenhuma forma de controle.

e os avanços que podem ser feitos através do modo de trabalho e de ação do movimento, opta-se pelo pragmatismo, enfatiza o militante climático.

Apesar das ponderações feitas e apesar de haver um discurso interno sobre a necessidade de utilização sóbria e consciente da internet (e das tecnologias de forma geral), o fato é que o movimento a utiliza de forma intensa e que ela é uma ferramenta estruturante do movimento. Sobre esse aspecto, uma série de questões se coloca: o movimento conseguirá alcançar seus objetivos de mudar o sistema com as ferramentas dele mesmo? A nova geração de militantes climáticos conseguirão se apropriar da internet de forma sóbria e integrá-la no cálculo das suas pegadas ecológicas (preocupação que não foi levada em consideração pelos entrevistados, nem nos discursos e conversas informais que serviram de análise para este estudo)? Eles conseguirão construir um movimento que sensibilize sobre a importância da redução da pressão climática e terão resultados eficazes, que compensarão o impacto climático da utilização energética necessária para as ações?

A questão da contradição do uso de um instrumento poluente, em um movimento climático recente, mais do que um limite é um questionamento em aberto e necessita de mais tempo de observação. São questões que ficam pendentes e dependem de como esse movimento vai se desenvolver e lidar com essa questão, à medida que o movimento toma proporções significativas em termos de luta contra a batalha climática e que começa a ter um reconhecimento enquanto ator em si, no campo dos movimentos ecologistas ou ambientalistas e mais especificamente, no campo da luta contra o aquecimento global (na França e além).

9.4.4 - Positivismo diante de um quadro incerto e imprevisível

A mensagem positiva de que ainda é possível ganhar a batalha climática, priorizado na comunicação do movimento, é alvo de crítica pelos ecologistas adeptos de vertentes mais radicais, como a da “colapsologia”.³³¹ De um lado o movimento Alternatiba opta por uma mensagem de esperança, com o objetivo de mobilizar e atrair um máximo de pessoas para militar, desenvolver alternativas e contribuir para a construção de um modelo social com menos pressão sobre o clima e assim atenuar os efeitos da crise climática. Eles acentuam os

³³¹ Essa corrente de estudos visa alertar para os aspectos irreversíveis das mudanças climáticas e chamar a atenção para a necessidade de se preparar para um mundo em colapso, com menos recursos naturais. Os autores incitam à construção de uma sociedade resiliente e apresentam elementos que indicam uma mudança inevitável de nosso modo de vida, frente às limitações de recursos naturais que a transição climática trará, dentro de poucos anos (alguns falam de máximo em 20 anos). Um dos principais criadores dessa corrente na França é o engenheiro agrônomo e escritor Pablo Servigne, que publicou, em 2015, juntamente com Raphael Stevens, o livro ‘Como tudo pode desabar: pequeno manual de colapsologia para o uso das gerações presente’.

discursos nas possibilidades de construir uma sociedade melhor e na possibilidade de evitar uma agravação da desregulação do clima (mesmo se o movimento não negar o aspecto catastrófico e irreversível das mudanças climáticas). De outro lado, os “colapsólogos” insistem na importância de se comunicar e sensibilizar a população sobre os elementos apresentados pelo IPCC, através dos estudos de milhões de especialistas do clima e das disciplinas afins, que mostram a diminuição inevitável de recursos naturais, a acidificação dos oceanos, a perda da biodiversidade, e extinção acelerada de várias espécies, entre outros aspectos que transformarão, inevitavelmente, o modo de vida em poucas décadas. E essas transformações necessitarão de uma capacidade de adaptação e de resiliência forte, nas diversas partes do mundo.

Há, nesse sentido, uma crítica sobre o discurso um pouco implícito de « salvar o planeta », quando, na verdade, a mensagem mais realista a se passar seria a de salvar a humanidade ou certo modo de vida que os humanos desenvolveram no planeta, ou seja, salvar um certo conforto. De fato, a natureza se autorregula e os humanos não têm capacidade para salvá-la. O que se busca fazer na realidade é tentar amenizar os impactos negativos que os humanos realizaram na natureza, nos últimos dois séculos. A grande questão seria de sensibilizar massivamente para o fato que não se pode continuar pensando uma humanidade onde há a natureza e os humanos separadamente, mas sim a natureza como um conjunto de todas as espécies que coabitam na terra, sendo o humano um deles. Fazer compreender que o humano é um elemento da natureza como os outros. Certamente com algumas habilidades e capacidades inerentes à espécie, que os fazem, diferentes, porém não superiores.

Em outras palavras, o movimento *Alternatiba* insiste na veiculação de uma mensagem positiva e pouco enfática sobre os aspectos ‘catastróficos’ que a questão climática implica. Eles efetuam pouca comunicação sobre os impactos negativos que o aquecimento global pode trazer em curto prazo, sobre as mudanças que já são irreversíveis (de acordo com os relatórios do IPCC). Essa realidade levanta o debate sobre uma adaptação estrutural que a sociedade precisa começar a ter consciência, se for levado a sério os diagnósticos dos experts do clima.

9.4.5 - Elementos diversos: conflitos, perenidade do coletivo, carga de trabalho voluntário

Entre os principais desafios, limite e impasses que pudemos identificar no movimento - para além de questões mais abrangentes e estruturais como as questões de intergeracionalidade, diversidade social, instrumentos de comunicação, etc. -, podemos destacar alguns problemas mais pontuais, de organização interna, que provavelmente se

apresentam nos diversos grupos locais. Entre esses problemas organizacionais destacam-se as dificuldades de gestão de conflitos diante de uma estrutura sem “líder”, sem instâncias hierárquicas para que possam ser tratados os eventuais problemas de conflito interno. Mesmo em se tratando de um coletivo de pessoas que conhecem e aderem às regras do coletivo (respeito, escuta, horizontalidade, autonomia), situações de reprodução do modo de funcionamento “clássico” e hierarquizado de organizações da sociedade civil podem emergir no grupo. De fato, durante a fase de observação participante, pudemos observar que, apesar de uma grande maioria de pessoas que aderem aos princípios inovadores do modo de funcionamento do movimento, há pequenos conflitos de poder, de luta por reconhecimento, de desacordos em tomadas de decisão, que dificultaram a harmonia do grupo e que apresentaram desafios de como gerenciar coletivamente as anomalias de funcionamento interno.

Concretamente, o grupo foi confrontado com uma situação de gestão de recursos humanos coletiva, pois se decidiu acolher um estagiário (remunerado) para ajudar na organização do grande evento em preparação (o *Village des alternatives*). O fato é que, na ausência de um quadro claro e preciso de quem estabelece as tarefas a serem realizadas no cotidiano (pois as coordenações gerais só aconteciam de quinze em quinze dias), alguns conflitos apareceram entre o estagiário e um dos membros do coletivo, que tomou um pouco para si a missão de estabelecer as tarefas do estagiário (mesmo sem o aval explícito do coletivo). A situação foi delicada a ser resolvida e levantou vivos debates internos sobre a governança. Assim, a governança coletiva e transversal, tal qual tenta se operar no coletivo, se mostrou fragilizada e desestabilizada em face de uma postura individual dissonante do resto do grupo. Essa situação mostrou alguns limites desse modo de governança e a ausência de ferramentas que possam ser aplicadas coletivamente, em caso de trabalho não voluntário, gerenciado por um grupo de voluntários. Em face deste contato, podemos formular algumas questões que parecem pairar no seio do coletivo, mas ainda sem resposta: diante de um modelo de governança inovador e da vontade de acolher cada um(a) como ele(a) é, como gerenciar coletivamente comportamentos dissonantes e pessoas não cooperativas? Como gerenciar coletivamente (e voluntariamente) um estagiário ou salariado e mais especificamente em casos de conflitos ou desacordos?

Para além das questões de resolução de eventuais conflitos ligados à gestão humana, em caso de trabalho fora do quadro voluntário, a questão do voluntariado aparece como uma problemática limitante em um movimento com a ambição que apresenta Alternatiba. Para alcançar o objetivo de “formar uma geração de militantes climáticos”, tal qual afirma o

movimento, o funcionamento quase exclusivamente voluntário (nos coletivos locais³³²), pode dificultar a perenidade de certas ações e até mesmo do movimento. De fato, no coletivo local tudo é feito voluntariamente (exceto dois momentos de organização de grandes eventos, onde se buscou subsídios públicos para empregar, temporariamente, uma pessoa a se encarregar de centralizar as informações) e o trabalho voluntário apresenta certamente vantagens em termos de formação humana, pois os militantes aprendem fazendo e assumindo responsabilidades, nessa busca de um novo tipo de militância, mas pode ser um ponto complicado em termos de continuidade de projetos e ações, de forma perene. Os projetos podem ser interrompidos por pessoas que, por razões diversas, podem deixar o coletivo abruptamente (redução do tempo disponível, mudança de cidade).

Da mesma forma, o investimento de tempo e de energia que o movimento exige é um freio para muitos militantes voluntários e pode implicar em um desinvestimento do trabalho voluntário. Os militantes se engajam evidentemente para dar tempo voluntariamente, mas nem sempre têm a disponibilidade requerida para realizar as tarefas necessárias. Os militantes se dão conta de que não se trata de ajudar uma organização a realizar uma ação (como de forma clássica em outras estruturas), mas de fazer parte do processo decisivo e de todas as etapas de construção. De fato, após o grande evento Alternatiba que foi realizado em 2015 (*Village des Alternatives*) - que demandou muito investimento de tempo da parte dos militantes (sobretudo os que participavam ativamente da coordenação geral³³³)-, muitos militantes se dispersaram e/ou deixaram de ser militantes ativos do coletivo. As razões foram diversas (se dedicar a seus próprios projetos associativos, mudança de cidade, envolvimento com outras estruturas associativas, menos disponibilidade), mas revelou-se também certo esgotamento devido à carga de trabalho que foi necessária para realizar o evento.

Assim, apesar de conseguir continuar a mobilizar um número relativamente importante de voluntários, a cada vez que se tem um projeto, evento ou ação importante, o coletivo funciona graças a um pequeno « núcleo duro » de voluntários (em média cinco ou seis pessoas) que centraliza as informações vindas do movimento global e que divulga para o coletivo local. É verdade que o modo de funcionamento do movimento global visa atenuar o trabalho dos grupos locais e auxiliar na realização, pois como muitas campanhas e ações desenvolvidas em âmbito local vêm de proposições do movimento global, há sempre um

³³² O movimento europeu (ou global) funciona atualmente com um certo número de salarizados (em torno de 12 pessoas atualmente) para estruturar e acompanhar de forma constante o movimento. Eles são responsáveis, entre outras funções, pela criação de ferramentas (sempre pensadas coletivamente) que facilitem as ações dos grupos locais: kites metodológicos, instrumentos de comunicação, propostas de organização de campanhas locais, etc.

³³³ Geralmente os correferentes de comissões, em média vinte militantes.

conjunto de materiais pedagógicos para a realização das ações (kits metodológicos e ferramentas de comunicação externa, como carta para os atores políticos e institucionais, mensagens para ser publicada nas redes sociais) e os coletivos locais podem se organizar com mais facilidade. Porém, o trabalho de acompanhamento da ação em termos de divulgação, captação de voluntários, de contato com os políticos locais (quando necessário, para apoio ou autorizações de utilização do espaço público, por exemplo), de criação de redes com outras estruturas cidadãs e associativas locais, entre outros trabalhos e tarefas que só se pode ser feito localmente, exige uma equipe constante e com tempo suficiente para coordenar as ações, campanhas e mobilizações do movimento.

Esse trabalho voluntário e colegial exige um grande investimento de tempo para reuniões e essa exigência se apresenta como um limite para uma continuidade em longo prazo dos militantes no movimento. Muitas pessoas se investem em projetos específicos e uma vez que esses projetos são realizados elas diminuem o tempo de investimento. Esse movimento de renovação constante dos militantes ativos é, ao mesmo tempo, uma força e um limite do movimento: ele contribui para formar novas pessoas no modelo de militância do movimento *Alternatiba*, mas ao mesmo tempo cria certa instabilidade na continuidade do coletivo e pode colocar em risco a realização de ações importantes. Há certa vulnerabilidade da equipe local, pelo fato de depender de pessoas que estão sujeitas a mudar de disponibilidade.

Através da análise dos dados empíricos, percebemos que essa realidade instável contribui para aumentar a carga de trabalho dos membros mais ativos e que decidem investir de forma mais perene (o núcleo duro de mais ou menos seis pessoas, dependendo do momento) e com mais afinco. Esses membros que abraçam a causa do movimento, que se identificam e que se envolvem de corpo e alma com o movimento dizem experimentar sensações contraditórias. De um lado a satisfação de ter a impressão de participar de um movimento inovador, diferente e forte e que além do mais oferece a possibilidade de ser realmente ator/atriz do processo de construção, onde cada um tem seu espaço, em um ambiente de reconhecimento e de acolhimento (que aparecem como motivações para se engajar). De outro lado, a carga de trabalho é tão intensa que os militantes, apesar das motivações e entusiasmo, se encontram em situações onde estimam exercer uma carga de trabalho com proporções que não tinham sido previstas e que ao mesmo tempo a realização do projeto depende desse envolvimento. Em diversas falas, durante a entrevista, os militantes evocaram o termo de “*burn-out* do trabalho associativo” ou “*burn-out* militante”, no sentido que o envolvimento no movimento *Alternatiba* lhes exigiu um envolvimento intenso.

A estrutura organizativa do movimento é feita de tal forma que ou se adora e se investe intensamente, ou se detesta e se afasta imediatamente, diz Margot, militante que se diz ter ao mesmo tempo adorado e detestado seu grande investimento no coletivo, de um lado por ter se sentido útil, ter tido o sentimento de reconhecimento, ter participado de um processo de transição instigante, mas ao mesmo tempo ter se esgotado de tanto investimento, ter experimentado uma certa sensação de “burn-out” do trabalho voluntário. Ao mesmo tempo ela assume que, apesar de já ter militado em diversas associações diferentes, o modo de funcionamento de Alternatiba fez com que ela se investisse e se motivasse como voluntária como ela nunca tinha feito antes. O modo de militância no movimento Alternatiba é de fato uma militância diferente do voluntariado clássico e favorece a motivação, a ponto de muitas pessoas não contarem o tempo que passam (mais depois se esgotam), nos afirma a militante, em sintonia com o que foi relevado por outros militantes do coletivo local.

9.4.6 - Perspectivas do movimento

Diante da disseminação e da estruturação do movimento, tanto no território francês, mas também, de forma menos forte, no território europeu e mesmo além, o movimento *Alternatiba* tem se tornado um ator incontornável na cena de militância climática e ecológica na França. A capacidade de mobilização que o movimento mostrou nesses primeiros cinco anos de existência (e principalmente durante as mobilizações em torno da COP21) o colocou rapidamente em uma posição de legitimidade tanto entre os pares (outros movimentos sociais ecologistas), como para os atores institucionais públicos (organismos públicos locais e nacionais). Apesar de ter sido criado em uma perspectiva de existência efêmera para mobilizar em torno da problemática climática durante a COP21, o movimento tomou forma e se estruturou em algo perene.

Rapidamente, o movimento apresentou características que demonstram que não se trata de um movimento passageiro e os militantes acolheram a perspectiva de se fortalecer para construir um movimento climático ancorado tanto nos territórios locais como em territórios nacionais. Eles têm construído bases sólidas de um modelo de ação coletiva e cooperativa, em articulação com cidadãos e outros organismos da sociedade civil organizada, em torno da militância de transição climática e social. Resta saber se essa dinâmica conseguirá manter seu modo de governança e seu modo de funcionamento diferenciado à medida que se expande e toma proporções internacionais. Manter-se-á a independência política que eles defendem atualmente e a governança vertical. Resta saber como eles

encararão esse salto quantitativo do movimento e como farão para conservar os valores estruturantes do movimento, sobretudo em termos de modo de funcionamento.

Atualmente, o movimento Alternatiba tem mostrado uma forte capacidade em mobilizar cidadãos e federar diversas organizações da sociedade civil que não tinham o hábito de fazer ações conjuntas (mesmo se conhecendo e coabitando em um mesmo território), notadamente através da organização de *Villages des Alternatives*, que consiste em um momento festivo e que coloca em evidência as ações de transição (ou de luta contra o aquecimento global e transformação social) em nível local. Resta saber se o movimento conseguirá mobilizar os atores políticos (locais e nacionais) para realizar ações concretas em escalas mais impactantes que os das iniciativas da sociedade civil e do comportamento individual. Essa parece ser uma das principais expectativas e perspectiva do movimento, que se concretiza através de uma campanha, lançada no início de 2018, denominada “Alternativas Territoriais” (*Alternatives territoriales*) e que visa criar grupos de cidadãos para interpelar o poder público quanto à questão climática e a melhoria da qualidade de vida (*mieux vivre*). O objetivo principal dessa campanha é ser força de proposição de medidas concretas para alcançar os objetivos de atenuação do aquecimento global, em nível local (transporte, alimentação, agricultura, poluição, urbanismo), mostrar para os políticos que é possível e que é necessário agir. A ideia é obter um engajamento de medidas concretas aos políticos locais.

Assim, o desenvolvimento de mobilizações mais políticas demanda ações mais incisivas (por parte dos políticos locais), em termos de transição para uma sociedade climaticamente compatível, é um horizonte do movimento, mas ele parece não estar tendo a mesma capacidade de mobilização de militantes para esse tipo de ação quando comparamos aos eventos mais festivos e centrados na sociedade civil organizada, que são as “vilas de alternativas”. Atualmente, apesar de se recensear em torno de duzentos coletivos locais *Alternatiba* (na Europa e em alguns outros países fora desse perímetro), somente trinta coletivos locais criaram grupos específicos para trabalharem na campanha “Alternativas territoriais” e, portanto, para cobrar do poder público ações concretas e políticas públicas de transição. O objetivo era acoplar essa campanha com a realização de um “tour” de bicicletas coletivas, para que a cada etapa (como explicaremos logo abaixo) houvesse a possibilidade de um engajamento do poder público local em relação às demandas concretas do grupo de trabalho “Alternativas territoriais”. Objetivo que será parcialmente concretizado, pois nem todos os grupos locais criaram grupos de trabalho da campanha em questão.

Por outro lado, há uma forte mobilização da sociedade civil organizada em torno do segundo *Tour Alternatiba*³³⁴ (com bicicletas tripas e quádruplas), que se iniciou no dia 9 de junho de 2018 e que durará quatro meses. Durante esse “tour” uma equipe entre doze e quinze ciclistas militantes (os membros da equipe mudam frequentemente) dão a volta do território francês (tendo algumas etapas em países que fazem fronteira), percorrendo esse perímetro de 5800 quilômetros (divididos em duzentas etapas) em bicicletas com quatro ou três lugares (uma quádrupla e duas triplas), simbolizando os valores da transição social ecológica: o esforço coletivo, a cooperação, a solidariedade, a mobilidade respeitosa do meio ambiente. A cada etapa, a equipe de ciclistas pelo clima será recebido por um coletivo local *Alternatiba*, em torno de um evento festivo, de conferências sobre o aquecimento global e a urgência climática, de apresentação da campanha “Alternativas territoriais”³³⁵, assim como formações de técnicas em ação não-violenta (dados pelos membros da equipe de ciclistas). Organiza-se igualmente uma *vélorution* (revolução de bicicleta), que consiste em uma espécie de grande “passeata”, de bicicleta, pela cidade que acolhe a etapa do “tour”. Concretamente, os militantes locais vão para a entrada da cidade de bicicleta para acolher os ciclistas climáticos e fazem dos últimos quilômetros de pedaladas (até o local fixado para o evento de acolhimento do *tour*) uma *vélorution*.

³³⁴ O primeiro « Tour Alternatiba » foi realizado em 2015, para sensibilizar sobre a questão climática e a importância do que se ia ser discutido e decidido durante a COP21. Nessa segunda edição pretende-se sensibilizar a opinião pública sobre a urgência climática, as ameaças da “vida civilizada na terra” e o impacto que já é real em países ditos do Sul, de acordo com a chamada pública divulgada pelo movimento para apoiar o “tour”. Eles visam mostrar a existência de alternativas locais e que precisam ser conhecidas, apoiadas e desenvolvidas e ao mesmo tempo se opor às “políticas e projetos climaticidas”. Pretende-se ampliar o movimento para mobilizar sobre a falta de políticas concretas em termos de atenuação das consequências do aquecimento global e o não respeito do Acordo de Paris (COP21). Através desse « tour », o movimento pretende disseminar uma mensagem positiva e portadora de esperança ao enfatizarem que: « sim, as alternativas existem, nós podemos viver de outra maneira, nós podemos viver melhor, e nós podemos impedir a agravação da desregulação climática ». Disponível em: <https://alternatiba.eu/2018/06/plus-de-1-000-personnes-a-paris-pour-le-depart-du-tour-alternatiba/>. Acesso em 9 de junho de 2018

³³⁵ Para concretizar demandas ao poder público local, se já havia um grupo de trabalho localmente ou criar um grupo de trabalho para avançar sobre os objetivos da campanha.



Folder do « Tour Alternatiba 2015 ». O ponto de largada foi Bayonne e o ponto de chegada Paris. Foto disponível no site alternatiba.eu

No estágio atual, o movimento mantém uma dinâmica coletiva forte, com projetos em curto, médio e longo prazo que parecem atender a uma expectativa de militantes envolvidos e cada vez mais numerosos³³⁶. Diante do impacto (imprevisto) que o movimento tem apresentado, há nitidamente perspectivas de disseminação do movimento, da parte dos militantes e idealizadores. Nesse contexto, algumas questões emergem, como questões que certamente se inscrevem em registro futuro e que demandam um olhar atento sobre o desenrolar histórico dessa organização (com características distintas do elenco de atores da sociedade civil organizada), mas que nos faz refletir sobre as particularidades desse movimento atualmente e qual será sua capacidade de resistência e de resiliência diante de uma possível mudança de escala: o movimento conseguirá manter seu funcionamento tendo como base o voluntariado ou irá em direção de uma profissionalização, como estruturas associativas clássicas? Que estratégias o movimento utilizará para conservar sua essência (método, rigor, horizontalidade) e sua dinâmica de mobilização social? O movimento será capaz de mobilizar suficientemente para alcançar mudanças estruturais (políticas públicas locais, impacto em

³³⁶ A equipe de animação global passou de cinco ou seis militantes ativos a uma quantidade em torno de sessenta atualmente que se implicam fortemente no movimento, ou seja, os membros que fazem o movimento viver. Entre esses sessenta, há atualmente doze pessoas salarizadas, com contratos curtos (geralmente um ano) e alguns com contratos de tempo parcial (meio tempo).

mudanças de comportamentos individuais)? Serão alcançados os objetivos de criação de um movimento climático de massa e popular, como se pretende desde a criação do movimento? Serão criadas estratégias coerentes de financiamento, para garantir a perenidade das ações e estruturar o movimento?



Cartografia com pontos verdes indicando a existencia de coletivos locais no território nacional e países fronteiriços. Fonte disponível no site alternatiba.eu

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O grande progresso da consciência ecológica é de fazer compreender que essa natureza que nós vemos feita de objeto, dominando e manipulando, essa mesma natureza, se nós manipulamos até o final, ela se destruirá e nossa vida será impossível. Nós somos dependentes dessa natureza que nós dominamos e essa natureza nos domina, ao mesmo tempo que é dependente de nós.

Edgar Morin

(Extraído da Conferência inaugural do congresso mundial para o pensamento complexo, intitulada « Les défis de la pensée complexe à l'ère planétaire »)³³⁷

Com o propósito de apresentar algumas considerações finais sobre o estudo que realizamos nos últimos três anos, nos damos conta que a atualidade do tema só nos permite chegar a algumas conclusões preliminares, mas abre-se um leque de possibilidades de reflexão que merecem ser aprofundadas, ampliadas, examinadas em detalhes, subdivididas em vários aspectos a serem investigadas. De fato, como se trata de um tema de pesquisa novo e em pleno desenvolvimento, ao se tratar de um movimento social emergente e em ebulição, sendo um tema mais do que nunca atual, essas considerações finais terão mais a função de abrir o tema para debate do que concluir definitivamente a pesquisa.

À medida que este estudo se realizava observamos o aumento da preocupação com a questão climática e ecológica no âmbito internacional: a COP 21, em 2015, levantou um debate internacional sobre o aquecimento global e a necessidade de um acordo que esteja à altura dos desafios; em seguida, a saída dos Estados Unidos do Acordo de Paris suscitou uma inquietude global e um debate internacional sobre os objetivos internacionais de redução de emissões de GEE; em paralelo, a agravação e a aceleração de fenômenos naturais (tufões, furacões, terremotos, ondas de calor extremo, acidificação dos oceanos, inundações, incêndios espontâneos de florestas, extinção de espécies) têm confirmado as hipóteses levantadas pelos especialistas do clima e publicadas pelo IPCC, que consiste em alertar sobre a influência antrópica nessas mudanças climáticas. A preocupação com as mudanças climáticas nunca esteve tão presente nas diversas esferas da sociedade e a questão climática vem sendo, pouco

³³⁷ Tradução própria. Disponível em: <<https://www.reseau-canope.fr/congres-mondial-pour-la-pensee-complexe/captations-du-congres.html#bandeauPtf>>. Acesso em : 10 dez 2017.

a pouco, tratada como um bem comum que necessita de esforços coletivos e ajustados internacionalmente.

Na França, uma multiplicidade de eventos e de ações em torno da luta contra o aquecimento climático tem acontecido nos últimos anos e mesmo nos últimos meses, trazendo para cena midiática nacional a questão ecológica e climática de forma incontornável: demissão do ministro da transição ecológica e solidária, Nicolas Hulot (agosto de 2018), sob fundo de desilusão quanto a uma verdadeira vontade do governo de integrar a questão ecológica de forma séria e efetiva. O Ex-ministro denunciou o poder e a influência dos *lobbys* nas decisões governamentais, sendo assim a questão econômica prioritária frente aos desafios ecológicos. A demissão de Nicolas Hulot suscitou um grande debate nacional sobre a questão ecológica e provocou reações tanto políticas como cidadãs e da sociedade civil organizada. Ela provocou um levante popular cuja reivindicação é fazer pressão ao governo para que a questão climática e ecológica seja realmente uma prioridade em sua gestão e que ela seja tratada com a importância e urgência que lhe é cabível.

Essas reivindicações se traduziram - duas semanas após a demissão de Hulot - em uma série de ações da sociedade civil em torno do clima cuja principal ação foi a realização de “marchas para o clima”³³⁸ (dia 8 de setembro de 2018), que mobilizou em torno de cento e trinta mil pessoas nas ruas da França (de acordo com as organizações da sociedade civil implicadas, sendo cinquenta mil somente em Paris). Com o evento da demissão de Hulot, a “marcha pelo clima” francesa, que faz parte de um movimento internacional organizado pela associação 350.org (e que se associou a um evento *facebook* espontâneo³³⁹), teve um sucesso inesperado e configurou a maior mobilização climática na França (de acordo com as associações ambientalistas). De forma inesperada (para as organizações ecologistas), essa marcha levou às ruas um grande número de cidadãos que não tem nenhum envolvimento com a militância ecológica, que também não tem o hábito de participar de manifestações públicas. Ou seja, a questão ecológica e climática começa a ultrapassar o círculo de iniciados e de militantes.

³³⁸ Contexto e balanço da marcha explicado no jornal *Reporterre.net*, publicado dia 10 de setembro de 2018. Disponível em: <<https://reporterre.net/De-la-demission-de-Hulot-a-la-marche-pour-le-climat-l-histoire-d-un-elan>>. Acesso em: 15 de setembro de 2018.

³³⁹ Em reação à demissão de Nicolas Hulot e seus argumentos sobre a inércia política relativa à questão climática, um cidadão desconhecido lançou um evento *facebook* intitulado « marcha para o clima » onde faz um apelo aos cidadãos para se mobilizar dia 2 de setembro em Paris. Essa chamada viralizou, tomou proporções nacionais, tendo marchas espontâneas organizadas em inúmeras cidades francesas. As associações ambientalistas (que já haviam previsto um evento uma semana depois, dia 8 de setembro), negociaram com o iniciador do evento *facebook* para adiar para dia 8 de setembro.

Para além da demissão do ministro da “transição ecológica e solidária”, diversos eventos em torno das questões climáticas e ecológicas têm preocupado os franceses e trazido para o centro do debate, nas mídias clássicas e mídias sociais, o aquecimento global e suas consequências, a degradação do meio ambiente e da biodiversidade, a poluição do ar e dos solos. Os efeitos do aquecimento global vêm atingindo a França através de ondas de calor cada ano mais fortes e a população tem se levantado para exigir políticas públicas de redução de GEE. A sensibilização quanto aos perigos dos pesticidas aumentam (comprovado pelo grande aumento de alimentos orgânicos e aumento de supermercados especializados em orgânicos e locais, aumento do consumo de produtos locais); uma conscientização crescente quanto ao consumo de carnes (comprovado pela redução da venda de carnes³⁴⁰, aumento de adeptos do veganismo, do vegetarianismo e do flexitarianismo³⁴¹); enfim, percebemos uma preocupação e uma sensibilização crescente com a questão climática na França.

O sucesso do filme *Demain*³⁴² (Amanhã), de Cyril Dion e Mélanie Laurent - que diante da constatação catastrófica apresentada pelos especialistas das ciências do clima e da terra, decidem mostrar as iniciativas já existentes para construir coletivamente soluções sustentáveis para o mundo de amanhã – mostra o aumento da sensibilização sobre as questões ecológicas e climáticas. Para realizar o documentário, os realizadores viajaram a dez países e repertoriaram experiências, iniciativas e ações da sociedade civil para enfrentar os desafios das crises ecológicas sociais e econômicas, frente à problemática do aquecimento global e da escassez dos recursos naturais.

Mesmo que timidamente, as respostas políticas (às demandas sociais de tomada de consciência da questão ecológica e climática) começam a aparecer na França. As preocupações ecológicas e climáticas começam a serem traduzidas de forma objetiva em leis e políticas públicas específicas. A criação da Lei n° 2015-992, de 17 de agosto de 2015 relativa à “transição energética para o crescimento verde”³⁴³, onde se estabelece desde sua definição “definir os objetivos comuns para permitir a transição energética, reforçar a

³⁴⁰ Cf. Capítulo 2, nota 40.

³⁴¹ Cf. nota 226.

³⁴² O Filme *Demain* foi lançado em 2015 e obteve um grande sucesso (em se tratando de um filme ecologista) nos países francófonos (mais de 1 milhão de entradas de cinema somente na França). Em 2016 ele obteve o prêmio Cesar de melhor filme documentário. Como desdobramento do filme, uma série de ações e mobilizações em torno da questão ecológica e climática emergiram na França e em diversos países francófonos (principalmente Suíça, Canadá e Bélgica). Muitas dessas iniciativas inspiradas no filme (intituladas « près demain »/depois de amanhã) estão repertoriadas no site oficial do filme. Disponível em: <<https://www.demain-lefilm.com/le-film>>. Acesso em 15 set 2018.

³⁴³ Íntegra da lei disponível em: <<https://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=JORFTEXT000031044385&categorieLien=id>>. Acesso em : 20 out 2018.

independência energética e a competitividade da França, preservar a saúde humana e ambiental e lutar contra a mudança climática”, mostra o início de uma abertura e tomada de consciência sobre a necessidade de transição societal - mesmo que as práticas ainda não se traduzem concretamente em ações fortes para se alcançar os objetivos instaurados na Lei. Como outro sinal forte de início de uma tomada de consciência, podemos evocar a mudança de nome do tradicional “Ministério da ecologia”, para uma terminologia forte e simbólica: “Ministério da transição ecológica e da solidariedade”. Evidentemente a nomenclatura desse ministério não representa um consenso no seio do governo, mas é a posição do ex-ministro (Nicolas Hulot) que é um forte militante ecologista e que é sensível às reivindicações dos movimentos de transição emergentes.

De fato, essa preocupação e sensibilização se enquadra dentro de um contexto de uma presença midiática forte sobre os resultados científicos sobre o clima divulgados pelo IPCC e pela adesão à ideia (defendida por uma grande parte da comunidade científica) que esse aquecimento é bastante influenciado pelo modo de vida dos homens. De acordo com os dados divulgados pelos especialistas do clima, o aquecimento global representa atualmente um aumento de +1°C em relação ao período pré-industrial. Esse aumento de um grau, para esses especialistas, tem sido responsável por uma importante aceleração e uma forte intensidade nas catástrofes naturais, na extinção de espécies, no desequilíbrio dos ecossistemas, na desregulação da vida marinha, entre outros fatores físicos e naturais. Esses desequilíbrios e transformações globais, como vimos ao longo desta tese, têm ultrapassado o debate do campo técnico-científico de questões ecológicas e tomou proporções ambientais mais amplas, incluindo a vida social (em todas as suas esferas) no debate sobre as transformações climáticas e ecológicas.

Assim, como vimos através da narrativa deste estudo, o modo de vida pós-industrial que se estabeleceu nos últimos 250 anos nos países ditos desenvolvidos - e que se tornou o modelo desejado pelos países ditos pobres ou pelos designados “em desenvolvimento” (ou emergentes) - é apontado como um dos grandes responsáveis pelas emissões de gases de efeito estufa, que é, em grande parte, a causa das transformações climáticas e do desequilíbrio ecológico que vivemos atualmente, comumente considerada pelos especialistas como uma “crise climática” ou “crise ecológica” sem precedentes que tem ameaçado a vida humana em diversas partes do planeta dentro de algumas gerações (zonas que desaparecerão por inundações, outras que serão inabitáveis por causa do calor, terras que se tornarão improdutivas, zonas que serão devastadas por catástrofes naturais).

Se as informações divulgadas pelo IPCC forem realmente exatas³⁴⁴, o mundo está se dirigindo inexoravelmente para um aquecimento de +3C° à +5C° em torno de 2100. Se a elevação atual constatada de +1C° já está sendo responsável pelas transformações naturais que estamos vivendo e todas as crises sociais que estão associadas (migrações, conflitos territoriais por escassez de recursos naturais) a perspectiva do futuro (com aquecimento global ainda maior) parece bastante comprometida, sobretudo em termos de equilíbrio social ou de bem estar social diante de um planeta instável e com recursos naturais ainda mais raros. Isso quer dizer que, se os prognósticos são credíveis, as gerações atuais (nós mesmos, nossos filhos ou netos) viveremos em um planeta com condições de vida precárias e hostis.

Assim, o mundo está enfrentando uma grave crise ambiental, que foi causada provavelmente – de acordo com os especialistas do IPCC – pelo próprio homem e que depende (parcialmente) do homem para regulá-la ou atenuá-la. Dessa forma, a hipótese da influência da atividade humana no aquecimento global e na desregulação dos ecossistemas (modo de produção e de consumo, modo de vida) tem sido cada vez mais aceito pela comunidade científica e pela população em geral, tornando a problemática ecológica uma questão social, política e econômica central no debate societal atual.

Um dos pontos fulcrais que obtivemos como resultados desta pesquisa é que por trás do debate sobre a transição se encontra uma crítica da sociedade de desenvolvimento, do modo de vida que se instaurou como hegemônico nos últimos dois séculos, que resultou em uma desregulação ecológica sem precedentes na história natural do planeta. Essa realidade de crise ecológica - de origem antrópica, que levou os cientistas a formular e explorar a hipótese de entrada na era do antropoceno³⁴⁵ - engendrou uma série de outras crises (societal, econômica, cultural e mesmo civilizacional) na qual estamos inseridos atualmente e favoreceu a emergência de um ambiente propício de questionamento do modo de vida e de desenvolvimento hegemônico e suas estratégias (e promessas) de melhorias da qualidade de vida dos indivíduos. Esse modelo baseado no hiperconsumismo e na valorização de bens materiais – sem levar em conta a finitude dos recursos naturais e a degradação do meio ambiente - se mostrou ineficaz na garantia de uma qualidade de vida humana universal, e ainda teve como efeitos colaterais a destruição da natureza, além de ter contribuído para construir um modo de vida cada vez mais distante, instrumentalista e indiferente para com a natureza.

³⁴⁴ É importante salientar que há um grande consenso da parte da comunidade científica internacional sobre os dados e prognósticos dessa organização.

³⁴⁵ Sobre o conceito de antropoceno ver capítulo 3.

Vimos através dos dados levantados que esta realidade que vem sendo explicitada e debatida desde a década de 1970 (através de estudos, pesquisas e publicações diversas sobre os limites dos recursos naturais e a degradação progressiva da natureza), culminou, em um primeiro momento (na década de 1980), em certo consenso sobre a necessidade de um desenvolvimento sustentável. Como desdobramento desse debate e partindo da constatação que os objetivos do desenvolvimento sustentável e as ações realizadas não foram capazes de evitar a degradação da natureza, nem atenuar as desigualdades econômicas e sociais nos países ditos do Sul (e mesmo no interior dos países do Norte), tampouco garantir que as “gerações futuras” possam usufruir da natureza para satisfazer suas necessidades (como enfatizava a definição do desenvolvimento sustentável no relatório *Brundtland*), novas perspectivas de transformação social e econômica têm sido levantadas, debatidas e difundidas em várias partes do mundo com o objetivo de lutar contra a agravação da crise climática e construir novos modos de vida mais compatíveis com a preservação e com o respeito da natureza.

Os movimentos de transição societal aparecem então nesse contexto de busca por transformações substanciais na relação dos indivíduos com a natureza e nas relações humanas em geral. Eles buscam alertar para a evidência que o ser humano é um elemento da natureza, como qualquer outro, e que ele depende dela para viver. Que é necessário construir um modo de vida que se religue com sua essência e seu caráter indissociável da natureza. Defende-se assim uma relação harmônica e respeitosa da natureza e dos homens, uma produção baseada nos limites da natureza, uma utilização de recursos naturais controladas em função da disponibilidade e da capacidade de renovação e não em função da busca por acumulação e crescimento econômico exponencial. Concretamente, trata-se de um movimento que tem como foco de luta a necessidade de uma transição societal, em busca de novos modos de vida, frente aos desafios climáticos e às transformações ecológicas que têm causado desequilíbrios ao meio ambiente e que apresentam riscos ainda mais graves **ao** equilíbrio do planeta, em médio prazo, e em longo prazo para a própria vida humana na terra.

Diante desse contexto, a transição social e ecológica se apresenta como uma perspectiva política que visa reorganizar a vida em sociedade, buscando aprender com os erros cometidos nos últimos séculos. O objetivo é alcançar certo reequilíbrio e harmonia entre sociedade e natureza através de uma busca de tomada de consciência sobre os impactos do modo de vida que levou a tal realidade socioecológica, assim como a implementação de ações políticas (sociais, econômicas) fortes e coerentes para a luta contra o desequilíbrio ecológico e o bem estar social. Há igualmente uma busca para garantir justiça social e climática entre

países desenvolvidos e não desenvolvidos. Reconhece-se que há injustiças climáticas mesmo dentro dos países desenvolvidos, no sentido que são as populações mais vulneráveis que sofrem com os impactos do aquecimento global, seja nos países do Norte ou do Sul.

No que se trata das sociedades do Norte, preconiza-se uma reorganização do modo de vida para adaptar-se à realidade climática e ecológica, realizando atos concretos na perspectiva de uma regulação climática e ao mesmo tempo favorecer os laços sociais e a solidariedade (relocalização da economia, produção agrícola local e orgânica, redução do consumo). No que diz respeito às sociedades do Sul - nas regiões onde a precariedade social se impõe – importa criar uma dinâmica social, política e econômica que permita incentivar e cooperar para favorecer condições de melhorias e elevação do nível de vida e de bem estar social, através da criação e a difusão de tecnologias e inovações com baixo impacto de carbono e de degradação dos ecossistemas.

Em suma, a narrativa que está sendo construída pelos movimentos de transição societal está ancorada na convicção que as transformações climáticas são de origem antrópica, que se chegou a um ponto de degradação preocupante do ambiente natural do qual a humanidade depende para viver. Essa convicção traz um retrato do ser humano ao mesmo tempo trágica e portadora de esperança. De um lado ela é trágica por que mostra uma humanidade “antropocena”, ou seja, voltada para si mesma e egoísta, que foi capaz (e continua sendo) de destruir seu próprio ambiente natural em nome da cobiça e da estupidez. Por outro lado, ela representa uma esperança, pois se o homem foi capaz de desregular ele pode ser capaz de agir para reequilibrar o planeta e para que ele continue sendo um lugar viável para os seres humanos.

Essa narrativa tem tomado proporções planetárias e diversas entidades, organizações e a sociedade civil (organizada ou não) tem se apropriado dessa leitura do mundo atual para agir e reagir. De forma recorrente, o discurso que se propaga é que as gerações atuais têm a missão de “salvar o planeta”, pois é disso que se trata quando se fala em conter o aquecimento global. Porém, o que está implícito por trás desse discurso é inegavelmente a esperança de salvar a vida humana na terra, pois é esse o maior risco se o aquecimento global continuar a se acentuar. É preciso reconhecer que o planeta não precisa do ser humano para continuar a existir, são os seres humanos que precisam de certo equilíbrio planetário para poder continuar a existir. Muitas espécies podem ser extintas (como muitas já foram e continuam sendo) e o planeta sempre encontrará seu equilíbrio para continuar vivo. Já os seres humanos, dificilmente resistirão a um aumento significativo do aquecimento do planeta e todos os desequilíbrios que isto representa. O que percebemos com a centralidade do debate sobre a

proteção do meio ambiente nos dias atuais é que ela se tornou algo realmente importante e alvo de mobilizações internacionais (mesmo que ainda de forma incipiente e com poucas ações realmente impactantes) pelo fato de o homem estar começando a se dar conta da sua incapacidade de dominar completamente a natureza (mesmo se há muitas pessoas que acreditam que a tecnologia irá resolver a crise climática e ecológica) e passou a se sentir ameaçado pelas mudanças climáticas e pela degradação da natureza.

Para além das dimensões sociais, políticas e econômicas, a questão climática e ambiental tem sido até mesmo uma preocupação da esfera religiosa. Pela primeira vez na história da igreja católica, um papa publica uma carta encíclica centrada na preocupação com o meio ambiente e o clima, fazendo um apelo explícito - destinado a todos os seres humanos - para uma mudança de estilo de vida, em prol da preservação do meio ambiente. Intitulada “*Laudato si* (louvado sejas): sobre a preservação da casa comum” (PAPE FRANÇOIS³⁴⁶, 2015), a carta encíclica se baseia nos dados científicos e nos diagnósticos principalmente divulgados pelo IPCC, para denunciar a degradação do meio ambiente causada pelos humanos desde o advento da industrialização (além de evocar causas espirituais e existenciais de cunho religioso, evidentemente).

A carta acata a hipótese do antropoceno, reconhece a urgência da luta pela proteção do meio ambiente e ressalta que “o clima é um bem comum, de todos e para todos” (2015, p. 9). Nesse sentido, ela denuncia explicitamente o modelo econômico vigente baseado no consumismo e na busca desenfreada por crescimento econômico³⁴⁷, assim como a “cultura do descarte”, que para além da problemática da produção exagerada de resíduos que se acumulam e não podem ser absorvidos pela natureza, os próprios homens são vítimas desse sistema de descarte, no sentido de que uma grande quantidade de indivíduos vive à margem do sistema econômico e são vítimas de uma lógica de desigualdade social. Ele sublinha igualmente o caráter nefasto da cultura de exploração desordenada dos recursos naturais.

Em sua encíclica, o papa enfatiza que as crises sociais e ambientais estão ligadas e que as maiores vítimas da desordem planetária (ecológica e social) são os pobres (tanto indivíduos como países), sendo o “grito da terra, o grito dos pobres”, como sublinha o papa. Este aforismo foi colocado em evidência por Leonardo Boff (2015) desde o título de sua análise sobre a encíclica papal *Laudato si*. A carta sublinha que o clima é um bem comum e o sumo

³⁴⁶ Na França, o papa é chamado de François e não de Francisco. Tradicionalmente os franceses traduzem os nomes dos papas para a língua francesa.

³⁴⁷ Declaração um tanto quanto contraditória e tardia, diga-se de passagem, tendo em vista as estreitas relações que sempre foram tênues entre a igreja católica e as instituições capitalistas (desde o apoio às cruzadas que tinham como objetivo catequizar, mas também dominar e impor um modo de vida único e eurocêntrico, em nome da ideia de « progresso » que historicamente a igreja católica sempre abençoou).

pontífice faz um apelo a todos os cidadãos e cidadãs³⁴⁸ para cuidar da ‘casa comum’. Ele aborda a noção de ‘ecologia integral’, que com o objetivo de ir além da noção de ecologia ambiental, significa, para ele, a necessidade de buscar “soluções integrais que levem em consideração as interações dos sistemas naturais entre eles e com os sistemas sociais³⁴⁹” (PAPE FRANÇOIS, 2015, p. 40). O papa faz um apelo para a desfragmentação da sociedade e para mudar o modo de funcionamento vigente para construir uma sociedade mais integrada em todas as suas esferas, quer seja agregando os aspectos ecológicos e sociais, mas também os aspectos da vida cotidiana, econômicos, políticos.

Para Boff (2015), a tonalidade da carta do papa apresenta características e influências de debates dos movimentos sociais ambientalistas (e mesmo do meio confessional) da América Latina, onde se coloca em destaque a indissociabilidade das abordagens ecológicas e sociais. Sobre este aspecto, podemos dizer que essa perspectiva de análise é não somente próxima do que se pensa e se escreve nos movimentos sociais latinoamericanos, mas de forma mais ampla, ele entra em ressonância com as bandeiras e lutas dos movimentos altermundialistas ecologistas e por consequência com os movimentos de transição social e ecológica. De acordo com o teólogo e ecólogo Leonardo Boff (2015):

O texto e o tom da encíclica são típicos do Papa Francisco e da cultura ecológica que acumulou. Mas me dou conta de que também muitas expressões e modos de falar remetem ao que vem sendo pensado e escrito principalmente na América Latina. Os temas da “casa comum”, da “mãe Terra”, do “grito da Terra e do grito dos pobres”, do “cuidado”, da “interdependência entre todos os seres”, “do valor intrínseco de cada ser”, dos “pobres e vulneráveis” da “mudança de paradigma” do “ser humano como Terra” que sente, pensa, ama e venera, da “ecologia integral” entre outros, são recorrentes entre nós.

Assim, a preocupação com o meio ambiente e o reconhecimento dos riscos sociais e ecológicos que a humanidade enfrenta atualmente passa a ser um desafio comum, uma busca de um modelo de sociedade realmente sustentável. Essa preocupação (pelo menos em teoria) tem sido compartilhada de forma bastante abrangente pelas diferentes esferas sociais (política, religiosa, científica, sociedade civil). No que diz respeito às ações concretas de mudanças necessárias que correspondem a essa tomada de consciência, a realidade é menos consensual.

Certamente, o panorama apresentado neste estudo nos faz questionar para onde vamos, em que realidade planetária viverão as crianças que estamos vendo nascer e mesmo qual será a realidade ambiental e social dentro de 30 ou 40 anos (prazo que o IPCC diz que já haverá

³⁴⁸ Característica inabitual pois as cartas encíclicas são geralmente dirigidas aos membros da igreja católica e não a todos os indivíduos, independente de suas crenças.

³⁴⁹ Tradução própria da versão francesa da carta encíclica.

consequências ecológicas catastróficas dado o fato que será ultrapassada a barra de +2C°), quando as gerações atuais estiverem idosas³⁵⁰. Os cenários projetados a partir dos dados do IPCC (ou apresentados pelo próprio IPCC) são catastróficos e/ou apocalípticos. Essa realidade tem suscitado reações sociais importantes, mas ainda há uma grande parte de inércia frente ao risco que essas mudanças representam.

A visão sobre a crise ecológica e climática da maioria das entidades e organizações (que reivindicam a ideia de transição ou não) reconhece o lado urgente e catastrófico da questão, porém a maioria se apegua à esperança que ainda é possível reverter a situação e manter um boa parte do planeta habitável e em boas condições (para os humanos). Essa esperança vem de um lado da possibilidade de mudanças do modo de vida (como é o caso da posição da carta encíclica do papa, organizações internacionais como a ONU ou mesmo do movimento Alternatiba e diversos outros movimentos da sociedade civil) ou de mudanças trazidas pela tecnologia (como é o caso dos adeptos da “geoengenharia” e de todos seus projetos de manipulação do clima e da natureza em geral, visando controlar as mudanças climáticas). O problema dessa visão de esperança é que ela se depara com uma variável dificilmente determinável com precisão: o tempo. De fato, não se sabe exatamente quanto tempo ainda temos para se tomar decisões drásticas de redução de gases de efeito estufa em escala global.

Diante da realidade climática atual, o tempo não é um elemento que se associa às lutas contra o aquecimento global e a desregulação dos ecossistemas, ele é na verdade um freio e um fator que pode causar pavor e angústia. Como pode se determinar o tempo necessário para a transição do modo de vida das sociedades atuais? Como garantir que a transição social e ecológica tome proporções realmente globais (principalmente nos países desenvolvidos e os ditos emergentes)? Quanto tempo se precisa para operar uma transição que tenha impacto ecológico tangível? Frente à urgência climática e o desmoronamento visível do meio ambiente como estabelecer estratégias fortes, globais e imediatas para combater o aquecimento global? Como evitar um cenário catastrófico dentro de vinte ou trinta anos (é o prazo que os movimentos de transição societal estipulam, baseados nos dados do IPCC) quando os dados científicos indicam que é nesta década que é necessário agir e que ao mesmo tempo, em escala global, não se vê evidências de políticas e ações de transição em grande escala (ao contrário, as energias fósseis continuam sendo extraídas em zonas ainda mais

³⁵⁰ Quarenta anos é o tempo que o IPCC estima para se observar os efeitos de gases emitidos na atmosfera. Sendo assim, mesmo que grandes esforços sejam feitos na década atual haverá consequências dos gases emitidos atualmente.

profundas e com impactos e riscos ecológicos ainda mais problemáticos, como é o caso dos projetos de petróleo Offshore no Brasil)? Chegaremos ao ponto de sermos coagidos a mudar o modo de vida (através de uma forma de decrescimento involuntário) ou conseguiremos tomar consciência a tempo dos desafios ecológicos e sociais e aderirmos voluntariamente a um modo de vida mais sóbrio e menos impactante para a natureza e mais justo socialmente?

Esse diagnóstico societal e ambiental apresentado pelos movimentos de transição encontram certo consenso entre as diferentes correntes do movimento e se inscrevem em um campo de lutas comuns, favorecendo o estabelecimento de alianças, de cooperação, de emulação. No entanto, isso não significa uma perfeita harmonia e hegemonia na forma de perceber o processo de transição, tampouco de estratégias e perspectivas políticas hegemônicas. Os debates, conflitos e lutas estão presentes tanto nos diferentes movimentos de transição, mas também no interior do movimento *Alternatiba*, onde podemos identificar posições divergentes quanto às estratégias de luta. Essas lutas internas se tornaram evidentes através das divergências internas quando se criou um grupo de “ação não-violenta” como estratégia de luta por justiça climática (Cf. Capítulo 8). Em um primeiro momento, o grupo de ação não-violenta – criado pelos membros de Alternatiba e dentro da perspectiva de ações do movimento - se constituiu como um grupo distinto, pois muitos membros não se identificavam com ações diretas, mas com ações festivas, populares e centradas na promoção de iniciativas existentes (perspectiva das “vilas de alternativas”). Em um segundo momento, mais de um ano depois da criação da seção de ação não-violenta (que se tornou um movimento à parte, por um momento) e depois de muito debate (e de conflitos internos sobre a questão), o grupo de ação não-violenta fusionou oficialmente com o grupo *Alternatiba* “tradicional”, quer dizer, de ações sem confrontação direta. A fusão do movimento Alternatiba com o grupo de ações não-violentas causou vivos debates e ocasionou a saída de pessoas do movimento, de acordo com um dos membros entrevistados, que participa das reuniões nacionais.

No que concerne ao movimento da transição de forma mais abrangente, há divergências e lutas explícitas que mostram a não homogeneidade do movimento da transição. A vertente mais radical dos defensores da ideia de transição social e ecológica, a “colapsologia”³⁵¹ (SERVIGNE; STEVENS, 2015), considera que a visão positiva, otimista e esperançosa da maioria dos movimentos de transição societal não seria uma posição honesta para a população, pois ela negaria as evidências de um mundo já em colapso, um modelo

³⁵¹Que se apresenta como a ciência que estuda o desmoronamento (já em curso) da nossa civilização.

civilizacional que, objetivamente, não pode ser mais mantido. Para os colapsólogos, de acordo com diversos cenários de modelização do clima (sendo o primeiro e principal as preconizações e modelizações feitas pelos cientistas do Clube de Roma e outras na mesma linha de análise³⁵²), já é tarde demais para conter os efeitos do aquecimento global e o que se deve fazer é aceitar a realidade e se preparar para a sociedade pós-carbono que se aproxima inelutavelmente. Eles preferem alertar para a necessidade de se construir uma sociedade mais resiliente (através de ações como realocização da agricultura, da economia, investir em permacultura, repensar a mobilidade), desde já, para se preparar para as décadas que estão por vir. Para eles a questão central é como se adaptar à nova realidade climática, ecológica e social e não somente se concentrar na busca de soluções para atenuar os efeitos ou até para “vencer a batalha climática”, como profere o movimento *Alternatiba*, por exemplo.

De fato, o movimento *Alternatiba* está longe de ser uma dinâmica cidadã homogênea e se inscreve nas duas perspectivas da questão climática que elencamos mais acima: na trágica e na da esperança. Ele parte da constatação trágica do impacto da atividade humana na degradação da natureza, mas investe na perspectiva da esperança que ainda pode se ganhar (pelo menos parcialmente) a batalha climática e que é possível construir um mundo com seres humanos mais responsáveis e *bienveillants* com a natureza e entre si. A perspectiva positiva de *Alternatiba* é, de certa forma, uma estratégia para mobilizar e motivar a população a agir em busca de uma sociedade pós-carbono e não paralisá-las diante do medo e do terror do que pode estar por vir. Certamente, dentro do movimento há uma parte de pessoas que compartilham a visão da colapsologia, mas que optam por uma metodologia de ações mais positiva e portadora de esperança para atrair um grande número de adeptos, pois se acredita que diante de uma visão muito catastrófica não haverá adesão popular e a situação vai se degradar ainda mais.

Na visão do movimento *Alternatiba*, mesmo que a aceitação de certo colapso ambiental e social esteja em um horizonte perceptível, é a multiplicação das ações de transição que

³⁵² Em agosto de 2018 um grupo de cientistas publicou (na revista *Proceedings of the National Academy of Science*) resultados de estudos contendo modelos hipotéticos sobre a aceleração do aquecimento global onde eles defendem que mesmo que o objetivo do acordo de Paris (manter o aquecimento na barra de +2C°) for alcançado, uma série de fenômenos naturais, reforçados pelos efeitos antrópicos, serão inevitáveis e causarão danos irreversíveis. Para os pesquisadores, o aquecimento de +2C° levará a um efeito de «retroação» do planeta que provocará fenômenos naturais que levarão a um aquecimento de 4 à 5C°. esses fenômenos são: a saturação de CO2 dos oceanos e das florestas (enquanto importantes poços de estocagem de carbono), o derretimento de grandes blocos de terras geladas (na Rússia, na Europa e no Canadá) que atualmente contêm uma quantidade gigantesca de gases de efeito estufa estocada e que ao derreter vai emitir na terra. O que acelerará ainda mais o aquecimento global, pois a quantidade de gases que se estima atualmente nessas áreas de gelo é duas vezes mais carbono do que há na atmosfera atualmente. Mais detalhes sobre a publicação no site da revista francesa *Usbek & Rica*. Disponível em: <<https://usbeketrica.com/article/un-emballement-du-climat-serait-possible-des-2degc-de-rechauffement>>. Acesso em: 21 ago 2018.

permitirão a resiliência necessária para se adaptar à nova realidade socioecológica que as transformações climáticas trarão. Nesse sentido, o movimento aposta na massificação da tomada de consciência dos riscos ambientais e ao mesmo tempo na ampliação de ações cidadãs, organizacionais, políticas e individuais para pesar nas emissões de GEE e atenuar os efeitos do aquecimento global. Ele intenciona igualmente participar da construção de uma cultura e de um modo de vida compatível com a realidade ambiental que se apresenta como evidente em um futuro próximo.

Desse ponto de vista, as perspectivas da colapsologia e dos movimentos de transição mais otimistas e portadores de esperança são complementares, no sentido que de um lado é importante não negligenciar as possibilidades de um colapso socioambiental onde se terá que encontrar novos modos de vida mais ou menos radicalmente diferentes (questão de lucidez, para os adeptos da colapsologia); e, por outro lado, conscientizar sobre as possibilidades de agir, enquanto há tempo, para participar de uma escolha consciente do modo de vida que se quer para amanhã e não somente esperar que essas mudanças sejam impostas - o que será certamente mais doloroso. Os movimentos de transição promovem, nesse sentido, uma participação consciente, cidadã e ativa do processo de transformação do paradigma social que está sendo operado no momento atual.

É importante salientar que a análise que trouxemos neste estudo - focalizado principalmente em uma experiência de transição - não representa a realidade e a diversidade dos demais movimentos da Transição que têm se desenhado na cena da sociedade civil organizada na França, na Europa e além dessas fronteiras. Da mesma forma, o trabalho aqui apresentado não aprofundou aspectos como: a heterogeneidade dos membros do movimento *Alternatiba* (militantes individuais ou organizações envolvidas), seus conflitos internos, as relações de força com outros movimentos similares (parceiros ou não). Nessa perspectiva, um vasto campo de pesquisa se abre não somente sob o prisma do movimento *Alternatiba*, mas de forma mais abrangente o movimento da Transição Socioecológica.

Inclusive, para entender esse novo terreno de ações sociais em torno da questão das mudanças climáticas, parece interessante entender as relações e dinâmicas entre as diferentes organizações não governamentais que se reivindicam como “Coletivo por uma Transição Cidadã”³⁵³ (no qual o número de estruturas tem crescido fortemente desde 2015). Elas merecem um estudo sociológico à parte, com o intuito de perceber os conflitos, as pautas

³⁵³ O Coletivo agrega atualmente mais de 120 organizações não governamentais, com a denominação *Réseau des Possibles* (Rede dos possíveis). Ver anexo II. Disponível em: <<http://www.transitioncitoyenne.org>>. Consultado em 20 de outubro de 2018.

divergentes e não consensuais, enfim o campo de lutas de reconhecimento, de poder, de legitimidade e de representatividade dentro de um jovem movimento que reagrupa associações, coletivos, cidadãos e estruturas sociais recentes e outras já bem ancoradas no campo dos movimentos sociais (como é o caso do Greenpeace, Amis de la Terre, WWF, etc).

Sob o prisma da problemática da transição ecológica e societal, uma série de outros aspectos apenas abordados rapidamente neste trabalho podem ser ampliados, esmiuçados e sujeitos de novas pesquisas e investigações que ajudarão a compreender esse novo conjunto de problemas sociais tendo como origem a questão ecológica e climática (que emergiu com o debate social e científico sobre as mudanças climáticas), de forma mais ampla e abrangente, no intuito de contribuir para uma sociologia das emergências inseridas em um contexto de novas epistemologias e que colocam em questão o modo de vida e o sistema socioeconômico hegemônico.

Alguns temas podem ser relevados para futuros estudos na perspectiva da transição socioecológica: a perspectiva de Ulrich Beck sobre a sociedade do risco pode trazer um enfoque de estudo interessante; aprofundar a análise sobre as relações de gênero e o papel das mulheres na construção da transição; a emergência de novos movimentos climáticos e sociais e suas características (para se ter uma base de dados ampla sobre os diferentes tipos de movimentos sociais ligados ao clima e à transição, ou não); uma investigação mais minuciosa sobre as reivindicações de justiça climática e social; a compreensão da emergência de uma geração de militantes climáticos (“geração clima”, como enfatiza o movimento *Alternatiba*); a internacionalização do movimento da transição e como ela vem se desenvolvendo nos diferentes contextos nacionais e continentais³⁵⁴; etc.

³⁵⁴ Recentemente, em junho de 2017, foi criado um Coletivo para uma Transição Social Mundial (Collectif Transition Sociale Mondiale/CTSM), no Quebec/Canadá, associado ao Fórum Social Mundial e com um recorte ecológico e climático central, se aproximando visivelmente dos movimentos de transição socioecológica. Disponível em: <<https://fsm2016.org/compte-rendu-de-lassemblee-de-fondation-du-collectif-pour-une-transition-sociale-mondiale/>>. Acesso em 20 de outubro de 2018.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Desigualdades e limites deveriam estar no centro da Rio+20**. Revista Estudos Avançados. vol.26, n.74, São Paulo, 2012.
- ACOSTA, Alberto. **Le Buen Vivir**: pour imaginer d'autres mondes. Paris: Utopias, 2014.
- ALTERNATBA, COLLECTIF POUR UNE TRANSITION CITOYENNE. **Alternativez-vous**. Paris: Les Liens qui libèrent. 2015.
- ARIES, Paul. Editorial: **La Martinique, laboratoire politique du bien vivre et du beau vivre. Les Z'indigné(e)s!** Villeurbanne, Ed. Golias, ano 2, nº 10, p.2, dezembro.2013.
- ARIES, Paul. Patrick Chamoiseau : **artisan du « beau vivre »**. **Les Z'indigné(e)s!** Villeurbanne, Ed. Golias, ano 2, nº 10, p.15, dezembro.2013.
- ASPE, Chantal ; JACQUÉ, Marie. **Environnement et société**. Editions de la Maison des sciences de l'homme, Paris, 2012.
- ATTAC. **Quand les femmes se heurtent à la mondialisation**. Paris: Ed. mille et une nuits. 2003.
- AUDET, René (dir). Pour une sociologie de la transition écologique. **Cahiers de recherche sociologiques**, nº 58, ed. Athéna, Montréal, 2015(a).
- AUDET, René. Le champ des sustainability transitions: origines, analyses et pratiques de recherche. In: Pour une sociologie de la transition écologique. Cahiers de recherche sociologiques, nº 58, ed. Athéna, Montréal, 2015(b).
- BARBIER, Rémi. et al (org). **Manuel de sociologie de l'environnement**. Editions Les Presses de l'Université de Laval. Laval/Canada, 2012.
- BECKER, Howard S. Segredos e truques da pesquisa / Howard S.Becker; tradução, Maria Luiza X. De A. Borges; revisão técnica, Karina Kuschnir.- Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- BERTRAND, Philippe. (12/01/2017), **La France sur le chemin de la déconsommation**. Disponível (on line) em: <https://www.lesechos.fr/12/01/2017/lesechos.fr/0211686369483_la-france-sur-le-chemin-de-la-deconsommation.htm>. Acesso em: 12 jan 2017.
- BOFF, Leonardo. **A Carta Magna da ecologia integral: grito da Terra - grito dos pobres**. Uma análise da encíclica do Papa Francisco. Jornal do Brasil. 18 de junho de 2015. Disponível em: <http://www.jb.com.br/leonardo-boff/noticias/2015/06/18/a-carta-magna-da-ecologia-integral-grito-da-terra-grito-dos-pobres/>. Acesso em 20 de agosto de 2018.
- BONNEUIL, Christophe; Jean-Baptiste FRESSOZ.**L'événement anthropocène: la terre, l'histoire et nous**. Editions du Seuil, Paris, 2013.

BOSERUP, Ester. **La femme face au développement**. Paris: PUF, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURG, Dominique; PAPAUX, Alain (Dir). **Dictionnaire de la pensée écologique**. Paris: Puf, 2015.

BRUNEL, Sylvie. Le développement durable. **Collection Que sais-je ?** Paris: PUF. 2011.

CAVALCANTI, J.C. Femmes, **Economie Solidaire et Projets collectifs**: Sortir de la précarité autrement. Dissertação, Université Paris XII–Val de Marne. 2006.

CHABOT, Pascal. **L'âge des transitions**. Paris: Presses Universitaires de France, 2015.

CHAÏB, Sabah. « Femmes, migrations et marché du travail en France », In: HERSENT M., ZAIDMAN C., **Genre, Travail et Migrants en Europe**. Cahiers du CREDEF, Décembre 2003.

CHAMOISEAU, Patrick. **Pour la transformation d'une Martinique fragile en une Martinique Solide. Les Z'indigné(e)s!** Villeurbanne, Ed. Golias, ano 2, nº 10, p.15-16, dezembro.2013.

CMED (Commission mondiale sur l'environnement et le développement). **Notre avenir à tous**. Montréal: Editions du Fleuve, 1988. Disponível em: http://www.diplomatie.gouv.fr/sites/odysee-developpement-durable/files/5/rapport_brundtland.pdf. Acesso em: 15 jan. 2017

COMBY, Jean-Batiste. **La question climatique**: Genèse et dépolitisation d'un problème public. Paris: Raisons d'agir, 2015. 402 p.

COMTE, Auguste (1851-1854). **Système de politique positive** : extraits des tomes II et III. Documento produzido em versão numérica por Jean-Marie TREMBLAY. Coleção Les Classiques de Sciences Sociales. Université du Québec. Disponível em: <http://anthropomada.com/bibliotheque/COMTE-auguste-Systeme-de-politique-positive.pdf>. Acesso em: 05 de março de 2018.

CORM, Georges. **Saper l'idéologie du développement**. Le monde Diplomatique, p. 1 e 21, abril, 1978. Disponível em: <https://www.monde-diplomatique.fr/1978/11/CORM/34927>. Acesso em 10 de março de 2017.

COUTROT, Thomas, FLACHER, David, MEDA, Dominique. **Pour en finir avec ce vieux monde : Les chemins de la transition**. Utopia, avril 2011.

D'AVILA, Roberto. **Entrevista com Celso Furtado em Paris**. TV Cultura, Programa Conexão, Paris, 1997. Disponível em :https://www.youtube.com/watch?v=7aE_R8ew1S4. Acesso em: 01 jun. 2016.

DANOWSKI, Débora ; CASTRO, Eduardo viveiros de. **Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fin**. Florianópolis, Desterro, Cultura e Barbárie e Instituto Socioambiental, 2014.

DEGAVRE, Florence. La pensée « femmes et développement »: critiques des fondements et pistes pour reconstruire un point de vue féministe croisé Nord/Sud. In : GUERIN, Isabelle ; HERSENT, Madeleine ; FRAISSE, Laurent. **Femmes, économie et développement**: de la résistance à la justice sociale. Paris: IRD/ÉRÈS, 2011.

Dictionnaire de la pensée sociologique. Développement. Dir: Massimo Borlandi, Raymond Boudon e al. Ed. PUF. Paris, 2005.

Dicionario Aurélio. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/transicao>>. Acesso em: 30 out 2017.

DOBRÉ, Michelle. Introduction générale. In: BARBIER, Rémi. et al (org). **Manuel de sociologie de l'environnement**. Editions Les Presses de l'Université de Laval. Laval/Canadá, 2012.

Dominique BOURG, Alain PAPAUX (org). **Dictionnaire de la pensée écologique**. Editions PUF, 2015.

DUCHEMIN, Bruno. **La transition écologique et solidaire à l'échelon local**. Paris: Les éditions des Journaux Officiels. 2017. (Relatório técnico encomendado pelo Conselho Econômico Social e Ambiental da Republica Francesa). Disponível em: http://www.lecese.fr/sites/default/files/pdf/Avis/2017/2017_24_transition_ecologique.pdf. Acesso em: 13 julho de 2017.

DUMONT, Louis. **Essais sur l'individualisme**. Paris: Seuil, 1983 .

Elias, Norbert. Mozart. **Sociologia de um gênio**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, Ed. 1995.

FILLIOZAT, Isabelle. **L'intelligence du cœur**. Paris: Editions Jean-Claude Lattès. 1997 / Editions Marabout (poche), 2013.

FRANCA FILHO, G.C. ; LAVILLE, J.-L, **Economia solidária : uma abordagem internacional**. Ed.UFRGS, Porto Alegre, 2004.

FURTADO, Celso. **Brève introduction au développement : Une approche interdisciplinaire**. Paris: Publisud, 1v989.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

GAIGER, Luiz Inácio. O mapeamento nacional e o conhecimento da economia solidária. **Revista da ABET**, volume 12, nº 1, p.7-24, 2014.

GAIGER, Luiz Inácio. Práticas sociais e conhecimento acadêmico no campo da Economia solidária. **Revista BIB**, São Paulo, nº 73, p. 5-20, 1º semestre de 2012.

GENDRON, Corinne ; VAILLANCOURT, Jean-Guy. **Développement durable et participation publique**: de la contestation écologiste aux défis de la gouvernance. Editions Les Presses de l'Université de Montréal, Montréal, 2003.

GENDRON, Corinne. Sociologie de la transition: quelle société post-écologique? In: Pour une sociologie de la transition écologique. **Cahiers de recherche sociologiques**, n° 58, ed. Athéna, Montréal, 2015.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

GONÇALVES, Alicia Ferreira. Economia solidária & Visão de Mundo: a perspectiva biográfica. São Paulo, **Cadernos de Campo**, n.20, 2011. p. 87-102.

GONÇALVES, Alicia Ferreira. **Experiências em economia solidária**. Campinas: CMU/Artescritta/UNICAMP, 2009.

GRANDJEAN, Alain; Hélène, LE TENO. Transition (point de vue 1). In: BOURG, Dominique; PAPAUX, Alain (Dir). **Dictionnaire de la pensée écologique**. Paris: Puf, 2015, p.1006-1011.

GUERIN, Isabelle ; HERSENT, Madeleine ; FRAISSE, Laurent. **Femmes, économie et développement**: de la résistance à la justice sociale. Paris: IRD/ÉRÈS, 2011.

GUERIN, Isabelle. **Femmes et économie : quels enjeux? Pratiques économiques solidaires : entre résistance et justice sociale**. Texte introductif à la rencontre Dakar 2005, septembre 2005.

GUERIN, Isabelle. **Femmes et économie solidaire**. La découverte. M.A.U.S.S. Paris, 2003.

GUICHAOA André. **Développement**. In : **Dictionnaire de la pensée sociologique**. Dir : Massimo Borlandi, Raymond Boudon, e al. Paris: Ed. PUF, 2005

GUIMARAES, P. Roberto. **La sostenibilidad del desarrollo entre Rio-92 y Johannesburgo 2002**: eramos felices y no sabemos. Ambiente & Sociedade, CAMPINAS/SP, n. 9, p. 1-20, dez. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414753X2001000900002&lng=es&nrm=iso&tlng=es>. Acesso em: 30 mar. 2017.

HESSEL, Stéphane; MORIN Edgar. **Le chemin de l'espérance**. Paris: Ed. Fayard, 2011.

HESSEL, Stéphane. **Engagez-vous: Entretiens avec Gilles Vanderpooten**. La tour d'Aigues: Editions de l'Aube, 2011.

HESSEL, Stéphane. **Indignez vous!**. 12° ed. Montpellier: Editions Indigènes, 2011.

HIRATA, Helena ; LOMBARDI, Maria Rosa, MARUANI, Margaret (sous la direction de). **Travail et Genre**: regards croisés France, Europe, Amérique Latine. Paris, Editions La Découverte, 2008.

HOPKINS, Rob. **Manuel de transition**: de la dépendance au pétrole à la résilience locale. Montréal :Ed. Silence et ed. Écosociété, 2010.

ILLICH, Ivan. **La convivialité**, Paris, Éditions du Seuil, 1973.

JACKSON, TIM. **Prosperidade sem crescimento**. In : COUTROT, Thomas, FLACHER, David, MEDA, Dominique. **Pour en finir avec ce vieux monde : Les chemins de la transition**. Utopia, avril 2011.

KAUFMANN, Jean-Claude. **L'entretien compréhensif**. Paris, Armand Colin, 2004.

LAMINE, C., BUI, S. & OLLIVIER, G. Pour une approche systémique et pragmatique de la transition écologique des systèmes agri-alimentaires. In: Pour une sociologie de la transition écologique. **Cahiers de recherche sociologiques**, n° 58, ed. Athéna, Montréal, 2015.

LATOUCHE, Serge. **Faut-il refuser le développement ?** essai sur l'anti-économique du tiers monde. Paris : PUF. 1986.

LATOUCHE, Serge. **La planète de naufragés : essai sur l'après développement**. Paris : La découverte. 1991.

LATOUCHE, Serge. **Renverser nos manières de penser : Métanoïa pour le temps présent**. Mille et une nuit, 2014.

LATOUCHE, Serge. **Survivre au développement**. Paris: Ed. Mille et une nuits. 2004.

LATOUR, Bruno. **Face à Gaïa. Huit conférences sur le Nouveau Régime Climatique**, Paris, Ed. Les Empêcheurs de penser en rond/Ed. La Découverte, 2015.

LAVILLE Jean-Louis (dir). **L'économie solidaire, une perspective internationale**. Desclée de Brouwer, Paris, 2000.

LAVILLE, Jean-Louis ; CATTANI, Antonio David (dir). **Dictionnaire de l'autre économie**. Desclée de Brouwer, Paris, 2006.

LE MONDE. **Les négociations climatiques internationales en 10 dates**. Disponible em: <http://www.lemonde.fr/cop21/visuel/2015/11/30/les-negociations-climatiques-internationales-en-10-dates_4820353_4527432.html. acesso em: 11 de novembro 2015>. Acesso em: 11 nov. 2015

_____. "Le cri d'alarme de quinze mille scientifiques sur l'état de la planète" (13/11/2017). Disponible (on line) em: <http://www.lemonde.fr/planete/article/2017/11/13/le-cri-d-alarme-de-quinze-mille-scientifiques-sur-l-etat-de-la-planete_5214185_3244.html#hQjwL5k3IbvG3CXT.99>. Acesso em: 13 nov 2017.

LIBAERT Thierry, GUÉRIN André-Jean. **Le développement durable**. Paris, Dunod, 2008.

LOPES José Sérgio Leite. **O Vapor do Diabo: o Trabalho dos Operários do açúcar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MARECHAL J.-P. Développement durable. In : LAVILLE J.-L., CATTANI A.-D. (dir.). **Dictionnaire de l'autre économie**. Desclée. Paris, 2005.

MARECHAL J.-P. Humaniser l'économie, Paris, Desclée, coll. Socio économique, 2000.

MARESCA, Bruno. **Mode de vie: de quoi parle-t-on? Peut-on le transformer?** Revista *La pensée sociologique*, Paris, V.1, 2017.

MARQUES, Luiz. **Capitalismo e colapso ambiental**. Editora Unicamp. 2015.

MATTEDI, Cécile Raud. Uma análise crítica da teoria da dependência: a noção de progresso e o papel das instituições formais e informais [comentário ao trabalho de Brasilio Sallum]. **Revista Política e Sociedade**, 2002. (p.95-101).

MATTERN, Julien. **Le “pari de la transition” dans la sociologie française: l’exemple de Georges Friedmann**. In: AUDET, René (dir). Pour une sociologie de la transition écologique. **Cahiers de recherche sociologiques**, n° 58, ed. Athéna, Montréal, 2015(a).

MEDA, Dominique. **Au-delà du PIB: Pour une autre mesure de la richesse**. Flammarion, 2008.

MEDA, Dominique. **La mystique de la croissance: Comment se libérer**. Flammarion, 2014.

MILANEZ Felipe. **El Buen vivir es para todos y todas, o lo no es !**. entrevista por e-mail. Março 2016. Disponível em : <https://entitleblog.org/2016/03/18/el-buen-vivir-es-para-todos-y-todas-o-no-lo-es/>, consultado em 11/04/2016

MORIN, Edgar. **Enseigner à vivre: manifeste pour changer l’éducation**. Editions Actes Sud/Play Bac. 2014.

MORIN, Edgar. **L’an I de l’ère écologique et dialogue avec Nicolas Hulot**. Paris: Ed. Tallandier, 2007.

MORIN, Edgar. **La voie : pour l’avenir de l’humanité**. Arthème Fayard, 2011.

OCDE. Tous concernés : Pourquoi moins d'inégalité profite à tous. Editions OCDE, Paris, 2015.

OLIVEIRA, Francisco de. **A Crítica da Razão Dualista** (1975). São Paulo: Boitempo, 2003.

ORGANISATION INTERNATIONALE DU TRAVAIL. **Emploi et Questions Sociales dans le Monde: tendances pour 2016. Résumé & chapitre 1**. Bureau International du Travail. Genève, 2016. Disponível em : http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_443504.pdf. Acesso em: 02 dez. 2016.

OXFAM. **Insatiable richesse : toujours plus pour ceux qui ont déjà tout**. Rapport thématique, Oxford, Oxfam GB. 2015.

PAPE FRANÇOIS. **Laudato Si (loué sois-tu) du pape François sur la sauvegarde de la maison commune**. Ed. La Croix: la documentation Catholique. 2015. (Lettre Encyclique).

PEREIRA, Marcus Abílio ; CARVALHO, Ernani. **Boaventura de Sousa Santos: por uma nova gramática do político e do social**. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n° 73, p.45-58, 2008.

PIKETTY, Thomas. **L'économie des inégalités**. 6. Ed. Paris: La découverte. 2008.

PIKETTY, Thomas. **Le capital au XXI^e siècle**. Paris: Le Seuil. 2013.

POLANYI, Karl. **La grande Transformation. Aux origines politiques et économiques de notre temps**. Ed. Gallimard, Paris. 1983.

POUGET, Jeanne. **Miracle: les Français seraient entrés dans l'ère de la "déconsommation"** (2016). Disponível (on line) em: <<http://www.konbini.com/fr/tendances-2/alleluia-les-francais-seraient-enfin-entres-dans-lere-de-la-deconsommation/>>. Acesso em: 04 fev 2017.

PRÉVOST, Benoît. Le genre dans les nouvelles stratégies de lutte contre la pauvreté : de Sen à la Banque mondiale. In : GUERIN, Isabelle, HERSENT Madeleine, FRAISSE Laurent (Dir). **Femmes, économie et développement : de la résistance à la justice sociale**. Ed. IER/ed. érés. 2011.

RAPPORT MEADOWS DU CLUB DE ROME. Dernière alerte, 40 ans après "Les limites de la croissance". Documentário Zenit Arti Audiovisive/Skopteland Film. 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uTrP3escs0s>. Consultado em 10/05/2015

RHABI, Pierre. **Vers la sobriete heureuse**. Paris: arles et actes sud. 2010.

ROULLEAU L., LANQUETIN M.T.(dir).**Femmes d'origine étrangère : Travail, accès à l'emploi, discriminations de genre**. Etudes et Recherches, FASILD, Paris, La Documentation Française, 2004.

SACHS, Ignacy. Développement et environnement, un indissociable binôme. **Revue Vraiment Durable, Victoires Editions**, 2012/2, n° 2, p. 17-31.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SALGADO, José G. Gandarilha. Para un conocimiento de las alternativas. A propósito de Boaventura de Sousa Santos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**[Online], 83| 2008, colocado online no dia 19 julho 2012, criado em 22 de abril de 2015. <http://rccs.revue.org/486>.

SANTOS, Boaventura de Sousa ; RODRÍGUEZ, César (Introdução). Para ampliar o cânone da produção. In : SANTOS, Boaventura de Sousa e *al* (org). **Produzir para viver : os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. Disponível em : <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/res/pdfs/IntrodProdPort.pdf>, consultado em 20 de setembro de 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. 2012_Master Class #1- **Porquê as Epistemologias do Sul?** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ErVGiIUQHjM>, Acesso em 18 de novembro de 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A filosofia à venda, a douta ignorância e a aposta de Pascal. **Revista Crítica de Ciências Sociais** [Online], 80 | 2008, colocado online no dia 01 Outubro 2012, criado a 20 Fevereiro 2018. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/691> ; DOI : 10.4000/rccs.691. Acesso em 20 de dezembro 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, no 63, p.237-280, 2002. Disponível em: http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Sociologia_das_ausencias_RCCS63.PDF

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Toward a New Common Sense: Law, Science and Politics in the Paradigmatic Transition**. New York: Routledge. 1995.

SEMAL, Luc; SZUBA, Mathilde. France qui décroît, France en transition. In: HOPKINS, Rob. **Manuel de transition: de la dépendance au pétrole à la résilience locale**. Montréal: Ed. Silence et ed. Écosociété, 2010.

SEMAL, Luc. **Militer à l'ombre des catastrophes: contribution à une théorie politique environnementale au prisme des mobilisations de la décroissance et de la transition**. 2012. 666f. Tese de Doutorado em Ciências Políticas – Universidade Lille 2, Lille, 2012.

SERRES, Michel. **Petite Poucette**. Paris: Ed. Le Pommier. 2013.

SERVIGNE, Pablo; STEVENS, Raphaël. **Comment tout peut s'effondrer: petit manuel de colapsologie à l'usage des générations présentes**. Ed. Le Seuil. 2015.

SERVIGNE, Pablo. **La transition: histoire d'une idée**. 2011. Disponível em: http://www.barricade.be/sites/default/files/publications/pdf/pablo_-_histoire_de_la_transition.pdf. Acesso em 25 novembro 2017.

SHIVA, Vandana et al. **Ecologie en résistance: stratégies pour une terre en péril**. v. 1. Editions Libre. 2016.

SIES, Ministério do Trabalho/SENAES. Boletim informativo, 2013. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A416FABB6014173C4E66C7839/Acontece%20SENAES%202013%20-%20n34%20ed%20especial.pdf>, consultado em 03 de abril de 2014.

SINAI, Agnès. Aux origines climatiques des conflits. **Le monde diplomatique**. Agosto 2015. Disponível em: <https://www.monde-diplomatique.fr/2015/08/SINAI/53507>. Acesso em 12 de julho de 2018.

SINGER Paul, SOUZA André Ricardo de, (org). **A economia solidária no Brasil : a autogestão como resposta ao desemprego**. Sao Paulo: Contexto, 2000. (Coleção economia).

STEINER Philippe. **La sociologie économique**. Paris : La Découverte. coll. Repères, 2005.

STIGLITZ, Joseph E. **La grande désillusion**. Athème Fayard, 2002.

The impact of disasters on agriculture and food security. FAO, Relatório publicado em 26 de novembro de 2015.

TOURAINÉ Alain. **Un nouveau paradigme** : pour comprendre le monde aujourd'hui, Paris, Fayard, 2005.

TRANSPORTE ATIVO (2015). Perfil do Ciclista Brasileiro. Parceria Nacional Pela Mobilidade por Bicicleta (Livreto), 2015. Disponível em <<http://transporteativo.org.br/wp/2015/11/27/conheca-quem-usa-a-bicicleta-no-brasil/>>. Acesso em 25 jan. 2017.

UN.ORG. **Sommet de Johannesburg 2002**. Disponível em: <<http://www.un.org/french/events/wssd/>>. Acesso em: 20 set. 2015.

VAILLANCOU, Jean-guy. La sociologie de l'environnement aux Etats-Unis, dans les écrits de Riley E. Dunlap et Frederick H. Buttel. In: BARBIER, Rémi. et al (org). **Manuel de sociologie de l'environnement**. Editions Les Presses de l'Université de Laval. Laval/Canada, 2012.

VINCE, Gaia. **Planète en marche**: construisons ensemble le monde de demain. Trad. Odile Demange. Paris: Buchet-Chaste, 2015.

VIVERET, Patrick. Le mot transition est un terme imprecis et insuffisant. *Journal Libération*. 2014. Disponível em: http://www.liberation.fr/france/2014/08/26/le-mot-transition-est-un-terme-imprecis-et-insuffisant_1087459. Consultado em 20 de novembro 2017.

VIVERET, Patrick. **Reconsidérer la richesse**. Paris :Ed. L'aube, 2013.

WACQUANT, Loïc. **Corps & âme** : carnets ethnographiques d'un apprenti boxeur. Ed. Agone, 2001.

WEVER, Patrick De, Stanley FINNEY. Anthropocène: sujet géologique ou sociétal ?. **Le monde**, Paris, set. 2016. Disponível em: <http://www.lemonde.fr/sciences/article/2016/09/12/anthropocene-sujet-geologique-ou-societal_4996574_1650684.html>. Acesso em: 03 abr. 2017.

Will Steffen W. et al. **The trajectory of the Anthropocene**: The Great Acceleration, *The Anthropocene Review*, epub. 2015. Doi:10.1177/2053019614564785.

ANEXOS

ANEXO I

INSTRUMENTO DE PESQUISA DE CAMPO

(entrevistas semiestruturadas direcionadas aos membros do movimento Alternatiba)

Guide Entretien

(Entretiens semi-structurés dirigés aux personnes identifiées comme « personnes ressources » à l'intérieur du groupe local)

Questions préliminaires : bref profil sociologique

Nom	et	Prénom :

Âge : _____		
Sexe : _____		
Situation familiale (Célibataire, marié(e), en couple, pacsé(e), divorcé(e), veuf/veuve, autre _____) :		
Enfants : oui/non – combien _____.		
Niveau d'étude : _____		
Activité	professionnelle	actuelle :

Niveau de revenu (individuel) : () 1 salaire minimum (SM) / () 1,5 SM / () 2 SM ou +.		
Quel est le métier/occupation du conjoint (s'il y en a) :		

Questions approfondies: le parcours d'engagement personnel et le rôle d'Alternatiba dans la transition sociale et écologique.

1. Comment s'est passé ta prise de conscience sur les questions écologiques et climatiques ? / Tes parents ou des personnes proches ont été source d'inspiration ? As-tu changé ton mode de vie après cette prise de conscience? Quoi?

2. Peux-tu raconter comment tu as connu Alternatiba et pourquoi tu as décidé de t'engager ?
contexte / année /
3. As-tu d'autres engagements associatifs (ou politique) en parallèle d'Alternatiba ?
4. As-tu eu d'autres expériences associatives avant Alternatiba ?
5. Tu y es toujours et tu comptes rester dans le collectif ?
6. Dans quelle commission t'es-tu engagé (ou as-tu été engagé) ?
7. Tu participes uniquement du groupe local ou également du national ? As-tu envie de t'engager au niveau national ?
8. Existe-t-il des différences entre militer dans le mouvement Alternatiba et d'autres mouvements ou associations (forme de s'organiser, méthode, etc.) ?
9. Comment définis-tu la transition sociale et écologique ? Pourquoi est-elle nécessaire aujourd'hui, d'après toi ?
10. À ton avis, pourquoi le mouvement Alternatiba s'est répandu si rapidement dans toute la France et même au-delà ? (la méthode ?)
11. Pour toi, quelle est l'importance d'un mouvement comme Alternatiba dans la société actuelle ? Pourquoi cela prends maintenant ? →
12. Selon toi, le projet de transition sociale et écologique porté par Alternatiba porte ses fruits ? Est-il entendu par les dirigeants politiques et par la population ? →
13. Que penses-tu de la branche d'action et de contestation d'alternatiba, représentée par ANV ?
14. Le mouvement Alternatiba et ANV parlent souvent de justice climatique. Qu'est-ce que la justice climatique selon toi et quelle est l'importance de lutter pour cette justice là spécialement, dans un monde avec autant d'injustice historique (social, économique, etc...) ?
15. Pratiques-tu les principes de la transition sociale et écologique au quotidien ? Peux-tu donner quelques exemples d'actions quotidiennes dans ce sens ? Trouves-tu que la plupart des personnes impliquées dans Alternatiba sont cohérent(e)s avec les principes de la transition ?
16. Comment vois-tu la question du genre à l'intérieur du mouvement Alternatiba ? Vois-tu une différence avec d'autres mouvements sociaux ou d'autres sphères de la société ?

ANEXO III

Apresentação de alguns membros do movimento da Transição

(Membros do “Coletivo para uma Transição Cidadã”/França)

Les membres - COLLECTIF POUR UNE TRANSITION CITOYENNE

18/09/2018 10:35

SUIVEZ NOUS!

INSCRIPTION À
LA LETTRE
D'INFORMATION

E-mail

Je m'abonne !

Réinventer nos façons de produire, d'échanger, d'habiter, de nous déplacer, d'éduquer nos enfants.

Des structures opérationnelles ancrées dans nos territoires, des placements financiers pour l'économie réelle et utiles au bien commun. Des entreprises économiquement viables, socialement responsables et écologiquement soutenables. Une agriculture vivrière, locale, économe en eau, sans pétrole ni intrants chimiques. Une vie sobre en énergie et enthousiasmante. Utopie ? Réalité !

Retrouvez la description détaillée des membres du **Collectif pour une transition citoyenne** : l'histoire et les réalisations de chacun ! N'hésitez pas à les rejoindre!



La Société financière de **la Nef** est une coopérative de finances solidaires. Créée en 1988, elle exerce une double activité de collecte d'épargne et d'octroi de crédit dans le cadre d'un agrément de la Banque de France. Aujourd'hui, 36 000 sociétaires ont choisi d'exercer leur responsabilité sur leur argent et leur épargne en souscrivant un prêt auprès de la Nef.

www.lanef.com

FAIRE UN
DON

Enercoop est le seul fournisseur d'électricité en France à s'approvisionner directement et à 100 % auprès de producteurs d'énergies renouvelables (solaire, éolien, hydraulique et biogaz). Il

est également le seul sous forme coopérative : sa gouvernance est participative et ses bénéfices sont réinvestis dans les énergies renouvelables. Reconnu d'Utilité Sociale et d'Intérêt Collectif, Enercoop est également agréé par l'État comme Entreprise Solidaire. www.enercoop.fr

**ÉNERGIE
PARTAGÉE**

Les acteurs de référence des énergies renouvelables et de la finance éthique et solidaire ont créé le mouvement **Énergie Partagée** pour accompagner et financer des projets locaux et citoyens de production d'énergie renouvelable et de maîtrise de l'énergie. www.energie-partagee.org

Leur objectif est : d'enrayer la disparition des terres agricoles, d'alléger le parcours des agriculteurs qui cherchent à s'installer, et de développer l'agriculture biologique et paysanne. Leur initiative s'appuie sur une dynamique associative et citoyenne atypique : l'épargne et les dons du public permettent d'acquérir du foncier agricole et de recréer du lien entre paysans et citoyens pour préserver les fermes à travers les générations. Ces lieux sont ensuite proposés en location à des agriculteurs pour des productions favorisant la biodiversité et le respect des sols. Au-delà, **Terre de Liens** informe l'opinion publique et noue des partenariats avec les décideurs locaux pour impulser de nouvelles dynamiques dans les territoires. www.terredeliens.org



L'association **Bio Consom'acteurs** agit en faveur du développement d'une agriculture biologique locale et équitable. Elle mène des actions en direction du citoyen pour sensibiliser à l'importance des choix de consommation, interpelle les élus, et encourage des systèmes d'échanges garantissant, du producteur au consommateur, des pratiques agricoles et entrepreneuriales respectueuses de l'Homme et de l'environnement. <http://www.bioconsomacteurs.org/>



Le mouvement Inter-Régional des Associations pour le Maintien d'une Agriculture Paysanne, **Miramap**, est un mouvement rassemblant les réseaux régionaux ou départementaux des AMAP, les AMAP, leurs producteurs et leurs consommateurs autour des valeurs communes de l'alimentation saine et de l'agriculture de proximité. MIRAMAP mutualise les expériences et les pratiques afin d'assurer la représentation et la mise en valeur des AMAP au niveau national. <http://miramap.org/>

Le **Réseau Cocagne** c'est 120 jardins en activité, 4 000 jardiniers, 20 000 familles d'adhérents, 700 encadrants et 1 500 bénévoles ! Ce réseau rassemble des exploitations maraîchères biologiques qui œuvrent dans le domaine de l'insertion par l'activité économique. Les jardiniers sont des personnes en situation précaire employées pour travailler sur les différents postes qu'offre un Jardin. Ils bénéficient d'un accompagnement socioprofessionnel et proposent aux adhérents des paniers de légumes certifiés biologiques. <http://www.reseaucocagne.asso.fr/>





La fédération des **Amis de la Terre France** est une association de protection de l'Homme et de l'environnement, de loi 1901 et agréée pour la protection de l'environnement. Elle est indépendante de tout pouvoir économique, politique et religieux. <http://www.amisdelaterre.org/> –

Alternatiba est une dynamique de mobilisation citoyenne sur le climat, qui consiste à montrer les alternatives concrètes qui existent déjà pour relever le défi climatique, dans tous les domaines de la vie quotidienne (transport, alimentation, énergie, etc.), et à montrer en quoi ces alternatives permettent de construire une société plus juste, plus solidaire, plus humaine, plus désirable ! Cette dynamique s'est déclenchée en octobre 2013 quand le premier village des alternatives au changement climatique, organisé en plein centre-ville de Bayonne, a rassemblé plus de 12 000 personnes. Depuis, une soixantaine d'autres villages des alternatives Alternatiba sont en cours de préparation ou se sont déjà tenus, mobilisant des dizaines de milliers de citoyens dans la perspective du sommet de l'ONU sur le climat qui se tiendra à Paris en 2015 (COP21). <https://alternatiba.eu/de/>



Attac France (Association pour la taxation des transactions financières et pour l'action citoyenne) est un mouvement d'éducation populaire tourné vers l'action, vise à la reconquête des espaces perdus par la démocratie au profit de la sphère financière. Attac France compte près de 10 000 membres et plus de 150 comités locaux. <http://www.france.attac.org/>

Après avoir lancé avec succès le journal **l'âge de faire** en 2005, l'association lance un nouveau titre, *Demain en mains* avec la volonté de toucher cette fois un très large public non initié.

Nouveau média alternatif, *Demain en mains* a besoin de vous pour

atteindre son public. Pour le mettre bien en vue. Partout. Dans les commerces, dans les mairies, les bars, salles d'attente, marchés... ou tout simplement dans la rue. Ou encore le déposer dans les boîtes aux lettres... Ce supplément de visibilité est indispensable mais il est impossible dans les cadres de diffusion habituels. Pour passer de mains en mains, cette création innovante a impérativement besoin d'un coup de main citoyen. Du vôtre ! www.demain-en-mains.info





Villes et Territoires en Transition

Villes et Territoires en Transition a

l'objectif d'inciter des collectivités locales (citoyens d'un territoire – village, commune, ville ou quartier) à prendre conscience du pic pétrolier, des profondes conséquences du changement du climat, et de l'urgence

de s'y préparer en mettant en place des solutions qui font conviennent en fonction des ressources et enjeux locaux. Des citoyens de tous continents imaginent localement une vie future sobre en énergie et enthousiasmante. Ils sensibilisent les gens aux mutations en cours, organisent des activités conviviales favorisant l'autonomie locale et la solidarité, et accompagnent en douceur ce changement de mentalités et comportements.

<http://www.transitionfrance.fr/>–

Artisans du Monde est le premier réseau associatif de commerce équitable en

France. Depuis 1974, grâce à l'engagement des 150 organisations membres et des 6500 militants, bénévoles et salariés qui les animent, Artisans du Monde défend un commerce équitable à trois dimensions : commerciale pour offrir des débouchés et un revenu aux producteurs (107 organisations partenaires dans 48 pays) ; éducative, pour mieux informer le public (« comprendre pour agir ») ; et le plaidoyer, pour mobiliser les citoyens en faveur d'un commerce international plus juste, fondé sur le respect des droits humains et de l'environnement.

Leurs magasins sont des lieux de consommation citoyenne de proximité, où le public peut s'informer, s'éduquer et s'engager pour un monde plus équitable, au nord comme au sud. Pour plus d'informations sur Artisans du Monde : www.artisansdumonde.org.



**Artisans
du Monde**

Pour un commerce
équitable



DE L'ÉCONOMIE SOCIALE ET SOLIDAIRE

Le Labo de l'Économie Sociale et Solidaire (ESS)

est un Think Tank qui s'est donné comme objectif de faire connaître et reconnaître l'économie sociale et solidaire, d'être un lieu

d'échanges, de réflexions et d'actions pour une économie respectueuse de l'Homme et de l'environnement.

La **Plate-Forme pour le Commerce Équitable (PFCE)** représente et fédère les principaux acteurs du commerce équitable en France. Défendre et promouvoir le commerce équitable sont ses principales missions.
<http://www.commerceequitable.org/>



Le Collectif

Roosevelt est un lieu de formation, de débat et de mobilisations citoyennes. Il se situe et agit dans le champ politique. Il est ouvert à tout citoyen se reconnaissant dans les idéaux du manifeste proposé en 2012 par Stéphane Hessel, Edgar Morin, Susan George, Pierre Larroutou, Patrick Viveret et bien d'autres. Ce manifeste pose un diagnostic alternatif sur les causes de « la crise », à la fois sociale, écologique, financière, démocratique et fait 15 propositions concrètes. Ce manifeste a été rejoint par plus de 110 000 signataires ; les militants agissent dans 30 groupes locaux répartis dans toutes la France. <http://collectif-roosevelt.fr/>

Pouvoir Citoyen en Marche, ex-Etats Généraux du Pouvoir Citoyen, est un processus de reliaison, une plate-forme de rencontres et d'échanges, un lieu d'interconnexions, une dynamique de co-construction... entre tous les réseaux et les collectifs qui contribuent déjà, par leurs raisons d'être et leurs engagements, à régénérer la démocratie et le "vivre ensemble".



<http://eg-pouvoir-citoyen.org/>



L'association « **On passe à l'acte** » est un laboratoire d'initiatives citoyennes. Elle est à la fois une association active pour la promotion d'une expertise citoyenne qui vient directement du terrain, de la vie quotidienne des personnes et un site de journalisme constructif.

<http://www.onpassealacte.fr/>

Partenaires

Créé en 2007 sous l'impulsion de Pierre Rabhi, Colibris a pour mission d'inspirer, Relier et Soutenir tous ceux qui participent à construire un nouveau projet de société. Les Colibris mènent actuellement leur (R)évolution, qui a pour objectifs de reprendre le pouvoir sur l'économie, l'agriculture, l'éducation, la démocratie, l'énergie, etc. www.colibris-lemouvement.org



Biocoop
rassemble
plus de
410
magasins



biologiques autour d'un objectif commun : le développement de l'agriculture biologique dans un esprit d'équité et de coopération. Ce réseau souhaite peser sur les choix de société, transparence et équité des relations commerciales, qualité des produits et participation des consom'acteurs sont les piliers qui fédèrent les acteurs du réseau Biocoop (salariés, consommateurs, producteurs et partenaires). <http://www.biocoop.fr/>